



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**“JÚLIO MESQUITA FILHO”**

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Campus de Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia

**DINÂMICA TERRITORIAL, ATIVIDADE INDUSTRIAL E  
CIDADE MÉDIA: as interações espaciais e os circuitos  
espaciais da produção das indústrias alimentícias de  
consumo final instaladas na cidade de Marília – SP**

**Denise Cristina Bomtempo**

**Tese de Doutorado**



**PRESIDENTE PRUDENTE**

**2011**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO MESQUITA FILHO”**

Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Campus de Presidente Prudente  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**DINÂMICA TERRITORIAL, ATIVIDADE INDUSTRIAL E  
CIDADE MÉDIA: as interações espaciais e os circuitos  
espaciais da produção das indústrias alimentícias de  
consumo final instaladas na cidade de Marília – SP**

**Denise Cristina Bomtempo**

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, para obtenção do título de Doutora em Geografia.

**AGÊNCIA DE FOMENTO: FAPESP**

**PRESIDENTE PRUDENTE**

**2011**




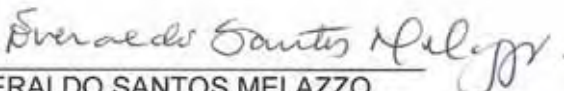
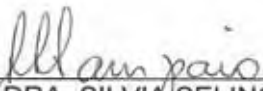

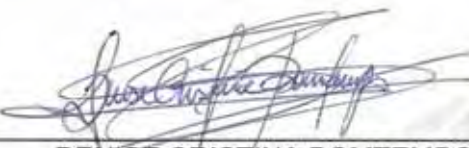
B684d Bomtempo, Denise Cristina.  
Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP / Denise Cristina Bomtempo. - Presidente Prudente: [s.n], 2011.  
455 f.

Orientador: Eliseu Savério Sposito  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

1. Dinâmica territorial. 2. Indústria de alimentos. 3. Reestruturação produtiva. 4. Cidades médias. 5. Divisão territorial do trabalho. 6. Circuito espacial da produção I. Sposito, Eliseu Savério. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

**BANCA EXAMINADORA**  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. ELISEU SAVERIO SPOSITO  
ORIENTADOR  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. EVERALDO SANTOS MELAZZO  
(UNESP/FCT)  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. PAULO FERNANDO CIRINO MOURÃO  
(UNESP/OURINHOS)  
\_\_\_\_\_  
PROFA. DRA. SILVIA SELINGARDI SAMPAIO  
(UNESP/RIO CLARO)  
\_\_\_\_\_  
PROFA. DRA. SANDRA LENCIONI  
(USP)  
\_\_\_\_\_  
DENISE CRISTINA BOMTEMPO

Presidente Prudente (SP), 10 de junho de 2011.

Resultado: APROVADA

**AO MEU COMPANHEIRO EDILSON ALVES PEREIRA JÚNIOR  
que num dia de inverno aqueceu meu coração e mostrou  
que um caminho geográfico trilhado a dois pode ser  
mais intenso do que se pode imaginar.**

**AOS MEUS PAIS,  
Valdomiro Bomtempo e Creuza Maria da Silva Bomtempo,  
ao meu irmão, Matheus Eric Bomtempo.  
POR TUDO QUE COMPARTILHAMOS!**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao som do vento dessa primeira madrugada de Outono de 2011, torno memoráveis meus agradecimentos às pessoas e às instituições que contribuíram para elaboração desta tese.

Primeiramente, quero agradecer ao meu Orientador e Professor Eliseu Savério Sposito que acompanhou minha trajetória de pesquisa - iniciação científica, mestrado e agora, doutorado. Sua dedicação, seriedade, compromisso, confiança e ternura foram determinantes na escolha do caminho acadêmico. Enfim, obrigada por me ajudar a descobrir o que é a vida geográfica!

À Professora Maria Encarnação Beltrão Sposito (Carminha) pelas reflexões, atenção, confiança e dedicação. A discussão geográfica, associada ao seu carinho e ao seu sorriso, faz a diferença. Muito obrigada!

Aos Professores Everaldo Melazzo (FCT/UNESP) e Sandra Lencioni (USP) pelas contribuições durante o exame de qualificação e na defesa. E aos professores Paulo F. C. Mourão e Silvia Selingardi-Sampaio pelas contribuições tecidas na defesa.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP (alguns também professores desde a graduação), Bernardo Mançano; Rosângela Hespanhol; Nilvado Hespanhol; Eda Góes; Arthur Witacker; Everaldo Melazzo; Cezar Leal; Fátima Marin; Margareth Amorim; Tadeu Tomazelli, Raul Borges; Antônio Thomaz; João Lima; João Osvaldo; Marcos Saquet. Obrigada pelas questões!

Ao Prof. Dr. Christian Azaïs que me recebeu na França durante o Estágio Sanduíche realizado no l'Institut de Recherche Interdisciplinaire en Sciences Sociales - IRISSO, Universidade Paris-Dauphine. Com suas palavras "MUITO MERCI"!

Ao Prof. Dr. Gabriel Dupuy por nos acolher no Centre de Recherche Réseaux, Industrie e Amenagement – CRIA, L'Institut de Géographie Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Aos professores e alunos integrantes do projeto temático da FAPESP "O novo mapa da indústria no início do século XXI".

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GASPERR por tudo que foi vivido, em especial a Elaine Cícero, Gilmar Soares e Ana Cláudia.

Ao Professor Fábio Contel, à Ana Elisa e ao amigo Rodolfo Finatti e demais colegas do Laboratório de Geografia Política, Planejamento Ambiental e Territorial LABOPLAN/USP que nos receberam durante o segundo semestre de 2008.

Ao Professor Hervé Therry que nos acolheu na USP e aos amigos que fizemos por lá, em especial ao Ramez Maalouf.

À Professora de Geografia do Ensino Fundamental, Maria Suniga, que me despertou à leitura geográfica. Obrigada por me acompanhar até aqui.

À Professora de Língua Francesa, Elieti Rosa, por deixar o aprendizado mais doce e por me fazer acreditar nas possibilidades.

Aos meus alunos! Vocês me ajudaram a descobrir o quanto este caminho vale a pena!

A todos os funcionários da FCT/UNESP e das demais universidades que mencionamos, em especial ao Ademar, Lúcia, Nair, Fátima, Silvana, Márcia, Cíntia, Erinate, Ivonete e André.

Aos amigos que desde a graduação me acompanharam, Luciene Xavier, Adriano Rodrigues, Adriana Olívia, Sérgio Lau.

À amiga, Liz Christiane, e ao amigo Oscar Sobarzo. A amizade de vocês associada às contribuições geográficas foram determinantes em TODOS OS MOMENTOS.

Aos amigos, Denis Richter e Carlos Primolan, pelo carinho e alegria de viver!

Aos amigos da Pós-Graduação, Adriano Amaro, Elaine Cícero, Márcio Catelan, Sérgio Gonçalves, José Alves e Karina Furini, Rafael Catão e Raquel Arruda, Wagner

Batella e Tatiane Portela, Juscelino Eudâmidas, Henrique Alves, Cíntia Lins, Sônia Segatti, Sônia Ribeiro de Souza e Divino José da Silva, Munir Felício, Luiz Carlos Flávio, Oscar Buitrago, Vitor Koiti, Sílvia Pereira, Gislaine Garcia (Gisa), Marcelino Andrade e Flávia Ikuta, Jorge Montenegro e Fernanda Ikuta. Obrigada pelos momentos geográficos e de festa!

Aos amigos, Marcos Lupércio, Erika Porcelli, Cristina Perusi, Júlio, Marcos, Patrícia, Elisângela, Micheli e Amélia.

Aos amigos franceses, Eve-Anne Bühler; Renaud Watel; Gaëlle Iesteven; Margot Beauchamps; Mário Doraci, Boubou Boubou; Sebastien, Sandrine, Liloé e Éliben Turpault, Carol, Marcílio e Rudá.

Aos amigos da Pós-Graduação que ajudaram em várias etapas do trabalho, Caio Marques (e seu pai), Júlio Zandonadi, Ana Cláudia, Tiago César, Henrique Alves, Oscar Sobarzo, Oséias Martinucci, Mayara Cadette, Tati Portela, Juscelino Eudâmidas, Gilmar Soares, Rafael Catão, Paulo Fernando.

Aos colegas que me ajudaram durante trabalho de campo em Marília, Júlio César, Ricardo, Júnior, Cláudio, Aline, Willian Ferreira e D. Maria.

Às instituições e empresas que me receberam durante pesquisa de campo, em especial ao Professor Camillo Sivielli, ao Sr. Miguel Sampaio, ao Sr. Daércio Galati e a todos os trabalhadores das indústrias alimentícias de Marília que relataram sobre o cotidiano da fábrica e da vida.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP que me apoiou desde o Mestrado e agora, no Doutorado, na concessão de bolsa para realização da dissertação e da tese.

À Universidade Pública, em especial a UNESP CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE, minha origem acadêmica.

Ao Marcelino Makiyama (*in memoriam*), exemplo de superação e esperança...

À Frida, Kira, Tauru e Titani pelo carinho e companheirismo.

À Sra. Raimunda Sousa Pereira e sua Família pelo acolhimento. Ao Caio pela confiança, renovação e alegria.

À Mariana Tavares por me ajudar na tabulação dos dados levantados durante a pesquisa empírica e por compartilhar o dia-a-dia da família BOMTEMPO.

Ao meu IRMÃO, MATHEUS ERIC BOMTEMPO, possuidor de um grande coração. Sua amizade e compreensão me ajudam a prosseguir. Aprender com você é muito bom!

Ao meu COMPANHEIRO EDILSON ALVES PEREIRA JÚNIOR, obrigada pelo seu companheirismo, amizade, incentivo, críticas, paciência e pelo seu AMOR. Valeu e vale a pena SEMPRE!

Agora não tem jeito, a lágrima rolou! Agradeço imensamente aos meus PAIS, VALDOMIRO BOMTEMPO E CREUZA MARIA DA SILVA BOMTEMPO, que me ajudaram a descobrir o que tinha por detrás das árvores que cobriam os muros da FCT/UNESP. Curiosidade essa que me acompanhava desde criança quando íamos juntos e com os operários da Implemac fazer compras no supermercado SESI. Obrigada pela vida, pelos ensinamentos, pela amizade e pelo AMOR. Sem vocês não seria possível...

**Denise Bomtempo.**

**AULA DE VOO**

**O conhecimento  
caminha lento feito lagarta.  
Primeiro não sabe que sabe  
e voraz contenta-se com o cotidiano orvalho  
deixado nas folhas vividas da manhã.**

**Depois pensa que sabe  
e se fecha a si mesmo:  
faz muralhas,  
cava trincheiras,  
ergue barricadas.  
Defendendo o que pensa saber  
levanta certezas na forma de muros,  
orgulhando-se de seu casulo.**

**Até que maduro  
explore seus voos  
rindo do tempo que imaginava saber  
ou guardava preso o que sabia.  
Voa alto sua ousadia  
reconhecendo o suor dos séculos  
no orvalho de cada dia.**

**Mesmo o voo mais belo descobre um dia não ser eterno.  
É tempo de acasalar:  
voltar à terra com seus voos  
à espera de novas e prosaicas lagartas.**

**O conhecimento é assim:  
ri de si mesmo  
e de suas certezas.  
É meta da forma  
METAMORFOSE  
MOVIMENTO  
FLUIR DO TEMPO  
que tanto cria como arrasa**

**a nos mostrar que para o voo  
é preciso tanto o casulo  
como a asa.**



## RESUMO

Fazer a leitura do território, do ponto de vista do desenvolvimento das atividades econômicas, no período da globalização, é uma tarefa complexa. Novos paradigmas estão postos, novas dinâmicas são sentidas e novas configurações notadas. É preciso identificar os agentes, entender os processos e as relações que influenciam nas decisões, nas normatizações que (re) organizam, reestruturam e, portanto, usam o território. Neste contexto, apresentamos esta pesquisa, que tem como perspectiva a leitura das dinâmicas territoriais pela via da atividade industrial do ramo alimentício de consumo final na cidade de Marília/SP, no período da globalização. A metodologia da pesquisa está estruturada em três eixos, são eles: leituras; levantamento, sistematização e mapeamento de dados secundários; pesquisa de campo (realização de entrevistas e aplicação de questionários). Tal análise se justifica, pois o ramo industrial alimentício de consumo final instalado nessa cidade teve sua origem atrelada à ação de agentes locais, anterior ao processo de desconcentração industrial, iniciado a partir da metrópole paulistana na década de 1970. No entanto, a partir desse período, devido à expansão das indústrias locais, grupos empresariais de capital nacional e transnacional foram atraídos para escala dessa cidade média. Assim, com o desenvolvimento da pesquisa, verificamos que Marília, por aglomerar empresas industriais de um mesmo ramo produtivo, complexificou e ampliou sua função na divisão territorial do trabalho e na rede urbana em que está inserida e mantém relações. Devido à situação geográfica da aglomeração urbana e a configuração, por um lado de redes de proximidade geográfica e organizacional e por outro, de redes técnicas materiais e imateriais, as empresas industriais deste respectivo ramo, para permanecer e competir no mercado de concorrência global adotaram dimensões da reestruturação produtiva no que concerne à gestão, à produção e às relações de trabalho, e, influenciaram as instituições locais a adequar suas ações para atender aos seus interesses. A partir dessa nova organização, as normatizações, as atividades de gestão, pesquisa e desenvolvimento e distribuição, juntamente com a produção, passaram a ser atributos da cidade de Marília. Além disso, verificamos ampliação, do ponto de vista escalar, dos lugares articulados ao circuito espacial da produção do ramo alimentício de consumo final das empresas industriais instaladas nessa cidade. Isso mostra que as cidades médias, que desempenham atividade industrial no período da globalização, não podem mais ser consideradas como aquelas que têm o papel de intermediação com funções hierarquicamente definidas na rede urbana. Elas representam novas dinâmicas em curso no território brasileiro e por isso, a investigação que apresentamos e outras que possam surgir se justificam.

**Palavras-chaves:** dinâmica territorial, indústria de alimentos, reestruturação produtiva, cidades médias, divisão territorial do trabalho, circuito espacial da produção.

## RÉSUMÉ

Faire la numérisation du territoire, du point de vue du développement des activités économiques, dans la période de la mondialisation, c'est une tâche complexe. De nouveaux paradigmes sont faites, de nouvelles dynamiques sont expérimentés et de nouveaux paramètres notés. Il faut identifier les agents, comprendre les processus et les relations qui influencent les décisions, dans les normes qui réorganisent, qui restructurent, et, donc, qui utilisent le territoire. Dans ce contexte, nous présentons cette recherche, qui a comme perspective la lecture des dynamiques territoriales par la voie de l'activité industrielle dans le secteur de consommation finale des aliments dans la ville de Marília-SP, dans la période de la mondialisation. La méthodologie de la recherche est structurée autour de trois axes, ils sont: les lectures; l'enquête, la cartographie systématique des données secondaires, la recherche de terrain (la réalisation d'entretiens et l'application de questionnaires). Telle analyse est justifiée, puisque le secteur industrielle de la consommation alimentaire finalement installé dans cette ville a eu son origine liée à l'action des agents locaux, avant le processus de déconcentration industriel, lancé à partir de la métropole de São Paulo dans les années 1970. Cependant, à partir de ce moment, en raison de l'expansion des industries locales, les groupes d'entreprises de capital national et transnational ont été attirés par cette moyenne échelle de la ville. Ainsi, avec le développement de la recherche, nous avons constaté que Marília, pour la grappe industrielle dans le même secteur de production, elle a compliquée et a élargi son rôle dans la division territoriale du travail et dans le réseau urbain dans lequel elle opère et entretient des relations. En raison de l'emplacement géographique del' agglomération et la configuration urbain, d'une part, de réseaux de proximité organisationnelle et géographique, de l'autre, de réseaux techniques matériels et de réseaux immatériels, les entreprises industrielles du secteur respective, pour rester et participer à la compétition mondiale au marché de concurrence globale a adopté des dimensions processus de restructuration productive en ce qui concerne la gestion, à la production et aux relations de travail, et, d'influencer les institutions locales pour adapter leurs actions pour répondre à leurs intérêts. À partir de cette nouvelle organisation, les normes, les activités de gestion, de recherche et développement et la distribution, ainsi que la production, sont devenues des attributs de la ville de Marília. En plus, nous vérifions, en termes d'échelle, les lieux actes de procédure pour le circuit d'espace de production dans le secteur alimentaire de consommation finale des entreprises industrielles situées dans cette ville. Cela montre que les villes moyennes, qui développent l'activité industrielle dans la période de la mondialisation, ne peuvent plus être considérés comme ceux qui ont un rôle de liaison avec les rôles hiérarchiquement définis dans le réseau urbain. Ils représentent de nouvelles dynamiques au Brésil, et, par conséquent, les préoccupations de recherche actuelles et d'autres qui se posent sont justifiées.

**Mots-clés:** dynamiques territoriales, l'industrie alimentaire, la restructuration, les villesde taille moyenne, la division territoriale du travail, la production de circuits espace.

## ABSTRACT

Making the analysis, from the development of economical activities point of view, in times of globalization, is a complex task. There are new paradigms, new dynamics are felt and new configurations are noticed. It is needed to identify the agents, to understand the processes and relationships that have influence in the decisions and in the laws the (re)organize, restructure and, therefore, use the territory. In this context, we present this research, that has as perspective the analysis of territorial dynamics by the industrial activity of the final consumption nourishing field in the city of Marília/SP, in the period of globalization. The methodology of the research is structured in three guidelines: analysis; survey, systematization and mapping secondary data; field research (realization of interviews and questionnaires). This analysis's reason is that the final consumption industry installed in this city has its origins related to the actions of local agents, preceding the industrial decentralization process that began in the metropolis of Sao Paulo in the decade of 1970. However, from then on, because of the local industry expansion, business groups with national and transnational were attracted by this medium-sized city. Then, with the development of this research, we verified that Marília, by concentrating industrial companies of the same productive field made more complex and extended its function in the territorial work division and in the urban network in which it is inserted and relates to. Because of the geographic situation and configuration of in one hand geographical and organizational proximity networks, and in the other material and immaterial technical networks, the industrial companies of this field, to maintain themselves and compete in the market of global bidding adopted dimensions of the productive restructuration that concerns to management, production and work relations and influenced the local institutions to adequate their actions to attend their interests. From this new organization the laws, management activities, development and research, and distribution, alongside with production started to be considered attributes of the city of Marília. Besides that, we verified an extension, from the scalar point of view, of the places articulated to the spatial circuit of the final consumption nourishing production field companies installed in this city. That shows that the medium sized cities that play a part in the industrial activity in times of globalization, cannot be considered to be the ones that have an intermediate role with hierarchical defined functions in the urban network anymore. They represent the new dynamics in course in the Brazilian territory and because of that, the investigation that we present, and others that may come, is justified.

**Key-words:** territorial dynamics, nourishing industry, productive restructuration, medium-sized cities, territorial work division, production spatial circuit.

## **SUMÁRIO**

	<b>PÁGINAS</b>
<b>RESUMO</b>	<b>10</b>
<b>ÍNDICE</b>	<b>14</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b>	<b>16</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS</b>	<b>17</b>
<b>ÍNDICE DE CARTOGRAMAS</b>	<b>18</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS, FIGURAS E FOTOS</b>	<b>19</b>
<b>SIGLAS</b>	<b>20</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>22</b>
<b>1. DINÂMICA TERRITORIAL E ATIVIDADE INDUSTRIAL: POSSIBILIDADES DE LEITURA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO</b>	<b>45</b>
<b>2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ATIVIDADE INDUSTRIAL: AS MUTAÇÕES DO RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO</b>	<b>117</b>
<b>3. O TERRITÓRIO INDUSTRIAL RECONFIGURADO: OS FATORES DE LOCALIZAÇÃO, A ORIGEM DA ATIVIDADE E OS AGENTES ENVOLVIDOS NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA DE CONSUMO FINAL DE MARÍLIA – SP</b>	<b>174</b>
<b>4. DINÂMICA TERRITORIAL E CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DO RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL DE MARÍLIA – SP</b>	<b>277</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>428</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CITADA</b>	<b>440</b>

## ÍNDICE

	PÁGINAS
<b>INTRODUÇÃO</b>	22
<b>1. DINÂMICA TERRITORIAL E ATIVIDADE INDUSTRIAL: POSSIBILIDADES DE LEITURA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO</b>	<b>45</b>
Introdução	46
1.1. Dinâmicas territoriais, interações espaciais, circuito espacial da produção e agentes	47
1.2. Rede urbana e atividade industrial no Brasil e no estado de São Paulo	70
1.3. Rede Urbana e atividade industrial nas Regiões Administrativas (RAs) do estado de São Paulo	94
1.4. Atividade industrial nos municípios paulistas	105
<b>2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ATIVIDADE INDUSTRIAL: AS MUTAÇÕES DO RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO</b>	<b>117</b>
Introdução	118
2.1. Reestruturação produtiva: origens e dimensões do processo	119
2.2. Reestruturação produtiva e mudanças no território brasileiro	123
2.3. Novos rumos da produção industrial no território brasileiro: as cidades médias	132
2.4. A configuração do ramo alimentício de consumo final na esteira do processo de reestruturação produtiva	146
<b>3. O TERRITÓRIO INDUSTRIAL RECONFIGURADO: OS FATORES DE LOCALIZAÇÃO. A ORIGEM DA ATIVIDADE E OS AGENTES ENVOLVIDOS NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA DE CONSUMO FINAL DE MARÍLIA - SP</b>	<b>174</b>
Introdução	175
3.1. A localização industrial no período da globalização	176
3.2. Marília frente às cidades médias do Oeste Paulista	180
3.3. A origem do ramo alimentício de consumo final em Marília - SP	191
3.4. O conteúdo do território: os agentes que estruturam o ramo alimentício de Marília - SP	204
3.4.1. As Associações, Cooperativa e Sindicatos	209
a) As Associações	209
I) Associação Comercial e Industrial de Marília - ACIM	
II) Associação das Indústrias Alimentícias de Marília - ADIMA	213
b) A Cooperativa	226
III) Cooperativa Agrícola Mista da Alta Paulista (CAMAP) Unidade de Tupã	
c) O Sindicato da Alimentação	240
IV) Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentícias - STIAM	240
d) Poder Público Municipal	251
V) Secretaria da Indústria e Comércio de Marília - SP (SICM)	251
VI) Secretaria da Agricultura de Marília	257
e) Poder Público Estadual	260
VII) Banco do Povo Paulista - Unidade de Marília - SP	260
VIII) Centro Incubador de Empresa de Marília "Miguel Silva"	262
f) Poder Público Federal	265
IX) Centro Integração Empresa - Escola - CIEE/Marília - SP	265
X) Ministério do Trabalho e Emprego	267
XI) Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) e SEBRAE - Marília	270
Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT)	270
SEBRAE - Marília/SP	271
<b>4. DINÂMICA TERRITORIAL E CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DO RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL DE MARÍLIA - SP</b>	<b>277</b>
Introdução	278
4.1. Os serviços articulados ao ramo industrial alimentício de consumo final de Marília - SP	279
4.2. Características das indústrias alimentícias de consumo final instaladas em Marília - SP	288
4.2.1. Perfil das empresas industriais alimentícias de consumo final instaladas em Marília - SP	291
4.2.2. Critérios adotados pelas empresas industriais alimentícias para contratação de	300

trabalhadores formais	
4.2.3. As inovações nas indústrias alimentícias de consumo final	302
4.3. Os circuitos espaciais da produção das empresas industriais alimentícias instaladas em Marília - SP	309
4.3.1. O circuito espacial da produção das pequenas e médias empresas industriais alimentícias instaladas em Marília - SP	317
4.3.2. O circuito espacial da produção das grandes empresas industriais alimentícias de consumo final instaladas em Marília - SP	331
4.3.2.1. A configuração do circuito espacial produtivo da NESTLÉ – Unidade produtora de biscoitos de MARÍLIA – SP	331
- A NESTLÉ S/A na escala planetária e no território brasileiro	337
- A NESTLÉ unidade de MARÍLIA – SP nos dias atuais	353
- A organização da produção e do trabalho da unidade da NESTLÉ MARÍLIA - SP	356
- O processo produtivo – a fabricação dos biscoitos	360
- As etapas do circuito espacial da produção da NESTLÉ unidade de MARÍLIA - SP	368
4.3.2.2. A configuração do circuito espacial produtivo da MARILAN S/A	386
- A organização da produção e do trabalho na empresa e na fábrica	389
- O processo produtivo – a fabricação dos biscoitos	391
- As etapas do circuito espacial da produção da MARILAN S/A	396
4.3.2.3. A configuração do circuito espacial produtivo da DORI ALIMENTOS LTDA	406
- A organização da empresa: atividades de gestão, produção, distribuição e representação no território brasileiro e na escala planetária	406
- A organização da produção e do trabalho na fábrica	418
- As etapas do circuito espacial produtivo da DORI ALIMENTOS LTDA	421
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>428</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CITADA</b>	<b>440</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

	PÁGINAS
Quadro 1: Proposta de análise da atividade industrial desenvolvida em espaços urbanos não metropolitanos	31
Quadro 2: Entrevistas realizadas durante trabalho de campo na cidade de Marília – instituições e associações ligadas à atividade industrial do ramo alimentício <sup>1</sup>	36
Quadro 3: Empresas prestadoras de serviços às indústrias alimentícias instaladas na cidade de Marília - SP, visitadas durante trabalho de campo	38
Quadro 4: Empresas do ramo alimentício e metal-mecânico, visitadas durante trabalho de campo	41
Quadro 5: Empresas exportadoras instaladas no município de Marília-SP (jan.-dez./2007)	145
Quadro 6: Origem do capital e unidades produtivas das empresas alimentícias de consumo final líderes de venda (biscoitos – 2005)	165
Quadro 7: As cinco maiores empresas industriais do ramo alimentício (em volume de vendas), produtoras de biscoitos, confeitos e aperitivos salgados sólidos, de acordo com a Revista Super Varejo, 2005	167
Quadro 8: Origem do capital e unidades produtivas das empresas alimentícias de consumo final líderes de venda (chocolates, derivados de cacau e aperitivos salgados sólidos, 2005)	171
Quadro 9: Primeiras empresas industriais instaladas em Marília - SP	193
Quadro 10: Agentes do ramo alimentício de consumo final entrevistados durante trabalho de campo em Marília - SP	207
Quadro 11: Instituições de ensino articuladas ao ramo industrial alimentício de consumo final de Marília-SP, visitadas durante trabalho de campo	281
Quadro 12: Empresas prestadoras de serviços ao ramo alimentício de consumo final de Marília – SP, visitadas durante trabalho de campo	283
Quadro 13: Fábricas da Nestlé S/A nos países do continente europeu	334
Quadro 14: Fábricas da Nestlé S/A nos países do continente americano	334
Quadro 15: Fábricas da Nestlé S/A nos países do continente asiático, africano e Oceania	335
Quadro 16: Organização da Nestlé no Brasil	341
Quadro 17: Fábricas da Nestlé Ltda no Brasil	343
Quadro 18: Trajetórias alimentícias: de Doces Cristal a Nestlé Biscoitos	354
Quadro 19: Organização interna da Nestlé unidade de Marília - SP	362
Quadro 20: Funções desempenhadas pelos funcionários da Nestlé – unidade produtiva de Marília – SP	363
Quadro 21: Organização de empresa de médio porte (capital local), fornecedora de matéria-prima processada para Nestlé	374
Quadro 22: Organização interna da Marilan S/A	389
Quadro 23: Dori Alimentos Ltda: organização interna, circuito espacial da produção e relações de multiescalaridade	417

## ÍNDICE DE TABELAS

### PÁGINAS

Tabela 1: Estabelecimentos industriais e empregos ocupados no Brasil e no estado de São Paulo ao longo do século XX	74
Tabela 2: Estados brasileiros que apresentaram maior relevância no desenvolvimento de atividades econômicas, de acordo com os grandes setores do IBGE - 1985	78
Tabela 3: Estados brasileiros que apresentaram maior relevância no desenvolvimento de atividades econômicas, de acordo com os grandes setores do IBGE - 2007	78
Tabela 4: Estados brasileiros que apresentaram maior relevância em empregos ocupados, de acordo com os grandes setores do IBGE - 1985	79
Tabela 5: Estados brasileiros que apresentaram maior relevância em empregos ocupados de acordo com os grandes setores do IBGE – 2007	80
Tabela 6: Estabelecimentos industriais de acordo com os setores do IBGE/RAIS (1985 e 2007)	82
Tabela 7: Empregos industriais ocupados de acordo com os setores do IBGE/RAIS (1985 e 2007)	84
Tabela 8: Número de estabelecimentos e empregos ocupados no estado de São Paulo (2007)	86
Tabela 9: Distribuição dos estabelecimentos da indústria de transformação nas regiões administrativas do estado de São Paulo (1985 e 2007)	97
Tabela 10: Distribuição dos empregos ocupados nas indústrias de transformação - regiões administrativas do estado de São Paulo (1985 e 2007)	97
Tabela 11: Estabelecimentos industriais do ramo de alimentos por porte, instalados nas RAs do Estado de São Paulo (1995 e 2007)	101
Tabela 12: Empregos industriais ocupados no ramo de alimentos por porte, instalados nas RAs do estado de São Paulo (1995 e 2007)	102
Tabela 13: Distribuição dos estabelecimentos e dos empregos ocupados nas indústrias de alimentos do estado de São Paulo – municípios com mais de 20 estabelecimentos – 2007	116
Tabela 14: Fusões e aquisições na indústria de alimentação atuantes no Brasil (R\$ milhões)	153
Tabela 15: Investimentos na indústria de alimentação (R\$ milhões)	156
Tabela 16: Faturamento setorial em 2009 e 2008 (R\$ bilhões)	164
Tabela 17: População total das cidades médias do Oeste Paulista frente ao estado de São Paulo (2008)	185
Tabela 18: Perfil econômico das cidades médias do Oeste Paulista (2008)	186
Tabela 19: Participação dos vínculos empregatícios (%) e do rendimento médio (R\$) por vínculo empregatício, dos grandes setores do IBGE (2009)	188
Tabela 20: Empresas que investiram na indústria de alimentos e bebidas (exceto usinas sucroalcooleiras) - 1995 - 2005	189
Tabela 21: Agropecuária e produção florestal (amendoim em casca) – área colhida (ha), 2008	230
Tabela 22: Motivos que levaram o proprietário a investir no ramo industrial alimentício de consumo final	293
Tabela 23: Dificuldades encontradas nos primeiros anos de atividades	294
Tabela 24: Explicação do nome fantasia da empresa	295
Tabela 25: Motivos que levaram a mudança do local de instalação das empresas industriais alimentícias de consumo final	295
Tabela 26: Motivos que levaram a empresa a se instalar em Marília	297
Tabela 27: Contato – Convênio – Filiação com instituições	298
Tabela 28: Atualmente, quais os motivos para continuar os investimentos na atividade industrial alimentícia em Marília	299
Tabela 29: Critérios adotados pelas indústrias alimentícias de Marília para contratação de trabalhadores formais	302
Tabela 30: Características das máquinas adotadas no processo produtivo	304
Tabela 31: Origem das máquinas adotadas no processo produtivo	306
Tabela 32: Motivos das inovações nas indústrias alimentícias de Marília	308
Tabela 33: Utilização de laboratórios para análise de qualidade do produto	309



## ÍNDICE DE CARTOGRAMAS

	PÁGINAS
Cartograma 1: Distribuição dos estabelecimentos industriais dos ramos de alimentos (1995, 2007) e bebidas (1985) no território brasileiro	89
Cartograma 2: Regiões Administrativas do estado de São Paulo	96
Cartograma 3: Distribuição dos estabelecimentos industriais e dos empregos ocupados no ramo de alimentos (1995, 2007) e bebidas (1985) nas Regiões Administrativas do estado de São Paulo	104
Cartograma 4: Distribuição dos estabelecimentos e dos empregos ocupados no ramo de alimentos, instalados nos municípios estado de São Paulo – 1985, 1995 E 2007	106
Cartograma 5: Distribuição dos estabelecimentos e empregos industriais ocupados no ramo de alimentos no estado de São Paulo, exceto RA de São Paulo e municípios com mais de 20 estabelecimentos – 2007	110
Cartograma 6: São Paulo – cidades com mais de 100 mil habitantes	111
Cartograma 7: Valor Adicionado Fiscal, localização do VAF em (%); coeficiente de concentração e especialização do vaf das indústrias de alimentos instaladas em cidades com mais de 20 estabelecimentos industriais do ramo alimentício de consumo final (2005)	141
Cartograma 8: Coeficiente de localização; concentração e especialização dos empregos ocupados e coeficiente de localização; concentração e especialização soma dos rendimentos médios mensais dos empregos ocupados na indústria de alimentos localizados nas cidades com mais de 20 estabelecimentos industriais (%) (2005)	142
Cartograma 9: Distribuição dos estabelecimentos e empregos ocupados nas indústrias do ramo alimentício da RA de Marília, 1995, 2007	202
Cartograma 10: Agentes envolvidos na atividade industrial do ramo alimentício instalado na cidade de Marília - SP	208
Cartograma 11: Aglomerados Produtivos do estado de São Paulo de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado (2010)	220
Cartograma 12: Arranjos Produtivos do estado de São Paulo de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado (2010)	220
Cartograma 13: Amendoim em casca – área colhida em HA, por Região Administrativa do estado de São Paulo (1990, 2000, 2007)	233
Cartograma 14: Distribuição espacial dos estabelecimentos industriais do ramo alimentício em Marília – SP - Brasil	290
Cartograma 15: Pequenas e Micro Empresas de Marília - SP – circuito espacial da produção: aquisição de insumos e matérias-primas	319
Cartograma 16: Médias empresas alimentícias de Marília – SP – circuito espacial da produção: aquisição de insumos, serviços e matérias-primas	327
Cartograma 17: Nestlé S/A - circuito espacial da produção: atividades de gestão, produção e P&D	336
Cartograma 18: Nestlé Brasil Ltda – Atuação no território brasileiro: unidade de gestão e produção	342
Cartograma 19: Nestlé Brasil Ltda – atuação no território nacional – unidade de armazenamento e distribuição	345
Cartograma 20: Nestlé Brasil Ltda – empresas controladas e terceirizadas	346
Cartograma 21: Nestlé Brasil Ltda – circuito espacial da produção da unidade produtiva de Marília/SP: aquisição de matéria-prima	371
Cartograma 22: Nestlé Brasil Ltda – unidade produtiva de Marília/SP: aquisição de insumos e serviços articulados à empresa	376
Cartograma 23: Nestlé Brasil Ltda – circuito espacial da produção da unidade produtiva de Marília/SP: atividades de importação e exportação	379
Cartograma 24: Nestlé Brasil Ltda – unidade produtiva de Marília/SP: local de moradia dos trabalhadores sócios do sindicato da alimentação de Marília/SP	385
Cartograma 25: Marilan Alimentos S/A – circuito espacial da produção: atividades de gestão, distribuição e representação	398
Cartograma 26: Marilan Alimentos S/A – circuito espacial da produção: aquisição de matéria-prima e serviços articulados à empresa	401

Cartograma 27: Marilan Alimentos S/A – circuito espacial da produção: atividades de exportação e distribuição	403
Cartograma 28: Marilan Alimentos S/A – local de moradia dos trabalhadores sócios do sindicato da alimentação de Marília - SP	405
Cartograma 29: Dori Alimentos Ltda – circuito espacial da produção – atividades de gestão, produção, distribuição e representação	412
Cartograma 30: Dori Alimentos Ltda – circuito espacial da produção – atividades de exportação e distribuição	414
Cartograma 31: Dori Alimentos Ltda – circuito espacial da produção – aquisição de matérias-primas e serviços articulados à empresa	423
Cartograma 32: Dori Alimentos Ltda – local de moradia dos trabalhadores sócios do sindicato da alimentação de Marília - SP	424

## ÍNDICE DE GRÁFICOS, FIGURAS e FOTOS

### PÁGINAS

Gráfico 1: Evolução das Fusões e Aquisições na indústria de alimentos e bebidas no Brasil (1994 – 2004).	149
Figura 1: Exemplo do funcionamento de uma <i>filière</i>	61
Figura 2: Exemplo de cadeia produtiva	62
Figura 3: Interligações à montante e à jusante da propriedade rural	62
Figura 4: Primeiras empresas industriais instaladas na cidade de Marília - SP	192
Figura 5: Selos criados pela ADIMA	217
Figura 6: Máquinas automáticas utilizadas pelas grandes indústrias alimentícias de Marília na fabricação de biscoitos	305
Figura 7: Estrutura organizacional da sede da Nestlé no Brasil	339
Figura 8: Rede de distribuição de GLP no estado de São Paulo	365
Figura 9: Unidades da Dori Alimentos Ltda	408
Foto 1: CAMAP Tupã	227
Foto 2: Silos da CAMAP Tupã	227
Foto 3: Jardim Alimentação I	248
Foto 4: Casa do Jardim Alimentação I	248
Foto 5: Máquinas manuais utilizadas na fabricação de doces	305
Foto 6: Doceiros retirando mercadorias nas indústrias alimentícias de Marília e Mercado onde os produtos são comercializados	321
Foto 7: Vista aérea da fábrica da Airilam – Beatrice Food	355
Foto 8: Vista aérea da fábrica da Nestlé unidade de Marília - SP	355
Foto 9: Avenida Castro Alves – Fábrica da Nestlé em Marília e fluxos de veículos em torno da unidade produtiva	356
Foto 10: Convênios entre a indústria alimentícia e estabelecimentos comerciais de Marília - SP	359
Foto 11: Vista aérea do CD da Nestlé em Cordeirópolis - SP	369
Foto 12: Produtos fabricados pelas indústrias alimentícias de Marília, encontrados num pequeno estabelecimento comercial de Marília - SP	380
Foto 13: Produtos fabricados pelas indústrias alimentícias de Marília, encontrados num supermercado de uma rede que atua na escala nacional. Marília - SP.	380
Foto 14: Primeira sede da Marilan (1957)	388
Foto 15: Sede Atual da Marilan	388
Foto 16: Saída de trabalhadores da Marilan, segundo turno diurno	390
Foto 17: Central de armazenamento de farinha de trigo da Marilan	393
Foto 18: Descarga de matéria-prima na Marilan	393
Foto 19: Descarga de matéria-prima na Marilan	393
Foto 20: Depósito de matéria-prima em área externa à fábrica	393
Foto 21: Centro de distribuição da Dori – Filial de Fortaleza - CE	411
Foto 22: Gerente e Funcionárias do CD DORI - Filial de Fortaleza – CE	411
Foto 23: CD DORI - Filial de Fortaleza – CE - produtos armazenados	411
Foto 24: CD DORI - Filial de Fortaleza – CE - produtos armazenados	411

## SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira de Indústrias da Alimentação
ABIC	Associação Brasileira da Indústria de Café
ABICAB	Associação Brasileira das Indústrias de Cacau, Amendoim, Balas e Derivados
ACIM	Associação Comercial e Industrial
ADIMA	Associação das Indústrias de Alimentos de Marília
ANVISA	Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde
APAS	Associação Paulista de Supermercados
APLs	Arranjos Produtivos Locais
APO	Arranjo Produtivo Organizado
APPCC	Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
BFP	Boas Práticas de Fabricação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BPFs	Boas Práticas de Fabricação
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMAP	Sociedade Agrícola Cooperativa Mista da Alta Paulista
CD	Centro de Distribuição
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CPD	Centro de Processamento de Dados
EADI	Estação Aduaneira do Interior
EDR	Escritório de Desenvolvimento Rural
F&A	Fusões e Aquisições
FAO	Food and Agriculture Organization
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FATEC	Faculdade de Tecnologia "Estudante Rafael Almeida Camarinha"
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FISPAL	Feira Internacional de Embalagens, Processos e Logística para Indústrias de Alimentos e Bebidas
GAsPERR	Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimento Externo Direto
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IRISSO	l'Institut de Recherche Interdisciplinaire en Sciences Sociales
ISO	Internacional Organization for Standardization
LABOPLAN	Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
LUPA	Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária
MAPA	Ministério de Agricultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAT	Posto de Atendimento ao Trabalhador
PIESP	Pesquisa de Investimentos Anunciados do Estado de São Paulo
PME	Pequena e Média Empresa

PCC	Ponto Crítico de Controle
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPHO	Programa de Procedimentos Padrão de Higiene Operacional
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário
RAs	Regiões Administrativas
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REDEX	Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação
RH	Recurso Humano
RM	Região Metropolitana
SBDC	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
SCPC	Serviço Central de Proteção ao Crédito
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SEBRAE	Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERASA	Serviço De Consulta A Pendências E Protestos Exclusivos Para Empresas
SERT	Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo
SICM	Secretaria da Indústria e Comércio de Marília
STIAM	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins
TJ	Tribunal da Justiça
UF	Unidade da Federação
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIMAR	Universidade de Marília - Faculdade de Agronomia
UNIMED	União dos Médicos
UNITHAL	Laboratório de Análise Físico – Químicas e Tecnologia de Produtos
UNIVEM	Fundação Eurípides - Curso de Administração de Empresas
USP	Universidade de São Paulo
VA	Valor Adicionado
VAF	Valor Adicionado Fiscal



## **INTRODUÇÃO**

## Introdução

De acordo com o Dicionário Aurélio, trajetória significa “*linha descrita por um ponto material em movimento, por um projétil, de seu ponto de partida ao de chegada*”. Apesar de o movimento ser inerente à trajetória, neste contexto, o sentido retilíneo, partida e chegada, é que explica o real significado da palavra.

Quando utilizamos este termo para entender o caminho percorrido por um indivíduo ao longo da vida, percebemos que essa ação não se faz de maneira reta, pelo contrário, apesar de ser constante, é também variado. De acordo com Born (2001),

Trajetória de vida pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. O curso de uma vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico (BORN, 2001, p. 243, grifo nosso).

O indivíduo enquanto ser social possui múltiplas trajetórias que se entrelaçam ao longo do espaço-tempo. Nosso propósito, aqui, é descrever o trajeto desta pesquisa, que culminou na elaboração desta tese.

Desde o ingresso no Programa de Pós-Graduação da FCT/UNESP de Presidente Prudente, em agosto de 2007, realizamos uma série de atividades que contribuíram para elaboração de indagações, tanto do ponto de vista do trabalho que *a priori* fomos desafiados a desenvolver, como também questões de natureza teórico-metodológica relacionadas ao conhecimento geográfico.

Entre as atividades realizadas, destacam-se: disciplinas cursadas; reuniões com Orientador e com professores pesquisadores do Projeto Temático “O novo mapa da indústria paulista no início do século XXI”, da qual fazemos parte; grupos de estudos, com colegas da Graduação e Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente, do Grupo de Pesquisa de Produção do Espaço e Redefinições Regionais - GAsPERR e do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, sobretudo daqueles vinculados ao Laboratório de Geografia Política e Planejamento

Territorial e Ambiental - LABOPLAN (agosto a dezembro de 2008); leituras; levantamento bibliográfico e de dados secundários; trabalho de campo e realização de estágio no exterior (modalidade “sanduíche”), no período de dezembro de 2009 a maio de 2010. O mesmo foi realizado na França, Université Paris-Dauphine - IRISSO, supervisionado pelo Professor Doutor Christian Azais.

A elaboração de uma pesquisa possui trajetórias diversas que se cruzam ao longo do espaço-tempo. Nela, está envolvido o trajeto percorrido pelo pesquisador, o ambiente onde ele está inserido e conseqüentemente, as pessoas com as quais se relaciona. Durante a realização de um trabalho de caráter científico, algumas escolhas são feitas para atingir os objetivos propostos. Deparamo-nos com situações em que é necessário rever nossa trajetória de trabalho e muitas vezes somos instigados a recortar<sup>1</sup> temas, escalas espaciais e temporais, dados, informações etc. É preciso, para não nos perdermos no percurso, ter conhecimento do tema trabalhado e dos objetivos a serem alcançados. Desse modo, temos a liberdade de tomar decisões sem incorrer na produção de falsas realidades.

Por sua vez, o projeto de pesquisa não deve ser encarado como uma estrutura rígida, mas sim resiliente, deve conter intenções a respeito do tema a ser pesquisado. Nossa proposta de estudo, apresentada durante a seleção do doutorado, para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente, intitulava-se “As relações de produção nas indústrias de transformação no Oeste do estado de São Paulo: o papel dos ramos de alimentos<sup>2</sup> e bebidas”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup>Para nós, o recorte é apenas o ponto de partida para analisar a realidade inserida num contexto histórico e espacial. De acordo com Elias (2003), “*este caminho metodológico se faz necessário, desde que a perspectiva seja a de se “buscar a reconstrução intelectual da totalidade concreta, aquela que inclui o movimento das relações sociais, sem ser vazia de história, lembranças [...]”* (p. 21).

<sup>2</sup>De acordo com a CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, o setor de alimentos compreende:

**1.** O processamento ou transformação de produtos da agricultura, pecuária e pesca em alimentos para uso humano ou animal.

**2.** Este setor compreende também:

**a)** Os estabelecimentos que produzem e vendem seus próprios produtos, como, por exemplo, as padarias, quando têm na venda da produção própria a principal fonte de receita.

O setor é composto pelos grupos: “Abate e Preparação de Produtos de Carne e de Pescado” (grupo 151); “Processamento, Preservação e Produção de Conservas de Frutas, Legumes e Outros Vegetais” (grupo 152); “Produção de Óleos e Gorduras Vegetais e Animais” (grupo 153);

Entre as perguntas que nos impulsionava, no momento da elaboração do projeto de tese, destacavam-se: é correto afirmar que a dinâmica proporcionada pela atividade industrial do estado de São Paulo é proveniente apenas do espraiamento da industrialização da metrópole? Os setores e ramos industriais se configuraram espacialmente a partir do processo de desconcentração industrial, iniciado em fins da década de 1970? Como explicar a aglomeração de ramos industriais em *espaços urbanos não metropolitanos*<sup>4</sup>?

Essas perguntas foram elaboradas a partir de levantamento bibliográfico e de dados relacionados ao tema da pesquisa. Entre as informações levantadas, selecionamos, em primeira instância, a distribuição dos estabelecimentos industriais e empregos ocupados na indústria de transformação do estado de São Paulo, para tanto, foram utilizadas as bases de dados *on-line* da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Perfil dos Municípios Paulistas da base de dados *on-line* da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE<sup>5</sup>.

De posse desses dados, trabalhamos na interpretação dos mesmos e na elaboração de hipóteses que nos permitissem a análise e síntese da atividade industrial paulista pelo viés geográfico, sobretudo em fins do século XX, em que notamos dinâmicas próprias do capitalismo, entre elas a

---

“Laticínios” (grupo 154); “Moagem, Fabricação de Produtos Amiláceos e de Rações Balanceadas para Animais” (grupo 155); “Fabricação e Refino de Açúcar” (grupo 156); “Torrefação e Moagem de Café” (grupo 157); “Fabricação de Outros Produtos Alimentícios” (grupo 158), da divisão “Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas”, (divisão 15) da seção “Indústrias de Transformação” (seção D), da CNAE Fiscal.

**3. Este setor não compreende:**

**a)** Os estabelecimentos que executam algum processamento no produto alimentício, visando exclusivamente a facilitar a comercialização, como, por exemplo, os açougues e peixarias (Seção G).

**b)** As padarias, com predominância de revenda de produtos que não sejam de produção própria (52). Fonte: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso: Setembro/2008.

<sup>3</sup>O mesmo projeto foi enviado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, para obtenção de Bolsa. A aprovação se deu no período de março de 2008 a março de 2011. Vale ressaltar que o projeto foi inserido no projeto temático “*O mapa da indústria no início do século XXI. Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no Estado de São Paulo*”, coordenado pelo Professor Dr. Eliseu Savério Sposito, que conta com a participação do GASPERR – Grupo de Pesquisa de Produção do Espaço e Redefinições Regionais.

<sup>4</sup>As discussões referentes aos espaços urbanos de um Brasil não metropolitano estão presentes nos estudos de DAVIDOVICH (1991); LENCIONI (2004); BELTRÃO SPOSITO et al. (2007); ELIAS (2007).

<sup>5</sup>Os resultados do levantamento de dados serão apresentados no Capítulo 1 desta tese.



reestruturação produtiva. Constatamos que a distribuição dos estabelecimentos industriais e dos empregos ocupados na indústria de transformação não se dá de maneira homogênea no estado de São Paulo. A metrópole e a região metropolitana ainda concentram grande parte dessa atividade econômica e conseqüentemente dos empregos por ela gerados, por outro lado, verificamos também municípios localizados topograficamente distantes<sup>6</sup> da área polarizada pela metrópole, que se destacam nas duas variáveis selecionadas.

Diante de tal constatação, ampliamos as buscas para distribuição dos estabelecimentos e empregos ocupados na atividade industrial, por ramos da indústria de transformação<sup>7</sup>. A partir desse levantamento, verificamos a concentração de estabelecimentos industriais de maneira pontual, ou seja, em municípios paulistas, localizados, do ponto de vista topográfico, distante da metrópole paulistana. Em alguns casos, como no ramo alimentício de consumo final, o número de empregos ocupados na metrópole e mesmo em municípios da região metropolitana era inexpressível em relação à concentração naqueles localizados no interior do estado de São Paulo, sobretudo no Oeste Paulista.

De acordo com os dados da RAIS/MTE e da Secretaria de Desenvolvimento do estado de São Paulo, vimos que a atividade industrial está presente em grande parte dos municípios paulistas. Alguns ramos encontram-se aglomerados, a) na metrópole e em municípios da região metropolitana, b) municípios próximos à metrópole, mas que estão inseridos em outras regiões administrativas, c) em municípios inseridos nas regiões administrativas distantes, do ponto de vista topográfico, da cidade de São Paulo.

Como exemplo de municípios localizados distantes da metrópole paulistana, do ponto de vista topográfico, e que aglomeram ramos industriais, sobressaem-se: Tabatinga (bichos de pelúcia); Ibitinga (bordados e enxovais);

---

<sup>6</sup>Sabemos que no período da globalização, as distâncias precisam ser relativizadas, por isso, trabalhamos com a perspectiva de que é preciso ler as dinâmicas territoriais não apenas pelas distâncias topográficas, mas também topológicas, ou seja, pela organização e articulações do território em rede. Para fazer tal discussão, utilizamos como referencial as idéias de Lencioni (2004), entre outros trabalhos, explorados ao longo dos capítulos desta tese.

<sup>7</sup>De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (bases da Relação Anual de Informações Sociais), os ramos que estruturam a indústria de transformação são respectivamente: extração mineral; minerais não metálicos; metalurgia; metal-mecânico; materiais elétricos e comunicações; materiais de transportes; madeira e mobiliados; papel, papelão, editorial e gráfico; borracha, couro, fumo e similares; química; têxtil; calçadista; alimentos, bebidas e álcool etílico.

Auriflama (moda íntima); Jaú (calçados femininos); Franca (calçados masculinos); Birigui (calçados infantis); Presidente Prudente (couros e artefatos); Garça (eletro-eletrônicos); Ribeirão Preto (equipamentos odontológicos); São José do Rio Preto (jóias de ouro); Itatiba, Mirassol e Votuporanga (móveis); Bastos (ovos); Marília (alimentos de consumo final). Todos os municípios citados foram classificados, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento do estado de São Paulo, como Arranjos Produtivos Locais<sup>8</sup>.

De acordo com Pires (2006),

Desde a segunda metade dos anos 90, no Brasil, universidades e governos passaram a utilizar a noção de “arranjos produtivos locais” (APLs) como uma nova instância de organização e institucionalização do planejamento e do desenvolvimento territorial. Introduzida no imaginário empresarial, técnico e administrativo, essa noção vem se tornando cada vez mais uma referência espacial e territorial obrigatória para as novas estratégias dos agentes públicos e privados, essenciais para as transformações e expectativas coletivas no ambiente econômico e social local ou regional, de médio e longo prazo (p. 60).

Ainda consoante com o autor, arranjo produtivo local pode ser compreendido como,

[...] um recorte do espaço geográfico (parte de um município, conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras etc) que além de ser um agrupamento de MPME's (Micro, Pequenas e Médias Empresas) especializadas em uma atividade, possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos), mantenha ou tenha a capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento local, estabelecendo parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no arranjo e seu entorno (território) (PIRES, 2006, p. 63).

<sup>8</sup>Uma importante contribuição geográfica sobre os Arranjos Produtivos Locais, sobretudo o de confecções, foi dada por MATUSHIMA, Marcos Kazuo (2005), na sua Tese de Doutorado. O autor fez uma revisão bibliográfica bem sistematizada sobre as principais referências bibliográficas a respeito dos APLs. Além desse trabalho, destacamos outros: **a)** PIRES, Elson Luciano Silva. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPOSITO, Eliseu Savério. *Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. **b)** CICERO, Elaine Cristina. *Uma análise da indústria de calçados de Birigui no contexto da flexibilização produtiva*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2007 (Monografia de Bacharelado em Geografia). **c)** RODRIGUES, Andréia Marize. *Cluster e competitividade: um estudo da concentração de micro e pequenas empresas de alimentos no município de Marília*. São Carlos: USP - Tese de Doutorado em Engenharia Mecânica, 2003.

Entre os municípios que do ponto de vista topográfico estão distantes da metrópole paulistana, Marília se destaca em relação ao número de estabelecimentos e de empregos industriais ocupados em um mesmo ramo industrial. É considerado, pela Secretaria de Desenvolvimento do estado de São Paulo, como “aglomerado produtivo do ramo alimentício”. Além dessas variáveis, foi possível verificar que a indústria alimentícia de consumo final instalada nesse município passa por constantes transformações no que tange à atração de investimentos, tanto de grupos empresariais de capital nacional, como também internacional.

Diante de tais constatações, algumas perguntas foram elaboradas, a saber: quais foram as determinantes que levaram o surgimento de ramos industriais aglomerados em cidades distantes (do ponto de vista topográfico) da metrópole paulistana, sobretudo em *cidades médias*<sup>9</sup>, a princípio sem sinergias industriais? Quais os ramos industriais predominantes nessas cidades? Qual o perfil dos agentes envolvidos na atividade industrial? Como o processo de reestruturação produtiva foi incorporado pelas empresas industriais? Ainda em relação às reestruturações, quais as mudanças e permanências existentes nos ramos industriais do ponto de vista da organização da produção e do trabalho? Quais as interações espaciais proporcionadas pela atividade industrial dos ramos predominantes? Como configuram os circuitos produtivos e as relações escalares das empresas? Qual o papel da indústria para geração de dinâmicas territoriais e para a mudança dos papéis das cidades médias na divisão territorial do trabalho e na rede urbana?

Além dessas perguntas existem outras que poderiam ser abordadas, como, por exemplo, se existe ou não a configuração de um arranjo produtivo local alimentício em Marília. Mas, de antemão, gostaríamos de deixar claro que, reconhecemos a importância dessa discussão, mas ela não é o foco

---

<sup>9</sup>É importante diferenciar cidade média de cidade de porte médio. Para tanto, utilizamos como referência uma reflexão realizada por Beltrão Sposito (2004a), “Podemos admitir a existência de cidades de porte médio, em função de característica que lhe é intrínseca, como seu tamanho demográfico, mas não podemos reconhecer se uma cidade de porte médio é uma cidade média, ou seja, aquela que desempenha papéis de intermediação na rede urbana, sem compreender, ao mesmo tempo suas características (o que não se restringe ao tamanho demográfico e deve incluir a estruturação interna de seus espaços), como suas relações com outras cidades (o que impõe o reconhecimento de seus papéis na estruturação urbana na rede” (p. 331) (grifo nosso).

principal do nosso trabalho. Assim, as respostas às questões apontadas são desafiadoras, pois a discussão que envolve o tema geral da pesquisa sempre teve como foco principal a interpretação da realidade industrial brasileira a partir da escala metropolitana, sobretudo paulistana. Desse modo, a atividade industrial desenvolvida em espaços urbanos não metropolitanos é recente, portanto, a realização de trabalhos com essa perspectiva, por um lado, contribuiu para entender as novas dinâmicas existentes no território brasileiro, proporcionada pelas atividades econômicas industriais desenvolvidas no *período da globalização*. Por outro, estudos dessa natureza que têm como perspectiva os ramos industriais, contribuem para entender, na escala do estado de São Paulo, a diversidade de sua industrialização.

A problemática que circunscreve nossa análise é que o ramo industrial alimentício de consumo final, desenvolvido em Marília, teve sua gênese anterior aos processos de reestruturação produtiva e desconcentração industrial. No entanto, esses contribuíram para que mudanças do ponto de vista da localização, da organização da empresa e do trabalho industrial, das inovações, entre outras, fossem notadas, pois foi a partir das implementações provenientes desses processos que as relações entre os agentes, as interações espaciais e os circuitos produtivos se complexificaram, até serem capazes de ampliar o papel da cidade na divisão territorial do trabalho.

De acordo com Martinelli Jr. (1999), o ramo alimentício possui uma estrutura de mercado complexa por envolver uma gama de processos e agentes. Os *“quatro grandes planos constitutivos dessas estruturas de mercado”* são respectivamente:

primeiro, são identificados os fornecedores de matérias-primas e insumos (agrícolas e não-agrícolas) utilizados no processamento industrial dos produtos finais de alimentos; segundo, situa-se a indústria processadora de alimentos, composta pelas grandes produtoras de bens alimentícios de grandes marcas comerciais, pelas pequenas e médias empresas que podem ser ou não fornecedoras de produtos de marcas próprias; no terceiro estão as redes de comércio de produtos alimentares, compostas pelas lojas tradicionais (super/hipermercados e comércio de pequeno e médio portes) e pelas novas formas de comércio, as lojas de desconto (clube de compra, hard discounters); no quarto plano encontram-se as diferentes formas de consumo de alimentos: as associadas às refeições no lar e às refeições fora do lar; estas com destaque pelo maior dinamismo econômico recente (p. 6).

Diante do apresentado, nosso objetivo geral com a realização deste estudo foi compreender se os processos de reestruturação produtiva e desconcentração industrial da metrópole paulistana modificou o perfil e a organização dos agentes; as interações espaciais e a configuração do circuito espacial da produção do ramo alimentício de consumo final instalado na cidade de Marília - SP.

O objetivo geral se desdobra em específicos, são eles:

- a) Compreender até que ponto a situação geográfica atrelada à ação dos agentes contribuiu para a gênese e consolidação do aglomerado industrial do ramo alimentício;
- b) Investigar se, no período atual, a proximidade geográfica e organizacional das empresas contribui para dinamização do ramo industrial alimentício e das atividades atreladas a ele;
- c) Verificar as diferenças e semelhanças das interações espaciais e dos circuitos produtivos das indústrias alimentícias, de acordo com o porte das empresas e origem do capital;
- d) Analisar se as atividades do ramo industrial alimentício proporcionam ampliação dos papéis da cidade de Marília na divisão territorial do trabalho e na rede urbana em que está inserida e mantém relações.

Gostaríamos de salientar que nosso trabalho tem como perspectiva compreender as dinâmicas territoriais a partir de uma interface estabelecida entre as discussões pertinentes à geografia econômica, pelo viés industrial, sem desconsiderar o urbano e as contradições provenientes da “urbanização da sociedade”.

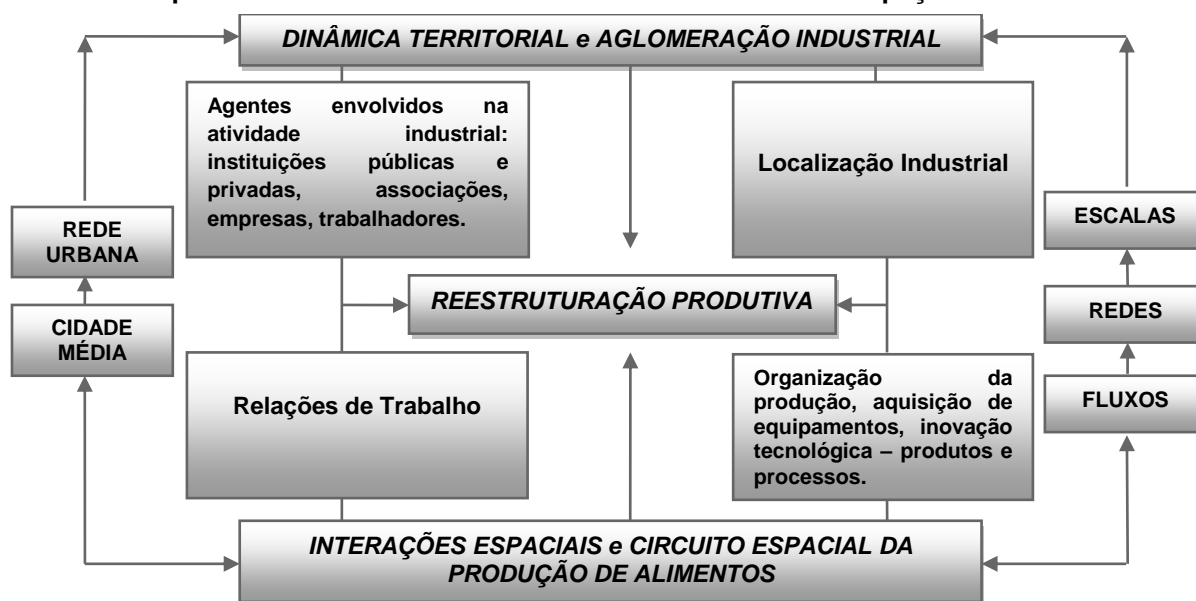
Desse modo, a pesquisa desenvolvida procurou apresentar uma análise-síntese geográfica qualitativa das dinâmicas territoriais existentes no estado de São Paulo, pela atividade industrial, no período da globalização. Para isso, tomamos como recorte analítico e empírico, o ramo alimentício de consumo final, aglomerado na cidade de Marília.

Como uma forma de materializar o percurso teórico-metodológico da pesquisa, estruturamos um quadro intitulado “Proposta de análise da atividade

industrial desenvolvida em espaços não metropolitanos” (Quadro 1). O mesmo está organizado em três grandes eixos norteadores da tese<sup>10</sup>. O primeiro trata da “dinâmica territorial e aglomeração industrial”; o segundo, da “reestruturação produtiva”, e o terceiro, das “interações espaciais e circuito espacial da produção de alimentos”.

Na tentativa de revelar inter-relações entre os eixos, utilizamos símbolos representados por flechas que direcionam a escolha de subeixos subsequentes, agregados aos três centrais, são eles: a) agentes envolvidos na atividade industrial: instituições públicas e privadas, associações, empresas, trabalhadores; b) localização industrial; c) relações de trabalho; d) organização da produção, aquisição de equipamentos, inovação tecnológica – produtos e processos; e) escalas, redes, fluxos, rede urbana e cidades médias.

**QUADRO 1<sup>1</sup>: Proposta de análise da atividade industrial desenvolvida em espaços urbanos não metropolitanos**



ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. Julho, 2010.

<sup>10</sup> As referências teóricas de cada eixo farão parte dos capítulos da tese.

## **Os procedimentos metodológicos da pesquisa**

A atividade industrial desenvolvida em Marília é de grande relevância para entender as dinâmicas do território nas suas múltiplas dimensões. Isso justifica os trabalhos já realizados por pesquisadores de diversas formações acadêmicas, entre elas, administradores de empresas, engenheiros, advogados, sociólogos, geógrafos, entre outros<sup>11</sup>.

Após o levantamento bibliográfico, de dados gerais (monografias, dissertações, teses e relatórios técnicos) e de ter definida a problemática e os objetivos da tese, elegemos uma série de procedimentos metodológicos que serão aqui apresentados.

**A) Levantamento bibliográfico e documental:** para discussão do eixo 1, “Dinâmica territorial e aglomeração industrial”, utilizamos autores que fazem a mesma reflexão, mas que possuem formações acadêmicas diversas. Isso no nosso entendimento, enriquece a análise da realidade estudada, que é múltipla e intensa. Entre os autores, destacam-se: E. Sposito, E. Pires, S. Lencioni, P. Ayadalot, A. Fischer, G. Benko, F. Chesnais, D. Harvey, R. Camagni, C. Azaïs, B. Pecqueur, J. P. Gilley, A. Torre, M. Santos, R. L. Corrêa, R. Camagni, entre outros. No segundo eixo central, denominado de “Reestruturação Produtiva”, os autores tomados como referência foram: E. Sposito, S. Lencioni, D. Harvey, M. Aglietta, F. Chesnais, G. Benko, R. Antunes, entre outros. No terceiro eixo central, intitulado “Interações espaciais e circuito espacial da produção de alimentos”, apoiamos-nos em trabalhos realizados por: M. Santos, R. L. Corrêa, R. Camagni, M. Arroyo, F. Grimm, D. Elias, M. Montenegro, E. Pereira Jr., entre outros. No que concerne ao eixo subsequente aos eixos centrais, chamado “Rede urbana, cidade média, escalas, redes e fluxos”, utilizamos como referencial teórico os trabalhos desenvolvidos por autores que também possuem formação acadêmica diversa, sobretudo aqueles ligados à Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – ReCiMe, E. Sposito, M. E. B. Sposito, O. Sobarzo, E. Melazzo, D. Elias, mas também outros autores nacionais e estrangeiros, tais como, M. L. Silveira, R. Méndez, C. Sanfeliu. Vale ressaltar

---

<sup>11</sup>As referências serão apresentadas ao longo dos capítulos.

que esses levantamentos foram realizados em universidades e centros de pesquisa localizados no Brasil e no exterior, esses últimos a partir do nosso estágio doutoral realizado na Université Paris-Dauphine, França. Entre as instituições de maior destaque, podemos citar as bibliotecas da FCT/Unesp Presidente Prudente, FFC/Unesp Marília, FFLCH/USP, Fundação Eurípides Soares da Rocha/UNIVEM/Marília, Prefeitura Municipal de Marília, Université Paris-Dauphine, Institut de Géographie Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris 8 Vincennes-Saint-Denis.

**B) Levantamentos de dados secundários:** entre as bases estatísticas pesquisadas, destacam-se: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, na qual utilizamos a base de dados Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e foram levantadas informações referentes aos estabelecimentos e empregos formais ocupados nas indústrias de transformação, que permitiram direcionar a análise para aglomeração industrial alimentícia localizada na cidade de Marília/SP; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, onde foram levantados dados referentes à população residente nos municípios brasileiros desde 1970 até o ano de 2007; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, na qual foram analisadas as bases estatísticas do Perfil dos Municípios Paulista; Secretaria de Comércio Exterior – SECEX; e por fim *sites* de Instituições ligadas ao ramo industrial alimentício, tais como, Associação Brasileira de Indústrias de Alimentação – ABIA, Associação Brasileira de Indústrias de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados, entre outras. Os dados obtidos foram organizados em tabelas, gráficos e cartogramas temáticos. Os programas utilizados para representação gráfica e cartográfica foram Microsoft Excel, Philcarto, Corel Draw, MapInfo e ArcGIS.

**C) Trabalho de Campo:** nosso interesse com o trabalho de campo foi apreender os elementos reveladores do conteúdo e das dinâmicas do território engendradas com as transformações industriais. A cidade de Marília foi selecionada para o estudo empírico, sobretudo por concentrar os fenômenos mais importantes da pesquisa em foco. O trabalho de campo teve duas fases. A primeira, denominada de pesquisa exploratória, ocorreu durante a última semana de maio de 2008 e foi realizada coletivamente com os pesquisadores do Projeto Temático “O novo mapa da indústria paulista” e da ReCiMe. Na



ocasião visitamos as seguintes instituições: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação e afins; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metal-Mecânicas e afins; Secretaria da Indústria e Comércio de Marília e Fundação Eurípides de Ensino Superior. Durante a pesquisa de campo, além de estabelecer contatos, foi possível apresentar nossa proposta de tese, levantar dados e realizar entrevistas.

Após a primeira experiência empírica, montamos o segundo cronograma de visitas, que foram realizadas entre os meses de março a junho de 2009. Selecionamos empresas, instituições públicas e privadas, centros de pesquisa, universidades, sindicatos, trabalhadores<sup>12</sup>, entre outros, que possibilitaram maior aproximação com a realidade local, principalmente por meio de entrevistas realizadas com os responsáveis.

Entre as instituições e associações visitadas, destacam-se: ACIM – Associação Comercial e Industrial; ADIMA – Associação das Indústrias de Alimentos de Marília; Secretaria Municipal da Indústria e Comércio e Secretaria Municipal da Agricultura; SEBRAE – Serviço de Apoio às pequenas e micro empresas; Centro Incubador de Empresas; Banco do Povo; Ministério do Trabalho e Emprego; PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador; STIAM – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins; CIEE – Centro de Integração Empresa Escola; CAMAP – Sociedade Agrícola Cooperativa Mista da Alta Paulista/Tupã/SP; SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; UNIVEM - Fundação Eurípides - Curso de Administração de Empresas; FATEC - Faculdade de Tecnologia "Estudante Rafael Almeida Camarinha"; UNIMAR - Universidade de Marília - Faculdade de Agronomia; e por fim, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP/ Unidade Marília. No que se refere às empresas, o trabalho de campo contemplou aquelas prestadoras de serviços às indústrias alimentícias e empresas industriais alimentícias, são elas: Dori Alimentos Ltda; Yoki Alimentos S.A.; Carino Ingredientes; Maritucs; Bel S/A; Marilan S/A; Nestlé S/A Unidade de Marília; Planeta Soja – UNIMAR; Cibelli Doces; Chinnut's; Rogiori Chocolates e Doces; Dona Kota Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios;

---

<sup>12</sup>Gostaríamos de mencionar que o nome dos trabalhadores arrolados ao longo dos capítulos é fictício.

Bonquié Alimentos Ltda; Carin Alimentos; Beija Flor – Indústria e Comércio de Pipocas; Vicentin & Moura Indústria Alimentícia Ltda; Ciremar de Marília Ltda; Casa de Massas Zarattini ME; Salgados Quero Mais; Alimentos Lanchoero; IMF Brasil Alimentos; A&M Aromas; Léia Doces; Matter; e Nutri Ingredientes Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios.

Além das instituições e empresas visitadas, as entrevistas realizadas com trabalhadores e técnicos foram de grande valia para ampliar as informações acerca das relações de produção e de reprodução da força de trabalho empregada nas unidades produtivas industriais investigadas.

A partir do contato com o Sindicato da Alimentação, marcamos entrevistas com funcionários das três empresas que mais empregam trabalhadores formais no município de Marília, são elas: Nestlé S/A, Marilan S/A e Dori Alimentos Ltda. As entrevistas aconteceram nas casas dos entrevistados e as mesmas, ora foram realizadas de maneira individual ora coletiva, com a presença de até três trabalhadores.

Após a pesquisa de campo, iniciamos a tabulação dos dados e concomitantemente a redação do relatório de qualificação, defendido no mês de agosto de 2009<sup>13</sup>. Feita a qualificação, refletimos sobre as sugestões da banca avaliadora e continuamos o estudo, com objetivo de aprofundar as discussões acerca do processo de reestruturação produtiva, das interações espaciais e da configuração dos circuitos espaciais da produção do ramo alimentício, instalado de maneira aglomerada em Marília, esse por sua vez, contribui para entender a dinâmica da atividade industrial inserida em realidades não metropolitanas.

Durante a pesquisa empírica realizada em Marília, no período de março a junho de 2009, fizemos entrevistas e, portanto, constatamos que existem inúmeros discursos e nomenclaturas para a questão que envolve a aglomeração de empresas de um mesmo ramo produtivo. Cada instituição<sup>14</sup> possui seu discurso, política e prática, e isso, de acordo com Brandão (2000),

---

<sup>13</sup>Os professores avaliadores do trabalho foram Profa. Dra. Sandra Lencioni FFLCH/USP. Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo FCT/UNESP/Presidente Prudente e Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito FCT/UNESP/Presidente Prudente (Orientador).

<sup>14</sup>De acordo com Carlsson y Stankiewics (1991), “las instituciones sociales son las estructuras normativas que promueven los modelos estables de interacciones sociales y transacciones que son necesarios para el cumplimiento de las funciones sociales vitales” (p. 109).

empobrece o verdadeiro sentido do que vem a ser o desenvolvimento. No Quadro 2, podemos visualizar quais foram as instituições visitadas.

**QUADRO 2: ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE TRABALHO DE CAMPO NA CIDADE DE MARÍLIA – INSTITUIÇÕES E ASSOCIAÇÕES LIGADAS À ATIVIDADE INDUSTRIAL DO RAMO ALIMENTÍCIO<sup>1</sup>.**

INSTITUIÇÕES EM GERAL/ INSTITUIÇÕES DE ENSINO	DATA DA VISITA
ACIM - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARÍLIA	20/4/2009
ADIMA - ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS DE MARÍLIA	18/3/2009
PODER PÚBLICO MUNICIPAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MARÍLIA	25/4/2009
PODER PÚBLICO MUNICIPAL - SECRETARIA DA AGRICULTURA DE MARÍLIA	5/5/2009
SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MICRO EMPRESAS - UNIDADE DE MARÍLIA	16/3/2009
CENTRO INCUBADOR DE EMPRESAS DE MARÍLIA	19/3/2009
BANCO DO POVO - UNIDADE MARÍLIA	19/3/2009
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO - UNIDADE MARÍLIA	19/3/2009
PAT - POSTO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR - UNIDADE DE MARÍLIA	23/4/2009
CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA - UNIDADE MARÍLIA	22/4/2009
STIAM - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DE MARÍLIA E REGIÃO	28/5/2008 5/5/2009 25/5/2009
CAMAP - SOCIEDADE COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DA ALTA PAULISTA	1/6/2009
SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - UNIDADE MARÍLIA (instituição de ensino)	16/3/2009
UNIVEM - FUNDAÇÃO EURÍPIDES - CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS (instituição de ensino)	17/3/2009
FATEC - FACULDADE DE TECNOLOGIA "ESTUDANTE RAFAEL ALMEIDA CAMARINHA (instituição de ensino)	20/3/2009
UNIMAR - UNIVERSIDADE DE MARÍLIA - FACULDADE DE AGRONOMIA (instituição de ensino)	5/6/2009

ORG: BOMTEMPO, Denise Cristina. Agosto, 2009.

No que tange às empresas, aplicamos questionários, preenchemos formulários e realizamos entrevistas com: **a)** Empresas prestadoras de serviços às empresas industriais do ramo alimentício; **b)** Empresas industriais do ramo alimentício instaladas em Marília<sup>15</sup>.

Para selecionar as empresas e unidades produtivas industriais a serem visitadas, tivemos como base os dados fornecidos pela Secretaria de Indústria e Comércio de Marília durante o trabalho de campo, realizado no mês de maio de 2008, e os dados de estabelecimentos e empregos da base RAIS/MTE.

De posse da relação de empresas e unidades produtivas industriais que continha nome, endereço, telefone e porte do estabelecimento (por número de funcionários), realizamos primeiramente uma pesquisa no *site* de busca da *internet* para constatar a existência da empresa e para finalizar, efetuamos ligações telefônicas para confirmar endereço e funcionamento.

<sup>15</sup> Realizamos também entrevista com um empresário do ramo metal-mecânico.

No primeiro momento, as ligações foram feitas apenas com o objetivo de verificar se as empresas estavam em funcionamento, pois o contato com as mesmas, sobretudo as grandes e algumas médias, foi estabelecido por intermédio das instituições que visitamos durante a pesquisa de campo. Fazer pesquisa de campo no Brasil, sobretudo, na área industrial é um tanto difícil, ainda mais se a mesma for realizada em ambientes onde predominam empresas de um mesmo ramo produtivo e que não têm embutida a ideologia da cooperação, pelo contrário, o que predominam são acirradas competições por disputas de mercado.

Na lista, fornecida pela Secretaria de Indústria e Comércio da cidade de Marília (maio de 2008), constava um total de 55 empresas industriais alimentícias. Do total, 16 não foram identificadas pela *internet* ou por telefone; 14 não atenderam ao pedido para aplicação de questionário; 5 não realizavam atividade produtiva, 20 foram identificadas como empresas e aceitaram contribuir com a pesquisa. Vale ressaltar que durante o trabalho de campo, especialmente, após visitar a ADIMA – Associação das Indústrias Alimentícias de Marília, conversar com o Professor Camillo Sivielle, coordenador de Estágios da UNIVEM, e verificar os rótulos dos produtos alimentícios nas gôndulas dos mercados e supermercados de Marília, descobrimos outras empresas que não constavam na lista que dispúnhamos, mesmo assim, estabelecemos contato e realizamos as entrevistas. Assim, tivemos um total de 26 empresas industriais alimentícias visitadas e 15 empresas prestadoras de serviços ligadas a esse ramo industrial. Nos Quadros 3 e 4 (p. 38, 41), podemos visualizar as empresas visitadas durante a pesquisa de campo.

**QUADRO 3: EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS ÀS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS INSTALADAS NA CIDADE DE MARÍLIA, VISITADAS DURANTE PESQUISA DE CAMPO**

INSTITUIÇÕES	DATA DA VISITA
DESIGNER EMBALAGENS DE ALIMENTOS	24/4/2009
LIMPEZA INDUSTRIAL	19/5/2009
TRANSPORTE COLETIVO DE TRABALHADORES	5/6/2009
DORI - FILIAL FORTALEZA - CE	22/12/2008
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS I	21/5/2009
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS II	3/6/2009
EXPORTADORA DE MÁQUINAS INDÚSTRIAS E AGRÍCOLAS	23/4/2009
IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS	16/3/2009
SUPERMERCADOS I, II, III, IV	23/4/2009
SUPERMERCADOS II	22/4/2009
MINI-MERCADO I	18/3/2009
MINI-MERCADO II	4/6/2009

ORG: BOMTEMPO, Denise Cristina. Agosto, 2009.

Uma das preocupações desta pesquisa era verificar como a empresa industrial do ramo de alimentos contribui para dinamização territorial e econômica da cidade de Marília e da região onde está inserida, além, é claro, de favorecer as articulações que se dão de maneira inter e multiescalar. Por isso, o caminho selecionado foi o de envolver os diversos agentes da atividade industrial, a saber, instituições públicas, privadas, associações, empresas prestadoras de serviços, unidades produtivas e trabalhadores.

As empresas visitadas, prestadoras de serviços às indústrias do ramo alimentício, instaladas em Marília, foram: *designer* de embalagens; limpeza industrial; distribuidoras; exportadoras; importadora e exportadora de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais articulados ao ramo alimentício e supermercados (realizam uma dupla prestação de serviços às indústrias de alimentos – por um lado, fornecem material de limpeza, cestas básicas ou aceitam os “tickets alimentação”, por outro, são lugares de distribuição e consumo dos produtos fabricados pelas indústrias alimentícias de Marília).

As empresas industriais de alimentos de consumo final produzem predominantemente biscoitos, salgados e doces, confeitos e doces de amendoim, gomas, balas, pirulitos, entre outros. No que concerne ao porte (número de funcionários) e à origem do capital, verificamos que existem em Marília indústrias de grande porte, médio porte e micro e pequeno porte.

Consideramos como empresa industrial de grande porte, as de capital local, aquelas em que os investidores são originários da cidade de Marília; e de grande porte de capital externo, as que recebem investimentos de outros países, isto é, empresas transnacionais que possuem uma unidade produtiva instalada na cidade.

Em relação às empresas industriais de médio porte, existem aquelas originárias de capital local, ou seja, o investidor é originário de Marília e empresas industriais originárias de capital externo – brasileiro, que para nós, são aquelas que possuem apenas uma unidade produtiva em Marília e a gestão em outra cidade brasileira.

Já em relação às empresas industriais de micro e pequeno porte verificamos que existem em grande maioria, empresas originárias de capital local, em menor número, empresas que foram transferidas de outros estados brasileiros e empresas na qual o investidor é do estado de São Paulo, mas não reside em Marília.

Nosso leitor pode perguntar, porque tal divisão? Existem duas grandes preocupações que nos levaram a fazer essa “categorização” em relação ao porte das empresas e origem do capital. Primeiramente, elaborar uma metodologia que permita apresentar os dados e informações de maneira clara e objetiva. Em segundo, desvendar o conteúdo dos investimentos industriais do ramo alimentício atuantes em Marília é uma maneira de articular temas centrais do nosso trabalho (dinâmica territorial e aglomeração industrial, reestruturação produtiva, interações espaciais e circuito espacial da produção do ramo alimentício).

No Quadro 4 (p. 41), é possível verificar quais foram as empresas industriais alimentícias de consumo final, visitadas durante Pesquisa de Campo realizada no primeiro semestre de 2010.

Para dar conta das questões *a priori* levantadas, estruturamos este trabalho em quatro capítulos, com introdução e considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado **“Dinâmica territorial e atividade industrial: possibilidades de leitura do território brasileiro”** foram apresentados os referenciais teóricos, bem como as variáveis e o caminho metodológico

adotado para entender as dinâmicas territoriais decorrentes das atividades industriais desenvolvidas no território brasileiro, sobretudo, no estado de São Paulo. Neste capítulo, o texto encontra-se organizado em três partes, sendo que os temas abordados perpassam pelo entendimento, do ponto de vista teórico, primeiro, do que vem a ser dinâmicas territoriais, interações espaciais, circuito espacial da produção e agentes; segundo, da configuração da rede urbana brasileira e a relação com o desenvolvimento da atividade industrial no Brasil e no estado de São Paulo; terceiro, de como se encontra distribuída a atividade industrial nos municípios paulistas no final do século XX até os dias atuais.

**QUADRO 4: EMPRESAS DO RAMO ALIMENTÍCIO VISITADAS DURANTE PESQUISA DE CAMPO**

INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS	ENDEREÇOS	DATA VISITA	PORTE (No. FUNC.)	ORIGEM DO CAPITAL
DORI ALIMENTOS LTDA	AVENIDA República, 5159/85 Distrito Industrial Santo Barion	17/3/2009	GRANDE	EXTERNO/BRASIL
YOKI ALIMENTOS S.A.	AVENIDA: Yasaburo Sassazaki, 1600	17/4/2009	MÉDIO	EXTERNO/BRASIL/SP
YOKI ALIMENTOS S.A.	AVENIDA: Eugênio Conegjian, 1386	17/4/2009	MÉDIO	EXTERNO/BRASIL
CARINO INGREDIENTES	RUA: Carlos Tozin, 789	20/3/2009	MÉDIO	LOCAL
MARITUC'S	AVENIDA: República, 6128.	2/6/2009	MÉDIO	LOCAL
BEL S/A	AVENIDA: Antonieta Antefender, 705 – Distrito Industrial, Jd. Sta. Antonieta	1/4/2009	MÉDIO	LOCAL
MARILAN S/A	AVENIDA: José Grande, 518	2/6/2009	GRANDE	LOCAL
NESTLÉ S/A UNIDADE DE MARÍLIA	AVENIDA: Castro Alves, 1260.	19/5/2009	GRANDE	EXTERNO /OUTRO PAÍS
PLANETA SOJA – UNIMAR	AVENIDA: Hygino Filho, 1001 Campus Universitário CEP 17525-901	24/4/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
CIBELLI DOCES	RUA: Pedro Martins Passos, 620 J. Santa Antonieta	19/3/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
CHINNUTS	AVENIDA: Martins Coelho, 1348 Jd. Santa Antonieta D. Industrial	2/6/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
ROGIORI CHOCOLATES E DOCES	AVENIDA: Maria Fernandes Cavallari, 1655 sala 61	22/2/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
DONA KOTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	RUA: Panamá, 513	14/4/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
BONQUIÉ ALIMENTOS LTDA	RUA: Ninfá Petraróia, 694	7/5/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
CARIN ALIMENTOS	AVENIDA: República, 5927 Jd. Santa Antonieta	13/5/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
BEIJA FLOR - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PIPOCAS	RUA: Derrâmio da Silva Lima, 129	13/5/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
VICENTIN & MOURA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA LTDA	RUA: Antônio Pereira da Silva, 383.	13/5/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
CIREMAR DE MARÍLIA LTDA	AVENIDA: Pedro de Toledo, 2642	14/5/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
CASA DE MASSAS ZARATTINI LTDA ME	RUA: Alvares Cabral, 435	15/4/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
SALGADOS QUERO MAIS	RUA: 24 de Dezembro, 1381	14/5/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
ALIMENTOS LANCHERO	RUA: Joaquim Palácio, 215 Distrito de Lácio	15/4/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL/TRANSF./PR
IMF BRASIL ALIMENTOS	RUA: dos Viajantes, 12	21/5/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
A&M	AVENIDA: João Martins Coelho, 1326	18/5/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
LEIA DOCES	AVENIDA: Santo Antônio, 1753	19/5/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
MATERR	Rua Alcides Nunes, 385	2/6/2009	PEQUENA/MICRO	LOCAL
NUTRI INGREDIENTES INDÚSTRIA E COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	AVENIDA: República, 6545	20/5/2009	PEQUENA/MICRO	EXTERNO/BRASIL/SP

**ORG: BOMTEMPO**, Denise Cristina. Agosto, 2009.



O segundo capítulo **“Reestruturação produtiva e atividade industrial: as mutações do ramo alimentício de consumo final no período da globalização”** é organizado em quatro partes, preocupamo-nos, na primeira parte, em discorrer a respeito das mudanças gerais da *“sociedade de consumo”*, a partir da introdução de um novo paradigma produtivo (década de 1970) e como essas foram sentidas no território e também na configuração do ramo produtivo industrial de alimentos de consumo final, por nós estudado. Na segunda, abordamos os referenciais teóricos que dão substância à discussão acerca do paradigma flexível e da reestruturação produtiva. Na terceira parte, discutimos sobre quais foram as consequências do processo de reestruturação produtiva no Brasil, para a dinamização de novos espaços industriais na escala do território brasileiro. Introduzimos também o debate sobre a dinâmica do ramo alimentício de consumo final, no que concerne às características da reestruturação produtiva (introdução de novas formas de gestão; produção; contratação da força de trabalho; terceirizações; subcontratações; fusões e aquisições; inovações; novos padrões de consumo, busca por novas localizações industriais, entre outras).

No terceiro capítulo, denominado **“O território industrial reconfigurado: os fatores de localização, a origem da atividade e os agentes envolvidos na indústria alimentícia de consumo final de Marília - SP”**, a partir do referencial teórico e empírico, discorreremos sobre o conteúdo do território no período da globalização. Para nós, tal contexto implica reconhecer que o desenvolvimento técnico e tecnológico contribuiu para a emergência de *“especializações territoriais produtivas”*. Tais especializações, diferentemente de períodos anteriores não são conformadas apenas na escala das metrópoles e regiões metropolitanas, mas também na escala das cidades médias. Entender os motivos, pelos quais uma cidade média se destaca como atrativa para desenvolvimento da atividade industrial, implica em considerar os aparatos técnicos, a formação socioespacial e a atuação e organização dos agentes que contribuíram, por um lado, para o surgimento e constituição de um aglomerado industrial, por outro, para sua consolidação e expansão. É esta discussão trazida para o terceiro capítulo que se encontra estruturada em quatro partes.

Na primeira, a discussão perpassou pela compreensão de que no período da globalização existem novos fatores que agregam a discussão acerca da localização industrial. Na segunda, trabalhamos na perspectiva de entender quais são os atrativos dispostos em Marília, que a diferencia do ponto de vista industrial das demais cidades médias do Oeste Paulista (Bauru; Presidente Prudente; Araçatuba e São José do Rio Preto). Na perspectiva de entender o conteúdo industrial de Marília e relacioná-lo a processos gerais, na terceira parte, trabalhamos com a origem do ramo alimentício de consumo final de Marília, e por último apresentamos, no período atual, quais são os agentes envolvidos na atividade industrial alimentícia, seus discursos e práticas.

No quarto capítulo, **“Dinâmica territorial e circuito espacial da produção do ramo alimentício de consumo final de Marília - SP”**, para discutir questões relacionadas à dinâmica territorial e ao circuito espacial da produção do ramo alimentício de consumo final de Marília - SP, partimos do pressuposto que esse recorte empírico representa e está articulado aos novos processos em curso no território brasileiro no período da globalização.

Para dar conta dessa abordagem temática, este capítulo, resultante de leituras, reflexões e trabalho empírico, encontra-se estruturado em três eixos.

No primeiro, discutimos sobre a configuração da rede de serviços, estruturada em Marília - SP, que possuem relações de proximidade com o ramo industrial alimentício de consumo final por meio da subcontratação de atividades relacionadas às etapas do processo produtivo, desenvolvimento de produtos, bem como a formação de mão de obra qualificada, como a instalação de escolas técnicas e faculdades públicas específicas para atender à demanda do ramo industrial alimentício.

No segundo, como resultado dos questionários aplicados e entrevistas realizadas, apresentamos um perfil das indústrias alimentícias de consumo final instaladas em Marília, no que concerne ao perfil da empresa em relação ao porte (número de empregados), à origem do capital, à especialização da produção, aos critérios adotados para contratação de funcionários e às inovações.

Na perspectiva de entender o movimento - dinâmica do território - é que estruturamos o terceiro eixo deste capítulo, com vistas a entender a

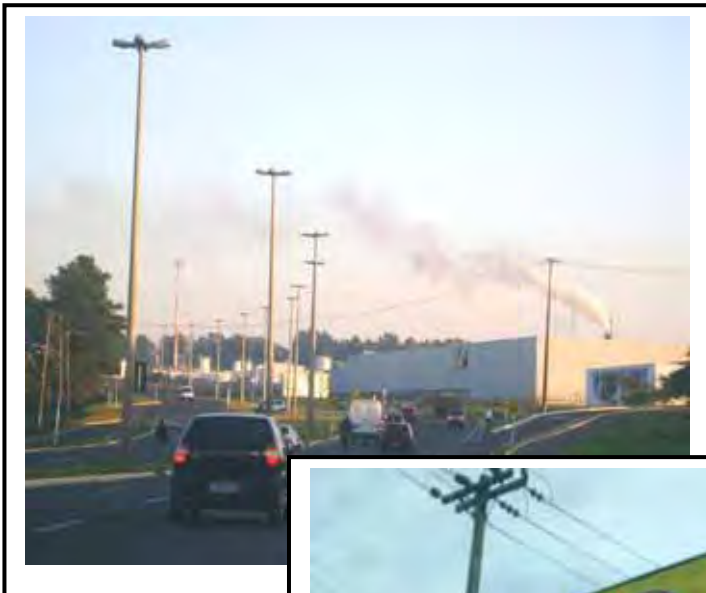
configuração do circuito espacial da produção das pequenas e micro-empresas industriais alimentícias de consumo final instaladas em Marília, das médias e das grandes empresas. Bem como, entender, por um lado, como se dá a inserção dessas empresas nos circuitos da economia urbana e por outro como a atividade industrial alimentícia contribui para que a cidade média amplie seu papel na divisão territorial do trabalho e na rede urbana, na qual a cidade está inserida e mantém relações. Ainda, apresentamos as contradições inerentes à atividade industrial, no que tange às relações de trabalho no espaço produtivo e além dele.

Por fim, nas **“Considerações finais”**, fazemos uma “síntese” das principais questões que motivaram a realização deste trabalho.

Não queremos antecipar nossas conclusões, mas gostaríamos de frisar que ao longo do percurso, mediante leituras, levantamento de dados, informações e pesquisa empírica, verificamos que a industrialização paulista é diversa temporal e espacialmente, e, portanto não podemos explicá-la somente a partir de um momento histórico e nem de um recorte espacial.

Gostaríamos ainda, de deixar claro que as propostas apresentadas neste trabalho não se esgotam com sua finalização, pelo contrário, somos reanimados pela possibilidade de continuar o debate e a investigação no intuito de entender as dinâmicas e as contradições inerentes ao território no período da globalização.

Na perspectiva de que *“o destino do homem é a liberdade (Santos, 2007, p. 67)”*, é que apresentamos nossas ideias para o debate.



## **CAPÍTULO I:**

# **DINÂMICA TERRITORIAL E ATIVIDADE INDUSTRIAL: POSSIBILIDADES DE LEITURA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO**

## **DINÂMICA TERRITORIAL E ATIVIDADE INDUSTRIAL: POSSIBILIDADES DE LEITURA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO**

*As condições de trabalho e de vida, a alegria a raiva ou frustração que estão por trás da produção de mercadorias, os estados de ânimo dos produtores, tudo isso está oculto de nós ao trocarmos um objeto (o dinheiro) por outro (a mercadoria). Podemos tomar nosso café da manhã sem pensar na miríade de pessoas envolvidas em sua produção (Harvey, 2006, p. 98).*

### **Introdução**

Fazer a leitura do território, do ponto de vista do desenvolvimento das atividades econômicas, no período da globalização, é uma tarefa complexa. Novos paradigmas estão postos, novas dinâmicas são sentidas e novas configurações são notadas. É preciso identificar os agentes, entender os processos e as relações que influenciam nas decisões, nas normatizações que reorganizam e reestruturam o território.

Diante de tal contexto, neste capítulo, apresentamos os referenciais teóricos, bem como as variáveis e o caminho metodológico adotado para entender as dinâmicas territoriais decorrentes das atividades industriais desenvolvidas no território brasileiro, sobretudo no estado de São Paulo.

Para tanto, nosso texto encontra-se organizado em três partes, mais esta introdução. Os temas abordados perpassam pelo entendimento, do ponto de vista teórico, primeiro, do que vem a ser dinâmicas territoriais, interações espaciais, circuito espacial da produção e agentes; segundo, da configuração da rede urbana brasileira e a relação com o desenvolvimento da atividade industrial no Brasil e no estado de São Paulo; terceiro, de como se encontra distribuída a atividade industrial nos municípios paulistas no final do século XX até os dias atuais.

### **1.1. Dinâmicas territoriais. Interações espaciais. circuito espacial da produção e agentes**

O termo dinâmica vem do grego *dynamike*, que significa forte. Nas ciências exatas, sobretudo na Física, dinâmica é um ramo da mecânica que estuda o movimento e suas causas<sup>16</sup>. A discussão geográfica leva em consideração, tanto as dinâmicas da natureza, como as do território. Vale ressaltar que elas não estão dissociadas, mas nosso objetivo neste trabalho é entendê-las a partir do território.

De acordo com Azaïs (2000),

La dynamique territoriale fait à des situations de remodelage des forces productives et sociales sans que la capacité de création de richesses du territoire ne soit durablement atteinte. Le concept de dynamique contient, à la différence de celui de dynamisme, la possibilité de traduire aussi bien des phénomènes d'involution que d'évolution. Le territoire n'est plus uniquement vu comme simple réceptacle d'activités économiques mais comme générant à son tour externalité (p. 3).

Como no período atual conseguimos fazer a leitura das dinâmicas territoriais, ou seja, do território em movimento? Quais os temas e as variáveis relevantes para entender a complexidade presente na sociedade urbana, que se faz e refaz de maneira rápida, acelerada e fluida? De acordo com Aglietta (1979),

La dinámica sin embargo, es etimológicamente el estudio de las fuerzas. Há de construirse una <<temporalidad>> que sea la característica de un movimiento. El estudio de un movimiento es el de los cambios de estado. Para poder hablar de un sistema dinámico es menester que las relaciones se constituyen el sistema tengan una lógica interna de transformación. Considerar la regulación de un sistema que se transforma es suponer que las transformaciones que se producen en las relaciones identificadas (y que constituyen, por lo tanto, procesos o relaciones em movimiento) son tales que siempre es posible concebir una organización de las relaciones en cuanto sistema (p. 3,4).

São muitos os caminhos possíveis para entender a configuração do território no período da globalização. O que elegemos perpassa pelo viés econômico e social. Diante disso, consideramos que para entender o território em movimento, bem como suas complexidades é preciso, antes de tudo,

<sup>16</sup>Dicionário Aurélio par ao século XXI, versão eletrônica.

compreender as mudanças e permanências decorrentes, do seu uso<sup>17</sup> para realização da mais-valia.

Território usado, de acordo com Santos & Silveira (2001),

[...] pode ser definido pela implementação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos de população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS & SILVEIRA, p. 21).

Diante de tal abordagem, acreditamos que a elaboração de estudos que verse sobre as atividades econômicas desenvolvidas no território contribuirá para o entendimento do seu conteúdo. Para tanto, é preciso, de acordo com Santos & Silveira (2001), considerar “*como, onde, por quem, por que, para quê (p. 11)*” o território é usado. Este caminho, a priori delineado, leva em consideração a diversidade de formas, funções, processos, interações e agentes que definem as mudanças e permanências do uso do território no tempo histórico.

De maneira geral, a leitura do território usado pela atividade industrial é nosso ponto de partida para entender as dinâmicas no período da globalização. Quais motivações convergem à eleição do tema de estudo?

Os estudos que tiveram como foco a atividade industrial, sempre se fizeram presentes na moderna Geografia Brasileira. De acordo com Sampaio (1988), é possível delinear, numa perspectiva histórica, quatro fases dos estudos desta temática.

a) Primeira fase: constituiu-se na elaboração de estudos com vistas ao entendimento da atividade industrial na escala local, ou seja, “*em uma determinada cidade*”. Esse período (1950 até 1974) corresponde à “*influência dominante da geografia francesa*”.

---

<sup>17</sup>A discussão sobre o *território usado* se faz presente em inúmeros trabalhos, entre eles, SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: *Revista Território, Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia: Niterói/RJ, 2002a. SEABRA, Odette et all. *Território e Sociedade – entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

Para que a pesquisa em Geografia Industrial se ampliasse e solidificasse nesta primeira fase, importante contribuição representou o XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional (U.G.I.), realizado no Rio de Janeiro, em 1956. Novas linhas de pensamento foram divulgadas, como a Geografia Social de Pierre George, valorizando temas como a urbanização, a população e a industrialização (GEIGER, p. 342); novos métodos se difundiram, como o de classificação dos centros industriais de Michel Rochefort, logo aplicado pelos geógrafos brasileiros; um novo paradigma, o de diferenciação de áreas, veio juntar-se aos anteriores (p. 55).

De acordo com Sampaio (1988), a primeira fase dos estudos de geografia industrial desenvolvidos no Brasil não teve como perspectiva uma análise inter e multiescalar da realidade, ou seja, a dimensão abordada foi somente a local, sendo que as articulações entre “*as transformações econômicas que marcaram a década de 50 e 60, a política de industrialização, a integração do sistema industrial brasileiro ao econômico internacional, a penetração de capitais estrangeiros só foram tardia e parcialmente analisadas [...]*” (p. 55).

b) Segunda fase: caracteriza-se pelos estudos desenvolvidos no período de 1974 até 1978. Representa uma fase de constantes mutações, advindas de influências da geografia anglo-saxônica introduzida no Brasil em décadas anteriores (1950, 1960). “*Impunha-se um novo paradigma, o da organização do espaço, e também um maior rigor na aplicação da metodologia científica, a busca do desenvolvimento de teorias e da construção de modelos, o uso de técnicas quantitativas*” (p. 55).

Assim, os principais temas abordados na segunda fase dos estudos de geografia industrial, desenvolvidos no Brasil, de acordo com Sampaio (1988), foram respectivamente,

[...] a nível nacional, a evolução da estrutura espacial sob o impacto da industrialização; as desigualdades regionais acentuadas pela incidência espacial assimétrica da atividade industrial; a teoria da localização industrial, através da elaboração de métodos gráficos e matemáticos; e por fim, os espaços industriais planejados e teorias de desenvolvimento espacial, visando à implantação de indústrias ao planejamento regional foram contemplados, bem como classificações da distribuição da indústria no Estado de São Paulo, correlações entre a atividade industrial e o crescimento urbano regional, e por fim, fatores racionais e subjetivos vinculados à decisão locacional e a descentralização industrial que ocorre a partir da metrópole paulistana para áreas interioranas relativamente próximas (p. 55,56).



Como foi perceptível de constatação, de acordo com Sampaio (1988), os estudos de geografia industrial elaborados no período de 1974 – 1978, tiveram como pressuposto o enfoque pontual da “*perspectiva locacional da indústria*”, em detrimento de “*questões relacionadas ao sistema industrial brasileiro*”. Abordagens críticas a respeito da “*intervenção estatal na economia e aspectos tecnológicos e suas vinculações com o fator trabalho*” eram desenvolvidas por sociólogos e economistas, ficando, assim, a análise espacial pouco desenvolvida.

c) Terceira fase: configurou-se no ano de 1978, a partir, sobretudo, das discussões realizadas durante o Terceiro Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza/CE. A perspectiva de análise geográfica elaborada pressupunha “*atingir a compreensão e a explicação da totalidade geográfica*” e com isso valorizar “*a visão crítica da realidade imediata*”.

De acordo com Sampaio (1988), “*os estudos passaram a ser elaborados segundo o paradigma do conflito*” (p. 56). Os pesquisadores compreendiam que a realidade não podia ser interpretada se não fosse num contexto total. Assim,

[...] os geógrafos radicais contribuíram para que trabalhos com enfoque a nível nacional fossem enfatizados através de temas como o monopólio praticado pelo capital industrial no beneficiamento de produtos agrícolas, ou a divisão do trabalho e a nova regionalização brasileira. Os estudos elaborados com ênfase na escala local e regional, tiveram que vincular a análise ao contexto nacional e mundial (SAMPAIO, 1988, p. 56).

d) Direções para pesquisa futura: de acordo com Sampaio (1988), “*independente da orientação filosófico-metodológica*”, os estudos de geografia industrial elaborados em fins do século XX, devem ter como perspectiva, por um lado,

[...] a análise do sistema industrial nacional; os processos sociais e espaciais vinculados à industrialização recente e a outros processos macroeconômicos com repercussão na indústria; assim como prováveis relações entre atividade industrial e distribuição de renda e as eventuais interações e complementaridades estabelecidas entre a indústria e outras atividades econômicas. Os temas de concentração espacial do sistema produtivo, dos desequilíbrios regionais e as determinações do grau de concentração do poder decisório industrial e a incorporação de novas tecnologias parecem relevantes (p. 57).

Por outro, na escala regional e local, de acordo com Sampaio (1988), os estudos deveriam versar sobre

[...] quais gêneros industriais devem ser estimulados ou desestimulados, visando à harmonização da indústria com o meio ambiente, com as outras atividades econômicas existentes e com os anseios da comunidade. Esta definição seria especialmente válida para as cidades interioranas pequenas e médias dos diversos Estados, onde novas indústrias podem tanto desencadear um efeito multiplicador na economia como destruir implantações antigas e o eventual equilíbrio sócio-econômico pré-existente [...] (p. 58).

Concordamos com a periodização de Sampaio (1988), que versa sobre as pesquisas em geografia industrial brasileira. No entanto, para nós, as atividades econômicas, sobretudo industriais, são realizadas de maneira desigual e combinadas no território, portanto, faz-se inerente à exploração da força de trabalho e dos recursos existentes com vistas à realização plena da mais-valia absoluta e relativa<sup>18</sup>. Para entender esse movimento, é preciso antes de tudo, contextualizar<sup>19</sup> os fenômenos e relacionar escalas geográficas.

No nosso entendimento, a conformação de uma quarta fase de estudos de geografia industrial, que se esboça em fins de 1980 e percorre os dias atuais, deve priorizar, por um lado, os processos gerais que engendram o funcionamento desigual do sistema capitalista. Por outro, a análise do território com ênfase no movimento, nas interações, nos fluxos e fixos, bem como na identificação e localização dos agentes e suas escalas de atuação. Por fim, convém verificar se a atividade industrial desenvolvida no território contribuiu para mudanças no que concerne a configuração de uma nova divisão territorial do trabalho.

Corroboramos com as propostas de Santos & Silveira (2001), que propõem entender o território a partir do seu uso, ou seja, do movimento, da dinâmica, dos processos em curso que modificam as relações espaço-

---

<sup>18</sup>MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume I, Livro Primeiro – O processo de produção do capital. Tomo I (prefácios e capítulos I a XII). Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Para discussão acerca da formação da mais-valia absoluta e relativa, verificar, sobretudo, seção III, capítulos V, VI, VII, VIII e seção IV, capítulos X, XI, XII.

<sup>19</sup>De acordo com Santos (2002b), [...] trabalhar com a noção de contexto é trabalhar também com o que não se vê frequentemente é ainda mais importante que o visível. O que assim se chama de invisível, passa a ser fundamental da explicação, porque nos leva além da forma e da aparência, para oferecer-nos o que está por detrás do fenômeno [...] (p. 264).

temporais. No período da globalização, o desenvolvimento de sistemas técnicos alterou a maneira como entendemos a relação espaço-tempo.

O capitalismo, na escala global, sofreu profundas mutações após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo no que concerne à sua estrutura organizacional e produtiva. Isso se deve ao desenvolvimento técnico, que reestruturou e comprimiu as distâncias e as velocidades. Tais mudanças foram paradigmáticas, tanto na produção de mercadorias, como nas relações de trabalho e na própria organização das relações sociais, espaciais e temporais<sup>20</sup>.

Essas mudanças, de acordo com Harvey (2006), estão inseridas num contexto de transição, de um “regime de acumulação fordista para flexível”.

[...] a (a acumulação flexível) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento do emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] (p. 140).

A compressão espaço-temporal, típica do paradigma da acumulação flexível, resultou em profundas reestruturações<sup>21</sup> que se manifestam de maneira desigual nos territórios, nas cidades e no campo<sup>22</sup>.

De acordo com Dall'Acqua (2003), antes de discutir reestruturação produtiva, é preciso entender o que vem a ser estruturação. Assim, entende-se por *estruturação produtiva* a distribuição das atividades produtivas por setores específicos que caracterizam a especialização de cada economia. Esta distribuição é definida pelas relações de compra e venda e pelo conjunto de proporções das diferentes parcelas que compõem a economia. A *reestruturação produtiva*, por sua vez, é entendida como o conjunto das transformações na estrutura produtiva das empresas e das sociedades em busca de modernização e diminuição de custos. Estas mudanças são

<sup>20</sup>De acordo com Santos (2002b), [...] cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente. Toda técnica nova é revolucionária quanto ao comando do espaço pelo homem (p. 204).

<sup>21</sup>Para realizar tal discussão, tomamos como referência os trabalhos de Harvey (2006); Lencioni (1998, 2006); Beltrão Sposito (1999); Sposito (2007); Gottediener (1991), Dall'Acqua (2003), entre outros.

<sup>22</sup>ELIAS, Denise de Souza. *Agricultura e Globalização*. São Paulo: EDUSP, 2003.

motivadas pelo crescimento significativo da velocidade das transformações tecnológicas, pela situação conjuntural internacional e pelo processo de globalização econômica (p. 33).

Esse novo contexto proporcionou o desenvolvimento, por um lado, de concentração e centralização do capital, e por outro, dispersão e interações entre os territórios e as cidades envolvidas em diversos circuitos produtivos. Isso é possível devido à configuração de *redes técnicas materiais e imateriais*. De acordo com Santos (1999),

[...] uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. Criam-se objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos. Constroem-se edifícios telemáticos, bairros inteligentes, tecnopólos. Esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles circulam. É como se, também, fossem fluxos (p. 218).

Para reforçar a compreensão dos territórios no período atual, Harvey (2006) afirma que

[...] as novas tecnologias (particularmente os modelos de computadores) dissolveram a necessidade de conjugar a produção em massa com a repetição em massa, permitindo a produção em massa flexível de “produtos quase personalizados” que exprimem uma grande variedade de estilos. Os resultados estão mais próximos do artesanato do século XIX do que dos superblocos regimentais de 1984 (p. 77).

Nas últimas décadas do século XX até os dias atuais presenciamos a incorporação de áreas até então restritas às atividades produtivas de cunho local e regional à produção globalizada de mercadorias. Esse fato contribui para conformação de redes entre os territórios envolvidos nos processos de gestão, produção, distribuição e consumo.

De acordo com Corrêa (2005),

[...] Neste processo de articulação e integração, sob o domínio da produção capitalista, crescente e diversificada, os mecanismos econômicos de alcance espacial máximo e mínimo e de economias

de aglomeração adquirem um significado novo que é o da própria acumulação capitalista, e geram uma diferenciação hierárquica entre todos os centros [...] (p. 19).

Na atual fase do capitalismo, presenciamos a expansão do capital, sobretudo dos grandes grupos empresariais, na escala global. Esse processo redefine o papel desempenhado pelos lugares, até então articulados à escala local e regional. A instalação de novos equipamentos vinculados à economia mundo permite aos lugares a ampliação de papéis, tanto na divisão territorial do trabalho, como também na rede urbana em que está inserido e que mantém relações.

No que concerne ao Brasil, Corrêa (2006) afirma que

A rede urbana brasileira é constituída por um conjunto de centros datados de diversos momentos. Coexistem no mesmo espaço cidades criadas na primeira metade do século XVI, no início da colonização, e cidades nascidas na década de 1980, enquanto outras mais serão criadas no início do século XXI... (p. 95).

A estruturação da rede urbana brasileira ao longo do tempo, concomitante à de infraestruturas materiais e imateriais, tais como transportes e comunicação, complexificou os processos espaciais engendrados. Tal característica ficou ainda mais evidente no período da globalização.

De acordo com Santos (2003),

A história do capitalismo pode ser dividida em períodos, pedaços de tempo marcados por certa coerência entre as suas variáveis significativas, que evoluem diferentemente, mas dentro de um sistema. Um período sucede a outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecedidos e sucedidos por crises, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida. Torna-se impossível harmonizá-la quando uma dessas variáveis ganha expressão maior e introduz um princípio de desordem. Essa foi a evolução comum a toda a história do capitalismo, até recentemente. O período atual escapa a essa característica porque ele é, ao mesmo tempo, um período e uma crise, isto é, a presente fração do tempo histórico constitui uma verdadeira superposição entre período e crise, revelando características de ambas essas situações. Como período e como crise, a época atual mostra-se, aliás, como coisa nova. Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização (p. 33, 34).

Neste período, verificamos a inserção de novos agentes envolvidos na organização do espaço e do território. Esses não atuam somente na escala local, mas sim representam o poder daqueles envolvidos em múltiplas escalas, entre elas as empresas transnacionais. Santos (2003) afirma que essas empresas representam o lado perverso da globalização, pois contribuem para a conformação de cidades, em especial de metrópoles corporativas e fragmentadas<sup>23</sup>.

Ainda, nesse sentido, Harvey (2006) afirma que

[...] as comunicações contemporâneas derrubaram as “fronteiras usuais do espaço e do tempo”, produzindo tanto um novo internacionalismo como fortes diferenciações internas em cidades e sociedades baseadas no lugar, na função e no interesse social. Essa “fragmentação produzida” existe num contexto com tecnologias de comunicação e de transporte capazes de lidar com a interação social no espaço de maneira bastante diferenciada (p. 77).

O estudo das cidades, independente do tamanho e localização, pode contemplar múltiplas abordagens e escalas. Primeiro, a cidade pode ser estudada a partir de sua forma e conteúdo histórico. Nesse sentido, a planta, o desenho arquitetônico e os monumentos se concretizam em importantes referências para se reconhecer a importância e a centralidade das cidades na rede urbana ao longo do tempo.

Segundo, do ponto de vista da escala intra-urbana, os estudos podem ser realizados a partir de temas como surgimento e atuação dos movimentos sociais urbanos, apropriação do espaço para produção de moradias, condomínios residenciais, empresariais, entre outros.

Como terceira abordagem (e não são apenas estas as possíveis) de estudos que podem ser produzidos sobre o espaço citadino intra-urbano e articulado em rede, destacamos aqueles que vinculam as atividades econômicas ligadas à gestão, à produção, ao comércio, aos serviços e à circulação de mercadorias e pessoas. Compreendemos também a importância dos estudos que levam em consideração a articulação da cidade com o campo.

De acordo com Corrêa (2006), a rede de cidades, também denominada rede urbana é “o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre

---

<sup>23</sup>Sobre o assunto ver: SANTOS, Milton. *Metrópole Corporativa e Fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

si” e que não obedecem a um padrão hierárquico christalleriano<sup>24</sup>. Ainda, “[...] a rede urbana é também uma condição para a divisão territorial do trabalho” (p. 16,26). Ela “é simultaneamente um reflexo e uma condição, verifica-se a existência de diversos tipos de redes urbanas de acordo com o padrão espacial, a complexidade funcional dos centros e o grau de articulação interna e externa de cada rede” (p. 93).

Santos (2008) afirma que “a proposta de abandono desse esquema hierárquico (de rede urbana) tem como argumento a história concreta, ou seja, a observação das transformações reais, paupáveis, processadas ao longo do tempo” (p. 62). O desenvolvimento dos transportes, das comunicações e dos sistemas informacionais, permitiu que uma “nova hierarquia urbana” se configurasse. Para entendê-la, um caminho possível, seria compreender “[...] a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global”<sup>25</sup>. Essa perspectiva de análise ultrapassa o modelo de rede urbana desenvolvido por Christaller (1933).

Para Corrêa (2006), a configuração de uma rede urbana pressupõe a existência

[...] de uma sociedade vivendo em economia de mercado, com transações comerciais envolvendo bens produzidos localmente e bens produzidos externamente. Isto pressupõe uma mínima divisão territorial do trabalho. [...] deve haver pontos fixos no espaço onde, de modo permanente ou temporário, as transações são realizadas. Esses pontos fixos, por outro lado, tendem a apresentar outras atividades que garantem a possibilidade de transações serem realizadas. [...] deve haver um mínimo de interações entre esses pontos fixos, interações que refletem e ratificam a diferenciação hierárquica e/ou em termos de especialização produtiva entre eles (p. 94).

<sup>24</sup>De acordo com Corrêa (2005), a teoria das localidades centrais foi formulada em 1933 por Walter Christaller. Trata-se de um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos de povoamento, no que se refere à importância que representam enquanto lugares de distribuição de produtos industrializados e serviços, ou seja, enquanto localidades centrais. Segundo a proposição geral de Christaller, a diferenciação entre as localidades centrais, traduz-se, em uma região homogênea e desenvolvida economicamente, em uma nítida hierarquia definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços oferecidos pelos estabelecimentos do setor terciário e pela atuação espacial dos mesmos. Essa hierarquia caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume de população (p. 41).

<sup>25</sup>(SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 281). SOBARZO (2008a; 2008b) e (2009), contribuiu para nossas reflexões acerca dos caminhos analíticos possíveis para entender as cidades estruturadas em rede no período da globalização.

Essa nova hierarquia urbana permite a realização de trabalhos com vistas a entender a dinâmica do território a partir de relações inter e multiescalares, que se desdobram em novas dinâmicas territoriais. Corrêa (2006) afirma que “A rede urbana brasileira, pela sua amplitude e diversidade, constitui-se em rico laboratório para estudo da dinâmica espacial da sociedade brasileira” (p. 95).

Partimos do pressuposto de que no período da globalização, os processos e as relações, manifestados no território e materializados no espaço citadino, delineiam-se a partir de verticalidades e horizontalidades<sup>26</sup>. Isto é possível devido à configuração de redes técnicas, que podem ser materiais – redes de transportes (rodoviário, ferroviário, aeroviário), como imateriais - redes bancárias, de comunicação e informação. Esse desenvolvimento técnico altera o conteúdo, as distâncias, as velocidades, as escalas e as relações estabelecidas entre os envolvidos na organização do território.

Corrêa (2006), assevera que

Na organização espacial do capitalismo do final do século XX, caracteriza-se entre outros aspectos pela globalização-fragmentação, o mundo exhibe grande diversidade de redes urbanas, assim como o fato de cada centro urbano participar simultaneamente, ainda que com intensidades diferentes, de diversas redes urbanas. Em cada uma delas desempenha um papel distinto. As grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, estruturadas em redes, desempenham poderoso papel na (re) definição funcional dos centros e na natureza e intensidade da integração de cada rede na economia global que possui poucos centros de gestão do território, cabeças de redes urbanas de abrangência mundial<sup>27</sup> (p. 94,95).

<sup>26</sup>Discussão feita inicialmente por Milton Santos na obra: *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999. 3ª. Edição, seguidas por outras obras (2003, 2006). De acordo com o autor (2006), “as horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. Arelada às discussões das verticalidades e horizontalidades, Santos (2006) atribui que “as horizontalidades contém o espaço banal” (por François Perroux), formado “pelos empresas, instituições e pessoas”, ou seja, “é o espaço das vivências”. Em oposição, “as redes justificam a expressão verticalidades”. [...]elas “constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns”. “O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiza divergentes ou opostas” (p. 17).

<sup>27</sup>Nesta discussão, o autor cita o trabalho de SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. In: *Anais do 3º. Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Associação dos Geógrafos Brasileiros: Rio de Janeiro, 1993, junto com CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação e Espaço: uma nota. In: *Revista Brasileira de Geografia*, 53, 1991.



Nesse sentido, desvendar o conteúdo das redes, estabelecido a partir da atividade industrial, por um lado, contribui para revelar se existem ou não novos *agentes*<sup>28</sup> envolvidos na organização do território, e por outro, possibilita dimensionar as interações entre os lugares que desenvolvem atividades econômicas ligadas ao setor produtivo, tais como, gestão, produção, distribuição e consumo. Para constatar essas diferentes interações, Milton Santos (1986), propôs a realização de trabalhos que levem em consideração a formação de *circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação*.

Para Santos (1986)<sup>29</sup>,

[...] os circuitos espaciais nos dão a situação relativa dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração de espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país. Aí se conjugam as relações de produção social, que os circuitos de ramos tipificam, as relações sociais de produção, dadas pelas firmas, mas também as relações de produção do passado, mantidas ou rejuvenescidas pelas relações atuais e representadas por relíquias ou heranças, tanto na paisagem quanto na própria estruturação social (p. 130).

Em outros trabalhos, Milton Santos ratifica que através dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação, conseguimos entender as dinâmicas e os movimentos existentes no território ao longo do tempo. Além disso, podemos multiplicar nossas escalas de análise, pois os circuitos integram lugares que muitas vezes não são próximos ou contínuos do ponto de

---

<sup>28</sup>Para fazer a discussão dos agentes envolvidos na atividade industrial, utilizamos como referência os trabalhos desenvolvidos por Fischer (1992 – traduzido por Fiskowski e Sposito, 2008), Benko (1996), Santos (2003), Pecqueur, Bernard & Zimmermann, Jean Benoît (2005), entre outros. Os dois primeiros estudos foram realizados com referências teóricas da *Escola da Regulação*, que tem como perspectiva entender as dinâmicas do capitalismo no âmbito de um novo *regime de acumulação*, o flexível, originado em fins da década de 1970. Esta escola, para entender o contexto de crise capitalista, utiliza como base a teoria marxista, mas não se prende em seus princípios ortodoxos e estruturalistas; pelo contrário, incorpora discussões de outros autores como Pierre Bourdieu para tratar de temas como localização industrial, desenvolvimento local, estratégias organizacionais entre os agentes, empresas e Estados envolvidos na atividade industrial, entre outros.

<sup>29</sup>Além de Milton Santos, outros pesquisadores também trabalharam com os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação. São eles: a) ELIAS, Denise. *Globalização e Agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP*. São Paulo: Edusp, 2003; b) ARROYO, María Mônica. *Território Nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XXI*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP. São Paulo: FFLCH, 2001. c) GRIMM, Flávia Christina Andrade. *Uso do território e coexistências de empresas de refrigerantes no Brasil*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP. São Paulo: FFLCH, 2002. d) PEREIRA Jr. Edilson Alves. *Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus*. Fortaleza: EdUECE, 2005.

vista da localização geográfica, mas que a partir das relações e formas organizacionais, materializam-se enquanto unidade.

De acordo com Santos (2008b)<sup>30</sup>,

Como a localização das diversas etapas do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) pode, doravante, ser dissociada e autônoma, aumentam as necessidades de complementação entre os lugares, gerando circuitos produtivos e fluxos, cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, segundo as formas produtivas, segundo a organização do espaço preexistentes e os impulsos políticos (p. 121).

Uma abordagem da atividade industrial pautada no entendimento da formação socioespacial, da configuração de redes estabelecidas entre os agentes, as interações espaciais e a conformação de circuitos produtivos e círculos de cooperação, possibilita colocar o território como atuante e não apenas como palco das atividades econômicas desenvolvidas.

As interações espaciais no período da globalização se revelam de maneira complexa. Isso é resultante pelo *“fato de cada centro urbano fazer parte de várias redes de cidades, redes vinculadas aos múltiplos papéis que desempenham e em parte associados às grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, elas próprias organizadas sob a forma de redes”* (CORRÊA, 2006, p. 102). Enfim, a arquitetura das interações espaciais e dos circuitos espaciais produtivos, no período da globalização, revela, por um lado, o conteúdo do território, e por outro, o movimento desigual e combinado do capitalismo<sup>31</sup>.

De acordo com Corrêa (2006), as interações espaciais podem ser definidas como

[...] um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidade (CORREA, 2006, p. 279).

<sup>30</sup>A primeira impressão data de 1994.

<sup>31</sup>Gostariamos de evidenciar a importante discussão feita por CATÃO, Rafael; REOLON, Cleverson Alexander e MIYAZAKI, Vitor Koiti. Interações espaciais: reflexões temáticas. In: *Revista On-line Caminhos de Geografia*. Uberlândia v. 11, n. 35 Set/2010 p. 231 - 239 <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>.

As interações entre os processos de gestão, produção, distribuição e consumo, já foi estudada tanto por profissionais da ciência geográfica, entre eles destacamos os trabalhos de Fischer (1994) e Dall'Acqua (2003), como de outras áreas do saber científico, por exemplo da economia, em que são destaques os trabalhos de Martinelli Jr. (1999); Rodrigues (2003) e Pelinski (2005).

Na ciência geográfica, Fischer (1994), embora tenha como premissa analisar a atividade industrial a partir da dimensão espacial, geográfica, não agrega em seus estudos uma pergunta fundamental, “*como, onde, por quem, por que, para quem e quando*”, determinados territórios são incorporados às diversas fases da produção? Acreditamos que esta questão não está presente na obra do autor, pois o mesmo adota das ciências econômicas a noção de *filières*. Essa noção possibilita compreender detalhadamente os diferentes processos relacionados à elaboração do produto final de determinados ramos produtivos, mas não agrega a noção espacial, como podemos notar na Figura 1.

De acordo com Fischer (1994),

L'ampleur de la dimension géographique d'un processus industriel ne peut être comprise sans références aux cadres techniques englobant dans lesquels s'inscrit nécessairement le processus, à savoir: la filière, la chaîne technique et la branche d'activité. Le concept de filière fait encore l'objet de bien des discussions. L'approche la plus simple définit la filière comme: «*l'ensemble des stades du processus de production qui conduit des matières premières à la satisfaction du besoin final du consommateur. Une filière industrielle part des matières de base, transite par l'industrie manufacturière et le secteur des transports, pour s'achever par le stade de la distribution.*» (STOFFAES, 1980. p. 9) (p. 14).

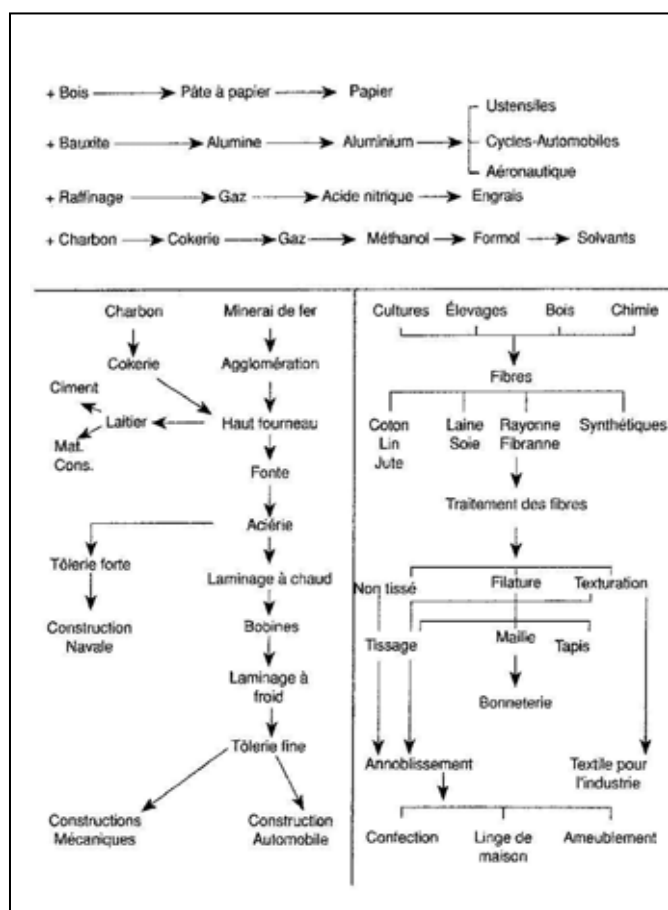


FIGURA 1: Exemplo do funcionamento de uma *filière*, por FISCHER, (1994, p. 14).

No Brasil, os economistas realizaram seus estudos tendo em vista a noção de *filieres*, mas o termo utilizado de maneira mais alargada foi o de cadeia produtiva<sup>32</sup>. De acordo com Dall'Acqua (2003), elas são “*entendidas como síntese da atividade econômica, correspondem ao conjunto de distribuição de insumos, processo, produtos e comercialização*” (p. 82). Para nós, esses trabalhos são importantes, porém incompletos, pois as análises, na maioria das vezes, restringem-se às relações entre os processos produtivos à montante e à jusante da elaboração do produto final e do comportamento no mercado desses produtos, como podemos verificar nas Figuras 2 e 3 (p. 62).

<sup>32</sup>Citamos aqui, três autores que discutiram sobre as indústrias de alimentos e que utilizaram o termo cadeia produtiva para fazer a leitura do objeto. São eles: **a)** MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. *A globalização e a indústria alimentar: um estudo a partir das grandes empresas*. Marília – UNESP - Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999; **b)** RODRIGUES, Andréia Marize Rodrigues. *Cluster e Competitividade: um estudo da concentração de micro e pequenas empresas de alimentos no município de Marília/SP*. São Carlos: EESC/USP, 2003. Tese de Doutorado. **c)** PELINSKI, Augusta RAHMEIER, Daliane da Silva, SHIKIDA, Pery Francisco Assis. A dinâmica de uma pequena propriedade dentro de uma análise de *filière*. In: Revista Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 7, n. 3, p. 271-281, 2005.

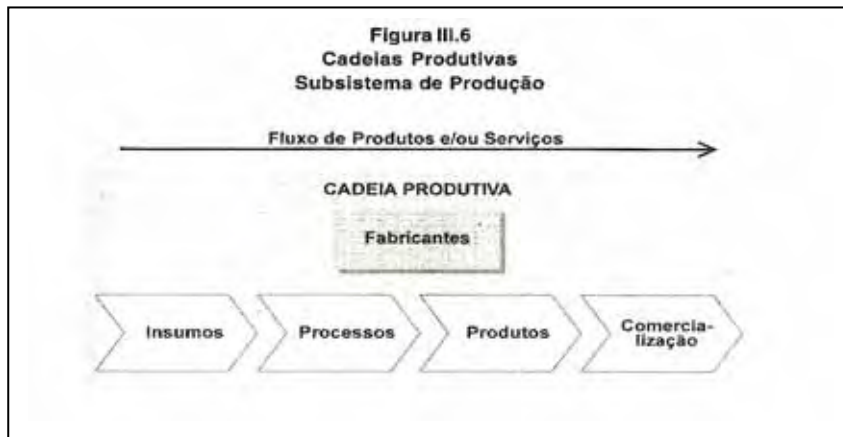


FIGURA 2: Exemplo de cadeia produtiva, por DALL'ACQUA, 2003 (p. 83)

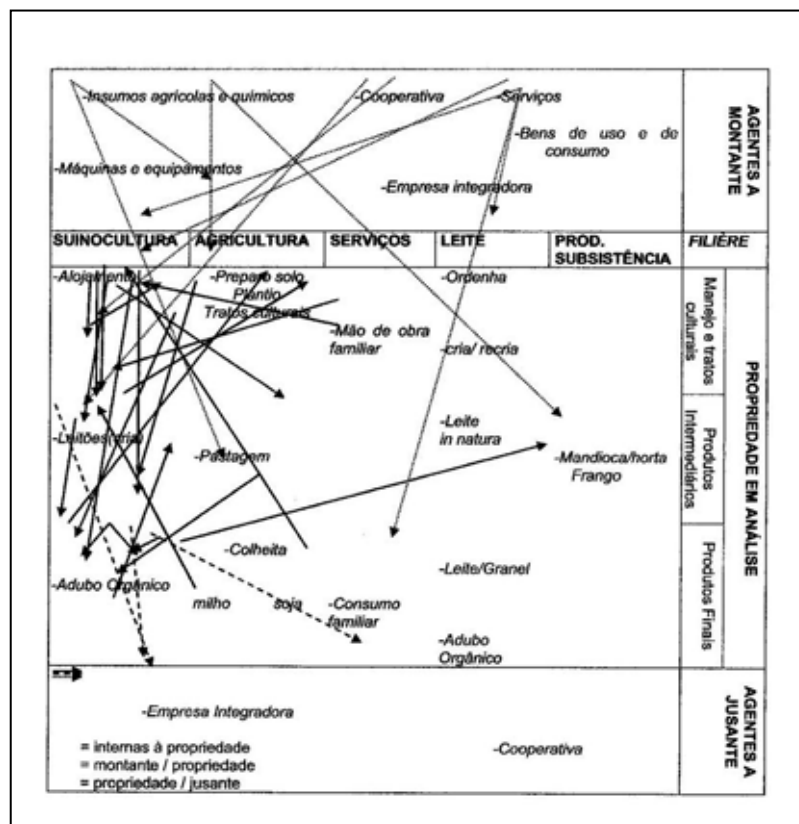


FIGURA 3: Interligações à montante e à jusante da propriedade rural estudada por PELINSKI, Augusta et. al, 2005 (p.275).

As dimensões espaciais, essenciais para entender a dinâmica econômica, social e política dos territórios ao longo do tempo, não são consideradas nesses estudos, como ficou explícito nas Figuras 1,2 e 3. Portanto, para nós a análise do território pela via da reestruturação produtiva, das interações espaciais e dos circuitos espaciais da produção configurados no período da globalização, é uma maneira de entender as dinâmicas territoriais, os agentes envolvidos, e as multi e interesalaridades existentes entre territórios, destinados à gestão, produção, distribuição e consumo de

mercadorias, e com isso evidenciar a importância das categorias geográficas para o entendimento do mundo atual.

Neste sentido, Santos & Silveira (2001) afirmam que,

A repartição das atividades entre lugares e a divisão territorial do trabalho pode nos dar apenas uma visão mais ou menos estática do espaço de um país, um retrato onde cada porção do espaço revela especializações mais ou menos nítidas, nascidas à luz de processos antigos e modernos. Mas para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção. Estes são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território (p. 143), (grifo nosso).

Atrelado à importância de entender a configuração dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação, faz-se necessário averiguar o papel dos vários agentes que atuam nas dimensões verticais e horizontais. Aqueles que atuam no âmbito das verticalidades, na maioria das vezes, são representantes de empresas e de instituições formalizadas pelo capital, que tem como perspectiva a homogeneização dos territórios pela via da padronização e normatização da produção, da distribuição e do consumo de mercadorias e do próprio lugar. Por outro lado, há aqueles que vivenciam as relações e os processos na perspectiva das horizontalidades, que se dão no plano do vivido, no espaço da vida – da casa, do bairro, da cidade, da região.

As relações horizontais e verticais atreladas à atividade industrial, também podem ser estudadas a partir da escola da proximidade. Os estudos congregam diálogos referentes à *proximidade geográfica e organizacional* (*proximité géographique et proximité organisationnelle*). De acordo com Gilly & Torre (2000), o pioneirismo dessas discussões é dado aos estudiosos franceses do grupo “*Dynamiques de Proximité*” formado na década de 1990. Ele foi configurado, sobretudo, por economistas interessados em questões relacionadas à organização espacial e às atividades econômicas das empresas.

As preocupações desse grupo perpassam pelas necessidades de se realizarem estudos que congreguem, primeiro, formas de organização espacial das atividades econômicas em distritos, meios de inovação, tecnopólos e questões relacionadas às distâncias – proximidades da geografia econômica e

se os agentes possuem capacidades organizativas que implicam em coordenações. Segundo, pela perspectiva de realizar trabalhos concernentes aos processos de inovação resultantes da interação entre ciência e indústria e relações entre produtores e utilizadores dos sistemas nacionais de inovação. Ainda, análises dos meios de inovação e características da mão de obra empregada nas atividades produtivas e de serviços. E por fim, as questões perpassam pela análise da política das cidades e a relação com quadros da economia dos custos de transação e as demandas específicas do lugar.

Por que tais questões são importantes? Quais as diferenças existentes entre os estudos da *escola da proximidade* com outras abordagens?

De acordo com Gilly & Torre (2000), a proposta de análise da escola da proximidade, diferente das abordagens da economia neoclássica, considera que o espaço não é neutro, pelo contrário, possui múltiplos conteúdos materializados de maneira diferenciada<sup>33</sup>, e por isso, interfere na competitividade entre os territórios.

Assim,

[...] les recherches présentées dans cet ouvrage reposent sur une constatation: l'existence et la permanence de liens de proximité entre individus ou entreprises, que contredit l'hypothèse d'une mondialisation destructrice de relations locales mais aussi celle, opposée, d'une marche inéluctable vers la polarisation... (p. 10).

Ainda tendo como referência os trabalhos de Gilly & Torre (2000), o conceito de proximidade não aceita a hipótese de uma separação econômica ou geográfica entre os agentes (individuais ou coletivos). Assim, as distâncias tornam-se relacionais nas concepções que envolvem as dimensões econômica e sociocultural entre os agentes que atuam no sentido de formalizar coordenações endógenas do território com vistas a resolver os problemas econômicos existentes. Desse modo, os estudos que agregam questões de proximidade podem ser compreendidos pela via da proximidade geográfica e organizacional.

A proximidade organizacional é aquela baseada em dois tipos de lógica que podem ser, respectivamente, similaridade e pertencimento. De acordo com

---

<sup>33</sup>Essas preocupações também fazem parte dos trabalhos de Milton Santos. Em nosso entendimento, as propostas de análise não se divergem, e sim se complementam.

a segunda lógica, os agentes são próximos quando pertencem ao mesmo espaço de informação, ou seja, um mesmo conjunto ou rede de empresas. Em relação à lógica da semelhança, os agentes são próximos quando têm o mesmo espaço para partilhar o mesmo conhecimento. De modo que a dimensão institucional se tornou tão importante para entender as questões relacionadas à proximidade organizacional<sup>34</sup>.

A proximidade organizacional nesses tempos de globalização não precisa necessariamente ser contígua, pois as tecnologias de informação diminuem as distâncias espaciais e permitem que as atividades sejam realizadas em diversos pontos do território. Desse modo, faz-se necessário entender outra dimensão da proximidade, a geográfica.

Entende-se que a proximidade geográfica, na perspectiva de Gilly & Torre (2000), é consequência das relações entre os agentes, enquanto a proximidade organizacional trabalha com a separação econômica e dos lugares em termos de organização da produção. A proximidade geográfica trata da separação dos espaços e dos vínculos em termos de distância.

Esse espaço incorpora a dimensão social dos processos econômicos relacionados à decisão de localização das atividades econômicas. Nestes termos, a distância muitas vezes é encarada como funcional, pois a tendência é que determinadas atividades se localizem em áreas que dispunham de infraestruturas de transportes, de pessoal qualificado e de instituições voltadas para o ramo de atividade em desenvolvimento. As relações de proximidade geográfica permitem que os agentes envolvidos nos diversos processos se comuniquem através do uso de tecnologias de comunicação.

Os autores Gilly & Torre (2000) afirmam que os estudos do grupo "*Dynamiques de proximité*" têm como perspectiva articular aspectos que permeiam as discussões de proximidade geográfica e organizacional. Desse modo, eles acreditam que as análises referentes às atividades econômicas, sobretudo industriais, permitirão tratar de temas diretamente envolvidos com a organização do espaço e do território. Tais temas perpassam pela discussão das escalas, dos fluxos de informação e mercadorias, do desenvolvimento de redes técnicas, da coordenação do território pelos agentes, entre outros. Estes

---

<sup>34</sup>Sobre o assunto ver Gilly & Torre (2000, p. 12).



temas são importantes para chegarmos à síntese e comprovar que o território é agente e não receptáculo para realização de atividades econômicas.

Partindo desses pressupostos, as pesquisas da *escola da proximidade* foram estruturadas em quatro eixos. O primeiro se debruça sobre a própria definição de noções de proximidade geográfica e organizacional. O segundo se preocupa em entender o papel central das interações. O terceiro versa sobre a importância de questões de coordenação econômica e relações de proximidade. Por fim, tem-se aquele que trabalha com confrontações teóricas entre as correntes de análise das atividades econômicas desenvolvidas em diferentes lugares.

Nesta perspectiva, entendemos que a cidade conformada em rede, independente do seu tamanho e localização, é o lugar onde os diversos agentes atuam e os diferentes interesses se materializam. Portanto, é o lugar onde os conflitos ocorrem de maneira intensa por coexistirem relações de verticalidades e horizontalidades, proximidades e distâncias geográficas e organizacionais.

No período da globalização, as cidades se diferenciam na rede urbana e na divisão territorial do trabalho pela capacidade de concentrar e centralizar o capital, através das atividades de gestão, produção, distribuição, consumo, entre outras. Nas cidades onde essas atividades são realizadas é perceptível na paisagem intra-urbana as constantes reestruturações no que concerne, sobretudo, aos espaços destinados à produção industrial, à moradia e ao consumo, aos fluxos de mercadorias e pessoas e aos equipamentos técnicos que servem de aparato para realização de tais atividades.

Vale ressaltar que nem todas as cidades são capazes de proporcionar o desenvolvimento de relações de proximidade geográfica e organizacional; as que são capazes merecem estudos. Tais trabalhos revelarão, por um lado, se a aglomeração urbana permite a ação coordenada dos agentes e por outro, se essa ação contribui para a dinamização das atividades econômicas e, conseqüentemente, o alargamento das interações espaciais e dos papéis desempenhados pelas cidades na divisão territorial do trabalho.

Além disso, as novas prerrogativas para localização de empresas industriais em cidades de diferentes portes também é um indicador importante

para entender os novos fenômenos do período da globalização. Em síntese, as discussões da escola da proximidade, agregadas aos trabalhos de Milton Santos e Roberto Lobato Côrrea, na perspectiva das interações espaciais e dos circuitos espaciais da produção, contribuirão para realização do nosso trabalho que tem como perspectiva entender, entre outros, a diversidade dos processos e reestruturações que envolvem atividade industrial desenvolvida no estado de São Paulo.

Vale ressaltar que a discussão acerca da aglomeração urbana e de atividades econômicas (economias de aglomeração) sempre se fez presente nos estudos relacionados à economia espacial. Para realizar tal discussão, por ora, baseamo-nos nos trabalhos de Camagni (2005), no qual considera que as economias de aglomeração<sup>35</sup> podem ser entendidas a partir de três pilares.

- Primeiro, *economias internas à empresa*, que são representadas pelas conhecidas economias de escala do tipo produtivo, distributivo e financeiro. Estas dão lugar à concentração espacial da produção e, na presença de custos de transporte relevantes e de produtos homogêneos, a formação de uma estrutura reticular de áreas de mercado não superpostas pelas unidades produtivas individuais, muitas vezes representadas por uma estrutura em “favo de mel”, ou seja, áreas hexagonais;
- Segundo, *economias externas à empresa, mas internas à indústria*, ou *economias de localização*: trata-se das vantagens que derivam da localização concentrada de empresas pertencentes ao mesmo ramo ou setor produtivo;
- Terceiro, *economias externas à empresa e à indústria ou economias de urbanização*: trata-se de vantagens típicas de um ambiente urbano, que derivam da presença de infraestruturas genéricas, utilizáveis por todas as indústrias e da estreita interação entre instituições e atividades diferentes (p. 24).

Com base na classificação proposta por Martinelli Júnior (1999), e com os levantamentos de dados da RAIS/MTE (1985, 1995, 2007), verificamos que

---

<sup>35</sup>Gostaríamos de ressaltar que Camagni (2005), para fazer tal discussão, baseia-se nas idéias dos autores da economia clássica e neoclássica, que efetuaram suas pesquisas acerca dos fatores de localização industrial e economias de aglomeração, entre eles destacam-se os trabalhos de A. Weber (1909) e A. Lösch (1940). Na página 68 deste capítulo, apresentamos uma citação do trabalho de Diniz & Gonçalves (2005), na qual resgatam os autores clássicos e neoclássicos que discutiram acerca dos fatores de localização industrial.

o estado de São Paulo concentra todos os ramos da indústria de transformação. Diante de tal constatação, perguntamos como se encontra distribuída a atividade industrial no estado de São Paulo? Nas cidades, sobretudo aquelas localizadas no interior distante (do ponto de vista topográfico) da metrópole, digo o Oeste Paulista, existe uma maior concentração de empresas dos ramos tradicionais, tais como, calçados, bebidas, têxteis e alimentos de consumo final. Em algumas cidades, como Birigui, Franca, Jaú, Ibitinga, Marília, entre outras, constata-se a existência de especializações de alguns ramos produtivos.

As empresas do ramo alimentício de consumo final, entre todos os ramos da indústria de transformação, possuem uma dinâmica diferenciada. Por um lado, encontram-se distribuídos de maneira dispersa; por outro, verifica-se uma aglomeração produtiva na cidade de Marília. Qual a razão para a conformação desse desenho industrial? Como se constituiu a aglomeração produtiva numa cidade (Marília) distante da principal aglomeração urbana industrial do estado de São Paulo? Antes de dar continuidade a tal discussão, vale a pena ressaltar que o ramo alimentício é muito diverso, por isso, é preciso defini-lo.

De acordo com Martinelli Júnior (1999), as empresas alimentícias podem ser definidas em dois grandes grupos, a saber:

- a) Empresas processadoras primárias de cereais, oleaginosas e insumos semi-preparados (por exemplo, os derivados de cacau, de tomate, suco de laranja concentrado etc): a flexibilidade na escolha da localização geográfica das plantas processadoras é restringida pela proximidade das matérias-primas, dado que os determinantes fundamentais da viabilidade econômica da atividade são a escala produtiva e os custos de transportes.
- b) Empresas de alimentos de consumo final: são menos dependentes dos fatores locacionais das matérias-primas e insumos, e portanto mais flexíveis quanto ao deslocamento geográfico das suas plantas produtivas. O fator relevante torna-se a proximidade com os mercados consumidores e o atendimento eficiente das suas necessidades, particularidades de gostos, hábitos e modas (inclusive culturais).

Destaca-se, nesse aspecto, a implementação de estratégias comerciais, logística no abastecimento, tais como redes de distribuição e de marketing locais. A internacionalização e/ou distribuição geoestratégica das plantas produtivas estão mais atreladas, portanto, às características econômicas e culturais, ao grau de difusão do padrão de consumo urbano acoplado à taxa de difusão dos equipamentos da “cozinha mecanizada” e à magnitude dos estratos de renda per capita dos mercados considerados, compatíveis com a implementação de estratégias de inovação e diferenciação de produtos (p. 131, 133 e 134) (grifo nosso).

De acordo com Martinelli Júnior (1999), as empresas alimentícias de consumo final, desde as últimas décadas do século XX têm apresentado constante expansão de suas atividades. Isso se deve em grande parte às mudanças dos parâmetros socioculturais do padrão de consumo alimentar. Tal contexto tem favorecido três tendências em relação ao mercado de alimentos. Vejamos:

- a) A primeira se refere à menor passividade e aos maiores graus de conscientização e de exigência dos consumidores frente à oferta de produtos alimentícios;
- b) A segunda diz respeito à fragmentação dos mercados de produtos alimentícios e à crescente importância dos atributos de qualidade (saúde, ecologia etc) e/ou associados a algum tipo de serviço que o produto possa oferecer (tais como ser mais prático, rápido no preparo) nas decisões de demanda dos consumidores finais;
- c) A terceira tendência diz respeito ao estilo e aos locais de comprar, e se reporta às mudanças comerciais das redes de comércio de alimentos e a ampliação da oferta de produtos de *marcas próprias* por parte dos grandes comerciantes (p. ii – apresentação).

Diante do apresentado, perguntamos: é possível afirmar que as empresas industriais alimentícias de consumo final apresentam condições de se adequar às normatizações e às padronizações impostas pelo novo padrão de consumo? Essa padronização amplia ou restringe a) o preço dos produtos e conseqüentemente o perfil econômico e social dos consumidores? b) os

lugares envolvidos nas diversas fases do circuito produtivo de alimentos? Daremos continuidade a esta discussão nos próximos capítulos. No momento, vale a pena entender como a atividade industrial se distribui nas cidades da rede urbana paulista.

## **1.2. Rede urbana e atividade industrial no Brasil e no estado de São Paulo<sup>36</sup>**

**Os cinquenta anos já decorridos, no século atual, foram assinalados por um fato novo, cujas origens remontam à última década do oitocentismo: o surto industrial, que veio transformar a “metrópole do café” ou a “capital dos fazendeiros” na dinâmica e movimentada metrópole industrial de nossos dias (PETRONE, 1955, p. 127).**

A integração da rede urbana brasileira é recente. *“Criada a partir de cidades litorâneas fundadas antes da constituição de suas respectivas hinterlândias, formou-se uma organização urbana descrita como “ilha” foi instituída uma rede do tipo dendrítico, centrada na cidade litorânea”* (CORRÊA, 2006, p. 101).

Esse padrão de rede urbana gradualmente foi substituído pelo conjunto de cidades *“bocas de Sertão e “pontas de trilho” do interior*. A expansiva divisão territorial do trabalho, e a necessidade de articulações inter-regionais pela via de redes de infraestruturas técnicas materiais e imateriais, *“gerou uma rede urbana efetivamente nacional”* (CORRÊA, 2006, p. 101).

Apesar da estruturação técnica do território, por meio das redes materiais e imateriais, foi somente após a Segunda Guerra Mundial, devido à aceleração do processo de industrialização, que a rede urbana brasileira foi integrada, porém de maneira complexa e desigual. De acordo com Corrêa

---

<sup>36</sup>Sabemos das muitas pesquisas que foram realizadas a partir deste tema. Para o momento, apresentaremos apenas os autores lidos que nos impulsionaram a traçar um caminho para realização da tese. São eles Petrone (1955), Cardoso (1960), Dean (1971), Souza (1978), Martins (1976), Goldenstein & Seabra (1982), Tavares (1985), Smolka (1986), Negri et. all. (1987), Possas (1992), Oliveira (1994), Lencioni (1994), Suzigan (2000), Santos & Silveira (2001), Mamigonian (2002), Beltrão Sposito (2004a), Santos (2005), Reis (2006), Cano (2007, 2008), entre outros. Gostaríamos ainda de ressaltar que optamos por apresentar algumas reflexões provenientes de leituras e questionamentos da realidade, mas enfatizamos a apresentação dos dados secundários que revelam, entre outros, a concentração (não homogênea espacialmente) das atividades econômicas desenvolvidas no estado de São Paulo, como pode ser verificada nas tabelas, quadros e cartogramas apresentados.

(2006), a integração se deve ao *“fato de cada centro urbano fazer parte de várias redes de cidades, redes vinculadas aos múltiplos papéis que desempenharam e em parte associados às grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, elas próprias organizadas sob formas de rede”* (p. 102).

Além disso, o desenho da rede urbana brasileira está articulado com a concentração e centralização desigual das atividades econômicas desenvolvidas no território. Este fato, de acordo com Aglietta (1979), está vinculado com a própria dinâmica desigual inerente ao modo capitalista de produção. Assim,

La concentración simple es el efecto inmediato provocado por el desarrollo desigual sobre el fraccionamiento de los capitales, cuya causa habíamos visto en la forma de incrementar la productividad del trabajo. Cada capital individual es un centro de concentración, porque reúne en grado creciente los medios para la valorización. Como esta valorización se encuentra sujeta a la ley de la acumulación, pasa por la búsqueda del ahorro relativo de trabajo vivo. Así, pues, tiene lugar en el sentido de una modificación técnica de la composición de los medios de producción, que eleva la cantidad en valor del capital necesario para dirigir la producción, y, por tanto, para recorrer el ciclo completo de la valorización (AGLIETTA, 1979, p. 195).

Por sua vez, a centralização *“es una modificación cualitativa que remodela la autonomía de los capitales y crea nuevas relaciones de competencia. Es un proceso discontinuo en el tiempo, relacionado con las fases de formación del capital en el proceso de acumulación global [...]”* (AGLIETTA, 1979, p. 195).

Nesse mesmo caminho metodológico, Lencioni (2006), assevera que

Concentração e centralização tratam-se de processos distintos. Quando a empresa amplia sua base de acumulação – pelo aumento do número de equipamentos e máquinas, por exemplo, está-se diante de um processo de concentração. Quando se trata de associação, absorção ou fusão de capitais individuais sob um mesmo controle está-se diante de um processo de centralização do capital, sem qualquer modificação no número de equipamentos e máquinas. O que importa dizer é que centralizar é associar capitais já formados. A centralização constitui um processo em que frações individuais de capital se reagrupam. A base da ampliação da escala de produção se dá pela incorporação de capitais já formados. Trata-se a rigor, da abolição da autonomia individual do capital, ou seja, de expropriação de um capitalista por outro capitalista, que transforma muitos capitais menores num de maior magnitude. A centralização é, portanto, uma reorganização da distribuição da propriedade dos capitais, do seu controle (p. 204).

A metrópole paulista, nas primeiras décadas do século XX, emergiu como a principal cidade da rede urbana. Este fato é decorrência do papel central exercido pelos agentes econômicos, comerciantes e fazendeiros de café, na economia brasileira. A centralização do poder econômico e político dos comerciantes e fazendeiros paulistas, contribuiu para a emergência de São Paulo na rede urbana nacional, mas foi a burguesia industrial, advinda dos comerciantes e fazendeiros, que consagrou a metrópole “*como centro maior da rede urbana*” (CORRÊA, 2006, p. 103).

Não podemos deixar de mencionar que o desenvolvimento da atividade industrial no território brasileiro, sobretudo paulista, é recente se comparado aos países da Europa Ocidental e aos Estados Unidos. Petrone (1955) considera que o desenvolvimento da indústria no Brasil perpassou por uma conjugação de fatores provenientes do contexto global e nacional. Como fatores relacionados à escala global, o autor destaca a “*Primeira Grande-Guerra (1914-18), a crise econômica decorrente do “crack” de 1929 e a última conflagração mundial (1939-45)*” (p. 127).

Como fatores relacionados à escala do território brasileiro, Petrone (1955) afirma que o desenvolvimento da atividade industrial não se deu de maneira homogênea, mas centralizada e concentrada em São Paulo devido

[...] 1. a facilidade de obtenção de energia elétrica; 2.a existência de um mercado consumidor interno; 3. o afluxo de capitais, tanto estrangeiros como nacionais, possibilitando o aparecimento de grandes indústrias; 4. facilidade de mão de obra operária; 5. a existência de um mercado fornecedor de matérias-primas dentro do próprio Estado; 6. importante rede de transportes, que tem na cidade de São Paulo o seu fulcro (p. 128).

Assim como Petrone (1955), Cano (2007) também afirma que os fatores<sup>37</sup> que levaram a indústria a se desenvolver com mais ênfase na capital

---

<sup>37</sup>Tomamos como referência o trabalho clássico desenvolvido por ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008 (original escrito em 1845). No Brasil, de acordo com Negri et.all (1987), na década de 1920, a indústria estava espacialmente concentrada no estado de São Paulo, sobretudo na capital e no seu entorno. De acordo com o autor o desenvolvimento de atividades produtivas industriais “*requer excedente pronto para ser investido e uma força de trabalho pronta para ser mobilizada*”. Além de “*disponibilidades energéticas e proximidade ou não da fonte de produção de matérias-primas*” (p. 15). Hoje sabemos que os fatores de localização industrial foram ampliados, mas para justificar o início da atividade industrial no estado de São Paulo, o referido autor trabalhou apenas com esses fatores que mencionamos.

paulista não foram diferentes daqueles adotados pelos países europeus e americanos, onde a consolidação da atividade industrial no início do século XX já era realidade.

No Brasil,

[..] durante a década de 1920, a economia paulista acentuou a concentração e a modernização da indústria produtora de bens-salário. A partir daí, e mais precisamente após a “Crise de 1929”, lançou a semente da futura indústria produtora de bens de produção, que se consolidaria durante a década de 1950. A amplitude de seu próprio mercado proporcionou-lhe atração e posterior concentração da indústria de bens de consumo durável e de capital. Quando isso se dá, a economia paulista já havia consolidado seu predomínio na dinâmica de acumulação à escala nacional. É a partir desse momento que se consolidaria a integração do mercado nacional (CANO, 2007, p. 39).

A concentração e centralização do capital industrial no estado de São Paulo ocorreram de maneira intensa na década de 1960, quando se podia notar a atuação de empresas de capital nacional e a chegada de empresas estrangeiras. No governo de Juscelino Kubitschek, período em que foi elaborado o Plano de Metas (1956 – 1960), o país recebeu de maneira intensiva, “*investimentos públicos e privados, que culminaram na instalação das indústrias pesadas*” (CANO, 2008, p. 11). O capital dessas empresas era proveniente de investidores nacionais e também estrangeiros. Em relação aos estrangeiros, a princípio, notava-se a presença de empresários americanos, alemães e italianos, posteriormente, foram identificados investimentos de grupos franceses, japoneses, coreanos, entre outros, em vários ramos da produção industrial.

Já na década de 1970, a indústria de base, pesada e leve e indústrias de transformação estavam consolidadas. Todavia sua distribuição não ocorreu de maneira homogênea no território brasileiro; pelo contrário, as empresas até meados da década de 1980 estavam centralizadas e concentradas no estado de São Paulo, sobretudo na metrópole e no seu entorno.

Na Tabela 1, é possível observar a evolução dos estabelecimentos<sup>38</sup> e dos empregos industriais ocupados<sup>39</sup> no Brasil e no estado de São Paulo ao

---

<sup>38</sup>Consideram-se como estabelecimentos as unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, endereços distintos. FONTE: RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. MTE - Ministério do Trabalho e Emprego - [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso: Setembro/2008.



longo do século XX, além de constatar a concentração, tanto de estabelecimentos como de empregos no território paulista.

**TABELA 1: ESTABELECIMENTOS INDÚSTRIAS E EMPREGOS OCUPADOS NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO AO LONGO DO SÉCULO XX**

UN.TERR.	EST./EMP.	1920	%	1940	%	1960	%	1980	%	2000	%
BRASIL	Estab.	13.569	100	49.418	100	110.771	100	226.306	100	139.739	100
BRASIL	Emp.	293.673	100	781.185	100	1.799.376	100	5.720.000	100	5.237.373	100
SP	Estab.	4.157	30,63	14.225	28,78	36.339	32,8	74.147	32,76	48.653	34,81
SP	Emp.	85.466	29,1	272.865	34,92	831.339	46,2	2.679.530	46,8	2.022.392	38,61

**FONTE:** Censos Industriais do IBGE. **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV./2008.

De acordo com os dados da Tabela 1, verifica-se que em 1920 o número de estabelecimentos industriais no Brasil ainda era modesto. Havia apenas 13.569 estabelecimentos industriais que empregavam 293.673 trabalhadores. O estado de São Paulo concentrava 30,63% dos estabelecimentos e 29,10% dos empregos industriais. Já em 1940, esse número aumentou para 49.418 estabelecimentos industriais e um total de 781.185 empregos. São Paulo ainda apresentava maior concentração de estabelecimentos industriais (28,78%) e de empregos (34,92%). Mas, foi em 1960 que o processo de concentração industrial ocorreu de maneira mais acentuada. Verificou-se que havia um total de 110.771 estabelecimentos industriais e um total de 1.799.376 empregos, sendo que 32,80% dos

<sup>39</sup>Os empregos ocupados na indústria (vínculos no ano) referem-se aos vínculos empregatícios remunerados, efetivamente ocupados por trabalhadores com carteira de trabalho assinada (regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), estatutários (funcionários públicos) e trabalhadores avulsos, temporários e outros, desde que formalmente contratados, numa determinada data, informados pelos estabelecimentos quando da elaboração da Relação Anual de Informações Sociais – Rais, do Ministério do Trabalho e Emprego. O vínculo empregatício é definido pelo Ministério do Trabalho e Emprego como “a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário preestabelecido por este. Essa relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário. Adicionalmente, a Rais levanta dados sobre vínculos de trabalhador avulso, trabalhador temporário (Lei nº 6.019, de 3/1/1974), menor aprendiz, diretor sem vínculo que tenha optado por recolhimento do FGTS e trabalhador com contrato de trabalho por prazo determinado (Lei nº 9.601, de 21/1/1998). O número de empregos numa determinada data de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos nessa data. O número de empregos (postos de trabalho) é diferente do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência”. **FONTE:** RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. **MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego - - [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso: Setembro/2008.

estabelecimentos e 46,20% do emprego industrial localizavam-se no estado de São Paulo.

Os dados referentes a 1980 apresentam características diferentes em relação às décadas anteriores, pois o número de estabelecimentos industriais no território brasileiro aumentou significativamente em relação a 1960: passou-se de 100.771 para 226.306. Em relação ao emprego, as diferenças tornaram-se ainda mais explícitas, pois em 1960 tinha-se um total de 1.799.376 empregos no setor industrial e esse número aumentou consideravelmente em 1980, totalizando 2.679.530. Porém, vale ressaltar que embora o número de estabelecimentos e empregos industriais tenha aumentado no território brasileiro, no estado de São Paulo esse número não aumentou de maneira significativa, pois se verificou que em 1980, São Paulo possuía 32,76% dos estabelecimentos industriais, percentual equivalente a 1960. O mesmo dado se revelou em relação ao emprego industrial, pois São Paulo concentrava 46,80%.

Este é o novo panorama do final do século XX, no tocante à distribuição das atividades econômicas, sobretudo industriais, no Brasil e no estado de São Paulo. Nos dias atuais, São Paulo centraliza atividades econômicas e ainda é o estado que concentra maior número de estabelecimentos industriais e empregos ocupados na escala do território nacional, porém, verifica-se um movimento de dispersão de unidades produtivas, para estados brasileiros que até então não tinham este setor estruturado, como é o caso de estados da região Nordeste do Brasil, a saber, Ceará, Pernambuco e Bahia.

Na escala do estado de São Paulo verificou-se que, a partir de 1980, as indústrias que se localizavam na metrópole paulistana, a princípio, deslocaram-se para cidades da região metropolitana, num raio de cento e cinquenta quilômetros de distância<sup>40</sup> e posteriormente, a dispersão de unidades produtivas se deu para as cidades cada vez mais distantes da metrópole. Porém, somente alguns ramos se desconcentraram da cidade de São Paulo, entre eles, os que não necessitavam de equipamentos industriais complexos e nem de profissionais altamente qualificados. Assim, a metrópole paulistana na

---

<sup>40</sup>COSTA, Wanderley Messias da. *O processo contemporâneo de industrialização. Um estudo sobre a expansão da produção industrial em território paulista*. São Paulo: FFLCH/USP, 1982 (dissertação).

década de 1980, além de ramos tradicionais, concentrava também ramos industriais de alta tecnologia e, em conjunto com as cidades de Campinas, São José dos Campos e São Carlos, formaram um complexo tecnológico muito importante no território brasileiro<sup>41</sup>.

Além de concentrar ramos ligados à alta tecnologia (informática, indústria farmacêutica, instrumentos cirúrgicos etc), São Paulo também centraliza atividades, tais como, gestão de grandes empresas nacionais e transnacionais atuantes no Brasil e na América Latina. Santos & Silveira (2001) afirmam que no período da globalização, devido ao desenvolvimento dos sistemas de informação, configuraram-se no território nacional os espaços de gestão e execução, sendo a cidade de São Paulo, o maior exemplo de um espaço de gestão. Ainda sobre o assunto, Lencioni (2008) afirma que

[...] na metrópole moderna, típica de grande parte do século XX, a industrialização e as multinacionais foram importantes para o desenvolvimento dos serviços produtivos e, conseqüentemente, para a centralidade da metrópole. Hoje em dia o que caracteriza a metrópole contemporânea é a presença dos grupos econômicos, notadamente a gestão desses grupos. Além do mais, uma outra característica importante é que na metrópole se adensa a indústria de alta tecnologia e inovadora, num quadro de refluxo da atividade industrial e de não reconversão das áreas tradicionalmente industriais da cidade, que passam a se constituir como resíduos de um outro tempo a espera de reconversão. Desenvolve-se, também, um deslocamento da indústria, em especial dos ramos tradicionais para além da região metropolitana (p. 14, 15).

Assim, ainda de acordo com os dados da Tabela 1 (p. 74), verificamos que em 2000 havia, no território brasileiro, 139.739 estabelecimentos e um total de 5.237.373 empregos industriais. No estado de São Paulo localizavam-se 34,81% do total dos estabelecimentos e 38,61% dos empregos industriais em relação ao total brasileiro. Este ainda é um percentual que representa concentração de unidades produtivas no território paulista, porém se compararmos a década de 1980 com a de 2000 verifica-se que houve diminuição de 74.147 para 48.653 estabelecimentos industriais, e de 2.679.530 para 2.022.392 empregos no setor industrial no mesmo período.

---

<sup>41</sup>Verificamos o trabalho de LIMA, Luiz Cruz. Tecnopólo: uma forma de produzir na modernidade atual. In: *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB, julho-dezembro de 1991, p. 19-40, no. 9.

O papel de gestão destinado à metrópole paulistana culminou na centralização de empresas de ramos industriais que exigiam altos investimentos tecnológicos e mão de obra qualificada. Tal fenômeno alterou a dinâmica da produção e do emprego na metrópole, na região metropolitana e em outros espaços do território paulista. A materialização desse fenômeno é revelada com a diminuição do número de estabelecimentos e empregos referentes ao ano de 2000. Todavia, não se pode deixar de considerar que ao mesmo tempo em que São Paulo concentrava e centralizava seu papel como cidade pólo de desenvolvimento, políticas públicas eram elaboradas no intuito de garantir maior integração do capitalismo no território nacional, entre elas, a política de *desconcentração industrial*<sup>42</sup>.

Podemos constatar, a partir dos dados das Tabelas 2, 3 (p. 78), 4 e 5<sup>43</sup> (p. 79,80), a diminuição da participação de São Paulo na concentração de estabelecimentos e empregos ocupados na atividade industrial e ainda notar quais foram os estados brasileiros que apresentaram maior relevância no que concerne à concentração de atividades econômicas desenvolvidas e de empregos ocupados nos anos de 1985 e 2007. Neste intervalo temporal, tivemos dinâmicas novas no território nacional, entre elas a dispersão de alguns ramos da indústria e a expansão do agronegócio para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste e para o próprio interior paulista.

Essa realidade se torna evidente quando verificamos o aumento considerável da atividade industrial, de comércio e serviços em outros estados brasileiros. No entanto, mesmo que outras atividades ligadas à indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária sejam desenvolvidas em outros estados da federação, São Paulo ainda permanece como o estado brasileiro que apresenta intensas complexidades em relação às atividades econômicas desenvolvidas.

---

<sup>42</sup>Entre os autores destacam-se os trabalhos de CANO, Wilson. *Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970 -2005)*. São Paulo: Editora Unesp, 2008 (3ª. Edição) e diversos trabalhos de Sandra Lencioni.

<sup>43</sup>Selecionamos, nas Tabelas 2,3,4 e 5, apenas os estados que apresentam, de maneira significativa, a realização das atividades econômicas discriminadas.

**TABELA 2: ESTADOS BRASILEIROS QUE APRESENTARAM MAIOR RELEVÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS, DE ACORDO COM OS GRANDES SETORES DO IBGE - 1985**

UF	INDÚSTRIA	%	CONSTR. CIVIL	%	COMÉRCIO	%	SERVIÇOS	%	AGROPECUÁRIA	%	TOTAL	%
<b>TOTAL</b>	149770	100	19255	100	379874	100	374137	100	18342	100	<b>1088918</b>	100
<b>SP</b>	55936	37	5825	30	122979	32	121963	33	5199	11	315945	29,0145814
<b>RJ</b>	15966	11	2613	14	48060	13	57207	15	1230	5	126587	11,6250259
<b>MG</b>	17282	12	1914	10	44505	12	42002	11	4364	4	112632	10,3434786
<b>RS</b>	15991	11	1525	8	34501	9	35648	10	1294	3	90240	8,28712539
<b>PR</b>	10745	7	1588	8	27664	7	26041	7	1614	2	68140	6,25758781
<b>SC</b>	8557	6	600	3	13941	4	16502	4	621	2	40419	3,71184974
<b>BA</b>	3151	2	753	4	15590	4	12253	3	546	1	32505	2,98507326
<b>PE</b>	3181	2	589	3	10384	3	8561	2	505	1	23422	2,1509425
<b>GO</b>	3130	2	356	2	9691	3	7832	2	320	1	21454	1,97021263
<b>ES</b>	2671	2	475	2	7168	2	6190	2	298	1	16989	1,56017257

FONTE: RAIS/MTE, 1985

ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV./2008.

**TABELA 3: ESTADOS BRASILEIROS QUE APRESENTARAM MAIOR RELEVÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS, DE ACORDO COM OS GRANDES SETORES DO IBGE - 2007**

UF	INDÚSTRIA	%	CONSTR CIVIL	%	COMÉRCIO	%	SERVIÇOS	%	AGROPECUÁRIA	%	TOTAL	%
<b>TOTAL</b>	321323	100	110643	100	1173362	100	1019185	100	310935	100	2935448	100
<b>SP</b>	92481	29	25209	23	325109	28	298272	29	62580	20	803651	27,37746
<b>MG</b>	40710	13	20078	18	143794	12	120757	12	74612	24	399951	13,62487
<b>RS</b>	35551	11	9589	9	96764	8	83315	8	20808	7	246027	8,381242
<b>PR</b>	28256	9	9265	8	94720	8	76022	7	27314	9	235577	8,025249
<b>RJ</b>	17604	5	6303	6	86765	7	113622	11	7515	2	231809	7,896887
<b>SC</b>	29340	9	6403	6	66670	6	56081	6	7960	3	166454	5,67048
<b>BA</b>	9824	3	4428	4	60891	5	42688	4	15355	5	133186	4,537161
<b>GO</b>	10432	3	3544	3	39351	3	28898	3	25166	8	107391	3,658419
<b>PE</b>	8160	3	2590	2	34186	3	26441	3	3042	1	74419	2,535184
<b>ES</b>	7210	2	3313	3	26065	2	22528	2	7809	3	66925	2,27989

FONTE: RAIS/MTE, 2007

ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV./2008.

Em relação à concentração da indústria, verificamos que o estado de São Paulo, no ano de 1985, detinha 37% dos estabelecimentos industriais em funcionamento no território brasileiro, e os demais estados representados na Tabela 2 eram responsáveis por 55%. No ano de 2005, o estado de São Paulo, diminuiu sua participação para 29%, ao passo que os demais estados aumentaram para 58%. Vale ressaltar que o estado do Rio de Janeiro, juntamente com São Paulo, também perdeu posições no quesito concentração das unidades industriais, de 11% em 1985, para 6% em 2007. Essa realidade, também se repete para as demais atividades econômicas. Estes dois estados, até a década de 1970, concentravam grande parte das atividades econômicas, sobretudo a industrial, mas de acordo com Lencioni (1999), a década de 1980, no contexto brasileiro, foi marcada pela *reestruturação produtiva*, que trouxe como uma das consequências o deslocamento das indústrias para outros

estados brasileiros. Porém esse deslocamento ocorreu principalmente entre os estados localizados na *região concentrada*<sup>44</sup>, a saber, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Goiás. Os dados das Tabelas 2 e 3 (p. 78) ratificam esta afirmação.

No que concerne aos empregos industriais ocupados (Tabelas 4 e 5, p. 79,80), apenas o estado do Rio de Janeiro diminuiu sua participação, pois no ano de 1985, respondia por 10% do território brasileiro e no ano de 2007, este percentual caiu para 6%. São Paulo, mesmo que tenha aumentado o número de empregos de 1985 para 2007, diminuiu a sua participação em nível nacional, pois em 1985, concentrava 45% dos empregos industriais ocupados no território brasileiro, e os demais estados 45%. Esse percentual se alterou em 2007, com a diminuição da participação de São Paulo para 35%, e os demais estados brasileiros, com maior relevância nas atividades econômicas, aumentaram a participação para 54%.

**TABELA 4: ESTADOS BRASILEIROS QUE APRESENTARAM MAIOR RELEVÂNCIA EM EMPREGOS OCUPADOS, DE ACORDO COM OS GRANDES SETORES DO IBGE - 1985**

UF	INDÚSTRIA	%	CONSTR. CIVIL	%	COMÉRCIO	%	SERVIÇOS	%	AGROPECUÁRIA	%	TOTAL	%
SP	2572006	45	234245	27	234245	27	2934255	28	2934255	28	6755555	32,966581
RJ	586880	10	105150	12	105150	12	1581978	15	1581978	15	2673863	13,048243
MG	459839	8	117000	14	117000	14	957598	9	957598	9	1836041	8,9597368
RS	529472	9	32193	4	32193	4	763579	7	763579	7	1610302	7,8581481
PR	256729	5	61170	7	61170	7	567636	5	567636	5	1101051	5,3730429
BA	133322	2	49213	6	49213	6	518612	5	518612	5	832126	4,0607099
SC	314003	6	12638	1	12638	1	309222	3	309222	3	743443	3,6279438
PE	192383	3	38014	4	38014	4	380440	4	380440	4	711548	3,4722987
CE	94405	2	17843	2	17843	2	299067	3	299067	3	480102	2,3428603
DF	19642	0,34	12459	1	12459	1	394329	4	394329	4	471132	2,2990874
<b>Total</b>	<b>5663015</b>	<b>100</b>	<b>858902</b>	<b>100</b>	<b>858902</b>	<b>100</b>	<b>10445231</b>	<b>100</b>	<b>10445231</b>	<b>100</b>	<b>20492131</b>	<b>100</b>

FONTE: RAIS/MTE, 1985

ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV./2008.

<sup>44</sup>Essa denominação – Região Concentrada – foi introduzida na literatura geográfica com as pesquisas dirigidas, no Rio de Janeiro, por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro (*O conceito de Região Concentrada*, 1979). Essa região estaria constituída pelos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 27). A região concentrada coincide com a área contínua de manifestação do meio técnico-científico, cuja lógica corresponde às necessidades do presente estágio de desenvolvimento do país (SANTOS, 1993/2005, p. 43). [...] A região concentrada é por definição, uma área onde o espaço é fluido, podendo os diversos fatores de produção deslocar-se de um ponto a outro sem perda da eficiência da economia dominante (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 103).

**TABELA 5: ESTADOS BRASILEIROS QUE APRESENTARAM MAIOR RELEVÂNCIA EM EMPREGOS OCUPADOS, DE ACORDO COM OS GRANDES SETORES DO IBGE – 2007**

UF	INDÚSTRIA	%	CONSTR. CIVIL	%	COMÉRCIO	%	SERVIÇOS	%	AGROPECUÁRIA	%	TOTAL	%
<b>Total</b>	<b>7632278</b>	<b>100</b>	<b>1617989</b>	<b>100</b>	<b>6840915</b>	<b>100</b>	<b>20134178</b>	<b>100</b>	<b>1382070</b>	<b>100</b>	<b>37607430</b>	<b>100</b>
<b>SP</b>	2652780	35	434963	27	2080754	30	5541266	28	369141	27	11078904	29,46
<b>MG</b>	806089	11	228743	14	723331	35	2032753	10	245287	18	4036203	10,73
<b>RJ</b>	460325	6	158096	10	682230	94	2340224	12	24971	2	3665846	9,748
<b>RS</b>	683769	9	80976	5	460695	68	1125182	6	75222	5	2425844	6,45
<b>PR</b>	614408	8	76802	5	488158	106	1107936	6	91627	7	2378931	6,326
<b>BA</b>	215882	3	87015	5	309061	63	1094097	5	78571	6	1784626	4,745
<b>SC</b>	593736	8	63005	4	322586	104	675609	3	42864	3	1697800	4,515
<b>PE</b>	204116	3	54190	3	206787	64	723182	4	51224	4	1239499	3,296
<b>GO</b>	192444	3	44994	3	195809	95	559347	3	68832	5	1061426	2,822
<b>CE</b>	217373	3	38020	2	155512	79	624411	3	24076	2	1059392	2,817

FONTE: RAIS/MTE, 2007

ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV./2008.

As Tabelas 2 e 3 (p. 78) e Tabelas 4 e 5 (p. 79,80), contribuíram para interpretação da distribuição desigual das atividades econômicas e dos empregos ocupados nos grandes setores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Analisando esses dados, foi possível verificar que, o estado de São Paulo, juntamente com os demais estados da *região concentrada*, deteve grande parte das atividades econômicas, no entanto, entre 1985 e 2007, verificamos que houve dispersão no território. Ainda, vale ressaltar que essa dispersão não ocorreu de maneira homogênea entre os estados.

Para entender as mudanças referentes à dispersão das atividades econômicas no Brasil, sobretudo industriais, no período atual, é preciso considerar, entre outros, a formação sua socioespacial<sup>45</sup>, ou seja, contextualizar temporalmente as ações multiescalares, que permitiram a concentração de atividades econômicas no território de maneira desigual e combinada.

De acordo com Diniz (2003),

A partir de la segunda mitad del siglo XIX, se comienzan a constituir las bases para el surgimiento y expansión de las actividades industriales y urbanas, así como la formación embrionaria de un mercado integrado en Brasil. En tanto, solamente con la expansión industrial y el desarrollo del sistema de transporte fueron creadas las bases para un proceso de concentración económica regional y para el

<sup>45</sup>Tendo como referência os trabalhos de Santos (1977, 2002 – original 1979), entendemos que, os estudos que têm como perspectiva a discussão da formação socioespacial, deve considerar os processos econômicos, sociais e políticos delineados de maneira multiescalar, ao longo do tempo empiricizado. A partir desse encaminhamento teórico-metodológico é que conseguimos entender o presente, materializado no espaço.

establecimiento de una división interregional del trabajo en Brasil. Esto se aceleró con el crecimiento industrial y con el fuerte proceso de urbanización, registrado después de la década del 30 (p. 35).

A formação de redes técnicas de transporte e de comunicação, as políticas de desenvolvimento regional elaboradas a partir do governo federal, estadual, municipal, e a expressiva formação desigual da rede urbana brasileira, entre outros, foram fatores que contribuíram para que as atividades econômicas fossem concentradas e centralizadas, sobretudo no estado de São Paulo. Esse contexto, de acordo com Selingardi-Sampaio (2009), contribuiu, para a formação do “*multicomplexo territorial industrial paulista*”, compreendido como “*território com feições fortemente cumulativas e impregnado de marcas do tempo, heranças de ações pretéritas que se mesclam, em arranjos variados, a objetos novos, produtos de agentes hodiernos*” (p. 2).

Hoje, verificamos que, apesar dessas atividades (indústrias, construção civil, serviços e agropecuárias) terem se dispersado pelo território, São Paulo ainda é o estado que concentra e centraliza o emprego formal e capital gerado pelos grandes setores da economia, inclusive do agropecuário.

A análise dos dados referentes aos grandes setores da economia é de extrema importância, mas nosso interesse, no momento, não é trabalhar com todos e sim, com as indústrias de transformação. Portanto, nosso próximo passo será identificar a distribuição por estados, dos estabelecimentos industriais de transformação e dos empregos ocupados, nos anos de 1985 e 2007. Vejamos os dados das Tabelas 6 e 7 (p. 82,84).



**TABELA 6: ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS DE ACORDO COM OS SETORES DO IBGE/RAIS (1985 e 2007)**

UF	EST. IND. DE TRANSFORMAÇÃO (1985)	%	UF	EST. IND. DE TRANSFORMAÇÃO (2007)	%
<b>Total</b>	<b>141548</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>306682</b>	<b>100</b>
SP	53893	38,07	SP	89805	29,28
MG	15932	11,26	MG	38489	12,55
RJ	15219	10,75	RS	34032	11,09
RS	14891	10,52	SC	28449	9,27
PR	10368	7,32	PR	27525	8,97
SC	8143	5,75	RJ	16549	5,39
BA	2951	2,08	GO	9779	3,18
PE	2894	2,04	BA	9224	3,00
GO	2856	2,02	CE	8197	2,67
ES	2429	1,72	PE	7890	2,57
CE	2189	1,55	ES	6314	2,05
PA	1437	1,02	MT	4657	1,51
MS	1339	0,95	PA	3378	1,10
MT	1142	0,81	PB	2671	0,87
PB	952	0,67	MS	2658	0,86
RN	788	0,56	RN	2597	0,84
MA	760	0,54	DF	2523	0,82
DF	650	0,46	RO	2052	0,66
AM	641	0,45	PI	1757	0,57
AL	534	0,38	MA	1681	0,54
RO	495	0,35	AM	1663	0,54
PI	431	0,30	SE	1564	0,50
SE	413	0,29	AL	1394	0,45
AC	97	0,07	TO	920	0,29
AP	75	0,05	AC	433	0,14
RR	29	0,02	AP	287	0,09
TO	0	0,00	RR	194	0,06

**FONTE:** RAIS/MTE, 1985 e 2007. **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV./2008.

De acordo com os dados da Tabela 6, verificamos que o número de estabelecimentos industriais de transformação aumentou consideravelmente no território brasileiro do ano de 1985 para 2007; passou de 141.548 para 306.682. Do total, no ano de 1985, o estado de São Paulo concentrava 38,7% e no ano de 2007, esse percentual diminuiu para 29,28%. O mesmo ocorreu com o estado do Rio de Janeiro, que possuía em 1985 10,75% dos estabelecimentos da indústria de transformação e diminuiu para 5,39% em 2007, fato este também verificado nos grandes setores do IBGE (Tabelas 2 e 3 (p. 78). Os demais estados brasileiros, mesmo aqueles que contribuem com menos de 1% da concentração de estabelecimentos industriais, aumentaram a participação, como é o caso de Roraima que, no ano de 1985, representava apenas 0,02% e em 2007 passou para 0,063%.

No entanto, a dinâmica maior ocorreu entre os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Ceará e Pernambuco. Entre esses estados, vale ressaltar os estados da região sul do Brasil, a saber, Santa Catarina que, no ano de 1985, concentrava apenas 5,75% e passou em 2007 a concentrar 9,27% dos estabelecimentos das indústrias de transformação. O mesmo ocorreu com o Paraná, que passou de 7,32% para 8,97%.

Entre os estados brasileiros, o destaque maior deve ser dado àqueles que se localizam na região nordeste, considerada até a década de 1980 de pouca expressão na atividade industrial. Verificamos, porém, que estados tais como Bahia (2,08% para 3,07%), Pernambuco (2,04% para 2,57%) e principalmente o Ceará (1,55% para 2,67%), aumentaram a concentração de estabelecimentos industriais e também de empregos, como podemos verificar na Tabela 7 (p. 84). Diante de tal contexto, é possível afirmar que no período da globalização, configura-se um novo mapa da indústria de transformação? É possível falar de atividade industrial na escala do território nacional? Quais são, e como se configuram esses novos espaços industriais?

Continuando a análise da atividade industrial de transformação, verificamos que em relação aos empregos ocupados, os indicadores revelam dinâmicas semelhantes em relação à distribuição espacial dos estabelecimentos. No ano de 1985, havia um total de 5.213.804 de empregos ocupados na atividade industrial de transformação este número aumentou para 7.082.167 em 2007. São Paulo, que concentrava 47,81% em 1985 diminuiu para 35,93% em 2007, assim como o Rio de Janeiro (9,98% para 5,32%).

Os estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco, apesar de aumentarem o número de estabelecimentos (Tabela 6, p. 82), diminuíram em relação aos empregos ocupados. O Rio Grande do Sul era responsável por 9,63% dos empregos ocupados no ano de 1985 e diminuiu para 9,24% em 2007, assim como Pernambuco de 3,41% para 2,66%.

Os demais estados aumentaram de maneira significativa a participação dos empregos ocupados nas indústrias de transformação atuantes no território brasileiro. Entre eles destacam-se: Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Bahia e Goiás, como podemos verificar na Tabela 7.

**TABELA 7: EMPREGOS INDUSTRIAIS OCUPADOS DE ACORDO COM OS SETORES DO IBGE/RAIS (1985 E 2007)**

UF	EMPREGOS OCUPADOS NAS IND. DE TRANSFORMAÇÃO (1985)	%	UF	EMPREGOS OCUPADOS NAS IND. DE TRANSFORMAÇÃO (2007)	%
Total	5213804	100,00	Total	7082167	100,00
SP	2492802	47,81	SP	2544678	35,93
RJ	520334	9,98	MG	724168	10,23
RS	502318	9,63	RS	654733	9,24
MG	392529	7,53	PR	585818	8,27
SC	286345	5,49	SC	569590	8,04
PR	235514	4,52	RJ	377065	5,32
PE	177685	3,41	CE	208149	2,94
BA	102777	1,97	PE	188405	2,66
CE	86008	1,65	BA	184860	2,61
AM	58257	1,12	GO	177306	2,50
ES	57382	1,10	AM	111578	1,58
AL	46375	0,89	ES	105571	1,49
PA	45601	0,87	AL	102755	1,45
GO	42904	0,82	PA	92893	1,31
RN	32816	0,63	MT	86174	1,22
PB	31822	0,61	PB	65907	0,93
SE	21790	0,42	MS	65257	0,92
MS	17278	0,33	RN	64614	0,91
MA	16236	0,31	SE	33206	0,47
MT	14501	0,28	MA	33186	0,47
DF	12804	0,25	RO	31551	0,45
PI	9746	0,19	DF	29366	0,41
RO	5886	0,11	PI	23289	0,33
AP	2176	0,04	TO	12183	0,17
AC	1597	0,03	AC	5134	0,07
RR	321	0,01	RR	2886	0,04
TO	0	0,00	RR	1845	0,03

FONTE: RAIS/MTE, 1985 e 2007. ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV./2008.

Os dados até então apresentados, por um lado, revelaram a distribuição desigual dos estabelecimentos industriais e dos empregos ocupados na indústria de transformação atuante no território brasileiro, nos anos de 1985 e 2007, e por outro, a concentração dessa atividade no estado de São Paulo. Porém, vale ressaltar que houve considerável diminuição da participação do estado de São Paulo em relação a alguns estados da federação, tanto em relação à concentração de estabelecimentos industriais como também de empregos ocupados.

Diante dos indicadores, é possível afirmar que São Paulo também reduziu sua importância econômica frente ao território nacional? Se fizermos a leitura somente pela aparência, ou seja, sem contextualização, corremos o risco de interpretar a realidade de maneira incompleta, e com isso incorrer

numa análise equivocada dos processos que permeiam a organização do território e da rede urbana brasileira pelo viés industrial. De acordo com relatório elaborado pela Fundação Seade (2006),

Em 2006, o PIB paulista cresceu 4,0%, em termos reais, e passou a corresponder a R\$ 802 bilhões, em valores correntes de 2006. Como o PIB brasileiro também cresceu 4,0% naquele ano, quando atingiu R\$ 2,36 trilhões, a participação de São Paulo no conjunto do Brasil manteve-se nos mesmos 33,9% registrados em 2005. Em relação à população, o PIB *per capita* de São Paulo, em 2006, foi de R\$ 19.548, diante dos R\$ 12.688 verificados para o conjunto do país. Na economia paulista manteve-se a tendência de ampliação do peso dos serviços – que passou de 54,3% do valor adicionado bruto do Estado, em 2005, para 55,3% no ano em análise, em detrimento da participação da indústria, que variou de 31,7% para 30,2%, no período. O comércio e a agropecuária ampliaram ligeiramente suas respectivas participações relativas, chegando a 12,4% e 2,1% do VA do Estado, respectivamente. Em relação à participação do valor adicionado de cada setor de atividade presente no Estado em relação a seus respectivos totais nacionais, em 2006, São Paulo confirmou sua posição de liderança econômica no país. Respondeu por 43,3% da indústria de transformação brasileira, por 50,4% dos serviços de intermediação financeira e por 47,5% dos serviços prestados às empresas. Em outros oito setores, São Paulo foi responsável por pelo menos um terço do VA do respectivo setor no total do país.

São Paulo é um estado que desempenha múltiplas<sup>46</sup> funções econômicas no território brasileiro. Em relação à indústria, verificamos que esta atividade é amplamente diversificada. Existem instalados neste estado, tanto ramos altamente especializados, que requerem e ao mesmo tempo produzem inovações tecnológicas, como aqueles localizados em cidades como São Carlos, Campinas, Rio Claro e São José dos Campos. Nesta última, verifica-se a consolidação de um pólo tecnológico especializado em produção de aviões e de equipamentos bélicos, um dos poucos existentes na escala mundial<sup>47</sup>. Além dos ramos que agregam e desenvolvem inovações tecnológicas específicas para indústria, tem-se no estado de São Paulo, a atuação de indústrias de transformação, ligadas aos ramos tradicionais.

---

<sup>46</sup>A diversificação de atividades econômicas desenvolvidas de caráter capitalista no estado de São Paulo foi ressaltada por Negri et. all (1987).

<sup>47</sup>COSTA, Wanderley Messias da. *O processo contemporâneo de industrialização. Um estudo sobre a expansão da produção industrial em território paulista*. São Paulo: FFLCH/USP, 1982 (dissertação).

De acordo com os dados da Tabela 8, entre os ramos da indústria de transformação existentes no estado de São Paulo no ano de 2007, o têxtil é o que tem um número maior de estabelecimentos; representa 20,05% do total, seguido do alimentício, bebidas e álcool etílico 13,68%; papel e papelão 11,39%; metalúrgica 11,39%; química, produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria 9,12%; indústria de borracha, fumo, couros, peles e similares 7,97%; mecânica 6,77%; madeira e mobiliário 6,12%; minerais não metálicos 4,36%; calçados 3,21%; materiais elétricos e de comunicações 2,46%; material de transporte 1,96%; extração mineral 1,44%.

**TABELA 8: NÚMERO DE ESTABELECIDAMENTOS E EMPREGOS OCUPADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (2007)**

RAMOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	Nº DE ESTABELECIDAMENTOS	%	EMPREGOS OCUPADOS	%
<b>TOTAL</b>	<b>176.587</b>	<b>100</b>	<b>2.560.012</b>	<b>100</b>
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	35.421	20,05	286.445	11,18
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	24.173	13,68	452.739	17,68
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	20.127	11,39	160.902	6,28
Indústria metalúrgica	20.119	11,39	298.749	11,66
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria ...	16.116	9,12	327.723	12,80
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	14.085	7,97	132.756	5,18
Indústria mecânica	11.970	6,77	239.144	9,34
Indústria da madeira e do mobiliário	10.809	6,12	86.955	3,39
Indústria de produtos minerais não metálicos	7.715	4,36	96.983	3,78
Indústria de calçados	5.672	3,21	54.437	2,12
Indústria do material elétrico e de comunicações	4.347	2,46	136.156	5,31
Indústria do material de transporte	3.473	1,96	271.689	10,61
Extrativa mineral	2.560	1,44	15.334	0,59

**FONTE:** RAIS/MTE, 2007. **ORG.:** BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. DEZ./2010.

Quanto aos empregos ocupados, como podemos verificar na Tabela 8, o ramo alimentício<sup>48</sup> é o que mais emprega, e, portanto participa com 17,68%, seguido do químico, produtos farmacêuticos, veterinário e perfumaria 12,80%; metalúrgico 11,66%; têxtil<sup>49</sup> 11,98%; transportes 10,61%; mecânica 9,34%; papel 6,28%; material elétrico 5,31; borracha 5,18%; minerais não metálicos

<sup>48</sup>Na ciência geográfica, destacamos o trabalho de MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. *Reestruturação Produtiva da indústria e desenvolvimento regional: a região de Marília*. São Paulo: FFLCH/USP – Tese de Doutorado em Geografia Humana, 2002.

<sup>49</sup>Destacamos o trabalho realizado por MATUSHIMA, Marcos Kazuo. *Especialização Produtiva e aglomeração industrial: uma análise da indústria de confecções de Ibitinga – SP*. Rio Claro: [s.n.], 2005 (Tese de Doutorado em Geografia).

3,78; madeira 3,39; calçados 2,12% e por fim extração mineral 0,59% do total do estado.

A indústria de transformação instalada no estado de São Paulo merece análise. Em nosso ponto de vista, as análises qualitativas devem ser incorporadas aos trabalhos de geografia industrial, por isso, além de levantar os dados estatísticos, convém compreender o real conteúdo da atividade industrial e as dinâmicas territoriais por ela proporcionadas. Assim, o levantamento de dados estatísticos, bem como a eleição de variáveis, indicadores e recortes, conformam-se apenas como ponto de partida para análise; é necessário, para obtenção de dados e informações qualitativas realizar a análise também através das informações empíricas.

De acordo com os dados levantados nas bases estatísticas da RAIS on-line, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), chamou-nos atenção o ramo alimentício, por apresentar um número significativo de estabelecimentos industriais e empregos ocupados. Desde então, muitas perguntas foram elaboradas. Qual a característica deste ramo industrial? Onde se localiza? Qual o porte das empresas em relação ao número de empregados? Qual a origem do capital das empresas industriais em atuação no território brasileiro, no período atual? Quais os grandes grupos nacionais e de capital externo que atuam no território brasileiro? Quais processos ligados à reestruturação produtiva estão presentes neste ramo industrial? Existe articulação deste ramo com outros? Quais? Qual a relação do ramo alimentício com *agricultura científica*? Quais os circuitos produtivos entrelaçados a este ramo? A dispersão do ramo alimentício na escala do território brasileiro e paulista são decorrentes do processo de desconcentração industrial? Quais as inovações técnicas e tecnológicas existentes no ramo alimentício? Qual a característica da mão de obra empregada neste ramo de produção industrial? Ainda, o que é alimento? Existe relação da sociedade moderna e ampliação de empresas do ramo alimentício?

São muitas as perguntas. Tentaremos, ao longo dos capítulos, responder a algumas delas; outras, pela profundidade de análise merecem aprofundamento das discussões. Começaremos analisando como se

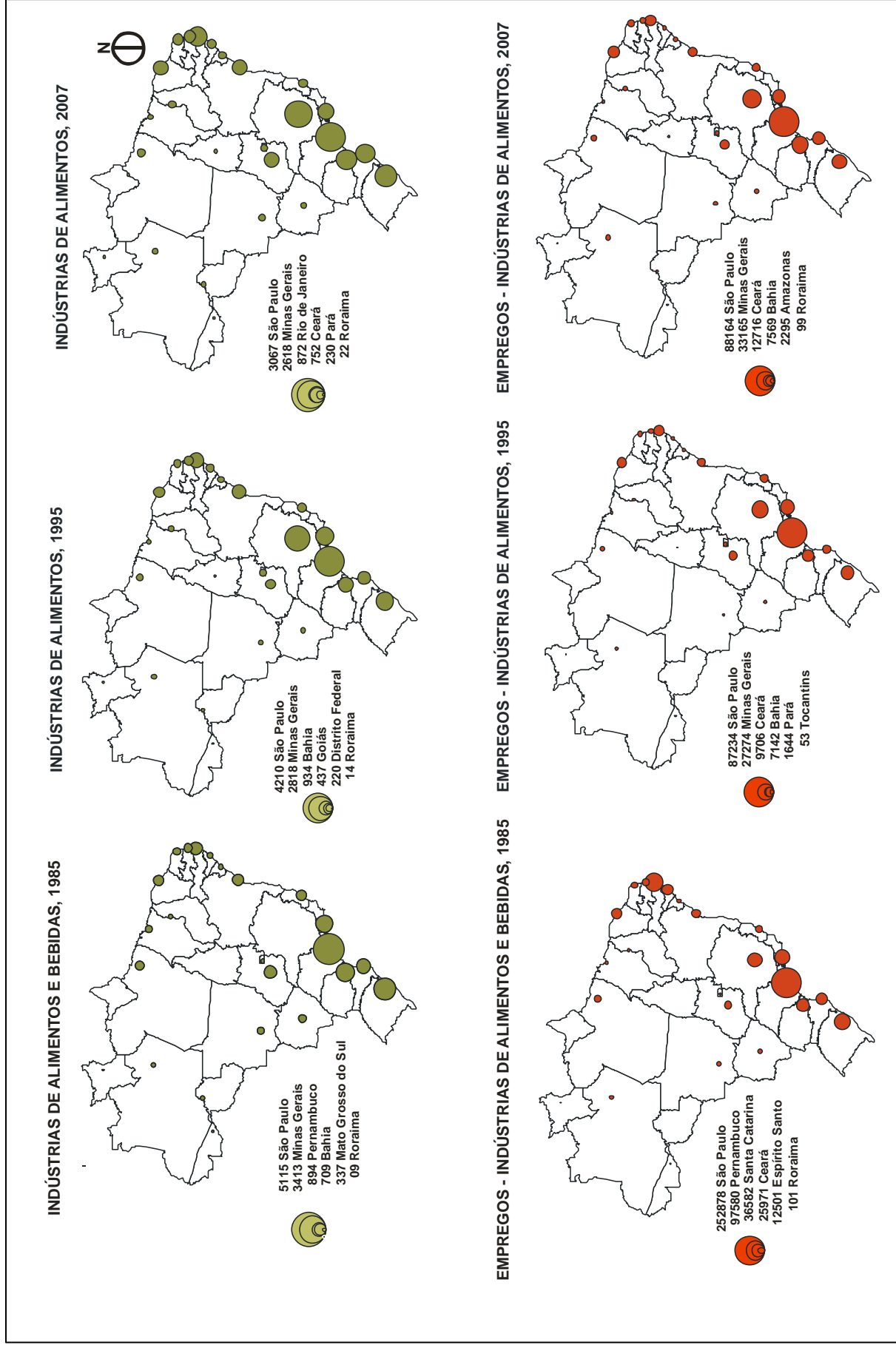
distribuem os estabelecimentos industriais e empregos ocupados no ramo em apreço.

Verificamos que o ramo alimentício, de bebidas e álcool etílico, no ano de 1985, e de alimentos em 1995 e 2007<sup>50</sup> encontram-se dispersos pelo território, mas é no estado de São Paulo que verificamos um número maior de estabelecimentos industriais e empregos ocupados, como é possível verificar no Cartograma 1 (p. 89)<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup>Fizemos a opção por apresentar os dados num intervalo de 10 em 10 anos, porém, o ano de 2007 foi selecionado no lugar de 2005, pois julgamos os dados mais recentes e, portanto, mais próximos da realidade em que estamos inseridos. Estes intervalos foram importantes, pois demonstraram a dinâmica do ramo alimentício selecionado nos últimos trinta anos, tanto no território brasileiro como no Estado de São Paulo.

<sup>51</sup>Os dados foram retirados do RAIS/MTE. No ano de 1985 foram compilados a partir de Grandes Setores, Setores e Sub-Setores do IBGE, e o indicador que mais se aproximava do ramo de alimentos era o de ALIMENTOS E BEBIDAS. Já nos anos de 1995, 2005 e 2007, os dados foram compilados a partir de Grandes Setores, Setores, Sub-Setores, Seção, Divisão, Grupo, Classe e Sub-Classe CNAE. A opção escolhida foi: SEÇÃO - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO e GRUPO CNAE 158 – Fabricação de Outros Produtos. De acordo com os dados, foi este grupo da indústria de alimentos que teve uma maior dispersão das unidades produtivas no Estado de São Paulo, no período citado, além disso, encontramos uma grande concentração de unidades produtivas deste grupo instaladas em cidades de porte médio, como poderemos ver nos cartogramas subseqüentes. O GRUPO CNAE 158 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS compreende: fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria; fabricação de pães, bolos e equivalentes industrializados; exclusive industrializados, fabricação de biscoitos e bolachas; produção de derivados do cacau e elaboração de chocolates; balas; gomas de mascar; produção de derivados do cacau e elaboração de chocolates; produção de balas e semelhantes e de frutas cristalizadas; fabricação de massas alimentícias; preparação de especiarias, molhos, temperos e condimentos; preparação de produtos dietéticos, alimentos para criança e outros alimentos conservados; fabricação de vinagres; fabricação de pós alimentícios; fabricação de fermentos, leveduras e coalhos; fabricação de gelo comum; beneficiamento de chá mate e outras ervas para infusão.





No ano de 1985, havia no Brasil 21.805 estabelecimentos industriais dos ramos de alimentos e bebidas. Os estabelecimentos industriais que congregam este ramo se apresentam dispersos pelo território brasileiro, porém não de maneira homogênea, pois há uma forte concentração nos estados da região Sudeste e Sul do Brasil – *região concentrada*, como podemos constatar no Cartograma 1. São Paulo se destaca como o estado com maior concentração de estabelecimentos 23,4%, seguido por Minas Gerais 15,65%, Rio Grande do Sul 10,87%, Paraná 8,59%, Rio de Janeiro 7,07%, Santa Catarina 5,17%, Pernambuco 4,09%, Goiás 3,85%, Bahia 3,25%, Ceará 2,67%, Espírito Santo 2,4%. Estes estados concentravam 87,06% dos estabelecimentos industriais do ramo alimentício instalados no território brasileiro. O restante (12,94%) estava distribuído entre os demais estados.

No ano de 1995, a análise passa a ser feita somente do ramo alimentício, Grupo CNAE – Fabricação de Outros Produtos Alimentícios. Mesmo assim, a espacialização dos estabelecimentos industriais deste ramo, não se altera de maneira significativa, pois assim como no ano de 1985, em 1995 e também 2007, os estados de maior concentração são aqueles localizados na *região concentrada*, porém há que se destacar que os estados do Ceará, Pernambuco, Bahia e Goiás, também se apresentam como estados com índices significativos em relação à concentração destes estabelecimentos.

O Brasil, no ano de 1995, possuía um total de 17.539 estabelecimentos industriais do ramo alimentício, e no ano de 2007, tivemos apenas uma pequena redução de 278 estabelecimentos. São Paulo, em 1995, concentrava 24%, e no ano de 2007 este número diminuiu para 17,76%. Isso também ocorreu com o estado do Rio de Janeiro, que em 1995 concentrava 8,81% e em 2007 este número caiu para 5,05% e a Bahia, que em 1995 concentrava 5,32%, no ano de 2007 este número caiu para 4,55% dos estabelecimentos industriais localizados no estado. Os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina, Ceará, Goiás, Paraíba e Espírito Santo tiveram a participação aumentada em número de estabelecimentos do ano de 1995 para 2007. Em 1995 os estados mencionados concentravam 93% dos estabelecimentos industriais do ramo alimentício em funcionamento no território brasileiro; este número em 2007 era de 87,38%.

Com relação aos empregos ocupados (Cartograma 1 p. 89), no ano de 1985, havia no território nacional um total de 8.099.860 nos ramos de alimentos e bebidas; no ano de 1995 este número era de 2.303.120 e no ano de 2007 era de 2.791.660 de empregos do ramo de alimentos. Entre 1995 e 2007, verificamos que houve um aumento de 48.854 empregos no ramo em apreço.

O estado de São Paulo, em todos os anos, apresentou maior concentração de empregos ocupados, mesmo que tenha diminuído a participação no total nacional entre 1995 (37,87%) e 2007 (31,58%). Este fato também foi verificado nos seguintes estados: Rio Grande do Sul (1985 – 9%; 1995 – 7,52% e 2007 – 7,52%); Rio de Janeiro (1985 – 8%; 1995 – 9,28% e 2007 – 6,26%). Os demais estados, tais como Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Goiás e Bahia, aumentaram a participação de empregos ocupados no período analisado. Todos os estados mencionados, no ano de 1985, representavam 87% do total dos empregos ocupados nas indústrias de alimentos no território brasileiro; em 1995, este número correspondia a 90,24% e, no ano de 2007, era de 87,94%. O restante estava distribuído entre os demais estados do território nacional.

A configuração da indústria de transformação, sobretudo do ramo alimentício, no território brasileiro, apresenta-se com algumas diferenças, se compararmos os anos de 1985, 1995 e 2007. No ano de 2007, o estado de São Paulo ainda concentra o maior número de estabelecimentos e empregos ocupados neste ramo industrial, embora, seja visível que outros estados da federação tenham aumentado a participação em relação às duas variáveis analisadas. Essa distribuição desigual da indústria alimentícia permite-nos elaborar algumas perguntas, tais como: é possível afirmar que as empresas do ramo alimentício atuantes nos estados brasileiros são provenientes do processo de desconcentração industrial? Qual a origem do capital das grandes empresas (número de empregados e produção) alimentícias atuantes no território brasileiro? Qual o padrão de localização adotado pelas empresas alimentícias? Na escala do território paulista, é possível afirmar que essas empresas estão dispersas ou concentradas na área mais polarizada do estado, a saber, a metrópole paulistana? Qual a tendência da localização industrial no período da globalização?

Hoje, o desenvolvimento técnico, associado às normatizações elaboradas pelos agentes hegemônicos, que atuam de maneira multiescalar, impõe o tempo, a velocidade e o direcionamento dos lugares onde o capital se instala. De acordo com Diniz & Gonçalves (2005),

Durante anos, a distribuição espacial da indústria foi explicada pela teoria “clássica” de localização, desenvolvida inicialmente por Weber e, posteriormente, pela economia neoclássica. Nessas interpretações, havia a predominância de atividades intensivas de recursos naturais, com insumos volumosos e produção final com alta relação peso/valor. Em consequência, as opções de localização tinham como objetivo central a minimização dos custos de transporte. Por sua vez, a restrição dos transportes, a centralidade urbana e as economias de escala levavam à formação de áreas de mercado, nos termos formulados por Lösch e Christaller. As mudanças contemporâneas alteraram, radicalmente, estes pressupostos. O aumento das atividades industriais intensivas de tecnologia e conhecimento reduziu a importância relativa das matérias-primas e do custo de transporte como fatores locacionais. [...] A melhoria dos transportes, as alterações tecnológicas e de escala produtiva e o processo de globalização alteraram as dimensões das áreas de mercado, a natureza e a forma das relações internacionais e inter-regionais, aumentando a competição entre países e regiões (p. 140).

Diante da emergência de novos padrões de localização industrial, as cidades estruturadas em rede passaram a desenvolver atividades até então restritas às metrópoles e às regiões metropolitanas. A atividade industrial é uma delas, além dos serviços especializados, ligados muitas vezes à *agricultura científica*. Portanto, ampliaram-se os processos e as relações entre os agentes que determinam as regras econômicas, sociais e políticas.

O desenvolvimento de aparatos técnicos possibilitou, desde meados do século XX a organização da empresa num esquema de rede, ou seja, os processos de gestão, produção e distribuição puderam se dispersar de maneira articulada pelos territórios de interesse do capital, na escala global. Essa organização apresenta característica do novo “*regime de acumulação flexível*”<sup>52</sup>. De acordo com Lencioni (2006), as principais características da empresa – rede são respectivamente “*tendência à divisão do trabalho flexível, à flexibilização nos contratos de trabalho e terceirização, quer relativa à força de trabalho, quer relativa a fases do processo produtivo e, ainda, externalização de atividades não estratégicas*” (p. 68).

---

<sup>52</sup>Gostaríamos de ressaltar que, essa discussão será aprofundada no segundo capítulo.

Além da conformação da empresa em rede, Sposito & Matushima (2002) embasados no referencial de Sánchez Hernandez (1998), afirmam que, na atual fase do capitalismo, a tendência é que as unidades produtivas industriais se instalem ao longo dos eixos rodoviários e próximos às aglomerações urbanas que detêm centralidade. No contexto paulista, esta realidade foi visível empiricamente em áreas do interior próximas à metrópole, mas atualmente, verifica-se, em aglomerações urbanas distantes da metrópole paulistana, a presença de unidades produtivas instaladas nos principais eixos rodoviários de domínio estadual e federal.

De acordo com Sposito & Matushima (2002),

[...] apenas algumas áreas como o Vale do Paraíba, em direção ao Rio de Janeiro, a região de Campinas e as cidades dos eixos da Via Anhangüera em direção a Ribeirão Preto, da Via Washington Luís até São Carlos e da Via Castelo Branco até Bauru, tem recebido a maior parte dos investimentos públicos e privados. Os grandes investimentos em transportes e telecomunicações permitiram várias empresas a expansão de seus mercados de compra de matérias-primas e venda de seus produtos (p. 213).

Diante de tal afirmação, é possível afirmar que a atividade industrial do estado de São Paulo é decorrente do transbordamento da atividade centrada na metrópole? Qual a origem do capital das empresas industriais instaladas no interior paulista? Em relação ao ramo alimentício, onde se localizam as principais unidades produtivas? Qual o padrão de localização adotado pelas empresas deste ramo industrial?

Sposito & Matushima (2002) afirmaram que analisar as especificidades da industrialização paulista é algo difícil, pois este Estado congrega todos os ramos da indústria de transformação. Para nós, o objetivo, além das especificidades, é verificar quais são as tendências relacionadas, entre outras, à localização da atividade industrial no período da globalização, em que se tem a emergência de novas formas de organização da produção e do trabalho.

De acordo com Sposito (2007),

No Estado de São Paulo, movimentos de desconcentração da atividade produtiva industrial vêm se acompanhando de centralização do capital na metrópole paulistana. Novos padrões de localização industrial denotam a formação de eixos de transporte e comunicações que são escolhidos pelas empresas, constituindo territórios que se diferenciam por sua densidade de investimentos e de implantação de

estabelecimentos industriais com fortes componentes tecnológicas. Aglomerações metropolitanas, não-metropolitanas e cidades que desempenham papéis intermediários na rede urbana experimentam completa redefinição de seus papéis, podendo se averiguar, então: - reestruturação urbana, decorrente da alteração das relações entre as cidades paulistas, e entre estas e outras cidades do Brasil e do exterior; - mudanças nas lógicas de organização dos espaços internos dessas cidades, conformando reestruturação das cidades (p. 1).

Até o momento, em relação ao número de estabelecimentos e empregos ocupados, verificamos que mesmo diminuindo o percentual de participação no território nacional, o estado de São Paulo concentra indústrias e empregos. Mas perguntamos, onde esses estabelecimentos e empregos estão localizados? Ainda na metrópole ou atualmente, temos novas localizações industriais no território paulista? Quais os ramos industriais em funcionamento fora da área polarizada pela metrópole paulistana? As cidades que realizam papéis de intermediação na rede urbana são significativas do ponto de vista da localização das atividades industriais?

Diante das perguntas, propõe-se continuar a discussão com o foco na instalação de unidades produtivas industriais e empregos ocupados no estado de São Paulo. Para tanto, primeiramente, os dados estão organizados por Regiões Administrativas e posteriormente por municípios, para chegarmos então na problemática da nossa pesquisa, que é verificar se o ramo alimentício está localizado apenas no eixo de expansão da metrópole paulistana, ou se encontra instalado também em espaços não metropolitanos.

### **1.3. Rede Urbana e atividade industrial nas Regiões Administrativas (RAs) do estado de São Paulo**

De acordo com Beltrão Sposito (2004a) a regionalização do estado de São Paulo em Regiões Administrativas teve forte influência do geógrafo francês Michel Rochefort, que trabalhou no Brasil na década de 1970.

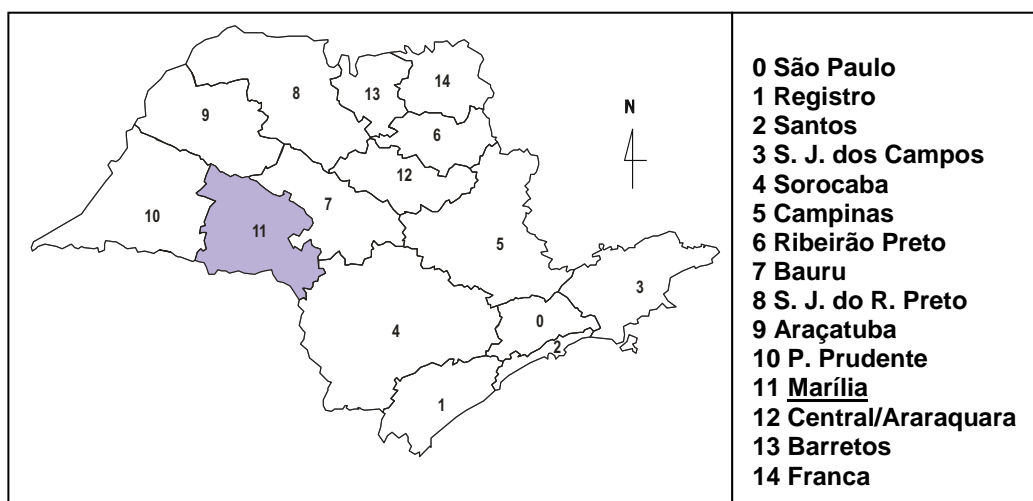
*Nessa década, “a Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, era coordenada pela Geógrafa Maria Adélia de Souza, discípula de Michel Rochefort, que propôs a seguinte regionalização do Estado”. A proposta inicial foi de 10 regiões administrativas: 1) metropolitana de São Paulo, 2) de Santos, - 3) de Campinas, - 4) de São José dos Campos, - 5) de Sorocaba, - 6) de Ribeirão Preto, - 7)*

de Bauru, - 8) de São José do Rio Preto, - 9) de Araçatuba, - 10) de Presidente Prudente. Logo em seguida, lideranças políticas de Marília, cidade de porte médio que havia ficado adstrita à região administrativa de Bauru, obtiveram a criação de uma 11ª região administrativa, sediada nessa cidade. Com as mudanças econômicas e de padrões locacionais das atividades produtivas, que começaram a ocorrer a partir dos anos de 1980, já como fruto dos ajustes gerais correspondentes à passagem do sistema fordista ao sistema flexível de produção, um novo rearranjo político administrativo foi feito nos anos de 1990, tendo sido criadas mais quatro regiões denominadas como regiões administrativas: de Registro, Central, de Franca, de Barretos. Ao todo, foram registradas oficialmente 15 regiões administrativas (RAs) no Estado de São Paulo (p. 326, 327).

A priori, nosso objetivo não é discutir os critérios utilizados, tanto pelas instituições governamentais, pela via dos departamentos de planejamento, nem do ponto de vista teórico, o conceito de região e os critérios de regionalização. Nossa preocupação é trabalhar do ponto de vista qualitativo o conteúdo da atividade industrial desenvolvida no estado de São Paulo. Para tanto, trilhamos um caminho metodológico que perpassa, primeiro, pela obtenção, representação e análise de dados estatísticos acerca desta atividade econômica; segundo, apresentação e análise de dados e informações obtidas a partir da pesquisa empírica.

Nosso ponto de partida para análise foi a distribuição dos estabelecimentos industriais de transformação e alimentícios pelo território brasileiro, paulista (regiões administrativas e municípios). Em relação ao estado de São Paulo, se nosso levantamento tivesse sido feito apenas pela distribuição via Regiões Administrativas, nossa análise ficaria incompleta, ou apenas reforçaríamos a centralidade da atividade industrial desenvolvida na metrópole paulistana e região metropolitana. Como aprofundamos os levantamentos, verificamos que existem municípios que estão localizados distantes do ponto de vista topográfico, da metrópole paulistana, mas que agregam importantes ramos da indústria de transformação; em alguns casos, foi possível, inclusive, detectar especializações produtivas.

No Cartograma 2 (p. 96), é possível visualizar quais são as Regiões Administrativas do estado de São Paulo.

**CARTOGRAMA 2: REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. FONTE: Fundação Seade, 2008.

No que concerne à distribuição da indústria no estado de São Paulo, verificamos, de acordo com os dados das Tabelas 9 e 10 (p. 97), que no ano de 1985, havia um total de 53.863 estabelecimentos industriais de transformação, e um total de 2.492.469 empregos ocupados. Em relação à distribuição, verifica-se que a Região Metropolitana (RM) de São Paulo, juntamente com Campinas, Sorocaba, Santos e São José dos Campos, concentravam 80% dos estabelecimentos e 83% dos empregos ocupados. As regiões administrativas localizadas no interior, mais distantes da metrópole, concentravam em 1985 apenas 20% do total de estabelecimentos e 17% do total de empregos. Esse quadro se alterou em relação ao ano de 2007. A RM de São Paulo, juntamente com Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos, concentravam 74% dos estabelecimentos e 76% dos empregos ocupados. Verificamos que o percentual aumentou de maneira significativa, em se tratando de localização industrial nas demais regiões administrativas, distantes, do ponto de vista topográfico, mas próximas topologicamente, da metrópole paulistana. Em relação aos estabelecimentos, concentravam 26% e empregos 24%.

**TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1985 e 2007)**

<b>RAAs, 1985</b>	<b>IND. DE TRANSF.</b>	<b>%</b>	<b>RAAs, 2007</b>	<b>IND. DE TRANSF.</b>	<b>%</b>
SÃO PAULO	32436	60	SÃO PAULO	42403	47
CAMPINAS	7737	14	CAMPINAS	17520	20
SOROCABA	2268	4	SOROCABA	5226	6
S.J. RIO PRETO	1635	3	S.J. RIO PRETO	3675	4
RIB. PRETO	1190	2	FRANCA	3202	4
CENTRAL	1185	2	S.J. CAMPOS	2762	3
S. J. CAMPOS	1172	2	CENTRAL	2747	3
BAURU	1119	2	BAURU	2627	3
MARÍLIA	1015	2	RIB. PRETO	2610	3
SANTOS	974	2	MARÍLIA	1895	2
FRANCA	924	2	ARAÇATUBA	1849	2
P. PRUDENTE	872	2	P. PRUDENTE	1412	2
ARAÇATUBA	815	2	SANTOS	1077	1
BARRETOS	339	1	BARRETOS	605	1
REGISTRO	182	0	REGISTRO	195	0
<b>TOTAL</b>	<b>53863</b>	<b>100</b>	<b>TOTAL</b>	<b>89805</b>	<b>100</b>

**FONTE:** RAIS/MTE, 1985 e 2007. **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV./2008.

**TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS OCUPADOS NAS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO - REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1985 e 2007)**

<b>RAAs, 1985</b>	<b>IND. DE TRANSF.</b>	<b>%</b>	<b>RAAs, 2007</b>	<b>IND. DE TRANSF.</b>	<b>%</b>
SÃO PAULO	1554263	62	SÃO PAULO	1147302	45
CAMPINAS	366060	15	CAMPINAS	552684	22
SOROCABA	124963	5	SOROCABA	180526	7
S.J.CAMPOS	111154	4	S.J.CAMPOS	124838	5
CENTRAL	54190	2	CENTRAL	81255	3
RIB. PRETO	45772	2	RIB. PRETO	74739	3
FRANCA	42283	2	FRANCA	74086	3
BAURU	42071	2	BAURU	72217	3
SANTOS	36728	1	SANTOS	56033	2
S.J. RIO PRETO	30675	1	S.J. RIO PRETO	50652	2
MARÍLIA	26508	1	MARÍLIA	44242	2
ARAÇATUBA	22910	1	ARAÇATUBA	38338	2
BARRETOS	15682	1	BARRETOS	23498	1
P. PRUDENTE	15035	1	P. PRUDENTE	21595	1
REGISTRO	4175	0	REGISTRO	2673	0
<b>TOTAL</b>	<b>2492469</b>	<b>100</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2544678</b>	<b>100</b>

**FONTE:** RAIS/MTE, 1985 e 2007. **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV./2008.

Como podemos verificar nas Tabelas 9 e 10, a dispersão das unidades produtivas industriais e do emprego no estado de São Paulo, não ocorre de



maneira homogênea; ela se dá principalmente em regiões administrativas (RAs) próximas à metrópole – São Paulo, principalmente entre as RAs de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Central, que tem a sua sede localizada na cidade de Araraquara. Essas RAs têm aumentado a participação no que se refere à localização dos estabelecimentos industriais e dos empregos ocupados.

A dispersão da indústria pelas Regiões Administrativas do entorno metropolitano paulista é um fato novo. Isso, de acordo com Lencioni (2006), representa a “*expansão do aglomerado metropolitano, que redefine a primazia da capital, não como a Capital do capital, no sentido da produção, mas como a Capital da Gestão*” (p. 198). Mas, como explicar a expansão dos estabelecimentos e empregos ocupados nas regiões administrativas distantes da metrópole? A expansão dessa atividade está inserida no processo de “*transbordamento*” da atividade industrial desenvolvida na metrópole?

Ainda, de acordo com a autora,

O crescimento da aglomeração metropolitana paulista, abrangendo um raio de 150 Km a partir da capital, e indo além dessa distância se estendendo ao longo dos principais eixos rodoviários, conforma uma paisagem metropolitana que se apresenta fragmentada, embora constitua uma unidade (p. 198). [...] Nas áreas mais distantes, ao longo dos principais eixos de circulação rodoviária, a expansão da área industrial tende a se dar nos municípios de porte médio que podem garantir um determinado padrão de serviços urbanos. Nessas áreas, uma agricultura moderna e dinâmica, divide a paisagem com estabelecimentos industriais de grande porte (LENCIONI, 1999, p.123).

A análise dos processos de concentração e dispersão da atividade industrial no território paulista, é inteiramente complexa. A verificação dos dados secundários (estabelecimentos e empregos industriais) torna-se importante, pois a partir dela, é possível levantar questionamentos maiores, a fim entender os processos e as relações engendradas nesse movimento dialético que, visivelmente parece separado, mas que representa uma unidade, não só no território paulista, mas também em outras escalas.

Nestes tempos de globalização, o surgimento de processos como o de desconcentração industrial, implica em realização de novas análises com vistas a entender a realidade. Entre elas, destacamos a necessidade de verificar até que ponto existe interferência da metrópole na industrialização paulista,

sobretudo no que concerne às decisões de realocização das unidades produtivas. Será que o critério de proximidade e distância topográfica da metrópole com as cidades da rede urbana paulista é um fator determinante para as empresas se desconcentrarem?

Diante da constatação (Tabela 8, p. 86) que o ramo alimentício é o segundo (entre os treze ramos que representam a indústria de transformação) em número de estabelecimentos industriais 13,68% e dos empregos ocupados 17,68%, de acordo com os dados do MTE, 2007, focamos nossa investigação com intuito de verificar se as unidades produtivas do ramo alimentício e dos empregos ocupados estão distribuídas de maneira homogênea no território paulista. Nas Tabelas 11 (p. 101) e 12 (p. 102)<sup>53</sup>, é possível verificar que São Paulo e sua região metropolitana perderam em número de estabelecimentos e empregos ocupados no ramo alimentício para as demais RAs paulistas (nos anos de 1995 e 2007). Apenas as RAs de Araçatuba, Barretos, Franca, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Sorocaba não diminuíram o número de estabelecimentos industriais entre 1995 e 2007. Este fato revela que o ramo alimentício de consumo final, instalado no estado de São Paulo, “caminha” para o interior.

Vale ressaltar que em relação às RAs do Oeste Paulista<sup>54</sup>, todas apresentaram aumento dos estabelecimentos industriais, porém, a maior concentração é verificada na RA de Marília, com 141 estabelecimentos no ano de 1995 e 165 em 2007. Essa RA, no ano de 2007, ocupou o quarto lugar em relação à concentração de estabelecimentos industriais, sendo superada apenas por São Paulo, Campinas e Sorocaba.

As RAs de Sorocaba, Campinas e São Paulo formam um *único tecido urbano*, caracterizado pelas formas metropolitanas de viver, produzir e organizar o espaço. De acordo com Reis (2006), existem dois eixos de *urbanização total* no território paulista; o primeiro [...] a “*Baixada Santista, a*

---

<sup>53</sup>Gostaríamos de mencionar que a análise dos dados deixou de ser feita considerando o ano de 1985, pois neste ano, consideravam-se os estabelecimentos e empregos ocupados nas agroindústrias processadoras de açúcar e álcool etílico. Como nosso foco é a indústria de transformação, recortamos temporalmente apenas os anos de 1995 e 2007 para comparação, já que no ano de 1995 a base da RAIS/MTE passou a considerar apenas empresas do ramo alimentício, aquelas ligadas ao processamento de produto final.

<sup>54</sup>As regiões administrativas que compõem o Oeste do Estado de São Paulo são respectivamente RA de Bauru; RA de São José do Rio Preto; RA de Araçatuba; RA de Presidente Prudente e RA de Marília.

*Região Metropolitana de São Paulo, Jundiaí e Região Metropolitana de Campinas*”; e o segundo “*que liga Sorocaba à Região Metropolitana de São Paulo e ao Vale do Paraíba, em direção ao Rio de Janeiro*” (p. 22). Nessa “área”,

Em alguns casos, conjuntos de cidades médias (como no Vale do Paraíba e ao redor de Campinas) passam a ser organizados de modo integrado, como uma área metropolitana. Desse modo, o cotidiano de uma parte dos habitantes dessas cidades (como de algumas menores que são envolvidas no processo) passa a ser organizado como uma metrópole e sua população adota, pelo menos em parte, modos de vida, de mobilidade e de consumo metropolitanos, nas várias partes do sistema (REIS, 2006, p.47).

Diante do que foi discutido por Reis (2006), as Regiões Administrativas de São José dos Campos, Baixada Santista, Campinas, Sorocaba e São Paulo, na aparência, expressam descontinuidades, mas que na essência, a partir de suas redes materiais e imateriais, formam um *único tecido urbano*, e apresentam com isso características metropolitanas. Portanto, a atividade industrial ali desenvolvida, é fruto direto do processo de desconcentração industrial iniciado a partir da metrópole paulista.

De acordo com os dados referentes à indústria do ramo alimentício, verificamos que além da área metropolitana, somente a RA de Marília (distante da área metropolitana do ponto de vista da localização topográfica) é que demonstra concentração de estabelecimentos e empregos do ramo em apreço. Esta constatação permite-nos afirmar que se faz necessário uma leitura da configuração territorial e das características da industrialização do interior paulista distante do *tecido urbano metropolitano*. Dessa forma contribuiremos para revelar as novas dinâmicas em curso. No momento, perguntamos até que ponto a relação de proximidade (organizacional e geográfica) e distância da metrópole paulistana, é um fator decisivo para instalação de unidades produtivas industriais? Hoje esses fatores explicam a concentração industrial ou precisamos rever as variáveis até então adotadas?

Para continuar nossa análise, um ponto que merece atenção é o porte das empresas instaladas nas RAs paulistas. Verifica-se que, em todas as RAs, o que prevalece são micro e pequenas empresas, as médias têm uma maior espacialização pelo estado de São Paulo e as grandes estão localizadas nas

RM de São Paulo (1995 - 48,45%; 2007 - 36,45%); RAs de Campinas (1995 – 14,95%; 2007 – 20,21%), Sorocaba (1995 – 5,29%; 2007 – 6,87%) e Marília (1995 – 3,34; 2007 – 5,37%). Com relação às RAs do Oeste Paulista, somente Marília (2007) possui grandes unidades. As demais (Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto e Bauru) possuem micro, pequenas e médias empresas, conforme dados da Tabela 11.

**TABELA 11: ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DO RAMO DE ALIMENTOS POR PORTE<sup>55</sup>, INSTALADOS NAS RAs DO ESTADO DE SÃO PAULO (1995 e 2007)**

RA S SP	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	TOTAL	%	RA S SP	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	TOTAL	%
ARACATUBA	52	1	0	0	53	1,25	ARACATUBA	79	2	1	0	82	2,67
BARRETOS	33	0	0	2	35	0,83	BARRETOS	35	4	0	0	39	1,27
BAURU	136	12	3	2	153	3,63	BAURU	94	11	6	0	111	3,61
CAMPINAS	551	54	16	7	628	14,91	CAMPINAS	471	122	22	5	620	20,21
CENTRAL	97	5	1	0	103	2,44	CENTRAL	86	14	1	0	101	3,29
FRANCA	71	3	0	0	74	1,75	FRANCA	70	8	0	0	78	2,54
MARILIA	122	11	4	4	141	3,34	MARILIA	141	12	9	3	165	5,37
P. PRUDENTE	63	4	4	0	71	1,68	P. PRUDENTE	64	11	2	1	78	2,54
REGISTRO	10	2	0	0	12	0,28	REGISTRO	13	4	0	0	17	0,55
RIB. PRETO	110	6	3	0	119	2,82	RIB. PRETO	74	13	3	1	91	2,96
S J CAMPOS	202	7	1	1	211	5,01	S J CAMPOS	133	12	4	1	150	4,89
SANTOS	211	15	1	0	227	5,39	SANTOS	39	8	1	0	48	1,56
SAO PAULO	1766	214	56	4	2040	48,45	SAO PAULO	831	201	73	13	1118	36,45
SJ RIO PRETO	114	2	4	0	120	2,85	SJ RIO PRETO	136	20	2	0	158	5,15
SOROCABA	198	11	12	2	223	5,29	SOROCABA	171	30	7	3	211	6,87
<b>TOTAL</b>	<b>3736</b>	<b>347</b>	<b>105</b>	<b>22</b>	<b>4210</b>	<b>100</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2437</b>	<b>472</b>	<b>131</b>	<b>27</b>	<b>3067</b>	<b>100</b>

FONTE: RAIS/MTE, 1995 e 2007. ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV./2008.

De acordo com os dados da Tabela 12 (p. 102), o estado de São Paulo no ano de 1995 era responsável por 86.981 empregos ocupados nas indústrias de alimentos; esse número aumentou para 88.164 no ano de 2007. A RA de São Paulo era responsável por 52,20% dos empregos em 1995; em 2007 este percentual diminuiu para 47,26%. Nas demais RAs, tanto nas próximas da metrópole de São Paulo, como nas mais distantes, os empregos ocupados aumentaram de 1995 para 2007, porém este aumento não ocorreu de maneira homogênea. O destaque ficou para as RAs de Campinas (1995 – 16,78%;

<sup>55</sup>De acordo com a Lei Federal n. 9.8418, de 5/10/1999, o porte das empresas pode ser dado de acordo com o faturamento e com o número de funcionários. Diante destes critérios, temos a seguinte classificação: micro empresa - faturamento anual até 244 mil, funcionários até 19; pequena empresa – faturamento 244.001 a 1,2 milhão, funcionários de 20 a 99; média empresa – faturamento de 1,2 milhão a 35 milhões, funcionários 100 a 499 e grande empresa – faturamento acima de 35 milhões e funcionários acima de 500. Nas Tabelas 10, 11, 12 e 13, utilizamos o critério quantidade de funcionários.

2007 – 19,89%), Sorocaba (1995 - 5,76%; 2007 – 5,76) e Marília (1995 - 5,15%; 2007 – 8,65%). A RA de Bauru (4,03%; 3,06%) e São José dos Campos (3,80%; 3,38%) diminuiu o número de empregos ocupados de 1995 para 2007.

Entre as RAs do Oeste Paulista, o destaque continua sendo Marília e também Presidente Prudente, por concentrar um maior número de empregos ocupados no ramo de alimentos, tanto em 1995 como em 2007, como demonstra os dados da Tabela 12.

**TABELA 12: EMPREGOS INDUSTRIAIS OCUPADOS NO RAMO DE ALIMENTOS POR PORTE, INSTALADOS NAS RAs DO ESTADO DE SÃO PAULO (1995 e 2007)**

RAs SP	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	TOTAL	%	RAs SP	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	TOTAL	%
ARACATUBA	223	30	0	0	253	0,29	ARACATUBA	359	30	0	0	752	0,85
BARRETOS	132	0	0	2029	2161	2,48	BARRETOS	212	0	0	2029	339	0,38
BAURU	600	520	863	1526	3509	4,03	BAURU	480	520	863	1526	2704	3,06
CAMPINAS	2648	2327	2971	6650	14596	16,78	CAMPINAS	2930	2327	2971	6650	17538	19,89
CENTRAL	487	149	323	0	959	1,10	CENTRAL	402	149	323	0	1229	1,39
FRANCA	267	81	0	0	348	0,40	FRANCA	282	81	0	0	565	0,64
MARILIA	536	398	737	2814	4485	5,15	MARILIA	594	439	1970	4628	7631	8,65
P. PRUDENTE	204	130	887	0	1221	1,40	P. PRUDENTE	233	130	887	0	2459	2,78
REGISTRO	76	107	0	0	183	0,21	REGISTRO	85	107	0	0	269	0,30
RIB. PRETO	469	254	1002	743	2468	2,83	RIB. PRETO	389	254	1002	743	2453	2,78
S J CAMPOS	950	198	184	1981	3313	3,80	S J CAMPOS	719	198	184	1981	2982	3,38
SANTOS	1073	449	454	0	1976	2,27	SANTOS	278	449	454	0	672	0,76
SAO PAULO	9713	8578	12255	14863	45409	52,20	SAO PAULO	5872	8578	12255	14863	41673	47,26
SJ RIO PRETO	408	108	822	0	1338	1,53	SJ RIO PRETO	647	108	822	0	1812	2,05
SOROCABA	922	406	2367	1320	5015	5,76	SOROCABA	918	406	2367	1320	5086	5,76
TOTAL	18798	13735	22865	31926	86981	100	TOTAL	14400	13735	22865	31926	88164	100

FONTE: RAIS/MTE, 1995 e 2007. ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV./2008.

A análise dos dados referentes à localização dos estabelecimentos e dos empregos nas RAs do estado de São Paulo é interessante, porém revela apenas parte da realidade que buscamos entender. Um exemplo disso são as informações contidas no Cartograma 3 (p. 104). Os indicadores contribuem para entender que, nas RAs localizadas próximas a São Paulo, estão concentrados um número maior de estabelecimentos e empregos na atividade industrial do ramo alimentício. Porém, se mudarmos a análise para os municípios paulistas, teremos outras realidades.

Para se fazer uma leitura qualitativa da atividade industrial, é preciso estudar o ramo de atividade, isto consiste em analisar tanto a localização e a

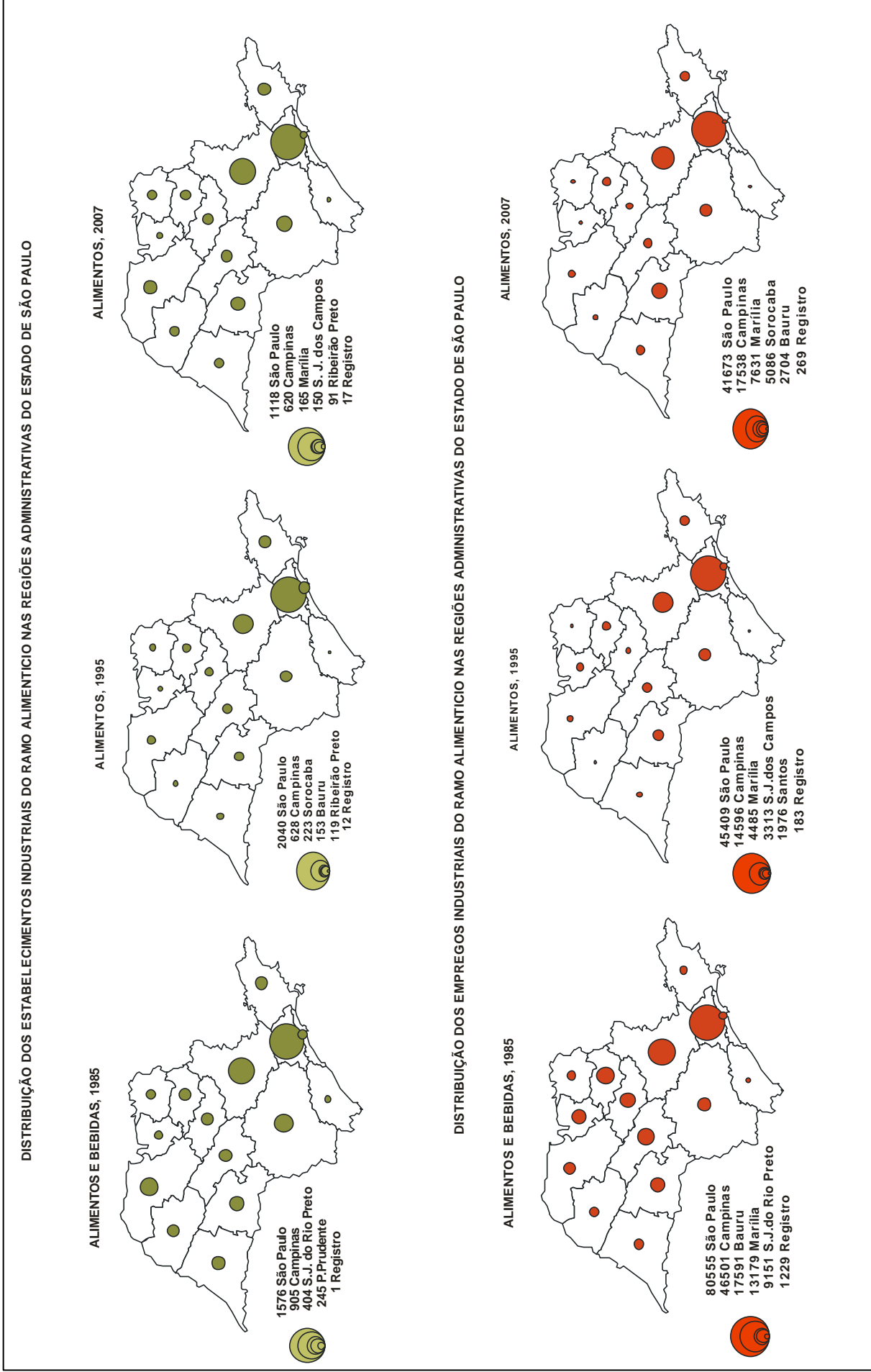
concentração de empregos, como também outros indicadores (consumo de energia elétrica industrial, inovação tecnológica, instituições e agentes envolvidos na atividade industrial, características da mão de obra, importação e exportação de produtos e principalmente, as relações estabelecidas entre os lugares de produção, gestão e consumo). Acreditamos que esta proposta, permite que tenhamos uma leitura da totalidade<sup>56</sup>, espacial e temporalmente, no que se refere à atividade industrial desenvolvida no território.

Caminhamos para essa análise, porém, no momento, gostaríamos de reforçar os dados apresentados nas Tabelas 8, 9, 10 e 11 com a espacialização apresentada no Cartograma 3, em relação aos estabelecimentos e empregos ocupados no ramo alimentício RM de São Paulo e das RAs do estado de São Paulo, para “a posteriori” aprofundarmos a investigação.

---

<sup>56</sup>Baseados em Lencioni (1998), entendemos totalidade não como sendo a soma das partes, como definiram os estruturalistas, mas a partir de “*uma concepção dialética que concebe a totalidade como uma totalidade aberta e em movimento, uma totalidade infinita de totalidades parciais, igualmente abertas que se relacionam entre si*” (p. 2).

**CARTOGRAMA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIAMENTOS INDUSTRIAIS E DOS EMPREGOS OCUPADOS NO RAMO DE ALIMENTOS (1995, 2007) E BEBIDAS (1985, 2007) NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**



#### **1.4. Atividade Industrial nos municípios paulistas**

Neste tópico, organizamos os dados da atividade industrial por municípios do estado de São Paulo (municípios em geral, municípios exceto RA de São Paulo e municípios com mais de vinte estabelecimentos industriais do ramo alimentício de consumo final instalados no ano de 2007). Os resultados dos municípios paulistas em geral, estão apresentados no Cartograma 4 (p. 106).

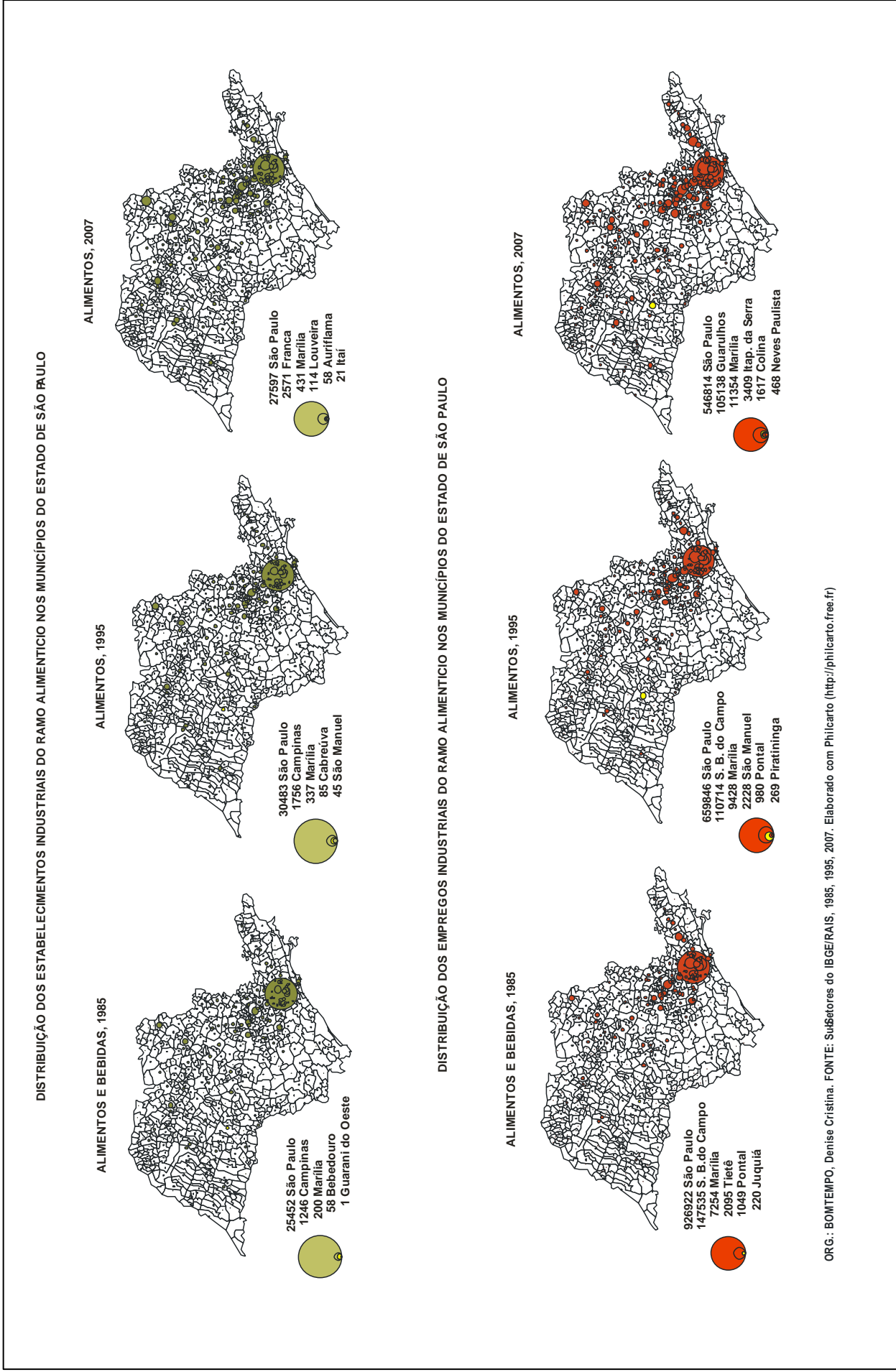
Em relação ao total dos municípios do estado de São Paulo, verificamos que, no ano de 1985, a maior concentração dos estabelecimentos industriais dos ramos de alimentos e bebidas se dava principalmente nos municípios de São Paulo, que do total (5.103), concentrava 22,35%, Campinas 2,58%, Jundiaí 1,48%, Sorocaba 1,48%, Piracicaba 1,43%, Guarulhos 1,39%, Ribeirão Preto 1,35%, São José do Rio Preto 1,35%, Santos 1,11% e Santo André 1,05%. Presidente Prudente concentrava 0,76% dos estabelecimentos, Marília 0,68% e Araçatuba 0,58%.

No ano de 1985, os empregos ocupados totalizavam 252.878 no ramo de alimentos e bebidas. Eles se apresentavam distribuídos principalmente entre os municípios de São Paulo 22,06%, Bebedouro 2,86%, Jundiaí 2,62%, Campinas 2,24%, Piracicaba 2,19%, Ribeirão Preto 1,68%, Marília 1,53%, Santo André 1,50%, Matão 1,43%, Barra Bonita 1,43%. Araçatuba concentrava 0,73% dos empregos ocupados, Presidente Prudente 0,73% e São José do Rio Preto 0,40%.

A leitura da concentração dos estabelecimentos industriais e dos empregos ocupados a partir dos municípios possibilita a obtenção de resultados diferentes em relação à análise a partir das Regiões Administrativas, pois verificamos a concentração das unidades produtivas e dos empregos ocupados em cidades distantes, do ponto de vista topográfico, da metrópole paulistana, revelando com isso uma grande diversidade no que concerne à atividade industrial desenvolvida no estado de São Paulo que ainda merece análise.



**CARTOGRAMA 4: DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E DOS EMPREGOS OCUPADOS NO RAMO DE ALIMENTOS, INSTALADOS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1985, 1995 E 2007**



Vale ressaltar que a partir do ano de 1995, nossa análise passa a ser feita somente do ramo de Alimentos – Grupo CNAE 158 – Fabricação de Outros Produtos Alimentícios. A partir deste recorte, em relação aos estabelecimentos industriais e aos empregos ocupados, tivemos os seguintes resultados: do total dos estabelecimentos (4.210), os municípios de maior destaque eram respectivamente São Paulo que concentrava 33,51%, Campinas 2,82%, São Bernardo do Campo 2,44%, Santos 2,35%, Guarulhos 2,01%, Ribeirão Preto 1,82%, Santo André 1,56%, Osasco 1,54%, Jundiaí 1,47% e Marília 1,37%. Dos dez municípios que mais concentravam estabelecimentos industriais, apenas Marília e Ribeirão Preto não estão inseridos no “*tecido metropolitano contínuo*” (Reis, 2006). O município de São José do Rio Preto concentrava 1,11%, Presidente Prudente 0,59% e Araçatuba 0,33%. É importante ressaltar que os municípios de Piracicaba e Sorocaba, no ano de 1985, estavam entre os municípios que concentravam o maior número de estabelecimentos de alimentos e bebidas já em 1995, a posição de ambos é decrescente, representando respectivamente 1,06% Piracicaba e 1,04% Sorocaba.

Ainda, a partir do Cartograma 4 e da leitura de diversos autores, podemos pensar em novas dinâmicas esboçadas no território paulista. O total de empregos ocupados no estado de São Paulo, no ano de 1995, era de 87.234, distribuídos principalmente entre os municípios de São Paulo 36,31%, Campinas 5,29%, Marília 4,36%, Guarulhos 3,64%, Bauru 2,39%, Jundiaí 2,37%, Caçapava 2,36%, Ribeirão Preto 2,29%, São Caetano do Sul 1,88% e Barretos 1,63%. Se em 1985, apenas Ribeirão Preto e Marília não faziam parte do “*tecido metropolitano contínuo*”, em 1995, além destes dois municípios, inserem-se neste contexto Barretos e Bauru. Também, verificamos que Marília se classifica como o terceiro município de maior concentração de empregos industriais do ramo alimentício, atrás somente de São Paulo e Campinas, localizados na “*área*” mais industrializada do território nacional<sup>57</sup>. Presidente Prudente concentrava 0,72% dos empregos ocupados, São José do Rio Preto 0,39% e Araçatuba 0,11%.

---

<sup>57</sup>CANO, Wilson (2008).

Em relação à distribuição dos empregos ocupados por tamanho dos estabelecimentos industriais, apesar do número de micro e pequenas empresas serem maior do que o das grandes e médias, as últimas concentram maior parte dos empregos (91.899) que as micro e pequenas (44.736). Essa realidade é verificada tanto em municípios do *tecido metropolitano contínuo*, como também nas cidades de porte médio. Um exemplo é Marília que concentra a maior parte dos empregos ocupados nas grandes empresas.

No ano de 2007 (Cartograma 4, p. 106) verificamos que São Paulo ainda é o município que concentra a maior parte dos estabelecimentos industriais do ramo de alimentos no estado, porém sua participação no total (88.164) diminuiu, pois em 1995 era de 33,51% e, em 2007 passou para 23,64%, assim como o município de Campinas que representava 2,82% do total em 1995, passou para 2,58% em 2007. O mesmo ocorreu com São Bernardo do Campo, de maneira ainda mais acentuada, pois passou de 2,44% a 0,85% a sua participação no total. Os municípios de Guarulhos (1,92%) e Ribeirão Preto (1,60%) também diminuíram a participação em relação à concentração de estabelecimentos industriais do ramo de alimentos.

Por outro lado, o município de Marília aumentou sua participação em relação ao ano de 1995 (1,37%) para 1,99%. Também percebemos maior concentração de estabelecimentos alimentícios em municípios que até então não estavam inseridos entre os dez com maior concentração no estado de São Paulo (1995): são, respectivamente, São José do Rio Preto (1,89%), Franca 1,73%, Sorocaba (que tinha perdido participação (1,66%)), Jundiaí 1,50% e Piracicaba (1,37%) - que também havia perdido participação). Os municípios de Araçatuba representaram no ano de 2007, apenas 0,91% e Presidente Prudente 0,52% do total dos estabelecimentos instalados no estado de São Paulo.

Diante da constatação que a indústria de alimentos está distribuída de maneira heterogênea no território paulista, procuramos no Cartograma 5 (p. 110), demonstrar o direcionamento deste ramo industrial no que concerne aos estabelecimentos e aos empregos ocupados. Para tanto, excluímos a RM de São Paulo. Como foi verificado, esta RM apesar de concentrar um número significativo de empregos e estabelecimentos, vem perdendo participação no

total do estado na última década do século XX e início do século XXI. Com isso, acreditamos ser interessante analisar as novas “áreas” da atividade industrial alimentícia em funcionamento no território paulista.

De acordo com os dados representados no Cartograma 5 (p. 110), verificamos que a expansão dos estabelecimentos e conseqüentemente dos empregos industriais do ramo alimentício tem seguido os municípios localizados nos principais eixos rodoviários do território paulista (Cartograma 6, p. 111). Esse fato permite corroborar com a proposição de Sposito & Matushima (2002), apoiados no referencial de Sanches & Hernandez (1998), de que a indústria, desde meados do século XX, busca localizações que proporcione maior fluidez na circulação de matéria-prima, insumos, produto acabado e informações, num tempo rápido, adequado ao mercado. Entre essas novas localizações, destacam-se a proximidade com os eixos rodoviários.

Ainda, as continuidades territoriais, já não são medidas pelos padrões de proximidade da matéria-prima ou das fontes de energia, e sim pela configuração de redes técnicas – materiais e imateriais, que articulam os territórios envolvidos com as atividades econômicas. De acordo com Beltrão Sposito (2004),

[...] novas formas urbanas possibilitam e impõem novas dinâmicas econômicas e novas práticas socioespaciais que exigem uma análise que se baseia nas relações entre localizações e fluxos que se estabelecem articulando, cada vez mais, diferentes escalas geográficas de produção e estruturação dos espaços urbanos (p. 12).

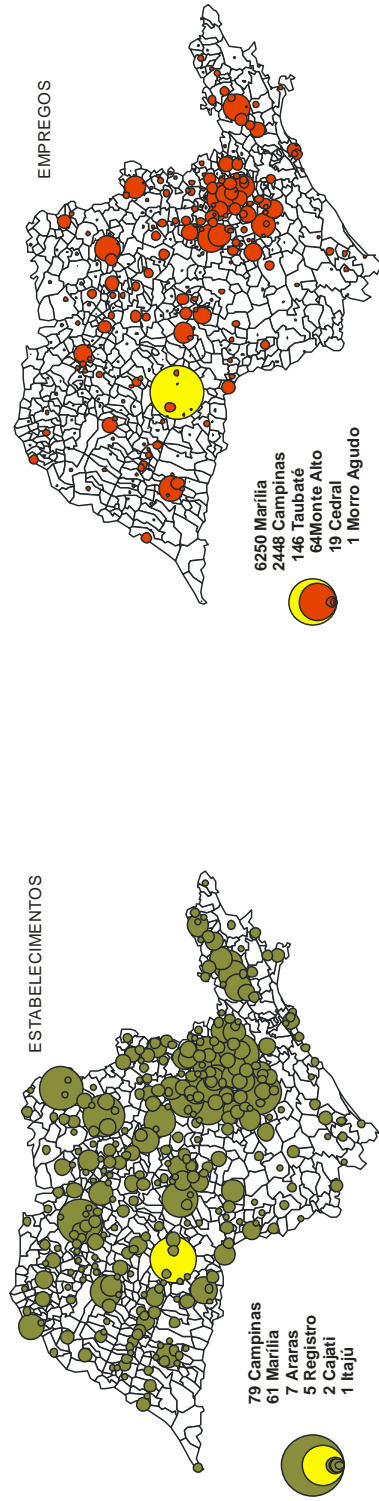
Diante do exposto, vale a pena verificar em quais municípios do estado de São Paulo podemos notar a emergência de novas dinâmicas territoriais proporcionadas pelas atividades econômicas, sobretudo industriais. No Cartogramas 5 (p. 110), podemos constatar em quais municípios paulistas, exceto RM de São Paulo, há uma maior concentração de estabelecimentos industriais e empregos ocupados do ramo alimentício e se os mesmos estão localizados próximos aos eixos rodoviários<sup>58</sup>, destacados por Sposito & Matushima (2002) como uma nova tendência de localização industrial.

---

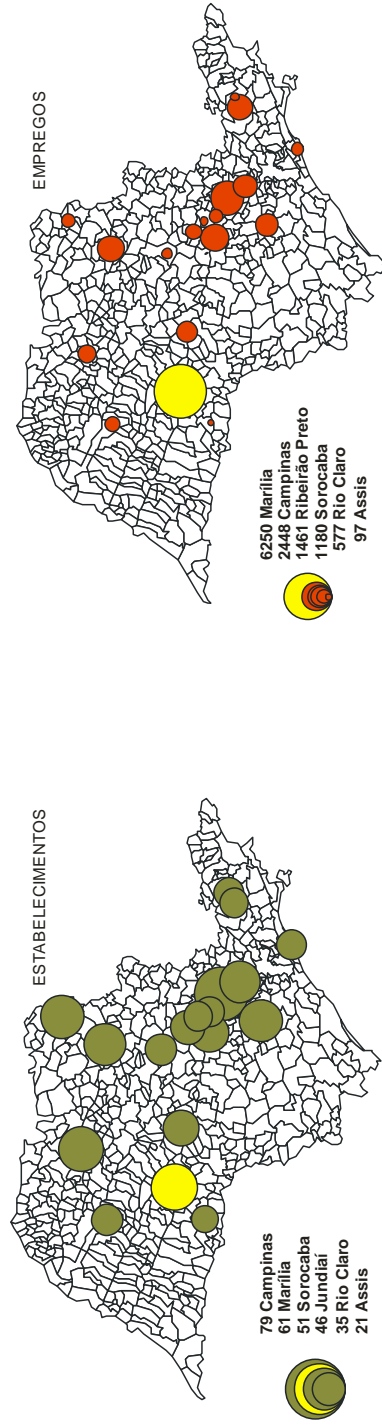
<sup>58</sup>As principais rodovias do Estado de São Paulo e as cidades com mais de 100 habitantes estão representadas no Cartograma 6 (p. 111).

**CARTOGRAMA 5: DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS INDUSTRIAIS OCUPADOS NO RAMO DE ALIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, EXCETO RA DE SÃO PAULO e MUNICÍPIOS COM MAIS DE 20 ESTABELECIMENTOS – 2007**

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS INDUSTRIAIS OCUPADOS NO RAMO DE ALIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, EXCETO MUNICÍPIOS DA RA DE SÃO PAULO, 2007

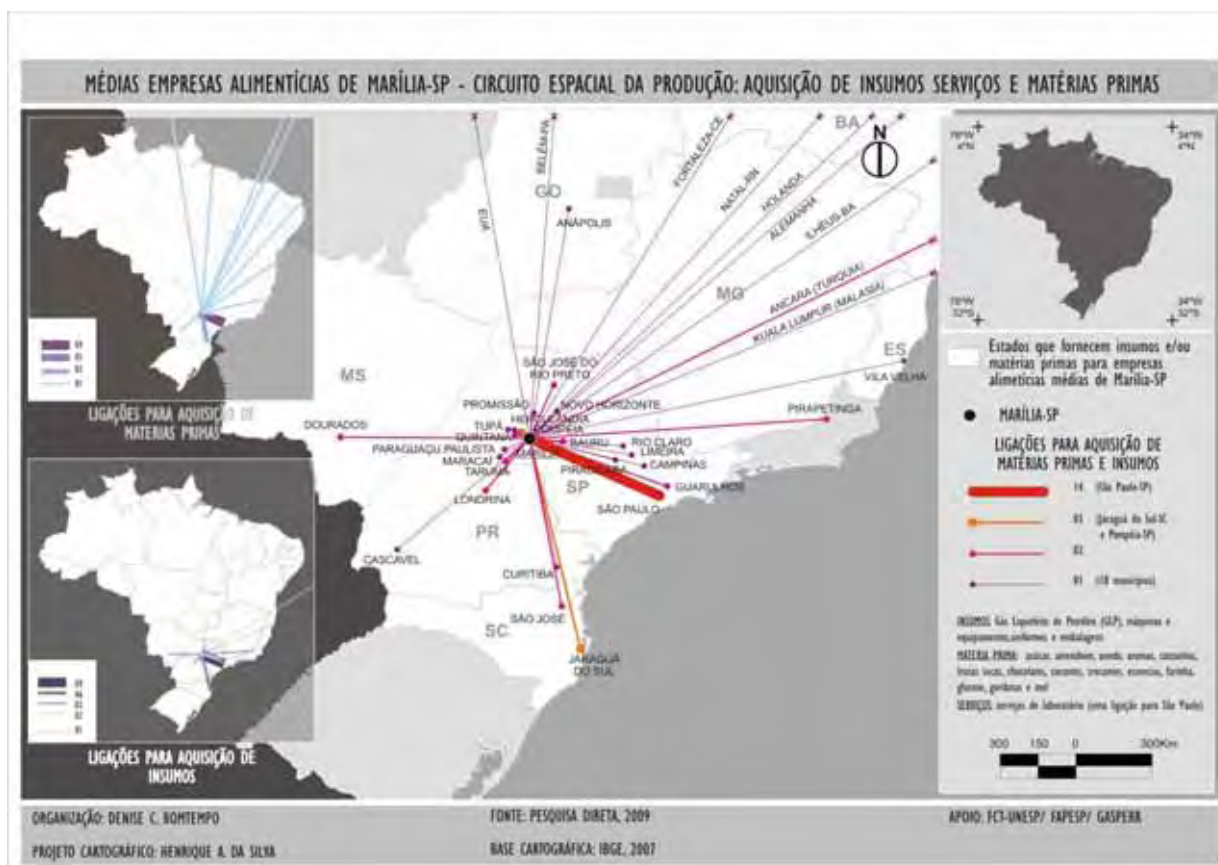


DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E DOS EMPREGOS INDUSTRIAIS DO RAMO DE ALIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - MUNICÍPIOS COM MAIS DE VINTE ESTABELECIMENTOS, 2007



ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. FONTE: Sub-Grupo CNAE do IBGE - IBGE/RAIS, 2007. Elaborado com Phlcarto.

CARTOGRAMA 6:



De acordo com o Cartogramas 5 (p. 110), e os dados da Tabela 13 (p. 116), podemos verificar que, no ano de 2007, as unidades industriais do ramo alimentício encontram-se dispersas pelo território paulista. Porém, verificamos que os municípios com maior concentração das unidades industriais são aqueles com população superior a 100 mil habitantes (Cartograma 6) e estão localizados próximos a importantes eixos rodoviários, que articulam o interior à metrópole do Estado e a outras regiões brasileiras.

De acordo com Beltrão Sposito (2004a), “a estruturação urbana do Estado de São Paulo pode ser definida em aglomerações urbanas metropolitanas, aglomerações não metropolitanas e centros urbanos não aglomerados” (p. 14). Todos esses municípios possuem mais de 100 mil habitantes.

A partir da referência, verificamos que os municípios que apresentam até 1% de estabelecimentos industriais do ramo alimentício, são respectivamente aglomerações urbanas metropolitanas (1 município), aglomerações não-metropolitanas (4 municípios), centros urbanos não



aglomerados (4 municípios). Campinas é o município caracterizado por Beltrão Sposito (2004) como concentração urbana metropolitana. Esse é o que mais concentra estabelecimentos industriais do ramo alimentício (79), e emprega um total de 2.448 funcionários diretos. As principais rodovias articulam diretamente o município com a metrópole paulistana, com o porto de Santos e com outras regiões do estado de São Paulo e do Brasil. Entre elas, destacam-se, Dom Pedro I e Anhanguera (Cartograma 6, p. 111).

Os municípios de Jundiaí (aglomeração não metropolitana) e Piracicaba (centro urbano não aglomerado) localizam-se na RA de Campinas, portanto, não têm acesso às mesmas rodovias. Jundiaí possui 46 estabelecimentos industriais, que empregam 1254 trabalhadores diretos; Piracicaba possui 42 estabelecimentos e emprega 2658 trabalhadores diretos no ramo de alimentos. Marília (centro urbano não aglomerado), de acordo com o Cartograma 5 (p. 110), é o segundo município do estado de São Paulo em concentração de estabelecimentos industriais de alimentos, mas é o primeiro em relação à concentração de empregos ocupados diretos (6.250). Diferentemente de Campinas, este município está distante da metrópole paulista 443 Km; no entanto, destaca-se, no que concerne à concentração de estabelecimentos e empregos ocupados no ramo alimentício de consumo final.

Esta condição permite afirmar, que a distância topográfica de Marília com a metrópole paulistana, num primeiro momento, foi um fator que contribuiu para que as empresas industriais do ramo alimentício instaladas em Marília tivesse suas dinâmicas organizacionais próprias, sem depender da principal aglomeração urbana do Estado, a saber, a cidade de São Paulo. A distância, ao longo do tempo, foi comprimida pela estruturação de redes técnicas materiais e imateriais que articularam Marília aos lugares envolvidos nas diversas etapas do circuito produtivo alimentício de consumo final. Tal contexto, datado de fins da década de 1980 e perdura até os dias atuais, permitiu que essa cidade se consolidasse, na divisão territorial do trabalho, como centro de produção de alimentos de consumo final. Gostaríamos de ressaltar que a atividade industrial do ramo alimentício está em funcionamento em Marília desde meados da década de 1940, no entanto, o perfil das indústrias em funcionamento era de agroindústrias processadoras. Somente em fins da

década de 1970 que as empresas industriais alimentícias de consumo final passaram a se destacar como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas, seja pela instalação de novas empresas ou mesmo pela mudança da linha de produtos das empresas já existentes.

Ainda, em relação às rodovias que permitem acesso a Marília, destacam-se BR-153, trecho Lins–Marília–Ourinhos; SP-294, trecho Bauru–Marília–Tupã; SP-333, trecho Assis–Marília–Ribeirão Preto –, além da Hidrovia Tietê–Paraná e possibilitam o escoamento da produção local.

O município de Bauru (centro urbano não aglomerado) tem acesso à rodovia Marechal Rondon. Este município concentra 36 estabelecimentos industriais e emprega apenas 950 trabalhadores diretos no ramo alimentício.

O terceiro município com maior concentração de unidades do ramo de alimentos é São José do Rio Preto (aglomeração urbana não-metropolitana), com 58. Assim como Marília, localiza-se no oeste do estado, mas em relação aos empregos, possui uma baixa concentração: representa menos de 1% do total do estado. Em relação às rodovias, destacam-se a BR-153, a rodovia estadual Washington Luís, Euclides da Cunha e Feliciano Salles Cunha, estas duas últimas articulam o município com o estado do Mato Grosso do Sul.

O município de Franca (centro urbano não aglomerado) possui 53 estabelecimentos industriais, porém representa menos de 1% dos empregos ocupados. As principais rodovias de acesso são: Via Anhanguera e SP – 345 e 344.

Assim como Franca, o município de Ribeirão Preto (aglomeração urbana não-metropolitana) tem como uma das suas principais rodovias de acesso a Via Anhanguera, e se articula à metrópole paulista e também ao estado de Minas Gerais. Esse município possui 49 estabelecimentos industriais instalados do ramo de alimentos e emprega 1.461 trabalhadores formais.

Sorocaba (aglomeração urbana não-metropolitana) é uma importante cidade da rede urbana paulista, possui 51 dos estabelecimentos industriais de alimentos e concentra 1,33% dos empregos ocupados do ramo em apreço, totalizando 1.180. As principais rodovias de acesso são Presidente Castelo Branco e Raposo Tavares.



O município de Rio Claro totaliza apenas 35 estabelecimentos industriais do ramo alimentício e concentra menos de 1% dos empregos ocupados. Está localizado próximo às duas RAs mais industrializadas do estado paulista, Campinas e São Paulo; além disso, tem acesso a importantes rodovias como a Washington Luis e Anhanguera. Os municípios de Assis e Caçapava são municípios que possuem uma população inferior a 100 mil habitantes, mas que concentra mais de 20 estabelecimentos industriais do ramo alimentício de consumo final.

Como podemos explicar estas diferentes concentrações industriais no estado de São Paulo? Como já foi ressaltado, a relação de proximidade geográfica com a metrópole paulistana contribui para a formação de aglomerados industriais, porém, esse não é o único fator que determina a instalação dos estabelecimentos industriais; haja vista a aglomeração industrial do ramo alimentício no município de Marília, distante 443 Km da metrópole paulistana.

Diante disso, perguntamos o que explica a aglomeração industrial de alimentos no município de Marília? Estratégia de mercado das grandes empresas? Tendências da industrialização paulista? Ação dos agentes envolvidos na atividade industrial? Relações de proximidade geográfica e organizacional? Predominância de relações horizontais?

De acordo com Aydalot (1980), "*La mobilité d'activités définies technologiquement est le moteur essentiel des forces qui définissent la structuration dynamique de l'espace*" (p. 153). Este autor ainda afirma que os padrões de localização industrial, discutidos a partir de um referencial neoclássico, não possibilitam mais entender a realidade.

Diante dessa nova realidade, a distância do ponto de vista da localização já não é o único fator a ser considerado na distribuição das atividades produtivas. É preciso elencar outros fatores, como por exemplo, o desenvolvimento de tecnologias que, de acordo com Aydalot (1980), "*la technologie et la localisation des activités sont choisies simultanément par les entreprises qui recherchent les localisations leur offrant les types de travail nécessaires au moindre coût salarial*" (p. 153).

Sobre esse assunto, Lencioni (2008) afirma que no período atual, as dinâmicas territoriais são configuradas a partir de uma lógica topográfica (redes materiais) e topológica (redes imateriais).

A lógica topográfica está relacionada à distância entre dois lugares e tem como referência a rede de infra-estrutura de circulação. A distância correspondente a um intervalo de espaço e de tempo entre dois lugares e dois instantes, medido em termos de superfície e de tempo de percurso. Exemplificando, a distância entre A e B é de 5 quilômetros e de 10 minutos. A lógica topológica, por outro lado, insere a distância numa lógica virtual possibilitada pela revolução da informática e comunicações. Nesse caso, a distância entre A e B é medida apenas em intervalo de tempo dos fluxos imateriais e, no seu limite, pode chegar à instantaneidade, anulando-se o intervalo e, conseqüentemente, a própria distância (p. 17).

Hoje, o custo de produção, associado ao desenvolvimento de novas tecnologias e a configuração de um ambiente de proximidade geográfica e organizacional e conformação de redes técnicas materiais e imateriais, são fatores que contribuem para o entendimento da distribuição das atividades produtivas pelo território. Desse modo, a mobilidade, no período da globalização, devido ao desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicação, pode ser tanto das atividades como também da força de trabalho.

Assim, as empresas, principalmente aquelas que não exigem mão-de-obra especializada em todas as etapas do processo produtivo, tendem a buscar lugares possíveis para alcançar maiores rentabilidades e vantagens para obtenção da mais-valia.

Na Tabela 13 (p. 116) podemos verificar como se encontram distribuídos os estabelecimentos e os empregos ocupados no ramo alimentício no estado de São Paulo, considerando os municípios que apresentam mais de 20 estabelecimentos. Vejamos:

**TABELA 13: DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS E DOS EMPREGOS OCUPADOS NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – MUNICÍPIOS COM MAIS DE 20 ESTABELECEMENTOS – 2007**

MUNICÍPIOS	ESTABELECEMENTOS	%	MUNICÍPIOS	EMPREGOS OCUPADOS	%
Campinas	79	3	<b>Marília</b>	<b>6250</b>	<b>7,08</b>
<b>Marília</b>	<b>61</b>	<b>2</b>	Campinas	2448	2,77
São José do Rio Preto	58	2	Piracicaba	1658	1,88
Franca	53	2	Caçapava	1560	1,76
Sorocaba	51	2	Ribeirão Preto	1461	1,65
Ribeirão Preto	49	2	Jundiaí	1254	1,42
Jundiaí	46	1	Sorocaba	1180	1,33
Piracicaba	42	1	Bauru	950	1,07
Bauru	36	1	São José do Rio Preto	707	0,80
Rio Claro	35	1	Rio Claro	577	0,65
Araçatuba	28	1	Araçatuba	505	0,57
São Carlos	28	1	Franca	411	0,46
Americana	26	1	Americana	390	0,44
Santos	26	1	Santos	351	0,39
Taubaté	25	1	São Carlos	247	0,28
Limeira	24	1	Limeira	159	0,18
Caçapava	23	1	Taubaté	146	0,16
Assis	21	1	Assis	97	0,11
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>3067</b>	100	<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>88164</b>	100

**FONTE:** Grupo CNAE do IBGE - IBGE/RAIS, 2007. **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. NOV.2008.

Além da Tabela 13, podemos constatar no Cartograma 5 (p. 110) que há uma tendência à concentração de unidades produtivas industriais e do emprego do ramo alimentício em espaços urbanos não metropolitanos. Diante de tal constatação, uma pergunta se faz presente em nossa investigação. Quais as razões históricas que produziram aglomeração industrial em espaços urbanos distantes da aglomeração metropolitana? Qual o perfil dos municípios e cidades que agregam esta atividade industrial? É possível afirmar que a aglomeração amplia e determina as localizações industriais? Qual a característica organizacional e produtiva das empresas? Como o processo de reestruturação produtiva se faz presente no ramo alimentício? Quais os agentes que configuram e regulam o espaço industrial? Para nós, este é um caminho possível para entender as novas dinâmicas territoriais no período da globalização.



## **CAPÍTULO 2:**

# **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ATIVIDADE INDUSTRIAL: AS MUTAÇÕES DO RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO**

## **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ATIVIDADE INDUSTRIAL: AS MUTAÇÕES DO RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO**

**A luta pela manutenção da lucratividade apressa os capitalistas a explorarem todo tipo de novas possibilidades. São abertas novas linhas de produto, o que significa a criação de novos desejos e necessidades imaginários e o papel da fantasia, do capricho e do impulso... (HARVEY, 2006, p. 103).**

### **Introdução**

As mudanças estruturais do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial perpassam pela adoção de um novo *regime de acumulação*, baseado na técnica e tecnologia. Esse novo paradigma reestruturou a maneira de gerir, produzir, distribuir e consumir na escala planetária; contudo, dada as diversas formações socioespaciais, temos lugares em que esse processo se encontra consolidado, ao passo que, em outros, as mudanças ainda estão em curso.

Inseridos nesse contexto de mudanças é que elaboramos a discussão a respeito dos pilares que estruturam o novo regime de acumulação, que além de alterar a gestão e produção de mercadorias, altera também a dinâmica, os ritmos, as articulações, os processos, os agentes e os papéis dos territórios na divisão territorial do trabalho, bem como a maneira de consumir, tanto os lugares como as próprias mercadorias. Assim, este capítulo encontra-se estruturado em quatro partes. Na primeira parte, preocupamo-nos, em discorrer a respeito das mudanças gerais da “*sociedade de consumo*”, a partir da introdução de um novo paradigma produtivo (década de 1970) e como essas mudanças foram sentidas, no território e também na configuração do ramo produtivo industrial de alimentos de consumo final por nós estudado. Na segunda parte, abordamos os referenciais teóricos que dão substância à discussão acerca do paradigma flexível e da reestruturação produtiva. Na terceira parte, discutimos sobre quais foram as consequências do processo de reestruturação produtiva no Brasil, para a dinamização de novos espaços industriais na escala do território brasileiro. Por fim, introduzimos o debate sobre a dinâmica do ramo alimentício de consumo final, no que concerne às características da reestruturação produtiva (introdução de novas formas de gestão; produção; contratação da força de trabalho; terceirizações; subcontratações; fusões e aquisições; inovações; novos padrões de consumo, busca por novas localizações industriais, entre outras).

## 2.1. Reestruturação produtiva: origens e dimensões do processo

O século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, foi estigmatizado por intensas transformações. O ritmo da produção, do consumo e da mobilidade acelerou-se com as descobertas de novas tecnologias, sobretudo as da informação. No que concerne às atividades produtivas industriais, o século XX foi marcado predominantemente por dois *modelos de desenvolvimento/regime de acumulação*, que reestruturaram tanto a produção de mercadorias e a contratação da força de trabalho, como também a organização da sociedade e dos territórios.

Por *modelo de desenvolvimento/regime de acumulação*, Boyer (1986b) apud Benko (1996) define como

[...] conjunto das regularidades que asseguram progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital, isto é, que permite absorver ou desdobrar no tempo as distorções e os desequilíbrios que advêm permanentemente do próprio processo de acumulação. Tal regime repousa em princípios gerais de organização do trabalho e uso das técnicas que se podem chamar de paradigma tecnológico (ou modelo de industrialização). É necessária, portanto, a intervenção dos mecanismos reguladores chamados modos de regulação, ou seja, o conjunto das formas institucionais, das redes, das normas explícitas ou implícitas que asseguram a compatibilidade dos comportamentos na esfera de um regime de acumulação, em conformidade com o estado das relações sociais e para além de seus caracteres conflituais (p. 28, grifo nosso).

O primeiro modelo implementado pelas economias capitalistas, nas primeiras décadas do século XX, foi denominado de fordista. De acordo com Benko (1996),

O fordismo (modelo de desenvolvimento/regime de acumulação) fundamentou-se em uma produção industrial estandardizada, apoiada num consumo de massa que permitiu o desenvolvimento da produção em massa, e em seu estabelecimento com a ajuda de forte intervenção do Estado visando regular a demanda efetiva em virtude do crescimento da produção. No plano político essa intervenção traduziu na emergência do Estado providência. Esse tipo de organização econômica fordista atingiu os próprios limites no fim dos anos 60, entrando então numa fase de crise (p. 28, grifo nosso).

Esse modelo, que “*teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico [...]*” permaneceu em pleno funcionamento, sobretudo nos

países de economia desenvolvida, até a década de 1970, quando entrou em crise, sobretudo nos países de economia capitalista desenvolvida<sup>59</sup>, e fez eclodir um novo modelo de *desenvolvimento/regime de acumulação*, caracterizado por Harvey (2006) como *acumulação flexível*.

Ela (*acumulação flexível*) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas [...]” (p. 140, grifo nosso).

As razões que levaram à crise do fordismo são inúmeras, entre elas destacam-se as internas ao próprio modelo, tais como a produção em massa não acompanhada pelo consumo e a rigidez do processo produtivo, da organização e contratação da força de trabalho. Além das razões internas, destacam-se as externas relacionadas à própria estrutura cíclica e genética do capitalismo. De acordo com Harvey (2006),

[...] o capitalismo é por necessidade tecnologicamente dinâmico, não por causa das míticas capacidades do empreendedor inovador (como Schumpeter viria a alegar), mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de luta de classes endêmicas no capitalismo (p. 102).

Assim, o capitalismo, para continuar existindo, metamorfoseia-se e reestrutura-se ao longo do tempo. O resultado desse processo não se dá de maneira homogênea na escala global, dada as diferentes configurações

---

<sup>59</sup>Para realizar tal discussão, tomamos como referencial os autores que se indentificam com a Escola da Regulação. Essa Escola, formada na década de 1970 por pesquisadores franceses, com objetivo de entender as razões pelas quais o capitalismo cresceu de maneira ininterrupta durante os trinta anos após a Segunda Guerra Mundial e após esse período, com os mesmos mecanismos de regulação, apresentava taxas declinantes de produtividade, competitividade, consumo e renda, sobretudo nos países de economia desenvolvida. A conclusão desses pesquisadores é que a rigidez do modelo fordista e a produção em massa tinham alcançado o limite, então, era preciso, para o capitalismo continuar existindo, adotar um modelo de desenvolvimento mais flexível, chamado de toyotismo, ou também acumulação flexível. Foram realizados muitos estudos sobre o tema em evidência, por pesquisadores adeptos à escola da regulação francesa, como de outras vinculações teóricas. Sobre o assunto, verificar Aglietta (1979); Harvey (2006); Katz; Braga e Coggiola (1995); Benko (1996); Castells (2008); Alves (2007), entre outros.

socioespaciais. A reestruturação do capitalismo de fordista para toyotista (acumulação flexível) foi sentida, num primeiro momento, nos países de economia desenvolvida, onde as atividades financeiras, de gestão e produção, eram realizadas de maneira intensa.

Sobre o toyotismo, Alves (2007) afirma que ele

[...] não é meramente “modelo japonês” ou “japonismo”. Apesar de ter sua gênese histórica no Japão, nos anos 1950, é a partir da *mundialização do capital*, isto é, no decorrer da década de 1980, que o toyotismo adquiriu dimensão universal. A partir daí ele perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista que o projeta como uma categoria universal, que articula, em si, um complexo de particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores e empresas (p. 158).

Ao longo do tempo, o desenvolvimento tecnológico permitiu que a divisão territorial do trabalho fosse ampliada na escala global. Tem-se com isso a permanência do capitalismo, a garantia da produtividade e competitividade entre as empresas e grupos econômicos, a estandarização das práticas flexíveis de produzir, enfim, a reestruturação da produção, dos territórios e, conseqüentemente, o acirramento das contradições.

A reestruturação produtiva, ou seja, a introdução de inovações agregadas à gestão, à produção, à organização e à contratação da força de trabalho vinculadas à atividade industrial, foi inteiramente pesquisada por engenheiros<sup>60</sup>, administradores, economistas, sociólogos, psicólogos, geógrafos, entre outros. Alves (2007) afirma que a década de 1970 e as subsequentes marcaram a instauração do *complexo de reestruturação produtiva*, “constituído por uma tríplice dimensão, isto é, as *inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas*”<sup>61</sup> (p. 5).

Consideramos que a reestruturação produtiva é inerente ao capitalismo. No entanto, apenas com a Terceira Revolução Industrial (1970)

<sup>60</sup>Gomes (2007, p. 12), apresenta uma importante síntese das pesquisas realizadas no Brasil, por profissionais de várias áreas do conhecimento, entre elas Engenharia da Produção; Sociologia, Economia; Geografia e Educação, no período de 1978 a 2007.

<sup>61</sup>Acreditamos que a análise dessas dimensões permite entendimento das complexidades do capitalismo mundializado, mas no momento, aprofundaremos a análise, tendo como premissa o entendimento das inovações organizacionais e tecnológicas, arroladas a partir do processo de reestruturação produtiva.



foram introduzidas inovações na base técnica, capazes de transformar o modelo produtivo, os processos e as relações estabelecidas entre os agentes vinculados à organização do território. Tais inovações tiveram como pressuposto a

[...] produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o *just-in-time/kan-ban*<sup>62</sup> ou *kaizen*, [...], além disso, o empreendimento capitalista implica a produção flexível em seus múltiplos aspectos, seja através da contratação salarial, do perfil profissional ou das novas máquinas de base microeletrônica e informacional; e a produção difusa significa a adoção ampliada da terceirização e das redes de subcontratação (ALVES (2007, p. 158, 159)<sup>63</sup> .

Nesse período de predomínio da Terceira Revolução Industrial, ocorreu a internacionalização e a financeirização<sup>64</sup> do capital, bem como a consolidação da sua fase monopolista, com a incorporação de novas áreas destinadas à produção industrial. Como consequência, deu-se a instalação de

---

<sup>62</sup>[...] sistema de fornecimento, no qual os estoques são eliminados ou reduzidos substancialmente mediante entregas pelos fornecedores no local da produção, no exato momento da solicitação, e com as características específicas para a linha e produção; “*controle de qualidade total*” dos produtos ao longo do processo produtivo, visando um nível tendente a zero de defeitos e melhor utilização dos recursos; envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio de trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para a tomada de decisão no chão da fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia administrativa horizontal, com poucos símbolos de status na vida diária da empresa (CASTELLS, 1999, p. 214, 215).

<sup>63</sup>Discussão realizada também por BIHR, 1998.

<sup>64</sup>De acordo com Chesnais (1999, 2002 e 2003), a mundialização do capital, iniciada na década de 1970, nos países de economia capitalista desenvolvida, fez eclodir entre os teóricos a hipótese de que a mais-valia era gerada a partir do capital financeiro, fictício, mas ao longo das décadas de 1980, 1990 as análises empíricas da mutação do capital permitiram afirmar que o capitalismo metamorfoseou-se, porém a mais-valia permanece gerada no processo produtivo, mas com influência do capital financeiro. Essa realidade permitiu a Chesnais afirmar que nas últimas décadas do século XX, existe um “*regime de acumulação com predominância financeira*”. “Este regime de acumulação com dominância financeira tem uma relação com a “globalização” ou, mais exatamente, com a mundialização do capital [...]. O regime financeirizado é uma “produção” dos países capitalistas avançados, com os Estados Unidos e o Reino Unido à frente. [...] Ele não é mundializado no sentido em que englobaria o conjunto da economia mundial numa totalidade sistêmica. Inversamente, ele é efetivamente mundializado no sentido em que seu funcionamento exige, a ponto de ser consubstancial a sua exigência, um grau bastante elevado de liberalização e de desregulamentação não apenas da finança, mas também do investimento interno direto (IED) e das trocas comerciais. Essas medidas não devem ser impostas somente nos países onde o novo regime de acumulação foi implantado. Elas devem ser impostas em todos os lugares” (CHESNAIS, 2003 p. 52, grifo nosso). Como podemos perceber, a formação, a diversidade e a organização dos territórios não são consideradas em primeiro plano, na perspectiva do regime de acumulação com predominância financeira, característico da economia flexível. O que importa é a institucionalização de uma ditadura do capital com vistas à obtenção da mais-valia, gerada pelos grandes grupos empresariais, na escala global.

unidades produtivas transnacionais nos países de capitalismo subdesenvolvido, efetivando uma nova divisão internacional do trabalho, na esteira do processo de expansão da acumulação do capital.

## **2.2. Reestruturação produtiva e mudanças no território brasileiro**

No que concerne ao capitalismo brasileiro, a primeira fase do processo de acumulação industrial teve início na década de 1930 e se intensificou nas décadas posteriores.

O capitalismo brasileiro, de desenvolvimento hipertardio quanto ao seu modo de ser, vivenciou, ao longo do século XX, um verdadeiro processo de acumulação industrial, especialmente a partir do getulismo. Pôde, então, efetivar seu primeiro salto verdadeiramente industrializante, uma vez que as formas anteriores de indústria eram prisioneiras de um processo de acumulação que se realizava dentro dos marcos da exportação do café, no qual a indústria tinha um papel de apêndice. De corte fortemente estatal e feição nacionalista, a industrialização brasileira somente deslanchou a partir de 1930 e, posteriormente com Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950, quando o padrão de acumulação industrial deu seu segundo salto. O terceiro salto foi experimentado a partir do golpe de 1964, quando se aceleraram fortemente a industrialização e a internacionalização do Brasil (ANTUNES, 2006, p. 16).

Nesse período, estruturaram-se os ramos industriais dedicados à produção de bens de consumo duráveis para o mercado interno, porém não de forma estandarizada e sim para um público “*restrito e seletivo, composto pelas classes dominantes e parcela significativa das classes médias*, não só de produtos primários, mas também de industrializados” (Antunes, 2004a, p. 80).

No período que se estende entre meados da década de 1950 até 1980, o Brasil vivenciou a política desenvolvimentista, que tinha como um dos pressupostos o pleno emprego. Porém, na ocasião, a força de trabalho era superexplorada, os salários eram baixos e as jornadas de trabalho longas.

De acordo com Antunes (2006),

No que concerne à dinâmica do padrão de acumulação industrial, estruturava-se pela vigência de um processo de superexploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos, dentro de um patamar industrial significativo para um país que, apesar de sua inserção subordinada, chegou a alinhar-se, em dado

momento, entre as oito grandes potências industriais. Esse padrão de acumulação, desde JK e especialmente durante a ditadura militar, vivenciou amplos movimentos de expansão, com altas taxas de acumulação, entre os quais a fase do “milagre econômico (1968 – 1973). O país vivia, então sob os binômios ditadura e acumulação, arrocho e expansão. Foi somente em meados da década de 1980, ao fim da ditadura militar e sob a chamada “Nova República” de Sarney, que esse padrão de acumulação – centrado no tripé setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional – começou a sofrer as primeiras alterações. [...] foi possível presenciar o início das mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços em nosso país, mesmo que num ritmo muito mais lento do que aqueles experimentados nos países centrais, que viviam intensamente a reestruturação produtiva de capital e seu corolário ideopolítico neoliberal (p. 16, 17).

Essa política de governo com caráter desenvolvimentista tinha como premissa a integração entre as regiões brasileiras. Para tanto, foram construídos fixos que permitiram maior fluidez dos transportes e comunicações. Além disso, houve intensa liberação de créditos para promoção da *modernização da agricultura* e ampliação da atividade industrial. Tais prerrogativas contribuíram para a efetivação da rede urbana nacional.

No que concerne à organização dos trabalhadores da indústria, a década de maior mobilização foi a de 1980, pois ocorreram intensas greves organizadas pelos sindicatos, tanto na escala regional como na nacional. A pauta de reivindicações era: maior geração de empregos com melhores condições de trabalho e salários. O “modelo político” vigente durante a década de 1980, pautado em moldes conservadores, com concentração de terras e rendas, hiperinflação, endividamento externo, queda das taxas de investimentos e precários indicadores na área de educação e saúde, além da expansão da fronteira agrícola, foi substituído paulatinamente pela política neoliberal, que se pautou na abertura do território para a atuação dos grandes grupos econômicos.

De acordo com Alves (2007),

A partir da década de 1990, o impulso ideológico do toyotismo atingiu, com mais vigor, o empreendimento capitalista no Brasil, no bojo do complexo de reestruturação capitalista e do ajuste neoliberal propiciado pelos governos Collor e Cardoso. A intensificação da concorrência e a proliferação dos valores de mercado contribuíram para a adoção da nova forma de exploração da força de trabalho e de organização da produção capitalista no Brasil (p. 158).

Essa política de cunho neoliberal, alicerçada na flexibilização da produção, no aumento dos fluxos financeiros e nas mudanças no que tange às relações de trabalho, impôs aos governantes, aos empresários e aos trabalhadores, uma série de normas, entre elas,

[...] redução significativa das tarifas de importação e liberalização de fluxos financeiros, estabilização monetária por meio do Plano Real, redução da ação do Estado – especialmente o federal – voltado para políticas sociais, privatização de empresas e agências de serviços públicos, descentralização de atribuições administrativas para a esfera local de governo, promoção de parcerias público-privado e flexibilização da legislação trabalhista e da seguridade social” (Fernandes e Negreiros, 2004, p. 41).

Embora o padrão de acumulação e o “modelo econômico” tenham permanecido inalterados, verificou-se mudanças no processo produtivo de inúmeros ramos industriais. Tais mudanças consistiram em aquisição de novos equipamentos, introdução de tecnologias e conseqüentemente reorganização dos processos de gestão da produção e do trabalho. Essas mudanças, por um lado, formaram os pilares do processo de reestruturação produtiva do setor industrial brasileiro, que tinha como um dos objetivos a inserção no mercado competitivo global. Por outro lado, as empresas transnacionais instaladas no território e as que iriam se instalar impuseram suas normatizações às empresas subsidiárias. Tais normas culminaram na reestruturação dessas empresas, a partir da adoção de práticas atreladas ao modelo de acumulação flexível.

Nesse contexto de reestruturação produtiva, para atingir as metas, obter maior produtividade e permanecer no mercado de maneira competitiva, a equipe de gestão, primeiramente dos grandes grupos empresariais, adotou posturas condizentes com o novo regime de acumulação. Tais medidas perpassaram pela adoção de novas tecnologias robóticas, diminuição do quadro de funcionários, criação do banco de horas em substituição às horas-extras remuneradas, entre outras. No que concerne à organização do trabalho no processo produtivo, foram adotados esquemas de trabalho inerentes ao

modelo de gestão flexível, a saber, os Círculos de Controle de Qualidade – CCQs e sistemas de produção baseados no *just-in-time* e *kan-ban*<sup>65</sup>.

De acordo com Antunes (2006),

Foi, então, durante a década de 1980, que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotar, no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*; germinou a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica. Deu-se também, o início, ainda de modo preliminar, da implantação dos métodos denominados “participativos”, mecanismos que procuram o “envolvimento” (na verdade, a adesão e a sujeição) dos trabalhadores com os planos das empresas. Estruturava-se, ainda que de modo incipiente, o processo de reengenharia industrial e organizacional [...] (p. 17).

Além dos processos de reestruturação da gestão, produção, organização e contratação da força de trabalho industrial, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela realocação das unidades produtivas no território brasileiro. De acordo com Antunes (2006),

[...] foi nos anos 1990 que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho e transferência de plantas e unidades produtivas [...]. Deflaram no território brasileiro movimentos de mudanças geográficas, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho e incentivos fiscais ofertados pelo Estado (p. 18, grifo nosso).

Assim, nas últimas décadas do século XX, deslocaram-se tanto as indústrias de alta tecnologia, como aquelas dos ramos tradicionais, tais como calçadistas, têxteis, alimentos, entre outras. Entre os lugares que receberam unidades produtivas industriais transferidas em grande parte da metrópole paulistana e sua região metropolitana, destacam-se cidades do interior paulista<sup>66</sup> e carioca<sup>67</sup> e também cidades dos estados do Paraná<sup>68</sup> e Minas

<sup>65</sup>De acordo com Antunes (2006), no território brasileiro, o modelo de produção flexível foi adotado primeiramente nos ramos automotivo, têxtil e de calçados e posteriormente se expandiu para os ramos tradicionais nas décadas subsequentes.

<sup>66</sup>CÍCERO, Elaine Cristina. *Uma análise da indústria de calçados de Birigui no contexto da flexibilização produtiva*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2007 (Monografia de Bacharelado em Geografia). ELIAS, Denise. *Globalização e Agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP*.

Gerais e mais recentemente, podemos inserir a transferência de indústrias para cidades da região Nordeste do Brasil<sup>69</sup>, também distantes do eixo metropolitano paulista do ponto de vista topográfico, todavia, próximo no que concerne às articulações estabelecidas entre os agentes normatizadores envolvidos nas atividades econômicas.

De acordo com Fernandes e Negreiros (2004),

Na ausência de uma política regional de incentivo ao crescimento industrial, de um declínio na formação de capital e deterioração de investimentos públicos, as regiões e cidades menos vantajosas à localização industrial, caminham para um leilão de benefícios variados e oferta de mão de obra barata e “dócil” para atração de investimentos privados. [...] enquanto localidades disputam novos investimentos, a população busca as localidades menos atingidas pelas reformas, reduzindo o volume dos fluxos migratórios em direção às metrópoles industriais, onde o emprego no setor secundário tem caído como resultado da reestruturação e competição de bens importados. Como outro lado da mesma moeda, alguns ramos da atividade industrial têm mudado para cidades médias, como nota Pochmann (1999): cidades com menos de 15.000 postos de trabalho industrial elevaram a participação no total do emprego industrial de 40,2% para 52,6% entre 1989 e 1998 (p. 45, grifo nosso).

De acordo com Antunes (2004) e Oliveira (2005), a política brasileira de cunho neoliberal proporcionou deslocamento de vários ramos industriais e graves mutações no “*mundo do trabalho*”. Na fase neoliberal intensificou-se o processo de reestruturação produtiva, que se deu no âmbito da produção

---

São Paulo: Edusp, 2003. FRANCESCONI, Léa. *A mão-de-obra ocupada na atividade industrial de São José dos Campos: movimentos migratórios pendulares*. São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 1978. GOMES, Maria Terezinha Serafim. *O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do Oeste Paulista: Araçatuba, Birigui, Marília Presidente Prudente e São José do Rio Preto*. São Paulo: FFLCH. Tese de Doutorado em Geografia Humana, 2007. MATUSHIMA, Marcos Kazuo. *Especialização Produtiva e aglomeração industrial: uma análise da indústria de confecções de Ibitinga – SP*. Rio Claro: [s.n.], 2005 (Tese de Doutorado em Geografia). MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. *Reestruturação Produtiva da indústria e desenvolvimento regional: a região de Marília*. São Paulo: FFLCH/USP – Tese de Doutorado em Geografia Humana, 2002.

<sup>67</sup>OLIVEIRA, Floriano J. Godinho. Reestruturação produtiva e localizações industriais: mobilidade espacial e novos usos do território. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. 20 a 26 de Março de 2005 – Universidade de São Paulo.

<sup>68</sup>Firkowski, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil. In: *Revista da ANPEGE*, no. 2, 2005.

<sup>69</sup>PEREIRA Jr., Edilson Alves. *Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE)*. Fortaleza: Eduece, 2005. PEREIRA Jr., Edilson Alves. *Território, Industrialização e Reestruturação Produtiva: algumas abordagens sobre o exemplo do Ceará*. PPGG/UNESP/Presidente Prudente: Presidente Prudente, Setembro, 2010 (Relatório de Qualificação de Doutorado em Geografia).

industrial, dos serviços e das relações de trabalho, tanto no campo como na cidade.

No Brasil não houve uma total superação da fase fordista. Essas mutações se dão de maneira mais ou menos acirrada em determinados ramos da produção industrial. De acordo com Antunes (2004), nessa fase mutante do capital

[...] o despotismo taylorista torna-se, então, mesclado com a manipulação do trabalho, com o “envolvimento” dos trabalhadores, através de um processo ainda mais profundo de interiorização do trabalho alienado. O operário deve pensar e fazer pelo e para o capital o que aprofunda (ao invés de abrandar) a subordinação do trabalho ao capital (p.77).

O toyotismo intensificou de maneira degradante as relações de trabalho, bem como a sociedade e a natureza, pois o objetivo nessa fase é a aceleração da produção de mercadorias e não a produção de ambientes de sociabilidade. Ainda de acordo com Antunes (2004), nessa fase de acumulação flexível, ocorre

[...] uma aguda destrutividade, que é expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des) socialização contemporânea: destrói-se a força humana que trabalha; destroçam-se direitos sociais; e brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (p. 77).

A política neoliberal, a organização da produção e do trabalho nos moldes da acumulação flexível, sempre estiveram sob controle do centro capitalista, a saber, os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão. São, portanto, denominados “*espaços do gerir*”, que acirraram a superexploração de trabalhadores – homens mulheres e crianças, em países da América Latina e da Ásia. Tem-se nessa fase de desenvolvimento do capitalismo, o controle do trabalhador, não somente no espaço da fábrica, mas sim dele enquanto próprio ser, pois além do trabalho alienado<sup>70</sup>, o controle se dá no espaço de

---

<sup>70</sup>Tomamos como referência a discussão feita por Karl Marx no Livro *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006.

reprodução cotidiana, ou seja, no deslocamento casa/trabalho, na moradia e no tempo de lazer.

Atualmente o trabalho alienado não se pratica somente no chão da fábrica; ele é realizado pelo trabalhador no seu espaço de reprodução cotidiana, no “chão ou na garagem da casa”. Essa é uma das características marcantes desse período, ou seja, a dispersão do chão da fábrica para além do espaço da empresa, pois são realizadas terceirizações e subcontratações de trabalhadores que podem ser organizados em mini-fábricas ou mesmo realizam as atividades produtivas individualmente, e ainda exploram a força de trabalho dos filhos, esposa etc.

É um grande desafio, num contexto de reestruturação produtiva, entender as dinâmicas territoriais. Para nós, as cidades<sup>71</sup>, como materialidade empírica, contribuem para nossas reflexões. De acordo com Beltrão Sposito (1996), “*a rapidez das transformações econômicas, que marcam a passagem do sistema produtivo fordista para formas de produção flexíveis, impõem mudanças na estruturação interna das cidades, e na relação entre as cidades de uma rede*” (p. 114).

Esse novo paradigma, pautado na técnica e no desenvolvimento tecnológico revela que, ao longo do tempo, o capital seleciona lugares para intensificar suas ações e estender o seu ciclo reprodutivo. Essa atuação combinada e desigual atrelada às diversas formações socioespaciais produzem espaços que ora são atrativos, ora são descartados pela “ciranda” capitalista.

De acordo com Soja (1993), durante as últimas décadas do século XX, presenciamos um movimento que se expressou primeiro, pelo declínio das atividades industriais desenvolvidas até então em áreas consolidadas desde a Segunda Revolução Industrial, e, segundo, o desenvolvimento dessas atividades em espaços capturados e capturantes, que proporcionaram a continuidade da expansão do capitalismo na escala global.

Na Terceira Revolução Industrial, presenciamos um duplo processo no que concerne ao desenvolvimento da atividade industrial desenvolvida em

---

<sup>71</sup>Nossa compreensão de cidade e urbanização está referenciada em BELTRÃO SPOSITO (1999). Para a autora, a cidade é entendida como “*realidade material concreta, forma espacial que podemos cartografar, medir, percorrer, fotografar*” e a urbanização, é entendida como processo, “*dinâmica através da qual podemos compreender as mudanças mais significativas do mundo industrial (e pós-industrial)*” (p. 86).



idades da rede urbana. Houve, na verdade, um deslocamento ou desconcentração das unidades produtivas industriais. Primeiro, o deslocamento se deu do centro das cidades para as periferias, em áreas próximas aos eixos rodoviários. Segundo, devido ao desenvolvimento dos sistemas técnicos e a instalação de fixos (redes de transporte e comunicação), a desconcentração da atividade industrial excedeu o eixo metropolitano. De acordo com Gottdiener (1993/1997),

[...] as corporações capitalistas de monopólio tiveram mais condições de tirar vantagem das mudanças de infra-estrutura modernas que tornaram obsoleta a localização na cidade central. Devido à facilidade de financiamento interno, à administração de preços que assegurava um mercado estável, ao aproveitamento de conhecimento técnico e ao controle administrativo do espaço, as grandes corporações de nossas indústrias concentradas “interiorizaram muitas das economias de aglomeração” que antes favoreciam a cidade central como local de indústria (p. 251).

Nesse contexto, no que concerne às atividades produtivas nas cidades da rede urbana, predominam como tendência o fato de que

[...] as novas unidades produtivas não tenham, necessariamente, uma localização metropolitana ou em áreas densamente ocupadas, para se aproximar de centros urbanos de diferentes tamanhos, desde que suas necessidades de circulação e comunicação estejam, infra-estruturalmente garantidas. Assim, redefine-se não apenas o tecido interno das aglomerações urbanas, mas também a rede de fluxos entre aglomerações de diferentes portes (BELTRÃO SPOSITO, 1999, p. 89, grifo nosso).

Assim, a metrópole renova seus papéis na divisão territorial do trabalho. As atividades de gestão, pesquisa e desenvolvimento, serviços atrelados ao sistema financeiro e produção industrial que agrega tecnologia de ponta, passaram a ser tipicamente desenvolvidas nessas cidades<sup>72</sup>, ao passo, que as atividades industriais dos ramos tradicionais e de alguns ramos de alta tecnologia em menor proporção, foram instaladas em cidades da rede urbana de diferentes portes.

---

<sup>72</sup>Na escala global, entre os trabalhos que contribuiram para nossa reflexão a respeito da reestruturação dos territórios no paradigma da acumulação flexível, foram respectivamente: VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et terroires*. Paris: PUF, 1996; GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1997; CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (tradução Roneide Venâncio Majer, 6ª. Edição); VELTZ, Pierre. *Le nouveau monde industriel*. Paris: Gallimard, 2000; CAMAGNI, Roberto. *Economía Urbana*. Barcelona: Antonio Bosch, 2005.

De acordo com Sposito (2007c), no contexto brasileiro, sobretudo paulista, o redirecionamento das atividades industriais é revelador de que a reestruturação do capitalismo associada às diversas formações socioespaciais produzem novas dinâmicas territoriais.

No Estado de São Paulo, movimentos de desconcentração da atividade produtiva industrial vêm se acompanhando de centralização do capital na metrópole paulistana. Novos padrões de localização industrial denotam a formação de eixos de transporte e comunicações que são escolhidos pelas empresas, constituindo territórios que se diferenciam por sua densidade de investimentos e de implantação de estabelecimentos industriais com fortes componentes tecnológicas. Aglomerações metropolitanas, não-metropolitanas e cidades que desempenham papéis intermediários na rede urbana experimentam completa redefinição de seus papéis, podendo se averiguar, então: - reestruturação urbana, decorrente da alteração das relações entre as cidades paulistas, e entre estas e outras cidades do Brasil e do exterior; - mudanças nas lógicas de organização dos espaços internos dessas cidades, conformando reestruturação das cidades (SPOSITO, 2007c, p. 1, grifo nosso).

Dada a diversidade da industrialização brasileira, sobretudo paulista, faz-se *mister* analisar seus novos conteúdos. Tal análise, do ponto de vista metodológico, deve considerar os processos, as relações e os agentes envolvidos nas normatizações que determinam o uso do território no período da globalização. Nesse sentido, algumas perguntas se fazem necessárias. Onde, na escala do território brasileiro, conseguimos verificar a existência de dinâmicas territoriais advindas do paradigma flexível? É possível afirmar que as atividades industriais hoje, não só ultrapassam, mas também emergem em escalas não metropolitanas? Qual a característica da indústria localizada além da metrópole? É possível estabelecer relação entre cidade média e atividade industrial? É correto afirmar que a atividade industrial desenvolvida na cidade média é oriunda do processo de desconcentração industrial da metrópole paulistana?

De acordo com Sposito (2007c),

O conjunto de mudanças produzidas pelo processo de concentração e centralização econômicas, com desconcentração espacial das atividades de produção e consumo, dinâmicas que se acentuam na passagem do fordismo para a acumulação flexível, tem repercussão direta nos papéis desempenhados pelas cidades médias, uma vez que as possibilidades de escolhas territoriais para o desenvolvimento de atividades produtivas e para a instalação de pontos de redes de consumo de bens e serviços é maior, quanto mais capitalizada for a

empresa. As cidades médias têm sido escolhidas como pontos de apoio de diferentes tipos de empresas, sejam de ramos industriais ou de ramos comerciais, em suas políticas de desconcentração das atividades produtivas e de expansão das redes de comercialização de bens e serviços. Por outro lado, quando se consideram as relações entre as cidades motivadas pelas mudanças nas relações internacionais e pelos avanços na difusão das informações, as cidades médias têm sua estruturação interna afetada pelas dinâmicas territoriais em função das articulações entre os princípios que orientam a constituição das redes urbanas e os seus papéis na rede urbana com a redefinição das suas estruturas internas; isto é, entre estruturação urbana e estruturação das cidades (p. 13, grifo nosso).

Durante a Primeira e Segunda Revoluções Industriais, a metrópole dispunha de *economias de aglomeração* que permitiam a concentração e centralização das atividades industriais. Na Terceira Revolução Industrial, o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional permitiu que os grupos empresariais se organizassem em rede. Desse modo, a concepção, gestão, produção e distribuição industrial se dispersaram no território.

Os lugares selecionados para o desenvolvimento das atividades produtivas industriais não se restringiram apenas à aglomeração metropolitana; pelo contrário, cidades de diferentes portes foram inseridas no circuito industrial, agora globalizado, como bem definiu Sposito (2007c). É nesse contexto que se insere a discussão das atividades industriais desenvolvidas nas cidades médias. Vale ressaltar que não são todas as cidades médias que dispõem de condições gerais para realização de atividades industriais; todavia, as que delas dispõem merecem análise, pois expressam novas dinâmicas em curso.

### **2.3. Novos rumos da produção industrial no território brasileiro: as cidades médias**

Por que a cidade média torna-se um tema interessante, que tem atraído a atenção de geógrafos e não-geógrafos? Qual a relevância do tema? Acreditamos que a relevância de qualquer tema derive da capacidade do pesquisador em problematizá-lo, de transformá-lo em uma questão teórica ou empírica, visando quer a uma ação prática, quer à compreensão de um ou mais aspectos associados à ação humana (CORRÊA, 2007, p. 26).

Além das questões propostas por Corrêa (2007), outras se fazem necessárias. Quais os fenômenos, os processos, as relações e os contextos que precisam ser considerados para se fazer a leitura das cidades médias? Quais os papéis desempenhados por elas na divisão territorial do trabalho? Qual a relevância de fazer um estudo da atividade industrial nessas cidades? São muitas as perguntas, e por isso a reflexão se justifica.

De acordo com Beltrão Sposito (2004b), referenciada em Marx, entender como se dá a divisão territorial do trabalho, pressupõe compreender

a mediação, no plano analítico, entre a divisão econômica do trabalho (realiza-se a priori na fábrica) e a divisão social do trabalho (é imposta a posteriori pelo processo de concorrência) pode ser apreendida pela divisão territorial do trabalho, condição e expressão dessas duas formas de divisão do trabalho (p. 170).

Ainda, de acordo com Silveira (2002), os estudos sobre as cidades médias atualmente são de fundamental importância para entender a dinâmica do território. Para tanto, “*é necessário considerar o papel das empresas, do Estado e da sociedade na construção de uma nova divisão territorial do trabalho e, ao mesmo tempo, o papel que o território e a cidade exercem sobre as novas formas de trabalho*” (p.11).

O papel que as cidades médias hoje desempenham na rede urbana nacional é recente<sup>73</sup>, haja vista os estudos produzidos pela Geografia Urbana Brasileira, que até meados da década de 1970 tinha como foco principal as metrópoles e suas respectivas regiões metropolitanas.

Porém, para se fazer a análise tendo como perspectiva a totalidade, é fundamental considerar que ao longo do tempo o modo capitalista de produção seleciona lugares para se concentrar e centralizar, gerando assim, dinâmicas econômicas e territoriais diferenciadas. Diante do exposto, acreditamos que o estudo das cidades médias não pode ser efetuado de maneira isolada. É preciso, considerar os processos e as relações que se configuram no espaço e no tempo, de maneira inter e multiescalar.

---

<sup>73</sup>Sobre o assunto ver AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno e SENA FILHO, Nelson. *A morfologia das cidades médias*. Goiânia: Ed. Viena, 2007. Nesse livro, o autor faz um levantamento dos principais estudos de Geografia Urbana Brasileira que tem como foco de análise as cidades médias. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

A partir da década de 1970, verificamos que a cidade média é foco de discussões, tanto dos órgãos oficiais de planejamento, como dos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento<sup>74</sup> inseridos nas Universidades. No entanto, na Geografia Urbana Brasileira, somente na década de 1990 é que os pesquisadores, vendo a importância da temática, reuniram-se no intuito de primeiro, divulgar os trabalhos produzidos; segundo, chamar a atenção da comunidade científica para a necessidade de realizar pesquisas sobre essas cidades que apresentavam desde então dinâmicas novas na perspectiva da rede urbana; e terceiro, estruturar uma rede de pesquisadores sobre as cidades médias brasileiras.

Sobre a formação da rede de pesquisadores de cidades médias no Brasil, Beltrão Sposito et. al. (2007), afirmou que,

Esse caminho se iniciou, em 1997, durante a realização do Simpósio Nacional de Geografia Urbana, em Salvador, nos intervalos entre as sessões desse evento, quando alguns pesquisadores brasileiros fizeram pequenos encontros para lamentar a falta de estudos sobre essas cidades e, mais que isso, para frisar a importância da realização deles. Dois anos depois, em 1999, após o Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizado em Presidente Prudente, efetuou-se a I Jornada de Pesquisadores sobre Cidades Médias. Foi um dia de trabalho, no qual começamos a nos conhecer. Dessa jornada ficou o compromisso de elaboração de dois textos sobre o tema, que foram publicados no livro em que se divulgaram os resultados daquele simpósio (p. 11).

Desse ponto em diante, de acordo com a autora e a partir do diálogo estabelecido entre os pesquisadores brasileiros, chilenos, argentinos, espanhóis, entre outros,<sup>75</sup> foi possível elaborar um projeto, com vistas ao estudo das cidades médias brasileiras, latino-americanas e europeias. Assim,

O primeiro projeto intitulado como “Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional”, foi submetido à edital PROCAD da CAPES, em 2005. A proposta foi aprovada no mérito, mas não obteve financiamento para a realização da pesquisa. Em 2006, a mesma proposta foi submetida ao CNPq, que aprovou o

---

<sup>74</sup>PEREIRA, Fabiano Maia & LEMOS, Mauro Borges. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. In: *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*. PPE, v. 33, n.1, Abril, 2003. (p. 127 – 165).

<sup>75</sup>A interlocução foi estabelecida através da formalização da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).

projeto e liberou recursos para a realização de estudos sobre as cidades médias brasileiras<sup>76</sup> (Beltrão Sposito et. al, 2007, p. 12,13).

No período da globalização, as cidades médias, de acordo com Beltrão Sposito (2004a), desempenham papéis ampliados na rede urbana, pois concentram atividades econômicas que até então não faziam parte da “vida” dessas cidades. Tal condição também é reforçada por Melazzo (2006),

O forte crescimento do setor secundário, frente aos demais e os dados positivos apresentados pelo setor terciário sinalizam alterações profundas, desde os anos 70, na base e na dinâmica econômica destas realidades urbanas. Esta vitalidade econômica do ponto de vista da capacidade do crescimento econômico, sem dúvida situa tais cidades como importantes nós da rede urbana nacional e paulista, passando a integrar os circuitos de produção e circulação da riqueza material. (208)

Diante dessa nova realidade que tem como marco a década de 1970, Beltrão Sposito (2004a) chama atenção para a diversidade de processos e relações que existem nessas cidades, e que por isso, uma única metodologia de análise poderia incorrer num mascaramento das novas funções por elas desempenhadas. É preciso, portanto, verificar as universalidades e particularidades dos processos e das relações existentes, para se chegar numa leitura das novas dinâmicas territoriais que entrelaçam as cidades médias no período atual.

De acordo com Beltrão Sposito et. al. (2007),

A partir desse novo contexto, que é de clara natureza espaço temporal, o espaço de relações é marcado por articulações espaciais, sem que haja necessariamente continuidades territoriais. As relações espaciais que assim se conformam não estruturam áreas ou regiões, mas sobrepõem as áreas e regiões, organizadas por lógicas territoriais, outros fluxos que podem ultrapassar essas áreas ou regiões de comando de uma cidade média e o fazem, gerando estruturas espaciais em rede, cuja morfologia não contém continuidade territorial (p. 38).

O estudo das cidades médias, no período da globalização ou da Terceira Revolução Industrial, deve considerar os papéis desempenhados na

---

<sup>76</sup>De acordo com Beltrão Sposito (2007), “*trata-se do Edital do CNPq 07/2006, disponível em: ([http://memoria.cnpq.br/servicos/editais/ct/2006/edital\\_0072006.htm](http://memoria.cnpq.br/servicos/editais/ct/2006/edital_0072006.htm))*” (p. 13).

divisão territorial do trabalho, bem como, as relações e os processos que se dão entre os agentes no âmbito das redes técnicas materiais e imateriais.

Um primeiro passo, portanto, seria identificar a natureza das atividades econômicas realizadas por essas cidades e verificar se as mesmas têm passado por recentes mudanças. Sobre este assunto, Beltrão Sposito et. all. (2007) afirmam que,

[...] os papéis urbanos de várias cidades médias alteraram-se ou ampliaram-se, sobretudo no tocante à localização da atividade industrial. Não é necessário destacar as novas escolhas feitas por grupos transnacionais que vieram atuar no país desde os anos de 1980, mais diversificadas do que aquelas observadas na etapa anterior (final da década de 1950 e década de 1960), quando a maior parte das opções locacionais das empresas multinacionais recaiu sobre as metrópoles (p. 43).

Identificamos com isso, um fio condutor da nossa pesquisa, que entre outros, é entender até que ponto a aglomeração urbana, no caso, as cidades médias conseguem dinamizar os ramos industriais surgidos em períodos anteriores ao da globalização, e com isso atrair unidades produtivas industriais de capital nacional e transnacional<sup>77</sup>.

Sabemos que as novas funções desempenhadas pelas cidades médias também estão inseridas nas atividades ligadas aos serviços, ao consumo, às atividades culturais, aos novos padrões de moradia etc. Acreditamos que elas fazem parte de um contexto único, mas nesse momento da pesquisa, precisamos fazer um recorte espacial, temporal e temático<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup>As razões iniciais desse recorte já foram explicadas na introdução e Capítulo 1, mas serão também reforçadas neste Capítulo.

<sup>78</sup>De acordo com Elias (2003), o exercício do recorte na pesquisa só se faz coerente se “*este caminho metodológico*” tiver como perspectiva “*buscar a reconstrução intelectual da totalidade concreta, aquela que inclui o movimento das relações sociais, sem ser vazia de história, lembranças [...]*” (p. 21). Ainda, Beltrão Sposito (2006) afirma que do ponto de vista do “*encaminhamento da pesquisa*”, “*entendida em seu sentido mais amplo – diálogo entre o teórico e o empírico – a definição do objeto requer, ao mesmo tempo, a clara delimitação de um recorte territorial e de um recorte temporal*”. Esse procedimento, aparentemente simples, é de extrema complexidade, já que ele pressupõe clareza do pesquisador quanto à problemática que move sua pesquisa, mas, sobretudo, quanto às possíveis determinações que a constituem e a redefinem continuamente (p. 145). Concordamos com as autoras que o recorte é apenas o ponto de partida para investigação. Sendo que “*a condução da pesquisa e, com ela e por meio dela, a elaboração do pensamento deve levar o pesquisador a estabelecer relações entre os recortes escolhidos, bem como ao desencadeamento de um diálogo de natureza intelectual, o que significa dizer que se trata de um diálogo que deve resultar, necessariamente, das articulações entre o teórico e o empírico, entre o pensado e o vivido*”. [...] “*em outras palavras, é a articulação entre os períodos, adequadamente recortada, que nos permite reconhecer*

Assim, com base no levantamento de dados referentes à localização dos estabelecimentos industriais e empregos ocupados no território brasileiro, sobretudo no Estado de São Paulo nas décadas de 1980, 1990 até o ano de 2007 (Capítulo 1), verificamos que a fragmentação de unidades produtivas industriais, sobretudo do ramo de alimentos, tem se dado para outras escalas, além da metrópole. De acordo com Beltrão Sposito et. al. (2007),

A passagem de uma economia do tipo fordista para sistemas de produção caracterizados como flexíveis trouxe alterações para a economia brasileira e mudou, simultaneamente, a participação do país na divisão internacional do trabalho e a divisão regional do trabalho, em termos técnico-econômicos e territoriais (p. 39).

Diante da constatação de que o ramo alimentício se destaca como o ramo da indústria da transformação que tem um número maior de empregos ocupados (Tabela 8, Capítulo 1) e que os estabelecimentos e empregos ocupados estão distribuídos de maneira dispersa no estado de São Paulo<sup>79</sup> (Cartogramas do Capítulo 1), decidimos refinar nossa investigação ampliando a análise dos dados secundários. Para tanto, agregamos alguns indicadores fornecidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE importantes para análise.

Primeiramente, os indicadores dizem respeito Valor Adicionado Fiscal<sup>80</sup> (em reais correntes); Coeficiente de Localização do Valor Adicionado Fiscal (em%); Coeficiente de Concentração do Valor Adicionado Fiscal; Coeficiente

---

tempos que sejam relevantes, do ponto de vista histórico e, portanto, teórico para a análise do período escolhido para o estudo” (Beltrão Sposito, 2006, p. 144, 145, 147, grifo nosso).

<sup>79</sup>No Capítulo I, com base nas informações do Cartograma 5 (p. 110), identificamos os municípios paulistas que concentram 20 ou mais estabelecimentos do ramo alimentício de consumo final. É com essa variável que continuamos nossa análise.

<sup>80</sup>De acordo com a Fundação SEADE, “o Valor Adicionado Fiscal é obtido, para cada município, através da diferença entre o valor das saídas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação prestados no seu território e o valor das entradas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação adquiridos, em cada ano civil. É calculado pela Secretaria da Fazenda e utilizado como um dos critérios para a definição do Índice de Participação dos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Nesta forma de consulta pode se extrair Valor Adicionado Fiscal, Variação nominal do Valor Adicionado (2001-2005), Coeficientes de Concentração, Especialização e Localização do Valor Adicionado Fiscal. [http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=var\\_list&busca=Valor%20Adicionado%20Fiscal%20-%20S%E9rie%20](http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=var_list&busca=Valor%20Adicionado%20Fiscal%20-%20S%E9rie%20). Acesso: Outubro, 2009 (grifos nossos).



de Especialização do Valor Adicionado Fiscal (em %); Coeficiente de Localização dos Empregos Ocupados (vínculos/ano)<sup>81</sup>; Coeficiente de Concentração dos Empregos Ocupados (%)<sup>82</sup>; Coeficiente de Especialização (%) dos Empregos Ocupados<sup>83</sup>; Coeficiente de Localização da Soma dos Rendimentos Médios Mensais dos Empregos Ocupados<sup>84</sup>; Coeficiente de Concentração da Soma dos Rendimentos Médios Mensais (%) dos Empregos Ocupados<sup>85</sup>; Coeficiente de Especialização da Soma dos Rendimentos Médios Mensais (%) dos Empregos Ocupados<sup>86</sup>.

---

<sup>81</sup>Mostra a importância da atividade para a localidade em relação à média do Estado, permitindo identificar situações em que a atividade, embora seja pouco relevante para o total do Estado, se sobressai na localidade. É calculado através da divisão do coeficiente de especialização dos empregos ocupados na indústria - vínculos no ano - de determinada atividade econômica na localidade pelo coeficiente de especialização dos empregos ocupados na indústria - vínculos no ano - da mesma atividade no total do estado. Valores abaixo de 1 significam que a atividade tem menor importância na localidade do que na média do estado. Em contrapartida, quanto mais acima de 1 for o coeficiente, maior é a importância relativa da atividade no local. Ainda, demonstra o quanto do emprego de determinado setor da localidade escolhida é mais importante para a indústria da localidade do que é para o estado – permite identificar aglomerações.

<sup>82</sup>Demonstra o peso da localidade na composição da atividade, dentro do estado (soma dos empregos ocupados na indústria - vínculos no ano - de determinada atividade econômica na localidade dividida pela soma dos empregos ocupados na indústria - vínculos no ano - na mesma atividade no total do estado). Ainda demonstra o quanto do emprego de determinado setor do Estado de São Paulo está concentrado na localidade escolhida.

<sup>83</sup>Mede a importância de determinada atividade dentro da estrutura econômica da localidade (soma dos Empregos ocupados na indústria - vínculos no ano - de determinada atividade na localidade dividida pela soma dos empregos ocupados na indústria - vínculos no ano - no conjunto das atividades econômicas da localidade). Ainda, demonstra O quanto do emprego de determinado setor da localidade escolhida é importante para a indústria da localidade.

<sup>84</sup>Mostra a importância da atividade para a localidade em relação à média do estado, permitindo identificar situações em que a atividade, embora seja pouco relevante para o total do estado, se sobressai na localidade. É calculado através da divisão do coeficiente de especialização da massa média de rendimentos nos empregos ocupados de determinada atividade econômica na localidade pelo coeficiente de especialização da massa média de rendimentos nos empregos ocupados da mesma atividade no total do estado. Valores abaixo de 1 significam que a atividade tem menor importância na localidade do que na média do estado. Em contrapartida, quanto mais acima de 1 for o coeficiente, maior é a importância relativa da atividade no local.

<sup>85</sup>Demonstra o peso da localidade na composição da atividade, dentro do estado (equivale à soma dos rendimentos médios mensais dos empregos ocupados de determinada atividade industrial na localidade dividida pela soma dos rendimentos médios mensais dos empregos ocupados na mesma atividade no total do estado). A soma dos rendimentos médios mensais dos empregos ocupados corresponde à soma das médias mensais dos rendimentos de cada um dos vínculos empregatícios registrados pela Rais, independentemente do período de duração de cada um desses vínculos. Não equivale, portanto, à soma dos rendimentos pagos no ano dividido por 12. O vínculo empregatício é definido pelo Ministério do Trabalho e Emprego como “a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário preestabelecido por este. Essa relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário. Adicionalmente, a Rais levanta dados sobre vínculos de trabalhador avulso, trabalhador temporário (Lei nº 6.019, de 3/1/1974), menor aprendiz, diretor sem vínculo

Quanto ao conjunto dos dados relacionados diretamente à atividade industrial do ramo alimentício, é nítido o destaque de Marília, como poderemos verificar nos Cartogramas (7 e 8, 141 e 142).

Esses dados permitiram uma leitura dinâmica da atividade industrial do ramo alimentício instalado nas cidades do estado de São Paulo, sobretudo, o indicador “Coeficiente de Localização dos Empregos Ocupados (vínculo/ano)” contribuiu para identificação da aglomeração industrial do ramo alimentício na cidade de Marília, além da concentração de profissionais especializados que trabalham diretamente nesse ramo de atividade.

No que concerne especificamente ao ramo alimentício de consumo final, verificamos que das cidades do estado de São Paulo que possuem um número maior que vinte estabelecimentos instalados, Marília é que apresenta o maior concentração do Valor Adicionado Fiscal (Cartograma 7, p. 141), seguida por Campinas, Jundiaí, Piracicaba e Ribeirão Preto. A mesma realidade se faz presente com o coeficiente de localização do Valor Adicionado Fiscal, sendo

---

que tenha optado por recolhimento do FGTS e trabalhador com contrato de trabalho por prazo determinado (Lei nº 9.601, de 21/1/1998). O número de empregos numa determinada data de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos nessa data. O número de empregos (postos de trabalho) é diferente do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência”.

<sup>86</sup>Mede a importância de determinada atividade dentro da estrutura industrial da localidade (equivale à soma dos rendimentos médios mensais dos empregos ocupados de determinada atividade industrial na localidade dividida pela soma dos rendimentos médios mensais dos empregos ocupados no conjunto da indústria da localidade). A soma dos rendimentos médios mensais dos empregos ocupados corresponde à soma das médias mensais dos rendimentos de cada um dos vínculos empregatícios registrados pela Rais, independentemente do período de duração de cada um desses vínculos. Não equivale, portanto, à soma dos rendimentos pagos no ano dividido por 12. O vínculo empregatício é definido pelo Ministério do Trabalho e Emprego como “a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário preestabelecido por este. Essa relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário. Adicionalmente, a Rais levanta dados sobre vínculos de trabalhador avulso, trabalhador temporário (Lei nº 6.019, de 3/1/1974), menor aprendiz, diretor sem vínculo que tenha optado por recolhimento do FGTS e trabalhador com contrato de trabalho por prazo determinado (Lei nº 9.601, de 21/1/1998). O número de empregos numa determinada data de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos nessa data. O número de empregos (postos de trabalho) é diferente do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência”.

Fundação Seade - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Relação Anual de Informações Sociais

[http://intranet.seade.gov.br/projetos/fiesp/rais\\_ind/index.php?page=varinfpop&var=1716](http://intranet.seade.gov.br/projetos/fiesp/rais_ind/index.php?page=varinfpop&var=1716).

Acesso: outubro, 2009.

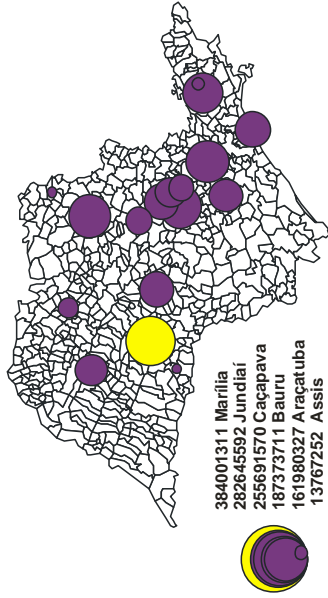
que, Marília, Araçatuba, Bauru, Caçapava e Assis são cidades que apresentam maiores índices e Assis e Franca apresentam os menores. No que tange ao Coeficiente de Concentração do VAF do ramo alimentício de consumo final, as cidades que apresentam maiores índices são Marília, Campinas, Ribeirão Preto, Piracicaba e Jundiaí; as que apresentam menores índices são respectivamente Taubaté e Franca. Em relação ao Coeficiente de Especialização do VAF, Marília, Araçatuba, Bauru e Caçapava apresentaram os maiores índices e, já as cidades de Taubaté e Franca continuam apresentando os menores índices.

Esses indicadores, atrelados à localização dos estabelecimentos e empregos gerados, permitem afirmar que a atividade industrial do ramo alimentício de consumo final está concentrada de maneira desigual no território paulista. A metrópole paulistana ainda concentra um número representativo de estabelecimento e empregos, ao mesmo tempo em que os índices relacionados ao Valor Adicionado Fiscal têm maior destaque nas cidades que possuem mais de vinte estabelecimentos do ramo alimentício de consumo final, localizadas (topograficamente) distantes do *tecido metropolitano contínuo*. Entre essas cidades, o destaque é Marília, tanto em concentração de estabelecimentos e empregos, quanto aos índices relacionados ao VAF, sobretudo aqueles que permitem reconhecer aglomerações produtivas, como é o caso do Coeficiente de Localização dos Empregos Ocupados (vínculos/ano).

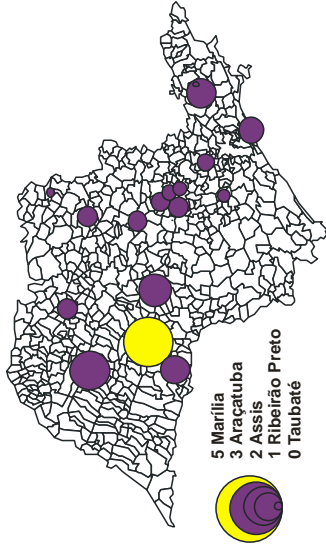
A posição de Marília se repete em relação aos indicadores de localização, concentração e especialização dos empregos ocupados nesse ramo e também aos dados de coeficiente de localização, concentração e especialização da soma dos rendimentos médios mensais dos empregos ocupados na indústria de alimentos (% , 2005), como podemos constatar nos dados apresentados no Cartograma 8 (p. 142).

**CARTOGRAMA 7: VALOR ADICIONADO FISCAL, LOCALIZAÇÃO DO VAF EM (%); COEFICIENTE DE CONCENTRAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DO VAF DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS INSTALADAS EM CIDADES COM MAIS DE 20 ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DO RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL (2005)**

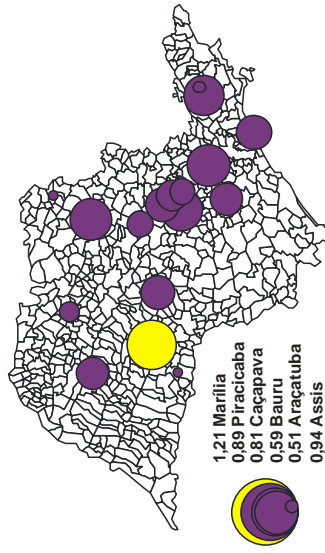
VALOR ADICIONADO FISCAL (EM REAIS CORRENTES) DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS INSTALADAS NAS CIDADES COM MAIS DE 20 ESTABELECIMENTOS, 2005



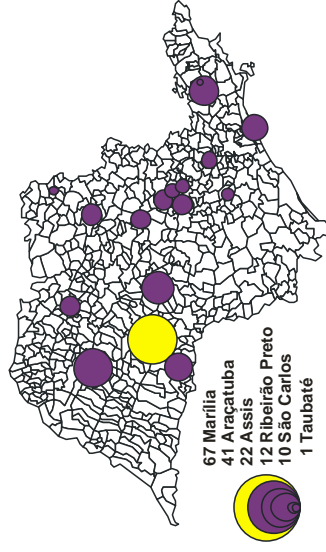
COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL (EM %) DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS INSTALADAS NAS CIDADES COM MAIS DE 20 ESTABELECIMENTOS, 2005



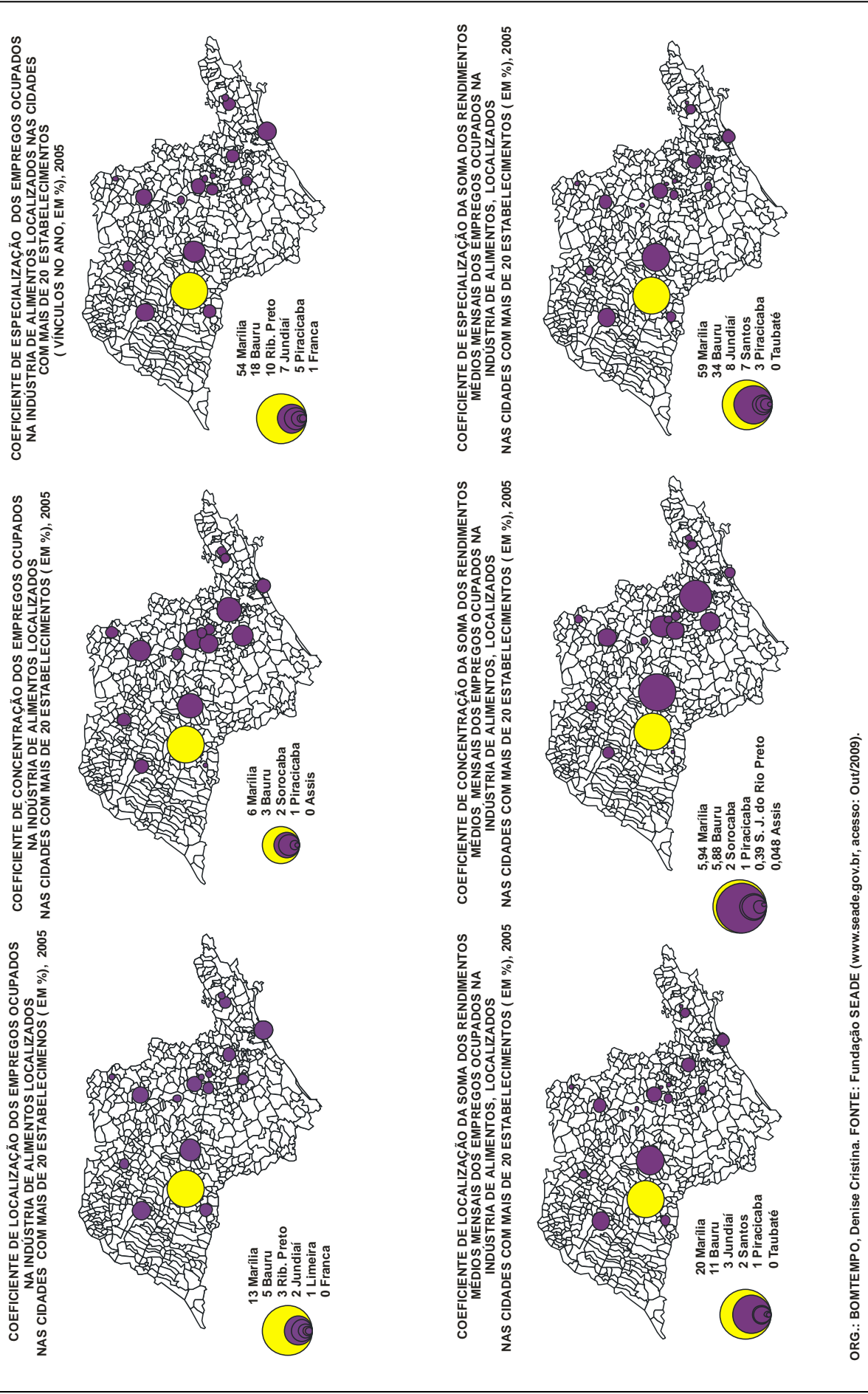
COEFICIENTE DE CONCENTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS INSTALADAS NAS CIDADES COM MAIS DE 20 ESTABELECIMENTOS, 2005.



COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL (EM%) DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS INSTALADAS NAS CIDADES COM MAIS DE 20 ESTABELECIMENTOS, 2005



**CARTOGRAMA 8: COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO; CONCENTRAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DOS EMPREGOS OCUPADOS E COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO; CONCENTRAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO SOMA DOS RENDIMENTOS MÉDIOS MENSIAIS DOS EMPREGOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LOCALIZADOS NAS CIDADES COM MAIS DE 20 ESTABELECEIMIENTOS (EM %), 2005**



As indústrias de alimentos instaladas no estado de São Paulo, além de se concentrarem na metrópole e na região metropolitana paulistana, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, têm se deslocado para cidades médias e de porte médio, tanto próximas às metrópoles como também mais distantes do ponto de vista topográfico, como foi possível verificar nos dados relacionados às cidades que concentram mais de vinte estabelecimentos industriais do ramo alimentício. Diante dessa realidade,

[...] podemos concluir que as relações, com base nas quais se considera a situação geográfica de uma cidade estão na atualidade, medida por duas escalas – a das distâncias espaciais e a da conectividade que as redes de transmissão de informações possibilitam – expressando a indubitável indissociação entre espaço e tempo (BELTRÃO SPOSITO, 2001, p. 630).

Desse modo, verificamos na paisagem das cidades médias e de porte médio do interior paulista, sobretudo daquelas localizadas no Oeste do Estado, novas atividades econômicas em desenvolvimento, tanto comerciais, de serviços e também industriais. Em relação às atividades industriais, a cidade de Marília, é o caso a ser estudado.

A atividade industrial do ramo alimentício instalada em Marília é anterior ao período da globalização. O capital, nessa primeira fase industrial era majoritariamente de empresários locais que tinham na produção artesanal o “germen” da industrialização. As interações espaciais eram estabelecidas, sobretudo, entre as cidades da escala regional. Ao longo do tempo, as empresas que começaram no “fundo dos quintais” se consolidaram e se expandiram do ponto de vista mercadológico, tal contexto, atraiu investidores externos, que permitiu com que as interações entre os lugares fossem ampliadas além da escala local e regional, alterando com isso o papel desempenhado por Marília na rede urbana e na divisão territorial do trabalho<sup>87</sup>.

As mudanças em relação às atividades produtivas existentes nessa cidade podem ser constatadas a partir da década de 1980, sobretudo na de 1990 até os dias atuais, pois além de concentrar importantes empresas de

---

<sup>87</sup>Nos Capítulos 3 e 4 aprofundaremos a discussão acerca da industrialização da Marília.

capital local, têm atraído outras grandes empresas nacionais e transnacionais<sup>88</sup> do ramo alimentício de consumo final. Diante da constatação, perguntamos quais os resultados desse processo?

Por intermédio dessas empresas que chegaram e das existentes, Marília estabelece interações com inúmeros lugares e agentes envolvidos na atividade industrial alimentícia. Essas relações são estabelecidas por meio de redes técnicas materiais e imateriais que articulam os territórios de gestão, produção, circulação e consumo.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), no ano de 2007 (Quadro 5, p. 145), havia no município de Marília 22 empresas que realizaram exportações. Entre os ramos industriais que realizaram exportação destacam-se Bebidas (duas empresas que exportam até 1 milhão); Metal-Mecânico (três empresas que exportam até 1 milhão e uma empresa que exporta de 1 a 10 milhões); Acessórios de couro (uma empresa que exporta até 1 milhão); Produtos Plásticos (duas empresas que exportam até 1 milhão); Madeiras (uma empresa que exporta até 1 milhão); Exportadora de Máquinas Agrícolas e de Alimentos (duas empresas que exportam até 1 milhão). A maior parte das empresas que realiza exportação é do ramo alimentício, sendo que seis exportam até um milhão e quatro exportam de 1 a 10 milhões. Ainda, das empresas do ramo alimentício que realizam exportação, apenas uma é de capital empresarial transferido para Marília; as demais são empresas que tiveram sua origem em Marília, anterior ao período da globalização, e permanece instalada nesse município até os dias atuais.

---

<sup>88</sup>De acordo com Martinelli Júnior (1999), no período da globalização, dado o padrão internacional de concorrência de mercado, a grande empresa tem mais condições para se deslocar, a fim de ampliar os seus lucros. Também, para este autor, a grande empresa possui três dimensões analíticas que são comuns a uma estrutura de oligopólio. São elas: “a dimensão do poder econômico, associado ao potencial e aos recursos econômicos e financeiros próprios da grande empresa; a dimensão da organização administrativa e funcional da grande empresa, que permite associar o *locus* de geração e acumulação de capital às diversas unidades produtivas (divisões, unidades produtivas, filiais etc) que constituem esse tipo de empresa; e a dimensão da internacionalização produtiva, característica histórica e, em geral, intrínseca à expansão da grande empresa (p. 179). Para nós, a grande empresa é o símbolo do capital que atua na normatização dos lugares. Os seus dirigentes, na maioria das vezes, não consideram as relações de horizontalidades que existem nos territórios onde se instalam, pois o seu principal objetivo é a obtenção de lucros a fim de continuar a competição no mercado global.

**QUADRO 5: EMPRESAS EXPORTADORAS INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA-SP  
(JAN.-DEZ./2007)<sup>89</sup>**

EMPRESAS EXPORTADORAS	RUA/AVENIDA	BAIRRO	FAIXA DE EXPORTAÇÃO
SPAIPA S/A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS	ROD MARILIA/BAURU	CHAC LARANJAIS	Até US\$ 1 milhão
FREEDOM COUNTRY ACESSORY IND. COMERCIO E EXP.	RUA CORIFEU DE AZEVEDO MARQ	BAIRRO PALMITAL	Até US\$ 1 milhão
BRUNNSCHWEILER LATINA LTDA	AV. YUSABURO SASAZAKI	DIST. IND. STO BARION	Entre US\$ 1 e 10 milhões
INVERT ALIMENTOS LIMITADA	AVENIDA FABIO MASCARIM DA S	DIST. INDL.II - LACIO	Até US\$ 1 milhão
CROMODINAMICA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	RUA CORIFEU DE AZEVEDO MARQ	PALMITAL	Até US\$ 1 milhão
LOUVOR & GLORIA DE MARILIA LTDA- ME	AVENIDA REPUBLICA Sala 1	PALMITAL	Até US\$ 1 milhão
DANILLA FOODS BRASIL LTDA	AV. RIO BRANCO 12. Andar/Sala 12	ALTO CAFEZAL	Até US\$ 1 milhão
AROMA BRASIL - COMÉRCIO E REPRESENTACOES LTDA	RUA ORLANDO RIGUETTI	FRAGATA	Até US\$ 1 milhão
COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA AMIGA LTDA	RUA BAHIA Sala 51	CENTRO	Até US\$ 1 milhão
AFDL INDÚSTRIA E COMERCIO DE PROD. PLASTICOS LTDA -	AVENIDA SAMPAIO VIDAL VIA EA	JD. PORTAL DO SOL	Até US\$ 1 milhão
MATHEUS RODRIGUES MARILIA	RUA MARCOS BORTION	DIST. INDUSTRIAL	Até US\$ 1 milhão
INTERCOFFEE COMERCIO E INDÚSTRIA LIMITADA	ROD JOAO R DE BARROS Km 449	RURAL	Até US\$ 1 milhão
MARILAN ALIMENTOS S/A	AVENIDA JOSE DE GRANDE 642	FRAGATA C	Entre US\$ 1 e 10 milhões
DORI ALIMENTOS LTDA	AVENIDA REPUBLICA 5185	D.IND. STO. BARION	Até US\$ 1 milhão
DORI ALIMENTOS LTDA	RUA PEDRO MARTINS PARRA	JD.SANTA ANTONIETA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
IKEDA EMPRESARIAL LTDA	RUA MARIA BATISTAO	DIST. INDUSTRIAL	Até US\$ 1 milhão
BEL PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	AVENIDA ANTONIETA ALTENFELD	SANTA ANTONIETA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
MARCON INDÚSTRIA METALURGICA LTDA	RUA COELHO NETO	PALMITAL	Até US\$ 1 milhão
MANEQUINS ODONTOLOGICOS MARILIA LTDA ME	RUA MARINA PIZA SAMPAIO GO	SALGADO FILHO	Até US\$ 1 milhão
SM MADEIRAS LTDA	AV JOSE GUIMARAES TONI	JD AMERICA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
KIUTI ALIMENTOS LTDA	RUA EUGENIO CONEGLIAN	DIST. INDUSTRIAL	Até US\$ 1 milhão
CARINO INGREDIENTES LTDA	AVENIDA CARLOS TOSIN	DIST INDUSTRIAL	Entre US\$ 1 e 10 milhões

ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. DEZ./2008. FONTE: SECRETARIA DO COMÉRCIO EXTERIOR – SECEX.

Os indicadores levantados até o momento permitiram entender que a aglomeração urbana, mesmo distante da metrópole, no período da globalização, pode atrair empresas de um mesmo ramo industrial. Essas empresas aglomeradas podem gozar de vantagens por estarem localizadas num ambiente de sinergias. Além disso, contribuem também para que a cidade amplie seus papéis na rede urbana e na divisão territorial do trabalho.

Marília, por se inserir nesse contexto, pode contribuir para ampliação do debate acerca das dinâmicas territoriais proporcionadas pela atividade industrial desenvolvida em cidades médias com características não metropolitanas. Gostaríamos de ressaltar que as origens e as mutações da atividade industrial mariliense será discutida de maneira aprofundada nos Capítulos 3 e 4. No momento, vale à pena ressaltar as dinâmicas gerais do

<sup>89</sup> A Empresa Nestlé do Brasil possui uma unidade produtiva em Marília, mas as exportações não são processadas a partir da unidade produtora e sim pelo centro de distribuição da empresa localizado em Cordeirópolis/SP. Nos Capítulos 3 e 4 discutiremos de maneira detalhada a morfologia do circuito espacial da produção das empresas alimentícias instaladas em Marília, entre elas a Nestlé.



ramo alimentício de consumo final na esteira do processo de reestruturação produtiva.

#### **2.4. A configuração do ramo alimentício de consumo final na “esteira” do processo de reestruturação produtiva**

A aceleração das velocidades e o imperativo da competitividade, características da globalização da economia, imprimem o conceito de *tempo rápido* nas relações entre os sujeitos e as instituições. Estes são cada vez mais induzidos ao cumprimento de ritmos e normas que alteram as formas de produção e consumo no contexto espacial, o que só é possível através de uma alteração nos padrões de organização do território e na articulação entre os lugares.

De acordo com Santos (2000, p. 28), torna-se real o conhecimento instantâneo do acontecer do outro e, em função disso, materializa-se uma “*convergência dos momentos*”. No entanto, poucos são capazes de utilizar essa “*solidariedade*” em seu favor, mas quem consegue pode usufruir do mesmo momento a partir de inúmeros lugares e de múltiplos lugares a partir de um só momento, sempre de “*forma concatenada e eficaz*” (SANTOS, 2000, p. 28).

No que concerne às atividades econômicas, relacionadas ao setor produtivo, Martinelli Jr. (1999) afirma que,

A globalização tem promovido importantes transformações econômicas e sociais, que afetam tanto as formas concorrenciais e as estruturas produtivas de grande parte das atividades econômicas, bem como, no plano dos valores subjacentes às decisões de consumo, a própria dinâmica dos mercados consumidores finais. No plano econômico *stricto sensu*, a emergência de uma arena competitiva mundial induz as empresas a promoverem uma *reestruturação produtiva*, que pode ser observada pelas profundas mudanças tecnológicas, organizacionais e comerciais, bem como pelos movimentos de centralização industrial e de internacionalização produtiva e comercial de suas atividades. No plano sócio-cultural, observam-se também importantes mudanças, destacando-se o movimento significativo de *desterritorialização* dos padrões de consumo, que difunde valores de consumo ocidentais para as várias regiões do mundo e, ao mesmo tempo, permite o surgimento de mercados diferenciados em função de estilos de vida e de aspectos culturais (p. 1).

As empresas do ramo alimentício<sup>90</sup> de consumo final, para permanecerem e se expandirem no mercado de concorrência global, não ficaram à margem do processo de reestruturação produtiva. As reestruturações perpassam, por um lado, pela organização interna da empresa, no que concerne à gestão, à criação e às inovações tecnológicas, e às novas formas de contratação da força de trabalho. Por outro lado, devido ao desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, a empresa, sobretudo a grande, segue como tendência a estrutura em rede e não mais verticalizada do ponto de vista espacial.

De acordo com Veltz (2010),

Le passage de la forme de l'entreprise intégrée à la forme de l'entreprise-réseau tend alors à se généraliser. Et cette évolution, dopée par les possibilités nouvelles de l'informatique, a une dynamique propre si puissante (ou l'organisation formelle en général) n'est plus nécessairement le cadre <<naturel>> du travail. D' une certaine manière, le devenir de l'organisation, l'informatique mettant un nombre croissant d'individus em relation direct avec d'autres individus au sein de réseaux et de structures de compétition et de coopération inédites (p. 31,32).

Martinelli Jr. (1999) afirma que cada ramo produtivo para permanecer no mercado de competição global, segue padrões de concorrência. Tais padrões se definem como “*um conjunto de formas concorrenciais que se revelam dominantes no espaço de competição*” (p. 4). Essas formas concorrenciais, inseridas num contexto de reestruturação produtiva, são reconhecidas pelos processos de fusão e aquisição; inovação tecnológica; novas formas de contratação da força de trabalho; investimentos em

---

<sup>90</sup>Martinelli Jr. (1999) afirma que as grandes empresas alimentícias podem ser classificadas em três tipos básicos. “O primeiro tipo reúne empresas alimentares *stricto sensu*, ou as de forte atuação em alimentos, como são os casos da Nestlé, Danone, ConAgra, Mars, Coca-Cola, Grand Metropolitan. O segundo tipo, denominadas de empresas semi alimentícias, agrega as empresas com forte presença em alimentos, mas com parte significativa do seu faturamento obtida em atividades de consumo corrente (limpeza, higiene pessoal, tabaco etc) ou em cadeia de restaurantes e *fast foods*, isto é, em atividades que podem gerar alguma forma de sinergia produtiva, comercial e distributiva juntamente com as atividades alimentares. Neste tipo estão por exemplo, a Philip Morris, a Unilever, a Procter&Gamble, a Sara Lee, a PepsiCo e a George Weston. O terceiro tipo abarca as empresas que apresentam parte significativa do seu faturamento num maior leque de diversificação produtiva, tais como os negócios de comercialização de produtos e insumos agrícolas, corretagem, finanças, química, têxtil, etc, como são os casos da Cargill, Grupo Bunge & Born, Grupo Ferruzzi, Grupo Barlow Rand, Hillsdwn Holding, Saint Louis” (p. 12,13, grifos nossos).

propaganda e publicidade, ampliação e inovação da linha de produtos; articulação com a “esfera” financeira e novas localizações.

No que concerne às fusões e aquisições, as estratégias adotadas, sobretudo pelos grandes grupos empresariais,

[...] possibilita à empresa adquirente obter, em menos tempo, uma série de vantagens, destacando-se: a) um menor custo de investimentos necessários e menores dificuldades técnicas e gerenciais inerentes à nova atividade e ao novo mercado; b) a aquisição de uma gerência e de pessoal técnico e de venda (rede de distribuição, assistência ao consumidor etc) acarreta uma minimização das pressões competitivas dos rivais no novo mercado, já que estes, em situação diferente, deteriam um maior conhecimento de sua operacionalidade e, evidentemente, os benefícios da maior aprendizagem tácita (MARTINELLI Jr., 1999, p. 66,67).

São muitos os fatores que acarretam o processo de fusão e aquisição (F&A) de empresas alimentícias de consumo final na esteira da reestruturação produtiva, entre eles, Martinelli Jr. (1999) destaca

Primeiro, no plano mais amplo do desenvolvimento capitalista, diz respeito ao uso de novos instrumentos financeiros (mais flexíveis e mais criativos), que possibilitou a ampliação de recursos monetários nas operações de F&A tanto em volume como em valor, notadamente nos EUA, onde o mercado acionário é um dos mais desenvolvidos. Constata-se nessa economia a importante atuação especulativa de empresas financeiras especializadas em comprar empresas por meio de tomadas acionárias (*takeovers*), com frequência hostis, e a posterior venda separada de suas divisões de atividades. Segundo fator, no plano microeconômico, diz respeito ao movimento de reestruturação industrial das empresas alimentares, cujos condicionantes se articulam à globalização da concorrência e à consolidação dos mercados regionais, especialmente pela formação dos blocos geoeconômicos que amplia o espaço e intensifica a rivalidade concorrencial entre as grandes empresas (p. 101,102).

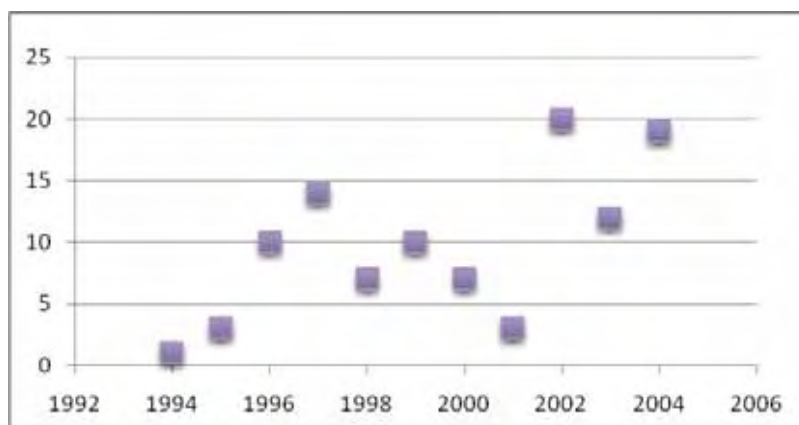
As fusões e aquisições na escala planetária foram intensificadas na década de 1980, período em que a economia neoliberal predominou nos países capitalistas ocidentais. No Brasil, a reestruturação do ramo alimentício de consumo final, no que concerne à estratégia de F&A, foi pujante a partir da década de 1990. Tal estratégia foi impulsionada pela abertura da economia brasileira ao mercado externo. Nesse período, a economia interna, influenciada pelo contexto neoliberal que predominava nos países de economia desenvolvida, favoreceu os grandes conglomerados industriais a expandir o Investimento Externo Direto (IED) no território. Esses investimentos foram

realizados tanto nas empresas de capital externo que já atuavam no território brasileiro, como também foram realizados novos investimentos, entre eles, fusões e aquisições de empresas de um mesmo ramo ou de ramos diversos.

De acordo com Martinelli Jr. (1999), na década de 1980, “as empresas do ramo alimentício de consumo final realizaram 39 transações de F&A (entre 1980 e 1985 foram 8 transações; entre 1986 e 1989 foram 18 transações e, entre 1990 e 1995, 13 transações” (p. 106).

Esse número aumentou de maneira substancial ao longo da década de 1980 e meados da década de 1990, como podemos constatar em Viegas (2006) e nos dados do Gráfico 1.

Desde 1994 até março de 2005 as indústrias de alimentos e bebidas brasileiras observaram 109 atos de concentração, analisados pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), segundo informações da SEAE (Secretaria de Acompanhamento Econômico), do Ministério da Fazenda. Muitas dessas operações passaram despercebidas pelo consumidor, pois parte da estratégia da compra consiste em manter a marca da empresa adquirida para não afetar a escolha do consumidor fiel à marca original. De 1994 a 2000 foram 52 casos. De 2001 a março de 2005 foram analisados 57 casos, dos quais 20 em 2000 e 19 em 2004 (VIEGAS, 2006, p. 4).



**Gráfico 1: Evolução das Fusões e Aquisições na indústria de alimentos e bebidas no Brasil (1994 – 2004).**  
**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina, JAN., 2011. **FONTE:** Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, Ministério da Fazenda. **In:** VIEGAS 2006, (p. 5).

No Gráfico 1, foi possível constatar que o aumento das fusões e aquisições se intensificaram em meados da década de 1990, sendo que no ano de 1995 foram cadastradas apenas três e, no ano seguinte (1996), esse número subiu para 10, e, em 1997 foram registradas 14. O pico desse

processo se deu no ano 2000, quando foram registrados 20. No ano de 2003, presenciamos uma queda, mas em 2004 esse número aumentou para 19.

O que os números demonstram? Fazendo as devidas contextualizações no tempo e no espaço, conseguimos entender que o aumento das fusões e aquisições em meados da década de 1990 deveu-se em grande parte à política econômica de cunho neoliberal adotada pelo governo federal, bem como a estabilização da moeda (instauração do plano Real) e controle da inflação. Essas medidas foram importantes para atração de Investimentos Externos Diretos no ramo alimentício.

Ainda de acordo com os dados do Gráfico 1 (p. 149), podemos notar que em 2000 e 2001 o número de fusões e aquisições diminuíram em relação aos anos anteriores. No entanto, em 2002 esse número aumentou consideravelmente, pois foram registradas vinte fusões e aquisições. Desse período até os dias atuais, esse processo se intensificou. As razões, em grande medida, podem ser explicadas de duas maneiras.

Primeiro, houve um enorme crescimento das empresas industriais alimentícias de consumo final na escala planetária. Essas, inseridas num contexto moderno de sociedade, impõem à população novos hábitos de consumo. Essa imposição, justificada pelos empresários do ramo alimentício<sup>91</sup>, deve-se ao aumento do poder aquisitivo e à inserção das mulheres no mercado de trabalho, que gera conseqüentemente, a necessidade de obtenção de comida pronta (*food service*<sup>92</sup>) ou realização de refeições fora de casa<sup>93</sup>. Diante desse crescimento, as empresas ampliaram seus investimentos e, para

---

<sup>91</sup>Relatório da Brasileira de Indústrias da Alimentação (ABIA, 2010).

<sup>92</sup>De acordo com Associação Brasileira de Indústrias da Alimentação (ABIA, 2010), “para a indústria, *food service* é a atividade de fornecimento de mercadorias e serviços a operações privadas e públicas dedicadas a alimentar as pessoas fora de seus lares. Esse canal de vendas é bastante diversificado. Na vertente privada, inclui *fast food*, *delivery*, hotéis, *quick service*, lanchonetes, bares, restaurantes, refeições coletivas, rotisseries, padarias, pizzarias, sorveterias, *vending*, cafeterias, catering aéreo, lojas de conveniência, entre outros gêneros de estabelecimentos e serviços. Na área pública abrange serviços como merenda escolar e alimentação em hospitais e presídios. Diversos fatores explicam a expansão do *food service*. O mais consistente desses fatores é a crescente integração da mulher ao mercado de trabalho” (p. 22).

<sup>93</sup>De acordo com dados do IBGE/ABIA, a evolução da participação da alimentação fora do local de moradia nos gastos totais com alimentos (%) da população brasileira, aumentou consideravelmente no período de 1998 a 2010. Em 1998, esse número representava 22,5% dos gastos com alimentação. Nos anos subsequentes, esse percentual aumentou consideravelmente (2002 – 24,8%; 2004 – 28,8%; 2008 – 28,9%; 2010 – 30,11; tendência para 2011 – 31,2%) (Anuário ABIA, 2010, p. 24).

permanecer no mercado de competição global, realizaram fusões e aquisições, normalmente de empresas já consolidadas no mercado global ou nacional.

Segundo, na escala do território brasileiro, a política adotada pelo governo federal, não favoreceu o avanço da política neoliberal (de domínio exclusivo do mercado); pelo contrário, a política adotada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), contribuiu tanto para a atração de Investimentos Externos Diretos, como para o crescimento e consolidação das empresas brasileiras. Além disso, os programas sociais de complementação de renda desse governo permitiram, entre outros, a ampliação do consumo de produtos alimentícios entre as classes econômicas mais baixas.

De acordo com o relatório da ABIA (2010), atualmente o perfil de consumo do brasileiro assemelha-se aos consumidores dos países de economia desenvolvida. Há aquela parcela que consome produtos que ainda são nichos de mercado, e por isso possuem um valor agregado mais alto, como por exemplo, os alimentos funcionais<sup>94</sup> e aqueles que consomem os produtos standartizados, “tradicional”. Na verdade, o que importa é que o número de consumidores aumentou consideravelmente. Entre outros, esse contexto contribuiu para dinamização das empresas do ramo alimentício de consumo final na escala nacional.

Na primeira década do século XXI, sobretudo no período de 2002 a 2010, os processos de fusões e aquisições característicos dos grandes conglomerados industriais foram realizados também por empresas cujo capital majoritário é brasileiro.

O setor de alimentos lidera o movimento de fusões e aquisições no Brasil em 2009, de acordo com levantamento da consultoria Pricewaterhouse Coopers divulgado hoje. Os dados consideram apenas os negócios feitos entre janeiro e agosto deste ano, ou seja, excluem a compra da Seara pelo Marfrig e a fusão JBS Friboi-Bertin<sup>95</sup>, anunciadas anteontem e hoje. As indústrias de alimentos

---

<sup>94</sup>A portaria n.º 398 de 30/04/99, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde no Brasil fornece a definição legal de alimento funcional: "*todo aquele alimento ou ingrediente que, além das funções nutricionais básicas, quando consumido como parte da dieta usual, produz efeitos metabólicos e/ou fisiológicos e/ou efeitos benéficos à saúde, devendo ser seguro para consumo sem supervisão médica.*" (Fonte: <http://www.anvisa.gov.br/alimentos>)

<sup>95</sup>Trata-se da fusão entre as empresas JBS Friboi e o Grupo Bertin efetuada em 2009. "Pelo acordo, os controladores do JBS irão transferir todas as suas ações para uma *holding* batizada de "Nova Holding", que reunirá ainda 73,1% do capital social da Bertin mediante aporte de seus atuais controladores. O capital da Nova Holding deve ser dividido em 60% para a JBS, e 40% para a Bertin, de acordo com dados referentes a 30 de junho último. Além da aprovação dos

responderam por 38 operações, ou pouco mais de 10% das 378 fusões ou aquisições realizadas em 2009 no País, seguidas pelos setores de tecnologia da informação, com 35, (9%) e financeiro, 31 (8%). O levantamento apontou também que as companhias nacionais seguem na liderança dos processos de fusões de aquisições no Brasil, com 60% das operações contra 40% das estrangeiras<sup>96</sup>. Os dados da Pricewaterhouse Coopers revelam também que 54% das transações foram aquisições nas quais o comprador obtém o controle da empresa e 29% foram compras de participações minoritárias. Fusões e *Joint ventures* foram responsáveis por 6% cada dos negócios, seguidas de incorporações (4%) e cisões (1%)<sup>97</sup>.

Quanto às empresas do ramo alimentício que realizaram fusões e aquisições no período de 2007 a 2009, destacam-se, sobretudo, aquelas dos setores de Carnes e Derivados e Derivados de Trigo, como podemos constatar na Tabela 14 (p. 153).

---

órgãos de defesa da concorrência no Brasil e no exterior, a transação também depende do êxito no processo de capitalização da subsidiária do JBS nos Estados Unidos, que estaria em "negociações avançadas" para obter US\$ 2,5 bilhões mediante subscrição privada em seu capital. A JBS esclarece que, quando concluída, essa operação resultará em uma participação máxima de 26,3% para os subscritores no capital da JBS USA. Os bancos JP Morgan e Santander Brasil atuaram como assessores financeiros exclusivos da JBS e da Bertin, respectivamente, para a operação. A JBS Friboi anunciou também a compra da empresa norte-americana Pilgrim's Pride que atua no setor de frango. A JBS pagará US\$ 800 milhões pela participação, em dinheiro. O acordo anunciado avalia a Pilgrim's Pride em US\$ 2,8 bilhões. A subsidiária americana da JBS vai comprar ações correspondentes a 64% do capital social total e votante da Pilgrim's Pride e os atuais acionistas da empresa ficarão com os 36% restantes (FONTE: <http://www.brasilalimentos.com.br/neg%C3%B3cios/2009/jbs-friboi-e-bertin-anunciam-fus%C3%A3o>. Acesso 19/1/2011).

<sup>96</sup>Os presidentes-executivos e representantes dos acionistas da Sadia e da Perdigão assinaram na noite desta segunda-feira o contrato de fusão das duas empresas, criando o gigante da indústria alimentícia Brasil Foods (BRF). [...]. A nova empresa nasce com os apostos de décima maior empresa de alimentos das Américas, segunda maior indústria alimentícia do Brasil (atrás apenas do frigorífico JBS Friboi), maior produtora e exportadora mundial de carnes processadas e terceira maior exportadora brasileira (atrás de Petrobrás e da mineradora Vale). Com 119 mil funcionários, 42 fábricas e mais de R\$ 10 bilhões em exportações por ano, a gigante surge com um faturamento anual líquido de R\$ 22 bilhões (FONTE: 19/05/2009 - 02h34 - <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u568000.shtml>. Acesso 19/2/2011).

<sup>97</sup><http://www.estadao.com.br/noticias/economia,sector-de-alimentos-lidera-fusoes-e-aquisicoes-este-ano,436186,0.htm> (16 de setembro de 2009, 20h 36 minutos, acesso 18/1/2011).

TABELA 14: FUSÕES E AQUISIÇÕES NA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO ATUANTES NO BRASIL (R\$ MILHÕES)

SETORES	2007	2008	2009
Açúcar e álcool	3850	735	1400
Carnes e derivados	4128	2277	9664
Bebidas	2609	817	80
Óleos e gorduras	477	0	0
Laticínios	2430	2012	637
Derivados de trigo	0	628	0
Diversos	2235	0	248
<b>TOTAL</b>	<b>15729</b>	<b>6469</b>	<b>12031</b>

ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. Jan., 2001. FONTE: ANUÁRIO ABIA, 2010.

Além de fusões e aquisições, os processos de inovação também se fazem presentes no ramo alimentício. “Do ponto de vista econômico, a inovação consiste em introduzir num mercado determinado uma técnica de produção, um bem ou um serviço novo melhorado” (BENKO, 1999, p. 169).

A inovação é inerente ao capitalismo<sup>98</sup>. A concorrência capitalista impõe de maneira constante a inovação como possibilidade do empresário<sup>99</sup> se manter no mercado, que nos dias atuais, enfrenta a competição na escala global. Assim, inovações são traduzidas “no aparecimento de novas mercadorias e/ou de novos usos para as mercadorias já existentes, ou então em novas maneiras de produzi-las e/ou de comercializá-las, através de novas combinações dos recursos disponíveis” (SZMRECSÁNYI, 2006, p. 115). Elas podem ser introduzidas de maneira gradativa ou brusca, abrangendo cinco modalidades, são elas:

<sup>98</sup>CIPOLLA, Francisco Paulo. A inovação na Teoria de Marx. In: PELAEZ, Victor et al. *Economia da inovação tecnológica*. São Paulo: Hucitec, Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.

<sup>99</sup>Mesmo que nosso objetivo não seja discutir de maneira aprofundada o papel do empresário do ponto de vista Schumpeteriano, gostaríamos de pontuar (baseado em Schumpeter – Teoria do Desenvolvimento Econômico, 1961) o que o autor define como empresário. “Para Schumpeter, a condição de empresário não é permanente ou inerente a determinadas pessoas, nem chega a corresponder a uma profissão, e menos ainda a uma classe social, estando antes íntima e intrinsecamente vinculada à função inovadora. Um indivíduo qualquer só se torna e/ou só continua sendo empresário quando e enquanto estiver inovando – ou seja, introduzindo e/ou consolidando novos produtos, novas formas de produzir e de comercializar. Trata-se de atividades que não se confundem com as invenções, as quais, por sinal, permanecem economicamente irrelevantes enquanto não forem incorporadas à produção e/ou circulação de mercadorias. [...] os empresários são detentores de uma posição de liderança no capitalismo em decorrência de suas inovações, de um lado porque abrem novos caminhos, nunca antes percorridos, e do outro porque acabam atraindo inúmeros imitadores, a ponto da concorrência destes ir reduzindo e até fazer desaparecer os lucros advindos de suas inovações” (SZMRECSÁNYI, 2006, p. 116).



I) introdução de um novo produto, ou de uma nova qualidade de produto; II) a introdução de novos métodos de produção e distribuição, que podem ou não estar fundamentados na descoberta ou invenção de novos conhecimentos; III) abertura e/ou exploração de novos mercados, antes inacessíveis ou inexplorados; (IV) a obtenção de novas fontes de abastecimento de matérias-primas, produtos intermediários e insumos produtivos em geral; e (V) o estabelecimento de novas formas de organização econômica, conducentes à conquista ou à destruição de uma posição de monopólio, geralmente temporário (SZMRECSÁNYI, 2006, p. 115).

De acordo com Benko (1999), os processos de inovação, normalmente estão atrelados ao desenvolvimento tecnológico “*elaborado nos laboratórios especializados e nos departamentos de pesquisas e desenvolvimento (P&D) das empresas*” (p. 169). Essas empresas, por sua vez, são consideradas inovadoras, pois “*introduzem e difundem novos produtos, novos processos, novas formas de organização*” (SZMRECSÁNYI, 2006, p. 138).

As empresas alimentícias de consumo final, sobretudo a partir da década de 1970, intensificaram a articulação entre ramos complementares à produção de alimentos industrializados. Tal articulação resultou em transferências de inovações tecnológicas, que favoreceram a criação de novas linhas de produtos e ampliação das já existentes no mercado. De acordo com Martinelli Jr. (1999), as empresas de alimentos se comportam como “*tomadoras de inovações*” e do “*progresso técnico desenvolvido em outros ramos da economia, destacando-se a química e a farmacêutica, nos ingredientes; e o ramo de bens de capital (máquinas, equipamentos), nas linhas e nos processos produtivos*” (p. 49,50).

Ainda em relação às inovações dos produtos, Martinelli Jr. (2009) afirma que

A maior utilização do conhecimento científico propiciou a maior aplicabilidade de ingredientes genéricos (enzimas, edulcorantes, aromatizantes etc) e, portanto, maior flexibilidade técnico-produtiva no processo industrial de produtos finais, que podem ser progressivamente reconstituídos, de acordo com os quesitos custos e/ou nutricionais e/ou de mercados específicos (grau de perecibilidade, conservação, embalagens etc) (p. 49).

Diferentemente de outros ramos industriais, o que predomina nas empresas industriais alimentícias são as inovações de caráter “*incremental*”, ou

seja, associa-se um “ingrediente” novo a um produto já existente. Martinelli Jr. (2009), afirma que no período atual, as inovações tecnológicas no ramo alimentício tem se concentrado majoritariamente em:

- a) modernização e automação das plantas produtivas;
- b) desenvolvimento e/ou adequação de produtos e processos concatenados com as novas tendências do mercado consumidor final. Podem-se destacar dois esforços neste aspecto: i) a valorização econômica de insumos naturais e/ou atributos orgânicos; ii) o desenvolvimento de novos produtos para mercados diferenciados. Isso tem ocorrido pela incorporação de novos insumos e ingredientes que geram atributos diferenciados nos produtos e novos nichos de mercados, tal como é o caso dos produtos funcionais;
- c) desenvolvimento de novas embalagens. Neste item, além da maior funcionalidade no uso, na capacidade informacional dos produtos embalados, e na própria estética, a tendência dos investimentos direciona-se para as embalagens: i) “éticas, isto é, embalagens com compromisso maior com o impacto no meio ambiente e com a sustentabilidade (e.g. embalagens constituídas com materiais alternativos – tais como bioplásticos – que permitem serem mais recicláveis); ii) “embalagens ativas”, ou seja, embalagens que desempenham algum tipo de função interativa com o produto após este ser embalado; iii) “embalagens inteligentes”, que monitoram, indicam ou testam informações dos produtos ou do ambiente que podem afetar a qualidade do produto;
- d) sistemas de tecnologia da informação e em laboratórios de análises físico-químicas, que permitem às empresas o maior controle, rastreabilidade e identificação de matérias-primas e insumos ao longo da cadeia. Este aspecto é importante porque as empresas de alimentos têm ampliado o leque geográfico internacional de seus suprimentos de matérias-primas e insumos (p. 10,11).

Em relação aos investimentos realizados no ramo alimentício, no período de 2007 a 2009 (Tabela 15), notamos que o desenvolvimento de novos produtos, proporcionalmente, foi o que apresentou maiores índices de investimentos. Essa tendência revela que além de “adotar novas tecnologias” de outros ramos produtivos, atualmente, as empresas alimentícias têm

realizado investimentos próprios no que tange ao desenvolvimento de novos produtos.

**TABELA 15: INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO (R\$ MILHÕES)**

<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
<i>Marketing</i> e distribuição	1378	967	1087
Novos produtos/ P&D	96	93	492
Equipamentos, plantas	12447	7827	7425
Não especificado	1556	3725	6460

ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. Jan., 2001. FONTE: ANUÁRIO ABIA, 2010.

O aprofundamento técnico, associado à mudança do perfil da população mundial e aos novos hábitos de consumo, garantiu maior complexidade à produção de alimentos. No período atual, o ramo alimentício não deixou de ser tradicional da indústria de transformação, no entanto, é perceptível, sobretudo nas grandes e médias empresas, a incorporação de inovações características do processo de reestruturação produtiva. Além disso, as práticas no que concerne ao mercado e ampliação do capital são também realizadas na esfera financeira, haja vista as negociações de grandes grupos empresariais como a Nestlé S/A, Kraft Food S/A, Pepsico Corporation, Grupo JBS-Friboi, entre outros. Esse contexto permite-nos afirmar que é preciso, entre outros, qualificar o debate acerca do que é tradicional e o que é moderno no ramo alimentício de consumo final.

Hoje, a aceleração do tempo se faz presente na vida dos sujeitos. Como estratégia de vencer o tempo acelerado do relógio, a população incorpora novos hábitos, impostos como necessidades para manutenção de “uma vida melhor”. Entre esses, destacam-se os alimentares. Somos conduzidos pelas cores, sabores e promessas de juventude e saúde, a consumir alimentos industrializados. A cozinha do consumidor moderno tem cada vez menos cheiros e sabores característicos dos temperos verdes e frescos; ao contrário, o que predomina é o som do micro-ondas que conduz nosso cérebro à subalimentação.

Lefebvre (1991) afirma que o desenvolvimento técnico programou e dirigiu o consumo. A cada momento histórico são criadas e impostas

necessidades ditas essenciais para a manutenção da vida. A sociedade moderna, permeada de incertezas, dirige aos sujeitos enquanto consumidores um padrão *optimum* de vida. É preciso, para ser feliz, consumir marcas globais nos *shopping-centers*, acessar internet pelo celular, ter computador de última geração (Ipad) etc.

Hoje, podemos falar de necessidades globais de consumo que culminam no desperdício global. “*Une caisse de biscuits, c’est tout un mois de paresse et de vie. Des pots de viande confite et des couffes de fibre bourrées de graines et de noix sont un Tresor de quietude; tout un hiver tranquille est puissance dans leur parfum...*”(Baudrillard, 1970, p. 50).

Verificamos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, mudanças substanciais no modo de consumir alimentos. É possível, a partir desse período, pontuar dois padrões do que é ser e agir moderno em relação ao consumo de produtos alimentícios. Primeiro, nas décadas de 1970 e 1980, ser moderno significava comer nas redes de *fast-food*, experimentar sabores universais. Os ingredientes do sanduiche “Big-Mac” era o símbolo maior desse padrão de alimentação globalizado<sup>100</sup>. Em fins do século XX até os dias atuais, presenciamos uma miscelânea de sabores e atitudes dos consumidores de comida. Além das cadeias de *fast-food*, verifica-se, sobretudo nos países de economia desenvolvida, a expansão do consumo de produtos *Bio* (abreviação de biológico), ou seja, que possuem um selo no qual garante que os ingredientes utilizados não oferecem riscos tanto ao consumidor, como aos trabalhadores envolvidos no processo produtivo.

De acordo com Baudrillard (1970), essas mudanças nada mais são que o grande mote da sociedade do consumo, que tem como estratégia integrar a produção com os valores da sociedade vigente. Se os valores mudarem, mudam também os hábitos de consumo. Para o autor, essa sociedade só se sustenta pela indução, sendo a propaganda a responsável por impor o consumo de supérfluos, e com isso a permanência da sociedade do *simulacro, do irreal, do criado, da ilusão*. As necessidades são vendidas como verdades únicas e o consumidor se sente “acuado” por não seguir as regras impostas.

---

<sup>100</sup>FONTENELLE, Isleide. *O nome da marca. MacDonal’d’s, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo, 2006.

Ortiz (1994) afirma que o aumento do consumo dos produtos alimentícios<sup>101</sup> industrializados está associado à “modernidade-mundo”. Há o predomínio do tempo rápido, sendo que a satisfação do alimento será dada pela praticidade, mais que pela particularidade proveniente do sabor. Assim,

[...] os alimentos deslocam de suas territorialidades para serem distribuídos em escala mundial. Não existe nenhuma “centralidade” nas cervejas, chocolates, biscoitos, refrigerantes. Trata-se de produtos consumidos mundialmente e distribuídos por grupos multinacionais [...]. No mundo funcional da modernidade-mundo, os alimentos perdem a fixidez dos territórios e dos costumes. Eles se adequam às circunstâncias que os envolvem. Neste contexto, a veracidade dos mapas alimentares se esvai, pois seus traços essenciais são informações ajustadas à polissemia dos contextos. Não há mais centralidade, a mobilidade das fronteiras dilui a oposição entre autóctone e o estrangeiro [...]. [...] rompe-se assim a relação entre lugar e alimento; a cozinha industrial não possui nenhum vínculo territorial (p. 80, 87).

Os desafios da humanidade até a Segunda Guerra Mundial era manter o equilíbrio entre a produção de alimentos e o aumento da população. Isso justificava, inclusive, a fome nos países que não dispunham de técnica e de instrumentos tecnológicos destinados à produção alimentícia humana. Após a modernização agrícola<sup>102</sup>, essas preocupações deixaram de ser foco de discussões entre os profissionais do meio acadêmico, político e da sociedade em geral, pois a ciência proporcionou o desenvolvimento de instrumentos que culminaram em aumento da produtividade, melhoramento genético de gêneros agrícolas, ampliação das relações de comércio exterior<sup>103</sup> entre os países e uma grande modificação entre as relações homem-natureza.

Atualmente, o debate que predomina na escala mundial não é aquele que questiona a necessidade de aumentar a produção de alimentos, como descreveu Josué de Castro (2008<sup>104</sup>). Verifica-se após a década de 1970 que o foco recai sobre os novos padrões alimentares como pilares da sociedade

<sup>101</sup>Para Poulain (2006), caracteriza-se alimento como “*produtos naturais culturalmente construídos e valorizados, transformados e consumidos respeitando um protocolo de uso fortemente socializado*” (p. 19). Por sua vez, Baudrillard (1970), afirma que os produtos alimentícios industrializados são supérfluos criados pela “sociedade do consumo”.

<sup>102</sup>GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1985. KAGEYAMA, Ângela (org.) *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais*. Campinas: S/N, 1987.

<sup>103</sup>LABORDE-DEBUCQUET, David et BOUET, Antoine. L'autosuffisance alimentaire n'est pas un rempart contre la crise. In: *Revue Problèmes Économiques*. Paris: La documentation française. Mercredi 3 février, 2010 (bimensuel, no. 2988).

<sup>104</sup>A primeira edição foi publicada no ano de 1946.

moderna. São ressaltados tanto as qualidades, como as problemáticas do consumo de produtos alimentares industrializados, como enfatizam MARTINELLI JÚNIOR (1999); POULAIN (2004); MOURIAUX (2006); FUMEY (2008, 2010).

As normatizações elaboradas e exigidas pelos organismos internacionais de saúde humana, tais como Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO e pelas Agências de Saúde nacionais, no caso brasileiro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, nunca atuaram de maneira tão intensa no que concerne à fiscalização dos produtos que são consumidos pela população<sup>105</sup>.

De acordo com Martinelli Jr. (2009),

No âmbito legal e regulatório, a indústria alimentária está crescentemente submetida a dois âmbitos de controle. O primeiro advém dos próprios consumidores, que estão, em geral, mais organizados institucionalmente, e mais exigentes no que tange à qualidade *lato sensu* dos produtos e de seus ingredientes e processos produtivos. O segundo tipo de controle, estritamente vinculado ao anterior, advém das instituições e organismos públicos – nacionais e internacionais – que buscam maior rigor na fiscalização e regulamentação na produção, comercialização, e no consumo de alimentos com maior grau de processamento industrial. O crescimento de controle nesses dois âmbitos é decorrente tanto dos perigos à saúde pública, associados ao uso de ingredientes nocivos à saúde já conhecidos (e.g. contaminação de alimentos por algum tipo de bactéria), bem como pelo uso de novos ingredientes com pouco conhecimento científico sobre seus efeitos na saúde humana e ambiental (e.g. uso de ingredientes derivados de engenharia genética, transgenia etc) (p. 36).

Atualmente, sob pena de descumprimento de normas, as empresas que manipulam e processam gêneros alimentícios são obrigadas a fornecer aos consumidores informações referentes à origem, ao conteúdo e aos valores nutricionais dos alimentos<sup>106</sup>. Todavia, mesmo diante das normatizações e do

---

<sup>105</sup>Desde 2009, existe uma norma implementada pela ANVISA que proíbe as empresas alimentícias de consumo final a realizar propaganda direcionada às crianças, a fim de estimular o consumo de produtos alimentícios com “quantidade elevada de açúcar, gorduras (saturada e trans); sódio e com baixo valor nutricional; usar desenhos, personalidades e personagens que sejam cativos ou admirados pelas crianças e agregar brindes, prêmios e bonificações condicionadas à compra do produto”. In: Jornal Folha de São Paulo. Caderno Cotidiano. Quarta-feira, 26 de Agosto de 2009.

<sup>106</sup>De acordo com Martinelli Jr. (2009), as empresas estão sujeitas a cumprir as regras estabelecidas nos marcos regulatórios dos órgãos e instituições reguladoras. No Brasil, são seguidos os padrões técnicos “convergentes com a tendência internacional”. “Num plano mais geral pode-se destacar as regras do *Codex Alimentarius*, que é um fórum internacional de

controle de qualidade implantado pelos órgãos de fiscalização, verificamos comumente o lado perverso da produção de alimentos industrializados<sup>107</sup>.

El Instituto de Salud Pública confirmó la presencia de pesticidas en los colados Ciruela Pasa y Durazno de Nestlé en dosis mayores que las detectadas previamente por el laboratorio Andes Control y muy altas según la Norma Europea. Esto luego de que el organismo tomara muestras de este alimento para bebés. Pese a lo anterior, la autoridad sanitaria llamó a la tranquilidad de los consumidores, porque “como no existe una norma chilena que regule el tema, se puede seguir consumiendo este producto”. Además se indicó que la norma europea era muy estricta y para todos los pesticidas en general, no para lo que se encontró en estos colados Nestlé. Según el ISP, la presencia de pesticidas supera la norma europea e incluso se detectó una dosis mayor a la descubierta por el Laboratorio Andes Control. La acción fue motivada tras una denuncia de la Liga Ciudadana de Consumidores, basada en un estudio encargado en el Laboratorio Andes Control. Dic ha investigación señala que los colados Ciruela Pasa, Tutifruiti y Durazno de Nestlé, presentan altas dosis de fungicidas, tóxicos para el ser humano. Por su parte la empresa sostuvo que la norma europea indica que ante la falta de evidencia que avale valores específicos de riesgo para pesticidas, se establece un valor muy estricto y cercano al límite de detección que rige sólo como precaución (<http://www.radiobiobio.cl/2011/01/04/isp-confirma-alta-presencia-de-pesticidas-en-colados-nestle/> - publicado em 4 de janeiro de 2011).

Diante das normatizações, perguntamos por que não alcançamos o título de sociedade saudável do ponto de vista alimentar? Não poderia deixar de expor, pautado em Poulain (2006) que atualmente vivenciamos “*uma crise alimentar*”, haja vista os assuntos que frequentemente são a nós apresentados - intoxicação alimentar, aumento da obesidade, doenças gástricas, produtos

---

normatização de alimentos estabelecido pela Organização das Nações Unidas através da FAO (*Food and Agriculture Organization*) e OMS (Organização Mundial da Saúde). O *Codex Alimentarius* tem se tornado um importante balizador para garantir a saúde e a qualidade do comércio de produtos alimentícios. No que tange à implantação dos padrões ISSO (*Internacional Organization for Standardization*), recentemente o ISO 22000 desenvolveu os padrões de certificação de sistema de gestão da segurança na produção de alimentos em termos internacionais. No plano doméstico, o principal órgão regulador é a ANVISA que faz testes, certifica, regulamenta e estabelece critérios de fabricação e de uso de moléculas, aditivos, ingredientes, e ingredientes DEC) que pode (via Justiça) proibir, ou exigir modificações na composição dos produtos e/ou de suas embalagens. Além disso, há ainda Programas de Autocontrole que as empresas são sistematicamente submetidas à verificação oficial no que diz respeito aos processos de implantação e de manutenção. Estes programas incluem o Programa de Procedimentos Padrão de Higiene Operacional – PPHO (SSOP), O Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC (HACCP), e, num contexto mais amplo, as Boas Práticas de Fabricação – BPFs (GMPs)” (p. 37).

<sup>107</sup>Tal contexto se faz presente na produção de matéria-prima e nas agroindústrias processadoras de alimentos destinados à indústria alimentícia de consumo final, discutido por ROBIN, Marie-Monique. *Le monde selon MONSANTO. De la dioxine aux OGM, une multinationale que vous veut du bien*. Paris: La Découverte, 2008. PINHEIRO, Sebastião. *A máfia dos alimentos no Brasil*. Publicação realizada com doações e recursos próprios, 2005.

geneticamente modificados, padronização dos hábitos alimentares<sup>108</sup>, entre outros. De acordo com Poulain (2006),

A listeriose e mais globalmente as intoxicações alimentares são os fatos dos quais se fala comumente nos jornais. Descobre-se, na alimentação de nossas vacas, farinhas animais fabricadas a partir de produtos originários do esquartejamento de outros bovinos; o choque simbólico é imenso. Eis que se fazem animais herbívoros comerem produtos animais e, pior ainda, produtos provenientes de animais da mesma espécie (quando não de placenta humana). Alguns jornais ousam: “*da vaca louca à vaca canibal*”.

Os problemas relacionados à produção de alimentos industrializados estão inseridos num contexto de compressão espaço-tempo, que tem como prerrogativa o desenvolvimento de objetos técnicos que permitem a aceleração da circulação de pessoas, informações e mercadorias. Entre as mercadorias destacam-se os alimentos que de acordo com Poulain (2006),

[...] deslocam-se de um país para outro e fazem no curso de sua vida, que vai da semente para os vegetais ou do nascimento para os animais, até os pratos cozidos, viagens consideráveis. Para os que dispõem de recursos financeiros, os feijões-verdes do Senegal e as cerejas do Chile, por exemplo, são apresentados nas prateleiras européias em pleno inverno, no mês de dezembro. O suco de laranja produzido na Califórnia chega na Europa como um produto fresco acondicionado em caixinhas. O alimento moderno está deslocado, ou seja, desconectado de seu enraizamento geográfico e das dificuldades climáticas que lhe eram tradicionalmente associadas (p. 29).

Estamos diante de uma problemática que no nosso entendimento está inserida num movimento estrutural que incide novos valores, conteúdos e comportamentos à sociedade. Esse movimento, pautado na ciência e na técnica<sup>109</sup>, amplia a produção de objetos, necessidades e desejos a serem consumidos. A estandardização da produção de alimentos industrializados e o aumento de linha de produtos que para nós são classificados como

<sup>108</sup>Estamos aqui nos referindo às redes de *Fast-foods*, mas consideramos que os hábitos alimentares não se padronizam de maneira homogênea, pois também faz parte da cultura popular. Poulain (2006), afirma que mesmo as grandes redes de comidas prontas, realizam adaptações de acordo com o país onde estão instaladas, por exemplo, “[...] a Nestlé, a líder mundial do café liofilizado, fabrica várias centenas de misturas para atender aos gostos de diferentes mercados nos quais está implantada. Pois o café para um italiano não tem nada a ver com o que um dinamarquês consome sob o mesmo nome” (p. 32).

<sup>109</sup>SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.



subalimentares, inserem-se nesse contexto. Assim, o que é saudável e o que está na moda dependerão da ideologia dos agentes que ditam as normas do sistema mundializado de produção alimentar.

A expansão das indústrias de alimentos de consumo final é resultado/resultante da *aceleração contemporânea*. No Brasil, presenciamos em fins do século XX e na primeira década do século XXI, aumento considerável do número de estabelecimentos, de empregos ocupados e do faturamento das empresas alimentícias de consumo final, como podemos verificar em pronunciamento publicado pela Associação das Indústrias de Alimentação<sup>110</sup> (ABIA), 2009.

O setor fechou 2009 com faturamento em torno de R\$ 290 bilhões. Para se ter ideia do significado de sua contribuição para a produção industrial e a balança comercial do país, as exportações totais brasileiras foram US\$ 152,99 bilhões e as importações US\$ 127,64 bilhões, com saldo positivo de US\$ 25,35 bilhões. As vendas externas de alimentos industrializados totalizaram US\$ 30,86 bilhões e as importações US\$ 3,16 bilhões, gerando superávit de US\$ 27,70 bilhões, ou seja, US\$ 2,35 bilhões acima do saldo da balança comercial brasileira. (Entrevista ao Presidente da ABIA, Edmundo Klotz, in: Anuário da ABIA, 2009/2010, p. 3).

De acordo com o Presidente da ABIA, em entrevista publicada no Anuário da instituição (2010), o crescimento da indústria alimentícia no Brasil se mantém em 2010, e apresenta tendências de crescimento para os próximos anos.

O ano de 2010 começou de uma forma muito positiva para a indústria brasileira de alimentos. O bom desempenho da economia no Brasil, proporcionado pelo controle da inflação, aumento da renda da população e estabilidade da moeda, construiu um tripé que contribuiu diretamente para a consolidação do crescimento do País e o fortalecimento do mercado interno. A indústria da alimentação vem seguindo esse ritmo. Mesmo com a crise em 2009, o setor cresceu 1,6% em vendas reais. Em 2010, a perspectiva é de alta de 4% a 5% na produção física, e de 4,5% a 5,5% nas vendas reais. Saldo bastante animador para um ano de plena recuperação econômica. Uma das razões para o bom desempenho da indústria alimentícia

---

<sup>110</sup>Vale ressaltar que a ABIA, considera como empresas de alimentação aquelas que envolvem o ramo de Bebidas e Açúcar e Alcool.

brasileira está no aumento do consumo no mercado interno. A renda da população melhorou e muitas famílias estão em ascensão socialmente, em razão disso, o brasileiro está gastando mais e melhor. Este fato impulsiona a produção, não somente de itens básicos, como a de produtos de maior valor agregado. Em 2009, as vendas para o mercado interno representaram 78,9% do faturamento total da indústria de alimentos processados. O dado revela que a indústria tem cumprido seu papel de investir em recursos que contribuem para melhorar cada vez mais a oferta de produtos de qualidade aos consumidores. O resultado disso é revertido em satisfação e valorização da produção nacional (p. 6, grifo nosso)

Ainda, de acordo com a ABIA (2010), o faturamento setorial das empresas do ramo alimentício, mesmo em período de crise (2008 e 2009), apresentou índices positivos, como pode ser constatado nos dados da Tabela 16 (p. 164).

Entre as empresas do setor alimentício que participaram de maneira mais intensa no total do faturamento dos anos citados, destacam-se aquelas do ramo de derivados de carne (23,68%); café, chá e cereais (13,3%); açúcares (12,3%); laticínios (11,8%); óleos e gorduras (11,8%); derivados de trigo (7,7%); derivados de frutas e vegetais (6%); diversos - sorvetes, *snacks*, temperos (6,2%); chocolate, cacau e balas (4%); desidratados e supercongelados (2,3%) e conservas de pescados (0,9%).

**TABELA 16: FATURAMENTO SETORIAL EM 2009 E 2008 (R\$ BILHÕES)**

<b>SETORES</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>PARTICIPAÇÃO NO FATURAMENTO (%)</b>
Derivados de carne	58,53	61	23,68
Café, chá e cereais	32,91	31,09	13,3
Açúcares	30,23	15,86	12,3
Laticínios	29,04	26,36	11,8
Óleos e gorduras	29,01	32,01	11,8
Derivados de trigo	18,93	18,71	7,7
Derivados de frutas e vegetais	14,9	14,76	6
Diversos (sorvetes, <i>snacks</i> , temperos)	15,35	14,02	6,2
Chocolate, cacau e balas	9,92	9,13	4
Desidratados e supercongelados	5,57	5,09	2,3
Conserva de pescados	2,27	2	0,9

ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. JAN./2011. FONTE: Anuário ABIA, 2010.

Os estudos de Geografia Industrial, no nosso entendimento, são importantes para entender a dinâmica territorial contextualizada temporalmente. São muitos os caminhos possíveis para se fazer essa leitura, entre eles, compreender as mutações atreladas à gestão, produção, distribuição, organização e contratação da força de trabalho, além das tendências à localização e origem do capital da atividade industrial. Os dados da Revista Super Varejo (2005) e ABIA (2009, 2010) representados no Quadro 6 (p. 165), permite iniciar essa análise do ponto de vista quantitativo e qualitativo, pois contribui para entender como as grandes empresas alimentícias de consumo final estão distribuídas no território brasileiro.

Do conjunto apresentado, destacaremos a produção de derivados de trigo (biscoito) e o segmento de chocolates, cacau e balas. A escolha se deve ao fato de que, segundo a ABIA, à exceção desses ramos, os demais são incluídos na produção agroindustrial, o que foge aos interesses de um trabalho interessado na produção industrial propriamente dita, inserida no contexto das transformações territoriais e produtivas do presente.

**QUADRO 6: ORIGEM DO CAPITAL E UNIDADES PRODUTIVAS DAS EMPRESAS ALIMENTÍCIAS DE CONSUMO FINAL LÍDERES DE VENDA (Biscoitos, 2005)**

EMPRESAS DE BISCOITOS (16)	ORIGEM DO CAPITAL E GESTÃO	UNIDADE PRODUTIVA
Kraft Food Incorporation	North Field, Illinois, Estados Unidos	Curitiba-PR, Brasil
Parmalat S/A	Itália	Jundiaí-SP, Brasil
Grupo Danone S/A	França, Itália, Espanha	São Paulo-SP, Poços de Calda-MG, Brasil
Nestlé S/A	Vevvey, Suíça	Marília-SP, Brasil
Marilan S/A	Marília-SP, Brasil	Marília-SP, Brasil
Lua Nova (PANCO) LTDA	São Paulo-SP, Brasil	São Paulo-SP, Brasil
Dunga Prod. Alimentícios LTDA	São Paulo-SP, Brasil	São Paulo-SP, Brasil
Bauducco LTDA	Guarulhos-SP, Brasil	Guarulhos-SP, São Paulo-SP, Extrema-MG, Brasil
J. Macêdo S/A	Fortaleza-CE, Brasil	Fortaleza-CE, Brasil
M. Dias Branco S/A	Eusébio, Fortaleza-CE, Brasil	Eusébio, Fortaleza-CE, Brasil
Bom Gosto (M. D. Branco)	Fortaleza-CE, Brasil	Jabotão do Guararapes, PE, Brasil
Pelagio Oliveira S/A	Maracanaú-CE, Brasil	Maracanaú-CE, Brasil
Pilar Alimentos (M.D. Branco S/A)	Recife-PE, Brasil	Recife-PE, Brasil
Todeschini S/A	Curitiba-PR, Brasil	Curitiba-PR, Brasil
Parati S/A	S.Lourenço do Oeste-SC, Brasil	São Lourenço do Oeste-SC, Brasil
Piraquê S/A	Rio de Janeiro-RJ, Brasil	Rio de Janeiro-RJ, Brasil

ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. Agosto, 2008. FONTE: Revista Super Varejo, 2005.

O Quadro 6 permite-nos afirmar que entre as grandes empresas (líderes de venda) de biscoitos que atuam no território brasileiro, quatro pertencem a grupos empresarias de capital externo. São elas: a Kraft Food Incorporation, cujo capital de origem é americano, e no Brasil sua unidade produtiva e de gestão está localizada na cidade de Curitiba – PR. A Parmalat S/A, cujo capital é de origem italiana, e sua unidade produtiva de biscoitos, encontra-se localizada na cidade de Jundiaí-SP. O Grupo Danone S/A, cujo capital é originado de três países (França, Itália e Espanha) e no Brasil, sua unidade produtiva de biscoitos encontra-se instalada nas cidades de São Paulo – SP e Caldas Novas – MG. Por fim, tem-se a Nestlé S/A, cujo capital é suíço e no Brasil, a unidade de gestão encontra-se instalada na cidade de São Paulo e a unidade produtiva de biscoitos localizada na cidade de Marília – SP.

Além das empresas de capital externo atuantes no mercado brasileiro, têm-se também as de capital nacional, são elas: a Marilan S/A, cujo capital e unidade produtiva tem como origem a cidade de Marília – SP; a Lua Nova LTDA e a Dunga Produtos Alimentícios LTDA, cujo capital e unidade produtiva se encontram na cidade de São Paulo – SP; a Bauducco LTDA, que tem sua

unidade de gestão localizada na cidade de Guarulhos – SP e as unidades produtivas de biscoitos localizadas em três cidades: Guarulhos – SP, São Paulo – SP e Extrema – MG. Além de São Paulo, outro estado que se destaca na concentração de empresas é o Ceará. De acordo com o Quadro 6, duas empresas cearenses (a J. Macêdo S/A e a M. Dias Branco S/A) destacaram-se no que concerne às vendas de biscoitos e derivados de trigo. Essas empresas, nos últimos anos, como estratégia de concorrência, vêm realizando aquisições de empresas já consolidadas no mercado nacional. Como exemplo, podemos citar a M. Dias Branco S/A, que adquiriu nos últimos anos empresas de biscoitos, localizadas no estado de São Paulo, como é o caso da Adria Alimentos, Basilar Alimentos, Zabet Alimentos, e também empresas localizadas nos estados do Rio Grande do Sul (Isabela Alimentos) e no próprio estado do Ceará e também Pernambuco.

As empresas de biscoitos dos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina se diferem das demais até então analisadas, pois o raio de distribuição dos produtos limita-se às regiões em que estão inseridas. Ainda, de maneira geral, é importante considerar, que entre as empresas apresentadas no Quadro 6, grande parte estão localizadas nas metrópoles e regiões metropolitanas, sobretudo em São Paulo e Fortaleza.

Difere-se da localização metropolitana, as empresas Marilan S/A e Nestlé S/A. Essas duas empresas, como podemos constatar no Quadro 7 (p. 167, 168), estão classificadas, na escala do território nacional, entre as cinco maiores empresas líderes de venda de biscoitos recheados, wafer, salgados, água e sal, Maria e maisena e localizam-se na cidade de Marília-SP.

**QUADRO 7: AS CINCO MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS DO RAMO ALIMENTÍCIO (EM VOLUME DE VENDAS), PRODUTORAS DE BISCOITOS, CONFEITOS E APERITIVOS SALGADOS SÓLIDOS, DE ACORDO COM A REVISTA SUPER VAREJO, 2005**

**BISCOITOS RECHEADOS**

	BRASIL	NE (EXCETO PI e MA)	MG, ES e INTERIOR RJ	GRANDE RJ	GRANDE SP	INTERIOR DE SP	PR, SC e RS	DF, GO e MS
1.	Nestlé	M. Dias Branco	Grupo Danone	Kraft Foods	Nestlé	Nestlé	Nestlé	Nestlé
2.	Kraft Foods	Nestlé	Nestlé	M. Dias Branco	Kraft Foods	Kraft Foods	Kraft Foods	Bauducco
3.	M. Dias Branco	Ind. Bom Gosto	Bauducco	Nestlé	M. Dias Branco	M. Dias Branco	M. Dias Branco	Mabel
4.	Grupo Danone	Bauducco	Kraft Foods	Piraquê	Grupo Danone	Grupo Danone	Bauducco	Marilan
5.	Bauducco	Marilan	Marilan	Bauducco	Bauducco	Bauducco	Parati	Kraft Foods
<b>% 5 MAIS</b>	<b>68,7</b>	<b>67,4</b>	<b>67,4</b>	<b>80,2</b>	<b>82,6</b>	<b>73,2</b>	<b>74,6</b>	<b>68,4</b>

**BISCOITOS WAFER**

	BRASIL	NE (EXCETO PI e MA)	MG, ES e INTERIOR RJ	GRANDE RJ	GRANDE SP	INTERIOR DE SP	PR, SC e RS	DF, GO e MS
1.	M. Dias Branco	M. Dias Branco	Grupo Danone	Piraquê	Grupo Danone	Grupo Danone	M. Dias Branco	Mabel
2.	Grupo Danone	Ind. Bom Gosto	Piraquê	Grupo Danone	Nestlé	Nestlé	Parati	M. Dias Branco
3.	Piraquê	Pilar	Marilan	M. Dias Branco	M. Dias Branco	Marilan	Marilan	Marilan
4.	Marilan	J. Macêdo	M. Dias Branco	Parati	Bauducco	M. Dias Branco	Todeschini	Pelagio Oliveira
5.	Ind. Bom Gosto	Marilan	Mabel	Parmalat	Piraquê	Lua Nova	Nestlé	Nestlé
<b>% 5 MAIS</b>	<b>56,2</b>	<b>80,8</b>	<b>66,2</b>	<b>85</b>	<b>72,3</b>	<b>70,2</b>	<b>50</b>	<b>71,8</b>

**BISCOITOS SALGADOS**

	BRASIL	NE (EXCETO PI e MA)	MG, ES e INTERIOR RJ	GRANDE RJ	GRANDE SP	INTERIOR DE SP	PR, SC e RS	DF, GO e MS
1.	Kraft Foods	M. Dias Branco	Grupo Danone	Kraft Foods	Kraft Foods	Kraft Foods	Kraft Foods	Marilan
2.	Marilan	Kraft Foods	Kraft Foods	Piraquê	Marilan	Lua Nova	Marilan	Mabel
3.	Piraquê	Marilan	Marilan	Marilan	Lua Nova	Marilan	M. Dias Branco	Kraft Foods
4.	Bauducco	Bauducco	Piraquê	Bauducco	Bauducco	Bauducco	Bauducco	Grupo Danone
5.	Lua Nova	Ind. Bom Gosto	Bauducco	Grupo Danone	Nestlé	Piraquê	Nestlé	Bauducco
<b>% 5 MAIS</b>	<b>71,4</b>	<b>61,5</b>	<b>85,6</b>	<b>90,5</b>	<b>88,8</b>	<b>88,4</b>	<b>69,9</b>	<b>85,8</b>

... continua ...

**BISCOITOS DE ÁGUA E SAL**

	<b>BRASIL</b>	<b>NE (EXCETO PI e MA)</b>	<b>MG, ES e INTERIOR RJ</b>	<b>GRANDE RJ</b>	<b>GRANDE SP</b>	<b>INTERIOR DE SP</b>	<b>PR, SC e RS</b>	<b>DF, GO e MS</b>
1.	Kraft Foods	M. Dias Branco	Grupo Danone	Kraft Foods	Kraft Foods	Kraft Foods	Kraft Foods	Marilan
2.	Marilan	Kraft Foods	Kraft Foods	Piraquê	Marilan	Lua Nova	Marilan	Mabel
3.	Piraquê	Marilan	Marilan	Marilan	Lua Nova	Marilan	M. Dias Branco	Kraft Foods
4.	Bauducco	Bauducco	Piraquê	Bauducco	Bauducco	Bauducco	Bauducco	Grupo Danone
5.	Lua Nova	Ind. Bom Gosto	Bauducco	Grupo Danone	Nestlé	Piraquê	Nestlé	Bauducco
<b>% 5 MAIS</b>	<b>71,4</b>	<b>61,5</b>	<b>85,6</b>	<b>90,5</b>	<b>88,8</b>	<b>88,4</b>	<b>69,9</b>	<b>85,8</b>

**BISCOITOS MARIA E MAISENA**

	<b>BRASIL</b>	<b>NE (EXCETO PI e MA)</b>	<b>MG, ES e INTERIOR RJ</b>	<b>GRANDE RJ</b>	<b>GRANDE SP</b>	<b>INTERIOR DE SP</b>	<b>PR, SC e RS</b>	<b>DF, GO e MS</b>
1.	M. Dias Branco	M. Dias Branco	Grupo Danone	Piraquê	Nestlé	Marilan	M. Dias Branco	Mabel
2.	Marilan	Pilar	Marilan	Grupo Danone	Grupo Danone	M. Dias Branco	Parati	Marilan
3.	Grupo Danone	Ind. Bom Gosto	Piraquê	Parati	Marilan	Nestlé	Marilan	M. Dias Branco
4.	Piraquê	Marilan	Mabel	M. Dias Branco	M. Dias Branco	Mabel	Todeschini	Nestlé
5.	Mabel	J. Macêdo	Dunga	Marilan	Mabel	Dunga	Mabel	Grupo Danone
<b>% 5 MAIS</b>	<b>53,8</b>	<b>69,7</b>	<b>66,8</b>	<b>87,5</b>	<b>69</b>	<b>73,4</b>	<b>47,6</b>	<b>69,3</b>

**CONFETOS E APERITIVO SALGADO SÓLIDO**

	<b>BRASIL</b>	<b>NE (EXCETO PI e MA)</b>	<b>MG, ES e INTERIOR RJ</b>	<b>GRANDE RJ</b>	<b>GRANDE SP</b>	<b>INTERIOR DE SP</b>	<b>PR, SC e RS</b>	<b>DF, GO e MS</b>
1.	Pepsico	Pepsico	Pepsico	Pepsico	Pepsico	Pepsico	Pepsico	Pepsico
2.	Yoki	Yoki	Yoki	Yoki	Yoki	Yoki	Yoki	Mico's
3.	Fritex	São Braz	Fritex	Agtal	Fritex	Dori	Fritex	Yoki
4.	Dori	Mico's	Santa Helena	Procter&Gamble	Procter&Gamble	Fritex	Dori	Semalo
5.	Iracema	Fritex	Iracema	Lucky	Dr. Oetker	Santa Helena	Della Nona	Mabel
<b>% 5 MAIS</b>	<b>66,7</b>	<b>61,8</b>	<b>64,9</b>	<b>73,6</b>	<b>73,4</b>	<b>71,8</b>	<b>71,7</b>	<b>71,5</b>

**FONTE:** Revista Super Varejo, 2005. **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. Agosto, 2008.

A empresa Nestlé S/A, de acordo com as informações do Quadro 7, ficou em primeiro lugar entre as cinco maiores empresas (em vendas) de biscoitos recheados. Nessa modalidade, foi seguida por Kraft Food Incorporation; M. Dias Branco S/A; Grupo Danone S/A e Bauducco LTDA S/A. A Marilan S/A ocupa posições entre as cinco maiores empresas, em venda de biscoitos recheados, na Região Nordeste do Brasil (exceto Piauí e Maranhão), nos estados de Minas Gerais e interior do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Em relação aos biscoitos tipo “wafer”, as empresas que apresentaram maiores vendas na escala nacional foram respectivamente, M. Dias Branco S/A, Grupo Danone S/A, Piraquê S/A, Marilan S/A e Indústria Bom Gosto. A empresa M. Dias Branco S/A, ocupou uma das cinco posições em todas as “áreas” delimitadas pela classificação da Revista Super Varejo. O Grupo Danone S/A, em segundo lugar de vendas no território nacional, teve seu raio de mercado direcionado aos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e interior do Rio de Janeiro, Grande Rio de Janeiro, Grande e interior de São Paulo. Já a Piraquê S/A, terceiro lugar no território brasileiro, teve suas vendas concentradas em Minas Gerais, Espírito Santo e interior do Rio de Janeiro, grande Rio de Janeiro e grande São Paulo. A Marilan S/A, quarta posição em vendas de biscoitos “wafer” no território brasileiro, ocupou posições em todas as “áreas” selecionadas pela Revista Super Varejo, exceto grande Rio de Janeiro e grande São Paulo. Já a empresa Bom Gosto ocupou a quinta posição no mercado brasileiro, e teve suas vendas restringidas apenas para a região Nordeste do Brasil (exceto Maranhão e Piauí).

As empresas que mais se destacaram nas vendas de biscoitos “Maria e maisena” (2005) na escala nacional, foram M. Dias Branco S/A; Marilan S/A; Grupo Danone S/A; Piraquê S/A e Mabel LTDA. Das cinco, somente a Marilan S/A pontuou suas vendas em todas as “áreas” selecionadas pela Revista em apreço.

Em relação às empresas de chocolates, derivados de cacau, balas e aperitivos sólidos, as cinco maiores em vendas na escala do território brasileiro foram respectivamente, a Pepsico Co.; a Yoki Alimentos S/A; a Fritex S/A ; a Dori LTDA e a Iracema LTDA. Sendo que a Pepsico Co. apresentou-se em



primeiro lugar em vendas de todas as “áreas” delimitadas pela fonte pesquisada; A Yoki S/A apresentou-se em segundo lugar em todas as “áreas”, exceto Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul, que ocupou terceira posição. A Fritex S/A, além do terceiro lugar no território nacional, destacou-se em Minas Gerais, Espírito Santo e interior do Rio de Janeiro; grande São Paulo e interior, Paraná Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Dori LTDA, quarto lugar no território nacional, destaca-se no interior do estado de São Paulo e nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por fim, a empresa Iracema LTDA ocupa a quinta posição no território brasileiro e concentra seu mercado nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e interior do Rio de Janeiro.

Os Quadros 6 e 7 possibilitaram reconhecer em primeiro plano, quais são as principais empresas alimentícias de consumo final (biscoitos; chocolates e derivados de cacau; balas e aperitivos salgados sólidos) em vendas no mercado nacional. Enfatizando as empresas de biscoitos, as que se destacam na escala do território brasileiro delimitadas pela Revista Super Varejo são: M. Dias Branco S/A e Marilan S/A. Essas duas empresas não têm suas origens atreladas à “área” mais industrializada do território brasileiro, a saber, a metrópole paulistana e seu entorno, pois a M. Dias Branco S/A é de capital cearense e tem sua sede localizada na cidade de Fortaleza-CE. Por sua vez, a Marilan S/A tem sua origem fundamentada na cidade de Marília – SP. Na rede urbana paulista essa cidade é considerada média e localiza-se (topograficamente) distante da metrópole paulistana.

Ainda no que se refere à cidade de Marília, podemos afirmar que ela concentra grande parte da produção de biscoitos do território brasileiro, já que além da Marilan S/A, abriga também a unidade produtiva da Nestlé S/A. Assim, no período atual, em que predominam os processos de reestruturação produtiva, a industrialização de cidades e regiões distantes do ponto de vista topográfico, da principal aglomeração urbana, permite ampliar as leituras do território brasileiro atreladas às atividades econômicas desenvolvidas.

As empresas de chocolates, derivados de cacau, balas e aperitivos salgados sólidos inserem-se em contexto semelhante às empresas de biscoitos. Quanto à origem dos investimentos, verificamos que predomina tanto

grupos multinacionais como nacionais. Entre as empresas de capital estrangeiro destacam-se, Pepsico Co. (Estados Unidos) e Iracema LTDA (Estados Unidos e Inglaterra). Entre as de capital nacional, destacam-se a Yoki S/A (São Bernardo do Campo - SP); a Fritex S/A (São Paulo - SP) e a Dori LTDA (Marília – SP), como podemos verificar no Quadro 8.

**QUADRO 8: ORIGEM DO CAPITAL E UNIDADES PRODUTIVAS DAS EMPRESAS ALIMENTÍCIAS DE CONSUMO FINAL LÍDERES DE VENDA (Chocolates, Derivados de Cacau e Aperitivos Salgados Sólidos, 2005)**

<b>EMPRESAS DE APERITIVO SALGADO SÓLIDO (15)</b>	<b>ORIGEM DO CAPITAL E GESTÃO</b>	<b>UNIDADE PRODUTIVA</b>
Pepsico Co.	Estados Unidos	São Paulo-SP; Curitiba-PR, Brasil
Procter&Gamble S/A	Estados Unidos	São Paulo-SP, Brasil
Dr. Oetker S/A	Alemanha	São Paulo-SP, Brasil
Iracema LTDA/Kraft Foods Incorporation	North Field, Illinois, EUA e Londres, Inglaterra	Fortaleza-CE, Brasil
Lucky LTDA	São Paulo-SP, Brasil	São Paulo-SP, Brasil
Fritex/Bauducco LTDA	São Paulo-SP, Brasil	São Paulo-SP, Brasil
Yoki S/A	S.B. do Campo-SP, Brasil	Marília-SP, Brasil
Dori LTDA	Marília-SP, Brasil	Marília-SP, Brasil
Della Nona LTDA	Marília-SP, Brasil	Marília-SP, Brasil
Santa Helena S/A	Dumont-SP; Ribeirão Preto-SP, Brasil	Ribeirão Preto-SP, Brasil
Agtal LTDA	Encantado-RJ, Brasil	Encantado-RJ, Brasil
Mabel LTDA	Aparecida de Goiânia-GO, Brasil	Aparecida de Goiânia-GO, Brasil
Semalo LTDA	Campo Grande-MS; João Pessoa-PB, Brasil	Campo Grande-MS; João Pessoa-PB, Brasil
São Braz S/A	Cabedelo-PB, Brasil	Cabedelo-PB, Brasil
Mico's LTDA	Redenção-PA, Brasil	Redenção-PA, Brasil

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. Agosto, 2008. **FONTE:** Revista Super Varejo, 2005.

A Pepsico Co., assim como a Yoki S/A, estão presentes em todo o território brasileiro. A Fritex S/A concentra suas vendas em Minas Gerais, Espírito Santo; interior do Rio de Janeiro; grande São Paulo e interior; Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por sua vez, a Dori LTDA se destaca em vendas no interior de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por fim, a Iracema LTDA, cujo investimento é majoritariamente originado dos Estados Unidos e da Inglaterra, representado pela Bond Commodities, destaca-se nas vendas apenas em Minas Gerais, Espírito Santo e interior do Rio de Janeiro.

As empresas de chocolates, derivados de cacau e aperitivos salgados sólidos, assim como de biscoitos, possuem diversidade do ponto de vista da origem do capital e localização das unidades produtivas. Quanto à origem do capital e a gestão da empresa, verificamos que a cidade de São Paulo concentra a maior parcela dessa atividade, mas verificamos também que existem empresas que possuem suas sedes em cidades que não fazem parte da principal área industrial do país, a saber, São Paulo e região metropolitana. Tais empresas localizam-se em cidades como Fortaleza – CE; Encantado – RJ; Aparecida de Goiânia – GO; Campo Grande – MS; Cabedelo – PB; João Pessoa – PB; Redenção – PA e Marília – SP.

Em relação às unidades produtivas, verificamos que entre as quinze empresas de chocolates, derivados de cacau e aperitivos salgados sólidos, nove se localizam no estado de São Paulo, sendo cinco na metrópole e região metropolitana; três em Marília – SP e uma em Ribeirão Preto – SP. As demais têm suas unidades produtivas instaladas na cidade de Curitiba – PR; Fortaleza – CE; Encantado – RJ; Aparecida de Goiânia – GO; Campo Grande – MS; Cabedelo – PB; João Pessoa – PB; Redenção – PA<sup>111</sup>.

Diante dos dados e informações referentes às empresas que apresentam maiores índices de vendas no território brasileiro, origem do capital e gestão, bem como localização das unidades produtivas, São Paulo ainda possui um papel importante na estruturação do ramo industrial alimentício, mas que também existem outros espaços, configurados por cidades que desempenham diferentes papéis na rede urbana e que se inserem na divisão territorial do trabalho, tanto como espaço da produção, como também da gestão ligada à indústria. Entre essas cidades destaca-se Marília, que aglomera empresas tanto de capital de grupos multinacionais, nacional e também local.

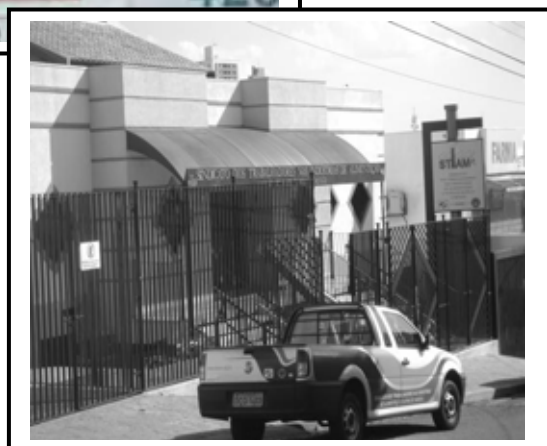
O quadro apresentado, atrelado às informações relacionadas aos estabelecimentos, empregos ocupados, arrecadação de impostos e índices relacionados ao Valor Adicionado Fiscal, permite-nos eleger a atividade industrial desenvolvida na cidade de Marília – SP como recorte empírico de nossa pesquisa.

---

<sup>111</sup> Algumas empresas possuem mais de uma unidade produtiva em funcionamento.

Essa cidade, para nós, apresenta aspectos relacionados ao processo de reestruturação produtiva presente no ramo industrial de alimentos de consumo final. Esse processo permite, entre outros, a estruturação das empresas em rede; a emergência de uma nova divisão territorial do trabalho e a configuração de novas dinâmicas territoriais.

Não queremos antecipar conclusões, este panorama industrial apresentado até o momento, remete-nos a afirmar que as dinâmicas industriais do presente, na escala do território brasileiro, denotam novos eixos que precisam ser investigados do ponto de vista geográfico. Dessa maneira conseguiremos entender a totalidade dos processos em curso.



### **CAPÍTULO 3:**

**O TERRITÓRIO INDUSTRIAL RECONFIGURADO: OS FATORES DE LOCALIZAÇÃO. A ORIGEM DA ATIVIDADE E OS AGENTES ENVOLVIDOS NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA DE CONSUMO FINAL DE MARÍLIA – SP**

## **O TERRITÓRIO INDUSTRIAL RECONFIGURADO: OS FATORES DE LOCALIZAÇÃO, A ORIGEM DA ATIVIDADE E OS AGENTES ENVOLVIDOS NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA DE CONSUMO FINAL DE MARÍLIA – SP**

**A inovação e as novas tecnologias não têm somente transformado o próprio conteúdo da atividade industrial, elas têm modificado profundamente a organização espacial da indústria e transformado a organização e a estruturação dos espaços geográficos (Fischer, 1990. tradução e publicação: Firkowski, 2008).**

### **Introdução**

Entender o conteúdo do território no período atual implica reconhecer que o desenvolvimento técnico e tecnológico contribuiu para a emergência de “*especializações territoriais produtivas*”. Tais especializações, diferentemente de períodos anteriores, não são conformadas apenas na escala das metrópoles e regiões metropolitanas, mas também na das cidades médias.

A configuração de redes técnicas materiais e imateriais no presente alterou os fatores de localização industrial. Hoje, o que determina o uso do território pelos agentes envolvidos na atividade industrial não é apenas a proximidade com a matéria-prima, com o mercado e com a rede de transportes, mas também a disponibilidade de um suporte técnico e tecnológico que permita a diminuição das distâncias, ou ainda, a proximidade geográfica e organizacional. É nesse contexto que as cidades médias são inseridas entre os locais atrativos para a instalação de empresas industriais de capital nacional e transnacional.

Assim, para que se compreendam os motivos pelos quais uma cidade média se destaca como atrativa para o desenvolvimento da atividade industrial é preciso considerar os aparatos técnicos, a formação socioespacial, bem como a atuação e a organização dos agentes que contribuiram, ao mesmo tempo, para o surgimento, constituição, consolidação e expansão da indústria nessa escala espacial. Esta discussão, trazida para este terceiro capítulo, estruturada em quatro partes, enfoca, sobretudo a atividade industrial do ramo alimentício instalada em Marília – SP.

### **3.1. A localização industrial no período da globalização**

Mais que tornar, determinar, limitar, inteirar, imaginar, fixar, localizar do ponto de vista geográfico, imbuí análise do conteúdo dos lugares. Esses, marcados por inúmeras rugosidades reveladas temporalmente, permitem a leitura das dinâmicas do presente.

A discussão referente à localização da atividade industrial, de acordo com Méndez & Caravaca (1996), Méndez (1997), Benko (1996, 2008), Camagni (1993, 2005) e Fischer (1990, 1996), sempre se fez presente entre os estudiosos da economia espacial, preocupados em entender as dinâmicas territoriais atreladas à realização das atividades econômicas.

Na escola clássica e neoclássica de economia<sup>112</sup>, Von Thünen (1826), tinha como premissa entender as razões pelas quais a renda da terra agriculturável não era uniforme a todos os proprietários. Isso era justificado pela localização mais ou menos próxima às vias de transporte e ao mercado consumidor. Seus modelos matemáticos foram também adotados na perspectiva de compreender os fatores de localização das empresas industriais instaladas nos centros das grandes aglomerações urbanas europeias.

Embora os trabalhos de Thünen tenham sido importantes para entender os contornos da economia espacial, foi, no entanto, a partir das formulações de Alfred Weber (1923) que os estudos acerca dos fatores de localização industrial, na perspectiva neoclássica, foram densamente elaborados. Na perspectiva weberiana, tais fatores perpassavam as dimensões técnico-naturais e socioculturais. De acordo com Lamarlière (2008),

[...] certains son clairement naturels ou techniques: le coût du transport, le climat. D'autres dépendent du système social et politique, comme les différences de taux d'intérêt et de profit. D'autres encore posent problème, tel le travail, dont le coût dépendrait de conditions naturelles (la race et l'hérédité), mais aussi du milieu social et culturel (le niveau de vie, l'éducation) (p. 60).

---

<sup>112</sup>Segundo Lamarlière (2008), Von Thünen, ao estudar a renda da terra, baseou-se nas teorias clássicas elaborados por D. Ricardo. Ainda, de acordo com Camagni (2005), atrelados aos trabalhos de Von Thünen, os de Burgess (1925) e Hoyt (1939) foram importantes para entender a distribuição desigual das atividades econômicas industriais.

Ainda sob a perspectiva da teoria neoclássica, que vê o espaço como plano e homogêneo, Christaller (1933), com a elaboração da Teoria dos Lugares Centrais, “*propone examinar cómo productos y funciones diferentes, en particular funciones de servicios, se articulan en el territorio dando origen a una jerarquía urbana*” (CAMAGNI, 2005, p. 99). Nessa mesma linha, Lösch (1940) elabora seu modelo com vistas a “*describir un paisaje urbano en el cual también el sector industrial desarrolla un papel relevante [...]*” (CAMAGNI, 2005, p. 107).

Os fatores de localização, como densidade populacional, aglomeração urbana, proximidade com a matéria-prima, mercado consumidor e transporte, tão caros aos teóricos da escola clássica e neoclássica de economia, contribuíram para entender a distribuição (des)equilibrada das atividades econômicas até a primeira metade do século XX. Após esse período, eles tornaram-se insuficientes para explicá-la. A aceleração das inovações e as informações proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico imprimiram “*novas tendências de organizar as atividades no espaço*”<sup>113</sup> e, em decorrência, a necessidade de novas explicações teóricas acerca da localização das atividades econômicas, sobretudo a industrial.

De acordo com Fischer (1996<sup>114</sup>),

[...] hoje, o impacto do custo de transporte sobre a escolha de uma localização é bem secundário em relação ao papel de fatores como o acesso à pesquisa, a presença de uma mão de obra altamente qualificada, a presença de uma eventual diversidade de serviços à economia... etc. (p. 25, grifo nosso).

Os fatores clássicos de localização industrial caros à Economia Espacial e à Geografia Econômica não permitiam mais entender as dinâmicas da segunda metade do século XX. Assim, tais formulações teóricas foram revisitadas a partir da década de 1970, culminando no que os teóricos, como Krugman (1991), denominaram de “Nova Geografia Econômica”.

<sup>113</sup>BENKO (1996, p. 131).

<sup>114</sup>Fischer, André. A propos d l'évolution de la Géographie Industrielle em France. In: DEZERT, B. *Ouvrage jubilaire*. Paris, 1996, 3 p. Publicação em português em: FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas & SPOSITO, Eliseu Savério. *Indústria, ordenamento do território e transportes. A contribuição de André Fischer*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.



Na perspectiva da “Nova Geografia Econômica”, o desenvolvimento de sistemas técnicos informacionais permitiu a conformação de redes, e com isso a mobilidade do capital, das empresas e da força de trabalho não ficou restrita apenas a uma escala geográfica, pelo contrário, a divisão territorial do trabalho, a partir da configuração do *meio técnico-científico-informacional* abarcou a escala planetária, múltipla. Tal processo se fez presente, sobretudo, entre os grandes grupos empresariais.

De acordo com Benko (1996) “*a mudança da lógica industrial, as novas tecnologias e as novas condições econômicas reestruturaram igualmente a organização social dos novos complexos de produção*” (p. 146). Essa nova realidade pautada no desenvolvimento tecnológico informacional permitiu a incorporação de novos territórios à lógica industrial, o que apontou a necessidade de explicar seus conteúdos do ponto de vista teórico.

Na perspectiva da “Nova Geografia Econômica”, ao invés de ser visto como plano, depositário das atividades econômicas, o território é considerado

[...] um espaço onde se exercem poderes, inscrevem-se projetos sociais, exprimem-se estratégias de atribuição de valor e se afrontam interesses mais ou menos contraditórios dos diferentes atores, onde a empresa não se localiza num espaço-conteúdo, neutro ou indiferenciado da teoria neoclássica, mas num meio socioeconômico mais ou menos integrado, ou seja, um território, que se apresenta mais ou menos atrativo em função dos potenciais, das oportunidades que ele propõe e graças também à sua capacidade de adaptação às flutuações das necessidades da atividade econômica (FIRKOWISKI e SPOSITO, 2008, p. 9, 10, sobre os trabalhos de FISCHER (1996)).

O reconhecimento de que o território não é apenas receptáculo permite entender, em múltiplas escalas, as razões pelas quais as empresas procuram, cada vez mais, novas localizações, bem como compreender que elas estão distribuídas, estruturadas e organizadas de maneira desigual entre os territórios. É nesse contexto que inserimos a discussão acerca das atividades industriais desenvolvidas em cidades da rede urbana que não desempenham papéis metropolitanos.

No período da globalização, para entender a relação que a empresa estabelece com o território, é preciso reconhecer que sua estratégia não se pauta apenas em diminuir os custos de transporte, estar próxima da matéria-prima e da força de trabalho barata. Hoje, além dos fatores clássicos de

localização industrial, os que predominam entre a permanência e a mobilidade da empresa em um determinado território incluem a existência de equipamentos técnicos, o acesso a informação, conhecimento, pesquisa, rede de serviços, mão de obra qualificada e experiente, além de incentivos que garantam o aumento das taxas de lucro, tais como, possíveis isenções de impostos e disponibilidade de terrenos para sua instalação. Além disso, a organização dos agentes, representados pelas empresas, poder público, sindicatos, associações empresariais, universidades, escolas técnicas, trabalhadores, entre outros, constitui mais um fator que explica a dinamização de atividades produtivas em ambientes não metropolitanos.

Considerar tais fatores é afirmar que a aglomeração urbana influencia positiva ou negativamente na decisão dos empresários em instalar ou migrar seu capital para outros espaços destinados à produção capitalista. No período da globalização, a proximidade organizacional e geográfica dos agentes, não apenas do ponto de vista topográfico, mas também topológico, atrelada à capacidade de inovação e à situação geográfica da aglomeração urbana são componentes que permitem justificar por que a localização de empresas de um mesmo ramo se faz de maneira desigual entre os territórios.

No contexto brasileiro, sobretudo paulista, não são todas as cidades da rede urbana que possuem intensa atividade industrial, mormente aquelas que, do ponto de vista topográfico, situam-se distantes da metrópole paulistana. Por isso, as que se destacam merecem análise e entre elas está Marília, que representa o caso a ser estudado<sup>115</sup>.

---

<sup>115</sup>Nosso trabalho se caracteriza como um estudo de caso inserido em dinâmicas multiescalares que nos permitem entender a realidade em movimento. De acordo com Méndez (2003), no dias atuais é necessária “[...] la realización de estudios de caso que permitan verificar en que medida esta interpretación teórica resulta adecuada para comprender la desigual trayectoria de las ciudades intermedias, sus éxitos y debilidades, como base para la elaboración de propuestas proactivas orientadas a facilitar su camino hacia un mayor y mejor desarrollo a partir de proyectos locales, pero en el contexto de una estrategia territorial de carácter más amplio”(p. 2). Ainda, “los estudios de caso (contribuem) para enriquecer y contrastar las teorías, pues tan sólo la observación sobre el terreno puede permitir una comprensión suficiente de las claves subyacentes a cada territorio, así como de aquellos componentes intangibles de la realidad que se ocultan a los indicadores estadísticos convencionales” (p. 6).

### 3.2. Marília frente às cidades médias do Oeste Paulista

Sposito (1996) enumera como cidades médias que compõem o Oeste do estado de São Paulo, Presidente Prudente, Marília, Bauru, Araçatuba e São José do Rio Preto, e afirma ser possível, ao longo do século XX, “*situar historicamente essas cidades na “carta” do estado de São Paulo a partir de três momentos*” (p. 77).

1. [...] as cidades aparecem associadas ao prolongamento das ferrovias e à base de processos especulativos que obrigam a terra a produzir lucros antes de produzir colheitas, provocando o aumento de seu preço constantemente, o que provoca rupturas entre o comercializar e o financiar em relação ao plantar; cresce numericamente a força de trabalho no campo, inicialmente formada por imigrantes italianos – que vão exercer importante papel na acumulação interna necessária para ir se apropriando do solo e ampliar as áreas capitalistas – depois por japoneses e finalmente por nordestinos. [...] As cidades, principalmente, surgem baseadas naquela mercadoria que possuem em abundância: os lotes de terra. Mas elas são importantes, também, como pontos de beneficiamento inicial da mercadoria agrícola tanto para o consumo interno quanto para exportação;
2. Num segundo momento (décadas de 50 e 60) consideramos importante salientar na “carta” do estado o que pode ser descrito da seguinte maneira: redes de cidades consolidadas (comandadas pela metrópole São Paulo), estruturadas pela propriedade privada do solo e baseadas na especulação fundiária (o que acontece também no campo); definição da rede de transporte ferroviário; diversificação (que deve ser compreendida como diversificada inter-regionalmente) das culturas; industrialização para a transformação de produtos primários em primeiro lugar para a exportação e a produção de bebidas, alimentos e tecidos para o mercado interno;
3. E finalmente o que chamamos de terceiro momento mostra o estado de São Paulo da seguinte maneira: rede de cidades consolidada no momento anterior, na qual o papel das cidades médias torna-se mais significativo e visível; uma nítida diminuição ou mesmo quase desaparecimento do transporte ferroviário de passageiros e a diminuição de sua importância em relação à movimentação de cargas e mercadorias; a definição cada vez mais clara do papel das auto-estradas como definidores da expansão urbano-industrial; a ligação completa entre todas as cidades de diferentes tamanhos (da metrópole à menor cidade) por estradas, estimulada pelo investimento estatal, pela produção automobilística e pelo aumento do poder de compra da classe média, desconcentração industrial iniciada a partir da metrópole paulistana; aparecimento de cidades especializadas em tecnologias novas; nova divisão do trabalho agrícola; formação pela primeira vez no interior do estado, de uma rede universitária com grande participação na pesquisa aplicada (agropecuária, notadamente...) (SPOSITO, 1996, p. 77, 78,79, grifo nosso).

A atividade industrial desenvolvida no interior do estado de São Paulo é altamente diversificada. Predominam empresas industriais de ramos inovadores, como aquelas instaladas no eixo da rodovia Presidente Dutra, nos municípios de São José dos Campos, Campinas e São Carlos. As agroindústrias estão presentes em praticamente todas as regiões administrativas do estado, assim como a indústria de transformação.

Apesar do processo de dispersão da atividade industrial no estado de São Paulo ter avançado nas últimas décadas do século XX, constata-se, até os dias atuais, que essa atividade está distribuída de maneira desigual. Na metrópole e na região metropolitana e em cidades que formam um *tecido metropolitano único*, a indústria encontra-se estruturada de maneira mais densa. Já, no interior múltiplo, existem, de acordo com Mourão (1994) *centros isolados* em que predomina a atividade industrial.

Ainda de acordo com Mourão (1994) a interiorização da indústria paulista está associada, por um lado, às políticas públicas da década de 1970, que tinham como um dos pressupostos a “*expansão e modernização da agricultura paulista, favorecida pela política de exportações do Governo Federal, principalmente de cítricos, soja, cana (ProAlcool) e derivados de carne*” (p. 53). Dentre as regiões administrativas em que houve maior concentração de agroindústrias de capital nacional e estrangeiro ligado à agricultura moderna, destacam-se “*Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto*” (p. 53). A instalação dessas empresas seguiu um dos fatores clássicos de localização industrial, a saber, a proximidade com a matéria-prima.

Por outro lado, a interiorização da indústria no estado de São Paulo foi impulsionada pela modernização da rede rodoviária. A partir da instalação desse equipamento técnico, entraram em funcionamento,

[...] duas refinarias de petróleo (Paulínea e São José dos Campos), o PRÓ-ÁLCOOL, o Pólo Petroquímico e Siderúrgico de Cubatão, o complexo aeronáutico e as indústrias de material bélico em São José dos Campos, a concentração dos institutos de pesquisas e de empresas estatais no setor de telecomunicações e micro-eletrônica em Campinas. (MOURÃO, 1994, p. 54).

Além das políticas públicas atreladas à expansão da agricultura moderna e da agroindústria, bem como a modernização da rede viária, outro

fator que contribuiu para interiorização da indústria paulista foi “o crescimento de empresas de capital local, em ramos de baixa composição orgânica do capital” (MOURÃO, 1994, p. 54, 55).

As empresas industriais do Oeste Paulista são exemplos de empreendimentos originários do capital local e familiar, muitas vezes acumulado em atividades ligadas à agricultura. Entre as cidades que se destacam por ter o componente local como fomento da indústria, estão Bauru, Marília, São José do Rio Preto, Araçatuba, Birigui e Presidente Prudente. De acordo com Mourão (1994),

Existe um processo de multiplicação de pequenas empresas produzindo alimentos, móveis, confecções, sapatos etc, em regiões do interior afastadas da metrópole. Essas empresas inicialmente atuam em segmentos do mercado popular, mas passam a concorrer com as instaladas na capital, o que se explica por serem unidades que exigem um pequeno investimento inicial e, na medida em que se utilizam de muita mão-de-obra, possuem uma chance de crescimento maior no interior, onde os salários são inferiores aos da capital. Algumas dessas empresas conseguem tal crescimento que passam a atrair grandes grupos nacionais e multinacionais interessados na sua aquisição (p. 55).

A ocupação do Oeste Paulista e a gênese da atividade industrial estão atreladas à agricultura e à expansão da rede ferroviária na década de 1920. Gomes (2007) afirma que

[...] o crescimento das lavouras de algodão a partir dos anos 1930 contribuiu para o surgimento das primeiras indústrias de beneficiamento (inicialmente, com a transformação do algodão em pluma e, posteriormente, a fabricação de óleo). Outras lavouras também foram importantes para instalação de agroindústrias na região, entre elas, o amendoim, (o) tomate e, ainda, a cana-de-açúcar e a laranja, num período mais recente [...] (p. 23).

Assim como Sposito (1996), Gomes (2007) elenca, desdobrando-os em quatro, os momentos comuns por que passaram as cidades médias do Oeste Paulista, entre elas, Birigui, Araçatuba, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Marília, em relação à atividade industrial nelas desenvolvida.

1. O primeiro momento (as décadas de 1920 e 1930), caracterizado pela presença de pequenas fábricas com baixo patamar tecnológico, produzindo bens de consumo não-duráveis para atender a demanda local - fábricas de origem familiar, cuja gênese do capital era local e procurava-se aproveitar a matéria-prima local;
2. O segundo momento (meados da década de 1930 e as décadas de 1940 e 1950) diz respeito à implantação de grandes empresas industriais de capital externo e nacional, como a SANBRA, Swift, Anderson Clayton, Continental Ginco, Mac Fadden, Matarazzo, entre outras, todas de beneficiamento de produtos agrícolas (café, algodão, mais tarde amendoim) em todas as cidades médias. Essas empresas passam a conviver com as pequenas fábricas de capital local de bens de consumo não-duráveis;
3. O terceiro momento (as décadas de 1960, 1970 e meados da década de 1980) é caracterizado pelas profundas transformações na agricultura regional resultante da intensificação da capitalização do campo, implicando na redução de áreas com lavouras e nos modos de relação de trabalho no campo. [...] com a redução das áreas com lavouras houve a expansão da pecuária, contribuindo assim para a instalação de frigoríficos e laticínios, principalmente, nas regiões de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Acrescenta-se também a presença da cana-de-açúcar, impulsionando a instalação de usinas de álcool por intermédio de incentivos governamentais do Pró-álcool [...]. Ainda, neste momento, observa-se além do surgimento de novas empresas de capital local não ligadas às atividades agropecuárias, a entrada de capital de fora através de aquisições de empresas locais (já se destacava, por exemplo, a aquisição da indústria de alimentos Ailiram pela Nestlé, em Marília). Igualmente, algumas empresas começam a passar por reestruturação patrimonial;
4. Depois de um momento de transição (década de 1970), o quarto momento relacionado à atividade industrial do Oeste Paulista, “*se dá a partir de meados de 1980 e, sobretudo na década de 1990, quando se observa o processo de reestruturação produtiva impulsionado pela abertura econômica, mesmo com grau de intensidade menor*” (GOMES, 2007, p. 24,25, grifo nosso).

As indústrias instaladas, sobretudo nas cidades médias do Oeste Paulista, possuem como traço comum, a origem do capital, primordialmente local, familiar e derivado, muitas vezes, da atividade na agricultura. A partir da década de 1940, as escalas se entrelaçaram no Oeste Paulista, ou seja, tornou-se nítida a presença de capitais local, nacional e internacional, tanto nas atividades agrícolas, pecuárias, como também nas de serviços e da indústria.

Apesar dessa origem comum, nas décadas posteriores a 1950 “*há uma modificação na estrutura produtiva regional e essas cidades deixam de ter características comuns passando a apresentar especificidades*” (GOMES, 2007, p. 33). Dentre as especificidades, destaca-se por um lado, o fortalecimento do capital local das indústrias instaladas, sobretudo na cidade de

Marília, por outro, a atração de capitais nacionais e estrangeiros que essa cidade passa a exercer.

Em Marília, em virtude da distância dos grandes centros industriais, a presença das pequenas indústrias de capital local era destacada desde o início, contribuindo para seu desenvolvimento industrial. Podemos ressaltar algumas, como: fábrica de perfumes; fábrica de ladrilhos; fábrica de calçados; fábrica de máquinas agrícolas (Sasazaki); fábrica de tecidos; fábrica de móveis; fábrica de bebidas. Além dessas indústrias, destacava-se o ramo de alimentos com a fábrica de Balas Cristal (fundada em 1945, mais tarde transforma em Ailiram e adquirida pela Nestlé na década de 1980); Marilan (1957, produzia balas, biscoitos e macarrão); Rainieri (1948, que mais tarde foi adquirida pela Adria e desativada em 1993) [...] (GOMES, 2007, p. 29,30).

Considerando a afirmação de Gomes (2007), de que a “*distância dos grandes centros industriais*” favoreceu a emergência e consolidação da atividade industrial em Marília, podemos afirmar que a *situação geográfica* é um forte componente a ser considerado para entender a dinamização de “áreas” industriais distantes da metrópole paulistana. Além disso, é preciso ressaltar que nos “*primeiros momentos*”, a diversidade se faz inerente à produção industrial, sobretudo em Marília. Porém, hoje, como tendência, verifica-se que existem nessa cidade aglomerações de dois ramos industriais, a saber, metal-mecânico e alimentício de consumo final<sup>116</sup>, que, de acordo com Santos & Silveira (2001), são exemplos de “*especializações territoriais produtivas*”.

As “*especializações territoriais produtivas*” do período da globalização geram uma nova divisão territorial do trabalho e ampliam “[...] a *necessidade do intercâmbio, que agora se dá em espaços mais vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção*” (Santos & Silveira, 2001, p.135).

Antes de aprofundar a análise da atividade industrial desenvolvida em Marília, vale a pena apresentar, primeiramente, os elementos que contribuíram para a definição desse recorte empírico. Como referencial, utilizamos dados

---

<sup>116</sup>Mourão, Paulo Fernando Cirino. *Reestruturação produtiva da indústria e desenvolvimento regional: a Região de Marília*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP, 2002, 182 p. (Tese de Doutorado).

que permitem a comparação entre as cidades médias do Oeste Paulista, tais como o total de população, o perfil econômico e a participação dos vínculos e rendimentos empregatícios e investimentos anunciados. No período atual, esse caminho contribui para entender as especificidades presentes nas cidades médias do Oeste Paulista do ponto de vista das atividades econômicas desenvolvidas.

Em relação ao primeiro elemento (Tabela 17), verificamos que o estado de São Paulo, no ano de 2011<sup>117</sup>, apresenta uma população de 41.674.409 habitantes. As cidades médias do Oeste Paulista representam 3,27% desse total, sendo que São José do Rio Preto concentra 0,99% da população do estado, seguida por Bauru, 0,83%, Marília, 0,52%, Presidente Prudente, 0,50% e, por fim, Araçatuba, 0,43%.

**TABELA 17: POPULAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS DO OESTE PAULISTA EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (2008)**

<b>ESP/CIDADES MÉDIAS</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>ESTADO DE SÃO PAULO</b>	41.674.409	100
<b>S. J. DO RIO PRETO</b>	413.324	0,99
<b>BAURU</b>	346.612	0,83
<b>MARÍLIA</b>	218.482	0,52
<b>P. PRUDENTE</b>	209.411	0,50
<b>ARAÇATUBA</b>	182.791	0,43

**FONTE:** Perfil Municipal – Fundação Seade [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br) – acesso FEV./2011.  
**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. FEV./2011.

O perfil econômico também é um indicador importante para entender o papel que cada uma das atividades econômicas tem nas cidades consideradas. Os dados da Tabela 18 (p. 186) revelam que, em relação às exportações realizadas no estado de São Paulo, a participação das cidades de Marília e São José do Rio Preto são as menores, em comparação às demais cidades médias do Oeste Paulista (Araçatuba, Presidente Prudente e Bauru).

<sup>117</sup>Fonte: Perfil Municipal da Fundação SEADE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/notas.php>)



**TABELA 18: PERFIL ECONÔMICO DAS CIDADES MÉDIAS DO OESTE PAULISTA (2008)**

INDICADORES	EST. SÃO PAULO	MARÍLIA	ARAÇATUBA	P. PRUDENTE	S. J. RIO PRETO	BAURU
Part. nas Exp. do Estado em 2009%	100	0,053	0,11	0,31	0,097	0,29
Part. da Agrop. no Total do V.A. %	1,45	0,99	1,68	0,65	0,28	0,30
Part. na Ind. no Total do V.A. em %	29,52	21,80	18,97	18,40	15,19	20,81
Part. dos Serv. no Total do V.A. em %	69,03	77,21	79,75	80,94	84,53	78,89
PIB (em milhões de reais correntes)	1.003.015,76	3.056,84	2.723,58	3.182,33	7.056,70	6.004,12
PIB per capita (em reais correntes)	24.457,00	13.679,94	15.035,53	15.435,91	17.033,99	16.880,91
Participação no PIB do Estado (%)	100	0,30	0,27	0,31	0,70	0,59

**FONTE:** Perfil Municipal – Fundação Seade [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br) – acesso FEV./2011.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. FEV./2008.

No entanto, em relação à participação da atividade agropecuária, o estado de São Paulo participa com 1,45%, em relação ao Brasil. As cidades médias do Oeste Paulista participam com 1,68%, sendo que Araçatuba participa com 0,99%, Marília; 0,65%, Presidente Prudente; 0,30% Bauru, e 0,28%, São José do Rio Preto. Em relação à indústria, o estado de São Paulo, no ano de 2008, foi responsável por 29,52% do valor adicionado dessa atividade desenvolvida no território brasileiro. Marília, em comparação às cidades médias do Oeste Paulista, apresenta maior participação (21,81%), seguida por Bauru (20,81%), Araçatuba (18,97%), Presidente Prudente (18,40%) e, por fim, São José do Rio Preto (15,19%).

No que concerne aos serviços, ao estado de São Paulo cabe a cota de 69,03%. Entre as cidades médias do Oeste Paulista, São José do Rio Preto é a que mais se destaca em relação ao valor adicionado dessa atividade, com um índice de 84,53%, seguida por Presidente Prudente (80,94%) e Araçatuba (79,75%), enquanto Marília comparece com o menor índice (77,21%). Quanto ao PIB, São José do Rio Preto apresenta os maiores índices e Marília, os menores.

Além do valor adicionado, verificamos também a participação dos vínculos empregatícios e rendimentos médios por vínculos empregatícios, a partir dos grandes setores do IBGE (Tabela 19, p. 188). Esses dados revelaram que em relação ao setor agropecuário, o estado de São Paulo é responsável por 3,08% dos vínculos empregatícios. Considerando as cidades médias do Oeste Paulista nesse campo, Araçatuba ultrapassa a participação do estado, com um índice de 3,66%, seguida por Marília (1,87%), Bauru (1,26%), Presidente Prudente (0,96%) e São José do Rio Preto (0,95%).

No setor da indústria, o estado de São Paulo contribui com uma participação de 22,47% dos vínculos empregatícios no total do Brasil, sendo que as cidades de Presidente Prudente e Marília participam, nesse item, em 23,47% e 23,18%, em relação ao estado de São Paulo. Já a cidade de Araçatuba contribui com 19,72%, São José do Rio Preto, com 17,61%, seguida por Bauru, com 15,82% dos vínculos empregatícios do total do estado.

O estado de São Paulo é responsável por 4,69% dos vínculos empregatícios na construção civil, e a cidade de Bauru se destaca nessa atividade, pois apresenta um índice de 7,33%, seguida por Marília, 6,16%, São José do Rio Preto, 5,52%, Presidente Prudente, 5,13% e, por último, Araçatuba, com 3,28%. Os vínculos empregatícios ligados ao comércio representam 19,23% no total do estado de São Paulo. Entre as cidades analisadas, a de maior destaque é São José do Rio Preto (30,06%), vindo, na ordem, Araçatuba (28,80%), Presidente Prudente (26,17%), Marília (24,90%) e Bauru (24,70%).

Quanto aos vínculos empregatícios relacionados aos serviços, o estado de São Paulo detém uma cota de 50,53%, e a cidade de Bauru é a que mais se destaca nesse setor, com um índice de 50,89%, seguida de São José do Rio Preto, 45,86%, Araçatuba, 44,55%, Presidente Prudente, 44,27% e finalmente Marília, 43,90%.

Em síntese, em relação à participação dos vínculos empregatícios (%), podemos afirmar que a cidade de **Araçatuba** se destaca nas atividades ligadas ao setor de **agropecuária e comércio**, e **Bauru** desponta nas relacionadas à **construção civil e serviços**. Quanto a **Marília**, o destaque é em relação aos vínculos ligados a **indústria, agropecuária e construção civil**, enquanto **Presidente Prudente** se sobressai apenas nos vínculos relacionados à **atividade industrial**, vindo por fim, **São José do Rio Preto**, nos vínculos relacionados ao **comércio e serviços**.

**TABELA 19: PARTICIPAÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS (%) E DO RENDIMENTO MÉDIO (R\$) POR VÍNCULO EMPREGATÍCIO, DOS GRANDES SETORES DO IBGE (2009)**

GRANDES SETORES	EST. SÃO PAULO %	EST. SÃO PAULO (R\$)	ARAÇATUBA %	ARAÇATUBA (R\$)	BAURU %	BAURU (R\$)	MARÍLIA %	MARÍLIA (R\$)	P. PRUDENTE %	P. PRUDENTE (R\$)	S. J.R. PRETO %	S. J.R. PRETO (R\$)
Agropecuária	3,08	930,66	3,66	1.052,49	1,26	891,12	1,87	775,48	0,96	917,18	0,95	1.468,43
Indústria	22,47	2.076,16	19,72	1.237,95	15,82	1.534,51	23,18	1.522,84	23,47	1.089,23	17,61	1.216,41
Construção Civil	4,69	1.400,71	3,28	1.136,36	7,33	1.147,46	6,16	681,46	5,13	1.177,71	5,52	1.289,64
Comércio	19,23	1.296,69	28,80	1.037,89	24,70	1.047,68	24,90	1.000,19	26,17	1.004,45	30,06	1.097,94
Serviços	50,53	1.885,02	44,55	1.479,88	50,89	1.576,36	43,40	1.659,98	44,27	1.489,96	45,86	1.640,32

**FONTE:** Perfil Municipal – Fundação Seade [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br) – Acesso FEV./2011. **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. FEV./2011.

O rendimento médio (R\$) por vínculo empregatício dos grandes setores do IBGE (2009) no estado de São Paulo foram, respectivamente, R\$ 930,66 no setor agropecuário, R\$ 2.076,16 no setor industrial, R\$ 1.400,71 na construção civil, R\$ 1.296,69 no comércio e R\$ 1.885,02 no setor de serviços.

**Araçatuba** apresentou os maiores rendimentos médios (2009, R\$) no setor **agropecuário**, **Bauru** se sobressaiu no setor **industrial e comércio**, **Marília** teve destaque no setor **industrial e serviços**, **Presidente Prudente**, na **construção civil** e **São José do Rio Preto**, nos setores de **agropecuária**, **construção civil**, **comércio e serviços**.

Quanto aos investimentos anunciados nas indústrias do ramo alimentício<sup>118</sup> (Tabela 20, p. 189), verificamos que no período de 1995 a 2005, todas as cidades médias do Oeste Paulista receberam anúncio de investimentos, porém Marília merece destaque, por um lado, pela maior quantidade de investimentos, por outro, pela diversidade dos agentes envolvidos.

Até o momento, a partir dos referenciais de Mourão (1994, 2002), Sposito (1996) e Gomes (2007), e dos dados arrolados ao longo deste capítulo e dos anteriores, verificamos que as cidades médias do Oeste Paulista, apesar de passarem por “momentos” comuns do ponto de vista do processo de ocupação e desenvolvimento das atividades econômicas, em fins da década de

<sup>118</sup>Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo levanta as intenções de investimentos de empresas por Município, Região de Governo e Região Administrativa, segundo setores e subsetores de atividade econômica. Fonte: <http://www.seade.gov.br/produtos/piesp>. Acesso 16/1/2009.

1980, algumas especificidades afloraram no que concerne à dinâmica territorial e econômica. Atrelamos, referenciados em Côrrea (2007), o surgimento dessas especificidades a fatores relacionados à formação socioespacial, bem como à situação geográfica e à atuação dos agentes.

**TABELA 20: EMPRESAS QUE INVESTIRAM NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS (EXCETO USINAS SUCROALCOOLEIRAS) - 1995 - 2005**

EMPRESA	ORIGEM	TIPO (Nº) DE ANÚNCIOS	TOTAL (US\$ milhões)
<b>RA BAURU</b>			<b>265,09</b>
<b>Bauru</b>			33,83
Adams	EUA	Ampliação/Modernização (1)	20,3
Cervejaria dos Monges	Brasil	Ampliação/Modernização (1)	3
Spaipa	Brasil	Implantação (1)	2,63
Sukest	Brasil	Impl. (1) e Ampl./Moder. (3)	7,9
<b>RA ARAÇATUBA</b>			<b>212,67</b>
<b>Araçatuba</b>			51,82
Etti	Brasil	Implantação (1)	6,5
Nestlé	Suíça	Ampliação/Modernização (1)	36,98
Parmalat	Itália	Ampliação/Modernização (1)	8,34
<b>RA MARÍLIA</b>			<b>151,24</b>
<b>Marília</b>			88,85
Bel	Brasil	Impl. (1) e Ampl./Moder. (1)	7,28
Coca-Cola	EUA	Ampliação/Modernização (1)	20,68
Dori	Brasil	Impl. (2) e Ampl./Moder. (4)	16,75
Marilan	Brasil	Ampliação/Modernização (4)	11,4
Nestlé	Suíça	Ampliação/Modernização (1)	12,53
Spaipa	Brasil	Ampliação/Modernização (2)	3,4
Yoki	Brasil	Implantação (2)	8,81
<b>RA PRESIDENTE PRUDENTE</b>			<b>8,25</b>
<b>Presidente Prudente</b>			7,98
Coolvap	Brasil	Implantação	5,26
Prudenfrigo	Brasil	Modernização	0,2
Amidoeste	Brasil	Implantação	0,6
Premix	Brasil	Implantação	1,74
Bon Mart	Brasil	Implantação	0,18
<b>RA SÃO JOSÉ RIO PRETO</b>			<b>66,38</b>
<b>São José do Rio Preto</b>			3,81
Arco Íris	Brasil	Ampliação/Modernização (1)	3,81
<b>TOTAL DAS 5 RAS</b>			<b>703,63</b>
<b>TOTAL DAS EMPRESAS</b>			<b>152,46</b>

**FONTE:** FUNDAÇÃO SEADE/PIESP. In: MOREIRA, Adriano. *Investimentos na indústria de alimentos e bebidas e mudança na divisão territorial do trabalho no Estado de São Paulo*. Presidente Prudente: Monografia de Bacharelado em Geografia, FCT/UNESP, 2010.

Entre as de capital nacional que anunciaram investimentos em Marília, destaca-se a Yoki (Implantação US\$ 8,81 milhões), uma das líderes no segmento alimentício de confeitos salgados. Em relação às empresas de capital externo, a Nestlé se sobressai, com anúncio de investimentos na cidade de Araçatuba (Ampliação e Modernização US\$ 36,98 milhões), em sua unidade de produção de derivados lácteos e, em Marília, (Ampliação/Modernização (US\$ 12,53 milhões), na unidade de produção de biscoitos.

Ainda em Marília, a Coca-Cola (capital externo), juntamente com o Grupo Spaipa, possui uma unidade produtiva e anunciou investimento de US\$ 24,08 milhões, referente a Ampliação e Modernização. Além das empresas de capital nacional e externo instaladas em Marília, verificamos que as de capital local, líderes do mercado do segmento alimentício (Quadro 3, Capítulo 2), também anunciaram investimentos no período de 1995 a 2005. Entre elas destaca-se a Bel Chocolates (Implantação (1), Ampliação/Modernização US\$ 7,28 milhões), Dori Ltda. (Implantação (2) e Ampliação/Modernização (4) US\$ 16,75 milhões) e Marilan S/A (Ampliação e Modernização (4) US\$ 11,4 milhões).

Até o momento, todos os dados e informações que substanciaram nosso estudo revelaram que Marília se destaca entre as cidades médias do Oeste Paulista por possuir diversidade no que concerne às atividades econômicas, mas que a atividade industrial se sobressai na geração de empregos e de tributos, e na articulação entre agentes que atuam em múltiplas escalas. Essa realidade permite dar continuidade à nossa análise com vistas a entender a origem, reconfiguração do território industrial de Marília e as dinâmicas proporcionadas por essa atividade no período da globalização.

### **3.3. A origem do ramo alimentício de consumo final em Marília – SP**

Na atualidade, temos uma nova configuração espacial, fruto de processos que ocorrem na escala global e que se materializam nos lugares. Portanto, consideramos um desafio apreender os movimentos resultantes das ações dos agentes no território.

Assistimos a uma profunda reestruturação do território, resultante da reestruturação do processo produtivo, que ocorre tanto no interior da fábrica - com a adoção de um novo sistema de organização da produção e do trabalho - como também fora dela, a partir da seleção de novos lugares para desenvolver a produção e a gestão das atividades.

Na cidade de Marília, o desenvolvimento da atividade industrial é anterior ao processo de desconcentração industrial iniciado na metrópole paulistana na década de 1970.

O início do processo de industrialização da cidade tem sido associado à instalação das máquinas de beneficiamento de algodão, principalmente após 1936, quando chegam as grandes unidades, de capital de fora, nacional e estrangeiro, como SANBRA, Anderson Clayton (1936) e a Matarazzo (1937) e Zillo (1938). De fato, se pensarmos em processos produtivos não artesanais, essas podem ser consideradas as primeiras verdadeiras indústrias da cidade (MOURÃO, 1994, p. 57, 76).

Corroborando essa ideia, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Marília, informa:

[...] sobre a origem da indústria, posso resgatar um pouco do depoimento dos meus avôs. Eles eram italianos e migraram para Marília no ano de 1924, segundo relatavam, a região era agrícola, havia cultivo de café, algodão, mamona, cana-de-açúcar, e a partir de 1950 foi introduzida a cultura do amendoim, que se tornou o foco principal. Como em Marília tínhamos todo o suporte da matéria-prima, foi possível instalar na cidade, agroindústrias beneficiadoras, como por exemplo, a Anderson Clayton, Sanbra, J.P. Duarte, Novaes, Matarazzo e outras. Eram indústrias beneficiadoras de grãos e também de transformação, pois grande parte da produção de oleaginosas era para a produção de óleos de mamona, algodão etc. Vale destacar que o algodão era utilizado em vários ramos industriais, tanto na produção de óleos como de fibras eram destinadas para as

indústrias de têxteis localizadas na cidade de Marília e em São Paulo (STIAM, 27/5/2008, grifo nosso)<sup>119</sup>.

Do ponto de vista regional, a localização de unidades produtivas industriais em Marília relacionava-se “[...] à produção da matéria-prima na região e ao desenvolvimento urbano que a cidade já apresentava na metade dos anos 30, assumindo a função de centralidade numa próspera região agrícola. Essas indústrias eram, no entanto, dependentes da região agrícola” (MOURÃO, 1994, p. 76). Na escala intraurbana, as primeiras unidades produtivas seguiram os padrões clássicos de localização industrial, ou seja, instalaram-se em áreas próximas ao centro da cidade, como podemos verificar na Figura 4 e no Quadro 9 (p. 193).

**FIGURA 4: PRIMEIRAS EMPRESAS INDUSTRIAIS INSTALADAS NA CIDADE DE MARÍLIA-SP**



**FONTE:** www.maps.google.com 12/02/2011. **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. FEV/2011.

<sup>119</sup>As entrevistas realizadas durante o trabalho de campo mostraram-se importante recurso metodológico para entender o conteúdo da atividade industrial de Marília arquitetada por agentes – sujeitos, ao longo do tempo. Foi possível, em alguns momentos, pelo resgate da memória dos entrevistados, entender os conflitos existentes no território industrial. Não vamos, no entanto, dissertar sobre a questão da construção da memória dos agentes que usam o território, mas pretendemos, em outros trabalhos, agregar essa discussão à ciência geográfica. A memória, de acordo com a Professora Dra. Maria Aparecida Moraes e Silva, é entendida não como “*simples lembrança do passado, porém como meio para recriar o passado com vistas ao futuro, portanto, como algo que implica numa possível ação transformadora, na qual as lembranças, como matrizes de memória, possam ser os alicerces de novos espaços e novas temporalidades*” (durante disciplina ministrada do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente entre os dias 20,21 e 22/11/2007).

**QUADRO 9: PRIMEIRAS EMPRESAS INDUSTRIAIS INSTALADAS EM MARÍLIA**

PRIMEIRAS EMPRESAS INDUSTRIAIS INSTALADAS EM MARÍLIA/SP	LOCALIZAÇÃO
Indústria de Manufatura de Madeira	Rua Duque de Caxias
Fábrica de Molduras em Mármore (2)	Av. República e Duque de Caxias
Fábrica de Macarrão e Balas	Rua Duque de Caxias; Av. Castro Alves
Fábrica de Óleos e Café	Av. Bandeirantes e Av. Joquei Club
Fábrica de Óleo	Castro Alves
Fábrica de Molho de Soja	Av. Pedro de Toledo
Pastifício Marília	Rua Rio Grande do Sul
Fábrica de Confeções, Fábrica de Esq. Metálicas	Rua 9 de Julho; Av. Brasil
Fábrica de Calçados	Rua São Luiz

**FONTE:** LARA, Paulo de Corrêa. Marília: sua terra, sua gente. Marília: Ed. Iguatemy de Comunicações Ltda, 1991.  
**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. FEV/2011.

De acordo com Lara (1991), as primeiras empresas industriais instaladas em Marília são provenientes de capital local. As manufaturas surgiram com o objetivo de atender a demanda da população local e regional. Percebemos que a atividade industrial desenvolvida na cidade era bem diversificada e, a partir das informações do Quadro 9, verificamos que os ramos industriais desenvolvidos inicialmente foram, de acordo com Mourão (1994), aqueles que agregaram pouco investimento em capital e tecnologia, tais como confecção, calçados, manufaturas em madeira e, em maior número, empresas ligadas ao ramo alimentício.

Concomitante à instalação das empresas de capital local, entraram em funcionamento na cidade de Marília empresas beneficiadoras, de capital nacional e internacional. O Oeste Paulista favorecia, até a década de 1950, a presença dessas empresas, pois era grande produtor das matérias-primas necessárias para a manutenção da produção, entre elas, o algodão e, posteriormente, o amendoim.

A respeito de Marília, Mourão (1994) afirma que

[...] em 1945 os estabelecimentos industriais que processavam o algodão representavam 47% do número de operários do município e 83,3% dos investimentos. As duas fábricas de óleo representavam 39,9% da mão de obra empregada na indústria e 62,6% dos investimentos. [...] em 1945, segundo o Catálogo das indústrias do Estado de São Paulo, cerca de 140 estabelecimentos foram classificados como industriais, que empregavam 1281 operários (p. 76, 77,78).



A produção industrial das empresas alimentícias, têxteis e de calçados visava primordialmente atender a demanda da escala local e regional. As empresas beneficiadoras de algodão e de casulos de seda, bem como as processadoras de óleo, destinavam a produção para o mercado nacional, sobretudo para empresas localizadas na cidade de São Paulo e na região metropolitana. Durante a Segunda Guerra Mundial, porém, a produção de têxteis e de casulos de seda também se voltou ao mercado externo, principalmente ao Japão e a países da Europa Ocidental.

De acordo com Lara (1991) e Mourão (1994), a inserção da produção das empresas industriais de Marília no mercado externo deveu-se em grande parte ao fato de a origem do capital ser majoritariamente de imigrantes japoneses e italianos, o que favoreceu a articulação entre as empresas envolvidas na exportação.

Outro aspecto que merece destaque, no que concerne à origem e estruturação da atividade industrial em Marília, é a atração que as empresas locais exerciam sobre grandes empresas. Como exemplo, podemos citar a aquisição de uma fábrica de bebidas, cujo dono era de Marília, por uma empresa que tinha, já na década de 1950, inserção no mercado nacional.

Em 1938, é fundada uma fábrica de bebidas por Ernesto Basta e seus irmãos, que produzia guaraná, gaseosa e vinagre, localizada na Vila São Miguel. Em 1953, os proprietários começam a produzir cerveja, montando a Cervejaria Alta Paulista que, em 1955, é adquirida pela Companhia Antártica Paulista, funcionando como uma subsidiária da Antártica com a denominação de Cervejaria Bavária S/A, sendo que, em 1962, passa a usar a razão social Companhia Antártica Paulista (MOURÃO, 1994, p. 81 apud LARA (1991, grifo nosso).

A empresa Sasazaki, do ramo metal-mecânico, hoje, com forte atuação no mercado nacional e internacional, originou-se na cidade de Marília, como uma iniciativa de imigrantes japoneses. Em 1943, a família Sasazaki, que se dedicava à atividade agrícola, mudou-se para a cidade e decidiu investir em atividades ligadas à indústria. Seus integrantes montaram *“uma pequena fábrica artesanal de balancinhos (produto agrícola usado na época) e de lamparinas a óleo e lampeões de carbureto (muito usados nos tempos da Segunda Guerra, quando havia racionamento de querosene).”* Em 1958, a

sociedade amplia-se, “com a entrada de outros irmãos na *Sassazaki Sociedade Anônima Indústria e Comércio*, na época já produzindo uma grande variedade de máquinas agrícolas” (MOURÃO, 1994, p. 81, 82).

No ramo alimentício, a primeira fábrica de balas instalada na cidade de Marília data do ano de 1945.

Santo Barion, filho de imigrantes italianos, instala, em 1945, junto com seus filhos, a Fábrica de Balas Cristal, que tinha como equipamento inicial dois tachinhos em fogo a lenha direto, uma pedra de mármore, um cilindro manual e uma mesa, onde trabalhavam dez moças embrulhando as balas a mão. Nessa época, como conta um dos fundadores, as balas fabricadas em São Paulo, pela Lacta, Pan, Falchi e outras empresas menores, dificilmente chegavam a Marília, o que vai permitir o crescimento rápido da empresa. Em fins de 1946, os Barion compram um prédio na rua XV de Novembro, com área de 250 m<sup>2</sup>, o que permite a diversificação para a produção de balas de goma, com a contratação de um técnico vindo da Lacta. Também em 1947 são admitidos dois vendedores para atuarem na Sorocabana, ampliando a área de vendas. Em 1950, chegam as primeiras máquinas embrulhadoras e a fábrica é novamente ampliada, mudando-se para um prédio maior adquirido de uma fiação de seda desativada (MOURÃO, 1994, p. 82, grifo nosso).

A indústria de alimentos só se originou na cidade por intermédio do Senhor Santo Barion, que implantou uma fábrica que, a princípio, produzia doces de amendoim, guloseimas e gomas. Posteriormente foram instaladas outras indústrias de biscoitos e doces - a Guidi, depois, a Xereta, a Airilam (vendida para outro empresário) e a própria Marilan. Além das indústrias mencionadas, foram instaladas também as de massas, principalmente de macarrão, como a Marimassas, Raniere, Gêneva, posteriormente, foram instaladas as indústrias de óleos. As indústrias citadas foram as que nasceram em Marília e também, em se tratando das agroindústrias, estas foram instaladas na cidade, mas eram provenientes de capitais externos (STIAM, 27/5/2008).

Diante dos relatos explorados por Mourão (1994) e das informações colhidas em entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Marília - STIAM (2008), podemos afirmar que a origem da atividade industrial desta cidade está atrelada à formação das atividades econômicas locais, aos investimentos dos imigrantes italianos e japoneses que se estabeleceram na cidade e se tornaram agentes da atividade industrial, à situação geográfica do município, em especial devido à distância da metrópole paulistana, e a disseminação de um *savoir-faire*, adquirido pelos trabalhadores da indústria alimentícia.

[...] os funcionários que trabalhavam nas indústrias maiores, e eram mandados embora, montavam o próprio negócio. Muitas vezes relacionado à produção de mercadorias do ramo alimentício. Cada indústria produzia apenas um produto, por exemplo, amendoim japonês, pé-de-moleque, goma, balas, pirulitos. Essa diversidade foi crescendo e contribuiu para que Marília ao longo do tempo fosse considerada a cidade capital nacional do alimento. Quando se demite um funcionário, você demite também a sua tecnologia, pois ele sai dominando o processo de produção e por isso pode investir no segmento industrial que trabalhava como empregado, por isso hoje, na cidade de Marília, desenvolve uma diversidade de indústrias alimentícias e também de padarias, confeitarias etc (STIAM, 27/5/2008, grifo nosso).

Na década de 1950, o contexto nacional favorecia a expansão industrial, porém as indústrias de Marília, predominantemente voltadas a beneficiamento do algodão, produção de óleos, fabricação de gêneros alimentícios, vestuários, calçados e instrumentos destinados ao trabalho agrícola não tiveram a mesma expansão do ponto de vista da produção e geração de empregos.

As empresas beneficiadoras de fibras de algodão e processadoras de óleo foram as que mais diminuíram a participação no mercado em decorrência, entre os fatores, de *“uma crise de demanda interna e externa que inviabilizava a produção na região, devido à queda da produtividade causada pelo empobrecimento do solo. Além disso, as indústrias de óleo começam a dar preferência ao amendoim como matéria-prima”* (MOURÃO, 1994, p. 84).

Na região, nas décadas de 1950 e 1960, a produção do algodão foi substituída paulatinamente pela cultura do amendoim para atender a uma demanda do mercado. Desse modo, a indústria de Marília iniciou a produção de óleo de amendoim e seus subprodutos, tais como tortas, farelos, adubos e sabão. De acordo com Mourão (1994),

[...] além das antigas fábricas de óleo de algodão que passam a esmagar o amendoim, como Matarazzo e Anderson Clayton, novas fábricas de capital de fora são montadas, como a Zillo, que inicia a produção de óleo em 1957, a J. Alves Veríssimo (1966). Além dessas empresas, outras de capital local entraram em funcionamento (p. 84,85).

Ao longo de vinte anos, a produção de óleo de amendoim e seus subprodutos garantiu centralidade à Marília no que concerne à produção industrial e geração de empregos nesse setor. No entanto, em fins da década

de 1960, mesmo com a estruturação de redes técnicas, a indústria processadora de amendoim, que tinha como “trunfo” a proximidade com a matéria-prima, assim como aconteceu com o processamento do algodão, entrou em declínio.

A ascensão das fábricas de óleo de amendoim instaladas em Marília dependia do rendimento da cultura desse produto na região, sendo que a conquista do mercado nacional, tornando inviável a produção rudimentar de óleo que se fazia em várias partes do país, foi baseada numa produtividade superior à média nacional, aliada à proximidade da lavoura às fábricas, que permitiam preços competitivos. Para isso também contribuiu a pavimentação da rodovia Marília-Bauru, ocorrida em 1950, interligando a cidade, por estrada de rodagem asfaltada à capital. Enquanto foi possível a exploração dos solos férteis, essa produção cresceu, mas as perspectivas já se apresentavam negativas no final da década de 60 (MOURÃO, 1994, p. 85).

Além da queda da produtividade pelo desgaste do solo, o declínio da área plantada de amendoim foi influenciado pela expansão da plantação da soja no território brasileiro, em especial nas regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil. O óleo de amendoim, aos poucos, foi substituído pelo de soja. Como as indústrias beneficiadoras e processadoras de óleos instaladas em Marília dependiam diretamente da matéria-prima, a proximidade geográfica entre empresa e matéria-prima significava redução de custos, e conseqüentemente, aumento dos lucros e permanência no mercado. Com a nova situação, porém, algumas empresas encerraram suas atividades ou, adquiridas por outras maiores, transferem-se para áreas onde se investia na cultura da soja.

[...] o fim dessa etapa de sua produção industrial deixou na população uma imagem de desindustrialização da cidade, reforçada pelas formas espaciais deixadas por essas fábricas no espaço urbano, principalmente ao longo da ferrovia, localização preferida dessas unidades, onde se pode observar uma sequência de chaminés, equipamentos e prédios abandonados. [...] não podemos caracterizar esse período de fechamento das fábricas de óleo como indicadores de um processo de desindustrialização do município, na medida em que a nível local emergiram novos segmentos de indústrias que compensaram essa perda (MOURÃO, 1994, p. 87, grifo nosso).

A atividade industrial de Marília, até a década de 1960, tinha sua estrutura, por um lado pautada no beneficiamento e processamento de produtos agrícolas, por outro, na produção de máquinas e equipamentos também agrícolas. Após esse período, notou-se uma mudança em seu perfil

industrial, sobressaindo-se indústrias atreladas à produção de bens não duráveis de consumo final, sobretudo do ramo alimentício. “*Em 1970, o gênero alimentos continua a liderar a produção industrial da cidade, agora não mais produzindo óleo ou apenas beneficiamentos, mas massas, bolachas e doces*” (MOURÃO, 1984, p. 91).

Durante trabalho de campo realizado na cidade de Marília (2008), entrevistamos o Professor Camilo Sivielle, que tem sua trajetória de trabalho articulada à atividade industrial do ramo alimentício de Marília. Sua experiência na área permitiu-lhe sintetizar historicamente as mudanças e permanências da atividade industrial por nós investigada.

Quando cheguei a Marília (por volta de 1955), a cidade era basicamente de economia agrícola, o que mais se produzia era o café e depois o algodão. Com a cultura do algodão, vieram as empresas processadoras como a Matarazzo que fazia óleo de algodão. Na época não ia muito, além disso. Com o passar do tempo as indústrias foram se desenvolvendo, por exemplo, empresas como a Marilan, começaram como uma padaria, o proprietário comprou um forno pequeno e começou a produzir, na verdade ainda era uma empresa embrionária e assim também aconteceu com outras empresas que hoje são grandes, mas que começaram no “fundo do quintal”. Outro exemplo é a Airilam, que iniciou as atividades na década de 1940, como uma fabriqueta de fundo de quintal, produzia-se balas. Num período muito curto, a empresa cresceu e se sustentou por vários anos. Mas, as outras empresas desse período eram pequenas. Quando eu cheguei aqui, era o período da disseminação da cultura do amendoim, que era destinado principalmente para a produção de óleo, então instalaram em Marília diversas empresas como Anderson Clayton, não me lembro o nome de todas, mas tinha diversas, pois a região começou a produzir muito amendoim. Como já falei, eu trabalhava na usina de açúcar, que montou uma fábrica para processar o óleo do amendoim, mas, este foi um ciclo que acabou. Estas empresas não acompanharam a inovação do mercado e viraram sucatas, outras fecharam ou foram embora para outras regiões do Brasil. Nesse intermédio, ocorreram geadas que destruíram as lavouras de café que ainda existiam na região. Acredito que esse período era de transição, pois não estava bem definida a economia da cidade, não tínhamos precisão para onde estava caminhando. Mas, na década de 1970 já existia na região algumas empresas importantes como a Jacto em Pompéia, que não era a Jacto que é hoje, mas já era uma empresa importante. Em Marília existia a Airilam e a Marilan, que no final de 1975 saiu de um lugar pequeno e utilizou o primeiro forno grande. Hoje a Marilan é a terceira maior empresa de biscoitos do Brasil. Na época, eu acompanhei essa mudança, pois era funcionário da empresa. As mudanças ocorreram tanto no prédio como na utilização de novas máquinas no processo de produção, como por exemplo, o forno grande. Claro que havia uma série de deficiências, não havia um projeto eficiente, com bom planejamento, enfim, não dava mais para voltar atrás, pois a empresa, mesmo com algumas deficiências estava em crescimento (Professor Camilo Sivielle, 30/5/2008).

A emergência do ramo alimentício de consumo final, como um dos mais importantes para Marília, no que concerne ao número de estabelecimentos e à geração de empregos e impostos na década de 1970, é resultado da ação desenvolvida por agentes locais nas décadas anteriores, tais como, entre outras, a própria criação e ampliação de empresas e a inovação tecnológica pela aquisição de novos equipamentos que ampliaram e diversificaram a produção.

Para o crescimento da produção de alimentos na cidade, durante os anos 60, tiveram grande contribuição: a) a fundação, em 1957, da Marilan, por Maximiliano Garla, que começa produzindo balas, macarrão e biscoito; b) a produção de macarrão da indústria Novaes, criada em 1963; c) a compra, pela Ailiram, de um forno italiano para iniciar a fabricação de biscoitos, além da compra de equipamento automático para a fabricação de balas, que permitiu o lançamento das balas Sete Belo e Campeão, que passaram a puxar as vendas dos outros produtos da fábrica; d) o surgimento de várias pequenas indústrias de doces e outros tipos de alimentos, como a Dori, Adriam, a Guidi e Cia etc (MOURÃO, 1994, p. 92, grifo nosso).

Em fins da década de 1970, como fruto das mudanças estruturais do modo capitalista de produção e da atuação dos agentes globais e nacionais ligados à atividade industrial, ocorreu no estado de São Paulo o processo de desconcentração industrial, que culminou em mudanças nos padrões de localização industrial.

De acordo com Lencioni (2006), esse processo teve um viés político muito forte, pois,

Enquanto o governo federal sob o discurso da descentralização industrial procurou dirigir a indústria para o Nordeste, o estadual procurou incentivar o deslocamento industrial para o interior do estado. [...] Em nível do governo local muitos municípios interioranos passaram a oferecer uma série de incentivos visando atrair indústrias. Um grande número de prefeituras elaborou diretrizes para atrair estabelecimentos industriais para seus municípios (p. 201).

Entre os atrativos oferecidos pelas prefeituras, destacam-se a isenção de impostos e de taxas municipais, ressarcimento dos gastos com terrenos, implantação de infraestruturas etc. Além disso, a oferta de mão de obra barata também foi explorada pelos agentes locais, a fim de atrair indústrias para as cidades do Oeste Paulista.

Porém, num primeiro momento, a distância de 443 quilômetros em relação à metrópole paulista não contribuiu para a atração de unidades produtivas industriais. A princípio, esse fato pareceu negativo para a dinâmica econômica e regional, mas, posteriormente, as indústrias de capital local, sobretudo do ramo alimentício<sup>120</sup>, localizadas em Marília, estruturaram-se e adquiriram dinamismo, e com isso ampliaram o mercado de distribuição dos produtos.

Grande parte das empresas industriais do ramo alimentício instaladas na cidade acatou as imposições do sistema capitalista de produção global, ou seja, adequou-se às exigências do mercado, e passou por processos de reestruturação. Além disso, a proximidade geográfica e organizacional dos agentes públicos e privados articulados ao ramo alimentício contribuíram para a consolidação dessa atividade na cidade, atraindo inclusive empresas de capital nacional e transnacional nas décadas posteriores.

A realidade industrial de Marília, a partir da década de 1980, fundamentou-se no ramo de alimentos de consumo final e no de metal-mecânico, porém o primeiro é que apresenta um número maior de estabelecimentos, sendo assim responsável pela geração de empregos e pelo funcionamento de instituições, associações e de serviços voltados a esse ramo industrial.

De acordo com os dados da Fundação Seade (2007), referentes à economia das Regiões Administrativas paulistas, “a *fabricação de alimentos e bebidas é a atividade industrial que mais se destaca na RA de Marília, tanto no valor adicionado como na geração de emprego. Por esse motivo, o município de Marília, sede da região, recebeu o título de capital nacional do alimento*” (p. 4).

É nítida a concentração de estabelecimentos industriais e de empregos ocupados do ramo alimentício em Marília (Cartograma 9, p. 202). Outras cidades da mesma RA, como Tupã, Garça, Assis e Ourinhos, apesar de apresentarem uma pequena concentração de estabelecimentos industriais do ramo alimentício, o mesmo não ocorreu, porém, com os empregos.

---

<sup>120</sup> “Empresas de alimentos de “consumo final” (MARTINELLI JÚNIOR, 1999, p. 133).

Como verificamos, Marília concentra uma parcela significativa dos estabelecimentos industriais e dos empregos ocupados no ramo de alimentos presentes no Estado de São Paulo. Porém, de acordo com dados da Secretaria da Indústria e Comércio de Marília (maio de 2008<sup>121</sup>), existem na cidade outros ramos, além do alimentício, cuja contribuição é significativa no desenvolvimento da atividade industrial na cidade e na região.

Entre eles, destaca-se o de bebidas, que ocupa o quinto lugar em relação à concentração de estabelecimentos industriais e empregos ocupados. Existem, em Marília, dois estabelecimentos industriais produtivos instalados, sendo, uma microempresa e a outra de porte médio. Em relação aos empregos, verifica-se que este ramo possui um total de 257 (duzentas e cinquenta e sete) vagas ocupadas, e contribui com uma massa salarial de R\$ 363.513,00 (trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e treze reais), compondo um salário médio de R\$ 1.414,00 (um mil quatrocentos e quatorze reais).

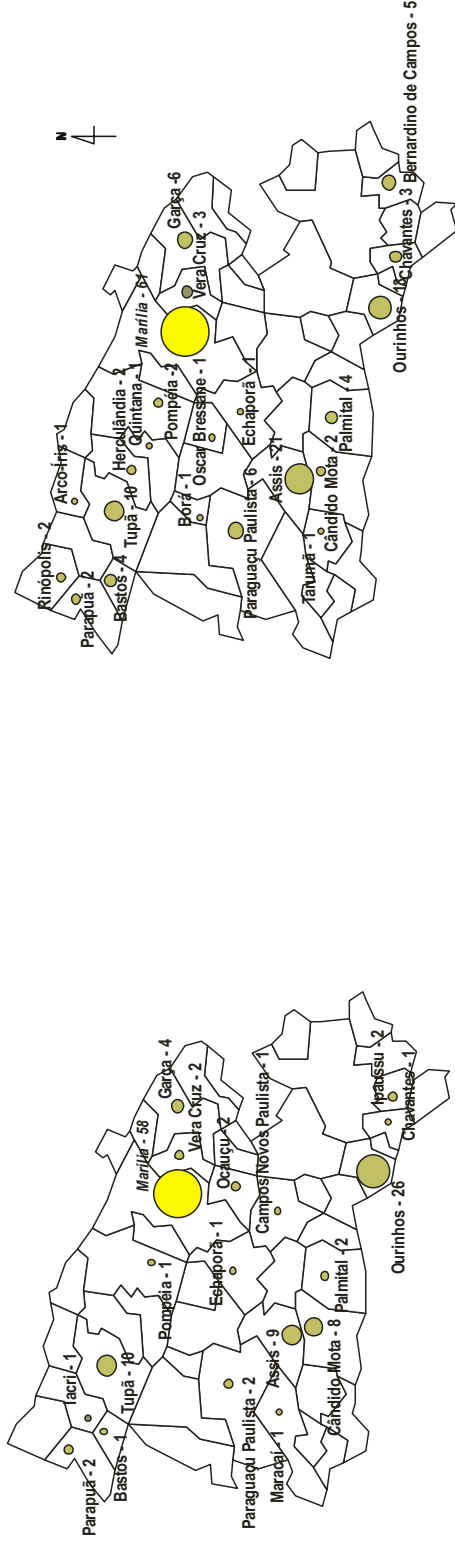
---

<sup>121</sup>Dados cedidos pelo Secretário Municipal da Indústria e Comércio de Marília, Sr. José dos Santos Reis, durante o trabalho de campo realizado, em Maio de 2008.

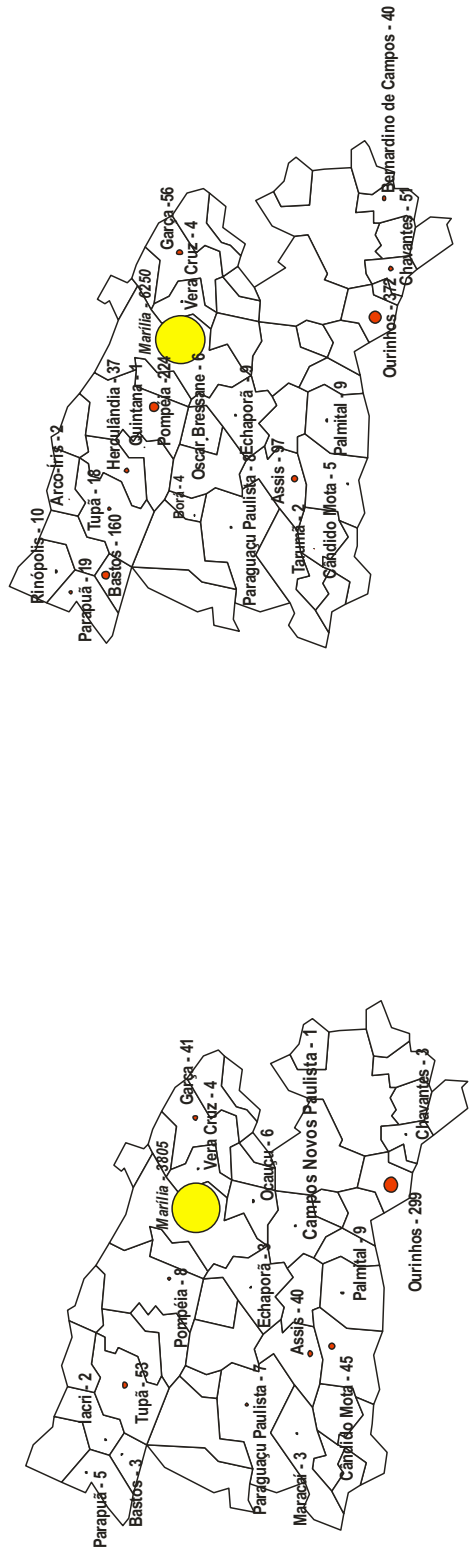


**CARTOGRAMA 9:**

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIAMENTOS INDUSTRIAIS DO RAMO DE ALIMENTOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MARÍLIA, 1995, 2007



DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS INDUSTRIAIS OCUPADOS DO RAMOS DE ALIMENTOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MARÍLIA, 1995, 1007



ORG: BOMTEMPO, Denise Cristina FONIE DOS DADOS: Grupo CNAE IBGE/RANS, 2007. Estatísticas Industriais - Fabricação de Outros Produtos Alimentícios. Elaborado com Plicato (<http://plicato.net.br>)

O ramo de plásticos ocupa o quarto lugar em relação à concentração de estabelecimentos industriais e empregos ocupados. Existem, em Marília, quatorze estabelecimentos industriais produtivos instalados, sendo duas microempresas, cinco pequenas empresas, seis empresas médias e uma grande empresa. Quanto aos empregos, verifica-se que esse ramo reúne um total de 267 (duzentas e sessenta e sete) vagas ocupadas, e contribui com uma massa salarial de R\$ 296.016,00 (duzentos e noventa e seis mil e dezesseis reais), com um salário médio de R\$ 1.109,00 (um mil cento e nove reais).

O ramo de artigos de vestuário está em terceiro lugar em relação à concentração de estabelecimentos industriais e empregos ocupados. Dos trinta e seis estabelecimentos industriais produtivos do ramo instalados em Marília, vinte e cinco são microempresas, nove, pequenas empresas e duas, médias empresas que, em conjunto, detêm um total de 648 (seiscentos e quarenta e oito) empregos ocupados e contribuem com uma massa salarial de R\$ 456.356,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais), representando um salário médio de R\$ 704,00 (setecentos e quatro reais), o mais baixo em relação aos principais ramos predominantes.

Ainda dentro do item concentração de estabelecimentos industriais e empregos ocupados, o ramo de metalurgia vem em segundo lugar na cidade, com noventa e três estabelecimentos industriais produtivos instalados, sendo cinquenta e duas microempresas, vinte e oito pequenas empresas, onze médias empresas e duas grandes empresas, as quais compõem um número total de 2.440 (dois mil, quatrocentos e quarenta) empregos ocupados, e contribuem com uma massa salarial de R\$ 2.490.307,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta mil e trezentos e sete reais) e um salário médio de R\$ 1.021,00 (um mil e vinte e um reais).

De acordo com os dados da Secretaria de Indústria e Comércio de Marília (abril de 2008), verificamos que o ramo de alimentos de consumo final é a atividade que assume o primeiro lugar em relação ao número de estabelecimentos industriais produtivos e empregos ocupados. Há, na cidade, cinquenta e sete estabelecimentos industriais produtivos instalados, sendo vinte e oito microempresas, dezessete pequenas empresas, sete médias

empresas e cinco grandes empresas. O total de empregos diretos alcança o número de 5.605 (cinco mil, seiscentos e cincos) e a massa salarial envolvida é de R\$ 5.667.085,00 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e sete mil e oitenta e cinco reais), representando um salário médio de R\$ 1.011,00 (um mil e onze reais).

Como foi possível verificar, considerando todos os indicadores levantados nas escalas estadual, regional e local, o ramo alimentício se destaca como a principal atividade industrial de Marília. Diante disso, no próximo capítulo prosseguiremos nossa análise, com a perspectiva de compreender o conteúdo desse território industrial. Para tanto, iniciaremos a discussão a partir dos agentes públicos e privados que têm relações inter e multiescalares, materializadas a partir da atividade industrial do ramo alimentício desenvolvido em Marília.

#### **3.4. O conteúdo do território: os agentes que estruturam o ramo alimentício de Marília - SP**

Santos (2003) afirma que

a história de um lugar é constituída a partir tanto de elementos locais, desenvolvidos ali mesmo, como de elementos extra locais, resultantes da difusão; e que a definição de um lugar pressupõe uma análise do impacto seletivo, em diferentes épocas, das variáveis correspondentes” (p. 42).

Consideramos que a identificação dos agentes, bem como de suas relações inter e multiescalares estabelecidas a partir das atividades econômicas e políticas, seja um caminho metodológico que permite a investigação do conteúdo do território.

Compreender o conteúdo do território implica considerar as mudanças e permanências configuradas no tempo espacial, ou seja, observar, a partir de uma periodização, a “*realidade socioespacial que resulta de uma combinação singular de variáveis que datam de idades diferentes*”, de escalas “[...] e dos elementos que compõem essa formação, os homens, as instituições, as empresas, as infraestruturas e o suporte ecológico” (Santos, 2003, p. 112).

Markusen (2005) define “atores como instituições<sup>122</sup> que funcionam como agentes decisórios, empreendedores que decidem estabelecer ou criar firmas em determinados locais, e trabalhadores que tomam decisão de migrar”. Outros “atores”, ainda de acordo com a autora, são importantes, a saber, “entidades de caráter não lucrativo, cooperativas, grupos comunitários, associações profissionais, organizações religiosas, indivíduos e acima de tudo, o Estado” (p. 58, grifo nosso).

Partimos do pressuposto que os agentes se organizam por meio de relações horizontais e verticais e, por isso, os conflitos no território são inerentes. Gostaríamos de frisar que nosso enfoque não é de característica determinista, ou seja, reconhecemos o papel e a importância dos agentes locais, mas sabemos que, numa economia globalizada, os agentes e seus interesses se entrecruzam. Por isso, concordamos com a assertiva de Brandão (2007) de que “é fundamental evitar o localismo exagerado, que pode intensificar muitos desajustes sociais no país, propondo ações nacionais” (p. 21).

Todavia, no caso de Marília, acreditamos que os fatores determinantes para o surgimento das primeiras indústrias alimentícias de consumo final foram a formação socioespacial, a situação geográfica, ou seja, sua localização distante topograficamente da principal aglomeração urbana, a metrópole paulistana, e o desenvolvimento de um ramo industrial de “*baixa composição orgânica de capital*”. No entanto, para entender sua consolidação e expansão, no período da globalização, outros fatores podem ser agregados, entre eles a proximidade geográfica e coordenada dos agentes.

De acordo com Pecqueur e Zimmermman (2005),

[...] uma situação de proximidade entre agentes econômicos remete ao quadro contextual do local compreendido como aquele de uma economia não fechada, mas limitada em sua dimensão e na sua relação com o exterior. Mais precisamente, convém pensar o local dentro de uma dupla coerência: aquela que resulta da mobilização e da ativação dos recursos produtivos dentro do contexto de uma

---

<sup>122</sup>De acordo com Markusen (2005) apud North (1990), a instituição é entendida como um conjunto de códigos, regras formais e imposições informais. A adesão individual dos agentes gera um “espaço comum de representação, de regras de ação e modelos de pensamento e de ação”. Em oposição, “as organizações constituem em espaço de definição das práticas e das estratégias de agentes dentro de um conjunto de regras implementadas pelas instituições (Lung; Kirat, 1999).

proximidade geográfica e aquela de sua implantação e de sua inserção no seio dos circuitos produtivos externos [...] (p. 80,81).

Não compartilhamos da ideia de que apenas o agente local seja responsável pelo desenvolvimento local e regional. Pelo contrário, concordando com Brandão (2007), afirmamos que para entender as dinâmicas territoriais no período da globalização é preciso fazer uma leitura multiescalar, o que implica considerar as escalas intermediárias de atuação dos agentes econômicos e políticos. Para nós, as escalas geográficas entrelaçam-se no território industrial de Marília, através dos agentes que o formam.

Foi essa perspectiva que delineou a leitura dos agentes envolvidos na atividade industrial do ramo alimentício de consumo final estruturado em Marília. Tivemos como prerrogativa entender suas formas de organização e articulações, bem como os avanços, os retrocessos e os desafios por que passam.

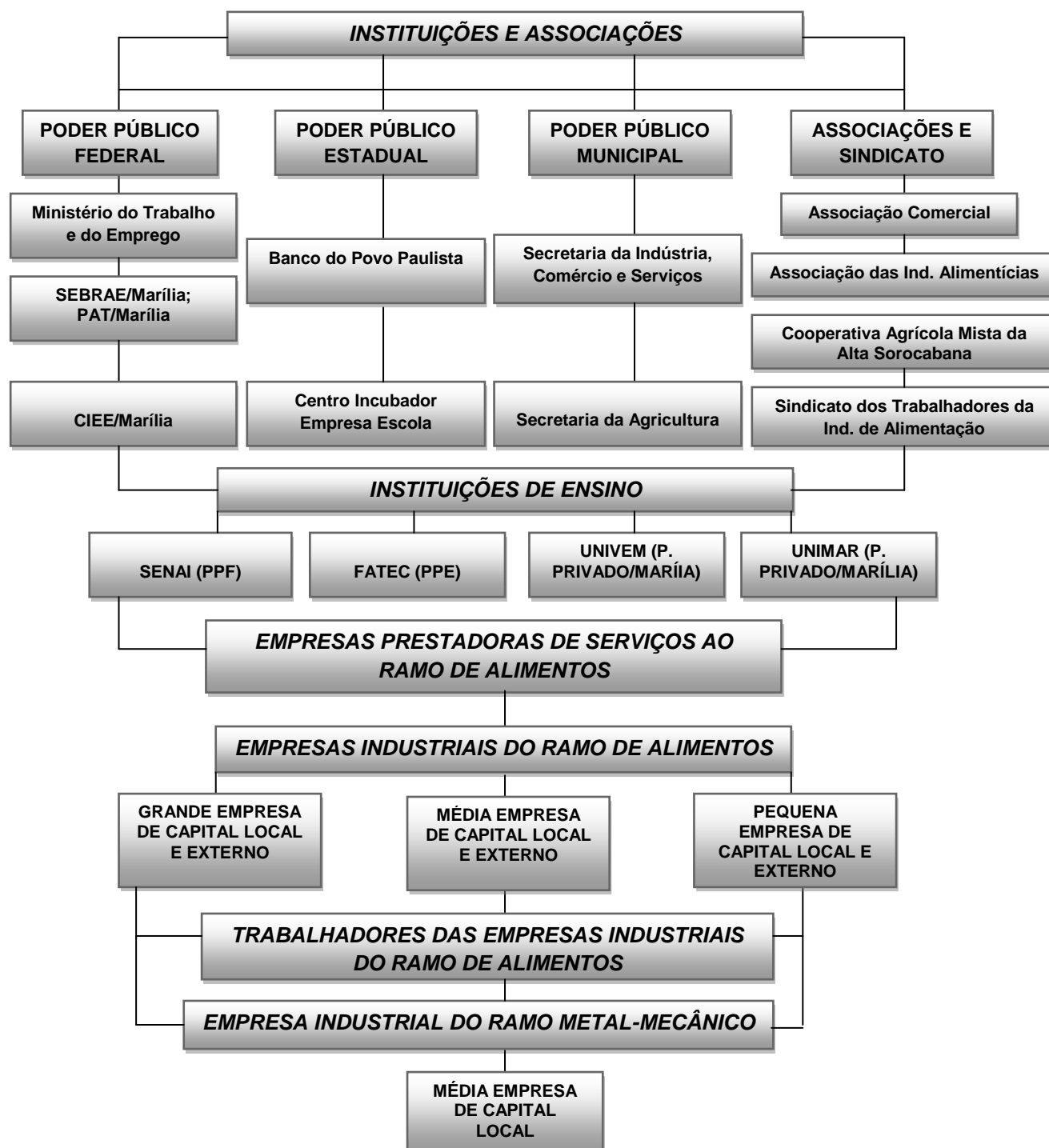
Preocupamo-nos, num primeiro momento, em identificar os agentes, seus discursos e práticas articulados ao ramo alimentício de consumo final. Posteriormente, procuramos conhecer a estrutura, o conteúdo e o papel de cada agente e instituição, assim como verificar se eles contribuem para o surgimento de novas dinâmicas territoriais.

Neste capítulo, apresentaremos as instituições e associações ligadas ao ramo alimentício de Marília e, em continuidade, no capítulo posterior, faremos uma análise das instituições de ensino, das empresas prestadoras de serviços, das empresas industriais e dos trabalhadores do ramo industrial investigado. Acreditamos que tal caminho nos permitirá entender o conteúdo e as dinâmicas territoriais configurados a partir da atividade industrial na cidade média.

Os agentes articulados ao ramo alimentício de consumo final instalado em Marília, visitados durante trabalho de campo, estão representados no Quadro 10 (p. 207) e no Cartograma 10 (p. 208). São eles, entre outros: empresas industriais do ramo de alimentos e de metal-mecânico; empresas prestadoras de serviço ao ramo alimentício; trabalhadores das empresas alimentícias; representantes do poder público local, estadual e federal;

instituições, associações e cooperativas; escolas técnicas; faculdades e universidades públicas e privadas.

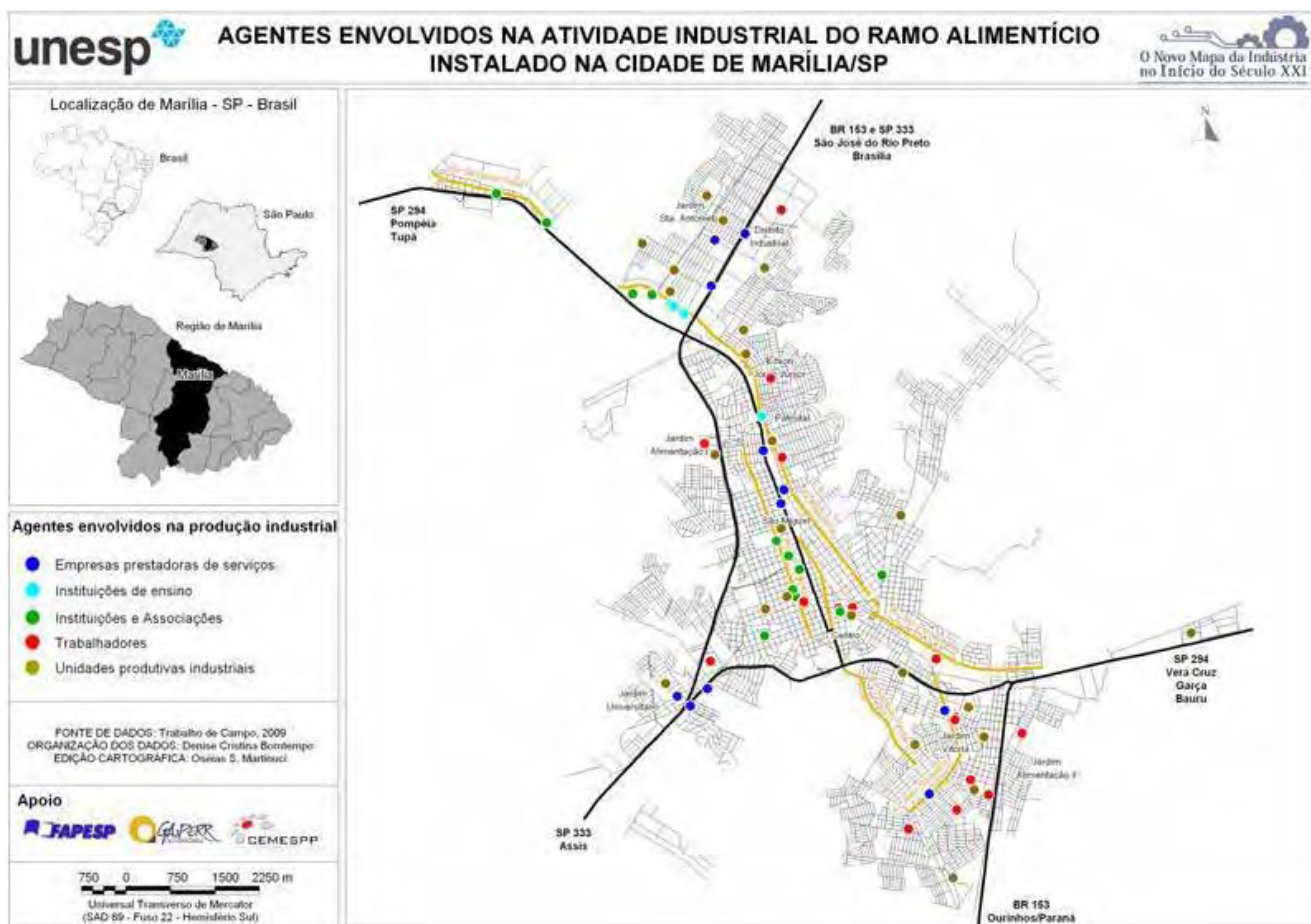
**QUADRO 10: AGENTES DO RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL ENTREVISTADOS DURANTE TRABALHO DE CAMPO EM MARÍLIA - SP**



ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. FEV./ 2011.

O item “Instituições e Associações” foi desdobrado em quatro partes: a) Associações, Cooperativa e Sindicato; b) Poder Público Municipal; c) Poder Público Estadual; d) Poder Público Federal. Em cada uma delas, apresentamos a maneira como as associações, a cooperativa e o sindicato estão organizados e como se dão as articulações e os conflitos com o ramo de alimentos de consumo final em Marília. Vale ressaltar que as informações foram coletadas durante trabalho de campo, por meio de entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2009.

**CARTOGRAMA 10:**



### **3.4.1. As Associações, a Cooperativa e os Sindicatos**

#### **a) As Associações**

##### **1) Associação Comercial e Industrial de Marília - ACIM<sup>123</sup>**

A Associação Comercial e Industrial de Marília – ACIM foi fundada no ano de 1934. A ideia de sua criação foi concebida concomitante à formação do município, mas sua existência teve caráter informal por cinco anos, e só após esse período foi elaborado o estatuto com suas diretrizes de funcionamento. Atualmente instalada em prédio próprio, a Associação mudou de endereço três vezes desde sua criação. Localizada na área central da cidade, conta com um espaço de 2.000 metros quadrados, que passou por reformas no ano de 2007. Hoje, dispõe de vinte e seis profissionais contratados e catorze terceirizados, entre os quais constam assessores jurídico e de imprensa, consultores de empresa e de *marketing* e zeladores. Todos residem em Marília.

Quanto à infraestrutura predial, a Associação dispõe de salas para atendimento aos empresários e, também, de um auditório para a realização de reuniões, seminários e eventos ligados à economia do município e da região. Os recursos para a manutenção da entidade são oriundos das mensalidades pagas pelos associados, que desde 1997 não são reajustadas. Todos os serviços oferecidos pela Associação geram receitas (grupo do ISO, Crédito, Unimed, aluguel de salas etc.). São oferecidos também serviços de certificação e assinatura digital aos empresários.

A princípio, a Associação tinha como objetivo auxiliar os empresários de Marília no que concerne à organização da empresa do ponto de vista burocrático. Ao longo dos anos, devido às mudanças impostas pelo mercado capitalista, seu perfil se alterou. Hoje, são atendidos pela ACIM todos os trabalhadores e empresários que *“dispõem de um capital para investimento em risco, em defesa da livre iniciativa. Entre esses se incluem agricultores, comerciários e industriais autônomos e que contribuem para gerar renda e movimentar a economia.”* (ACIM, Pesquisa de Campo, 20/3/2009).

---

<sup>123</sup>Entrevista realizada no dia 20/4/2009, na Associação Comercial e Industrial de Marília – ACIM, com seu Administrador, o Sr. José Augusto, que nasceu em Marília, onde reside até os dias atuais. É formado em Ciências Contábeis.



As articulações da Associação com os empresários industriais e com outras instituições, sob a forma de treinamentos, seminários, cursos, consultoria e promoções, são frequentes.

Diante das novas demandas tivemos que criar na Associação um departamento de Relações Internacionais que tem por objetivo auxiliar o empresário no que se refere à exportação, pois é uma atividade que necessita de planejamento do produto – embalagem, preço, ingredientes dentro das normas internacionais de alimentação, pesquisa de mercado. A Associação presta serviços nesse sentido e também incentivamos a instalação do ISO (*International Organization for Standardization*) na empresa porque é garantia de produto exportado. Nós criamos aqui grupos do ISO. Para uma empresa ter consultoria e certificação sozinha o custo é alto, diante disso criamos grupos de empresários que recebem consultoria e isso minimiza uma série de custos e facilita a implementação do ISO 9001 nas empresas. Além disso, fazemos treinamentos e tarefas voltadas à qualificação dos trabalhadores e empreendedores de maneira geral. Faremos um Seminário em parceria com a ADIMA sobre Assédio Moral e perdas no varejo. O tema é voltado para os empreendedores. Em momentos de economia conturbada fazemos discussões com empresários. A UNIMAR e UNIVEM, entidades privadas auxiliam na discussão acerca das crises do mercado, sobretudo discutem teoria para que possamos colocar em prática. Realizamos 12 promoções por ano no Comércio. Decidimos também horários de abertura do comércio – a Prefeitura e os Sindicatos deveriam decidir, como isso não ocorre, entramos na justiça para decidir. O comércio em Marília é descentralizado - Calçadão Centro; Zona Sul; Zona Norte; Avenida das Esmeraldas. A divulgação da abertura do Comércio é encaminhada para a indústria. É fixado no cartão de ponto, refeitório etc (ACIM, Pesquisa de Campo, 20/3/2009, grifo nosso).

Os usuários que buscam os serviços oferecidos pela ACIM são, em grande maioria, micro e pequenos empresários, pois os grandes empreendedores utilizam, da Associação, como representatividade que tem junto aos governos estadual e federal.

Como podemos perceber no depoimento do entrevistado, existem articulações entre a ACIM e o poder público municipal e estadual, bem como as demais instituições locais. Gostaríamos de destacar que, especificamente em relação à indústria de alimentos, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/Marília desenvolve um projeto intitulado “Sabor e Qualidade do SEBRAE”, no qual a ACIM é parceira, além de outro, chamado Projeto Impacto. O SEBRAE contratou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/Marília, que levantou o perfil das empresas e detectou os problemas existentes na área de gestão, finanças, *marketing* e

propaganda. “*Separamos os pontos críticos em individual (de cada empresa) e estruturais (da cidade) e discutimos em conjunto com os empresários (ACIM, Pesquisa de Campo, 20/3/2009).*”

Além desse trabalho, foi possível conhecer o “Programa Empreender”, implantado pela ACIM no ano de 2004 e em funcionamento até os dias atuais, que consiste em reunir empresários de um mesmo setor e discutir os problemas, os desafios e as possibilidades existentes. De acordo com o entrevistado, empresários de um mesmo ramo já fizeram compras e imprimiram material de propaganda em conjunto. Um exemplo concreto dessa iniciativa foi o que ocorreu com o grupo de donos de óticas. Eles se reuniram para discutir sobre problemas e ações comuns e, de acordo com o entrevistado, os empresários, “*de concorrentes passam a agir em conjunto*”. Elaboraram uma campanha com vistas a conscientizar a população sobre o uso adequado das lentes, divulgada por meio de panfletos com orientações sobre os perigos de usar óculos sem proteção. A ação foi realizada, sobretudo, na área de comércio informal da cidade, o chamado “camelódromo”, pois, nesse local, existe um número maior de vendas de óculos sem fator de proteção ultravioleta. Entre as iniciativas do grupo, destaca-se também a participação em feiras de ótica que ocorrem anualmente na cidade de São Paulo.

Além das atividades de treinamento e assessoria, a Associação dispõe de Cooperativa de Crédito, que oferece serviços bancários com menores custos. Por exemplo,

uma fatura de cartão de crédito gira em torno de 13% na negociação, por nossa cooperativa esse preço é reduzido a 5%. Todos os serviços são mais baratos, pois nós fazemos a gestão. Geramos crédito para o micro e pequeno empresário. O médio e grande tem crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES. Articulação junto à UNIMED: existe na Associação 3.100 associados junto a esse convênio de saúde. A Associação também trabalha em conjunto com o Ministério do Trabalho, por via da realização de cursos sobre riscos do trabalho do ponto de vista da estrutura física do prédio (luminosidade, regulamentação ambiental) e regulamentação previdenciária através do PPP – perfil profissiográfico previdenciário; realização de laudos de exame admissional, demissional (ACIM, Pesquisa de Campo, 20/3/2009).

As ações da Associação não se restringem apenas às escalas local e regional, mas ocorrem também na escala do estado de São Paulo.

Marília e Sorocaba serão pilotos de um projeto de inclusão digital de micro e pequenas empresas. Estão envolvidas três empresas. Primeira - oferece banda larga, micro computador em comodato, *software* que não é vendido, mas dá segurança às transações. O micro e pequeno poderá vender em cartão de crédito sem pagar máquina. Segunda - oferece *software* de gestão (controle de estoque e venda) que em conexão com o local de venda oferece nota fiscal; Terceira – um produto novo em Marília – Tray Sistemas – empresa foi criada por um aluno da UNIVEM – incubou no programa de micro empresas do SEBRAE e hoje é uma das maiores empresas de tecnologia da região, tem cerca de 30 funcionários. Ele criou um sistema de pagamento digital e vendeu para o Bradesco por 8 a 10 milhões de reais. Detém 35% das ações da Empresa Busca-pé. Tudo começou com uma ideia. Possui também mais 8.000 pontos *i-commerce* (venda pela internet) no Brasil. *Irà possibilitar que o micro e pequeno empresário tenham um site e faça vendas pela internet.* O micro e pequeno vende canetas – compraram 50 canetas, lança no site as 50 canetas e está vendendo na loja e na net também. De repente um indivíduo comprou e pagou pelo cartão de crédito – o site entra em contato através da banda larga e automaticamente é acusado no estoque o número de canetas que foi vendido pela internet. É preciso apenas montar a logística de entrega. Entrará em funcionamento no próximo mês. Em Marília todos os Associados terão acesso. Terá um custo do aluguel dos serviços. Projerex – projetos de geração de riqueza e renda para entidades. Tudo que tirarmos de receita será distribuído – 80% para Associação, 15% para Federação e 5% com Confederação – gera receita para nossa cadeia. Na verdade esse projeto começa lento, mas com tendências à expansão (ACIM, Pesquisa de Campo, 20/3/2009, grifo nosso).

Outra iniciativa inovadora da Associação, destacada pelo entrevistado foi a criação do cartão de crédito da ACIM.

O cartão de crédito e convênios da Associação é chamado de ACCREDITO. Como funciona? A Prefeitura, nosso maior parceiro, distribuiu para os 8.000 funcionários o ACCREDITO e deu um crédito de 40% em cima do salário de cada funcionário. Dentro desses 40%, ele pode comprar em qualquer loja credenciada na cidade de Marília. Temos lojas credenciadas e a Prefeitura é conveniada. Os funcionários compram nessas lojas, a Associação desconta na folha de pagamento da Prefeitura e repassa para loja que vendeu e segura o crédito da Associação Comercial. Não trabalhamos com fatura. Tenho 8.000 cartões rodando na cidade e está vendendo barbaridade, criei até um departamento específico para isso. Minha ideia é chegar em 2010 com 30.000 cartões. A Prefeitura estabeleceu cinco focos, são eles, supermercados, farmácias, postos de gasolina, gás e distribuidora de água. O piloto desse serviço foi Pompéia, mas quem criou fui eu e outro colega que hoje está em São Paulo implantando a rede na Federação. No site aparecem todas as empresas que vendem para o ACCREDITO. Para usar o cartão precisa ser Associado. O objetivo é disseminar a cultura Associativista e gerar renda para Associação, e fidelizamos o dinheiro

em Marília porque o cartão não pode ser utilizado em outra cidade. Estou expandindo o serviço para o setor industrial, já fechei convênio com a DORI alimentos. Os próximos serão Marilan, Sasazaki. O importante é ter passos curtos e sólidos (ACIM, Pesquisa de Campo, 20/3/2009, grifo nosso).

Diante do exposto, foi possível verificar que a ACIM/Marília possui atuação, tanto com os empresários, como também com os trabalhadores de todos os setores da economia de Marília. Pelo que consta, as ações visam mais à venda de produtos que ao auxílio direto, sobretudo aos micro e pequenos empresários.

## **II) Associação das Indústrias Alimentícias de Marília – ADIMA<sup>124</sup>**

A Associação das Indústrias Alimentícias de Marília – ADIMA está em funcionamento desde 1994. Foi criada para proporcionar uma estrutura física e um espaço de discussão e articulação entre os empresários, fornecedores e profissionais do ramo industrial de alimentos. Composta por uma Diretoria e um Conselho Consultivo, a Associação congrega empresários e funcionários com nível de representatividade dentro da empresa em que trabalham.

Sua criação teve com intuito identificar as empresas alimentícias aglomeradas em Marília, elaborar projetos e reivindicar, junto ao poder público estadual e federal, a consecução de políticas públicas de fomento à atividade industrial. A ADIMA surgiu a partir de uma iniciativa dos empresários, no sentido de se identificarem, pois o ramo alimentício de consumo final, a partir de meados da década de 1990, passou a se expandir, com a instalação de unidades industriais de grupos empresariais de capital transnacional e nacional. Era preciso contabilizar as potencialidades e os desafios existentes em Marília para consolidar o município como atrativo à instalação de empresas ligadas à produção industrial alimentícia.

A ideia de criar a ADIMA foi gestada por agentes locais, empresários e representantes do poder público e de instituições como o Centro das Indústrias

---

<sup>124</sup>Dados decorrentes de entrevistas realizadas em: a) novembro de 2009, pelo mestrando em Geografia, do PPGG, Adriano Amaro de Sousa; b) 18/3/2009, por Denise Cristina Bomtempo. Entrevistado: Secretário Executivo da Associação Sr. Daércio Galatti Vieira. Nascido em Marília, onde sempre residiu, é formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. As informações também foram retiradas do site <http://www.foods-adima.com.br>.

do estado de São Paulo/Unidade Marília (CIESP). De acordo com o representante da Associação, para a criação da entidade era preciso colher informações sobre o ramo alimentício que justificassem a organização de um órgão representativo. Diante da necessidade, os empresários articulados ao CIESP encomendaram uma pesquisa a fim de levantar dados sobre produção, perfil e linha dos produtos, fornecedores, utilização de matéria-prima, total e destino da produção, e número de empregos diretos e indiretos gerados, entre outros. O resultado final demonstrou que Marília é o município que mais produz biscoitos (em quantidade), doces e confeitados de amendoim na escala do território brasileiro, fazendo jus, assim ao título “Marília - Capital Nacional do Alimento”.

Essa agência, a partir de levantamento de dados nacional, verificou que o maior conglomerado produtivo e conceituado de biscoitos, doces e confeitados de amendoim estava em Marília. Essa pesquisa foi feita entre 1993 e 1994. Os profissionais envolvidos na pesquisa disseram “*na verdade, Marília é a capital nacional do alimento*”. Pelo conglomerado existente, foi considerada capital do alimento já naquele momento. Depois do título as atividades cresceram ainda mais. Por exemplo, a NESTLÉ, todo biscoito dessa empresa é fabricado em Marília. A BEL comprou o laticínio Hércules. A Coca-Cola no máximo em três anos terá, em Marília, a maior fábrica de refrigerantes da América Latina. A Marilan é a terceira no território brasileiro. A Dori é a primeira em confeitados. Essa empresa é uma das fundadoras da ADIMA. No site da ADIMA tem alguns dados importantes levantados no início da criação e permanecem inalterados até os dias atuais. É a cidade que concentra a maior frota de caminhões destinados ao transporte de alimentos. Por que se você pegar a produção de pequenas e médias empresas e de grandes como Nestlé, Dori, Marilan, transformar em cargas e colocar em caminhões, terá que ter uma enorme frota de caminhões. Se colocar um caminhão atrás do outro dá mais de 30 km. De acordo com os dados levantados na ocasião da pesquisa e atualizados anualmente (no site até 2008), são produzidas pelas indústrias alimentícias de Marília 32.000 toneladas de alimentos por mês; 400 mil toneladas de alimentos por ano; são consumidas 200.000 embalagens por mês e 2.400.000 por ano; 80 embalagens produzidas em Marília são abertas a cada segundo; 2.000 caminhões/mês são usados para transporte da produção; os produtos são distribuídos na escala do território brasileiro. A receita bruta gerada por mês é de R\$ 75.000.000 milhões de reais e receita bruta gerada por ano é de R\$ 900.000.000 milhões de reais. Existem cerca de 7.000 empregos diretos e 15.000 empregos indiretos. Mais de 3.000 trabalhadores passaram pelo Curso de Manipulação de Alimentos realizado em Parceria da ADIMA, SENAI e Sindicato da Alimentação – STIAM. São por volta de 100 empresas responsáveis pela produção de alimentos e 1.000 empresas fabricam, manipulam, distribuem ou comercializam alimentos em Marília [...]. Se você pegar as grandes empresas temos o seguinte panorama: A Nestlé, além da unidade de Marília transferiu duas unidades que funcionavam em São Paulo. Praticamente são três fábricas da Nestlé funcionando em

Marília. A Marilan tinha uma fábrica funcionando no imóvel novo e hoje ampliou e desde outubro de 2007 operam três fábricas dentro de uma só – são unidades completas, desde masseira até a embalagem final. Produz 24 horas o ano inteiro. A Dori também ampliou e tem três unidades. O depósito central tem 25.000 metros quadrados. A Bala Ouro Verde uma empresa do norte do Paraná foi adquirida pela Dori. A Coca-Cola praticamente triplicou a produção. Tem também muitas empresas que eram pequenas e passaram para média e as pequenas também que ampliaram. Hoje nós que levantamos as estatísticas, pois um levantamento técnico fica muito caro, e a ADIMA não dispõe de recursos para isso. O SEBRAE poderia fazer, mas é uma instituição que trabalha mais com médio e pequeno porte. É uma estatística custosa, trabalhamos com dados confiáveis e também com informações dos diretores para chegar aos índices apresentados (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009, grifo nosso).

Como mencionamos anteriormente, a ADIMA entrou em funcionamento no ano de 1994. Entre suas funções, destaca-se a de compilar informações sobre o mercado alimentício e repassá-las aos empresários e associações interessadas. A Associação se mantém com recursos provenientes das mensalidades dos associados. As pequenas e médias empresas contribuem com R\$ 50,00 mensais, e as empresas maiores pagam mais. A maioria das informações é passada aos associados via internet. Apenas em casos extraordinários a Diretoria e o Conselho Consultivo se reúnem.

De acordo com seu representante, quando a ADIMA foi criada, as reuniões eram feitas mensalmente, mas a dificuldade para reunir o empresariado se tornou evidente nos primeiros encontros. Foi preciso contratar uma empresa da cidade para elaborar o *site* da Associação e uma estrutura em rede a fim de manter os associados atualizados. Atualmente, todos dispõem de um endereço eletrônico onde podem acessar as informações do ramo alimentício.

Além de informar, a ADIMA atende aos empresários que a procuram individualmente para resolver problemas que afligem o dia a dia da empresa. A Associação funciona como um comitê gestor dos empresários do ramo alimentício e de outros ramos a ele articulados, ou seja, é uma entidade de classe que representa os empresários do ramo alimentício de consumo final. Para tanto, trabalha em parceria com outras instituições, tais como SENAI, SEBRAE, CIESP, FIESP, SECEX, universidades públicas e privadas.

Nosso leque de atuação é grande, vai desde articulações com os poderes públicos; instituições de ensino públicas e privadas; instituições e entidades ligadas ao ramo alimentício como ABIA (Associação Brasileira de Indústrias de Alimentos) e ABICAB (Associação Brasileira das Indústrias de Cacau, Amendoim, Balas e Derivados); FISPAL (Feira Internacional de Embalagens, Processos e Logística para as indústrias de alimentos e bebidas); e, com os empresários. Muitos são os assuntos que chegam até nós para serem solucionados. Alguns conseguimos resolver diretamente, outros, realizamos aquilo que é inerente à Associação, a interlocução e informação. Por exemplo, nós temos duas filiais que trabalham com registro de marcas e patentes, se tivermos alguma empresa que necessita desses serviços realizamos a intermediação. A ADIMA não tem capacidade de entrar nas áreas específicas, nós apenas intermediamos. Tivemos empresas com problemas no processo produtivo. Na ocasião a empresa nos contatou e nós encaminhamos para o UNITHAL (Laboratório de Análise Físico – Químicas e Tecnologia de Produtos) que trabalha especificamente com desenvolvimento tecnológico do ramo alimentício. Nós abrimos o espaço para as empresas terem acesso à consultoria. Tivemos também problemas com mercadorias no exterior, realizamos todos os contatos no âmbito jurídico. O importante para a ADIMA é solucionar os problemas (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009).

Quando da sua formação, a ADIMA tinha interesse em atender apenas as empresas de Marília, mas ao longo dos anos foi preciso reestruturar o Estatuto e ampliar as atividades para as que se localizam em outros municípios, articuladas aos empreendimentos da cidade sede. Entre as empresas associadas à ADIMA e não instaladas em Marília, além das alimentícias de consumo final, destacam-se as fornecedoras de insumos, máquinas e equipamentos.

O objetivo inicial da ADIMA era atender o setor local e posteriormente, de acordo com a necessidade, reestruturamos os objetivos da entidade para atender às demandas solicitadas pela empresa. A história começou assim, na verdade, essas empresas fornecedoras queriam ter uma intimidade com o polo, com o setor, então nada melhor como uma entidade de classe como a ADIMA. Essas empresas então foram vinculadas à ADIMA, passaram a fazer parte do banco de dados da entidade e com isso se identificaram de certa maneira com o polo alimentício de Marília elas têm um pé em Marília. A indústria sem fornecedores não produz, sem ela ter os parceiros na área de fornecimento de parte de peças, serviços, atualização tecnológica fica mais difícil. Havia a necessidade que abrissemos nossas portas para essas outras empresas. Hoje nós temos escritório de advocacia, registro de marcas e patentes, aromas, essências entre outros que são fornecedoras das empresas de Marília. São empresas que tem alguma afinidade com os objetivos da ADIMA. Essas empresas estão instaladas na região, em Marília e até mesmo em São Paulo, mas prestam serviços aqui. Trabalhamos com intuito de estreitar os laços para auxiliar os empresários na tomada de decisões. A ADIMA então passou a prestar serviços tanto para as empresas de alimentos como também para as empresas

fornecedoras de insumos e serviços vinculadas ao ramo alimentício desenvolvido. Quais foram as nossas ações? Contribuímos de certa maneira para a reestruturação e divulgação dessas empresas – alteramos a sua organização, apresentação e portfólio de serviços e produtos oferecidos, para que o máximo de afiliadas se utilize delas. Porque quanto mais aproveitamento do ponto de vista de qualificação profissional, oferecimento de serviços, estrutura produtiva, maquinário, tecnologia, as empresas tendem a se solidificar no mercado competitivo (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009, grifo nosso).

A partir da instalação da ADIMA, os empresários, juntamente com a Diretoria da Associação, tiveram como iniciativa elaborar um selo que identificasse os produtos fabricados na “Capital Nacional do Alimento” (Figura 5). Para ter direito a utilizar o selo nas embalagens, as empresas teriam um custo e, principalmente, deveriam estar dentro das normas sanitárias, ambientais e de higiene existentes para a produção de alimentos.

[...] não sei se você já viu embalagens de café que tem o selo da ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café), aquele é um selo de referência. Nós temos da ABICAB (amendoim). Todas as empresas associadas a essas instituições tiveram que se adequar às normas sanitárias, ambientais, higiene etc, para que o amendoim não tivesse contaminação. Essas empresas passaram por um crivo de uma empresa de consultoria e de um laboratório, então o selo foi criado e regulamentado. Foi um custo alto que as empresas tiveram que bancar. O que nós fizemos? Nós criamos o selo de origem, que é esse. Qual é a diferença? Nós temos um polo conceituado de produção e qualidade. Os produtos saídos de Marília saem dentro de normas e regulamentos em termos de embalagens, qualidade, sabor, de inserção no mercado nacional e internacional. Os produtos possuem um arcabouço para eles se identificarem como um bom produto e o consumidor pode comprar sem constrangimento. Quase todas as empresas aderiram ao selo, mas elas mudam muito as embalagens e o *designer* esquece-se de colocar. Não somente tem nos produtos, mas tem também nas caixas, inclusive a que vai para o exterior (traduzida para o inglês). O nosso selo está criado, regulamentado (inclusive no exterior). Já atendemos empresas até por telefone que entram em contato com a ADIMA – Colômbia, Venezuela, Bolívia entre outros... (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009, grifo nosso).

FIGURA 5: SELOS CRIADOS PELA ADIMA



FONTE: <http://www.foods-adima.com.br/>



Entre os objetivos da ADIMA, destaca-se “a elaboração de um planejamento de gestão do polo alimentício de Marília” (Daércio G. Vieira, novembro de 2008). Para avançar em suas metas, trabalha em conjunto com o poder público municipal e, com o estadual, por meio da Secretaria de Desenvolvimento do estado de São Paulo, que tem como uma das premissas o incentivo à formação de arranjos produtivos locais. Para tanto, incentiva a gestão dos aglomerados através de políticas públicas. De acordo com a Secretaria, a iniciativa visa à redução das desigualdades socioeconômicas entre os municípios do estado de São Paulo.

Uma das marcas da Secretaria de Desenvolvimento é o Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, consolidando os APLs como instrumentos de desenvolvimento econômico integrado e como importante estratégia de política pública. Os APLs são concentrações de empresas que atuam em atividades similares ou relacionadas, que, sob uma estrutura de governança comum, cooperam entre si e com outras entidades públicas e privadas. Uma das vantagens do APL é facilitar o acesso de micro, pequenas e médias empresas a programas de gestão empresarial, mercado, processo, produtos e linhas de financiamento, visando ao seu fortalecimento no mercado interno e acesso ao externo. Outra vantagem é incentivar a troca de informações entre as próprias empresas, com as entidades de classe, governos e instituições de ensino e pesquisa. Essa interação entre as empresas aprimora suas vantagens competitivas, vislumbrando um cenário de estratégias de crescimento e desenvolvimento e não mais de concorrência predatória. O Programa de APLs do estado de São Paulo reconhece 24 APLs e 22 aglomerados produtivos distribuídos em mais de 120 municípios, sendo que 15 fazem parte de um projeto executado com recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse programa é um marco nas políticas de desenvolvimento regional do estado de São Paulo. Estão previstos investimentos que beneficiarão aproximadamente 14,5 mil micro, pequenas e médias empresas, abrangendo mais de 350 mil postos de trabalho gerados em APLs. Para aprimorar ainda mais a competitividade dos APLs, foi criada a Rede Paulista de Arranjos Produtivos Locais, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento, com participação do SEBRAE/SP, FIESP e Secretaria de Economia e Planejamento. A Rede Paulista define as táticas do Programa de APLs, buscando a estruturação de projetos voltados ao aprimoramento de gestão, além de estimular outros fatores, como inovação, capacitação, suporte tecnológico, sustentabilidade ambiental e acesso a mercados (Secretaria de Desenvolvimento Estado de São Paulo - <http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/> 3/12/2010, grifo nosso).

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento do estado de São Paulo, Marília é considerada um “*aglomerado produtivo do ramo alimentício*”. Os Cartogramas 11 e 12 (p. 220) apresentam os 22 aglomerados produtivos e

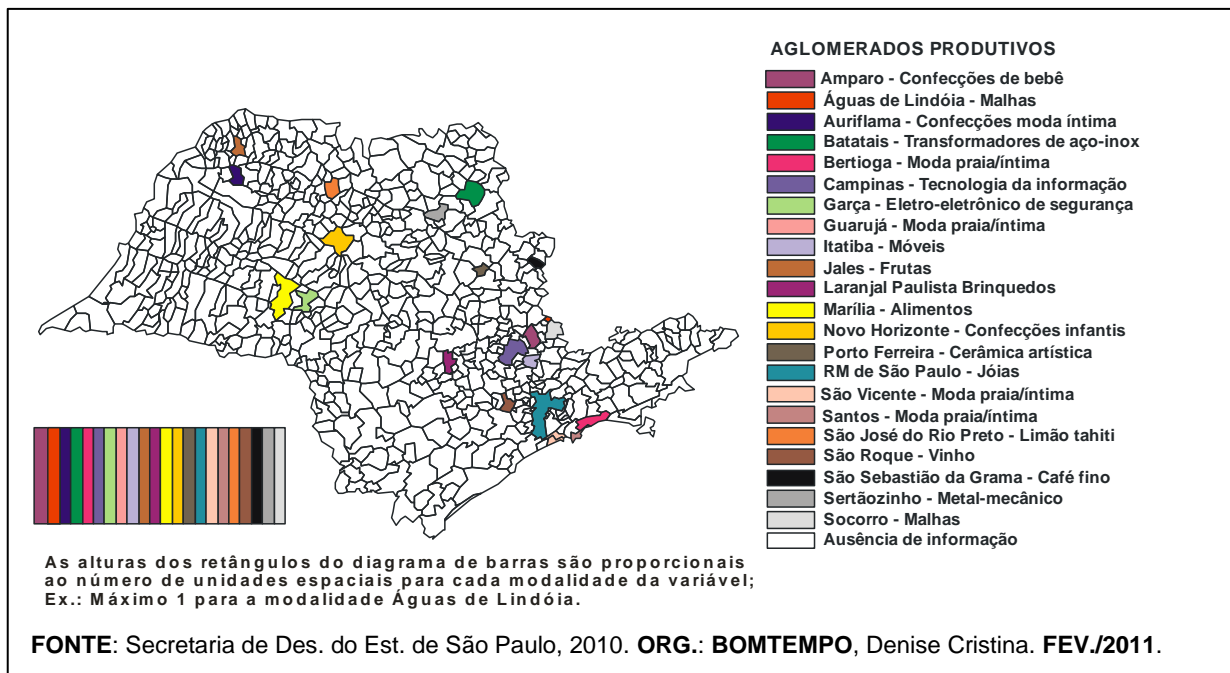
os 24 arranjos produtivos locais reconhecidos pela Secretaria de Desenvolvimento do estado de São Paulo, localizados em 120 municípios do estado.

Os representantes da ACIM e ADIMA afirmam que Marília, apesar da aglomeração industrial do ramo alimentício e metal-mecânico, é uma cidade que centraliza atividades econômicas diversificadas na escala regional. Concentram-se, no município, universidades e escolas técnicas, serviços médicos e odontológicos, e centros de compra no atacado e varejo, ramo fomentado pela instalação recente de supermercados e hipermercados. Todavia, a atividade industrial é a que imprime identidade a Marília, como ficou evidente nos discursos da Secretaria de Desenvolvimento do estado de São Paulo e do representante da ADIMA.

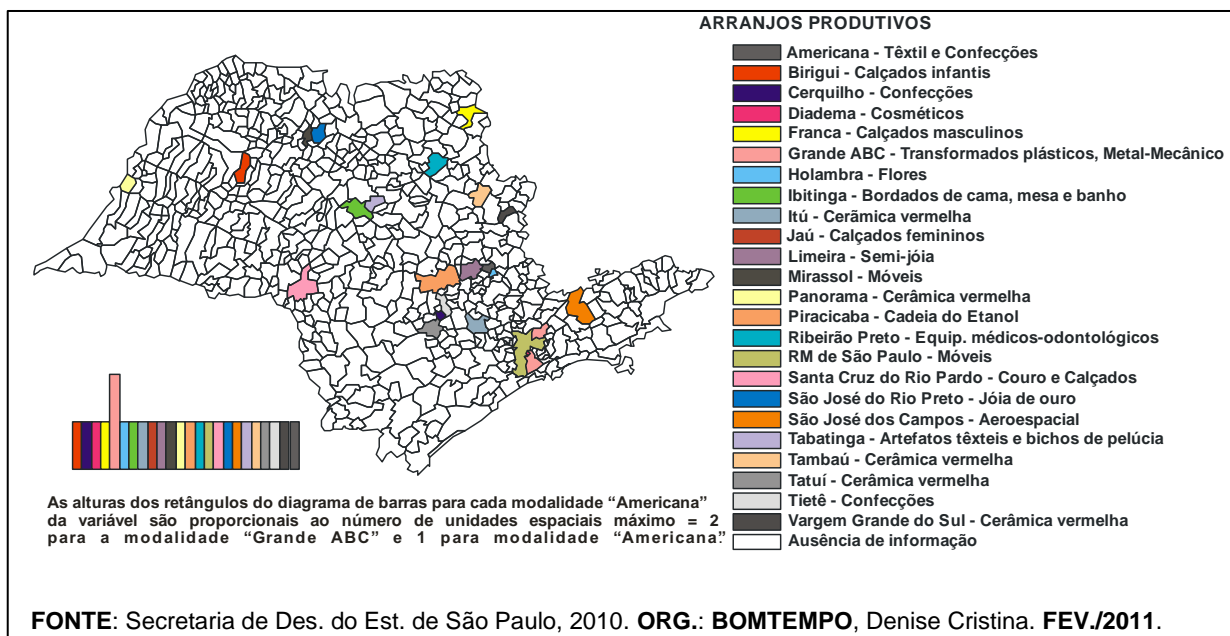
Vocês já devem ter ouvido falar em *cluster*, então, a tendência de certas metrópoles com realidades econômicas é de se organizar para poder tirar proveito justamente da sua identidade. Marília se identificou como polo alimentício, Birigui, como polo calçadista infantil, Franca, como polo calçadista em geral, Ibitinga, como capital do bordado, Presidente Prudente, salvo engano, organizou-se como polo de couros. Existem outras formatações que o próprio Governo do Estado está desenvolvendo, como em Garça que seria a área de eletro-eletrônica, segurança empresarial. Então, cada cidade deve procurar sua identidade e, com o apoio de profissionais qualificados, desenvolver programas e projetos (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009, grifo nosso).

A ADIMA se originou no CIESP. A Associação, na verdade, é um *“braço do CIESP. Devido ao seu crescimento, foi preciso tomar decisões e uma delas foi a mudança de prédio. Atualmente a entidade funciona com a Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio e Serviços e Banco do Povo. As Associações juntas podem elaborar políticas comuns”* (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009, grifo nosso).

### CARTOGRAMA 11: AGLOMERADOS PRODUTIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO DE ACORDO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO (2010)



### CARTOGRAMA 12: ARRANJOS PRODUTIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO DE ACORDO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO (2010)



O governo municipal de Marília é sensível à elaboração de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento e à atração de empresas industriais. A ADIMA, de acordo com seu representante, está diretamente articulada com a

administração local, no que concernem as iniciativas voltadas especificamente ao ramo alimentício.

É preciso manter relações fortes com o poder municipal, no nosso caso funcionamos no mesmo prédio da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio. Na verdade um Polo Econômico, um Arranjo Produtivo Organizado ou Arranjo Produtivo Local não faz parte única e exclusivamente do Comitê Gestor nem da Entidade Líder e sim é do município. Portanto, as lideranças de todas as entidades precisam estar em conexão, trabalhando na perspectiva de ter um desenvolvimento sustentável do polo. A Coca-Cola mesmo não viria para Marília, iria para Araçatuba, mas o Prefeito negociou para que viesse para Marília, garantiu o abastecimento de água, concedeu terrenos para ampliação da área produtiva. A Nestlé estava fechando uma unidade no Belenzinho em São Paulo, sabendo disso, o Prefeito de Marília e o Presidente da Câmara dos Vereadores, foram lá e negociaram a transferência desta unidade para Marília, pois eles doaram uma área para a ampliação da empresa, e hoje, praticamente todos os biscoitos da Nestlé são fabricados em Marília. A Yoki, a mesma coisa, eles queriam expandir, e a Prefeitura doou uma área de 150 mil metros para a empresa, eles já construíram armazéns, praticamente todo o amendoim empacotado da Yoki é de Marília. Nós também temos empresas locais, como a Dori, que centralizou todas as suas atividades em Marília. Hoje eles têm uma unidade produtiva na cidade de Rolândia, no Paraná, mas o depósito de distribuição central e a matriz da empresa são em Marília (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009, grifo nosso).

Como já afirmamos anteriormente, quando foi criada, a ADIMA, tinha como finalidade atender aos empresários locais, mas atualmente presta serviço aos empresários de outras cidades, cujos negócios, em grande parte, estão articulados ao ramo alimentício de Marília, como fornecedores de matérias-primas, equipamentos, embalagens, insumos e profissionais prestadores de serviços.

Entre os profissionais que prestam serviços à ADIMA e as empresas industriais do ramo alimentício, destacam-se Administradores de Empresas, Analistas de Laboratório, Analistas de Comércio e *Marketing*, Analistas em Comércio Exterior, Educadores Físicos, Enfermeiros, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos, Nutricionistas, Analistas Financeiros e Contadores, Profissionais de Hotelaria, Informática/CPD, Jornalistas, Advogados, Tradutores, Analistas em Logística, Analistas de Pessoal/RH, Profissionais de Produção – Engenharia Agrônoma, de Alimentos, Eletro-Eletrônica, Automação, Mecânica, Química e Industrial, Produção – Farmácia Industrial e Ciências Biológicas, Técnicos em Processamento de Alimentos, Técnicos em

Segurança Industrial e do Trabalho, Técnicos em Processamento de Alimentos e Controle de Qualidade, Profissionais Técnicos em *Software e Hardware*.

De acordo com o entrevistado, a qualificação da mão de obra é um dos pilares de sustentação do ramo alimentício, tanto dos trabalhadores do chão de fábrica, como dos profissionais que trabalham com gestão, transportes, logística, desenvolvimento de produtos, controle de qualidade, desenvolvimento de embalagens, *marketing* etc.

Atualmente exige-se cada vez mais qualificação e todos os empregadores, quando fazem um recrutamento, querem na realidade trazer o profissional para trabalhar, dificilmente ele é recrutado para ser ensinado. Hoje a logística administrativa está dentro desses padrões de aceleração. As empresas hoje têm a possibilidade de contratar estagiários que passam por um período de aprendizagem e posteriormente são contratados pelas empresas. Temos muitos exemplos de profissionais que começaram como aprendizes pelo CIEE e hoje são engenheiros responsáveis pela produção de grandes empresas de Marília (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009).

[...] quando a ADIMA iniciou em 1994, um dos problemas básicos era que a mão de obra do chão de fábrica não tinha qualificação. Esse era um problema sério porque a produção de alimentos é muito rigorosa e específica, exige higiene, limpeza, certos critérios de ambientação, entre outros. São aspectos fundamentais que não faziam parte do processo de produção. Então, desenvolvemos junto com o SENAI uma parceria, isso em 1995. Formamos mais de 3.000 colaboradores – funcionários. Hoje, cada indústria ela mesma tem um programa que desenvolve esse trabalho de qualificação. E o SENAI, depois de chegar nessa fase, achamos que eles poderiam investir mais na área de formação profissional. Foi instalado então o Curso Técnico em Alimentação. Isso foi de comum acordo – proposta da ADIMA junto com o SENAI, tanto é que a grade do curso, o perfil do profissional, foi feito um projeto para a diretoria de São Paulo, durante dois anos tivemos que passar pelo processo burocrático, depois disso veio a anuência e começamos então a formatar o curso. O SENAI recrutou os profissionais de RH da área produtiva das empresas, as Universidades que teriam muito a oferecer do ponto de vista do perfil e da grade e nós fizemos reuniões em tempo integral para desenvolver o conteúdo programático e perfil profissional, foi então aprovado e instituído em Marília o curso técnico em alimentação, se não me engano a primeira turma foi formada em 2001. Hoje temos já um curso regular e além do SENAI temos a FATEC – que foi iniciativa do Governo Municipal, nesse caso fornecemos estatísticas para justificar a instalação dessa faculdade (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009, grifo nosso).

Durante a pesquisa empírica, foi possível verificar que na cidade de Marília não se concentram todos os serviços articulados ao ramo industrial alimentício, o que se explica pelo fato de o circuito espacial desse ramo ser altamente complexo. Os insumos utilizados na produção de alimentos, tais

como máquinas, equipamentos, embalagens, matérias-primas, serviços especializados, entre outros itens, são produzidos em múltiplas escalas, de forma que dependem de redes técnicas materiais e imateriais para que cheguem a Marília. Como redes imateriais, citamos as estruturadas pelos agentes envolvidos no ramo alimentício.

De acordo com o representante da ADIMA, a complexidade do ramo alimentício é um dos motivos que retarda a afirmação de um *cluster* alimentício em Marília, pois o princípio do *cluster* é a autonomia dos agentes envolvidos na atividade produtiva, como acontece, por exemplo, em Birigui e Franca, onde grande parte dos insumos utilizados na produção dos calçados está concentrada no mesmo espaço das unidades produtivas.

A ADIMA, como um agente da atividade industrial, articula-se em múltiplas dimensões, inclusive a política, tanto nas escalas local e estadual, quanto na federal. Vejamos:

Tentamos agir em todas as instâncias, nestes últimos dias, diante da crise financeira internacional, fizemos um manifesto e enviamos para o Presidente Lula e para o Governador Serra, pedimos que, já que eles não poderão atender de forma prática, pedimos que pelo menos fizessem revisões na parte tributária, quer dizer, pedimos que dentro da competência de cada governo, fossem realizadas revisões no que tange à carga tributária de circulação de mercadorias. O novo presidente dos Estados Unidos tem como uma das metas reduzir a carga tributária para os produtos importados. Esta é uma das formas de oferecer condições mais favoráveis à produção, melhores condições de preço e com isso aumentar o consumo. Nossa carga tributária é uma das maiores do mundo (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009, grifo nosso).

Além da articulação direta com o poder público, a ADIMA mantém contato com instituições de ensino, com vistas à capacitação da mão de obra para o setor alimentício.

A articulação da ADIMA ocorre com as universidades e com as escolas técnicas, por exemplo, o SENAI, oferecia apenas curso de metalurgia e automotiva. Conseguimos montar o curso técnico em alimentos. No ano de 2006 foi instalada uma unidade da FATEC. Temos também, nas universidades privadas, cursos de engenharia de alimentos e nutrição, farmácia industrial entre outros. Em cima desse Polo, o interessante é fazer uma articulação entre UNESP, Univem, Unimar, Fatec, SENAI etc. É preciso trabalhar no preparo, na formação dos profissionais para as empresas. Então as empresas utilizam essa mão de obra especializada, isso facilita muito a vida. Passa a existir uma competição saudável entre as empresas.

inclusive elas se tornam inovadoras por isso, isso tem feito crescer os negócios aqui instalados. Ainda em relação à mão de obra, tínhamos, e ainda temos, uma dificuldade de contratar profissional técnico em alimentos, o engenheiro de alimentos é um profissional caro, e precisávamos de técnicos dentro do segmento de alimentos, e aí conseguimos fazer com que o SENAI se tornasse um órgão que formasse técnico em alimentos para o setor. Temos um projeto que já é realidade, que é uma verba em torno de sete milhões para a ampliação do SENAI. Hoje temos uma demanda muito grande de análise de produtos. Todas as análises químicas, biológicas, hoje são feitas em organismos fora de Marília. O SENAI, além de qualificar mão de obra, fará essas análises para o setor, agilizando e qualificando assim o trabalho e consequentemente os produtos. Este é um dos papéis da ADIMA, de articular todos esses setores, planejar, projetar e agir. Conseguimos representar as indústrias em várias dimensões, na busca de financiamentos e também na divulgação do Anuário Alimentício. Esse Anuário é distribuído nas principais feiras mundiais que acontecem nos Estados Unidos e na Alemanha e também nas Embaixadas Consulares, Câmaras de Comércio de todo o mundo. Esse é um dos trabalhos que a Associação faz (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009, grifo nosso).

A ADIMA, assim como o poder público local, apesar de atender todos os empresários, tem o foco voltado à pequena e média empresa. Essa afirmação é proveniente dos relatos feitos pelo entrevistado responsável pela Associação. *“A ADIMA e também a Prefeitura têm um interesse especial para com a pequena e média empresa, para se ter uma ideia, por volta de 150 empresas receberam terrenos da prefeitura para se instalarem.”* “[...] *Contribuímos com as empresas no sentido de resolver os problemas existentes, por exemplo, jurídicos e de regularização para funcionamento*” (ADIMA, Pesquisa de campo, abril de 2009).

Além das iniciativas articuladas aos governos local, estadual e federal, a ADIMA participa de uma série de atividades específicas do ramo alimentício, incluindo feiras e eventos realizados no Brasil e no exterior, tais como FISPAL, APAS (Associação Paulista de Supermercados), UNITHAL, entre outras. A ADIMA possui um espaço reservado nas feiras para exposição dos produtos fabricados pelas empresas alimentícias de Marília e afiliadas. O objetivo, além de divulgar os produtos e a própria cidade, é aproximar e intermediar os empresários nos eventos.

Uma iniciativa recente da ADIMA foi a organização da primeira feira alimentícia de Marília (FEIRALIMENT), realizada nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 2010. Entre os expositores, destacaram-se as empresas

industriais de alimentos instaladas na cidade e os fornecedores ligados a esse ramo industrial. De acordo com os depoimentos dos organizadores<sup>125</sup>, a feira atendeu às expectativas dos participantes, pois, além da exposição, foram realizadas palestras direcionadas ao ramo alimentício. Os temas abordados foram gestão, segurança na produção de alimentos, controle de qualidade na produção, inovação de processos e produtos e desafios para inserção no mercado global, entre outros.

O discurso do desenvolvimento local, presente nas políticas públicas do governo paulista em fins do século XX, intensificou as propostas de instalação de arranjos produtivos locais nos municípios com aglomeração de pequenas e médias empresas de um mesmo ramo industrial. No nosso entendimento, a proposta formulada para os arranjos produtivos locais foi implantada de maneira engessada, tanto do ponto de vista da elaboração de políticas, como da discussão acadêmica. A formação socioespacial, a organização política e o perfil das micro, pequenas e médias empresas, nas escalas nacional e regional, não foram considerados. Como afirmou Santos (2003), no Brasil, as micro, pequenas e até as médias empresas aglomeradas, produzem, muitas vezes, para o circuito inferior da economia urbana.

[...] um grande número de firmas pequenas e médias oferece uma produção manufatureira de qualidade inferior, mas mais acessíveis às classes modestas. É fácil deduzir que é no domínio dos produtos alimentícios que reside o essencial da atividade do circuito inferior<sup>126</sup> (SANTOS, 2003, p. 92).

A proposta para instalação dos arranjos produtivos locais, que predomina entre os agentes que entrevistamos, revela que o agente local é o responsável por fomentar políticas públicas com vistas à dinamização econômica de uma região. Brandão (2007) afirma que essa visão impediu a

---

<sup>125</sup><http://www.feiraliment.com.br/> Acesso 10/02/2001.

<sup>126</sup>Santos (1979) afirma que nas cidades dos países do “Terceiro Mundo”, onde a pobreza se apresenta de maneira evidente, as atividades econômicas são divididas entre aquelas inseridas no *circuito superior da economia* e outras ligadas ao *circuito inferior*. O circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maior parte de suas relações ocorre fora da cidade e da área que a circunda porque este circuito tem um quadro de referências nacional e internacional. O circuito inferior consiste de atividades em pequena escala e diz especialmente respeito à população pobre. Contrariamente ao circuito superior, o inferior é bem sedimentado e goza de relações privilegiadas com sua região. Cada circuito forma um sistema, isto é, um subsistema do sistema urbano (Santos, 2003, p. 126).



elaboração de políticas estruturais para o território brasileiro. Além disso, o excesso de nomenclaturas - APL, *cluster*, APO, distrito industrial, aglomeração industrial - criou disputas internas entre as instituições envolvidas na atividade produtiva industrial, culminando num esvaziamento de representação política voltada a mudanças na escala nacional.

#### **b) A Cooperativa**

#### **III) Cooperativa Agrícola Mista da Alta Paulista (CAMAP) Unidade de Tupã<sup>127</sup>**

A Cooperativa Agrícola Mista da Alta Paulista – CAMAP foi fundada no ano de 1952. É chamada Mista porque no início de seu funcionamento tinha atividades ligadas à pecuária (frigorífico) e à agricultura. Sua criação, na década de 1950, tinha como pressuposto reduzir os custos envolvidos na produção de gêneros agrícolas. Nos dias atuais, o papel desempenhado pela CAMAP é a prestação de serviços (armazenamento de grãos, industrialização e comercialização de gêneros agrícolas) e o fornecimento de insumos e equipamentos. Além disso, dispõe de um complexo agroindustrial que produz ração animal.

Durante a realização do trabalho de campo, a Cooperativa empregava 100 funcionários, dos quais a maioria residia no município de Tupã, e alguns, em Quintana. Na última assembleia da Cooperativa realizada no ano de 2008, existiam novecentos e vinte e quatro associados. De acordo com a Sra. Eliana, esse número não tem se alterado ao longo dos anos. Além de Tupã, onde há maior concentração de cooperados, eles vêm também de outras cidades, entre elas Quintana, Herculândia, Arco-Íris, Queiroz, Rinópolis, Universo, Iacri, Bastos, Rancharia, Pompéia e Marília.

---

<sup>127</sup>Dados decorrentes de entrevista realizada no dia 1/6/2009 na Sede da CAMAP. Nossa entrevistada foi a Senhora Eliana, administradora de empresas, nascida em Parapuã – SP e, atualmente, devido ao trabalho residente em Tupã – SP. Nossas reflexões também foram substanciadas pelo trabalho de doutorado desenvolvido por SANCHES, Marcio Antonio Rodrigues. *Cooperação e competição na indústria de alimentos de amendoim de Marília – SP*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2003 e de FERREIRA, Willian Pereira. *A cadeia produtiva do amendoim na região de Marília/SP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2007. <http://www.abicab.org.br> (Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados).

Atualmente, com uma filial instalada em Gabriel Monteiro – SP, município da RA de Araçatuba, as atividades da CAMAP estão centralizadas em Tupã – SP, RA de Marília, onde se encontra instalada nos barracões que pertenceram ao extinto Instituto Brasileiro do Café – IBC, localizados à margem da Rodovia João Ribeiro de Barros.



**FOTO 1: CAMAP TUPÃ.** BOMTEMPO, Denise Cristina. JUN./2009.



**FOTO 2: SILOS DA CAMAP TUPÃ.** BOMTEMPO, Denise Cristina. JUN./2009.

Devido ao declínio da cultura do café na região, os barracões estavam desativados e por isso foram doados à Cooperativa, que necessitava de uma

área ampla para realizar suas atividades, já que a cultura do amendoim, depois de um período de queda, voltou a se expandir nas últimas décadas do século XX. Na Região Administrativa de Marília, a área cultivada de amendoim é de 40.000 hectares. De acordo com informações obtidas durante entrevista na CAMAP, a Cooperativa atua em todo o circuito produtivo do amendoim, pois oferece assistência técnica agrônômica, da preparação da terra até a colheita, realizando a análise de solo e orientando a aplicação de fungicida, de herbicida e de todos outros insumos necessários. Dispõe ainda de capacidade para armazenar 600.000 sacas de amendoim a cada colheita.

[...] quando a Cooperativa foi fundada, tínhamos máquinas de beneficiamento de café. Paramos com essa atividade nos últimos dez anos devido à redução do plantio do café na região. Nos últimos dez anos os agricultores se dedicaram ao cultivo do amendoim. A CAMAP foi uma das responsáveis pela ampliação da lavoura do amendoim na região, pois nossos técnicos foram até a Argentina buscar tecnologia de ponta para implantar o sistema de secagem do amendoim que antes era feito no tempo – manual ou a lenha. Buscamos essa inovação para auxiliar os produtores. Durante a colheita, se o agricultor não dispuser de um lugar para secar e armazenar, a safra pode ficar comprometida porque o amendoim, se não for seco, ele se contamina a partir da geração de um fungo chamado aflotoxina que é cancerígeno. Atualmente, o número de aflotoxina nas lavouras de amendoim da nossa região é praticamente zero. Essa tecnologia de secagem foi implantada na Cooperativa no ano de 2003 e funciona bem até hoje (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009, grifo nosso).

Gostaríamos de ressaltar que uma das principais preocupações de todos os agentes envolvidos na produção, beneficiamento, armazenagem, industrialização e comercialização do amendoim é a preservação do grão contra a contaminação pelo fungo *pergillus flavus*, gerador da aflotoxina<sup>128</sup>. Os

---

<sup>128</sup>A aflatoxina é produzida por um fungo (*pergillus flavus*) produtor das micotoxinas, (as aflotoxinas), que contaminam o alimento quando este não se encontra em condições de umidade e temperatura ideais. É um dos principais tipos de micotoxina existentes e seus efeitos em seres humanos e animais são incessantemente pesquisados em todo o mundo. Em meados dos anos 1950, a Inglaterra descobriu a primeira incidência da aflatoxina em alimentos. As pesquisas começaram quando um grande número de animais de pequeno porte começou a morrer e identificou-se, como causa das mortes, a ração que os alimentava, à base de farelo de amendoim importado do Brasil. Entre os principais efeitos da aflatoxina na saúde humana estão: a hepatite do tipo B e sérios danos ao sistema nervoso. A Organização Mundial de Saúde já concluiu também que a substância pode desenvolver câncer primário no fígado do homem. Isto não significa que, ingerindo aflatoxina, a pessoa fatalmente contrairá câncer, mas o risco existe. No Brasil, os Ministérios da Saúde e da Agricultura e do Abastecimento possuem legislações que estabelecem limites apenas para os tipos de aflatoxina B1, G1, B2 e G2, descritas em ordem de nível de toxicidade. O limite máximo de concentração de aflatoxinas em amendoim no Brasil é 20 µg/kg de produto, conforme estabelecido pela Resolução-RDC

agricultores que cultivam o amendoim nos municípios da Região Administrativa de Marília, segundo informações obtidas durante a realização de entrevista na CAMAP, não têm apresentado problemas no que concerne à aflotoxina. Tal condição está associada aos cuidados em todas as fases do plantio, desenvolvimento da planta, na colheita e pós-colheita. A CAMAP, por exemplo, possui aparatos técnicos que contribuem para o controle dessa toxina após a colheita e, sequencialmente, armazenamento. Esse é um dos motivos que levou ao aumento da área cultivada do amendoim na região e, conseqüentemente, contribuiu para a consolidação das empresas industriais do ramo alimentício de consumo final.

De acordo com dados do Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do estado de São Paulo - LUPA (2008), a Região Administrativa de Marília se destacou, entre as RAs do estado de São Paulo, como a que apresenta a maior área plantada (ha) de amendoim com casca, no período de 1990 a 2007. A informação da entrevistada confirma o que apontam Sanches (2003) e Ferreira (2007), segundo os quais Marília, Tupã, Iacri, Herculândia, Arco-Iris, Echaporã, Pompéia e Quintana são os principais municípios produtores desse gênero agrícola:

O amendoim teve área de cultivo ampliada na região desde 2000. Sempre se plantou amendoim na região, mas não na área em que temos atualmente. Em 2000 houve um aumento e isso foi gradualmente até chegar na área que temos hoje. Faz uns 3 anos que permanecemos com a mesma área plantada. Houve necessidade de ampliar por conta da demanda das indústrias da região (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

Ainda na escala do estado de São Paulo, a segunda RA que se destaca na área cultivada (ha) de amendoim com casca é Ribeirão Preto, que, no entanto, apresentou uma queda entre os anos de 2000 e 2007. Em terceiro lugar está a RA de Presidente Prudente, seguida da de São José do Rio Preto. No período analisado, as duas RAs apresentaram aumento da área cultivada, como podemos verificar na Tabela 21 e Cartograma 13 (p. 233).

---

274/2002.

FONTE: <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtos/amendoim.asp>. / <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/anvisa/anvisa/conteudo+destaque/anvisa+inspecciona+industrias+de+amendoim> Acesso: 10/02/2011).

**TABELA 21: AGROPECUÁRIA E PRODUÇÃO FLORESTAL (AMENDOIM EM CASCA) – ÁREA COLHIDA (HA), 2008**

LOCALIDADE	AMENDOIM EM CASCA	1990	2000	2007
RM de São Paulo	Área Colhida (em ha)	0,00	0,00	0,00
RA de Sorocaba	Área Colhida (em ha)	178,00	4,00	120,00
RA de Campinas	Área Colhida (em ha)	10,00	0,00	100,00
RA de Ribeirão Preto	Área Colhida (em ha)	15498,00	28140,00	20126,00
RA de Bauru	Área Colhida (em ha)	1555,00	2525,00	1955,00
RA S. de J. do Rio Preto	Área Colhida (em ha)	5064,00	2110,00	8341,00
RA de Araçatuba	Área Colhida (em ha)	7360,00	4219,00	3476,00
RA de P. Prudente	Área Colhida (em ha)	6087,00	7933,00	11979,00
RA de Marília	Área Colhida (em ha)	22910,00	28962,00	23241,00
RA Central (Araraquara)	Área Colhida (em ha)	8208,00	6712,00	7530,00
RA de Barretos	Área Colhida (em ha)	1060,00	1220,00	3943,00
RA de Franca	Área Colhida (em ha)	610,00	3270,00	2602,00

FONTE: LUPA, 2008. ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina, Dez./2009.

De acordo com as informações obtidas na CAMAP, em face da expansão da cultura do amendoim na Região Administrativa de Marília, a Cooperativa tornou-se uma base sólida para o produtor, pois dispõe de profissionais que prestam assistência técnica durante todo o ciclo produtivo, inclusive após a colheita. *“Se após a colheita o amendoim não receber os devidos tratamentos de secagem e armazenamento, sua comercialização é prejudicada, tanto no mercado interno e, sobretudo, externo”* (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

Vale ressaltar que o papel da Cooperativa não é a comercialização direta, ela apenas intermedia as negociações. Suas funções principais são a recepção, o preparo, o beneficiamento – a secagem e o armazenamento. O agricultor é o responsável por distribuir o produto na região e até em outros mercados. *“Teve um período, entre as safras de 2004 a 2006, que nós comercializamos e exportamos, mas a exportação é um ramo difícil para a Cooperativa, pois precisa ter capital de giro. O processo é longo desde o beneficiamento, a comercialização e o pagamento. Diante disso, optamos por trabalhar apenas com prestação de serviços”* (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

Parte da produção da região de Marília é destinada a atender às empresas industriais alimentícias locais que produzem derivados de

amendoim, e parte, à exportação. Desde 2004 o Brasil exporta amendoim para países da África, da União Europeia, do Leste Europeu, e para o México. O grão é exportado por intermédio da CAMAP, por cerealistas e empresas industriais que atuam na região. A exportação é feita de duas maneiras: a) o agricultor colhe o amendoim, leva para a Cooperativa a fim de realizar o processo de secagem e armazenamento, e a CAMAP, de acordo com a demanda, auxilia os produtores a vender o produto, seja no mercado interno ou externo; b) o agricultor vende o amendoim para cerealistas ou diretamente para indústrias que, por sua vez, exportam o amendoim *in natura* ou seus derivados, como doces, pastas, recheios etc.

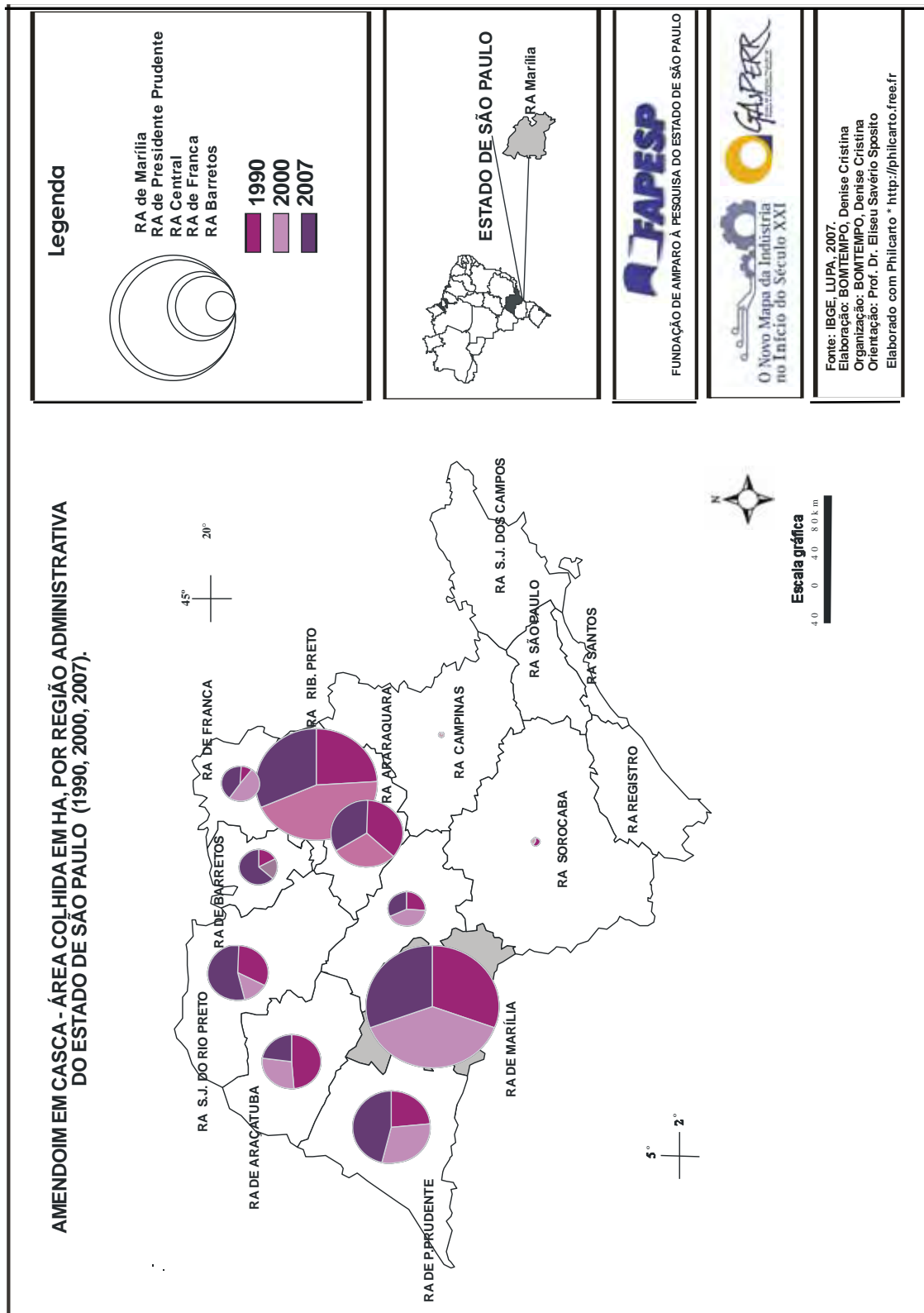
Existem empresas na região que comercializam o amendoim no mercado nacional e externo. Entre elas destacam-se a YOKI, que tem uma unidade de beneficiamento e produção em Marília. A unidade da YOKI de Marília produz amendoim industrializado (doce, salgado) e o grão beneficiado, esse último é destinado à exportação. A empresa AMENDOBÁS, localizada em Tupã, exporta o amendoim processado, ou seja, matéria-prima para fazer pasta de amendoim. A empresa, depois do beneficiamento, realiza esmagamento e moagem. Entre os países compradores do amendoim produzido na região de Marília, destacam-se o Líbano, a França e Israel. O amendoim é vendido *in natura* ou pasta para empresas de biscoitos e *cookies*. A pasta é utilizada para fabricação de recheios, coberturas etc. Em Tupã existe também a AMENCO, que realiza exportação. A AMENDUPÁ é uma empresa de Tupã cujos produtos como paçoquinha, são famosos na região. É uma empresa que realiza exportação de produto acabado, assim como a DORI, de Marília. Essa empresa dispõe de variada linha de produtos que tem como base o amendoim. A SANTA HELENA é uma empresa de Ribeirão Preto, muito forte, que também realiza exportação de produto acabado (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

De acordo com a entrevistada, grande parte do amendoim comercializado pela CAMAP destina-se às grandes indústrias alimentícias de consumo final instaladas no município de Marília. Por isso, os agricultores/fornecedores, para alcançarem os padrões de venda, precisam seguir as normas previstas no manual de boas práticas de produção e fabricação, elaboradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em relação ao cultivo dessa lavoura, principalmente no que concerne à ausência de aflotoxina. Essas regras valem também para as empresas industriais que processam o amendoim e produzem seus derivados. Em síntese, as empresas industriais que produzem e comercializam o amendoim devem ter inscrição no

Ministério da Agricultura – MAPA, responsável, juntamente com a ANVISA, pelas normatizações relacionadas à segurança alimentar. Para cumprir tais exigências, o amendoim deve ser rastreado desde a seleção das sementes, passando pelo plantio, tratamentos culturais e colheita, até o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a produção industrial e a distribuição.

A Yoki, unidade de Marília, exige que todos os produtores esclareçam a partir do preenchimento de fichas e confecção de relatórios todos os procedimentos realizados durante o cultivo do amendoim. A empresa acompanha no campo o desenvolvimento da cultura. As fichas preenchidas pelos produtores e pela empresa contribuem para a formatação do relatório que é enviado para o MAPA e depois disso é que os procedimentos da exportação são feitos (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

**CARTOGRAMA 13:**





Percebemos que, embora o ciclo de produção do amendoim na Região Administrativa de Marília tenha se mantido, as normatizações técnicas para cultivo desse grão se modificaram em relação às décadas de 1950, 1960 e 1970. A cultura do amendoim desenvolvida nessa primeira fase foi destinada principalmente à produção de óleo, como afirmou Mourão (1994). Nesse período, não era cobrada dos agentes envolvidos na produção do grão, a obediência a padrões tão rígidos de qualidade.

A partir da década de 1990, porém, com a consolidação das grandes empresas alimentícias de consumo final em Marília (maiores compradoras do amendoim produzido na região), as normatizações técnicas tornaram-se mais rígidas, pois os produtos derivados do amendoim são destinados ao consumo direto, por isso a necessidade de empregar inovações desde o cultivo até a distribuição do produto acabado, ou seja, em todo o circuito produtivo. Em síntese, foram adotados todos os procedimentos técnicos relacionados à *cientifização da agricultura* (SANTOS & SILVEIRA, 2001, ELIAS, 2003).

De acordo com informações obtidas durante trabalho de campo na CAMAP, o transporte do amendoim da área plantada até a Cooperativa é feito por empresas terceirizadas ou motoristas autônomos da região. O frete é normalmente pago pelo produtor, mas nos casos em que o amendoim já foi negociado, a indústria se responsabiliza pelo pagamento. A Cooperativa recebe cerca de trinta caminhões por dia, e cada um demora em média vinte minutos para realizar todos os procedimentos de entrada na CAMAP. Quando a carga chega, é retirada uma amostra do amendoim ainda verde, ou seja, do jeito que foi colhido. A análise dessas amostras é feita por laboratório terceirizado, cuja matriz é em Marília e a filial, em Tupã, e é responsabilidade da Cooperativa enviá-las ao laboratório. Após a retirada da amostra, o amendoim passa por uma pré-limpeza, depois uma secagem, para ser armazenado em casca. O produtor paga à Cooperativa, anualmente, R\$ 0,70 (setenta centavos de reais) por saca de amendoim estocado. É recomendável que o produto fique armazenado por no máximo dois anos. O beneficiamento (retirada da casca e catação) é realizado apenas mediante a venda para cerealista, indústria ou exportação. Em alguns casos o amendoim é vendido com casca e, quando isso acontece, ele não chega até a Cooperativa.

Em lugar da madeira, o combustível utilizado na secagem realizada na CAMAP é o gás, fornecido pela empresa Ultragás. A estrutura, o recipiente, a tubulação de gás e a turbina foram produzidos e instalados por uma empresa de Ourinhos, a Agroamérica CWA. O processo é realizado da seguinte maneira: o amendoim em casca é colocado numa carreta com capacidade para 8.000 kg, a qual é acoplada a uma turbina movida a gás que solta ar quente e seco. O tempo de secagem depende da umidade do grão, mas gira em torno de 20 horas por carreta. Como a Cooperativa dispõe de noventa e seis carretas, são secados cerca de 788.000 kg de amendoim a cada 20 horas. Todo o processo é computadorizado, e a CAMAP detém a exclusividade dessa tecnologia no Brasil.

É preciso realizar a secagem do amendoim logo após a colheita. Secar o amendoim no sol também é viável, mas se tiver um tempo bom. Mas isso quase não ocorre, pois o período da colheita é entre os meses de alta pluviosidade (dezembro a fevereiro). Então é preciso colher, colocar rapidamente nas carretas, trazer rapidamente à Cooperativa para realizar a secagem e armazenamento, se os procedimentos forem realizados de maneira sincronizada não haverá problemas quanto à umidade e possível contaminação. Se o tempo for bom durante a colheita, os agricultores optam por tombar o amendoim (virá-los com as vagens expostas diretamente ao sol) que também é um procedimento correto, porém arriscado, pois o amendoim fica exposto às intempéries climáticas (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

O armazenamento do amendoim é feito em silos. Cada produtor tem o seu, para que suas produções não se misturem. A Cooperativa dispõe de um programa de computador que controla o estoque do amendoim de cada produtor. Quando o grão passa da secagem para o armazenamento, é emitida uma nota de controle, na qual constam as toneladas estocadas. Se ocorrer uma venda e, na ocasião, o amendoim for para o beneficiamento, outra nota, chamada “nota de transferência”, será emitida para controlar o estoque total.

Os cooperados da CAMAP comercializam o amendoim em grandes lotes. Entre os compradores, a menor parcela é a das cerealistas, tais como Amenco (Tupã), Multifort (Herculândia), Amendoicri (Iacri). Os maiores compradores são as grandes indústrias de alimentos de consumo final instaladas, sobretudo em Marília, entre elas: YOKI (unidade de Marília), DORI, Karin, Carino e BRUMAL, de Catanduva (fabricante de óleo). É possível afirmar

que grande parte do amendoim produzido na região é destinada a abastecer as indústrias alimentícias de consumo final (doces, confeitos e óleos) localizadas em Marília (em maior número) e em outras cidades da região.

Conforme constatamos a partir de dados secundários e primários, existe em Marília um número significativo de micro, pequenas e médias empresas. De acordo com informações da CAMAP, os cooperados têm interesse em vender o amendoim apenas para as médias e grandes empresas. O amendoim da CAMAP chega às micro e pequenas empresas industriais através das cerealistas, para quem os cooperados vendem. *“Difícilmente o produtor vende diretamente para os doceiros – como chamamos. A cultura e comercialização do amendoim são abrangentes, muitas cerealistas cumprem papel de atravessador, mas recolhem impostos, são empresas legalizadas”* (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

De acordo com a entrevistada, no ano de 2008, a produção de amendoim na RA de Marília foi de 40.000 toneladas. A instalação de unidades produtivas industriais de alimentos de consumo final, sobretudo em Marília, pode estar atrelada ao aumento da área plantada e da produção de amendoim na região. Um exemplo concreto é a instalação da YOKI Alimentos.

Grandes empresas como a Yoki estabelecem parcerias com os produtores através de contratos. Como isso acontece? A empresa custeia a assistência técnica, o transporte do amendoim, a aquisição de insumos e a colheita, e o produtor, diante do contexto, deve vender toda a produção para empresa. Essa articulação, por um lado é interessante, pois o produtor recebe suporte e assistência durante o ciclo produtivo do amendoim, por outro lado, torna-se submetido ao preço que a empresa destina ao seu produto, que muitas vezes é abaixo do mercado. A indústria paga sempre um valor menor para o produtor. Para ela é bom que o preço de mercado esteja baixo (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

Quando a exportação é realizada via CAMAP, o transporte do amendoim é feito por caminhão até o Porto de Santos. O produtor e a Cooperativa contratam os serviços de empresas terceirizadas.

O amendoim é transportado por rodovia até o Porto de Santos por uma transportadora contratada, na maioria das vezes, é a Lazine Transportes, de Garça. A transportadora disponibiliza sacos chamados BIG BAG, onde o amendoim é acondicionado para transporte por rodovia. Em Santos, a agência marítima de

embarcação realiza todos os procedimentos para o escoamento da produção nos navios (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

A média de área plantada de cada cooperado varia em torno de 300 hectares. Na cultura do amendoim, é comum o arrendamento de terras, pois a área plantada é muito grande, e a maioria dos agricultores da Região Administrativa de Marília é composta por pequenos e médios proprietários. *“Na verdade arriscam, porque têm que pagar o arrendamento mesmo que ocorra algum sinistro durante a safra”* (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

Os agricultores dispõem de maquinários e experiência, mas recorrem ao agente financeiro, pois não possuem recursos próprios. A CAMAP não disponibiliza crédito aos cooperados durante a safra. Os financiamentos são realizados nas agências bancárias do município de origem do agricultor (Banco do Brasil, Santander e Bradesco).

Para pedir um financiamento no banco, é preciso preencher uma série de questionários que entre as perguntas destacam-se: há quanto tempo é produtor? Quanto colheu nos últimos anos? É preciso ter conhecimento de mercado, saber a hora certa de colher, vender etc. Por mais que o engenheiro agrônomo preste assistência, o produtor tem que ter visão. Não temos apenas cooperados que se dedicam ao amendoim, tem aqueles que são fruticultores, plantam também, milho, tomate, abacate, soja (poucos). Os que se dedicam ao amendoim plantam também milho, mandioca, ainda tem aqueles que são pecuaristas (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

Atualmente, o amendoim é plantado apenas no período de safra (dezembro a fevereiro). Em anos anteriores, de acordo com a entrevistada da CAMAP, plantava-se também na entressafra. Essa prática deixou de existir, em parte devido às instabilidades no preço. *“Política agrícola do Governo Federal, deveria ser garantido um preço mínimo do que foi colhido para que o produtor não perca a safra 100%. Isso não acontece e por isso temos muitos produtores que desistem da atividade”* (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

Por outro lado, no contexto global, a crise afetou os contratos de exportação que eram estabelecidos até então pelas indústrias alimentícias.

O produtor se depara com muitos riscos. Por exemplo, terminamos a colheita do amendoim e nosso estoque está cheio porque o preço está muito ruim, ninguém compra porque a maioria das indústrias que tinham contrato de exportação teve seus contratos cancelados devido

à crise econômica internacional. As indústrias não compram amendoim e por isso o preço cai. Ninguém se arriscará em plantar novamente sem perspectiva do preço melhorar. Além disso, com a entrada da cana-de-açúcar, muitos arrendam ou ainda tem aqueles que fazem rodízio. O amendoim precede a plantação da cana-de-açúcar (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

Essa realidade existe desde 2006. O produtor arrenda terra para plantar amendoim. Após a colheita, fica uma silagem que serve como adubo. Assim, a terra fica praticamente preparada para o plantio da cana-de-açúcar. A tendência é sempre fazer esse rodízio.

A Cooperativa vê essa iniciativa como um ponto positivo, pois gera renda para o produtor e conseqüentemente para a região, e isso está de acordo com nosso estatuto, que é contribuir para o crescimento e manutenção da qualidade de vida dos cooperados. A cana-de-açúcar é vendida diretamente para a usina, a CAMAP não tem nenhum vínculo com o produtor e com as usinas (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009).

Atualmente, um dos maiores desafios dos cooperados produtores de amendoim é *“conviver com a instabilidade do clima e do mercado. Ora chove muito, ora não chove, isso pode ocasionar perda de toda colheita”* (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009). Além disso, *“a produção aumentou muito, o produtor precisa escoar a produção para não ter redução”*. *“No momento devido à crise internacional, houve cancelamento dos contratos de exportação, o preço reduziu porque tem muito produto no mercado, diante disso, ou o produtor diminui a área plantada para ter um aumento de preço ou fica na expectativa da crise passar e com isso o retorno da exportação”* (CAMAP, Pesquisa de Campo, 1/6/2009). Essa é a realidade vivenciada pelo produtor: por um lado, a subordinação à indústria, por outro, a conjuntura econômica e política nacional e internacional.

O circuito produtivo do amendoim articula inúmeras escalas e também esboça uma forte relação entre a cidade e o campo. Do ponto de vista regional, verificamos que a área de cultivo abrange os pequenos municípios inseridos na RA de Marília, e a aquisição de serviços, equipamentos e insumos ocorre tanto nas pequenas cidades como também em Marília. Esta cidade se destaca por centralizar serviços especializados, como por exemplo, laboratórios de análise de produtos, centros de pesquisa vinculados à universidade e à faculdade

(UNIMAR e FATEC) e mão de obra qualificada de acordo com as demandas da *agricultura científica*, podendo, portanto, ser considerada uma cidade que apresenta diversidade no que concerne ao desenvolvimento das atividades econômicas.

A especialização territorial produtiva do ramo alimentício de consumo final centralizado em Marília foi dinamizada, nas últimas décadas do século XX, em grande parte, devido à ação dos agentes articulados a essa atividade produtiva. De acordo com Santos & Silveira (2001),

[...] o relativo barateamento dos transportes, que viabiliza o deslocamento de insumos e produtos acabados, a existência de maquinário, a informação especializada e convergente, a presença de força de trabalho treinada, a força de interesses e reivindicações surgidas de um trabalho comum constituem, entre outras, as condições técnicas e sociais – e não mais naturais – que determinam as especializações territoriais. São fatores técnico-sociais de localização no período contemporâneo. Algumas cidades são herdeiras de uma tradição surgida em períodos anteriores, mas cuja especialização se perfaz em décadas recentes (p. 135 -136).

O circuito produtivo do amendoim se amplia do ponto de vista escalar quando esse gênero agrícola é destinado às indústrias de alimentos de consumo final instaladas em Marília. A partir daí, configura-se o circuito espacial da produção de alimentos de consumo final. O resultado dessa atividade produtiva interfere no papel desempenhado por Marília divisão territorial do trabalho e na escala da rede urbana em que está inserida e mantém relações, pois as empresas que produzem derivados de amendoim instaladas na região são tanto de capital local, como nacional, e seus produtos são distribuídos em múltiplas escalas.

O fator clássico de proximidade com a matéria-prima também está nos discursos dos agentes envolvidos na atividade produtiva industrial de Marília, mas, no nosso entendimento, o aparato técnico estruturado no território é que favorece o desenvolvimento dessa atividade na escala da cidade média e que contribui para emergência de novas dinâmicas territoriais.

### **c) O Sindicato da Alimentação**

#### **IV) Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentícias<sup>129</sup>**

Sabemos das mudanças pelas quais passaram os sindicatos em fins da do século XX na escala global, todavia, para o momento, não realizaremos essa discussão de maneira aprofundada. Nosso objetivo, neste trabalho, é discorrer sobre o papel desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Marília (STIAM) no processo de consolidação da atividade industrial alimentícia de consumo final.

A partir do depoimento do entrevistado, foi possível verificar o jogo de forças presente entre os agentes no território, por um lado, para extração da mais-valia e, por outro, para a reprodução social, ou seja, da própria vida.

A formação do STIAM está diretamente atrelada à implantação das primeiras indústrias alimentícias de consumo final em Marília. Criado no ano de 1957, funcionou até 1967, quando foi fechado por conta das pressões impostas pelo regime militar que impedia qualquer manifestação política contrária à ditadura. Apenas em 1980, com o fim do período ditatorial, o STIAM voltou a funcionar, mais precisamente no dia 31 de março desse referido ano. O objetivo de um sindicato sempre foi representar os trabalhadores, mas no período de 1980 a 1987, de acordo com entrevistado, as entidades *“não tiveram tantas atuações, pois era um período de transição política e não sabíamos muito bem até onde poderíamos atuar, já que até então tudo era proibido, o patrimônio e os documentos do sindicato ficaram retidos pelos militares”* (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

O primeiro presidente exerceu dois mandatos, mas não havia um bom funcionamento, não havia assembleias, a comissão não era articulada e por isso os problemas apareciam mais do que as soluções. Nesse período, eu constituí uma chapa e ganhamos as eleições e estamos aqui até hoje. Cerca de 50% a 60% da chapa inicial mudou, pois a cada eleição, verificamos as pessoas que são mais atuantes dentro do sindicato e também das indústrias e convidamos para fazer parte da chapa que disputará as eleições para a gestão seguinte. Se a pessoa aceitar, realizamos todos os trâmites

---

<sup>129</sup>Informações decorrentes de entrevistas realizadas em 27/5/2008, 5/5/2009 e 1/6/2009 com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Marília, Sr. Wilson Vidoto Manzon, nascido e residente em Marília.

burocráticos e anunciamos para os sindicalizados (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

A trajetória de trabalho do presidente do STIAM, assim como a de outros sujeitos entrevistados, está diretamente articulada à indústria alimentícia, como foi possível verificar no seu depoimento.

Meu pai também era operário da indústria alimentícia, trabalhava na Zillo. Eu iniciei minhas atividades na indústria alimentícia antes de 1968, acho que 1965. Tenho 41 anos de registro em Carteira. Comecei na Airilam, hoje Nestlé. Em 1968 eu fui afastado para liderar o Sindicato. Tenho curso universitário, sou formado em Direito aqui mesmo em Marília, comecei Ciências Sociais, mas não terminei. Quando a Airilan foi vendida para a *Beatrice Foods Incorporation*, vieram muitos diretores de outros países – espanhóis, ingleses, americanos, e brasileiros de outras cidades. Um dos diretores brasileiros, o Sr. Stalin percebeu que eu tinha certa versatilidade para lidar com questões trabalhistas e produtivas, portanto fui convidado para ser acessor do diretor da Empresa. No mesmo período eu fiz uma chapa para montar o Sindicato, pois além de cuidar dos interesses dos trabalhadores eu teria estabilidade e não seria mandado embora, pois mesmo sendo acessor eu me sentia ameaçado, pois esta era uma decisão muito particular – se mudasse o diretor da empresa eu poderia ser mandado embora. Eu já fiz curso de militante na Venezuela, entre 1987 e 1989. Os cursos eram em conjunto com o Movimento Social. O objetivo era reivindicar os direitos. O curso que fiz durou vinte dias. Fazíamos leituras e discutíamos as questões dos movimentos sociais e dos trabalhadores com pessoas de vários países, mas o curso era liderado pelo Sindicato da Venezuela. Ficamos hospedados num Convento. Entre as leituras, destacavam-se aquelas ligadas ao crescimento dos trabalhadores na América Latina devido à instalação de unidades produtivas das empresas multinacionais norte-americanas e também europeias. Nesse período, vivenciávamos, por um lado, a repressão dos governos ditatoriais e, por outro, a ação dos movimentos como o Sendero Luminoso, Peron na Argentina, Salvador Allende, no Chile, Fidel, com a repressão cubana por ter um partido único, no México, África e Judeus. Mas os Estados Unidos eram superiores a todos os países – havia muita influência e domínio dos Estados Unidos. Nosso objetivo, além de garantir direitos aos trabalhadores, era elaborar um programa político e social de proteção, queríamos quebrar a hegemonia norte-americana. No Brasil o movimento sindical é fraco, mas nos outros países da América Latina é pior. Quem paga a contribuição ao Sindicato são as Indústrias e o Governo. Diga, existe liberdade de ação e pensamento? Não dá para fazer manifestação. Aqui existe um desconto na folha de pagamento para quem é sócio – 1% do que recebe para o Sindicato, isso entrou em vigor no ano de 1988. A indústria também tem um Sindicato. Em 1987, nas indústrias alimentícias de Marília trabalhávamos num ritmo muito pesado, não tínhamos seguridades, direitos, até que em 1989 paramos toda a atividade industrial. Em 1989, em Marília, assim como em todo o Brasil, vivenciávamos o período de congelamentos do Governo José Sarney, a inflação chegava a 130%. Havia congelamento de preços de acordo com a inflação e os salários foram congelados em 31/1/1989, tínhamos um reajuste de acordo com a inflação de 25%.



mas as empresas não repassavam, então decidimos parar porque além dos salários, as condições de trabalho não eram boas. Fizemos greve e uma das pautas de reivindicação eram os benefícios aos trabalhadores. Todo mês elaborávamos um informativo para o trabalhador com questões referentes à casa própria, expectativa de vida, INSS, aposentadoria, saúde em geral e no trabalho, meio ambiente, entre outros. Hoje o piso é de R\$ 750,00. Em Marília os salários são mais altos, em média R\$ 1.150,00 por jornada de 8 horas diárias. Hoje podemos afirmar que temos uma política sindical e trabalhista. Somos vinculados à Força Sindical. Na América Latina, montamos a União Internacional das Indústrias da Alimentação, entre as empresas participantes destacam-se a Ambev, Arcor, Nestlé etc. Eu sou Secretário Geral da dos trabalhadores da Nestlé na América Latina. O nosso maior desafio é cuidar dos problemas trabalhistas existentes nas empresas em diferentes países. Por exemplo, a Nestlé tem fábricas em vários países da América Latina, as normas são as mesmas para todos os países, mas os benefícios não são os mesmos. Por exemplo, no Brasil temos seguro saúde e na Argentina, não, isso porque a legislação trabalhista dos países são diferentes. No Brasil temos mais benefícios do que na Argentina. Diante desse quadro, nós, do Sindicato, lutamos para a unificação dos direitos e dos rendimentos, através de uma integração cambial. Sabemos que cada país tem os seus costumes, hábitos. Por exemplo, na República Dominicana existem muitos problemas, pois a organização, limpeza e higiene dos trabalhadores não estão à altura das normas exigidas pela empresa. No que isso desencadeia? Em constantes conflitos entre trabalhador e empresa e também rotatividade de trabalhadores. A Nestlé tem uma norma de produção internacional. Existem no Brasil cerca de 15 fábricas. Além do Brasil existem unidades no México, Argentina, Uruguai, República Dominicana, Canadá, Nicarágua, Guatemala. Nesse último país já ocorreu inclusive sequestro de diretores (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009, grifo nosso).

Desde sua criação, o STIAM mudou de local de funcionamento inúmeras vezes até se estabelecer em sede própria. Atualmente, trabalhadores de trinta e duas cidades da Região Administrativa de Marília são por ele representados, compondo um contingente de 5.500 trabalhadores sindicalizados nas indústrias de alimentos no município e 7.000, na região. Os setores industriais atendidos são os de doces e conservas, bebidas e refrigerantes em geral, frigorífico, cana-de-açúcar, suco, rações, cerveja e, predominantemente, o das indústrias de biscoitos, confeitos, balas, chocolate, macarrão, padarias, laticínio, torrefação de café, café solúvel, água, óleo, peixe e sal.

De acordo com o Presidente do STIAM, durante a ditadura foi implantado um quadro geral de categorias que funciona até hoje. A categoria da alimentação foi dividida em vários setores, com diferentes datas-base para

reajustes salariais. Essa iniciativa desarticulou toda a classe, resultando na impossibilidade de ocorrer uma greve geral do setor da alimentação.

Hoje existe representação de todos os setores e existe um respeito entre a entidade patronal e os trabalhadores. Apresentamos uma pauta de reivindicações e na maioria das vezes somos atendidos. Atualmente os patrões são preocupados com a qualificação dos trabalhadores – contribuem com bolsa de estudos, fornecem ajuda escolar, vale transporte, plano de saúde, restaurante, ticket alimentação, participação nos lucros e salário. Trabalhamos na perspectiva de inserir os deficientes no mercado de trabalho. Nosso maior desafio é, diante de uma política econômica como a nossa, manter o trabalhador nos postos de trabalho com os direitos garantidos. É urgente que o governo lance uma política de redução de impostos para que os empresários consigam investir e com isso gerar mais empregos. Mas não somos ingênuos também, sabemos que hoje os investimentos são em automatizações e isso reduz os empregos (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

De acordo com o Entrevistado, nos últimos anos o diálogo entre sindicato, trabalhadores e empregadores tem sido produtivo, haja vista as negociações que foram realizadas.

Conseguimos vários avanços, que são decorrentes do período de lutas, hoje, temos restaurantes em todas as indústrias, alguns são gratuitos, outros cobram um valor de R\$ 0,80 por refeição. O transporte também é gratuito, ou transporte coletivo bonificado. Ainda, 80% das indústrias disponibilizam a cesta básica. O que discutimos é o seguinte, não adianta dar a refeição para o trabalhador na empresa, quando muitas vezes na casa deles não há nenhum grão de feijão para comer, muitas vezes a pessoa se sente até constrangida de comer uma comida boa na fábrica e a família não ter o que comer (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

Em relação ao perfil dos trabalhadores da indústria, o entrevistado destacou que, em algumas fábricas, há uma equivalência entre trabalhadores do gênero masculino e feminino, enquanto em outras, a predominância é de trabalhadoras. Quanto à idade, os jovens no primeiro emprego também estão inseridos no perfil atual do trabalhador e, mais recentemente, o Sindicato tem atuado no sentido de abrir espaço para os trabalhadores deficientes físicos e os com idade superior a quarenta anos.

No que concerne à rotatividade, o Entrevistado destacou que ela já foi mais intensa, quando, em anos anteriores, a oferta de empregos era maior e o trabalhador procurava ocupações que lhe garantissem maiores ganhos.

A situação do nosso trabalhador é muito difícil. Nas indústrias alimentícias temos funcionários que pedem para ser mandados embora para pagar conta e, por outro lado, temos funcionários que têm problemas de saúde, por exemplo, dentário, que não procuram atendimento porque têm medo de perder hora de trabalho e ser mandado embora. O Sindicato disponibiliza um ônibus – consultório dentro das fábricas, e os trabalhadores não procuram atendimento porque têm medo de ser mandado embora. O encarregado – representante do patrão - libera para o tratamento, mas o trabalhador não manifesta o seu problema e não procura atendimento porque tem medo de ser mandado embora. O pensamento que impera é se o patrão souber que tenho um problema vai me mandar embora, pois sabe que terei que faltar. Não procuram o Sindicato porque têm medo (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

A rotatividade, de acordo com o entrevistado, quando acontece, é predominante entre as mulheres e os jovens. *“Os jovens hoje têm a seguinte mentalidade, se trabalhar dois anos na empresa, e depois desse período for mandado embora, recebe seguro desemprego e fundo de garantia, ou seja, dinheiro suficiente para comprar uma moto. Essa realidade é preocupante”* (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

Não acreditamos que o desejo de consumo seja o motivo primordial para o desligamento do jovem operário. Para nós, os ritmos intensos de trabalho, os baixos salários, as exigências por alcançar as metas de produção e conseqüentemente o *stress* estão associados à rotatividade do trabalho nas indústrias alimentícias de consumo final estudadas. O sindicato também tem essa visão processual, mas se equivoca quando individualiza as causas da rotatividade do trabalho na indústria e, ainda, não associa o peso das pressões impostas pelas empresas.

Os ritmos de trabalho na indústria têm mudado muito, por volta de quinze anos atrás eram respeitados os dias de descanso do trabalhador, assim a carga de trabalho se dava entre segunda-feira a sexta-feira, respeitava-se o sábado, o domingo e o feriado, mas hoje se a indústria não aproveitar 100% da capacidade de produção, entra em falência, então trabalha sábado, domingo, feriado, dia santo, não para nunca, as indústrias de alimentos não param. Isso cria um esfriamento e um distanciamento da própria família e da sociedade, pois o trabalhador quando está em casa quer dormir, quer descansar, pois o ritmo de trabalho é muito intenso. As indústrias funcionam vinte e quatro horas, com três turnos de trabalho que são distribuídos da seguinte maneira, primeiro: das 6 às 14 horas; segundo das 14:30 às 22:30 horas e terceiro das 22 às 6 horas. O piso salarial depende da função de cada um, mas para os funcionários que trabalham no período noturno, é pago um adicional que varia de 35 a 90%, depende da fábrica. As jornadas de trabalho são de 8 horas por dia, trabalhamos num sistema de seis dias de trabalho e dois de

descanso. Geralmente, não há horas-extras, mas quando ocorre, o trabalhador, ao invés de descansar dois dias, descansa apenas um. O piso salarial depende da categoria de cada funcionário. A única coisa que temos que acredito ser o diferencial são as horas de treinamento que são pagas como horas extras (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009, grifo nosso).

De acordo com o Entrevistado, um dos maiores desafios do Sindicato, na atualidade, é trazer o trabalhador, sobretudo o jovem, para participar das discussões.

Grande parte das indústrias contrata jovens que trabalham cerca de 10 anos e depois são mandados embora, assim para empresa, o ciclo se renova constantemente. O jovem tem maior vigor físico para o trabalho e, muitas vezes, por ser o primeiro emprego não tem conhecimento de quais são os seus direitos e não enxerga o Sindicato como possibilidade de conquistas. A juventude não tem noção, por exemplo, de questões ligadas à saúde do trabalhador, pois existem doenças que são provenientes de esforços repetitivos como a lesão por esforço repetitivo - LER. Para combater os males do ritmo acelerado é preciso ter noções de postura ergométrica. Hoje existem também muitos problemas psicológicos ligados ao emprego, porque é exigida uma doação máxima para realizar as atividades, e o ambiente é hostil. É um desafio conseguir um lugar de trabalho saudável, livre de opressão. Infelizmente hoje, temos ritmos tão intensos de trabalho, com carga horária e de intensidade maior do que o corpo suporta (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009, grifo nosso).

Diante das contradições e problemáticas existentes nas indústrias do ramo alimentício de consumo final, o STIAM tem atuado no sentido de garantir os direitos conquistados ao trabalhador e, ao mesmo tempo, reivindicar condições para que programas de qualificação de mão de obra sejam implantados, já que essa é uma das exigências do trabalho industrial no início do século XXI.

Em Marília, no ano de 1996, o Sindicato começou a oferecer cursos de treinamento para trabalho nas indústrias de alimentos. Os cursos eram de análise de alimentos e confeitaria. Depois dessa experiência, os políticos locais foram até São Paulo para reivindicar a instalação de uma Faculdade de Tecnologia - FATEC em Marília, pois na região existia somente um núcleo em Garça, município localizado a trinta quilômetros de Marília. A instituição foi instalada no ano de 2005, e funciona no antigo prédio da Antártica. Hoje o Sindicato, tem uma parceria estabelecida, pois lá funciona um curso de Técnico em Alimentação e nosso papel é fazer a divulgação e incentivar os funcionários e seus filhos a frequentar o curso. O sindicato precisa ser sensível a todas essas questões que envolvem o trabalhador na indústria. Nossa política hoje é fazer a mediação entre o empresário e o trabalhador, para vencer as dificuldades impostas pelo período de instabilidade econômica. Por exemplo, hoje atendemos um caso em

que dois rapazes, montaram uma indústria na cidade de Salto Grande, sem ter noção de gestão, de produção, de negociação industrial, de contratação de trabalhadores, simplesmente começaram a produzir e para isso contrataram alguns funcionários, que hoje totalizam cinquenta e cinco. Recebemos uma denúncia e visitamos o local com o Ministério do Trabalho, imediatamente a situação era de fechamento da fábrica, mas, como na cidade a economia está voltada para a cana-de-açúcar e sabemos muito bem os problemas relacionados a essa atividade, decidimos, junto com o Ministério do Trabalho, contribuir para que essa indústria não fosse fechada, mas para isso os empresários têm um período para regularizar a situação da empresa e dos trabalhadores. São cinquenta e cinco funcionários que sustentam famílias e que não trabalham na cana, pois na cidade não tem nada de emprego. O piso salarial não estava sendo pago, mas decidimos que a cada quatro meses, o salário dos funcionários deveria ser reajustado até chegar à total regularização (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

O STIAM realiza assembleia com os sindicalizados, mas também se comunica através de um jornal distribuído mensalmente, chamado Boletim Informativo, que mantém os operários atualizados sobre as negociações que envolvem o trabalho no ramo alimentício. Além do Boletim, o Sindicato, por meio de seu *site*, disponibiliza para cada trabalhador sindicalizado um *e-mail* em que são enviadas informações referentes a mudanças na previdência, assembleias sindicais, julgamentos do tribunal, até notícias de cursos, atendimentos médicos, campanha salarial etc. Antes do *e-mail*, as campanhas salariais eram divulgadas por meio de *outdoors* colocados em locais próximos às fábricas. Está sendo instalada, na sede do Sindicato, uma central de computadores, com o objetivo de oferecer curso de computação aos sindicalizados.

O STIAM realiza a negociação coletiva do aumento do salário-base e também dispõe de dentistas e de uma colônia de férias na cidade de Praia Grande – litoral paulista. Ao longo do ano, são realizados eventos em comemoração aos dias dos pais e das mães, com a finalidade de integrar a família dos trabalhadores. Uma das prioridades do Sindicato é realizar um encontro dos jovens trabalhadores da indústria de alimentação de Marília.

Além de um agente envolvido na atividade industrial do ramo alimentício de consumo final, o STIAM pode também ser considerado um agente que interfere na dinâmica do espaço intraurbano. Articulado com os poderes públicos local, estadual e federal, e com empresários e trabalhadores,

construiu dois loteamentos com casas destinadas aos seus trabalhadores. No momento, de acordo com o relato do presidente do STIAM, existe um projeto para a construção de um condomínio de prédios verticais, destinado à moradia dos trabalhadores da indústria alimentícia, numa área localizada próximo a uma área de preservação ambiental, com financiamento da Caixa Econômica Federal.

A construção das casas nos loteamentos Vila Operária Alimentação I e II teve início no ano de 1996 e foi finalizada em 1998. O projeto foi iniciativa do STIAM, que fez um levantamento e constatou que uma parcela significativa dos trabalhadores das indústrias alimentícias não tinha casa própria e nem acesso aos núcleos habitacionais construídos pelo Estado, pois os financiamentos eram altos e os trabalhadores não conseguiam pagar. Além disso, não dispunham dos documentos necessários para obter o financiamento, nem tinham endereço fixo. Diante da demanda, o STIAM apresentou a proposta aos trabalhadores sindicalizados, aos empresários e ao poder público (federal, estadual e local), para definir a viabilidade do projeto. O objetivo era construir moradias próximas à indústria, com vistas a diminuir os gastos e atrasos com transportes.

A primeira medida, naquele momento, foi fazer um estudo para saber onde exatamente estavam localizadas as indústrias que mais empregavam. Foi constatado que as empresas industriais com maior número de empregados, tais como Nestlé, Dori, Bel, Yoki, Maritucs e Carino, localizavam-se na Zona Norte de Marília e que por volta de 70% dos trabalhadores das indústrias moravam em bairros dessa região (Santa Antonietta, Julietta, Padre Nóbrega, Jânio Braga, Prolongamento Palmital, Figueirinha). Os demais 30% moravam na Zona Sul, no Centro da cidade e nas Zonas Leste e Oeste (Nova Marília, Distrito de Lácio), sendo que na Zona Sul localizavam-se apenas três empresas: Marilan, Intercoffe e Yank's (hoje não existe mais). A ideia inicial do STIAM era construir prédios verticais, mas a partir do levantamento realizado, verificou-se que o trabalhador *“não era acostumado a viver em apartamentos, por isso foram construídas casas”*.

Na ocasião, o Sindicato adquiriu uma propriedade de terra particular (um sítio). A mata foi derrubada e o terreno, limpo. O poder público local

realizou a infraestrutura, regularizou a área como terra urbana e fez o loteamento. O STIAM pagou a regularização da área, a planta das casas e contratou uma empreiteira de Marília para a construção. O governo federal, através da Caixa Econômica Federal, abriu uma linha especial de financiamento para os trabalhadores da indústria da alimentação de Marília. O custo final da casa foi de R\$ 29.000,00, financiado em vinte anos, com prestações máximas de R\$ 89,00. Todas as casas, regularizadas e com escritura, possuem na planta original quatro cômodos e um banheiro. Os critérios utilizados para se inscrever no sorteio que daria direito a uma unidade foram os seguintes: ser um funcionário com vários anos de trabalho na empresa, ter família com filhos, não possuir casa própria e ser associado ao sindicato. Depois do levantamento, foi realizado um cadastro e as casas foram distribuídas. O trabalhador não escolheu o terreno, pois o sorteio seguiu a sequência dos lotes. Atualmente, 70% dos moradores ainda são operários da indústria de alimentação.



**FOTO 3:** JARDIM ALIMENTAÇÃO I. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. JUN./2009.



**FOTO 4:** CASA DO JARDIM ALIMENTAÇÃO I. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. JUN./2009.

Ao todo, foram construídas trezentas e vinte e nove casas, sendo que, no primeiro núcleo, chamado Vila Operária da Alimentação I, foram erguidas duzentas unidades que atendem aos trabalhadores e às indústrias da Zona Oeste<sup>130</sup>. O conjunto localiza-se próximo ao Marília *Shopping*. No segundo núcleo, chamado Vila Operária da Alimentação II, foram construídas cento e vinte e nove casas. Localiza-se na Zona Sul<sup>131</sup>, próximo à Marilan, à Intercoffe e a várias pequenas fábricas de doces. Também residem ali alguns trabalhadores da Nestlé e da Dori.

Os dois loteamentos foram construídos juntos e as casas foram entregues no mesmo dia. Os trabalhadores podem se deslocar a pé, ônibus, carro, moto. Foi um movimento bonito. No mesmo dia da inauguração muitos mudaram porque o objetivo era livrar o aluguel, não conseguiam mais pagar... Outros esperaram terminar as infraestruturas e depois mudaram. Atualmente, temos uma área de 15.000m<sup>2</sup>. É pequena, por isso decidimos construir apartamentos, serão dois prédios, com cem apartamentos. Se fosse casa seriam, apenas 15. Será um condomínio fechado e aproveitaremos a fauna e flora que existe no local, fica perto do Shopping Marília. Além disso, temos também o objetivo de construir cem casas direcionadas aos

---

<sup>130</sup>CAVALARI: Higienópolis e Prolongamento, Jardim Paraíso e Prolongamento, Mirante, Jardim Cavaleri, Parque das Vivendas, Jardim Universitário, Jardim Morumbi, Sítios de Recreio Céu Azul, Sítios de Recreio Panambi, Residencial Altos da Colina. CALIFORNIA: Jardim Fontanelli e anexo, Eliana, Vila Coimbra, Núcleo Habitacional Thereza Bassan Argollo Ferrão, Núcleo Habitacional Chico Mendes, Jardim Califórnia, Núcleo Habitacional José Teruel Martinez, Jardim Polyana, Residencial Alto Cafezal, Residencial San Remo, Vila Maria, Vila dos Comerciantes I e II e Conjunto Residencial Jardim Ismael. ACAPULCO: Jardim Acapulco e Jardim Acapulco II. CAMPUS UNIVERSITÁRIO: Campus Universitário, Jardim Araxá e Jardim São Gabriel. BANDEIRANTES: Jardim Olinda, Jardim América, Jardim Pérola, Jardim Virgínia, Jardim Eldorado, Jardim Bandeirantes e Vila Operária da Alimentação I. BELA VISTA: Jardim Bela Vista, Cavaleri e Jardim D. Frei Daniel Tomasella. SERRA DOURADA: Sítios de Recreio Parque Serra Dourada, Vale do Canaã e Jardim Flamingo. JARDIM MARÍLIA: Polón, Marília e anexo, parte do Jardim Fontanelli, São José, Jardim IV Centenário, Realengo, Souza e anexo, Rio Branco, Mirante, Higienópolis e Chácara São Carlos.

<sup>131</sup>MARAJÓ: Luiz Homero Zaninotto, Jardim Santa Paula, Vila Operária da Alimentação II e Jardim Marajó. MONTE CASTELO: Jardim Monte Castelo, Núcleo Habitacional Helena Bernardes, Núcleo Habitacional Monsenhor João Baptista Tófoli, Jardim São Vicente de Paulo, Parque das Azaleias, Brasília e parte do Antônio Carlos Nascimento da Silva. JÓQUEI CLUBE: parte do Jardim Esplanada, parte do Jóquei Clube, Jardins Damasco I, II e III e parte do Jardim Marajó. NACIONAL: Jardim Amália, Jardim Nacional, Jardim Santa Clara, Jardim Domingos de Léo, Professor Antonio da Silva Penteado e parte do Antonio Carlos Nascimento da Silva. NOVA MARÍLIA: Núcleo Habitacional Nova Marília, Núcleo Habitacional Maria Angélica Matos e Conjunto Habitacional Paulo Lúcio Nogueira. LARANJAIS: Sítios de Recreio Chácara dos Laranjais e áreas anexas. PARATI: parte do Jardim Guarujá, Jardim Itaipu, anexo ao Fragata, Jardim Parati, Jardim Parati II, Jardim Portal do Sol e Prolongamento, Jardim Casadei e Residencial Portal do Parati. COSTA E SILVA: Jardim Continental, Jardim Conquista, Jardim Aparecida Nasser, Núcleo Habitacional Costa e Silva e parte do Jardim Guarujá. SÃO JORGE: Jardim Bancários, Hípica Paulista, Parque São Jorge, Jardim Vitória, Jardim Vista Alegre, Jardim Esplanada, parte do Jóquei Clube e Jardim Regina. TEOTÔNIO VILELA: Jardim Planalto, Villa Real, Parque dos Ipês e Jardim Teotônio Vilela. FONTE: Plano Diretor de Marília (p. 18 e 20).



trabalhadores – isso em conjunto com o programa do governo (STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

De acordo com o Presidente do Sindicato, existem muitos desafios a serem enfrentados pela entidade, tanto no chão da fábrica como no dia a dia do trabalhador, ou seja, no seu espaço de reprodução cotidiana.

Penso que, se não houver geração de empregos na área produtiva industrial (empresas de 1 a 100 funcionários) e também entre as pequenas empresas, não terá muitas possibilidades de alcançar uma sociedade melhor. Hoje, o pequeno empresário é marginalizado, pois tem uma carga tributária muito grande para pagar e com isso não sobrevive no mercado competitivo (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

A sociedade moderna desarticulou o sindicalismo. O sonho que tínhamos de formar uma única base de ONGs, Associações de Moradores, Bairros, Sindicatos, Igreja ficou apenas no pensamento. O individualismo impera. Não existem mais lutas como antes. Eu já lutei muito, não apenas por causas trabalhistas. Eu apanhei muito. Já quebrei o osso do rosto porque em 2005 houve em Marília um aumento excessivo do IPTU. Elaborei um documento e fui contra tal ação, fui para a plenária da Prefeitura e lá fui agredido e quebrei o osso do rosto, mas consegui que o aumento fosse reduzido. Em 2006, foi esquecido e, em 2007, o imposto que tinha diminuído sofreu novamente um reajuste de 100%. Vejo que não construímos espírito de consciência e por isso penso em voltar atrás, montar o sindicato de barraca. Penso em ir para frente das fábricas, levar um *notebook* que tenha banda larga e conversar com o trabalhador, para ver se ele tem uma posição diferente sobre o trabalho. Penso em elaborar panfletos e documentos... Temos toda infraestrutura para isso no Sindicato, inclusive um departamento de informação. Penso em colocar tudo que penso no papel e divulgar para a sociedade, mandar para o trabalhador para ver se volta à cultura do engajamento na nossa categoria. Hoje ainda acredito que a reivindicação ainda permite conquistas. Por exemplo, detectei que as indústrias não trabalhavam 30 dias por mês. Fiz esse levantamento e mostrei para os empresários, com isso aumentamos os empregos (Presidente do STIAM, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

**d) Poder Público Municipal****V) Secretaria da Indústria e Comércio de Marília – SP (SICM)<sup>132</sup>**

A Secretaria da Indústria e Comércio de Marília – SICM foi fundada no ano de 1995, portanto tem uma atuação recente como agente articulado à atividade industrial. Anteriormente à instalação da Secretaria, os assuntos relativos à indústria ficavam a cargo da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Marília. Entre seus objetivos destaca-se a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento industrial para o município. Para tanto, tem como perspectiva o trabalho articulado, nas diferentes escalas, com os agentes vinculados à indústria. De acordo com o Secretário, os maiores desafios relacionados à industrialização recente de Marília são formar mão de obra qualificada para trabalhar nos ramos industriais predominantes no município, realizar obras de infraestrutura que permitam dinamizar a logística de circulação de mercadorias, matéria-prima, trabalhadores e informações, e articular todas as autarquias e entidades representativas do setor industrial.

A SICM, em relação à qualificação da mão de obra, não tem medido esforços para dinamizar o ensino profissionalizante oferecido em Marília. O sistema S – SENAI, SESI e SENAC, é o nosso foco. Fazemos um trabalho contínuo com essas escolas e com o governo estadual no sentido de oferecer mais vagas e trazer mais cursos. Nós temos uma conversa bastante estreita com a Fundação Paula Souza, representantes das FATEC's e ETC's no estado de São Paulo. Temos contatos com entidades como CIESP e SEBRAE. Existe um esforço contínuo para desenvolver parcerias para desenvolver profissionalmente os mais diversos setores (Secretário da Indústria e Comércio de Marília, Pesquisa de Campo, 25/4/2009, grifo nosso).

A atividade industrial é altamente complexa, pois envolve muitos processos e escalas, desde a aquisição da matéria-prima ao escoamento da produção. A construção e manutenção de equipamentos técnicos é um requisito fundamental que garante a competitividade e a dinâmica dos territórios. Hoje, no período da globalização, a grande preocupação dos

---

<sup>132</sup>Informações obtidas em entrevista realizada no dia 25/4/2009 com o Secretário da Indústria, Comércio e Serviços de Marília, Sr. Paulo Boechat. Nascido em Marília e formado em Engenharia Mecânica com Pós-Graduação na USP, morou em São Paulo por vinte anos, mas no momento da entrevista residia em Marília.

agentes que atuam a serviço do capital é a fluidez alcançada pelas redes técnicas materiais e imateriais.

De acordo com o Secretário da SICM, o maior problema enfrentado pelo setor industrial de Marília, que pode ser estendido para o contexto regional, é a manutenção das rodovias que passam pela região e são responsáveis por integrar os lugares vinculados ao circuito produtivo industrial da cidade.

É fundamental na logística ter uma capacidade de distribuição. A cidade precisa ser irrigada de rodovias, mas de rodovias em bom estado, que possibilitem melhorar o tempo e a qualidade da entrega. Marília hoje passa por uma modernização, ou seja, o Governo do estado de São Paulo está duplicando a SP-294 e recuperando várias outras rodovias que chegam a Marília. A única rodovia federal que passa por Marília é a BR-153 que foi privatizada – isso melhorou muito, embora tenha onerado a carga – acréscimo de custo, mas é uma rodovia que hoje está em perfeitas condições e isso faz com que tenha um ganho de capacidade logística (Secretário da Indústria e Comércio de Marília, Pesquisa de Campo, 25/4/2009, grifo nosso).

Na escala local, o poder municipal, por intermédio da SICM, tem se preocupado por um lado, com a mobilidade (de trabalhadores e mercadorias) intraurbana articulada à indústria (construção e recuperação das vias)<sup>133</sup> e, por outro, com a atração de empresas para Marília e a manutenção das já instaladas. Para tanto, disponibiliza lotes nos distritos industriais para aquelas que desejem se instalar e realizar a manutenção dos terrenos. Existem no município quatro distritos industriais sendo que o Distrito I, localizado na Zona Norte, bairro Santa Antonietta, e o Distrito Industrial Santo Barion, também localizado na Zona Norte, são os mais densamente ocupados. Um terceiro foi criado, na Zona Sul, exclusivamente para a instalação da empresa SPAIPA,

---

<sup>133</sup>De acordo com o Plano Diretor, as ações relacionadas à mobilidade urbana, diretamente ligadas à atividade industrial, incluem: Zona Norte: Criação de acesso da SP 294 ao Distrito Industrial Santo Barion; Interligação da Av. Guiomar Novaes com o Distrito Industrial. (p.8). Zona Sul: Abertura de uma avenida marginal à rodovia, entre o Parque das Indústrias (Biscoito Rodrigo) e o Distrito de Lácio (p. 8). Zona Oeste: Construção de um dispositivo viário, com passagem inferior sob a rodovia do contorno, interligando a Avenida Aquarius aos Bairros América IV e Alimentação (p. 9). Distrito de Lácio: Construção de passarela de pedestres de transposição da SP 294; Implantação de Terminal de Cargas Intermodal; Programa de implantação de passeios públicos no Distrito Industrial José Ferreira da Costa Júnior (Distrito Industrial II) (p. 10).

responsável pela fabricação da Coca-Cola, e o mais recente foi implantado no Distrito de Lácio. Existe, no Plano Diretor de Marília, a proposta de instalação de mais dois distritos industriais, um na Zona Oeste e outro na Zona Sul.

Os distritos industriais implantados em Marília não se assemelham à concepção dos mashalhanos, italianos ou os *milieux innovateurs* franceses. São na verdade “áreas” que, dentro do zoneamento do município, foram destinadas à instalação de indústrias. De acordo com Lencioni (2006), na década de 1970

[...] a nível de governo local muitos municípios interioranos passaram a oferecer uma série de incentivos visando atrair indústrias. Um grande número de prefeituras elaborou diretrizes para atrair estabelecimentos industriais para seus municípios. [...] em grande parte ofereciam isenção de impostos e taxas municipais, ressarcimento de gastos com infra-estruturas, terrenos... [...] Nestes anos muitos distritos industriais foram criados através de empréstimos municipais, o que acarretou no endividamento de muitas dessas prefeituras (p. 201).

Em Marília não existe um distrito industrial destinado apenas a indústrias do ramo alimentício, pelo contrário, estão instaladas nos distritos unidades fabris de todos os ramos industriais. Vale a pena ressaltar ainda que nem todas as indústrias estão localizadas nos distritos, como, por exemplo, a Marilan S/A e a unidade produtiva de biscoitos da Nestlé do Brasil Ltda.

A estruturação de distritos industriais em Marília é fruto da política pública de desconcentração industrial elaborada pelo Governo do estado de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. Todas as cidades da rede urbana paulista de pequeno e médio porte tinham que disponibilizar uma parte do solo para a instalação de unidades produtivas. O objetivo era atrair empresas localizadas na metrópole paulistana para outros municípios do estado. No período, tal iniciativa foi adotada pelo poder público de Marília, porém o objetivo de atrair indústrias da metrópole paulistana não se consolidou totalmente, ficando os distritos subocupados e disponíveis às empresas que já estavam instaladas na cidade.

Os distritos industriais de Marília, além de possuírem localização estratégica do ponto de vista logístico, às margens das principais rodovias que

cortam o município, as SP-294 e BR-153<sup>134</sup>, têm a documentação dos lotes regulamentada e as infraestruturas totalmente implantadas. Os lotes não são muito grandes, mas quando uma grande empresa é instalada, disponibiliza-se a quantidade de terra necessária, como aconteceu com a empresa Yoki Alimentos. O poder público local oferece esse atendimento tanto às empresas que queiram se instalar em Marília quanto às já existentes, porém, localizadas fora dos distritos industriais.

As empresas que querem se preparar para uma ampliação ou querem vir para a cidade, elas tem vários incentivos e oportunidades. Nós queremos ampliar esses incentivos. Basicamente hoje a prefeitura disponibiliza às empresas os terrenos que estão desocupados nos distritos. Efetuamos um contrato em que as empresas, depois da instalação, tornam-se responsáveis num período médio de dois anos de realizar a instalação de infraestruturas, tais como água, energia e asfalto. Esses incentivos são tanto aos empresários locais como aos que vem de outros lugares e querem se instalar em Marília. Nós fazemos os Distritos com lotes pequenos, portanto destinados ao pequeno e médio empresário. Quando temos uma empresa grande nós agrupamos os lotes, ou seja, uma empresa grande é beneficiada com vários lotes. No caso de Marília, por conta da demanda, não conseguimos fazer um distrito industrial somente para o setor alimentício. Isso geraria um custo alto para uma demanda que não conseguimos saber se é interessante. Existem alguns ramos que a CETESB não libera a licença ambiental para funcionamento da indústria, ou seja, concedemos licença para instalação depois da liberação da CETESB que cobra os quesitos ambientais necessários para a indústria que porventura queira se instalar. Por exemplo, o ramo químico, que pode liberar efluentes perigosos e contaminar os mananciais, exige uma conduta diferenciada das empresas e muitas vezes elas não podem compartilhar esse ou aquele local com as empresas de alimentação. Isso fica a critério da CETESB (Secretário da Indústria e Comércio de Marília, Pesquisa de Campo, 25/4/2009, grifo nosso).

Embora a SICM promova a articulação entre os demais agentes ligados à atividade industrial, de acordo com informações do Secretário, o CIESP/FIESP<sup>135</sup> de Marília é o principal órgão a desempenhar essa função, pois congrega todos os ramos industriais. Por sua iniciativa, todos os

---

<sup>134</sup>A instalação de distritos industriais às margens das rodovias permite interpretar a dinâmica da indústria não pelo “*paradigma de áreas*”, mas pelo “*paradigma dos eixos*”. Em Marília, as primeiras indústrias se localizavam no centro da cidade (Figura 1, p. 167), hoje, localizam-se às margens dos eixos rodoviários. Essa, de acordo com Sposito (1996, 2005, entre outros), é uma tendência da localização industrial no período da globalização.

<sup>135</sup>Gostaríamos de mencionar que entramos em contato inúmeras vezes com o CIESP/FIESP de Marília, mas nossas solicitações para agendar uma entrevista não foram atendidas. Na ocasião, conversamos com a Senhora Eliana Guerra, que nunca se posicionou positivamente em relação ao nosso pedido.

empresários, bem como representantes de associações e instituições de ensino, participam de discussões relacionadas ao desenvolvimento local e regional. Cada setor apresenta demandas, ideias e perspectivas que são aglutinadas e, na medida do possível, tornam-se políticas públicas que visam à dinamização da atividade industrial de Marília e região.

A concepção de desenvolvimento que debatemos no CIESP/FIESP e nos encontros que realizamos perpassa pela capacitação, pela oportunidade de emprego e pela melhora da renda. Isso para mim é desenvolvimento. Você faz com que as empresas sejam mais produtivas e mais eficientes. E quando você forma a mão de obra e determina a capacidade produtiva de uma região, você acaba fomentando a vinda de outras empresas que vêm buscar oportunidades nesse conglomerado de empresas, acho que isso é desenvolvimento. O CIESP se preocupa muitíssimo com essa questão (Secretário da Indústria e Comércio de Marília, Pesquisa de Campo, 25/4/2009, grifo nosso).

Entre os agentes articulados da atividade industrial de Marília existe uma proximidade organizacional que permite discussões e reivindicações comuns a todos os ramos instalados no município. Essa articulação se limita, porém, ao plano organizacional das empresas e associações, não abrangendo questões relativas à linha de produtos, por exemplo. Como visto, os dois ramos industriais que predominam em Marília são o alimentício e o metal-mecânico. De acordo com o Secretário, a articulação entre os dois, na linha de produção, é pequena, *“mas existe uma integração entre as empresas de construção civil, de empresas que produzem máquinas para complementação das linhas de produção do ramo alimentício. No entanto, essa interação não é tão expressiva. O que sustenta o ramo metal-mecânico são os negócios estabelecidos além da cidade de Marília”* (Secretário da Indústria e Comércio de Marília, Pesquisa de Campo, 25/4/2009).

Ainda, de acordo com o Entrevistado,

Marília é uma cidade que se destaca na produção alimentícia, muitas instituições consideram como um arranjo produtivo local alimentício. Claro que outras atividades são desenvolvidas, industriais e de serviços, mas o que sobressai são os alimentos. O SENAI é muito focado no desenvolvimento de alimentos. Ele é muito mais dirigido à tecnologia de alimentos do que outras tecnologias. A FATEC é muito focada em tecnologia de alimentos. Agora, Garça, está sob o comando CIESP Alta Paulista, lá é um arranjo produtivo local de empresas eletro-eletrônicas. A FATEC de Garça é focada nesse ramo. Pompéia o metalúrgico é mais forte do que Marília, ali os

ensinos profissionalizantes são focados na área de mecânica e mecatrônica, diferente de Marília e Garça que predominam outros ramos. Então, na verdade, o grande APL que pode ter sucesso em Marília é o alimentício. A aglomeração de indústrias alimentícias em Marília não é recente. Os primeiros empresários tiveram um papel muito importante. [...] a grande responsabilidade por tudo isso é daquele que é sempre criticado por todos os setores, ou seja, os empreendedores visionários que acabam encontrando um caminho e desenvolvendo aquela cidade, aquela comunidade para aquela própria modalidade. Nós temos um grande empreendedor em Pompéia, o Sr. Nishimura, que pegou um trem em São Paulo e desceu na última estação. Ele construiu uma empresa hoje que é modelo para o Brasil e muitos países. Nós tivemos em Marília alguns empreendedores que acreditaram na fabricação de doces cristais com matéria-prima da época, dos engenhos, pois tínhamos muito amendoim, muita soja, antes da soja, o algodão. Eles acreditaram na matéria-prima e desenvolveram o setor alimentício em Marília. Em Garça, um rapaz que tinha uma oficina elétrica em casa, lançou-se a fazer uma coisa mais eletrônica, mais automática, e conseguiu evoluir, atraiu pessoas, técnicos, especialistas etc. Esses especialistas foram para outras empresas, ou seja, aquilo se tornou um ramo na cidade. Essas coisas acabam nascendo muito do empreendedorismo individual de cada cidade, de algumas lideranças. Então, acho que esse mérito cabe unicamente aos empreendedores de cada cidade que muitas vezes são esquecidos e muito criticados (Secretário da Indústria e Comércio de Marília, Pesquisa de Campo, 25/4/2009, grifo nosso).

De acordo com o Entrevistado, “*a identidade industrial de Marília está atrelada ao ramo alimentício, tanto é que foi concedido o título de capital nacional do alimento*”. Todavia, é preciso ordenar um pouco mais as empresas desse ramo, pois existem em funcionamento inúmeras pequenas empresas, irregulares do ponto de vista burocrático e sanitário. Isso, segundo o Secretário, é decorrente, em grande parte, dos gargalos existentes na política tributária do governo estadual e dos altos juros empregados pelas agências bancárias que oferecem créditos aos empresários. Para superar essa realidade, é preciso elaborar políticas públicas que reconheçam a importância do pequeno ou médio empresário na geração de emprego e renda para o país, mas, sobretudo, para a economia da cidade e da região onde ele está instalado.

[...] a ideia do título não é passar para o restante do Brasil que somos maiores e melhores, mas que aqui predominam as empresas voltadas para o setor alimentício. Essa é uma marca que a cidade busca para se diferenciar das outras cidades, mas ela é capaz de se destacar em outros ramos, por exemplo, a medicina, nós atendemos um raio muito grande. A área médica em Marília é de destaque. Marília é uma cidade que tem tudo para receber grandes investimentos. O que atrapalha muito é o que acontece em qualquer

cidade, fundamentalmente é a insegurança da economia e nosso sistema tributário. As empresas hoje estão sendo penalizadas com a elevada percentagem de tributos e com o custo financeiro, por conta dos juros praticados no país. Hoje o empresário trabalha para dois setores que correm o menor risco e exigem o máximo, que é o Banco e o Governo, isso infelizmente deixa de lado aquela parcela que todo empresário gostaria de ter para investir e ampliar os seus negócios. Esses dois fatores (mas não só os dois) são preponderantes para diminuir a velocidade do desenvolvimento e não só na nossa região, mas em todas. Quando equacionarmos isso melhor, acredito que teremos mais oportunidades de desenvolvimento (Secretário da Indústria e Comércio de Marília, Pesquisa de Campo, 25/4/2009).

## **VI) Secretaria da Agricultura de Marília<sup>136</sup>**

A Secretaria da Agricultura de Marília é parte integrante do poder público local, e sua função principal é estabelecer planos e políticas para auxiliar o desenvolvimento da agricultura municipal. Como se trata de algo bastante restrito, trabalha em parceria com órgãos públicos nas escalas estadual e federal. A Secretaria presta assistência técnica aos produtores e, também, alguns serviços na área urbana, com projetos como horta comunitária e educação ambiental, envolvendo, neste, escolas públicas e particulares do município. Dispõe ainda de máquinas e equipamentos, como tratores, utilizados pelos pequenos produtores, que assim podem se beneficiar da mecanização agrícola.

Hoje, de acordo com o Secretário, devido à inexistência de uma política pública concreta para desenvolver a agricultura, o pequeno ou médio produtor está desistindo de trabalhar na terra e procura cada vez mais trabalho na cidade ou alternativas de renda para permanecer na propriedade. Desde a década de 1990, o foco das políticas públicas é o agronegócio, deixando o pequeno ou médio produtor à margem. A agricultura desenvolvida na escala regional não é tão diversificada. Existe uma área extensa de pastagem, sobretudo entre os municípios de Marília, Pompéia, Ocaçu e Echaporã. Incluindo os treze municípios que fazem parte do Escritório de

---

<sup>27</sup>Informações obtidas em entrevista com o Sr. Favaretto, Secretário da Agricultura de Marília – SP. Formado em Agronomia, nascido em Torrinhas – SP, trabalhou em São Paulo e, atualmente, reside em Marília.



Desenvolvimento Rural (EDR) de Marília<sup>137</sup>, contabilizam-se 25.000 hectares plantados com café, sendo que 16.000 hectares estão localizados em Garça.

A agricultura não é a atividade econômica principal do município de Marília, pois as condições do relevo e do solo não a favorecem. De acordo com o Secretário da Agricultura do município, existem cadastradas oitocentas propriedades rurais, sendo que 80% delas desenvolvem atividades ligadas à pecuária. *“Não temos condições de desenvolver uma agricultura de grãos como em Ourinhos e Assis, por exemplo. Nosso tipo de solo não permite uma agricultura intensiva, tem que ser perene ou semiperene, ainda Marília fica em cima da serra”* (Secretário da Agricultura de Marília, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

A cultura do amendoim, por ser extensiva, não se disseminou no município de Marília, mas sim nos municípios da região.

Nos últimos anos os agricultores têm buscado outras áreas do estado de São Paulo para plantar, pois muitos arrendam terras e isso está ficando cada vez mais difícil devido à expansão da cana-de-açúcar. Marília concentrou a indústria, e a região, a matéria-prima, o amendoim. A YOKI esse ano adquiriu vida própria, não compra o amendoim e sim planta a própria área, só compra quando falta. Planta em torno de 1.000 hectares na região. A DORI tem área e compra dos agricultores (Secretário da Agricultura de Marília, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

A organização dos agentes envolvidos na atividade industrial do ramo alimentício foi um destaque durante a entrevista realizada com o Secretário da Agricultura de Marília. Ele ressaltou que

o polo industrial alimentício é muito forte, eles têm toda uma estrutura industrial e institucional (CIESP, FIESP, SENAI, SENAC, FATEC – todos estão ligados). Então, qualquer indústria que for se instalar vai procurar lugar em que tenha mão de obra qualificada, e Marília tem. A matéria-prima em parte vem de fora, nem precisa ter ela toda aqui. Mas a mão de obra não consegue toda de fora e também não consegue formá-la com rapidez, por isso é que Marília é tão interessante para as indústrias alimentícias (Secretário da Agricultura de Marília, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

---

<sup>137</sup>Fazem parte do EDR de Marília os seguintes municípios: Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Fernão, Gália, Garça, Lupércio, Marília, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompéia, Quintana e Vera Cruz. FONTE: [http://www.cati.sp.gov.br/new/edr.php?cod\\_edr=24](http://www.cati.sp.gov.br/new/edr.php?cod_edr=24) (acesso 11/2/2011).

De acordo com o Entrevistado, a relação da agricultura com a indústria é frágil. Os agricultores estão subordinados à indústria<sup>138</sup>.

A indústria põe o preço na matéria-prima e não vê o lado do agricultor. Não tem atitudes, por exemplo – “olha, hoje você está mal vou te dar uma mão”. Infelizmente a relação é fria, conversam apenas sobre preços que são impostos – se tem produto, o preço cai, se falta, aumenta o preço. É essa a realidade. Os agricultores por si não se unem em associações e cooperativas, não existe essa cultura. Associações e cooperativas são alternativas, mas o cooperativismo é uma palavra que está em baixa. Existe um monte de problema de gestão. As associações também têm os mesmos problemas. Nosso agricultor tem muitos problemas (Secretário da Agricultura de Marília, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

A proximidade com a matéria-prima é um dos fatores clássicos de localização industrial e até hoje, em ramos como o alimentício, esse fator não pode ser desconsiderado. Em muitos depoimentos, percebemos que os agentes aderem à concentração de indústrias de amendoim em Marília devido à proximidade com a matéria-prima que é produzida na região. Mas sabemos não ser esse o único fator responsável pela dinamização da indústria na cidade, como já foi ressaltado.

Aqui em Marília os empresários conseguiram gerar desenvolvimento. Por quê? A atividade não se restringiu apenas à agricultura. Eles montaram fábricas de doces, industrializaram o amendoim, a farinha etc. Isso é desenvolvimento, pois tem geração de riqueza, que fica na região. Essa geração de riqueza perpassa pela agricultura, transformação da matéria-prima, beneficiamento e industrialização. Tudo isso acontece na região, e Marília é o centro. As atividades geram empregos, outros serviços, como por exemplo, necessidade de embalagens... Enfim, aqui se realiza todo o processo. Não plantamos só o amendoim ou milho, porque se fosse somente isso não teríamos diferencial, éramos apenas produtores de matéria-prima. Já pensou, recebíamos um pacotinho desse doce tão pequenininho ao preço de um saco de soja inteiro (no momento mostrou um pacote de amendoim confeitado que estava na mesa). Uma Nestlé não iria parar uma fábrica em São Paulo, desativar uma linha e se transferir para Marília se não tivessem tudo ou quase tudo que ela precisa. Tem tantos lugares por aí... Mas aqui existem as condições básicas. (Secretário da Agricultura de Marília, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

---

<sup>138</sup>Essa é uma prática corrente no Brasil. De acordo com CORREA (2006), os agricultores que produzem fumo no Rio Grande do Sul estão subordinados às grandes corporações empresariais que ditam todas as normatizações articuladas à produção da matéria-prima.

Não queremos antecipar as conclusões, mas a situação organizacional e geográfica e a formação socioespacial da aglomeração são fatores que contribuem para entender a multiescalaridade em que hoje Marília está envolvida, em grande parte, devido à atividade industrial do ramo alimentício.

#### **e) Poder Público Estadual**

##### **VII) Banco do Povo Paulista – Unidade de Marília - SP<sup>139</sup>**

O Banco do Povo Paulista é um programa de microcrédito implantado pelo Governo do estado de São Paulo em 1998. Faz parte da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e atua em parceria com as prefeituras. Tem como objetivo promover a geração de emprego e renda, por meio da concessão de microcrédito para o desenvolvimento de pequenos negócios, formais ou informais.

A instalação do Banco do Povo em Marília foi consolidada atendendo reivindicações da Associação da Indústria e Comércio de Marília e da Prefeitura Municipal junto ao governo do estado de São Paulo. Inaugurado no ano de 2002, funciona no mesmo prédio da Secretaria da Indústria e Comércio do município e da ADIMA, e oferece o programa de microcrédito para empresários, trabalhadores autônomos ligados à atividade produtiva industrial, ao comércio e às áreas de prestação de serviços e agricultura. A unidade de Marília não conta com uma página específica na internet. As informações são centralizadas na página geral do Banco do Povo, associada ao governo do estado de São Paulo. Entre os requisitos necessários para a obtenção do microcrédito destacam-se: desenvolver atividade produtiva (formal ou informal), residir há mais de dois anos no município e ter endereço fixo, ter nome limpo no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados), SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) e SERASA (Serviço de Consulta a Pendências e Protestos Exclusivos para Empresas), comprovar um total de vendas no valor

---

<sup>139</sup>Informações colhidas em entrevista realizada no dia 5/5/2009, na sede do Banco do Povo Paulista – Unidade Marília, com a responsável da unidade, Sra. Maria Angélica, que tem formação de ensino médio, é nascida em Marília, onde reside atualmente. Dados atualizados no site: <http://www.bancodopovo.sp.gov.br/> acesso 11/02/2011.

de até R\$ 240.000,00 nos últimos 12 meses, ser maior de idade ou emancipado legalmente e ter alienação fiduciária dos bens financiados.

O Banco do Povo dispõe de duas linhas de crédito, para pessoas físicas e jurídicas. Os créditos, após análise dos documentos, são concedidos pela Nossa Caixa Nosso Banco, atual Banco do Brasil. Eles podem ser aplicados como capital de giro - mercadorias em geral e matérias-primas; conserto de máquinas, equipamentos, veículos e compra de pneus; aquisição de animais para comercialização, tração, cria, recria, engorda, produção de leite, mel e ovos; compra de sementes, mudas, fertilizantes, insumos, ração; vasilhames: botijão de gás, galões de água, caixas plásticas, garrafas de bebidas, extintores de incêndio; publicidade e divulgação do empreendimento. É permitida a aplicação dos créditos também em investimentos fixos, tais como aquisição de máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos utilizados no empreendimento - automóvel, utilitário, caminhoneta, caminhão, ciclomotor, motocicleta, trator e barco.

O Banco do Povo trabalha em conjunto com o governo do estado de São Paulo através da parceria com a Secretaria do Emprego, com a Secretaria da Indústria e Comércio e com o SEBRAE de Marília. Seus funcionários são selecionados por concursos públicos promovidos pela Prefeitura Municipal. Entre as ações em conjunto, destaca-se a realização anual da feira do micro e pequeno empreendedor, realizada na cidade.

De acordo com a Entrevistada, são efetivados em média vinte contratos por mês. Para a concessão do crédito é necessário haver um avalista, mas depois do terceiro financiamento quitado, a pessoa que requisita fica isenta dessa obrigação. O período máximo de quitação do financiamento é de vinte e quatro meses. Os profissionais articulados ao ramo alimentício que buscam créditos junto ao Banco do Povo são micro e pequenos empresários que utilizam o dinheiro, muitas vezes, para a compra de máquinas e equipamentos. No entanto, quem procura o Banco do Povo são pessoas físicas e a maioria trabalha com transporte, *“são caminhoneiros que prestam serviço para as indústrias como Marilan, Dori, Sasasaki e outras. Os créditos muitas vezes são para realizar reparos no caminhão. Hoje de sete créditos que tenho que passar, quatro são para retífica de motor. Além dos caminhoneiros, as*

*costureiras também procuram crédito*” (Responsável pelo Banco do Povo de Marília, Pesquisa de Campo, 5/5/2009).

### **VIII) Centro Incubador de Empresa de Marília “Miguel Silva”<sup>140</sup>**

A Incubadora de Empresas “Miguel Silva” encontra-se em atividade desde 2000, tendo o SEBRAE como mantenedor econômico e financeiro. A entidade oferece cursos e paga as despesas de manutenção. A Fundação Eurípides (UNIVEM) é a gestora, faz a administração dos recursos, fornece estrutura física, como auditórios e laboratórios, mão de obra, serviços de limpeza e vigilância. A prefeitura municipal, além de se responsabilizar pelo pagamento do aluguel, cedeu o espaço da Unidade II para ampliação da base industrial. A Incubadora conta com um Conselho Administrativo e Consultivo, formado por representantes do comércio e das indústrias de Marília e é comum sua participação nos encontros promovidos pelas instituições ligadas à atividade comercial e industrial da cidade, tais como Associação Comercial, Secretaria da Indústria e Comércio, CIESP, SEBRAE etc.

Existem duas unidades. A unidade I funciona na UNIVEM – Unidade Tecnológica, com 715 metros quadrados, sendo que cada boxe destinado à instalação da empresa tem 21 metros quadrados. A unidade II, que abriga atividade industrial, conta com 1411 metros quadrados. Cada empresa está instalada em boxes de 110 metros quadrados. A prefeitura de Marília tornou-se parceira da Incubadora apenas no ano de 2006 e, desde então, os trabalhos foram ampliados.

Entre as atribuições da Incubadora, destaca-se o apoio a micro e pequenas empresas em desenvolvimento, ou constituídas, nos dois primeiros anos de vida. A instituição oferece serviços de consultoria, logística e gestão. As empresas já estruturadas não precisam necessariamente ficar dentro da Incubadora, mas tornam-se associadas e recebem consultorias e treinamentos e participam de eventos.

---

<sup>140</sup>Dados obtidos em entrevista realizada no dia 19/4/2009, com a Sra. Larissa Chadi, coordenadora administrativa das empresas incubadas. Formada em Administração de Empresas, nasceu em Marília, onde reside atualmente. As informações também foram retiradas do site <http://www.fundanet.br/ciem/faq.asp>. 2/2/2010.

A palavra *incubar* foi adotada por ter um sentido de cuidar. De acordo com a Entrevistada, nos dois primeiros anos de funcionamento, as empresas necessitam de apoio financeiro e de orientação. Muitas vezes os empreendedores possuem apenas uma ideia, mas não têm conhecimento de administração e *marketing*. A partir do momento que a empresa é incubada, o período para permanecer no programa é de um ano, prorrogável por mais um. Os candidatos tomam conhecimento da seleção por meio de um edital e apresentam um plano de negócios que passa por uma avaliação técnica e dos gestores (Universidade e SEBRAE).

As empresas nos procuram porque pensam que terão aporte financeiro, quando descobrem que não tem, que os suportes são outros, não levam o projeto de *incubar* adiante. Nós não oferecemos dinheiro, trabalhamos com consultoria. Além disso, quando pedimos o plano de negócio, muitos desistem porque não sabem fazer e muitas vezes não procuram o SEBRAE e nem a própria Incubadora. Muitos sabem fazer o produto e não sabem colocar no papel, fazer cálculos, falam que não dispõem de tempo... Sempre temos que ajudar. Nosso objetivo é visitar as empresas para *incubar*, isso fundamenta os objetivos da incubadora (Responsável pela Incubadora de Marília, Pesquisa de Campo, 19/3/2009).

As empresas comerciais não podem ser incubadas, pois o objetivo é desenvolver e fabricar produtos. Sendo aprovado o projeto, a empresa tem que ser regularizada pelos órgãos públicos e a adaptação dos boxes fica a seu cargo. Por exemplo, empresa de alimentos tem que seguir as normas da vigilância sanitária, CETESB etc. Depois de regularizada a documentação, a empresa pode utilizar todo o aparato da Incubadora, contando, cada uma, com uma sala individual. Atualmente, apenas uma empresa associada não está instalada nos prédios disponíveis, mas recebe todas as orientações.

A Incubadora de Marília se classifica como mista, pois agrega empresas de base industrial, tecnológica<sup>141</sup> e prestadora de serviços. O perfil

---

<sup>141</sup>De acordo com a entrevistada, “a maioria é de empresas de desenvolvimento de *software*. Os donos são jovens universitários (os mais empreendedores - pessoas que têm uma ideia e querem desenvolver, inovar e criar a partir da ideia e dispõem de um espírito arrojado de pensar adiante e não estacionar. Temos como projeto atender às empresas que estão articuladas com as indústrias de Marília. Empresas que possam ir até as indústrias e analisar quais são as reais necessidades, quais produtos precisam desenvolver e assim trabalhar de maneira articulada. Por exemplo, preciso de um *software* que melhore meu estoque, controle de produção etc. Muitas indústrias de Marília procuram estes serviços fora da região, a maioria em São Paulo. Então procuramos este perfil de profissionais, que desenvolvam produtos para atender as indústrias daqui. Uma empresa da Incubadora (graduada em janeiro) que trabalha

dos que procuram o serviço é em geral de recém-formados e pessoas que já produzem e querem aumentar a venda: *“saem da garagem e vão para incubadora porque querem se profissionalizar, aumentar a produção”* (Responsável pela Incubadora de Marília, Pesquisa de Campo, 19/3/2009). As empresas são divididas em residentes, associadas e graduadas. As empresas da área tecnológica são em maior número. Atuam, sobretudo, em desenvolvimento de *softwares*. Em relação às empresas industriais alimentícias, a Incubadora conta com uma empresa residente, duas associadas e duas graduadas. Ainda nessa área, foi incubada uma empresa de consultoria em gestão de qualidade em alimentos e farmácia. *“No final de 2006 muitas empresas se graduaram e no momento estamos com edital aberto no qual priorizaremos atividades na área alimentícia e metal-mecânica”* (Responsável pela Incubadora de Marília, Pesquisa de Campo, 19/3/2009).

O objetivo do SEBRAE é dinamizar a atividade industrial das pequenas e microempresas de Marília. Para tanto, é preciso potencializar o que a cidade tem a oferecer, se aqui existe um aglomerado alimentício, vamos trabalhar com esse público. O SEBRAE tem como proposta trabalhar com a designação de Arranjo Produtivo Local, por isso o comitê executivo da Incubadora decidiu que o foco do trabalho no próximo edital, no que concerne à indústria, será o ramo alimentício e o metal-mecânico (Responsável pela Incubadora de Marília, Pesquisa de Campo, 19/3/2009).

A Entrevistada afirmou ainda que o SEBRAE e a Incubadora têm conhecimento da existência de muitas empresas em Marília que funcionam de maneira irregular, sobretudo do ponto de vista burocrático. Esse é um dos motivos que impedem as empresas a se consolidarem no mercado e com isso gerar um desenvolvimento em escala, ou seja, ampliar empregos, arrecadar impostos, divulgar a produção industrial de Marília. A produção dessas micro e pequenas empresas muitas vezes é realizada de maneira artesanal, e o papel da Incubadora é contribuir para a profissionalização e regularização desse público.

---

com pagamento digital foi comprada pelo grupo Buscapé (80% pertence ao grupo). Se você mostra o produto, as empresas vão enxergar. Não precisa só produzir, pode desenvolver o produto para algum investidor. Na negociação, os sócios exigiram que a empresa continuasse em Marília por conta dos empregos que já haviam gerado. A empresa se graduou antes do vencimento do contrato com a Incubadora, por conta do espaço. Eles desenvolveram sistema de pagamento *on line*. São jovens, começaram com 21 anos e hoje têm 23 anos. Possuem duas empresas”.

Nosso intuito é mostrar para os empresários que existe possibilidade de sair da produção caseira e fabricar produtos industrializados que tenham mais tempo de prateleira. Para isso, oferecemos consultoria com manual de boas práticas de fabricação, desenvolvimento de outros produtos. O intuito é industrializar, tirar o perfil de caseiro. Trabalhamos durante a consultoria questões relacionadas à segurança alimentar, adequação dos rótulos de acordo com as exigências da ANVISA. Exploramos questões relacionadas à gestão jurídica e financeira, *marketing* e adoção de tecnologia – melhoria do processo e produto, desenvolvimento de novos produtos. A consultoria é ministrada pela universidade e SEBRAE. Além disso, nossos incubados fazem cursos no SENAI e na FATEC. As empresas, no início, funcionam somente com os donos, mas depois contratam. Tem empresas que possuem quarenta funcionários (Responsável pela Incubadora de Marília, Pesquisa de Campo, 19/3/2009).

## **f) Poder Público Federal**

### **IX) Centro Integração Empresa – Escola - CIEE/Marília - SP<sup>142</sup>**

O Centro Integração Empresa – Escola/CIEE foi criado há quarenta e cinco anos, para prestar serviços de utilidade pública sem fins lucrativos. Tem como prioridade recrutar estagiários para trabalhar nas empresas. Desde 2000 a entidade funciona na perspectiva de atender a Lei 10.097/2000 que tem como prioridade o atendimento aos jovens ingressantes no mercado de trabalho. Para tanto, são oferecidos cursos técnicos constituídos de carga teórica e prática, juntamente com o Centro Paula Souza (FATEC) e a Escola SENAI. O Centro Integração Empresa Escola promove a seleção de jovens e os insere no mercado de trabalho formal, como estagiários, nos diferentes setores – comércio, prestação de serviços e indústria. Ele tem um banco de dados das empresas e dos estagiários e, conforme a demanda da empresa, é oferecida a mão-de-obra. Se for universitário, o jovem só pode ser contratado como estagiário na sua área de formação acadêmica.

O CIEE de Marília constitui uma regional que abrange cinquenta e seis municípios. Existem Postos de Atendimentos nos municípios de Ourinhos, Assis e Tupã. Atualmente, tem alocado aproximadamente trezentos e vinte e cinco estagiários na cidade de Marília, sendo dez nas indústrias de alimentos,

---

<sup>142</sup>Informações prestadas em entrevista realizada no dia 22/4/2009, com o Sr. André Shioga, responsável pelo Centro Integração Empresa Escola de Marília. Nascido em Ocaçu, é formado em Turismo e, atualmente, trabalha em Marília e reside em Ocaçu.



tais como a Agape Produtos Alimentícios Ltda, Bel Produtos Alimentícios, Intercoffe Comércio e Alimentos Ltda, Três amigos Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios, Carino Ingredientes, Yoki, Benutri Comércio e Distribuição, Spaipa Indústria Brasileira de Bebidas, Marilan, Nestlé e Laticínios Hercules (localizado em Herculândia).

A procura por estagiários cresceu nos últimos anos. Esse aumento está diretamente relacionado à mudança da própria economia do país, que nos últimos anos vem ampliando a contratação de trabalhadores, fenômeno que se mostrou expressivo no interior paulista.

Somos detentores de grande parte da mão de obra qualificada existente no país. Existe uma carência grande de mão de obra qualificada nas empresas. Por outro lado, a cultura empresarial procura diminuir custos e o estagiário, num primeiro momento, representa baixo custo na folha de pagamento. Por outro lado, a cultura empresarial em relação aos valores é baixa. Fazemos uma analogia em relação à qualificação e salário – a empresa acredita que o estagiário é mais barato, mas em médio prazo acaba gerando frustração para os estagiários porque a defasagem é grande. Existem abismos entre ambas as partes. O estagiário não substitui o funcionário já qualificado. Existe um treinamento com vistas à efetivação. No entanto, nos dias de hoje, falta foco para o estudante e isto gera um problema em relação à qualificação. O aluno, na grande maioria, é relapso. O estágio possibilita uma experiência curricular. A empresa competitiva não investe em treinamento, precisa de um funcionário que domine todo o processo. (Responsável pelo CIEE de Marília, Pesquisa de Campo, 22/4/2009).

Os estagiários que possuem apenas Ensino Médio realizam atividades gerais e cumprem carga horária diária de quatro horas. O CIEE atende também jovem que possui ensino técnico, mas o foco maior são os estudantes do ensino superior (80% do público). Instituições do governo contratam estagiários do Ensino Médio – INSS, Tribunal da Justiça e Caixa Federal. Os estagiários mais procurados são os estudantes de cursos superiores das áreas de informática e saúde, administração, direito, análises clínicas, farmácia e pedagogia, entre outros. *“Num prazo médio de um ano, cerca de 70% dos estagiários e jovens aprendizes são contratados pelas empresas privadas. Nas públicas, realizam concurso, e cerca de 50% permanecem no emprego depois da experiência de estágio”* (Responsável pelo CIEE de Marília, Pesquisa de Campo, 22/4/2009).

Além do estagiário, a Lei 11.788/2008 regulamentou a condição do aprendiz. O jovem contratado como aprendiz é registrado, gerando, portanto um vínculo empregatício, porém com condição especial prevista na CLT, como por exemplo, diferenciação no FGTS - 2% do salário mínimo - e tempo de contrato determinado de no máximo dois anos.

## **X) Ministério do Trabalho e Emprego<sup>143</sup>**

A estrutura organizacional do Ministério do Trabalho e do Emprego envolve todo o território brasileiro. Ela é decorrente da política de regionalização do Ministério implantada na década de 1970. Tal política tinha como objetivo atender todas as reivindicações relacionadas ao emprego e trabalho no Brasil, considerando questões gerais e específicas de cada região, daí serem estruturadas as agências regionais. A sede funciona em Brasília e, em cada estado, existe uma superintendência. No estado de São Paulo, funcionam vinte e cinco regionais, sendo Marília uma delas. A Gerência Regional do Trabalho de Marília é composta por cinquenta e nove municípios e possui seis agências instaladas nas cidades de Assis, Bastos, Paraguaçu Paulista, Tupã, Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo, abrangendo, cada uma delas, em média de quatro a quinze dos municípios sob a coordenação da Gerência Regional.

As ações de uma regional estão inteiramente articuladas à superintendência. *“Teoricamente tudo que é feito em São Paulo também fazemos na regional”*. As responsabilidades do escritório regional estão centradas em auditorias, orientação, fiscalização, notificação e interdição de máquinas ou locais de trabalho.

Na verdade temos duas grandes funções a) atendimento à população e; b) fiscalização, essa última é principal. Quanto ao atendimento, temos como proposição prestar serviço a qualquer pessoa que procure o MTE, pode ser o empregado, o ex-empregado, o servidor público, o profissional liberal, enfim, nós atendemos o cidadão com

---

<sup>143</sup>Dados decorrentes de entrevista realizada no dia 19/3/2009, com a responsável pelo Ministério do Trabalho e Emprego – Escritório Regional de Marília, nascida em São Paulo e residente em Marília.

emissão de carteira de trabalho nacional e estrangeiro, orientação ao público de direitos e garantias constitucionais, orientação à aposentadoria, atendimento aos trabalhadores de convenções coletivas – correções, registros de profissões regulamentadas, orientação ao seguro desemprego, RAIS/CAGED. Em relação à auditoria, realizamos as mediações individuais e coletivas que são audiências ou mesas-redondas, em que são discutidas entre as partes envolvidas. Nas mediações coletivas participam as empresas, sindicatos dos trabalhadores (de todos os ramos), patronal, os trabalhadores e MTE. Enfim, organizamos tudo que antecede a ida da questão ao Judiciário. Dentro desse quesito, realizamos a fiscalização propriamente dita que são realizadas em todos os locais onde se tem exploração da força de trabalho (Responsável pelo MTE/Marília, Pesquisa de Campo, 19/3/2009).

O escritório regional do Ministério do Trabalho e Emprego de Marília atua em parceria com o Conselho Sindical, SERT (Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do estado de São Paulo), Prefeituras Municipais e CIESP, entre outros órgãos. Tais articulações são para atender às reivindicações da população em geral, dos trabalhadores e de industriais.

Na regional de Marília, as ações de fiscalização têm se intensificado nos últimos anos, de acordo com a entrevistada, principalmente devido à expansão da cana-de-açúcar na região. Na cidade, devido à concentração industrial, as fiscalizações são constantes, mas o trabalho não é feito exclusivamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, havendo participação também dos sindicatos. As ocorrências registradas em Marília são basicamente relacionadas a jornada de trabalho excessiva e ausência de registro em carteira, sobretudo no setor de comércio e serviços, e a acidentes de trabalho, principalmente na indústria.

Em relação às indústrias do ramo alimentício, os problemas são pontuais. *“O que prevalece são algumas empresas que não têm liberação para funcionar permanentemente e, mesmo assim, funcionam”* (Responsável pelo MTE/Marília, Pesquisa de Campo, 19/3/2009).

No ramo alimentício, o Sindicato da Alimentação é bem participativo, então temos uma atuação menos intensa. Não dá nem para dizer que no setor alimentício encontrei 200 empregados sem registro, isso não existe. Só algumas empresas pequenas que apresentam mais irregularidades. Mas no setor como um todo, predominam os problemas que elenquei, tais como: empresas que não tinham liberação para trabalhar dia e noite, não respeitam aos dias de descanso, a contratação de trabalhadores portadores de deficiência é inferior ao número estipulado por lei. Então o trabalho que realizamos

no setor alimentício é diferenciado daquele dos demais setores. No setor alimentício é difícil encontrar uma empresa que esteja com pagamentos, registro, pagamento de FGTS (fundo de garantia do tempo de serviço) e INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) irregular. Então são questões voltadas às novas normas de inclusão social de trabalhadores com deficiência e também contratação de aprendizes (no setor alimentício, mesmo uma microempresa tem obrigações de cumprir a legislação em relação à contratação) que não estão sendo cumpridas. [...]. Agora, eu não posso dizer o que está acontecendo dentro da Nestlé, por exemplo, isso ninguém pode falar... (Responsável pelo MTE/Marília, Pesquisa de Campo, 19/3/2009).

Percebe-se, de acordo com o depoimento, que os problemas existem, mas não são divulgados, pois o grande capital é que normatiza e subordina inclusive os órgãos competentes para atuar em favor de melhores condições de trabalho para os operários e trabalhadores em geral.

Os problemas encontrados nas indústrias alimentícias de Marília diferem de acordo com o porte da empresa. A legislação trabalhista exige que empresas com mais de dez empregados controlem a entrada e a saída de funcionários. Todavia, de acordo com a entrevistada, esse controle não é feito, porque as empresas são pequenas e não dispõem de recursos para cumprir essa exigência.

Então as fraudes em questão da jornada, descanso, por exemplo, vão ser mais intensas. Numa empresa grande existe um controle eletrônico do ponto, o que ultrapassa do horário é pago ou compensado. O pequeno vai ser sempre o pequeno, ele foi o empregado de ontem e hoje ele é o empresário. Se for fazer uma análise disso no setor alimentício de Marília, vai constatar que grande parte das micro e pequenas indústrias têm essa trajetória – trabalhadores que ficaram desempregados montaram uma empresa e às vezes não tiveram estrutura e acompanhamento de instituições como o SEBRAE, mesmo assim começaram a trabalhar, cresceram e não se preocuparam o suficiente com os itens de irregularidades. Então existe de tudo um pouco, desde questões básicas a complexas (riscos, FGTS, jornada e descanso) (Responsável pelo MTE/Marília, Pesquisa de Campo, 19/3/2009).

Nas indústrias do ramo alimentício, o MTE realiza visitas durante o ano inteiro. No entanto, no setor do amendoim, a fiscalização é realizada no primeiro trimestre, devido ao período da colheita (março – abril) e é feita desde o plantio, passando pela catação (seleção que ocorre antes de chegar à indústria) até a fase industrial.

A indústria compra o amendoim já catado. Os trabalhadores colhem o amendoim e levam para os barracões. As cidades onde mais existem barracões são: Pompéia, Quintana, Herculândia, Tupã, Paulópolis e Marília. Se você for pela rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, saindo de Pompéia você já visualiza na paisagem os barracões dos dois lados da rodovia. Nesses barracões realiza-se a catação do amendoim, tiram a casca e selecionam antes de ser vendido à indústria. Os barracões em grande parte são dos produtores. Ele escolhe o amendoim dele e do outro. Os trabalhadores escolhem o amendoim. Fiscalizamos o trabalho dos catadores – registros, condições ambientais (nível de poeira, acomodações – cadeira etc). A indústria só faz a industrialização desse amendoim. Na década de 1980, 1990 tinha plantação de amendoim, tinha as mulheres que escolhiam amendoim em casa, era um trabalho terceirizado e mais precário (Responsável pelo MTE/Marília, Pesquisa de Campo, 19/3/2009).

As terceirizações estão presentes em todos os setores da econômica. Essa é uma tendência desde a década de 1970, como já discutido nos capítulos 1 e 2 deste trabalho. Nas indústrias alimentícias de Marília, de acordo com a entrevistada, as terceirizações são controladas, e as que ocorrem são regulares e autorizadas por lei, abrangendo, principalmente, trabalhos de portaria, vigilância e limpeza.

## **XI) Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT<sup>144</sup>) e SEBRAE - Marília<sup>145</sup>**

### **Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT)**

O Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), unidade de Marília, está em funcionamento desde 1997. Sua instalação é fruto da expansão do atendimento aos trabalhadores e de reivindicação do poder público local em conjunto com os empresários do comércio e da indústria. Os governos estadual e federal são os mantenedores de todos os projetos desenvolvidos pelo PAT. A unidade de Marília conta com sete funcionários, sendo quatro cedidos pela prefeitura municipal e três, estagiários.

Entre as atribuições do PAT, destacam-se o cadastramento de trabalhadores e empresas com o intuito de suprir as demandas por emprego no município de Marília, a realização de cálculos trabalhistas, o cadastro de

---

<sup>144</sup>Informações obtidas em entrevista realizada no dia 23/4/2009, com Sr. Nelson Mora, diretor técnico do Banco do Povo em Marília, nascido em Marília, onde reside atualmente.

<sup>145</sup>Dados colhidos em entrevista realizada no dia 17/3/2009, com o Sr. José Vieira Mateus, nascido e residente em Marília, Administrador de Empresas e um dos responsáveis pelo SEBRAE/Marília.

currículos, o cadastro do trabalhador (*via internet*) no programa “Emprega São Paulo”, a realização de parte do processo de contratação do trabalhador, como por exemplo, a entrevista, além da oferta de cursos profissionalizantes.

De acordo com o entrevistado, o PAT, em algumas situações, atua junto com o Banco do Povo. “*Em relação às empresas que nos procuram, destacam-se as indústrias alimentícias e depois, metal-mecânicas. Elas dirigem-se ao PAT para realizar recrutamento de trabalhadores*” (Responsável pelo PAT/Marília, Pesquisa de Campo, 17/3/2009).

### **SEBRAE – Marília/SP**

O SEBRAE de Marília foi inaugurado em 1992, depois de uma reestruturação nacional iniciada na década de 1990. Nesse período, foram instalados escritórios em cidades que apresentam centralidade regional. Até então, havia escritórios na cidade de São Paulo, mas o objetivo da política de desconcentração do órgão foi atender um número maior de pessoas e instituições.

O SEBRAE prioriza atendimento aos empresários que almejam abrir ou reestruturar pequenas e microempresas. “*Não existia nessa região nenhum escritório que oferecia esse tipo de serviço porque aqui era considerada uma região de baixo desenvolvimento econômico no estado de São Paulo. Então se criou o escritório para atender o público e possibilitar a dinamização da região*” (Entrevistado do SEBRAE/Marília, Pesquisa de Campo, 17/3/2009).

Entre as funções do SEBRAE destacam-se a consultoria e a orientação para micro e pequenos empresários (agricultores, comerciantes, industriais, prestadores de serviços) que queiram abrir uma empresa regularizada. São realizados mais ou menos 3.000 atendimentos pela regional de Marília, numa área que abrange um total de quarenta municípios. Nesses atendimentos, ocorrem conversas presenciais com os empresários que marcam horário com a instituição. O SEBRAE acompanha o empresário desde que ele queira que isso aconteça, a rotina depende dele.

Tenho empresários que procuram a instituição semanalmente, quinzenalmente, outros que aparecem raríssimas vezes. Depende da dificuldade, ele leva o dever de casa e sempre traz os problemas para tentarmos resolver juntos. Sugerimos de acordo com a demanda – “por que não pensar agora numa iniciativa de *marketing*? Ou, tem uma capacitação de gestão, fluxo de caixa, por que você não participa? Olha, tem uma oficina sobre como atender melhor o cliente...” Oferecemos, mas fica a critério do empresário participar ou não. O SEBRAE de Marília possui dez profissionais (todos domiciliados em Marília, e profissionais terceirizados que trabalham com consultoria rural, comércio. Os recursos do SEBRAE são provenientes da folha de pagamento das grandes empresas, que varia de 0,3 a 0,6%. As empresas contribuem, e o INSS repassa. Cada estado recebe uma quantidade. Os cursos, palestras, projetos realizados pelo SEBRAE também são fontes de recursos (Entrevistado do SEBRAE/Marília, Pesquisa de Campo, 17/3/2009).

As atividades realizadas no SEBRAE de Marília, relacionadas ao setor industrial, priorizam o ramo alimentício e metal-mecânico, pois são os que predominam. De acordo com o entrevistado, o SEBRAE tem trabalhado na perspectiva de atrair empresas do ramo alimentício para fomentar discussões com vistas à estruturação de um arranjo produtivo local (APL).

Essa organização favorece a captação de recursos do SEBRAE, do Banco do Brasil e do Governo do estado de São Paulo. Atualmente, Marília é reconhecida apenas por ter um aglomerado de indústrias do ramo alimentício. *“É preciso se organizar para ser um APL, mas a organização não parte somente das instituições, é preciso ter um conjunto articulado junto com os empresários. Na verdade são eles que fundamentam, direcionam, reivindicam uma organização”* (Entrevistado do SEBRAE/Marília, Pesquisa de Campo, 17/3/2009).

Marília pode ser considerada um APL pelo Governo do Estado, mas para nós ainda não é. Por quê? Nós temos um conglomerado de empresas que atuam no mesmo segmento. Este conglomerado precisa ser fortificado com uma série de ações para viabilizar a atuação das empresas, ou seja, é preciso trabalhar governança, realizar compras em conjunto, quem sabe, capacitação do pessoal na área de gestão e tecnologia, iniciar atuação no mercado a partir de realização de vendas conjuntas para melhor utilizar transportes etc. Não estou dizendo que isso tem que acontecer. Vai depender de como os empresários acatarão as propostas do SEBRAE. Hoje o SEBRAE reconhece que aqui existe um polo de indústrias de alimentos que, se juntarem as forças, será estruturado um grande APL, mas é preciso juntar forças. Não estou dizendo que não é um APL, mas sim que para ele se constituir de forma legal, racional, para receber subsídios, tem que trabalhar essa governança e aí sim receberemos incentivos e regulamentação de um APL. Hoje então

não existe um APL formalizado. Onde está a governança? Entre as instituições como ADIMA, SEBRAE, FIESP/CIESP? Não sabemos! Governança para o SEBRAE é ter ações em conjunto. Em Marília, estamos bem servidos de instituições, realizamos reuniões, mas não temos as ações em conjunto, não resolvemos os problemas em conjunto, por isso não avançamos em conjunto. Para se ter uma governança, é preciso ter consenso (Entrevistado do SEBRAE/Marília, Pesquisa de Campo, 17/3/2009).

O SEBRAE tem como filosofia atender os micro e pequenos empresários, mas o atendimento indiretamente está atrelado à grande empresa.

Se você pensar só a grande empresa, o SEBRAE não atua nesse segmento, mas se lembrarmos que a grande empresa terceiriza grande parte dos serviços e produtos, usa o pequeno para trabalhar com ele. Então contribuimos com a grande empresa no sentido de prestar serviços aos pequenos empresários parceiros da grande empresa. Assim, eles contribuem conosco não somente a partir da arrecadação como também de ações promovidas. A grande empresa exige que a empresa terceirizada tenha um perfil para atender às normas da grande empresa, então sentamos numa mesa de negociação para ver quais são as demandas e atuar. Por exemplo, a grande empresa fala “eu quero que você se capacite”. O que é isso? A partir das exigências, sentamos para conversar e definir os procedimentos de atuação nas pequenas e microempresas, a partir das determinações das grandes empresas. Então atendemos as grandes empresas, nunca deixamos de atuar na grande empresa. No ramo alimentício de Marília existem terceirizações, mas eles não abrem muito. Sabemos que existem grandes empresas que contratam as pequenas e micro para produzir. Falam – “produzem isso para mim porque não tenho perna para fazer”. Eles não vão abrir, mas sei que tem... (Entrevistado do SEBRAE/Marília, Pesquisa de Campo, 17/3/2009).

De acordo com o Entrevistado, existem em Marília muitas instituições articuladas ao ramo alimentício, tais como SEBRAE, ADIMA, CIESP/FIESP, GEADI. *“Pesquisamos e verificamos que em outras cidades não existem”* (Entrevistado do SEBRAE/Marília, Pesquisa de Campo, 17/3/2009). Em anos anteriores, era realizado um fórum comum de discussões, organizado pelo CIESP/FIESP. Participavam, além das instituições já mencionadas, SENAI, SENAC, FATEC e todas as universidades (a própria UNESP), mas as discussões foram esvaziadas, em grande parte, pela não adesão dos empresários.

A proximidade dos agentes articulados ao ramo industrial de Marília é uma realidade, mas notamos, de acordo com os depoimentos dos



entrevistados, que a organização horizontalizada ainda não predomina no ramo em apreço. As instituições, embora tenham como meta o atendimento ao micro e pequeno empresário, organizam suas discussões e ações com vistas a atender a prioridade das grandes empresas, inibindo, em algumas situações, a aproximação de seu público alvo. Este, no nosso entendimento, excluído de um ambiente de participação coletiva, fica fadado a desenvolver atividades modestas que alimentam o circuito inferior da economia urbana<sup>146</sup>.

O município de Marília, de acordo com o entrevistado, possui localização estratégica para a instalação de empresas.

É fácil ir para São Paulo, para o sul do país, Belo Horizonte – BR 153 – Norte e Nordeste. As ferrovias conseguiram acabar... mas temos, em Ourinhos, a América Latina Logística que pode atingir os portos de Santos, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná. O que precisamos é maior desenvolvimento ferroviário. Abandonamos este tipo de transporte e oneramos o transporte rodoviário, um exemplo disso é São Paulo, mas precisamos de mais organização e a constituição do APL alimentício tem essa proposta. Existe aqui um grande potencial, somos inclusive capital nacional do alimento (Entrevistado do SEBRAE/Marília, Pesquisa de Campo, 17/3/2009).

De acordo com o Entrevistado, o título de capital do alimento foi concedido levando em consideração as empresas alimentícias que existiam em Marília, em períodos anteriores, e também as que estão em funcionamento atualmente. O mercado, os fornecedores, consumidores e atacadistas reconhecem essa identidade do município.

Desde a instalação das primeiras indústrias alimentícias, os distribuidores, fornecedores, quando precisavam de alimentos, vinham para cá buscar, pois existiam muitas empresas como Airilam, Marilan, Dori, Xereta, Guidi, Pastifício Marília, Matarazzo, Zillo (óleo), Antártica, Coca Cola, que chegou, ou seja, existiam várias empresas aqui instaladas. Então já existia todo um ambiente configurado de atividades produtivas ligados ao ramo industrial alimentício, então o título “Capital Nacional do Alimento” foi só um click. Começaram a chamar assim e isso se deu meio que naturalmente... E hoje ainda temos muitas empresas no ramo de alimentos. A conversa que rola é: eu quero alimentos, para onde vou? Quero biscoitos, onde posso comprar? Quero confeitos, vou para Marília e assim por diante. Nós somos uma referência hoje no que concerne à produção de confeitos. Nós tínhamos uma bala, que era a 7 Belo, produzida pela Airilam que era muito conhecida. Existiam outras como Xaxá, Banda, Caramelos etc. Foram nomes que disseminaram o que se produzia em Marília e atraíram também outras empresas. AIRILAM – é o nome de Marília ao contrário e isso chamou muita atenção, tanto é que foi vendida e

---

<sup>146</sup>SANTOS, Milton. *Economia Espacial*. São Paulo: EDUSP, 1979/2003.

hoje é a Nestlé. A Marilan permanece, é uma referência em termos de biscoito, é uma das maiores empresas do país. Então a atuação dessas empresas faz jus ao título que Marília recebeu, não foi preciso tanto esforço para conquistá-lo (Entrevistado do SEBRAE/Marília, Pesquisa de Campo, 17/3/2009, grifo nosso).

Por isso que aqui é um lugar propício para se gerar cooperação, aprendizagem coletiva, conhecimento, capacidade normativa, cooperação e competitividade. Esses são os pilares do APL. Nós queremos a competitividade, nós queremos que as empresas sejam competitivas, isso envolve a inovação, a capacidade de produzir e tudo mais. Então temos que pensar na competitividade e aumentar o conhecimento do território, das dinâmicas econômicas e sociais. É preciso saber o conteúdo, ter um conhecimento do ambiente. É preciso saber as potencialidades e os problemas. Sabemos o que tem em Marília, mas nem posso abrir a você. Mas sei que se não aflorar um pensamento diferente, as empresas não se juntar e se organizar. É preciso elaborar um projeto. Um APL tem que ter ações conjuntas como acontece em Jaú, com o ramo calçadista. Mas veja, estamos falando de uma consideração de APL do SEBRAE, aquele APL para aportar recursos. Se o APL não estiver organizado, institucionalizado, como vou dar dinheiro a você? O SEBRAE só coloca recursos se existir organização. Caso contrário, o SEBRAE não atua, e se não está organizado, não estaria na hora de fazer algumas ações para organizar? Mas não pode apenas uma instituição puxar para discussão. Acreditamos que tem que ser assim: “nós somos” (Entrevistado do SEBRAE/Marília, Pesquisa de Campo, 17/3/2009, grifo nosso).

Escrevemos este capítulo na tentativa de entender o uso do território pelas instituições articuladas ao ramo alimentício de consumo final em Marília. A partir de uma periodização do *tempo espacial*, ou seja, do tempo materializado no par *forma–conteúdo*, bem como dos discursos das instituições investigadas, foi possível entender a configuração do que chamamos de territórios industriais reconfigurados no estado de São Paulo. As leituras, as discussões e o trabalho empírico contribuíram para afirmar que Marília, na escala da rede urbana em que está inserida e na qual mantém relações, pode ser considerada uma cidade média em que a atividade industrial possibilita, no período atual, a ampliação de seus papéis na divisão territorial do trabalho, portanto, um exemplo de um território industrial reconfigurado.

Embora a atividade industrial do ramo alimentício de consumo final, tenha sido originada em períodos anteriores, hoje, essa atividade econômica, ainda estruturada com forte componente local, congrega agentes que atuam em múltiplas escalas e que possuem variados discursos. São grupos econômicos transnacionais e nacionais, junto com empresários e associações

locais, que determinam o uso desse território industrial. Assim, as normatizações, muitas vezes, não ocorrem a partir do local, ao contrário, são impostas de maneira verticalizada. Isso implica, por um lado, uma ampliação de Marília na divisão territorial do trabalho a partir das relações de inter e multiescalaridade dos agentes envolvidos no circuito espacial da produção do ramo alimentício, e por outro, nas relações horizontais, o uso desigual do território.

No próximo capítulo, aprofundaremos a discussão acerca do uso desigual do território pelos agentes envolvidos no circuito espacial da produção do ramo alimentício de consumo final instalado em Marília. Para tanto, analisaremos a atuação das instituições de ensino, das empresas prestadoras de serviços ao ramo alimentício, das empresas industriais do ramo alimentício de consumo final instaladas na cidade e a dos trabalhadores das grandes empresas alimentícias.



**CAPÍTULO 4:**

**DINÂMICA TERRITORIAL E CIRCUITO ESPACIAL DA  
PRODUÇÃO DO  
RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL DE MARÍLIA - SP**

## **DINÂMICA TERRITORIAL E CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DO RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL DE MARÍLIA - SP**

### **Introdução**

Para discutir questões relacionadas à dinâmica territorial e ao circuito espacial da produção do ramo alimentício de consumo final de Marília – SP partimos do pressuposto que este recorte empírico representa e está articulado aos novos processos em curso no território brasileiro no período da globalização.

Para dar conta dessa abordagem temática, este capítulo, resultante de leituras, reflexões e trabalho empírico, encontra-se estruturado em três partes.

Na primeira, discutimos sobre a configuração da rede de serviços estruturada em Marília – SP, que possui relações de proximidade com o ramo industrial alimentício de consumo final por meio da subcontratação de atividades relacionadas às etapas do processo produtivo, desenvolvimento de produtos, bem como, a formação de mão de obra qualificada, mediante a instalação de escolas técnicas e faculdades públicas específicas para atender à demanda do ramo industrial alimentício.

Na segunda, como resultado dos questionários aplicados e entrevistas realizadas, apresentamos um perfil das indústrias alimentícias de consumo final, no que concerne à empresa em relação ao porte (número de empregados), à origem do capital, à especialização da produção, aos critérios adotados para contratação de funcionários e às inovações.

Na perspectiva de entender o movimento no território é que estruturamos a terceira parte deste capítulo, com vistas à entender a configuração do circuito espacial da produção das pequenas e micro-empresas industriais alimentícias de consumo final instaladas em Marília, das médias e das grandes empresas. Bem como, entender como se dá a inserção dessas empresas nos circuitos da economia urbana.

#### **4.1. Os serviços articulados ao ramo industrial alimentício de consumo final de Marília – SP**

A acumulação flexível, típica do período da globalização, de acordo com Harvey (2006),

apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjunto industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] (p. 140).

O aumento do emprego no setor de serviços, a partir da década de 1970, deixou a falsa impressão de que as vagas no setor industrial haviam diminuído. Hoje, sabemos na verdade, o que ocorreu foi a transferência de atividades, até então desenvolvidas no chão da fábrica, para empresas subcontratadas, ou seja, prestadoras de serviços às indústrias. As tarefas, relacionam-se tanto às etapas do processo produtivo, como à realização de serviços de consultoria; propaganda e *marketing*; desenvolvimento de produtos; assessoria jurídica; transportes; distribuição; alimentação; limpeza; vigilância; entre outros.

Por isso que para entender as dinâmicas econômicas e territoriais, é preciso considerar os setores da economia de maneira articulada, caso contrário, faremos uma leitura incompleta da realidade em movimento.

A indústria, na perspectiva de reduzir os gastos e pontencializar o tempo voltado para o mercado, aderiu à rede de subcontratação de serviços especializados. Assim, de acordo com Harvey (2006),

novos sistemas de coordenação foram implantados, quer por meio de uma complexa variedade de arranjos de subcontratação (que ligam pequenas firmas a operações de larga escala, com frequência multinacionais), através da formação de novos conjuntos produtivos em que as economias de aglomeração assumem crescente importância, quer por intermédio do domínio e da integração de pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras ou de *marketing* [...] (p. 150)

Nesse contexto, Marília, enquanto cidade que desempenha papéis intermediários na rede urbana nacional agrega uma rede estruturada de empresas e instituições de ensino públicas e privadas que estão diretamente articuladas ao ramo industrial alimentício. São, por um lado, universidades; faculdades de tecnologias; escolas técnicas responsáveis pela qualificação da mão de obra; e, por outro lado, serviços de suporte, tais como; transportadoras; laboratórios de análise; empresas de desenvolvimento de embalagens; empresas importadoras e exportadoras; supermercados responsáveis pela distribuição direta ao consumidor; serviços de alimentação; limpeza; vigilância; consultoria financeira e jurídica; entre outros.

Ainda em relação às instituições educacionais, durante o trabalho de campo, notamos que existe uma preocupação em oferecer cursos específicos para o ramo alimentício, pois foi detectada ausência de profissionais qualificados para trabalhar nas indústrias alimentícias em constante expansão. As instituições envolvidas no processo de qualificação da mão de obra para as indústrias alimentícias estão listadas no Quadro 11 (p. 281).

Além dos serviços relacionados à qualificação da mão de obra, constatamos o surgimento de serviços especializados para atender o ramo em apreço. No Quadro 12 (p. 283), apresentamos uma síntese das empresas prestadoras de serviços articuladas ao ramo alimentício.

Em Marília, a estruturação de serviços para atender o ramo industrial alimentício aconteceu de duas formas. Primeiro, foram abertas empresas já direcionadas à prestação de serviços, como é o caso das transportadoras, e segundo, os empresários locais que já tinham uma empresa em funcionamento, diante da demanda, alteraram a natureza de seus negócios, foi o caso de uma lavanderia caseira que se transformou em industrial; uma indústria de doces que mudou sua linha de produtos de consumo final para processar matéria-prima para indústrias alimentícias; transportadoras que se especializaram no transporte de trabalhadores; distribuidoras que atendiam ao ramo de bebidas e ampliou os serviços para distribuição de alimentos, entre outras.

**QUADRO 11: INSTITUIÇÕES DE ENSINO ARTICULADAS AO RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL DE MARÍLIA-SP, VISITADAS DURANTE TRABALHO DE CAMPO**

Instituições de ensino <sup>147</sup>	Características	Principais atribuições	Articulações com o ramo industrial alimentício de Marília	Articulação com demais instituições vinculadas ao ramo alimentício de Marília	Opinião acerca do título “Marília capital nacional do alimento”
<b>UNIVEM – Centro Universitário Euripedes de Marília (Núcleo Administração de Empresas)</b>	Inaugurada no ano de 1969, como a primeira Faculdade de Ensino Superior Espírita. Desde 1978, funciona no endereço atual. O terreno foi doado pela Prefeitura Municipal para instalação do Pólo de Ensino Superior de Marília. O objetivo da instituição, sobretudo do curso de Administração, além da formação acadêmica, é a inserção no mercado de trabalho.	Ensino, Pesquisa e Extensão. O curso de Administração, por meio do Núcleo de Estágio tem por objetivo; contribuir para que o aluno tenha experiência na área em que está se formando. Para tanto, a instituição tem convênio com empresas de Marília e região. Atualmente, existem 780 empresas conveniadas, do total, 300 são empresas. São 500 alunos que realizam estágio obrigatório e 230 estágios facultativos; e por fim, atender a demanda das empresas por mão-de-obra qualificada.	A princípio os professores trabalhavam como consultores, hoje, a articulação ocorre mediante os estágios que os alunos realizam nas empresas. Os professores visitam as empresas para verificar o andamento dos estágios. Existe uma boa porcentagem de alunos que são empregados após o período de estágio.	Trabalho em conjunto com a FAMEMA, CIESP, SENAI, ADIMA, FATEC. São realizadas reuniões, seminários e fóruns para discutir as atividades econômicas em Marília, sobretudo, as industriais. Relações como poder público municipal e estadual.	O título foi uma questão de <i>marketing</i> , pois precisa de muitas variáveis para atribuir um <i>slogan</i> para uma cidade. A atividade industrial alimentícia é dinâmica, mas existem outros ramos, como de metalurgia e outras atividades de prestação de serviços e educacionais.
<b>UNIMAR – Universidade de Marília (Curso de Agronomia)</b>	Inaugurada como Associação de Ensino de Marília em 1956. Possui cursos de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> e <i>lato-sensu</i> . O curso de engenharia agrônoma está em funcionamento desde 1993.	Formação de profissionais para trabalhar com agricultura, com vistas à produção de alimentos.	As articulações se restringem à análise de solos; visitas às plantações de amendoim e café; e pesquisas realizadas pelos docentes do curso a respeito da agricultura desenvolvida em Marília e região.	Não há.	Têm muitas indústrias de alimentos, mas há outros ramos que também são importantes.
<b>FATEC – Faculdade de Tecnologia “Estudante Rafael Almeida</b>	Inaugurada em 2006. Funciona em parceria com poder público municipal e estadual. Foi instalada por reivindicação do CIESP/Marília. Prefeitura Municipal e ADIMA e coincidiu com a Política do Governo do Estado de São Paulo, de expansão das escolas técnicas.	Formação de profissionais na área de tecnologia em alimentos para suprir a carência de profissionais das indústrias alimentícias de Marília e de outros municípios. As empresas solicitaram um perfil de profissional e a FATEC estruturou o projeto pedagógico do curso de acordo com as necessidades. A instituição disponibiliza 80 vagas por ano.	São realizados estágios; os profissionais de Recursos Humanos, quando precisam contratar vão até a FATEC para selecionar candidatos à vaga disponível. São realizadas análises físico-químicas e biológicas da água, desenvolvimento de	As articulações existem com as Empresas Alimentícias, Faculdades, SENAI, ADIMA, CIESP, SEBRAE, Incubadora de Empresas, Poder Público Municipal com as Secretarias da Indústria e Agricultura, Banco do Povo, entre outras. São realizadas palestras,	Marília possui muitas indústrias de alimentos e isso justifica a instalação da FATEC com curso em tecnologia de alimentos. É preciso suprir a necessidade de mão-de-obra qualificada da indústria. Mas é preciso pensar que a “capital do

<sup>147</sup> Entrevistas realizadas junto aos responsáveis pela instituição (Professores Coordenadores de Estágio e Pedagógico, Diretores).



<p><b>Camarinha”</b> <b>(Curso Superior de Graduação em Tecnologia de Alimentos)</b></p>	<p>Possui 480 alunos, sendo que 70% são de Marília e 30% de municípios do Estado de São Paulo (Baixada Santista, São Paulo, Sorocaba, Itatinga), norte do Paraná etc...</p>		<p>novos produtos a serem oferecidos às empresas. Além de realização de palestras e prestação de serviços aos empresários (por exemplo, padronização dos rótulos dos alimentos com informações nutricionais, de acordo com as normas da vigilância sanitária) e à comunidade.</p>	<p>seminários, fóruns e reuniões para discutir a formação de mão-de-obra qualificada para o ramo alimentício e também metal-mecânico, já que a indústria alimentícia necessita de profissionais com várias formações.</p>	<p>alimentício” exige outros profissionais, tais como químicos que trabalham com controle de qualidade, mecânicos, engenheiros, técnicos em manutenção de máquinas e equipamentos. A FATEC quer ampliar cursos com essa formação, atrelados diretamente ao ramo alimentício.</p>
<p><b>SENAI – Serviço de Aprendizagem Industrial – José Polizotto</b></p>	<p>Inaugurada em Marília em 1952. Área construída de 5.321 m². Possui 507 alunos. Existem cursos técnicos de alimentos, eletrônica e eletroeletrônica, mecânica de automóveis e usinagem. Em relação aos cursos de alimentos, existem dois, são eles: Técnico em Alimentos, criado em 2003 e conta com 64 alunos matriculados entre 14 e 24 anos, e Operador de Processos da Indústria de Alimentos, criado em 1993, com 32 alunos matriculados. Os cursos têm duração de dois anos. Possuem laboratórios de análises físico-químicas, laboratórios de panificação, confeitaria, biscoitos e drageados.</p>	<p>O SENAI tem como prioridade a formação de mão-de-obra técnica, sobretudo para trabalhar nas indústrias de Marília. O ramo alimentício e metal-mecânico são os que mais necessitam de profissionais. São realizados estágios nas empresas, os alunos são inseridos como aprendizes. “Os alunos do curso de aprendizagem industrial são contratados como aprendiz por empresas como Nestlé, Yoki e Marilan. A empresa realiza seleção de mão-de-obra a partir da aplicação de uma prova. Os cinco melhores são contratados pela empresa. Existem muitos alunos que são filhos dos operários das indústrias”. O SENAI também realiza certificações, Dissemina informações, elabora estudos de mercado, oferece cursos, serviços de inspeção, laboratoriais e operacionais.</p>	<p>O SENAI possui convênio com as indústrias alimentícias para contratação de estagiários e jovens aprendizes. São realizadas análises laboratoriais e desenvolvimento de novos produtos a serem oferecidos para as indústrias. São atendidas as grandes e pequenas empresas. Os cursos oferecem qualificação em gestão empresarial, processo produtivo, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e educação, boas técnicas de fabricação. Em alguns casos os cursos são oferecidos na empresa.</p>	<p>A prefeitura municipal é responsável pelas despesas dos profissionais e imprime certificados dos cursos. São realizados cursos, juntamente com o governo do Estado de São Paulo e governo federal, por meio da SERT e PAT, para pessoas desempregadas. São realizadas reuniões com o CIESP/FIESP e ADIMA, uma vez por mês, para discutir especificamente sobre as demandas do ramo alimentício.</p>	<p>“A dinâmica industrial do ramo alimentício de Marília existe devido às empresas que aqui surgiram e cresceram. Isso atraiu outras indústrias. Marília ficou mais conhecida depois da instalação de empresas de grande porte, como a Nestlé. É uma cidade que propicia investimentos, pois existem instituições que dão suporte às indústrias, tais como Universidades, FATEC, Fundação, UNIMAR e cursos técnicos, como os oferecidos pelo SENAI, que estão diretamente articulados à indústria.”</p>

**FONTE:** Trabalho de Campo, 2009. **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina.

**QUADRO 12: EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO RAMO ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL DE MARÍLIA-SP, VISITADAS DURANTE TRABALHO DE CAMPO**

Empresas prestadoras de serviços <sup>148</sup>	Características da empresa (fundação, número de funcionários)	Atividade Principal	Serviços realizados	Desafios da atividade realizada em Marília e articulações com Instituições	Opinião acerca do título “Marília capital nacional do alimento”
<b>EMPRESA A</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundação: 2000.</li> <li>- Total de funcionários: 7.</li> <li>- Horário de funcionamento: 7h às 17h.</li> <li>- Prédio alugado, mas coseguiu um terreno da Prefeitura para construir um prédio e transferir a empresa.</li> <li>- Prestação serviços às médias e grandes indústrias alimentícias de Marília; às empresas do ramo metal-mecânico e às empresas localizadas em outros municípios do Estado de São Paulo e de outros estados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limpeza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limpeza de uniforme e material utilizado na higienização de máquinas e equipamentos para fabricação de alimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atender as reivindicações dos clientes que exige contato e rapidez na realização do serviço.</li> <li>- Não possui articulações com Instituições ligadas ao ramo alimentício.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O título possibilitou reconhecimento de Marília. Hoje, as pessoas associam Marília ao alimento.</li> </ul>
<b>EMPRESA B</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundação: 2004 (formal), desde 1994, atua na prestação de serviços como trabalhador autônomo.</li> <li>- Total de funcionários: 3</li> <li>- Horário de funcionamento: 8h as 18h .</li> <li>- Prédio adquirido com recursos próprios.</li> <li>- Prestação de serviços às indústrias alimentícias de vários estados do Brasil, tais como: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina.</li> <li>- Atende às indústrias alimentícias de Marília.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de embalagens, material promocional.</li> <li>- Em alguns casos imprime o material para o cliente.</li> <li>- Impressão feita em gráficas de São José do Rio Preto, Presidente Prudente e São Paulo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção e tradução de embalagens de produtos alimentícios; desenvolvimento de sites para empresas.</li> <li>- Público atendido: médias e grandes empresas. As pequenas empresas são mais resistentes a realizar o investimento devido ao custo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar a mesma atividade para empresas de um mesmo segmento produtivo.</li> <li>- Acompanhar a necessidade acelerada de mudança das linhas de embalagem dos produtos alimentícios ou incorporar novas informações, propagandas.</li> <li>- Realização de palestras e cursos aos empresários sobre a importância da embalagem para inserção do produto no mercado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O ponto positivo de Marília é ter a Universidade, pois é o lugar onde é possível aprimorar meu trabalho com novidades.</li> <li>- Ambiente em que existem empresas consolidadas e novas permite com que os serviços prestados estejam sempre em evidência.</li> </ul>
<b>EMPRESA C</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundação: 1974.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte coletivo de trabalhadores para</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A atividade é bem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os empresários da cidade</li> </ul>

<sup>148</sup> Entrevistas realizadas junto aos responsáveis pelas Empresas (Proprietário, Gerente).

<b>EMPRESA D</b>	<p>- Função: prestação de serviços para empresas (transporte de mercadorias e trabalhadores).</p> <p>- 1979 – apenas transporte de trabalhadores das indústrias alimentícias de Marília.</p> <p>- Possui frota de 10 ônibus que transportam trabalhadores em Marília e cidades circunvizinhas (Pompéia, Vera Cruz...)</p> <p>- Prédio próprio (terreno – doação da Prefeitura).</p> <p>- Possui 24 motoristas que trabalham em três turnos (início primeiro turno: 4:50 – 14:45 horas; segundo turno: 13 h – 21:40 h; terceiro turno: 21:40 – 6h)</p>	coletivo de trabalhadores	indústrias alimentícias.	<p>consolidada e não há desafios. O contrato é bem estabelecido com a indústria.</p> <p>- Não têm articulações com as Instituições de Marília.</p>	<p>investiram nela e isso atraiu outras empresas. “O desenvolvimento da cidade tem relação com a raiz”.</p>
<b>EMPRESA E</b>	<p>- Fundação: 2002.</p> <p>- Importação e exportação de produtos alimentícios das indústrias alimentícias de Marília. Ampliação: indústrias alimentícias de outros municípios e outros segmentos industriais.</p> <p>- Total de funcionários: 4 e 2 estagiários. Representantes autônomos: América Latina e África.</p> <p>- Formas de negociação: email, msn, skype, telefone.</p> <p>- 2007 - abertura de Filial: a) Paraná – facilidade de escoamento da produção pelo Porto de Paranaguá (impostos menores); b) Marília (duas filiais) – armazenagem de produtos.</p>	Trading— Exportadora e Importadora	<p>Início: importação e exportação de alimentos, sobretudo das pequenas e médias indústrias de Marília.</p> <p>- Ampliação: importação e exportação de produtos alimentícios das indústrias de Marília e de outros municípios, produtos de outros segmentos industriais como calçados, utensílios de higiene bucal, máquinas e implementos e fabricação de produtos alimentícios. Fomecedores: empresas de Marília, Riveirão Preto, São José do Rio Preto, São Paulo, Paraná e Estados do Nordeste.</p> <p>- Vias de Exportação: Porto de Santos, Paranaguá e Fortaleza.</p> <p>- Destino das exportações: América Latina e América do Norte, Países Africanos, Países Europeus, Emirados Árabes, Países Asiáticos.</p>	<p>- Alto custo dos fretes no território brasileiro.</p> <p>- Alta carga tributária.</p> <p>- Rodovias com necessidades de manutenção.</p> <p>- Articulações diretas com: ADIMA, MATRA, CIESP.</p>	<p>- Marília é uma cidade dinâmica na produção de alimentos. Possui infraestrutura e recursos, tais como: universidades, mão-de-obra qualificada e associações que discutem a economia e a indústria.</p> <p>- O poder público está aberto a discutir os problemas, entre eles o abastecimento de água.</p>
<b>EMPRESA E</b>	<p>- Fundação: 1999</p> <p>- Distribuição de produtos alimentícios</p>	Distribuidora de produtos	<p>- Distribuidora de alimentos.</p> <p>- Fomecedores: indústrias de alimentos de</p>	<p>- Impostos e fretes altos.</p> <p>- Transportadoras.</p>	<p>- A cidade dispõe de boa localização (proximidade com</p>

	<p>para municípios do Estado de São Paulo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Total de funcionários: 5.</li> <li>- Vendedores autônomos.</li> <li>- Pedidos: computador e telefone.</li> <li>- Distribuição: transportadora.</li> </ul>	<p>alimentos</p>	<p>Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e São Paulo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Importação: frutas cristalizadas e secas (Oriente Médio, via importadora de São Paulo).</li> <li>- Distribuição realizada em pequenos estabelecimentos comerciais – “onde as grandes distribuidoras não entregam”.</li> <li>- Comercialização de produtos alimentícios (em maior quantidade – micro, pequenas e médias empresas de Marília).</li> </ul>	<p>- Articulação com Associação Comercial de Marília.</p> <p>- Dificuldades: ausência de vendedores que fornecem produtos alimentícios das grandes indústrias de Marília.</p>	<p>Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais).</p> <p>- Favorecimento às grandes empresas. Têm muitas pessoas desempregadas.</p>
<b>EMPRESA F</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundação: 2003.</li> <li>- Total de Funcionários: 2</li> <li>- Formas de pagamento oferecidas: dinheiro e caderneta.</li> <li>- Perfil dos clientes: pessoas residentes no Bairro, trabalhadores da indústria e aposentados.</li> </ul>	<p>Mini-Mercado</p>			
<b>EMPRESA G</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundação: 1984</li> <li>- Total de Funcionários: 150</li> <li>- Formas de pagamento: dinheiro, cartão de crédito, vale e cartão alimentação</li> </ul>	<p>Supermercado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comercialização de produtos alimentícios (pequenas (menor quantidade), médias e grandes empresas de Marília.</li> <li>- Fornece cestas básicas para indústrias alimentícias de Marília.</li> <li>- Fornece produtos de limpeza e higiene para indústrias alimentícias de Marília.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Por estar próximo às indústrias, existe maior facilidade de negociação do preço e realizar promoções.</li> <li>- Articulação: Associação Comercial de Marília e Sindicato dos Trabalhadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os fornecedores conhecem Marília pelo título.</li> </ul>

**FONTE:** Trabalho de Campo, 2009. **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina.

Em Marília, podemos afirmar que a aglomeração urbana favoreceu a aglomeração industrial. A proximidade geográfica, portanto, permitiu que se estruturasse uma rede organizacional entre os agentes públicos e privados envolvidos na atividade industrial.

Dada a aglomeração industrial do ramo alimentício, verificamos que existem inúmeros circuitos produtivos que atravessam a cidade de Marília. De acordo com Arroyo (2006), *“quanto maior o número de circuitos produtivos e círculos de cooperação atravessam a cidade, mais ela precisa atender a suas redes técnicas – de transporte e de comunicação – para garantir uma circulação adequada às novas demandas”* (p. 82). Além das redes técnicas, para nós, a estruturação de uma rede de serviços contribui para que as cidades ampliem seus papéis na rede urbana e na divisão territorial do trabalho.

Durante pesquisa de campo, verificamos que apesar da grande empresa, instalada em Marília, impor novos ritmos e exigências ao cotidiano das relações até então estabelecidas pelos agentes locais, existe, devido à presença de empresas industriais de capital transnacional, nacional e local do mesmo porte, uma diversidade de funções exercidas pela cidade na divisão territorial do trabalho. Por exemplo, no circuito produtivo da Nestlé essa cidade é apenas um ponto na rede da empresa, estruturada em escala planetária. Marília contribui para consolidação do ciclo de reprodução do capital, pois as normas, o desenvolvimento em tecnologia e a centralização do capital não permanecem na mesma escala da produção, mas sim, são direcionados aos espaços de gestão.

Por outro lado, por ter em seu território empresas de capital local, concorrentes diretas da Nestlé, como por exemplo, a Marilan S/A, e outras, como a Dori Ltda, Marília não se insere apenas como ponto que contribui para completar o ciclo de reprodução do capital, mas também é uma cidade que centraliza atividades de gestão; distribuição; serviços especializados; escolas técnicas; laboratórios de análises; universidades e o próprio capital que é reinvestido na indústria e serviços correlatos.

Essas empresas também atuam diretamente nas decisões políticas na escala local, estadual e federal, pois reivindicam, por meio da ADIMA e das demais instituições nas quais estão inseridas, a elaboração de políticas

públicas que presem pelo melhoramento estrutural das redes técnicas materiais e imateriais que permitem a circulação de informações e mercadorias, tais como: rede de transportes; rede de internet e celular; construção de redes de abastecimento de gás liquefeito de petróleo; instalação de uma Estação Aduaneira do Interior - EADI<sup>149</sup>; revisão da carga tributária. Na escala local, por exemplo, as empresas industriais alimentícias regulam, junto à empresa concessionária, a distribuição de linhas e horários de ônibus coletivo para transporte de trabalhadores.

As empresas alimentícias de capital local, a partir de suas redes, controlam todas as etapas do circuito produtivo que acontecem em cidades que desempenham diversas funções na rede urbana nacional e que estão, de certo modo, submetidas aos comandos das empresas originárias e em atividade na escala da cidade média. Concordamos com a afirmação de Arroyo, (2006) de que *“são as metrópoles, como sede das grandes empresas, que exercem maior controle territorial”* (p. 83), mas não podemos deixar de considerar que no período atual, as cidades médias ampliam seus papéis na divisão territorial e, em determinadas atividades e ramos produtivos exercem papéis de comando, como é o caso de Marília, no ramo industrial alimentício de consumo final.

Em continuidade à nossa análise, a partir de dados e informações obtidos durante trabalho de campo, apresentaremos como se estruturam as empresas industriais alimentícias de consumo final instaladas em Marília.

---

<sup>149</sup>Marília já teve aprovada pela Receita Federal a instalação de uma EADI – Estação Aduaneira do Interior, todavia, durante a concorrência pública (licitação) não houve empresa interessada na concessão. Posteriormente, a pretensão de se ter um porto seco, em Marília, passou para o projeto do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX, mas que também não teve êxito final pelos mesmos motivos relacionados a EADI (<http://www.foods-adima.com.br/index2.php?pag=boletim>).

#### **4.2. Características das indústrias alimentícias de consumo final instaladas em Marília**

As empresas industriais de alimentos instaladas em Marília podem ser classificadas em dois grandes grupos: a) originárias do capital local: são aquelas cujos investimentos provêm do excedente acumulado na agricultura ou em outras atividades econômicas urbanas, como os serviços. Elas se diferenciam em micro e pequenas empresas que atuam numa escala local e regional, médias empresas e grandes empresas que adotaram dimensões da reestruturação produtiva na década de 1970 e 1980, e saíram de uma escala de distribuição local e regional, para escalas mais amplas, ou seja, nacional e global.

As grandes e médias empresas, sobretudo, para continuar a competir no mercado capitalista, passaram por intensos processos de reestruturação produtiva que abrangem mudanças no processo de produção – mediante a gestão e utilização de novas tecnologias; a separação das unidades de produção e de gestão; a contratação da força de trabalho; a geração de novos produtos; o investimento em setores de propaganda e *marketing*; e ainda, o cumprimento de normatizações estabelecidas pelos órgãos de fiscalização dos produtos alimentícios.

Além das empresas de capital local, existem também, em Marília, as que faz parte de outro grande grupo: b) originárias de capital externo (nacional e transnacional): são aquelas que se instalaram na cidade, no final da década de 1980. Essas empresas, durante o período mencionado, fizeram aquisições para garantir a permanência ou mesmo a expansão nessa fase de intensas incertezas na economia capitalista. De acordo com Chesnais (1996), *“aquisição/fusão consiste em pegar uma parcela do mercado especialmente quando for acompanhada pela aquisição de marcas comerciais, de redes de distribuição e de clientes cativos”* (p. 64).

Conforme constatamos, grande parte das empresas industriais alimentícias instaladas na cidade em apreço é originária de investimentos local, feito por empresários que residem em Marília. No caso das grandes empresas que ao todo são três, duas delas são de investimento local e apenas uma é de

capital externo de outro país. Duas das grandes empresas são produtoras de biscoitos doces e salgados, e uma produz confeitos de amendoim, balas, pirulitos, gomas, chocolates granulados etc.

De acordo com dados da Secretaria de Indústria e Comércio de Marília, obtidos durante entrevista com Secretário, estão instalados na cidade cinco distritos industriais que congregam indústrias de vários ramos, não somente alimentício. Além das instaladas no Distrito, existem aquelas espalhadas pelo tecido urbano, seja próximo à área Central ou próximo às rodovias estaduais e federais (Cartograma 14, p. 290).

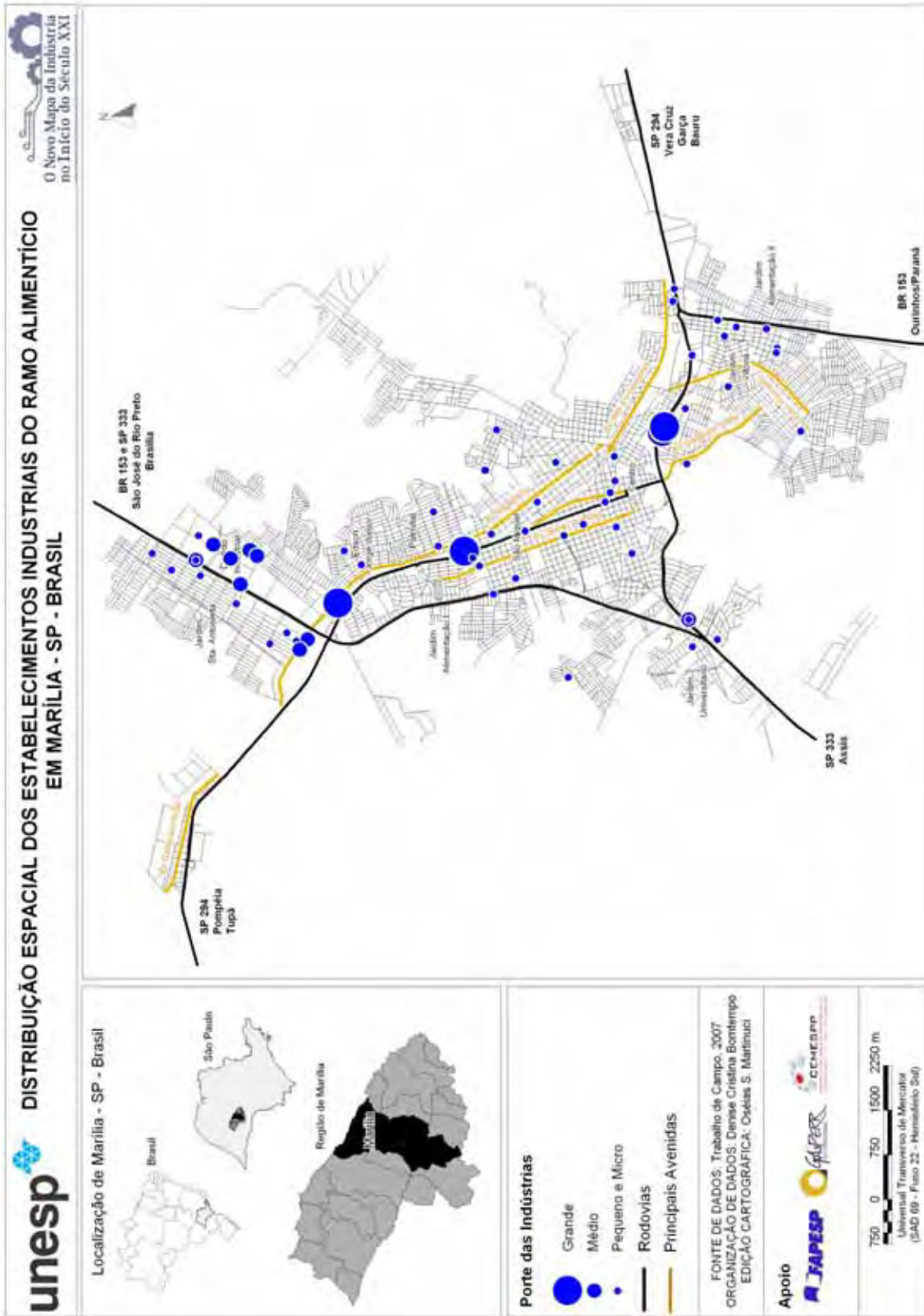
Em relação às grandes empresas industriais, duas estão instaladas próximo aos eixos rodoviários. A Marilan S/A indústria de capital local, produtora de biscoitos, encontra-se instalada às margens da Rodovia Estadual SP-333. A Dori LTDA, empresa de capital local, produtora de confeitos de amendoim, gomas, balas, pirulitos e chocolates granulados, localiza-se próximo à Rodovia Estadual SP-294. Vale ressaltar, que no passado, essas duas empresas eram instaladas na área central da cidade de Marília, porém, devido à maior complexidade da produção e à necessidade de ampliação buscaram outras localizações.

Uma atenção especial deve ser dada ao caso da Nestlé S/A, empresa multinacional de expressiva produção, com grande planta industrial e que movimentava intenso fluxo de pessoas e veículos, mas localizada no anel central da cidade, desconsiderando o congestionamento urbano do centro de Marília. É uma escolha determinada, principalmente, pela estrutura já montada de uma fábrica de biscoitos, pois a chegada da Nestlé está associada à aquisição da Beatrice Food Corporation S.A. (antiga Airilam LTDA) em 1981, que no local já dispunha de galpão e amplo terreno para expansão de área construída. Foi fundamental para os interesses da empresa suíça continuar no mesmo local da unidade incorporada, notadamente porque pôde aproveitar sua centralidade e ao mesmo tempo erguer novos galpões sem maiores custos adicionais.

Em relação às empresas de médio porte, encontram-se instaladas nos distritos industriais. Por outro lado, as empresas de pequeno porte encontram-se dispersas no espaço intraurbano mariliense, como podemos verificar no Cartograma 14.



CARTOGRAMA 14:



#### **4.2.1. Perfil das empresas industriais alimentícias de consumo final instaladas em Marília - SP**

As empresas industriais alimentícias de consumo final visitadas durante a pesquisa de campo são especializadas na produção de biscoitos de farinha de trigo; biscoitos de polvilho; chocolates; amendoim e subprodutos (confeitos; doces; pastas; farinhas etc); temperos; molhos; pipocas; doces; castanhas trituradas; recheios; balas; pirulitos; e gomas.

As indústrias visitadas foram 26, sendo elas responsáveis por empregar 5.983 trabalhadores diretos. Do total, 4.675 trabalham no processo produtivo e 1.308 trabalham na gestão; apoio logístico, pesquisa e desenvolvimento. Do total das indústrias, apenas duas de médio porte realizaram aquisição de outras empresas do ramo alimentício industrial localizadas na cidade de Marília e Herculândia - SP e, uma de grande porte adquiriu outra, localizada em Rolândia - PR.

Em relação ao porte (por número de funcionários - especificações do MTE) das empresas industriais alimentícias visitadas durante o trabalho de campo, verificamos que 61,53% são classificadas micro-empresas, pois possuem 0 a 19 funcionários formais; 7,69% são pequenas empresas (20 a 99 funcionários); 19,23% são médias empresas, pois possuem de 100 a 499 funcionários; por fim, as grandes empresas somam 11,53% e possuem acima de 500 empregados formais.

Além da atividade industrial, as empresas industriais visitadas ao longo da pesquisa de campo investiram, em Marília, nas atividades econômicas ligadas a projeto de desenvolvimento de biodiesel; à bolsa de valores; a empresas de distribuição de alimentos e bebidas; a atividades comerciais e à agricultura (plantação de amendoim).

Quanto à participação em eventos promovidos pelas instituições articuladas ao ramo alimentício, muitos empresários relataram que não participam com freqüência dessas atividades, sobretudo, os pequenos, pois não se consideram inseridos nas discussões arroladas. Enquanto, os grandes vão a feiras internacionais, realizadas nos Estados Unidos, na Alemanha, em São Paulo e em Marília.

Percebemos com essas afirmações, que os discursos das instituições apresentadas no Capítulo 3, deste trabalho, contradizem-se à fala dos empresários. Muitos, em especial os pequenos, alegam que os representantes dessas instituições não visitam de maneira frequente as empresas, e quando as mesmas são solicitadas, não contribuem para resolução de problemas. Desse modo, o discurso de que existe uma organização dos agentes para atender às pequenas, micros e médias empresas, muitas vezes não se concretiza em ações efetivas.

A grande empresa, interessada em expandir suas atividades no mercado de competição capitalista, conforme verificamos é quem mais usufrui dos serviços oferecidos pelas instituições, e ainda, regulam, normatizam e direcionam as atividades de acordo com seus interesses. Assim, as pequenas indústrias permanecem, de acordo com Santos (2003), apenas numa escala de produção local e regional e atendem muitas vezes aos estabelecimentos atrelados ao circuito inferior da economia urbana.

Como mencionamos, a atividade industrial desenvolvida em Marília antecede o processo de desconcentração industrial da década de 1970. As empresas de capital local se originaram, em sua maioria, em meados do século XX, e algumas permanecem até os dias atuais, como a Dori Ltda e a Marilan S/A.

Na Tabela 22 (p. 293), podemos verificar que entre os entrevistados, 3,84% relataram que os motivos que levaram aos investimentos realizados em Marília foram para realização profissional; 15,38% disseram que a atividade industrial foi para ampliar os investimentos; 26,92% informaram que eram funcionários da indústria alimentícia e decidiram abrir o próprio negócio, pois aprenderam a manipular o alimento; 11,5% apontaram que Marília é propícia para investimento na indústria alimentícia por possuir matéria-prima e mão-de-obra especializada; 23,07% afirmaram que a família é originária de Marília e possui tradição na produção de alimentos industrializados; 11,53% relataram que a decisão dos investimentos se deu pela possibilidade de permanecer residindo em Marília. Ainda 3,84% afirmaram que os investimentos se deram devido à formação profissional na área alimentícia e 3,84% investiram nessa linha de produção para garantir emprego aos filhos.

Entre os motivos que levaram aos investimentos a serem realizados no ramo industrial alimentício, destaca-se o conhecimento tácito adquirido durante trabalho como funcionário nas indústrias alimentícias de Marília; a existência de mão de obra qualificada e a proximidade com a matéria-prima e ainda, por ter a família residente no município.

Esses motivos contribuem para afirmar que a industrialização de Marília possui um forte componente local, que gera sinergia entre os agentes envolvidos na atividade industrial. Isso, além de influenciar os agentes locais, contribuiu para que empresas de capital transnacional e nacional fossem atraídas para a escala da cidade média, distante do ponto de vista topográfico da metrópole paulistana.

A proximidade geográfica e organizacional dos agentes, atrelada ao desenvolvimento técnico-científico-informacional do período da globalização permitiu com que as distâncias topográficas não fossem sentidas. Pelo contrário, contribuiu para organização da empresa-rede e em rede e com isso, a configuração de dinâmicas territoriais em cidades que desempenham funções intermediárias na rede urbana, como é o caso de Marília.

**TABELA 22: MOTIVOS QUE LEVARAM O PROPRIETÁRIO INVESTIR NO RAMO INDUSTRIAL ALIMENTÍCIO DE CONSUMO FINAL**

MOTIVOS	TOTAL DE EMPRESAS	%
Realização profissional	1	3,84
Investimentos para ampliação de rendimentos	4	15,38
Trabalhava como empregado em empresas de distribuição de alimentos	7	26,92
A região é propícia para investir (matéria-prima e mão de obra especializada)	3	11,53
A família é de Marília e possui tradição em trabalhar com alimentos industrializados	6	23,07
Para permanecer em Marília	3	11,53
Formação profissional na área alimentícia	1	3,84
Garantir emprego para os filhos	1	3,84
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>99,95</b>

**FONTE:** Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina

Conforme os dados apresentados na Tabela 23 (p. 294), 30,76% dos entrevistados não tiveram dificuldades nos primeiros anos de realização da atividade produtiva industrial; 30,07% relataram que sentiram dificuldades em consolidar o produto no mercado; 11,53% sentiram dificuldades devido à concorrência, pois existiam empresas que fabricavam produtos semelhantes,

principalmente doces e confeitos de amendoim; 3,84% disseram que por ser uma empresa pequena, era difícil encontrar um equilíbrio entre as vendas e a produção; e 15,28% atrelaram às dificuldades aos encargos relacionados à regularização da empresa do ponto de vista sanitário e jurídico. Por fim, apenas 3,84% relataram que as dificuldades se deram devido ao alto custo da produção e 3,84%, devido à instabilidade da economia brasileira, sobretudo na década de 1990.

**TABELA 23: DIFICULDADES ENFRENTADAS NOS PRIMEIROS ANOS DE ATIVIDADES**

DIFICULDADES	TOTAL DE EMPRESAS	%
Não tivemos dificuldades	8	30,76
Consolidação do produto no mercado	6	30,07
Enfrentar a concorrência	3	11,53
Conquistar um equilíbrio entre produção e venda	1	3,84
Dificuldades financeiras (pagamentos de encargos para regularização da empresa)	4	15,28
Alto custo de produção	1	3,84
Instabilidade da economia nacional até a década de 1990	1	3,84
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>99,85</b>

**FONTE:** Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina

O componente local, a origem e a família, como podemos verificar nos dados da Tabela 24 (p. 295), estão presentes na escolha do nome da empresa, pois 15,38% dos entrevistados afirmaram que a empresa leva o sobrenome da família; 19,23% relataram que o nome da empresa é homenagem a um membro da família; 11,53% afirmaram ser a junção do nome dos proprietários; 11,53% referem-se à união do nome dos proprietários e com o nome cidade de Marília. Ainda, 3,84% colocaram o nome da empresa em língua estrangeira com intuito para chamar atenção; 3,84% realizaram concurso na rádio para escolher o nome da empresa; 15,38% disseram que a escolha foi aleatória, portanto não tem explicação; 3,84% relataram que o nome envolve um significado simbólico e, apenas 3,84% realizaram pesquisa de mercado para verificar a aceitação do nome, por fim 11,53% identificaram o nome da empresa aos produtos fabricados.

**TABELA 25: EXPLICAÇÃO DO NOME FANTASIA DA EMPRESA**

EXPLICAÇÕES	TOTAL DE EMPRESAS	%
Sobrenome da família	4	15,38
Homenagem a um membro da família	5	19,23
Junção do nome dos proprietários	3	11,53
Junção do nome dos proprietários com o nome da cidade	3	11,53
Nome do produto "chave" da empresa em inglês	1	3,84
Nome escolhido pela população local em concurso de rádio	1	3,84
Não há explicação	4	15,38
Significado simbólico - graça alcançada	1	3,84
Pesquisa de aceitação do nome	1	3,84
Identificação com o que se produz na empresa	3	11,53
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>99,94</b>

**FONTE:** Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina

A partir das leituras de Lara (1991) e Mourão (1994, 2002), e os depoimentos dos entrevistados durante a pesquisa de campo, verificamos que as primeiras indústrias do ramo alimentício de Marília seguiram o padrão tradicional de localização industrial, ou seja, instalaram-se no centro da cidade. Todavia, com o passar do tempo, devido à complexidade do processo produtivo; à ampliação da empresa e às normativas das instituições ambientais; conforme podemos verificar na Tabela 25, 46,15% das empresas visitadas durante o trabalho de campo mudaram de endereço e, 53,84% permanecem no mesmo endereço desde a instalação. Das que mudaram 57,14% relataram que a iniciativa se deu por causa da oferta de terrenos nos distritos industriais pelo poder público municipal e 42,85% relataram que a mudança se deu pela necessidade de uma área mais ampla para receber e escoar mercadorias.

**TABELA 25: MOTIVOS QUE LEVARAM À MUDANÇA DE LOCAL DE INSTALAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS ALIMENTÍCIAS DE CONSUMO FINAL**

PERMANÊNCIA DE ENDEREÇO DESDE INSTALAÇÃO	TOTAL DE EMPRESAS	%
<b>SIM</b>	<b>12</b>	<b>46,15</b>
<b>NÃO</b>	<b>14</b>	<b>53,84</b>
MOTIVOS DA MUDANÇA	TOTAL DE EMPRESAS	%
Oferta de terrenos nos distritos industriais de Marília	8	57,14
Possibilidade de ampliação e facilidade para receber e escoar mercadorias	6	42,85
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	

**FONTE:** Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina

Entre as empresas visitadas, 65,38% são proprietárias do prédio onde estão estabelecidas e 30,76% são locatárias e, apenas 3,84% estão instaladas em sala cedida pelo programa de incubadora de empresas do SEBRAE de Marília. Ainda, das empresas pesquisadas; três entraram em funcionamento anterior à década de 1970; duas começaram as atividades na década de 1970; cinco iniciaram as atividades de maneira regular na década de 1980, mas já trabalhavam há vinte anos; quatro iniciaram as atividades na década de 1990 e 12 empresas industriais iniciaram as atividades a partir do ano 2000.

Assim como a escolha do nome fantasia da empresa, os motivos que levaram os empresários a se instalar em Marília estão atrelados ao componente local. Entre os motivos principais mencionados (Tabela 26, p. 297) destacam-se: Marília ser o local de origem de 21,73% dos proprietários das empresas; 15,21% afirmaram que cidade possui boa localização geográfica; 10,86% disseram que a cidade dispunha de mão de obra qualificada e isso é um atrativo importante para o ramo alimentício; 8,69% decidiram pela instalação em Marília por já trabalhar no ramo alimentício; ainda 8,69% apontaram que é a cidade em que residem os familiares; 6,52% atribuem à proximidade da matéria-prima um fator decisivo para instalação das empresas do ramo industrial alimentício de consumo final; 6,52 % dos entrevistados decidiram por instalar-se em Marília devido aos incentivos do poder público municipal, sobretudo na concessão de terrenos nos distritos industriais; 4,34% permaneceram instalados, pois tinham adquirido empresa em funcionamento, e; 4,34% relataram que a cidade dispunha de boa infraestrutura urbana; ainda 2,17% afirmaram que o grupo familiar já tinha investimentos na cidade em outros setores da economia.

**TABELA 26: MOTIVOS QUE LEVARAM À EMPRESA A SE INSTALAR EM MARÍLIA**

MOTIVOS	TOTAL DE EMPRESAS	%
O grupo familiar tem investimentos em outras atividades	1	2,17
A cidade dispunha de boa infraestrutura urbana	2	4,34
Aquisição de empresa em funcionamento	2	4,34
Não respondeu	2	4,34
Possibilidades de adquirir terreno junto ao poder público	3	6,52
Proximidade com a matéria-prima	3	6,52
Incentivo do poder público municipal	3	6,52
Local de moradia dos familiares	4	8,69
Já trabalhava com alimentos como funcionário	4	8,69
A cidade dispunha de mão de obra especializada	5	10,86
A cidade possui boa localização	7	15,21
Local de origem do proprietário	10	21,73
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>99,93</b>

*\*foi considerado mais de uma alternativa*

**FONTE:** Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina

Em relação à inserção na rede mundial de informática (*internet*), 65,38% das empresas visitadas relataram que possuem *home-page* para divulgação dos produtos, contato com clientes e fornecedores. Dessas empresas, 14 desenvolveram a página virtual mediante empresas contratadas na cidade de Marília; uma contratou serviços de uma empresa de São Bernardo do Campo; e duas empresas industriais estão desenvolvendo a página virtual por meio da contratação de um profissional autônomo de Marília. Ainda, 34,61% das empresas entrevistadas não possuem página na *internet*.

Quanto à articulação das empresas industriais alimentícias de consumo final com as instituições envolvidas nesse ramo industrial, verificamos que 15,38% das empresas entrevistadas não possuem contato e atribuem essa postura a não entender o papel desempenhado pelas instituições; por estarem em funcionamento há pouco tempo e não necessitarem de apoio institucional. Além disso, consideram que as instituições não desenvolvem o papel adequadamente.

Das empresas que se articulam com as instituições (84,61%) afirmam que o convênio foi firmado, mas os representantes da empresa não participam das reuniões e dos eventos; ainda, existem aquelas indústrias que se articulam com as instituições por meio do pagamento de mensalidades, mas que não participam efetivamente, pois não se enquadram nas discussões. De acordo com o entrevistado, as instituições são voltadas para a realidade das grandes



empresas, embora a ideologia dessas instituições seja o contato com a micro, pequena e média empresa.

As empresas que mantêm contato, convênio e filiação, como podemos verificar na Tabela 27, fazem-no com as seguintes instituições: Banco do Povo; Abicab; Sesc; PAT; Senac; Universidades; Abia; Sebrae; Sindicato Patronal; Senai; Ciesp e Adima.

**TABELA 27: CONTATO – CONVÊNIO – FILIAÇÃO COM INSTITUIÇÕES**

<b>CONTATO-CONVÊNIO-FILIAÇÃO COM INSTITUIÇÕES</b>	<b>TOTAL DE EMPRESAS</b>	<b>%</b>
<b>NÃO HÁ CONTATO</b>	<b>4</b>	<b>15,38</b>
Não há, pois não entendemos o real papel dessa instituição	2	1,49
Não temos nenhuma relação, pois começamos as atividades há apenas dois anos	1	1,49
Nenhum. São todas "papa níquel"	1	1,49
<b>HÁ CONTATO</b>	<b>22</b>	<b>84,61</b>
Temos, sei o papel, mas nunca usamos. Nunca participei de reuniões SEBRAE, mas não sei como a instituição funciona. A atividade que desenvolvemos não está integrada à grande indústria	1	1,49
BANCO DO POVO	1	1,49
ABICAB	1	1,49
SESC	1	1,49
PAT	2	2,98
SENAC	2	2,98
UNIVERSIDADES	2	2,98
ABIA	4	5,97
SEBRAE	5	7,46
ACIM	7	10,44
SINDICATO PATRONAL	7	10,44
SENAI	8	11,94
CIESP	10	14,9
ADIMA	11	16,41
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>99,91</b>

*\*foi considerado mais de uma alternativa*

**FONTE:** Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina

Entre os eventos frequentados pelas empresas que mantêm convênio, contato e filiação com as instituições articuladas ao ramo alimentício de Marília destacam-se: palestras e cursos, lançamentos de produtos e reuniões específicas sobre o ramo alimentício (produção e consumo).

Segundo os representantes das empresas entrevistadas durante o trabalho de campo, o poder público (municipal, estadual e federal) precisa contribuir de maneira mais efetiva para a atividade industrial do interior do Brasil como um todo. É preciso, de acordo com os entrevistados, incentivar a instalação de indústria de todos os portes e não apenas as grandes. É necessário diminuir a carga tributária; ampliar a doação de terrenos e as linhas de crédito e a realizar a recuperação das rodovias para transporte de mercadorias.

Mesmo diante das dificuldades elencadas pelos entrevistados, perguntamos se os motivos para realização de investimentos no ramo industrial alimentício de consumo final de Marília permanecem os mesmos de quando ocorreu a instalação da empresa. Verificamos que, os motivos não apenas permaneceram, mas também se ampliaram como podemos verificar na Tabela 28.

**TABELA 28: ATUALMENTE, QUAIS OS MOTIVOS PARA CONTINUAR OS INVESTIMENTOS NA ATIVIDADE INDUSTRIAL ALIMENTÍCIA EM MARÍLIA**

RAZÕES	TOTAL DE EMPRESAS	%
Boa localização no estado de São Paulo, boa qualidade de vida, boa infraestrutura de educação, saúde e consumo	7	21,87
A mão de obra é qualificada, dispõe de boa infra-estrutura de transporte e o clima é agradável	5	15,62
No setor alimentício o investimento é bom. A cidade tem um <i>slogan</i>	3	9,37
Concentração de Unidades Produtivas do mesmo ramo e boa localização geográfica	3	9,37
Em Marília, existe uma <i>singergia</i> industrial	3	9,37
A cidade tem uma economia diversificada (indústria, comércio e serviços), a renda permanece na cidade	2	6,25
É uma região produtora de amendoim, matéria-prima essencial para as indústrias alimentícias	2	6,25
Boa infraestrutura de serviços articulados à indústria	2	6,25
Pólo Industrial, boa infraestrutura e mão de obra qualificada	1	3,12
Depende do tipo de investimento	1	3,12
Atrai investimento de grandes grupos empresariais	1	3,12
Atração de investimentos em setores diversificados	1	3,12
Há uma rede de fornecedores bem articulada, mão de obra qualificada e boa infraestrutura urbana	1	3,12
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>99,95</b>

*\*foi considerado mais de uma alternativa*

FONTE: Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina

Foram vários os motivos que os responsáveis pelas empresas industriais alimentícias visitadas elencaram para continuar os investimentos na cidade. Entre eles, o mais evidente (21,87%) é a boa localização no estado de São Paulo, associada à boa qualidade de vida e infraestrutura de educação,

saúde e consumo. Além disso, no que concerne diretamente ao ramo alimentício, um importante atributo é por Marília possuir mão de obra qualificada e boa infraestrutura de transportes (15,62%); como ponto positivo para continuar os investimentos; os entrevistados relataram que o título atribuído à Marília “*capital nacional do alimento*” permitiu com que a cidade fosse conhecida e isso valorizou o que se produz (9,37%); além do título; 9,37% dos entrevistados responderam que continuar investindo em Marília no ramo alimentício é positivo, pois existem empresas da mesma área produtiva concentradas, portanto tem sinergia industrial (9,37%) e a cidade tem uma boa localização geográfica; 6,25% relataram que Marília tem uma economia diversificada e a renda permanece na cidade; também 6,25% dos entrevistados afirmaram que Marília dispõe de serviços necessários à indústria e 3,12% atribuem os seguintes pontos positivos à cidade: por ser um pólo industrial; por ter mão de obra qualificada; por atrair investimentos estrangeiros e diversificados. Por fim, possuir uma rede de fornecedores articulados às atividades alimentícias e boa infraestrutura urbana, são fatores que permitem, de acordo com os entrevistados, a realização de investimentos na cidade de Marília.

#### **4.2.2. Critérios adotados pelas empresas industriais alimentícias para contratação de trabalhadores formais**

No que concerne ao emprego da mão de obra nas empresas industriais alimentícias de consumo final entrevistadas, constatamos que 100% empregam trabalhadores com carteira assinada e utilizam estagiários que são alunos das escolas técnicas, universidades e da Legião Mirim (instituição local que capacita jovens de 14 aos 17 anos para o mercado de trabalho). Além desse quadro, existem apenas duas empresas que empregam trabalhadores por contrato de trabalho determinado.

Durante o período de realização do trabalho de campo, das empresas entrevistadas, apenas 7,69% não realizaram contratação de mão de obra; e 92,31% contrataram para desempenhar as seguintes atividades: no setor de produção 61,59%; limpeza 7,68%; técnicos em manutenção somam 3,84% dos

contratados; processamento de dados 3,84%; almoxarifado 3,84%; pesquisa e desenvolvimento 11,52%.

O treinamento dos novos funcionários admitidos é realizado na própria empresa, todavia, em atividades de preparação específicas são solicitados serviços da Escola Técnica SENAI, FATEC, CIESP, Sindicato e empresas privadas de consultoria.

De acordo com os entrevistados, os critérios utilizados pelas empresas para contratação de trabalhadores formais são vários, no entanto, o que prevalece é a experiência profissional, presente nas respostas de 57,69% das empresas entrevistadas (de todos os portes), conforme podemos verificar na Tabela 29 (p. 302).

A escolaridade também é um dos critérios de expressiva relevância e atinge 42,30% das empresas entrevistadas, ou seja, três são grandes empresas; duas médias empresas e seis micros e pequenas empresas.

Residir próximo do local de trabalho é um critério adotado por 19,23% das empresas alimentícias, e apenas uma grande empresa leva em consideração “residir próximo do local de trabalho” e quatro micro e pequenas empresas afirmaram que esse fator é importante, pois diminuem os custos com auxílio transporte.

As relações de proximidade também estão entre os critérios adotados para contratação de funcionários. A proximidade, nesse sentido, relaciona-se ao empregado, pois 11,53% dos responsáveis pelas empresas entrevistadas relataram que o critério adotado para contratação de funcionários é a indicação de um trabalhador da empresa. Esse aspecto é levado em consideração, principalmente nas micro e pequenas empresas.

O conhecimento de língua estrangeira é o critério exigido por 11,53% das empresas entrevistadas, sendo que tal exigência se faz presente, sobretudo, entre as grandes e médias empresas por estarem articuladas ao mercado internacional através das atividades de importação e exportação.

Entre os critérios secundários, destacam-se a capacidade de trabalhar em grupo (7,69%), sobretudo na grande empresa; já a realização de cursos; a disponibilidade de residir em Marília e a capacidade de liderança estão presentes entre os critérios adotados pelas médias, pequenas e micro

empresas para contratação de funcionários, como podemos verificar na Tabela 29.

**TABELA 29: CRITÉRIOS ADOTADOS PELAS EMPRESAS INDUSTRIAIS ALIMENTÍCIAS DE MARÍLIA PARA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES FORMAIS**

CRITÉRIOS ADOTADOS PARA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES	EMPRESAS	%	PORTE DA EMPRESA
Experiência Profissional	15	57,69	3 GE; 2 ME; 10 MPE
Escolaridade	11	42,3	3 GE; 2 ME; 6 MPE
Residir próximo ao local de trabalho	5	19,23	1 GE; 4 MPE
Contratação a partir da indicação de um trabalhador da empresa	3	11,53	MPE
Curso de Línguas	3	11,53	2 GE; 1 ME
Cursos profissionalizantes	3	11,53	1 GE; 1 ME; 1 MPE
Capacidade de trabalhar em grupo	2	7,69	GE
Cursos realizados na empresa e contratação de estagiários da Legião Mirim	1	3,84	MPE
Formação, experiência, disponibilidade de residir em Marília	1	3,84	ME
Capacidade de liderança	1	3,84	ME

*\*foi considerado mais de uma alternativa*

**FONTE:** Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina

Entre as instituições articuladas às empresas alimentícias de Marília que fornecem estagiários e jovens aprendizes, destacam-se as universidades (Fatec, Unimar e Fundação Eurípides); escolas técnicas (Senai; Senac; Centro Paula Souza; Legião Mirim e CIEE). Os estagiários e jovens aprendizes desempenham, nas empresas, as funções ligadas à sua área de formação profissional.

#### **4.2.3. As inovações nas indústrias alimentícias de consumo final**

As inovações se fazem presentes na indústria alimentícia de consumo final por meio da modernização de máquinas e equipamentos, da criação de novos produtos e processos desde meados do século XX. Os motivos que levaram a esse contexto já são conhecidos: configuração da sociedade urbana; aumento do poder de consumo na escala global; inserção da mulher no mercado de trabalho; desenvolvimento de pesquisas em tecnologia e a constante competitividade do mercado, que culmina, entre outros na incorporação de práticas organizacionais e produtivas relacionadas à

reestruturação produtiva. Isso garantiu a ampliação, tanto da linha, como do tempo de exposição para consumo dos produtos industrializados.

Em comparação aos outros ramos da indústria de transformação, como afirmou Martinelli (2009), “*a indústria de alimentos não apresenta investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento*” (p. 9). No entanto, incorpora tecnologia de outros ramos industriais, como químico, farmacêutico, embalagens e mecânico, a partir das máquinas e equipamentos utilizados no processo produtivo. Portanto, esse mesmo autor afirma que a indústria alimentícia é “*tomadora de inovações*”. Tendencialmente, a inovação, quando acontece, é de natureza incremental de produtos e processos.

Nas indústrias alimentícias de consumo final instaladas em Marília, verificamos que 57,69% do total investiram em linhas de produção com compra de novos equipamentos; enquanto 19,23% adquiriram equipamentos novos, mas ainda utilizam os antigos; 11,53% renovaram totalmente as máquinas e equipamentos e descartaram os antigos; e 11,53% não realizaram investimentos na aquisição de novas máquinas e equipamentos.

Como é comum constatar, são as maiores empresas que detêm a tecnologia mais avançada, enquanto as menos expressivas compram máquinas usadas ou negociam equipamentos cujo aparato técnico não é considerado renovado. Do total de empresas que usam máquinas automáticas no processo produtivo, 57,69% reúnem equipamentos manuais, 32,62% trabalham com máquinas computadorizadas e 9,69% não utilizam mais do que tecnologia simples na fabricação dos produtos, como podemos verificar na Tabela 30 (p. 304).

**TABELA 30: CARACTERÍSTICAS DAS MÁQUINAS ADOTADAS NO PROCESSO PRODUTIVO**

<b>A PRODUÇÃO É FEITA POR</b>	<b>EMPRESAS</b>	<b>%</b>	<b>PORTE DA EMPRESA</b>
Máquinas automáticas	20	76,92	3 GE (100%); 3 ME; e 14 MPE
Máquinas manuais	15	57,69	2 ME; 13 MPE
Máquinas computadorizadas	8	30,76	3 GE; 4 ME e 1 MPE
Máquinas que dispõem de tecnologias simples	2	7,69	1 ME; 1 MPE

*\*foi considerado mais de uma alternativa*

**FONTE:** Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina

Nas pequenas indústrias alimentícias visitadas, verificamos a predominância de máquinas manuais no processo produtivo, conforme a Foto 6. Ainda constatamos que em algumas situações, os pequenos empresários adquirem máquinas e equipamentos das grandes empresas industriais, que desde a década de 1980, têm alterado constantemente o padrão das máquinas utilizadas no processo produtivo (substituição de máquinas de tecnologias simples por automáticas e computadorizadas).

Essas máquinas aqui, eu ganhei da empresa onde eu trabalhei. Essas aqui, de embalagem, ajudaram a aumentar a produção. Antes eu trabalhava com cinco meninas pra embalar doce na mão. Eu comprei uma máquina que ela eliminou três meninas, a produção dela dá por dez meninas no dia (Sr. Genildo, proprietário de uma pequena indústria de doces localizado no Distrito Industrial do bairro Santa Antonietta. Pesquisa de Campo, 2009).



**FOTO 5:** Máquinas manuais utilizadas na fabricação de doces. Empresa localizada no Jardim Santa Antonietta. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. Pesquisa de Campo, 2009.



**FIGURA 6:** Máquinas automáticas utilizadas na fabricação de biscoitos pelas grandes indústrias alimentícias de Marília. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. **Informações:** Pesquisa de Campo, 2009 (porém não foi possível fotografar o processo produtivo). **Fonte da figura:** <http://www.thepeerlessgroup.us>.



As máquinas utilizadas no processo produtivo das indústrias alimentícias de Marília são fabricadas no Brasil (80,76%) e também, importadas de outros países (19%), como a da Figura 6. As máquinas fabricadas no Brasil são provenientes de empresas instaladas na cidade de: São Paulo 26,92%; Ribeirão Preto 7,69%; Sertãozinho 3,84%; Garça 3,84%; Piracicaba 3,84%; Limeira 3,84%; Campinas 3,84%; Curitiba - PR 3,84%; Jaraguá do Sul - SC 7,69%.



As máquinas importadas são fabricadas na Itália 11,53%; Alemanha 11,53%; Estados Unidos 11,53%; Holanda 3,84%; Portugal 3,84%; Argentina 3,84%.

De acordo com os dados da Tabela 31, além da origem das máquinas adotadas no processo produtivo das indústrias alimentícias de Marília, podemos verificar que 100% das grandes indústrias alimentícias utilizam máquinas fabricadas no Brasil e também importadas. As médias empresas industriais alimentícias também utilizam máquinas fabricadas no Brasil e importadas, porém em menor número, apenas 7,69% das pequenas e micro empresas industriais alimentícias de consumo final utilizam máquinas importadas.

**TABELA 31: ORIGEM DAS MÁQUINAS ADOTADAS NO PROCESSO PRODUTIVO**

ORIGEM	IND. ALIMENTÍCIAS	%	PORTE DA IND. ALIMENTÍCIA
<b>BRASIL</b>	21	80,76	GE; ME; MPE
São Paulo	7	26,92	ME;MPE
Ribeirão Preto	2	7,69	MPE
Sertãozinho	1	3,84	MPE
Curitiba	1	3,84	GE
Garça	1	3,84	MPE
Piracicaba	1	3,84	ME
Limeira	1	3,84	ME
Campinas	1	3,84	ME
Jaraguá do Sul-SC	2	7,69	ME
<b>OUTROS PAÍSES</b>	6	19,00	GE; ME; MPE
Itália	3	11,53	GE; MPE
Alemanha	3	11,53	GE; ME
Estados Unidos	3	11,53	GE; ME
Holanda	1	3,84	ME
Portugal	1	3,84	MPE
Argentina	1	3,84	ME

*\*foi considerado mais de uma alternativa*

**FONTE:** Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina

Além da aquisição de novas máquinas e equipamentos no processo produtivo, como parte do processo de reestruturação produtiva, as indústrias investiram na organização da empresa em rede (interna e externa). Das

empresas industriais alimentícias de consumo final<sup>150</sup>, 30,76% investiram na implantação de rede interna de computadores na empresa. Foram desenvolvidos sistemas que permitisse a articulação entre todos os setores (diretoria; gestão; desenvolvimento de produtos; recursos humanos; logística; produção; armazenamento; e distribuição). As empresas de capital externo (nacional e transnacional) instaladas em Marília e as grandes indústrias de dessa cidade que possuem filiais em outras cidades do Brasil estão articuladas por meio da rede mundial de computadores (*internet*) e sistemas desenvolvidos especificamente para atender às suas demandas. Ainda, 26,92% das empresas investiram na implantação de redes de segurança interna e externa à unidade produtiva e à administração; 23,97% das empresas implantaram uma rede de monitoramento do trabalho em todos os setores; 7,69% “apostaram” em inovações no sistema de rede já constituída, apenas na gestão; e 3,84% investiram somente no setor de logística interna. Das empresas que realizaram investimentos em redes internas de computadores e monitoramento, 19,23% fizeram em Marília, por meio de empresas terceirizadas e, 11,53% contrataram serviços de empresas de São Paulo; Bauru e Joinville (SC).

Vale ressaltar, que 23,97% das empresas investigadas não responderam se fizeram ou não investimentos na organização da empresa por meio de redes de computadores e monitoramento interno e externo e, 15,38% relataram não haver investimentos.

Dentre os motivos para realizar investimentos destacam-se: a ampliação da produção e a diversificação das linhas 38,46% das empresas de grande, médio e pequeno porte; melhorias na qualidade do produto 30,76% empresas de grande, médio e pequeno porte; e 7,69% foram para adequar às normas do mercado internacional (empresas de grande porte); modernização da empresa; melhoria da segurança e aquisição de equipamentos de ergonomia 11,53% (médias empresas); inovação do produto 7,69% (empresas de médio porte); ampliação do mercado 3,84% (empresas de grande porte), como podemos constatar na Tabela 32.

Verificamos também, durante a visita nas empresas industriais alimentícias, que existe uma preocupação intensa com a padronização das

---

<sup>150</sup>Foi considerada mais de uma alternativa.

embalagens e adequação às normas da vigilância sanitária para produção e comercialização de produtos alimentícios. Além disso, a preocupação perpassa por inovar a apresentação do produto para ser “mais chamativo” e atrair o público, como relatou um dos entrevistados.

Nas grandes empresas, verificamos que existe o lançamento de novos produtos, mas a modificação ou incremento é a prática mais corrente. Existe uma programação feita anualmente para novos lançamentos de produtos. Para isso, os profissionais responsáveis em pesquisa e desenvolvimento; propaganda e *marketing* trabalham em conjunto na elaboração de pesquisas de mercado e também participam de feiras agregadas ao ramo industrial em apreço.

**TABELA 32: MOTIVOS DAS INOVAÇÕES - INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS PESQUISADAS**

MOTIVOS DAS INOVAÇÕES	IND. ALIMENTÍCIA	%	PORTE DA EMPRESA
Ampliar produção e diversificar as linhas de produtos	10	38,46	GE; ME; MPE
Melhoria da qualidade	8	30,76	GE; ME; MPE
Não respondeu	4	23,97	ME; MPE
Não houve	4	15,38	MPE
Modernização, segurança e ergonomia	3	11,53	ME
Para atender às normas dos clientes do exterior	2	7,69	GE
Inovação do produto	2	7,69	MPE
Ampliação do mercado	1	3,84	GE

*\*foi considerado mais de uma alternativa*

**FONTE:** Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina

A adequação às normatizações impostas pelos órgãos de fiscalização sanitária nacional e internacional é uma preocupação das empresas industriais alimentícias, sobretudo daquelas que realizam ou projetam realizar exportações. No entanto, durante a pesquisa de campo, como podemos verificar na Tabela 33 (p. 309) 19,23% das empresas não mencionaram se usam serviços de laboratórios para realização de análise de qualidade do produto; 19,23% relataram que não realizam análises; 7,69% responderam que o serviço de controle é realizado pelas empresas, porém sem análise laboratorial; 7,69% utilizam os serviços de laboratório da FATEC de Marília; 7,69% terceirizam serviços de laboratórios instalados na cidade de São Paulo;

7,69% utilizam serviços de laboratório da UNIMAR de Marília; 7,69% terceirizam serviços de laboratórios privados de Marília; 11,52% realizam tais atividades na própria empresa, pois dispõem de laboratórios e profissionais qualificados; 11,52% terceirizam as análises para laboratórios de Campinas; Belo Horizonte; Londrina e Lins.

**TABELA 33: UTILIZAÇÃO DE LABORATÓRIOS PARA ANÁLISE DE QUALIDADE DO PRODUTO**

UTILIZAÇÃO DE LABORATÓRIOS PARA ANÁLISE DE QUALIDADE	TOTAL DE EMPRESAS	%
Não mencionou	5	19,23
Não há	5	19,23
O controle é realizado na empresa sem laboratório	2	7,69
FATEC Marília - SP	2	7,69
Laboratório Privado, São Paulo - SP	2	7,69
UNIMAR - Marília - SP	2	7,69
Laboratório privado, Marília - SP	2	7,69
Laboratório interno da empresa (dispõe de profissionais qualificados)	2	11,52
Laboratórios privados de Campinas (SP); Belo Horizonte (MG); Londrina (PR); Lins (SP)	1	11,52
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>99,96</b>

**FONTE:** Trabalho de Campo, Março - Junho de 2009.

**ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina

Verificamos que os serviços laboratoriais são, em grande parte, realizados em laboratórios contratados em funcionamento em outras cidades de rede urbana nacional. No entanto, constatamos de maneira menos intensa, que existe uma cooperação entre as empresas industriais alimentícias de Marília com os laboratórios privados e as universidades instaladas na cidade.

#### **4.3. Os circuitos espaciais da produção empresas industriais alimentícias instaladas em Marília - SP**

Para entender se a atividade industrial contribui para dinamização territorial e ampliação dos papéis da cidade média na divisão territorial do trabalho, na rede urbana em que está inserida, e mantém relações, tomamos como referencial, as discussões realizadas por Sobarzo (2008a). Para esse

autor, além de considerar a condição de intermediação da cidade média<sup>151</sup>, é preciso, no período da globalização, qualificar essa condição.

De acordo com Sobarzo (2008a), no período atual considerar que a cidade média assume papel de intermediação é muito pouco para entender a complexidade dos processos, pois com o desenvolvimento das técnicas, tecnologias, sistemas de informação e transporte, todas as cidades, independente do tamanho, realizam intermediações na rede urbana em que estão inseridas e mantêm relações, portanto, faz-se mister qualificar os papéis de intermediação para entender a importância que cada uma exerce na divisão territorial do trabalho.

Ainda conforme Sobarzo (2008), o conceito desenvolvido por Milton Santos de meio-técnico-científico-informacional<sup>152</sup> “*incorpora mayor complejidad para el entendimiento de las ciudades medias, que no solo se entienden en sus relaciones con otros centros urbanos de su red próxima, sino también con relación al espacio rural y a las ciudades distantes*” (p. 74).

Santos (1999) afirma que, no meio técnico, apenas as grandes cidades simbolizavam o “*império da técnica*”, mas no meio-técnico-científico-informacional, podemos acrescentar que as cidades médias e pequenas, articuladas em redes, e o espaço rural são também locais em que os *objetos técnicos* se fazem presentes e conseqüentemente simbolizam espaços, onde estão entrelaçados novos conteúdos do território.

Ainda consoante com Santos (1999), no meio-técnico-científico-informacional, tem-se a ampliação dos lugares de produção, circulação e consumo e, ao mesmo tempo, a conformação de lugares especializados, pois

As possibilidades, técnicas e organizacionais, de transferir à distância produtos e ordens, faz com que essas especializações produtivas sejam solidárias no nível mundial. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especialização se

<sup>151</sup>Discutido por Milton Santos (2005); Maria Encarnação Beltrão Sposito em vários trabalhos citados ao longo deste texto.

<sup>152</sup>Milton Santos na obra intitulada *Natureza do Espaço, técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999, periodiza as transformações do meio geográfico em três etapas, são elas: “*meio natural; meio técnico e meio-técnico-científico-informacional*”. Sem perder a perspectiva espaço-temporal, a análise na qual nos propomos a fazer, insere-se num contexto de predominância do meio-técnico-científico-informacional. De acordo com Santos (1999), a constituição desse meio só foi possível devido ao desenvolvimento e interdependências entre técnica e ciência, que do ponto de vista das atividades econômicas, contribui para a efetivação de um mercado global que tem como base a informação.

deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais (SANTOS, 1999, p. 192).

É nesse contexto que entendemos que a atividade industrial desenvolvida nas cidades médias é símbolo das mudanças em curso, provocada pelo desenvolvimento das técnicas e pela consolidação do meio-técnico-científico-informacional. A compreensão das cidades, sobretudo, das médias, inseridas no meio-técnico-científico-informacional requer aportes teórico-metodológicos que permitam entender se realmente existem ampliações de papéis dessas cidades na rede urbana e na divisão territorial do trabalho. Para tanto, faz-se necessário entender em que medida e densidade ocorrem articulações e intermediações entre a cidade média e as cidades da rede urbana.

A rede urbana configurada no período da globalização passa por intensos processos de mudança do ponto de vista dos papéis desempenhados pelas cidades. Desde a década de 1980, as metrópoles na escala global reconfiguram seus papéis. Além de espaços da produção elas concentram e centralizam atividades de gestão, circulação de informações, realização de serviços especializados e consumo. Existem na verdade processos simultâneos de centralização e desconcentração de funções urbanas das metrópoles para cidades médias e pequenas, disso resultam configurações territoriais com novos conteúdos.

Os primeiros estudos que confirmaram esse duplo processo levaram em consideração a transferência de unidades produtivas industriais para cidades localizadas no entorno metropolitano (Lencioni, 2006), mas hoje, essas considerações são insuficientes para entender as dinâmicas do território. De acordo com Sanfeliu (2009), existem mudanças consideráveis ocorrendo em cidades médias e pequenas européias e latino-americanas localizadas fora da “*région metropolitana*”. Ainda, a autora afirma que,

[...] hoy ya no es posible la investigación de y sobre las ciudades intermedias sin referirnos a varias escalas: su rol internacional, nacional y regional, su área de influencia inmediata y el análisis de su espacio interior. El análisis y comprensión de estas ciudades requiere, pues, de estudios sobre y de ciudades intermedias em diversas escalas (p. 29).

As mudanças como afirmou Sanfeliu (2009), Corrêa (2007), Beltrão Sposito (2004, 2007, 2008) e Sobarzo (2008, 2008a, 2008b e 2009) remetem-nos a elaborar estudos que relacionem os papéis desempenhados pelas cidades médias no seu entorno, ou seja, na escala regional que contempla relações contíguas ou de *horizontalidades*, que se realizam no âmbito das *verticalidades* e agregam múltiplas escalas e agentes. Para tal proposição é preciso entender como se estabelece a configuração *socioespacial* das cidades estruturadas em rede.

Face às novas dinâmicas faz-se mister repensar conceitos e metodologias que contemplem os estudos da cidade média. Essa é uma preocupação eminente entre os pesquisadores que reconhecem os novos processos e dinâmicas em curso<sup>153</sup>. No contexto brasileiro, destacamos os trabalhos realizados pela Rede de Pesquisadores das Cidades Médias brasileiras e latino-americanas (ReCiMe), que se preocupam, entre outras, em elaborar metodologias com vistas a compreender essas mudanças.

Partimos do pressuposto de que realmente existem novos elementos nas cidades médias, sobretudo do ponto de vista das atividades econômicas desenvolvidas. Hoje, elas concentram atividades especializadas de serviços (conhecimento, informação, distribuição e consumo) e também produtivas que contribuem para ampliação de seus papéis na rede urbana. Como analisar esses processos do ponto de vista teórico e empírico? Qual o método e as metodologias investigativas mais apropriadas para entender as dimensões, os processos e as dinâmicas das cidades médias do período da globalização?

De acordo com Arroyo (2008), a cidade deve ser interpretada como expressão da totalidade.

É preciso entendê-la como o lugar da produção e reprodução da vida social e como lugar da própria vida, compreendendo o homem em todas as dimensões da sua existência, para além do trabalho e consumo. Ela permite, mais do que qualquer outro lugar, a coexistência dos diferentes, abrigando uma multiplicidade de redes, fluxos, conexões, projetos, representações (p. 30, grifo nosso).

---

<sup>153</sup>Vale ressaltar o estudo intitulado “*Les Villes moyennes et la santé*”. Paris: La Documentation Française, 2008. Trata-se de uma rede de pesquisadores da área médica (fédération des maires des villes moyennes) que se preocupam com questões relativas à saúde pública em cidades médias francesas.

É nesse contexto que pretendemos realizar nossa análise. Em se tratando das atividades produtivas industriais, a incorporação das cidades médias nesse circuito produtivo complexo é recente. Já é sabido que em se tratando das cidades médias do interior paulista, as atividades industriais são desenvolvidas desde o *meio técnico*, porém, a produção era destinada apenas para as cidades da rede urbana próxima. Nesse contexto, as cidades médias realmente cumpriam o papel apenas de centros regionais, pois concentravam a produção de alguns gêneros industriais, realizavam a distribuição de produtos para cidades do entorno regional e concentravam serviços especializados ligados à área médica e educacional.

As cidades médias do período da globalização, inseridas no meio-técnico-científico-informacional, já não podem mais ser analisadas do ponto de vista das simples relações estabelecidas com seu entorno. A densidade técnica e informacional do período atual intensificou, entre outros, a configuração de redes materiais e imateriais e permitiu contiguidade entre os territórios envolvidos em diversos circuitos produtivos. Neste contexto, as cidades médias, inseridas num ambiente de contiguidade, proporcionado pela estruturação de redes, foram incorporadas em circuitos produtivos mais complexos, que articulam uma gama maior de lugares e agentes, ampliando com isso suas atividades e papéis desempenhados na divisão territorial do trabalho. Como mapear esses processos e entender o conteúdo dessas mudanças de maneira inter e multiescalar?

Milton Santos (1979/2004), ao propor a teoria dos circuitos da economia urbana, preocupava-se em entender como a urbanização desigual dos países subdesenvolvidos (inclui-se o Brasil) proporcionava, ao mesmo tempo, a realização de atividades modernas (*circuito superior da economia urbana*), símbolo de um tempo rápido e de um espaço normatizado por agentes hegemônicos que atuam em escalas descontínuas do ponto de vista das localizações, e atividades símbolos de um tempo lento, denominadas de "*circuito inferior da economia urbana*", representadas por pequenos negócios, alguns informais, do ponto de vista dos registros e arrecadação de impostos e



realizada por agentes que atuam em escalas de proximidade, ou seja, a partir de relações horizontais.

A análise da simbiose dos dois circuitos da economia urbana tem sustentado inúmeros trabalhos que se preocupam em entender as contradições geradas pelas atividades econômicas realizadas no espaço intraurbano, sobretudo das grandes cidades brasileiras, entre eles, destacam-se os trabalhos de Montenegro (2006), Silveira (2007, 2008), Arroyo (2008), entre outros.

Reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido por Santos (1979/2004), perguntamos: será mesmo a grande cidade o único lugar em que é possível constatar a atuação de atividades do circuito superior e inferior da economia urbana? É possível verificar a constituição desses circuitos em cidades médias com caráter industrial?

Atrelada à discussão dos circuitos da economia urbana, reconhecemos também a importância do trabalho de Milton Santos (1984) referente à configuração dos circuitos espaciais da produção<sup>154</sup>. No nosso entendimento, o mapeamento dos circuitos espaciais produtivos de unidades produtivas industriais instaladas nas cidades médias, permite-nos entender os novos conteúdos do território e também, se realmente os papéis desempenhados pela cidade média na rede urbana e na divisão territorial do trabalho tem se ampliado no período da globalização.

De acordo com Elias (2006), Silveira (2007) e Arroyo (2008), a análise do território fundamentada nos circuitos espaciais da produção se complementa com a discussão dos circuitos da economia urbana. O estudo dos circuitos espaciais da produção permitirá entender como se configuram as relações no âmbito de escalas interurbanas, que na maioria das vezes, conformam-se entre agentes que atuam a partir das verticalidades. Por outro lado, a investigação das atividades dos circuitos da economia urbana, permite-nos entender como estão distribuídas as atividades na escala intraurbana,

---

<sup>154</sup>Além dos trabalhos de Milton Santos, citamos também os trabalhos de Elias (2003) e Grimm (2002).

onde existem agentes que atuam, tanto a partir das verticalidades, como das horizontalidades<sup>155</sup>.

De acordo com Arroyo (2008),

Podemos pensar as cidades a partir da justaposição desses dois tipos de análise. Seria uma forma, talvez, de entender a complexidade que as circunda de forma crescente. No caso dos circuitos da economia urbana, enfocar-se-ia mais o agente econômico (circuito de firmas), independentemente do ramo; no caso dos circuitos espaciais de produção, enfocar-se-ia mais o ramo (circuito de ramo), envolvendo todas as firmas que nele participam (p. 30, 31, grifos nossos).

O trabalho com os circuitos espaciais da produção permite-nos reconhecer as articulações estabelecidas entre os agentes e os lugares de aquisição de matéria-prima, gestão, produção, distribuição, consumo e os círculos de cooperação. Consoante com Santos (1984) e Arroyo (2001), os círculos de cooperação permitem entender a densidade dos fluxos relacionados às redes não-materiais e à circulação de informação e o capital em múltiplas escalas.

Os circuitos espaciais de produção – definidos pelos fluxos de matéria – e os círculos de cooperação no espaço – definidos pelos fluxos não-materiais, como capital, informação – estendem-se, alargam a dimensão dos contextos, organizam a trama de relações além das fronteiras nacionais. Regulam o processo produtivo e asseguram a realização do capital. Redefinem, em grande parte, o uso do território (ARROYO, 2001, p. 58).

Por outro lado, compreender a configuração dos circuitos da economia urbana permitirá avançar na discussão que reconhece a ampliação de papéis desempenhados pela cidade média, diferente do que foi pensado na década de 1970. A cidade média, no período da globalização simboliza também o lugar das desigualdades e contradições, próprias da produção e organização do espaço capitalista que gera, agora em nível global, circuitos superiores e inferiores (atrelados) em cidades de diferentes portes e localizações.

Essa análise reforça nossas preocupações, que não perpassam pela elaboração de um conceito de cidade média, embora reconhecemos a

---

<sup>155</sup>Sobarzo (2009) afirma que as cidades médias representam o lugar das *encruzilhadas das verticalidades e horizontalidades*, pois agregam atividades econômicas desenvolvidas por agentes que atuam em diversas escalas.

importância, mas pretendemos, que as relações de inter e multiescalaridade sob a perspectiva das atividades econômicas do ramo industrial alimentício se faz presente além de cidades polarizadas pela metrópole.

Com vistas a apresentar informações que reforçam nossas hipóteses, durante o trabalho de campo, visitamos as indústrias do ramo alimentício instaladas na cidade de Marília - SP, no intento de entender como se configura o circuito espacial produtivo. Durante as visitas, nossos questionamentos foram:

**a) Quanto à origem:**

- da matéria-prima;
- das empresas fornecedoras de embalagens;
- das empresas fornecedoras de uniformes aos funcionários;
- das máquinas e equipamentos;

**b) Quanto ao transporte:**

- se a empresa possui frota própria ou se a atividade é terceirizada (se fosse – origem da empresa);
- escala de distribuição dos produtos: local, regional, nacional, global;
- existência de representantes no território nacional;
- se realiza exportação, para quais países;
- se a empresa produz por encomenda para outras empresas (constitui-se como empresa terceirizada);

**c) Quanto à distribuição no mercado:**

- os produtos são enviados às distribuidoras que atuam no território nacional e global (realizam exportação);
- os produtos são vendidos em grandes redes de supermercado;
- os produtos são vendidos em supermercados de médio porte;
- os produtos são vendidos em mercados e mercearias de pequeno porte;
- os produtos são vendidos em docerias e lojas de atacado, como “R\$ 1,99”;
- os produtos são vendidos por ambulantes;

**d) Quanto à terceirização de atividades:**

- existência de atividades terceirizadas e origem da empresa prestadora de serviço (assessoria jurídica, serviços de contabilidade, transporte de cargas, alimentação e restaurante para funcionários, limpeza e conservação predial,

portaria, vigilância e sistemas de segurança, seleção de mão-de-obra, manutenção de equipamentos, movimentação interna das cargas, entre outras).

Quanto aos circuitos da economia urbana, nossos questionamentos foram feitos na perspectiva de entender o perfil dos consumidores dos produtos alimentícios fabricados pelas indústrias alimentícias de Marília.

Para reconhecer quais os lugares, os tipos, as interações e a densidade das relações que envolvem a produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas em Marília, apresentaremos a configuração dos circuitos espaciais da produção das micro, pequenas, médias e grandes empresas.

#### **4.3.1. O circuito espacial da produção das pequenas e médias empresas indústrias alimentícias instaladas em Marília - SP**

As micro, pequenas e médias empresas industriais alimentícias de consumo final instaladas em Marília são de capital local, como também de grupos empresariais que atuam no território nacional. As matérias-primas e os insumos utilizados por essas empresas são provenientes dos seguintes estados: São Paulo, 76,69%; Paraná, 14,56%; Goiás, 4,85%; Rio Grande do Sul, 0,97%; Espírito Santo, 0,97%; e Rio Grande do Norte, 0,97%.

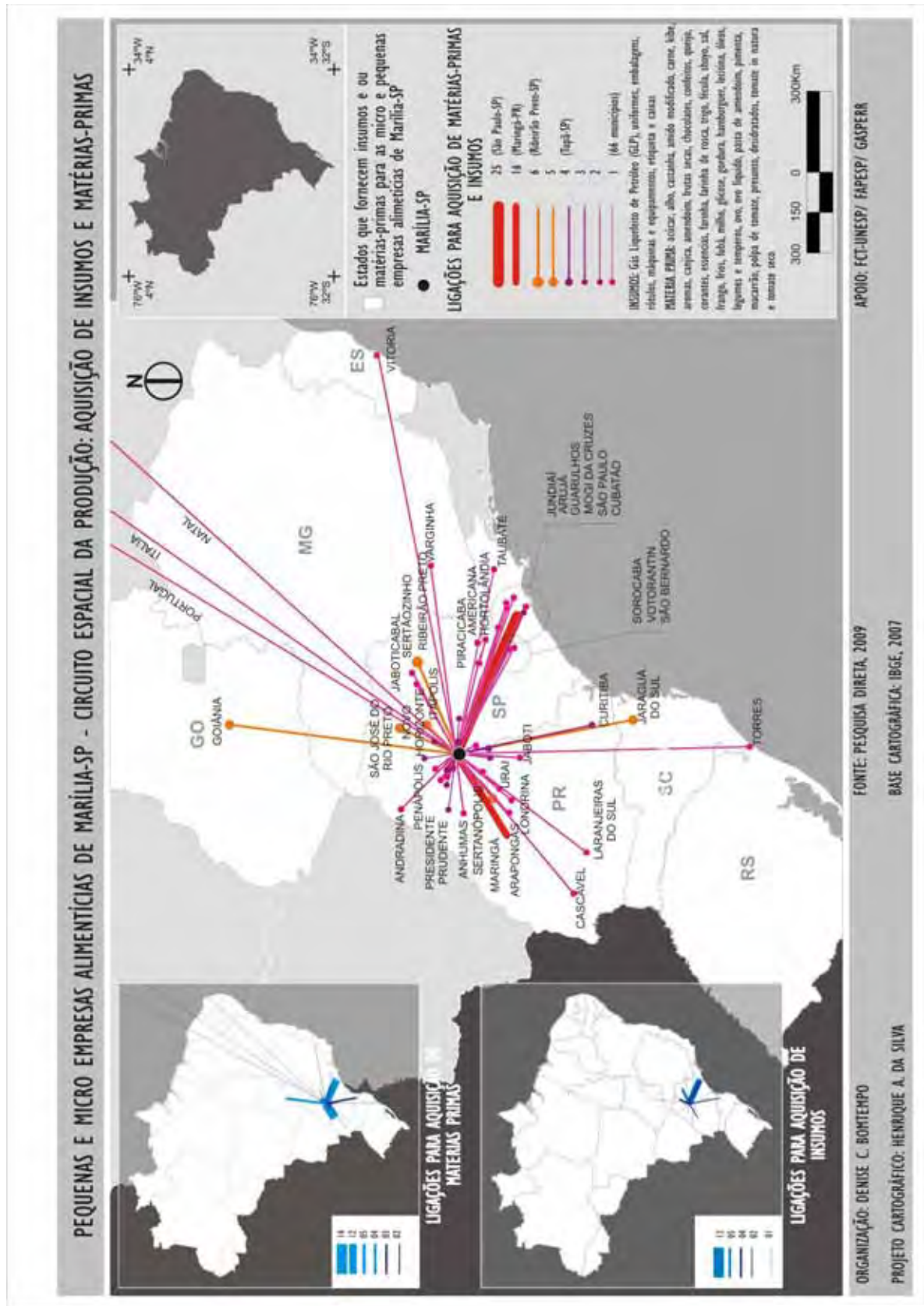
No que concerne às micro e pequenas empresas industriais alimentícias de Marília, verificamos que a aquisição de matéria-prima e insumos é proveniente, sobretudo, de municípios localizados do ponto de vista topográfico próximos de Marília e no estado de São Paulo, como por exemplo: Novo Horizonte (açúcar); Pompéia (corantes); Herculândia (óleos); Bastos (ovos e chocolates); Maracaí (embalagens); Arujá (embalagens); Marília (chocolate; amendoim; frutas secas; farinha de trigo; farinha de milho; queijos; carnes – aquisição por intermédio de distribuidora; legumes; temperos; ovos; tomate seco; leite; embutidos – aquisição por intermédios de supermercados; designer de embalagens – empresa terceirizada); Presidente Prudente (açúcar); Tupã (amendoim, pasta de amendoim; óleos e embalagens); São

José do Rio Preto (chocolates); Garça (embalagens); Penápolis (farinhas); Ourinhos (uniformes e polvilho); Ubirajara (polvilho); São Pedro do Turvo (óleo); Cândido Mota (farinha de trigo); Iacri (amendoim); Ocaçu (fécula de mandioca); Lins (embutidos; aromas e gás liquefeito de petróleo); Anhumas (molho de soja); Quintana (amendoim); Jaboticabal (polvilho azedo); São Paulo (uniformes; essências; corantes; aromas; glicose; embalagens; molho de soja); Jundiaí e Sorocaba (ovo líquido); Votorantim (embalagens); Bauru (uniformes). Vale ressaltar que o amendoim é 100% adquirido em municípios inseridos na Região Administrativa de Marília.

Além dos municípios do estado de São Paulo, verificamos que as matérias-primas e os insumos, utilizados pelas micro e pequenas empresas alimentícias de consumo final de Marília, são provenientes de Jaraguá do Sul – SC (corantes); Sertãozinho – PR (lecitina de soja; farinha de mandioca; gorduras); Vitória - ES (castanhas e frutas secas); Cascavél – PR (farináceos); Cambará – PR (confeitos); Arapongas – PR (gordura vegetal); Laranjeira – PR (aromas); Hortolândia – PR (aromas); Taubaté (embalagens); Torres – RS (embalagens); Goiânia – GO (polpa de tomate; canjica, sal, óleos vegetais; embalagens); Maringá – PR (farinha; sal; embutidos); Curitiba – PR (embutidos, amidos modificados); Uraí – PR (alho); Rio Grande do Norte (sal).

As máquinas e equipamentos utilizados pelas micro e pequenas empresas industriais alimentícias de consumo final são provenientes dos municípios de São Paulo, tais como: Garça; São Bernardo do Campo; Cubatão; Piracicaba; Sertãozinho; Ourinhos; Guarulhos; Ribeirão Preto; Americana; de outros estados, como Santa Catarina e Paraná e ainda de países, como Portugal e Itália, conforme informações do Cartograma 15.

CARTOGRAMA 15:



Os serviços relacionados à assistência de máquinas e equipamentos são realizados por: empresas terceirizadas de Marília; pela própria empresa mediante profissional qualificado; pela empresa fabricante e ainda; por trabalhadores autônomos de Marília.

O transporte dos produtos fabricados pelas micro e pequenas empresas de alimentos de consumo final instaladas em Marília é realizado com veículos próprios da empresa (caminhões; peruas tipo *kombi* e motocicleta) - 26,92%; 11,53% das mercadorias são distribuídas por meio de empresas de transportes terceirizadas localizada em Marília - SP; Ourinhos – SP e Londrina – PR; e ainda, 11,53% dos produtos são transportados pelo próprio cliente que realiza compra direta na empresa.

Quanto à distribuição dos produtos fabricados pelas micro e pequenas empresas alimentícias de consumo final, verificamos que acontece na escala local, ou seja, na cidade de Marília em 26,92%; em municípios da região administrativa de Marília, 11,53%; em municípios do estado de São Paulo e de estados como Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, 11,53%.

As vendas dos produtos fabricados por essas empresas industriais são realizadas diretamente entre fabricante e comprador, por vendedores representantes da empresa, e ainda por revendedores. Entre os revendedores destacam-se os doceiros que compram produtos das empresas alimentícias e revendem na própria cidade, em bairros da periferia e em municípios da região. Esses doceiros como são chamados pelos responsáveis que entrevistamos durante a pesquisa de campo, dirigem-se até a empresa para comprar mercadorias de acordo com as vendas, portanto não trabalham com estoques. Muitas vezes, entram em contato por telefone e encomendam os produtos para dia e hora determinados.

Quanto à comercialização dos produtos alimentícios fabricados pelas micro e pequenas empresas industriais, verificamos que os principais compradores, além dos doceiros, são pequenos estabelecimentos comerciais (34,61%), tais como, lojas de R\$ 1,99; lanchonetes; bares e restaurantes; mercados de até dois *chek-outs*; mercearias; atacadistas e distribuidores; *rotisseries*; lojas de conveniência; 11,53% redes de supermercados de Jaú –

SP e de Marília – SP; 7,69% vendem parte da produção para outras empresas; ou seja, atuam também como empresas subcontratadas e, a ainda 3,84% realizam venda “porta em porta”, como podemos verificar na Foto 6.



**FOTO 6:** Doceiros retirando mercadorias nas indústrias alimentícias de Marília e Mercado onde os produtos são comercializados. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. Pesquisa de Campo, 2009.

Entre os serviços contratados pelas empresas industriais alimentícias de consumo final, na cidade de Marília, destacam-se: os de assessoria jurídica; de contabilidade; portaria, vigilância e sistema de segurança; seleção e treinamento de mão de obra; consultoria e limpeza predial. Das empresas visitadas, apenas 3,84% realizam serviços de assessoria jurídica, serviço de contabilidade e transporte de carga em Itatiba-SP, pois de acordo com o responsável, a sede do grupo empresarial localiza-se nessa cidade.

Os responsáveis pelas empresas, entrevistados durante a pesquisa de campo, afirmaram que o contato com as instituições de Marília são quase nulos, pois os custos de mensalidade são altos e, além disso, não dispõem de tempo para participar de reuniões e discutir assuntos que estão “*fora da realidade*”. “*Somos tão pequenos que não entendemos o que muitas vezes é falado, então é melhor ficar de fora*” (responsável pela empresa de confeitos de amendoim, localizada no distrito industrial do bairro Jardim Santa Antonietta. Pesquisa de Campo, 2009).

Em relação às médias empresas industriais alimentícias de consumo final, produtoras de confeitos de amendoim; balas; gomas e chocolates, verificamos que estão localizadas nos distritos industriais, sobretudo no distrito industrial do Bairro Jardim Santa Antonietta, zona norte de Marília.



Essas empresas industriais se diferenciam das pequenas e micro quanto à origem do capital, pois existem empresas de capital local e de capital externo. Entre as empresas de capital externo, destaca-se a Yoki Alimentos S/A, que se instalou em Marília, no ano de 1988. De acordo com a responsável pela unidade, os motivos que levaram a instalação de uma unidade produtiva foram *“os incentivos oferecidos pelo poder público local (doação de terrenos); boa localização de Marília no estado de São Paulo, o que culmina em facilidades de receber e escoar mercadorias; proximidade com a principal matéria-prima utilizada no processo produtivo, o amendoim; mão de obra qualificada e uma rede estruturada de fornecedores, por outro lado, a proximidade com as empresas concorrentes faz com que as negociações sejam mais competitivas”* (Informações obtidas durante Pesquisa de Campo, 2009).

A Yoki Alimentos S/A é uma empresa que tem sua origem no grupo familiar, mas desde a década de 1990, abriu o capital e se tornou um grupo empresarial que comercializa os produtos na escala do território brasileiro e também realiza exportação. A empresa possui uma linha diversificada de produtos, ao todo são seiscentos e vinte itens comercializáveis. A sede da empresa localiza-se em São Bernardo do Campo – SP e as unidades produtivas que ao todo são nove, estão localizadas em São Bernardo do Campo – SP (juntamente com a gestão e distribuição dos produtos); Pouso Alegre – MG; Nova Prata – RS; Guaíra – PR; Paranavaí – PR; Cambará – PR; Campos Novos dos Parecis – MT; Jaboatão dos Guararapes – PE e Marília – SP.

A unidade produtiva de Marília está instalada no Distrito Industrial, na Zona Norte, às margens das rodovias BR – 153 e SP- 333. Possui trezentos e oitenta funcionários, sendo que trezentos e sessenta trabalham no processo produtivo e vinte na gestão da unidade; logística; laboratórios etc. Essa unidade é responsável pela linha de produtos de amendoim.

A Yoki S/A, unidade de Marília, realiza todos os processos que envolvem a produção de confeitos de amendoim, pois tem investido na produção agrícola e beneficiamento desse gênero. Para tanto, possui duas formas de obtenção dessa matéria-prima, primeiro, realiza contratos com os

agricultores da região, para isso, oferece serviços de assistência técnica durante o cultivo até a colheita e também atua como produtora direta, ou seja, a empresa arrenda terras nos municípios circunvizinhos à Marília para o cultivo do amendoim.

A comercialização dos produtos fabricados pela Yoki, unidade de Marília, conforme relatou a responsável, “*é comercializado pelas grandes redes de hipermercados atuantes no Brasil, tais como: Carrefour, Wal Mart, Pão-de-Açúcar, Zafari, Makro, Extra; redes de supermercados locais e regionais, tais como, Tauste e Confiança; mercados locais; mercearias e pequenos estabelecimentos comerciais. Atendemos todo o segmento comercial*” (Informações obtidas durante Pesquisa de Campo, 2009).

Além da Yoki S/A, unidade de Marília, existem também médias empresas de capital local, como a Maritucs Alimentos Ltda e a Bel Chocolates.

A Maritucs Alimentos Ltda teve sua origem em Marília, no ano de 1979. Conforme afirmação do responsável pela empresa, “*os proprietários, após trabalhar como doceiros, comprando e vendendo doces na região de Marília, fazendo entregas em peruas decidiram fabricar os próprios doces para vender*” (Informações obtidas durante Pesquisa de Campo, 2009).

O nome Maritucs tem relação direta com Marília, como explicou o responsável pela empresa, o nome é a junção de Marília (Mari) e tucs, pois os proprietários, antes de fundar a empresa, revendiam um biscoito salgado produzido pela empresa Bela Vista, de São Paulo, chamado Tucs. Os proprietários são responsáveis pelos setores administrativo, comercial e produtivo. O setor de logística e distribuição é controlado a partir do escritório da empresa localizado em São Paulo, administrado pelos irmãos dos proprietários. Em fins da década de 1990, a Maritucs Alimentos Ltda adquiriu uma empresa de balas de Marília que estava em processo de falência.

Ao todo, são 180 funcionários, sendo 160 empregados no processo produtivo e 20 responsáveis pelos setores administrativos; desenvolvimento de produtos; manutenção; logística e distribuição.

A empresa comercializa seus produtos nos estados da região Nordeste do Brasil, e nos estados do Paraná; Rio Grande do Sul; Minas Gerais; São Paulo; Rio de Janeiro e Espírito Santo. Desde 2009, realiza exportações para

África do Sul; Marrocos; Estados Unidos e República Dominicana. Para realizar exportações, a empresa teve que se reestruturar para atender às normatizações que regulam essa atividade. Em 2008, implantou o programa de boas práticas de fabricação (BFP); Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e adquiriu o selo de certificação da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados - ABICAB, do programa Pró-Amendoim. Os produtos são vendidos aos atacadistas e comercializados em redes de supermercados; mercados locais e estabelecimentos comerciais em geral. Em Marília, possui contatos com a ADIMA e com o sindicato patronal.

Outra média empresa industrial alimentícia de capital local, instalada em Marília, é a Bel Chocolates. Fundada no ano de 1976, por um empresário da cidade. De acordo com a responsável pela empresa, “*o nome está atrelado à família do proprietário, trata-se de uma homenagem realizada à esposa, cujo nome é Isabel*” (Informações obtidas durante Pesquisa de Campo, 2009). A empresa está instalada no Distrito Industrial da “zona norte de Marília” às margens da rodovia SP-333, desde 1984.

Atualmente, a Bel Chocolates se especializou na produção de chocolates, mas quando foi fundada, fabricava confeitos de amendoim, doces e salgados; doces de amendoim, como pé- de-moleque e pipoca. Desde 2008, a empresa passa por reestruturação interna no que concerne à organização. Os proprietários ainda participam da diretoria da empresa, no entanto, nos últimos anos vários profissionais qualificados foram contratados para assumir cargos junto aos setores estratégicos (gestão, financeiro, logística e produção).

Trocamos as máquinas recentemente. Tivemos essa decisão, pois nosso objetivo era produzir mais em menor tempo, ou seja, garantir maior produtividade com qualidade, para tanto, era necessário diminuir os pontos críticos da produção. Além do implemento de máquinas novas, tivemos que pensar também na formação dos trabalhadores, pois não adianta máquinas novas com pessoas atrasadas, para nós era necessário ter operadores com formação adequada. Nós recebemos estagiários das escolas técnicas, faculdades e outras instituições e enviamos funcionários para estudar com descontos concedidos pelas instituições de ensino. Precisávamos de uma gestão estratégica, articulada no tripé – gestão – produção – mercado, para tanto reestruturamos a empresa do ponto de vista das hierarquias, do processo produtivo e da organização do trabalho. Temos setores no processo produtivo que hoje é todo automatizado e estamos elaborando o “plano de metas”

da empresa (Responsável pela Bel Chocolates. Pesquisa de Campo, 1/4/2009).

O número de funcionários da Bel Chocolates ao todo é de 280, sendo que 220 trabalham no processo produtivo e 60 na gestão; desenvolvimento de produtos; logística e distribuição. O transporte dos produtos é feito por profissionais autônomos, em caminhões do tipo “baú”.

Os produtos são comercializados por todos os estados do Brasil e desde o ano 2000, a empresa realiza exportações para Argentina; Uruguai; China; Estados Unidos; Japão; e Índia. No território brasileiro, a empresa possui representantes comerciais e vendedores. Os pedidos são enviados à empresa por meio de sistemas de computadores desenvolvidos por uma empresa de sistemas informacionais de Bauru - SP.

Os principais compradores da Bel são redes de supermercados, como Carrefour (as compras são feitas sazonalmente), Confiança, Tauste, Lojas Americanas, Wal Mart, Pão-de-Açúcar; atacadistas; mercados; lojas de varejo; distribuidoras e estabelecimentos comerciais em geral.

Em Marília, a empresa possui articulação com instituições, como a CIESP; SENAI; Sindicato Patronal; ADIMA e Faculdades privadas. De acordo com o responsável pela empresa, os contatos são realizados com as instituições a partir de reuniões e eventos do setor. A empresa fornece aos trabalhadores um cartão de serviços, no qual os mesmos podem fazer compras em farmácias; mercados; postos de gasolina, entre outros, em funcionamento na cidade de Marília.

A Bel Chocolates realiza três turnos de trabalho e funciona os sete dias da semana. Desde 2002, realiza investimentos na aquisição de novas máquinas e equipamentos e informatização da empresa em rede. Os antigos equipamentos são vendidos, muitas vezes para pequenas empresas localizadas em Marília.

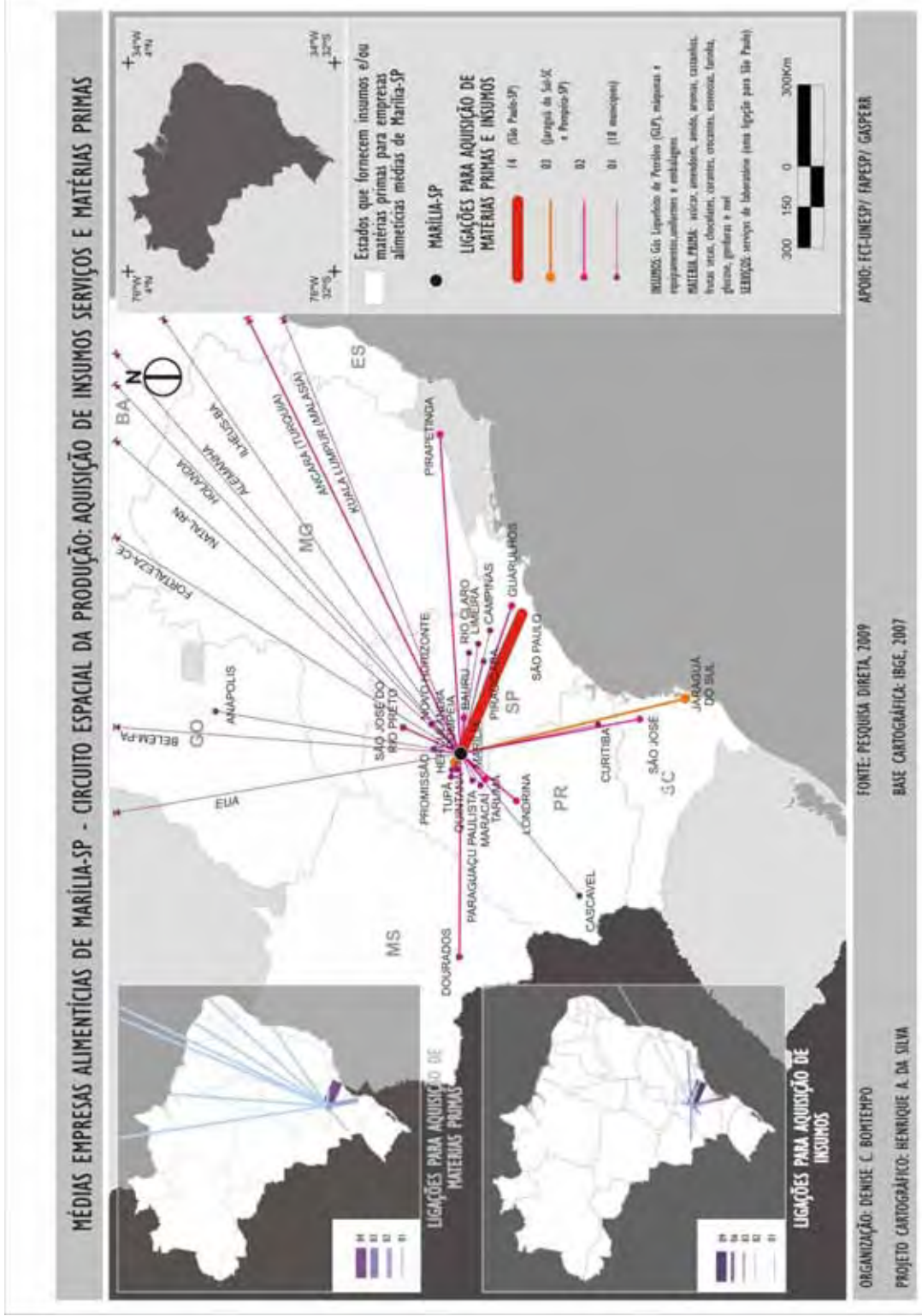
No ano de 2009, a Bel chocolates adquiriu o laticínio Hércules, localizado em Herculândia, município que faz parte da região administrativa de Marília. Esse laticínio está em funcionamento desde 1953, possui duzentos funcionários e duas unidades captadoras de leite, localizadas no município de São João do Caiuá - PR e Pompéia – SP.

Diante das informações apresentadas, é possível afirmar que o circuito espacial produtivo das médias empresas industriais do ramo alimentício de consumo final, instaladas em Marília – SP está configurado de maneira mais complexa em relação ao circuito espacial produtivo das micro e pequenas empresas industriais alimentícias investigadas, pois os lugares envolvidos na aquisição de matérias-primas; insumos; serviços; distribuição e comercialização não são, predominantes das escalas local e regional, mas envolvem múltiplas escalas.

Além disso, a comercialização dos produtos das micro e pequenas empresas estão mais atreladas aos estabelecimentos inseridos no *circuito inferior da economia urbana*, diferentemente das médias empresas, que têm seus produtos inseridos nos pequenos estabelecimentos comerciais e também em redes de hipermercados e supermercados atuantes no território brasileiro e em outros países. Para expor seus produtos nesses estabelecimentos, articulados de maneira direta ao *circuito superior da economia urbana*, as empresas tiveram que se reestruturar, a partir da organização da gestão da empresa; na aquisição de novas máquinas ao processo produtivo; nos investimentos em novas embalagens; no lançamento de novas linhas de produtos; na adoção de normas de fabricação e controle de qualidade de padrões internacionais.

De maneira geral, como podemos verificar no Cartograma 16, o circuito produtivo, relacionado à aquisição de matérias-primas, à aquisição de insumos e aos serviços das médias empresas industriais alimentícias de Marília, está articulado em múltiplas escalas.

CARTOGRAMA 16:



Conforme podemos verificar no Cartograma 16, a matéria-prima utilizada pelas médias indústrias alimentícias instaladas em Marília, envolvem inúmeros municípios da rede urbana brasileira, sobretudo paulista, são eles: Novo Horizonte, Tarumã, Paraguaçu Paulista, Promissão e Maracaí, fornecedores de açúcar; Tupã, Herculândia, Quintana, Pompéia, abastecedores de amendoim; ainda Pompéia também fornece aromatizantes e corantes; Rio Claro é responsável pelo abastecimento de mel; São Paulo fornece glucose, amidos, aromatizantes e corantes e ainda concentra os laboratórios de análises físico-químicas prestadores de serviços às médias indústrias alimentícias.

Os municípios além da escala paulista que fornecem matéria-prima às médias indústrias alimentícias de Marília, são respectivamente, Ilhéus (chocolate); Belo Horizonte – MG (leite em pó – aquisição a partir de distribuidores); Jaraguá do Sul – SC (essências e corantes); Fortaleza – CE e Natal – RN (castanha de caju); Belém – PA (castanha-do-pará); Cascavél – PR (farinha de trigo).

Os lugares responsáveis pelo fornecimento de matérias-primas às médias indústrias alimentícias de Marília – SP ultrapassam a escala regional e nacional, pois produtos como gordura vegetal são importados de Kuala Lumpur (Malásia) e castanhas e frutas secas são provenientes de Ancara (Turquia).

Entre os lugares articulados ao circuito espacial da produção das médias indústrias alimentícias de Marília, responsáveis pelo fornecimento de embalagens destacam-se: São Paulo – SP; Guarulhos – SP; São José do Rio Preto – SP; Anápolis – GO; Dourados – MS; Pirapetinga – MG; Curitiba – PR; Londrina – PR; São José – SC. Os serviços relacionados ao *designer* de embalagens são realizados por empresas terceirizadas de Marília – SP.

As empresas de uniformes fornecedoras das médias empresas indústrias alimentícias investigadas são provenientes de: Marília – SP, São Paulo – SP, Bauru – SP, São José do Rio Preto – SP. No que concerne às máquinas e equipamentos, os lugares envolvidos no circuito produtivo são respectivamente: Marília – SP, que concentra 7,69% das empresas fornecedoras; São Paulo – SP, com 11,53% das empresas fornecedoras; Limeira – SP, 3,84%; Campinas – SP, 3,84%; Bauru – SP, 3,84%; Santa

Catarina, 3,84%. As médias empresas, além de máquinas e equipamentos nacionais, também utilizam no processo produtivo máquinas importadas (Estados Unidos, Holanda e Alemanha). A assistência dessas máquinas é realizada por empresas terceirizadas de Marília, São Paulo e pelo próprio fabricante.

Quanto ao transporte dos produtos fabricados pelas médias empresas industriais de Marília é realizado por frota de caminhões da própria empresa 7,69% e por empresas terceirizadas de Marília 15,38%.

Os produtos fabricados pelas médias empresas alimentícias de Marília são distribuídos na escala local por 11,53% das empresas industriais; 23,07% distribuem apenas no Estado de São Paulo; 11,53% fornecem para os Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina; 7,69% distribuem para todos os estados do Brasil e 15,38% realizam exportações para países da América do Sul; Estados Unidos, países da Europa Ocidental, países da África; Japão, China e Índia.

De acordo com informações obtidas durante a pesquisa de campo, as médias empresas industriais alimentícias, há cinco anos, contratam empresas terceirizadas para realização de serviços de assessoria jurídica; transporte de cargas; portaria; vigilância e sistema de segurança; seleção e treinamento de mão-de-obra; limpeza e conservação predial. Todos esses serviços são realizados por empresas terceirizadas localizadas em Marília, e os serviços de alimentação de funcionários são oferecidos por uma empresa prestadora de serviços de Campinas – SP; por fim, o serviço de consultoria em informática é realizado por uma empresa terceirizada de Joinville – SC.

Conforme relato dos entrevistados, a contratação desses serviços diminui as despesas da empresa na contratação de funcionários e na compra de materiais. Segundo eles, o objetivo é ampliar a terceirização das atividades, exceto o processo produtivo, pois o ramo alimentício necessita se adequar a um rigoroso padrão de qualidade para que as empresas possam permanecer e competir no mercado.

De acordo com o Entrevistado, representante da média empresa de produção de confeitos de amendoim, balas e gomas, *“um dos objetivos da empresa é se tornar uma empresa subcontratada de grandes empresas, pois*



*se isso acontecer quer dizer que conseguimos atingir os objetivos de reestruturar, porque a grande empresa tem muitas coisas pra cumprir”* (Gerente de produção da média empresa de capital local produtora de confeitos de amendoim, gomas e balas. Pesquisa de Campo, 2009).

Percebemos que existem dinâmicas complexas que precisam ser lidas e entendidas do ponto de vista teórico. Analisar a industrialização das cidades médias parece ser um caminho para entender o novo, na escala do território brasileiro.

Santos (2005) afirma que,

O termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido restrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados (p.30, grifo nosso).

Vale a pena ressaltar que a dispersão de unidades produtivas industriais no território brasileiro, em especial nas cidades médias, contribui para a configuração de uma rede urbana complexa. Atualmente, temos a produção e a organização de diferentes espaços, que de maneira simultânea são reestruturadas com a participação do Estado, para atender às necessidades e aos interesses dos agentes ligados às atividades econômicas.

Com isso, temos o acirramento das desigualdades socioespaciais, que até então, estavam restritas às metrópoles e às regiões metropolitanas, mas no atual estágio de *urbanização da sociedade*, são sentidas também nas cidades médias e pequenas. Estas desigualdades acarretam intensas mudanças nos ritmos de vida, tanto nos espaços de produção, como de reprodução da força de trabalho (moradia, consumo, lazer) etc.

As empresas industriais alimentícias, instaladas na cidade de Marília, não possuem o mesmo padrão, temos grandes, médias, pequenas e microempresas que atuam no mesmo local e configuram diversos circuitos produtivos, que atravessam essa cidade e contribuem para ampliação de suas

funções na divisão territorial do trabalho e na rede urbana em que está inserida e mantêm relações.

#### **4.3.2. O circuito espacial da produção das grandes empresas indústrias alimentícias de consumo final instaladas em Marília - SP**

##### **4.3.2.1. A configuração do circuito espacial produtivo da NESTLÉ – Unidade produtora de biscoitos de MARÍLIA – SP**

São vários os motivos que levaram o fundador da empresa, Henri Nestlé, no ano de 1866, a misturar leite de vaca, farinha de trigo e açúcar. O primeiro deles faz parte de sua formação profissional, farmacêutico. Os demais fatores são justificados pelas altas taxas de mortalidade infantil em Vevvey, Suíça, onde o farmacêutico alemão morava com sua família e presenciava, dia-a-dia, crianças da cidade morrer sem explicações aparentes.

Um ano após os primeiros experimentos com resultados positivos, foi lançado o primeiro produto, a farinha láctea Nestlé, e com ele a empresa que leva o sobrenome do fundador. A Nestlé se consolidou e no ano de 1876, as primeiras importações chegavam ao território brasileiro.

A expansão da empresa atraiu interesse de outros empresários do ramo alimentício de produtos lácteos, entre eles o americano Jules Monnerat, que no ano de 1874, adquiriu a empresa de seu fundador. Em 1905, a Nestlé se fundiu com a Anglo-Swiss Condensed Milk surgindo então a Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Company.

A Nestlé apresenta uma trajetória de crescimento desde quando foi fundada até os dias atuais. No século XX, tornou-se um dos principais grupos empresariais alimentícios da escala planetária. Atua como empresa *holding* desde a sua criação. Nos últimos anos, o interesse da Nestlé tem sido aquisição de empresas alimentícias consolidadas no Leste Europeu; na Ásia e na América Latina<sup>156</sup>. O objetivo é ampliar ainda mais o mercado consumidor dos produtos Nestlé e das empresas associadas.

---

<sup>156</sup>De acordo com o relatório anual da empresa (2010), os investimentos anunciados para o ano de 2011 serão para os países desenvolvidos (América do Norte; Europa Ocidental; Oceania;

De acordo com Martinelli Jr. (1999),

A aquisição de uma empresa, já em atividade possibilita à empresa adquirente obter, em menos tempo, uma série de vantagens, destacando-se: a) um menor custo de investimentos necessários e menores dificuldades técnicas e gerenciais inerentes à nova atividade e ao novo mercado; b) a aquisição de uma nova gerência e de pessoal técnico e de vendas (rede de distribuição, assistência ao consumidor etc), acarreta uma minimização das pressões competitivas rivais no novo mercado, já que estes, em situação diferente, deteriam um maior conhecimento de sua operacionalidade e, evidentemente, os benefícios da maior aprendizagem tácita (p. 67)

Além do ramo alimentício, a Nestlé, desde a década de 1970, investe no ramo farmacêutico; cosmético e de alimentação de animais domésticos. No ano de 1974, adquiriu a empresa de cosméticos francesa L'OREAL; em 1977, a Companhia Farmacêutica Alcon, de capital norte-americano, e, em 1981, através da Nestlé e L'OREAL, foi fundada a *joint-venture* Galderma Farmacêutica e Cosmético. Em 2000, adquiriu a marca americana Ralston Purina e desde então controla a produção de alimentos para animais domésticos.

Conforme afirmou Martinelli Júnior (1999), a Nestlé é uma grande empresa alimentícia que em relação *“ao grau de diversificação produtiva se reúne entre as empresas de alimentos stricto sensu, assim como a ConAgra, Danone, Coca-Cola, Metropolitan, H.J. Heinz e CPC”* (p. 181). [...] *“os gastos com em P&D variam em torno de U\$ 530 milhões, concentra-se nas pesquisas de metabolismos celulares e melhoramentos vegetais em café e soja”* (p. 60).

Atualmente, as linhas de produtos das empresas do grupo Nestlé S/A estão distribuídas em leites, cafés, achocolatados, cereais, biscoitos, nutrição, produtos culinários, chocolates, produtos refrigerados, sorvetes, *foodservices*, alimentação para animais domésticos; cosméticos; e farmacêuticos. Ao todo são 6.502 produtos fabricados com o rótulo da Nestlé S/A e empresas associadas. *“Desse total, 4.860 são produtos com preços populares”* (Relatório Anual da Empresa, 2010, p. 8).

É o primeiro grupo empresarial alimentício na escala planetária em faturamento, volume de produção e pessoal empregado. De acordo com

---

Japão; e países emergentes, tais como Índia; México; Chile; Brasil; Angola; República Democrática do Congo; Gana; Quênia e Moçambique).

relatório da empresa, as previsões para o ano de 2011 é crescer de 5 a 6%. Em 2010, o faturamento líquido da empresa foi de US\$ 37,54 bilhões. A produção total foi de 43,74 bilhões de toneladas e o número de trabalhadores formais empregados totalizou 281,005 mil trabalhadores, sendo 27,3% mulheres. No continente europeu, estão concentrados 32,4% dos trabalhadores formais do grupo Nestlé; no americano 40,3%; na Ásia; Oceania e África 27,3%. Do total (281,005) de trabalhadores, 148 mil são operários; 133 mil trabalham em atividades administrativas, pesquisa e desenvolvimento e vendas.

O faturamento das fábricas do grupo Nestlé, responsáveis pela fabricação de alimentos e bebidas, no ano de 2010, totalizaram U\$ 37.852,09 milhões no continente Europeu; U\$ 51.075,61 milhões no continente Americano e U\$ 24.219,49 milhões nos países da Oceania e nos continentes Asiático e Africano<sup>157</sup>.

Como podemos verificar no Cartograma 17, (p. 336), a territorialização da Nestlé S/A na escala planetária encontra-se configurada da seguinte maneira: a **Matriz** localiza-se na cidade de Vevvey, na Suíça. Os **Centros de Pesquisa e Desenvolvimento** estão instalados em sua maioria no **continente europeu**, em países como Suíça, Alemanha, França e Holanda, **no continente americano** encontram-se instalados nos Estados Unidos, México, Equador e por fim, no **continente asiático**, apenas em dois países, são eles: China e Japão. Já os **Centros de Gestão Regional** estão localizados no **continente europeu**, em países, como República da Irlanda; Inglaterra; Bulgária; Alemanha; Romênia; Turquia; Grécia; Espanha; Holanda; Bélgica; Eslováquia; República Theca; Sérvia; Bósnia Herzegovina; Macedônia; Montenegro e Kosovo; Croácia; Dinamarca; Noruega; Hungria; Itália; Portugal; Polônia; Rússia, **no continente americano**: Estados Unidos; Canadá; México; Colômbia; Equador; Peru; Brasil; Uruguai; Argentina; Chile, **na Oceania**: Austrália; China; Índia; Indonésia, **no continente asiático**: Filipinas; Japão; Emirados Árabes; Vietnã.

---

<sup>157</sup>[http://www.nestle.com/Common/NestleDocuments/Documents/Library/Documents/Annual\\_Reports/2010-Annual-Report-EN.pdf](http://www.nestle.com/Common/NestleDocuments/Documents/Library/Documents/Annual_Reports/2010-Annual-Report-EN.pdf) (acesso 16/3/2011).

As fábricas do grupo Nestlé estão instaladas em todos os continentes e totalizaram, no ano de 2010, 443 unidades, sendo 150 instaladas no continente europeu; 168 no continente americano (22 localizam-se no Brasil); 125 na Ásia, Oceania e África. Como podemos verificar nos Quadros 13, 14 e 15 (p. 335) e no Cartograma 17 (p. 336).

#### QUADRO 13: FÁBRICAS DA NESTLÉ S/A NOS PAÍSES DO CONTINENTE EUROPEU

<b>EUROPE</b>		Hongrie	3
France	29	République Tchèque	3
Allemagne	21	Turquie	3
Italie	15	Bulgarie	2
Espagne	12	Finlande	2
Royaume-Uni	12	Suède	2
Suisse	10	Autriche	1
Pologne	9	Belgique	1
Russie	9	Pays-Bas	1
Grèce	4	République de Serbie	1
Portugal	4	République Slovaque	1
Ukraine	4	Roumanie	1
<b>TOTAL</b>			<b>150</b>

**FONTE:** [http://www.nestle.com/Common/NestleDocuments/Documents/Library/Documents/Annual\\_Reports/2010-Annual-Report-EN.pdf](http://www.nestle.com/Common/NestleDocuments/Documents/Library/Documents/Annual_Reports/2010-Annual-Report-EN.pdf), p. 43 (acesso 16/3/2011). **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. **MAR.:** 2011.

#### QUADRO 14: FÁBRICAS DA NESTLÉ S/A NOS PAÍSES DO CONTINENTE AMERICANO

<b>AMÉRIQUES</b>		Guatemala	3
Etats-Unis	79	Equateur	2
Brésil	22	République Dominicaine	2
Mexique	13	Costa Rica	1
Canada	12	Jamaïque	1
Argentine	8	Nicaragua	1
Venezuela	7	Panama	1
Chili	6	Pérou	1
Colombie	4	Trinité et Tobago	1
Cuba 3	3	Uruguay	1
<b>TOTAL</b>			<b>125</b>

**FONTE:** [http://www.nestle.com/Common/NestleDocuments/Documents/Library/Documents/Annual\\_Reports/2010-Annual-Report-EN.pdf](http://www.nestle.com/Common/NestleDocuments/Documents/Library/Documents/Annual_Reports/2010-Annual-Report-EN.pdf), p. 43 (acesso 16/3/2011). **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. **MAR.:** 2011.

**QUADRO 15: FÁBRICAS DA NESTLÉ S/A NOS PAÍSES DO CONTINENTE ASIÁTICO, AFRICANO E OCEANIA**

<b>ASIE, OCÉANIE ET AFRIQUE</b>							
Région Chine	19	Egypte	3	Algérie	1	Ouzbékistan	1
Australie	11	Indonésie	3	Bahrein	1	Papouasie	1
Afrique du Sud	9	Japon	3	Bangladesh	1	Qatar	1
Israël	9	Vietnam	3	Cameroun	1	Sénégal	1
Arabie Saoudite	7	Côte d'Ivoire	2	Ghana	1	Singapour	1
Thaïlande	7	Emirats Arabes Unis	2	Guinée	1	Sri Lanka	1
Inde	6	Iran	2	Jordanie	1	Syrie	1
Malaisie	6	Liban	2	Kenya	1	Tunisie	1
Pakistan	4	Nouvelle-Zélande	2	Maroc	1	Zimbabwe	1
Philippines	4	République de Corée	2	Nigéria	1	<b>TOTAL</b>	<b>125</b>

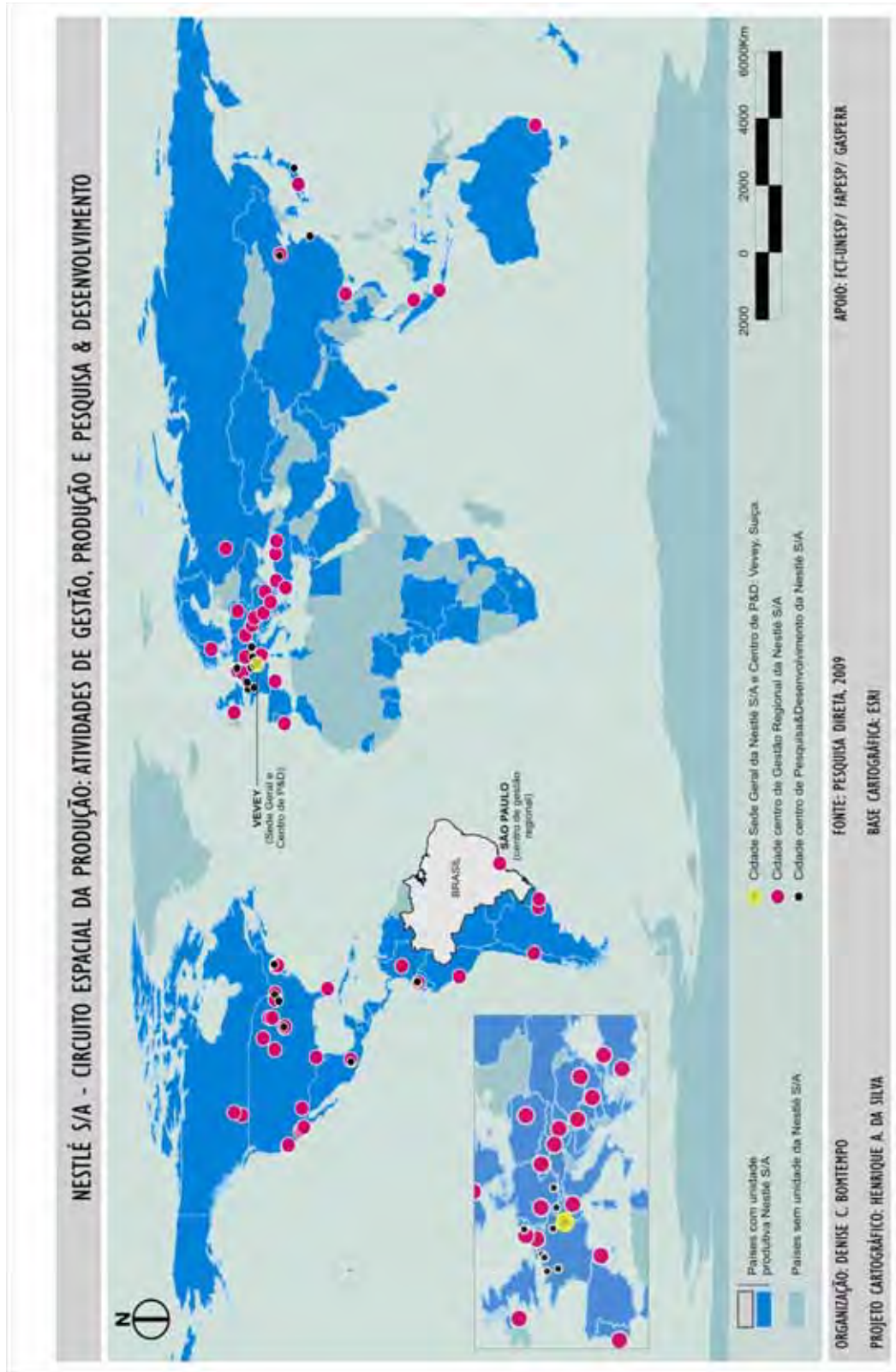
**FONTE:** [http://www.nestle.com/Common/NestleDocuments/Documents/Library/Documents/Annual\\_Reports/2010-Annual-Report-EN.pdf](http://www.nestle.com/Common/NestleDocuments/Documents/Library/Documents/Annual_Reports/2010-Annual-Report-EN.pdf), p. 43 (acesso 16/3/2011). **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. **MAR.:** 2011.

A territorialização da Nestlé S/A na escala planetária revela o acirramento do desenvolvimento desigual e combinado com o capitalismo no período da globalização, haja vista a distribuição desigual das atividades de gestão; pesquisa e desenvolvimento e fabricação (Cartograma 17). As atividades que centralizam o capital, como atividades financeiras; gestão e pesquisa e desenvolvimento estão concentradas nos países de economia desenvolvida. Por outro lado, as atividades de fabricação localizam-se, em sua maioria, nos países subdesenvolvidos ou emergentes, esses, na divisão territorial do trabalho global, continuam caracterizados como espaços do fazer.

Países como Brasil, Índia, China, e ainda, países do leste europeu e do continente africano são estratégicos para expansão da Nestlé S/A, pois além de fornecer mão-de-obra barata, possuem empresas locais já consolidadas que se tornam “alvos” desse grupo transnacional, que tem como premissa a eliminação da concorrência e a garantia de ampliação do consumo<sup>158</sup>.

<sup>158</sup>“Nestlé to invest CHF 83 million in dairy facility in Brazil and to create over 1,000 jobs”. ([http://www.nestle.com/Media/NewsAndFeatures/Pages/Nestle-invest-dairy-facility-Brazil.aspx?WT.mc\\_id=riomilkfactory\\_home\\_nf\\_16032011](http://www.nestle.com/Media/NewsAndFeatures/Pages/Nestle-invest-dairy-facility-Brazil.aspx?WT.mc_id=riomilkfactory_home_nf_16032011)). “[...] a Nestlé Brasil investiu cerca de R\$ 163 milhões para construir uma unidade fabril no município de Três Rios, Região Centro Sul do Estado do Rio, para a produção de líquidos (UHT) das marcas Ninho e Molico. A produção dessa unidade abastecerá os mercados do Rio de Janeiro, parte de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo”. <http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=91346>. Acesso: 16/03/2011.

CARTOGRAMA 17:



## **- A NESTLÉ S/A na escala planetária e no território brasileiro**

No ano de 1921, foi inaugurada a primeira fábrica da Nestlé no Brasil, no município de Araras – SP. O primeiro produto fabricado foi leite condensado (*milk maid*). A primeira sede da empresa, em território brasileiro, foi instalada no mesmo ano que a unidade produtiva, todavia, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. Em 1924, a fábrica de Araras iniciou a produção da farinha láctea, até então, importada da Suíça.

Devido à expansão da empresa no Brasil, no ano de 1925, foi inaugurada uma segunda sede na cidade do Rio de Janeiro e uma filial na cidade de São Paulo. “A instalação da primeira filial da Nestlé no Brasil foi na cidade de São Paulo, denominada São Paulo Office. O escritório de vendas começou a operar na rua Líbero Badaró, em duas salas alugadas, com um chefe, uma datilógrafa e um office boy<sup>159</sup>”. No ano de 1927, foi instalada uma filial na cidade de Recife - PE e outra em Porto Alegre - RS. A presença dessas filiais representou a expansão da empresa pelo território brasileiro.

No ano de 1959, a sede da Nestlé foi transferida da cidade do Rio de Janeiro para São Paulo, à Rua Bráulio Gomes. No ano de 1964, devido ao crescimento da empresa no Brasil, foi construída uma segunda sede também na cidade de São Paulo, à Rua da Consolação, 896, onde permaneceu até o ano de 1992, quando foi novamente transferida para Avenida Nações Unidas, 12.495. Por fim, em 2008, a sede teve um novo endereço à Avenida Chucri Zaidan, 246.

A mudança da sede da Nestlé do Rio de Janeiro para São Paulo, no ano de 1959, representa o papel que a cidade paulista adquiriu na rede urbana nacional. Além de concentrar os estabelecimentos e os empregos industriais, passou a centralizar atividades de gestão com a instalação de escritórios das principais empresas nacionais e estrangeiras atuantes no território brasileiro, já em meados do século XX.

Além disso, não podemos deixar de ressaltar que mediante a localização das sedes da Nestlé na metrópole paulistana, podemos perceber, na escala intraurbana, as dinâmicas existentes na cidade, pois a primeira sede

---

<sup>159</sup>Informações retiradas do site da empresa: <http://www.nestle.com.br/site/anestle/historia.aspx>.



localizava-se na área central (à rua Bráulio Gomes); a segunda, na Consolação, próxima à Avenida Paulista, considerada centro financeiro do Brasil na década de 1980, e desde 1992, até os dias atuais a sede encontra-se instalada às margens do Rio Pinheiros, onde hoje encontram-se sedes e escritórios de negócios dos principais grupos empresariais atuantes no Brasil e nos países da América Latina<sup>160</sup>.

A partir de São Paulo, a Nestlé organizou o seu espaço de atuação que envolve, de um lado, uma ampla bacia leiteira com áreas agropastoris produtoras de matérias-primas, centros de processamento inicial e centros de produção final. De outro, envolvendo inúmeros centros cuja função é a de realizar a distribuição final de seus produtos. No conjunto, a Nestlé tem unidades em cerca de 100 municípios brasileiros, cada um deles participando pelo menos em um dos diferentes momentos do ciclo de reprodução de seu capital. Ao todo são mais de 6.000 empregados localizados fora da região metropolitana de São Paulo (CORREA, 1996, p. 28).

No ano de 2010, o faturamento da Nestlé no Brasil foi R\$ 17,3 bilhões. São fabricadas no país, 28 categorias de produtos e 141 marcas. O volume da produção em 2010 foi de 1,4 milhões de toneladas. São funcionários diretos da Nestlé 20 mil trabalhadores e 220 mil indiretos. Ainda, são fornecedores e produtores rurais 48 mil pessoas. Os trabalhos indiretos referem-se aos serviços prestados por trabalhadores autônomos; empresas subcontratadas e prestadoras de serviços. Tal fato revela que para entender as dinâmicas econômicas e territoriais não é possível analisar os setores da economia de maneira desarticulada, como afirmou Santos & Silveira (2001).

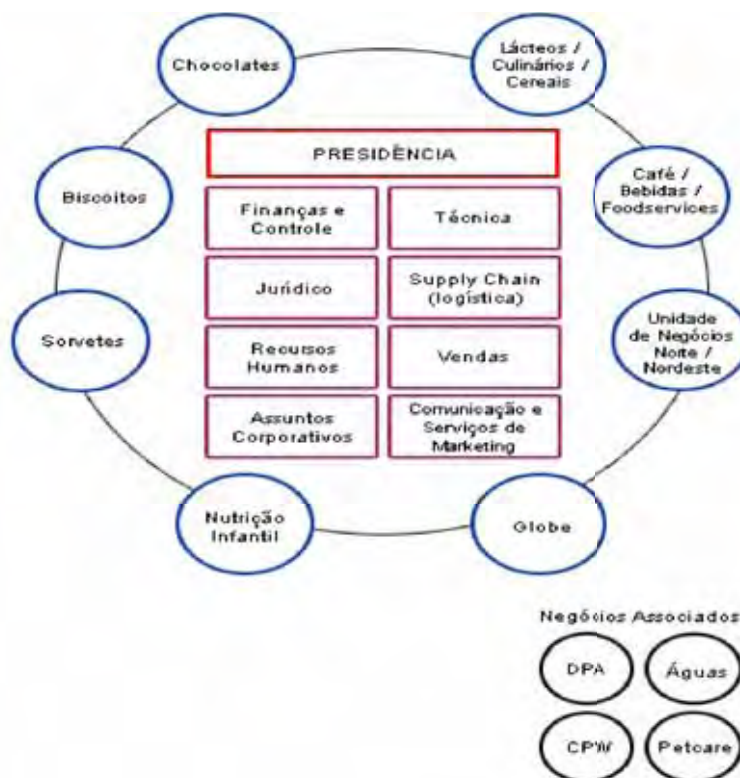
Como mencionamos, a sede da Nestlé no Brasil localiza-se na cidade de São Paulo. Na estrutura organizacional da empresa, São Paulo é um centro de gestão regional, que abriga em seu núcleo a presidência; os setores de finança e controle; jurídico; recursos humanos; assuntos corporativos; técnico; logístico; vendas; comunicação; serviços; e *marketing*. A gestão das fábricas da Nestlé no Brasil é realizada de maneira setORIZADA, ou seja, de acordo com o que se produz. Portanto, são oito os setores definidos, tais como: chocolates; biscoitos; nutrição infantil; globe; unidade de negócios das regiões

---

<sup>160</sup>Sobre o assunto: Fix, Mariana. *São Paulo cidade global. Fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Norte e Nordeste (a unidade de Feira de Santana - BA fabrica produtos de todos os setores); café, bebidas e *foodservices*; lácteos, culinários e cereais. Ainda, existem os negócios associados que são: águas e alimentação animal (*petcare*), conforme podemos verificar na Figura 7.

**FIGURA 7: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SEDE DA NESTLÉ NO BRASIL**



FONTE: [http://www.nestle.com.br/PortalNestle/MatrixContainer/Default.aspx? MXMainLoaded=estu\\_nebr](http://www.nestle.com.br/PortalNestle/MatrixContainer/Default.aspx? MXMainLoaded=estu_nebr) 3/3/2009.

A Nestlé, como foi possível verificar a partir das informações do Cartograma 17 (p. 336) estrutura-se como uma *empresa-rede*. Tal configuração só é possível devido ao desenvolvimento técnico e tecnológico que permite a estruturação de redes materiais e imateriais. Essas redes articulam os territórios e os agentes envolvidos nas diversas etapas dos circuitos produtivos. As redes ainda permitem fluidez e circulação de mercadorias; informações; trabalhadores; normas etc. Identificar o papel que os territórios exercem nessa estrutura organizacional em rede permite compreender suas dinâmicas e a divisão territorial do trabalho desigual no período da globalização.

As normas elaboradas pela empresa Nestlé são de responsabilidade dos países e cidades em que as atividades de gestão e pesquisa e desenvolvimento são realizadas. São territórios que centralizam e concentram poder, portanto normatizam e regulam a vida das pessoas a eles articulados.

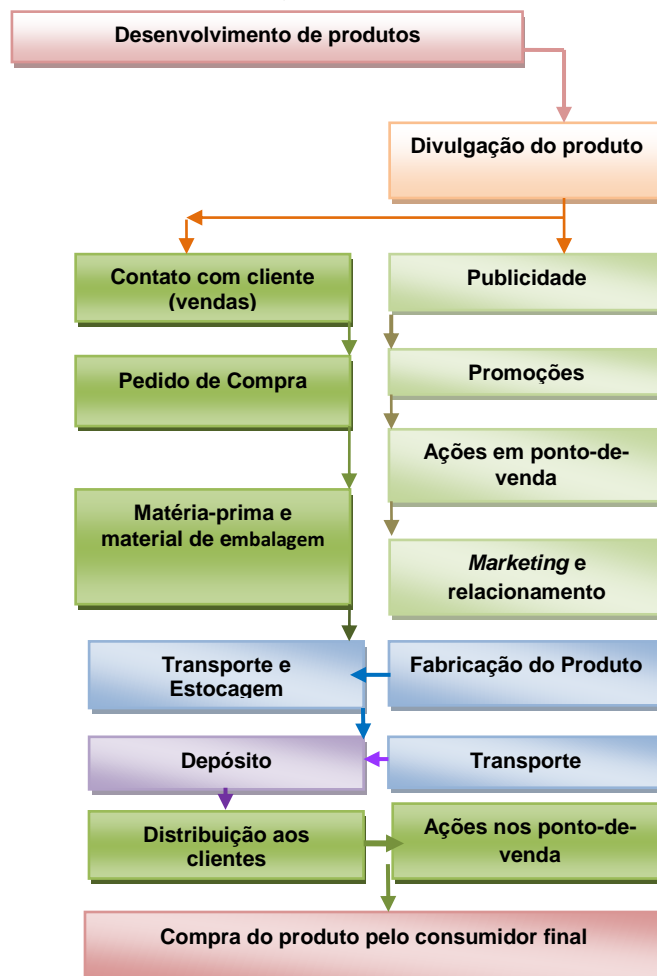
O Brasil, na divisão territorial do trabalho do grupo Nestlé S/A pode ser considerado um território do fazer. A sua sede, localizada em São Paulo, gerencia as fábricas e as atividades ligadas ao bom funcionamento do processo produtivo e ao *marketing* da empresa no Brasil. Como podemos verificar no Quadro 16 (p. 341), centraliza as atividades relacionadas ao ciclo de reprodução do capital no país e articula com a matriz na Suíça.

Na metrópole paulista são tomadas as decisões de investimentos que metamorfoseiam o capital dinheiro em mercadoria, isto é, em fixos, as diversas unidades fabris, escritórios de vendas e depósitos. Estes fixos suscitam fluxos de força de trabalho, matérias-primas e bens intermediários. Tais decisões e investimentos afetam diretamente as zonas agropastoris onde se dá a produção de leite e de outras matérias-primas, envolvendo amplo espaço e milhares de proprietários rurais, veterinários, capatazes e peões (CORREA, 1996, p. 28).

O desenvolvimento de novos produtos existe, porém a autorização dos projetos é enviada para sede na Suíça. Diante dessa estrutura, recorreremos aos trabalhos de Milton Santos, no qual afirma que no período da globalização os territórios são normatizados em meio às verticalidades, por agentes que atuam em múltiplas escalas. Esses se articulam com o poder político nacional, regional e local ao seu interesse. Ainda, manipulam a esfera política e a sociedade em geral, no sentido de impor a ideologia de que a empresa trabalha com objetivo de “proporcionar o bem-estar aos consumidores”.

No Quadro 16 podemos constatar como está estruturada a Nestlé no Brasil, no que concerne à divisão do trabalho na empresa.

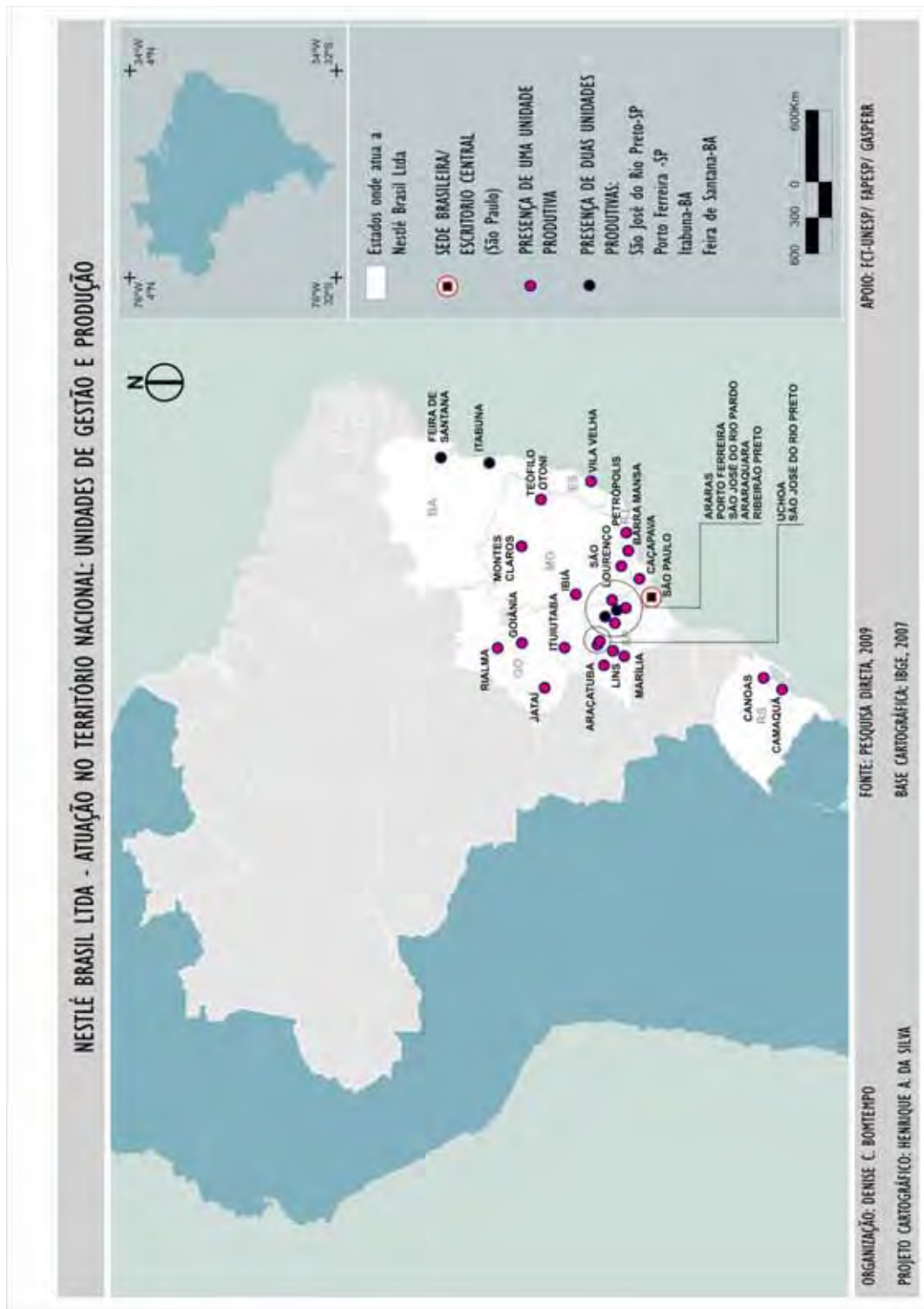
QUADRO 16: ORGANIZAÇÃO DA NESTLÉ NO BRASIL



FONTE: [http://www.nestle.com.br/site/aneagle/aempresa/cadeia\\_logistica.aspx](http://www.nestle.com.br/site/aneagle/aempresa/cadeia_logistica.aspx). ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. MAR, 2011.

Diferentemente do que consta no relatório anual (2010), no site da Nestlé Brasil, foi divulgado que existem no país trinta fábricas, e durante a pesquisa de campo essa informação foi confirmada. No Brasil, são fabricados leites, cafés, achocolatados, cereais, biscoitos, nutrição, produtos culinários, chocolates, produtos refrigerados, sorvetes, *foodservices*, alimentação para animais domésticos; produtos cosméticos e farmacêuticos. As fábricas localizam-se, sobretudo nos estados brasileiros que fazem parte da *região concentrada*, como podemos verificar no Quadro 17 (p. 343) e no Cartograma 18 (p. 342).

CARTOGRAMA 18:



**QUADRO 17: FÁBRICAS DA NESTLÉ NO BRASIL**

<b>SÃO PAULO</b>	<b>GOIÁS</b>	<b>ESPÍRITO SANTO</b>
Araras (3)	Goiânia	Vila Velha
Araraquara (2)	Jataí	
Araçatuba (2)	Rialma	<b>PERNAMBUCO</b>
Caçapava (2)		Garanhuns
Marília	<b>RIO DE JANEIRO</b>	
Ribeirão Preto	Jacarepaguá	<b>MINAS GERAIS</b>
S. J. do Rio Pardo	Petrópolis	Ibiá
		Ituiutaba
<b>BAHIA</b>	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	Montes Claros
Feira de Santana	Palmeiras das Missões	Teófilo Otoni
Itabuna (2)	Novo Hamburgo	São Lourenço
	Carazinho	

FONTE: <http://www.nestle.com.br>. Acesso: 16/03/2009.

São Paulo é o estado que concentra um número maior de unidades produtivas da Nestlé no território brasileiro. São três fábricas em Araras, inauguradas em (1921; 1986; 2004); Araraquara, (1946; 2009); Araçatuba, (1963; 2007); Caçapava, (1971; 1998); Marília, (1988); Porto Ferreira, (1952); Ribeirão Preto, (2005); São José do Rio Pardo, (1974). Essa concentração de unidade gestora, centros de distribuição e unidades produtivas em inúmeros municípios do Estado paulista é característica das atividades produtivas do período atual, que enaltece uma

nova divisão territorial do trabalho e aumenta a necessidade do intercâmbio, que agora se dá em espaços mais vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares, que por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 135).

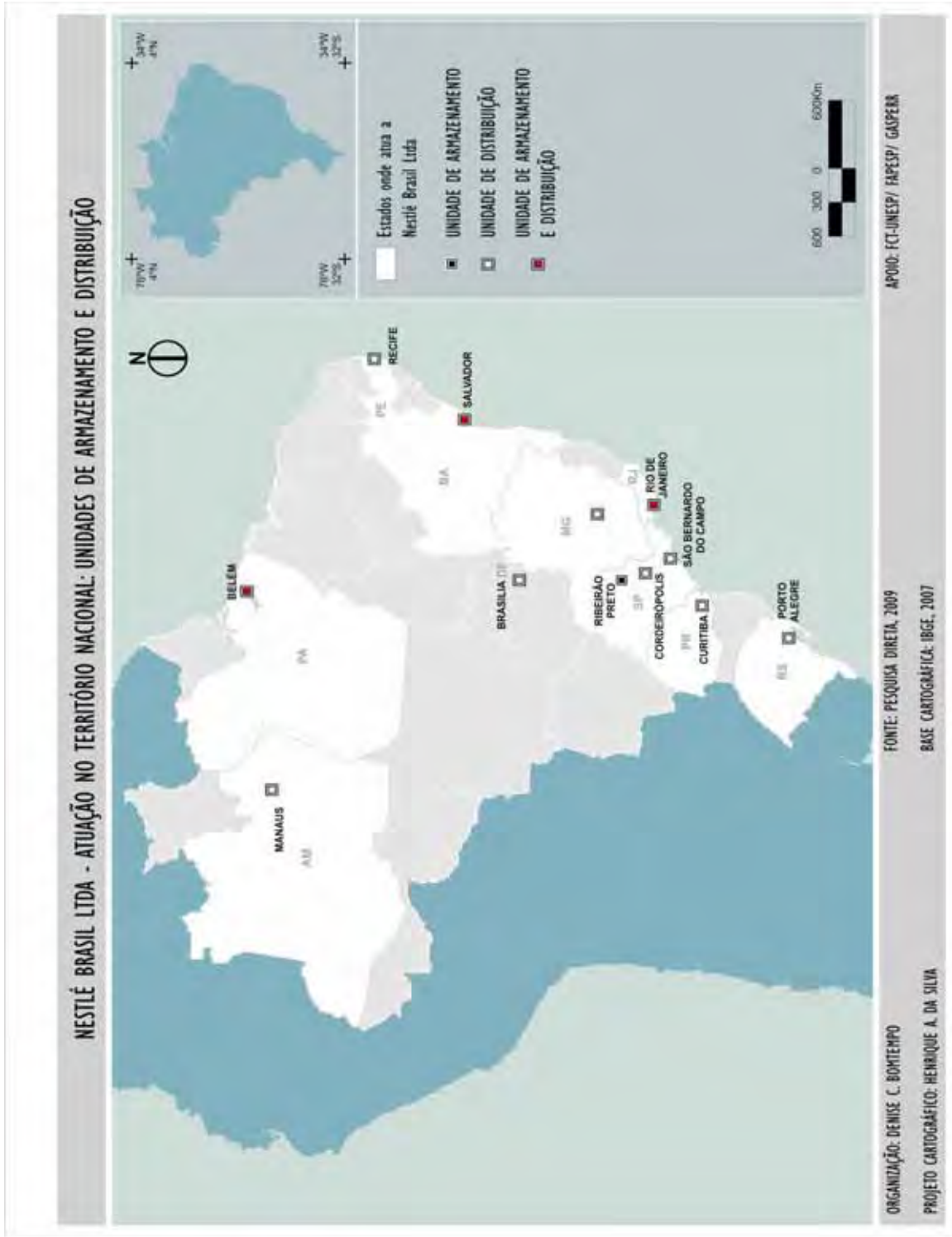
Além de São Paulo, Minas Gerais é o segundo estado no território brasileiro que possui cinco fábricas da Nestlé, instaladas nas cidades de Ibiá (1964); Ituiutaba (1976); Montes Claros (1983); Teófilo Otoni (1990); e São Lourenço (1992). De acordo com Corrêa (1996), a Nestlé, como um agente regulador do território, articula os lugares envolvidos no circuito espacial produtivo por meio de redes que se formam e se metamorfoseiam, de acordo com os interesses da empresa.

No interior paulista, tanto na região urbana industrial, abrangendo o Vale do Paraíba e o eixo Campinas-Ribeirão Preto, como no Planalto Ocidental e em regiões limítrofes ao território paulista, como o Sul e o Triângulo Mineiro, o leste matogrossense do sul e mesmo o Sul goiano, a Nestlé organiza o processo produtivo do leite, o qual das fazendas flui para inúmeros pequenos e médios centros urbanos onde a referida empresa, através de usinas de pasteurização de leite, realiza um primeiro processamento. Birigui, Cardoso, Fernandópolis, Ibitinga, José Bonifácio, Morro Agudo, Tanabí e Votuporanga, todos em São Paulo, são exemplos de centros que fazem parte, ainda que não exclusivamente, da rede de centros da Nestlé. Neles, o processo de produção de mercadorias, iniciado nas zonas agropastoris, prossegue, criando valor e extraíndo mais-valia. Na região urbano-industrial, em Barra Mansa (RJ), Caçapava, Araras, São Carlos, Arararaquara e São Bernardo do Campo, em território paulista, mas também em São José do Rio Pardo e Araçatuba, fora da região urbano-industrial, e em Três Corações, Ibiá e Ituiutaba, em território mineiro, o processo final de produção de mercadorias se concretiza (CORRÊA, 1996, p. 28).

Além da unidade de gestão e fabricação, no estado de São Paulo estão instalados 3 dos 12 centros de distribuição e armazenamento da Nestlé no Brasil. Localizam-se nos municípios de São Bernardo do Campo, Cordeirópolis (unidade de distribuição) e Ribeirão Preto (unidade de armazenamento). Os demais, como podemos constatar no Cartograma 19 (p. 345), estão localizados em Porto Alegre (RS); Curitiba (PR); Rio de Janeiro (unidade de armazenamento e distribuição) (RJ); Brasília (DF); Salvador (BA); Recife (PE); Belém (PA) e Manaus (AM).

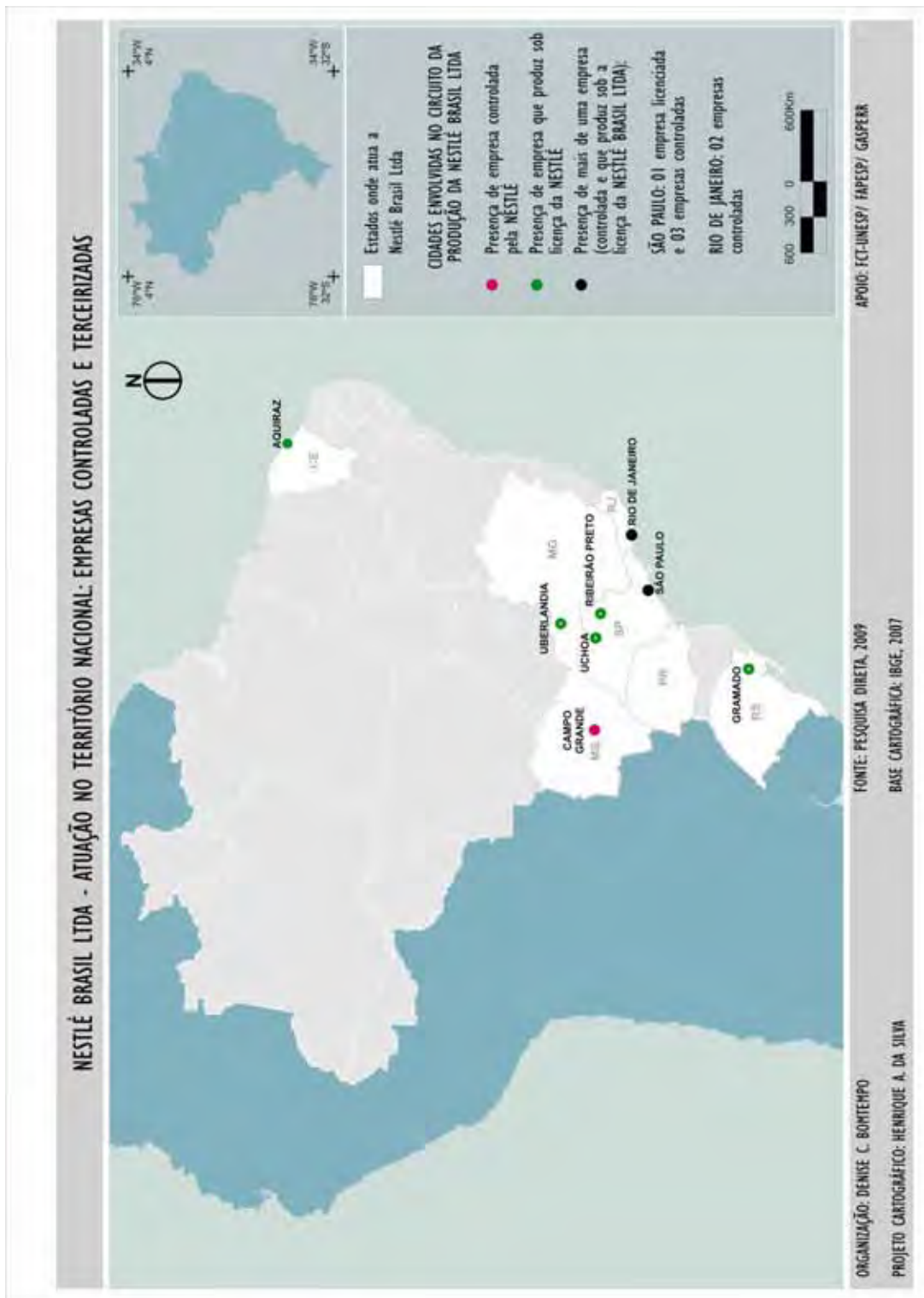
A produção industrial da Nestlé não se faz apenas em fábricas próprias, mas também empresas controladas e terceirizadas pela própria indústria (Cartograma 20, p. 346). Tais empresas localizam-se em: Campo Grande (MS) (empresa controlada); Gramado (RS); Uchoa (SP); Ribeirão Preto (SP); e Uberlândia (MG), elas produzem sob licença da Nestlé. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro comportam mais de uma filial que produz sob licença da unidade gestora da Nestlé no Brasil.

CARTOGRAMA 19:





CARTOGRAMA 20:



Para entender a trajetória da Nestlé em Marília – SP, é preciso considerar que a atividade industrial nessa cidade é anterior ao processo de desconcentração industrial da metrópole paulistana, a saber, a década de 1970. Porém, o segmento industrial alimentício de consumo final, tornou-se competitivo apenas em fins da mencionada década, quando a reestruturação das empresas tornou-se necessidade para permanência no mercado em expansão.

No ano de 1945, o empresário Sr. Santo Barion, juntamente com membros da família, iniciou a produção de doces caseiros. A ampliação da atividade culminou na instalação da fábrica de doces Cristal Ltda. O nome Cristal permaneceu até a década de 1960, quando a empresa alterou a razão social para Airilam Produtos Alimentícios. A produção de doces caseiros persistiu, mas a linha de produtos se expandiu para balas (moles e gomas), pirulitos, confeitos de amendoim e biscoitos (maisena, salgado e recheado, sabores morango e chocolate).

Dada a ampliação da empresa, no ano de 1975, a Airilam iniciou um processo de reestruturação interna que visava maior planejamento e controle da produção. Além disso, aumentou o espaço físico da fábrica e incorporou novas máquinas ao processo produtivo. A Airilam foi uma das pioneiras a utilizar fornos de grande porte para fabricação de biscoitos.

Até então, a escala de distribuição da Arilam se restringia à cidade de Marília e circunvizinhas, porém, com a reestruturação interna foram alteradas a gestão, a produção, a escala de distribuição e as relações entre os proprietários (membros da família) e trabalhadores.

O caráter familiar foi inerente à industrialização de Marília e municípios circunvizinhos<sup>161</sup>. Algumas empresas, como a Airilam, foram estruturadas a partir dessa organização, no entanto, com a adoção da política de reestruturação interna da empresa, os integrantes da família deixaram de ocupar cargos estratégicos, como por exemplo, os de gerência e supervisão. O marco dessas mudanças foi o ano de 1976, quando a empresa contratou um

---

<sup>161</sup> De acordo com Sr. Nicolau, antigo funcionário da Airilam/Beatrice Foods, desligado da empresa após aquisição da Nestlé S/A, muitas empresas de Marília e de municípios vizinhos surgiram a partir do trabalho familiar, entre elas destacam-se a Airilam, hoje Nestlé, Marilam, Dori, Bel, Bertin, Sasazaki, Jacto, PPA, entre outras. Pesquisa de Campo, 2009.

gerente de vendas. O novo funcionário tinha como prerrogativa a ampliação das vendas mediante a incorporação de novos mercados. Para atingir esses objetivos, a primeira iniciativa foi a reestruturação da produção, por meio, primeiro, do planejamento, e posteriormente, do investimento em máquinas e equipamentos e qualificação da mão de obra. Após os primeiros anos dessa mudança, a empresa expandiu o mercado de distribuição, pois abriu filiais nas cidades de Campinas - SP, Rio de Janeiro - RJ e Betim – MG.

As mudanças permitiram que a empresa se tornasse sólida do ponto de vista financeiro, no entanto, os problemas se afluíram em relação à sua característica familiar. Essa situação culminou, no ano de 1982, na venda da Airilam para o grupo empresarial *Beatrice Food Corporation*.

Essa, de capital norte-americano, tinha uma corporação de duzentas empresas instaladas em vários países. Atuavam nos segmentos de alimentos, roupas, móveis, equipamentos de decoração, aluguel de automóvel etc. Mesmo após a aquisição da Airilam, a *Beatrice Food Corporation* respeitou a estrutura da empresa, porém a normatização tornou-se comum a todas as empresas do grupo, ou seja, eram controladas pela sede, localizada nos Estados Unidos. O escritório responsável pela América Latina era sediado em Miami e o escritório central era em Chicago.

Além dos setores elencados, a *Beatrice Food Corporation* investiu no setor esportivo, mais precisamente na Fórmula I, todavia os resultados não foram positivos, entrando o grupo em declínio econômico até ser vendido no final da década de 1980. Apenas as empresas dos Estados Unidos, responsáveis pela produção de lácteos e refrigerantes foram mantidas pela *Beatrice Food Corporation*, as demais foram vendidas.

Na América Latina, a Nestlé S/A adquiriu todas as fábricas de biscoitos, chocolates e balas do referido grupo empresarial, uma Cervejaria da Venezuela, e permaneceu com as fábricas de *snacks* (salgadinhos). A Nestlé se interessou, em especial, pela unidade produtiva de Marília, que além de doces caseiros, produzia balas, pirulitos, confeitos e biscoitos. Em relação aos biscoitos, a fábrica de Marília foi a primeira a desenvolver no Brasil, o *cookie*, um biscoito amanteigado de chocolate.

O desenvolvimento do biscoito *cookie* acirrou a concorrência entre as empresas. Além da Nestlé S/A, a Nabisco (hoje pertencente ao grupo Kraft Foods) também sinalizou interesse em adquirir a unidade produtiva de Marília, no entanto, no ano de 1988, a Nestlé comprou as unidades produtivas da *Beatrice Food Corporation*, entre elas, a de Marília.

No período torcíamos muito para que a Nabisco adquirisse a Airilam - Beatrice porque sabíamos que a Nestlé acabaria com os projetos, porque ela impõe uma padronização da criação, do trabalho e da produção de uma maneira rígida que impede nossa atuação. A Nestlé é muito rígida, ela é segmentada e ao mesmo tempo muito centralizada, tudo está em São Paulo, não há liberdade de ação, é outra filosofia de trabalho, tem que seguir as normas. A primeira medida tomada foi a demissão de toda a diretoria, ficaram apenas três gerentes e os trabalhadores da fábrica. Na década de 1980 nós passamos um problema muito grande de abastecimento, diante disso, nós montamos um esquema de planejamento feito diariamente, que consistia em baixar o estoque ao máximo e a Nestlé trabalhava com no máximo um mês e meio de estoque, e por isso eles gostaram do sistema e pediram para eu continuar mas, até fazer o entrosamento entre os dois sistemas, o que tínhamos organizado e o da Nestlé. Assim, os cargos mantidos foram de gerente de produção, gerente manutenção e gerente de pesquisa de novos produtos, mas depois de um tempo fomos todos despedidos, ficaram apenas os trabalhadores do chão da fábrica. Foi um período bastante difícil, porque ainda na Nestlé montamos um esquema de planejamento de acordo com o que a empresa queria, mas o referencial era o nosso planejamento, isso era bastante difícil, mas no final funcionou. Eu treinei as pessoas que ficaram no meu lugar. Os americanos da Beatrice marcavam metas e tínhamos que atingir, a Nestlé acompanha passo a passo, dia-a-dia, então era um sistema que a gente não estava acostumado, ficamos um pouco presos, aliás, muito presos, tínhamos que fazer relatórios diários, semanais e planejamentos mensais e tudo era encaminhado para o escritório central em São Paulo, nada era decidido na unidade produtiva. Em São Paulo eles avaliavam e faziam as mudanças necessárias e nós tínhamos apenas que acatar sem questionar. Bom, pelo menos na época que eu estava lá era assim, talvez tenha mudado, pois saí no ano de 1990. Com a Beatrice, tínhamos mais liberdade para trabalhar, fazíamos aquilo que achávamos que deveria ser feito, ou seja, tínhamos poder de decisão (Sr. Nicolau, antigo funcionário da Airilam/Beatrice Food, desligado da empresa após aquisição da Nestlé S/A. Pesquisa de Campo, 2009).

Quando a Nestlé adquiriu a Airilam/Beatrice Food, os funcionários da diretoria, encarregados e supervisores foram substituídos ou por novos contratados, ou por funcionários do grupo que trabalhavam em outras unidades produtivas, como aconteceu com o cargo de gerente de produção, ocupado por um engenheiro que trabalhava na fábrica de Caçapava - SP. De acordo com Sr. Nicolau, os diretores da Nestlé, quando visitaram a Airilam/Beatrice Food,

ficaram surpresos com a estrutura produtiva e organizacional da fábrica. Na concepção deles, a Airilam era uma empresa remota à cidade de São Paulo, portanto, distante do espaço industrial formatado por sinergias, ritmos, práticas, ou seja, dinâmicas próprias. A Airilam/Beatrice Food no momento em que foi adquirida pela Nestlé, no ano de 1988, contava com 1.200 funcionários formais e realizava exportação.

Quando os diretores da Nestlé conheceram a Airilam, primeiro estranharam o tamanho, depois acharam inovador o sistema de planejamento que era diário. Então às 9 da manhã tínhamos o perfil da produção de toda fábrica. Não utilizávamos tanto o computador, havia apenas um computador central com terminais. Eu tinha o controle diário de tudo que se fazia na fábrica, desde o almoxarifado, controle de matéria-prima até a produção. Eu tinha uma equipe que fazia análise do dia e planejava o dia seguinte. Então, eu produzia aquilo que realmente era necessário. Era uma produção puxada, mas dava para seguir. Toda produção era baseada nas vendas reais. Com isso diminuimos o estoque e conseqüentemente os custos. A Nestlé trabalha com margem de estoque de um mês e meio, quando se deparou com nosso sistema de trabalho se interessou e por isso fiquei mais um tempo na empresa para fazer o entrosamento do sistema Nestlé com o nosso. Mas depois desse período de transição eu sabia que iria sair. Treinei um pessoal novo, inclusive profissionais que atuavam na Tostines (Sr. Nicolau, antigo funcionário da Airilam/Beatrice Food, desligado da empresa após aquisição da Nestlé S/A. Pesquisa de Campo, 2009).

A prática de comprar empresas consolidadas no mercado é uma constante no grupo Nestlé. Atualmente, de acordo com publicações no site da empresa, ela tem investido na aquisição de empresas na escala planetária, mas tem dado atenção às empresas de países do Leste Europeu e do continente Asiático. No Brasil, no segmento de biscoitos, a primeira aquisição foi da empresa São Luiz, no ano de 1967; Airilam/Beatrice Food, em 1988; e Tostines, em 1993. As unidades produtivas da São Luiz – Nestlé e Tostines - localizavam-se em São Paulo, nos bairros do Pari e Belenzinho, tradicionais em atividade industrial, mas depois da aquisição da fábrica de Marília, elas foram transferidas para essa unidade.

Apesar da distância topográfica de Marília com a metrópole paulistana, esta cidade foi alcançada, de maneira menos intensa que as cidades localizadas a 150 km da metrópole, pelo processo de desconcentração industrial iniciado, no Brasil, em fins da década de 1970. A aquisição da Beatrice Food pela Nestlé e conseqüentemente a transferência das fábricas

dos bairros paulistanos Pari e Belenzinho, para Marília, são exemplos concretos da desconcentração industrial e ao mesmo tempo da reestruturação produtiva em que Marília foi inserida, ou seja, conseguimos compreender na escala da cidade média, movimentos inerentes aos processos estruturais relacionados à dinâmica do modo de produção. Além disso, esse contexto nos permite afirmar que a distância topográfica da metrópole paulistana, num primeiro momento, contribuiu para que as empresas industriais alimentícias originadas em Marília tivessem suas dinâmicas próprias, no que concerne à aquisição de matéria-prima, serviços, fornecedores e distribuição. Somado a isso, a logística dessas empresas foi estruturada sem necessariamente estar subordinada à principal aglomeração urbana, no caso a metrópole paulistana.

Esse contexto contribuiu para que pudéssemos fazer duas afirmações. Primeiro, Marília, foi alcançada pelo processo de desconcentração industrial originário da metrópole paulistana, no entanto, a transferência ou instalação de unidades produtivas industriais para essa cidade, não se deu pelo transbordamento da metrópole, pelo contrário, a escolha por Marília ocorreu, por existir, nesta cidade, um território organizado para atender às demandas do ramo industrial alimentício de consumo final, tais como mão de obra especializada; serviços; fornecedores; ambiente de concorrência (empresas de um mesmo ramo e que fabricam os mesmos produtos) e cooperação (as empresas, sobretudo as de grande e médio porte, participam de um mesmo ambiente de discussão, a partir das instituições e associações, como discutido no Capítulo 3). Em segundo, como consequência do primeiro, a distância topográfica, que num primeiro momento contribuiu para o surgimento e ampliação da indústria de Marília, tornou-se um obstáculo para atração de empresas da metrópole e de outros pontos do território brasileiro, no entanto, essa distância, de maneira relativizada, tornou-se menor, devido à constituição de redes materiais e imateriais, que permitiram uma contiguidade entre os lugares envolvidos no circuito produtivo alimentício desenvolvido em Marília, ou seja, houve a constituição de uma rede topológica, que permitiu com que as interações entre os agentes que atuam em múltiplas escalas e fases articuladas ao circuito produtivo do ramo alimentício de consumo final, fossem concretizadas.

A transferência das unidades da Nestlé de São Paulo para Marília reforça nossa tese, de que a industrialização paulista é múltipla e por isso não deve ser analisada apenas de uma escala espacial e temporal, ou seja, não podemos afirmar que a industrialização de algumas cidades do interior, especialmente daquelas que não estão inseridas num ambiente metropolitano, seja resultado do processo de desconcentração industrial iniciado a partir da cidade de São Paulo, em fins da década de 1970, e sim, podemos considerar que a aglomeração urbana dispunha de amenidades com capacidade atrativa, no contexto industrial.

A duplicação das rodovias federais e estaduais que dão acesso à Marília, a estruturação de uma rede de fornecimento de gás natural e a ampliação de redes de informática e telefonia móvel, são exemplos da constituição dessa rede tecnificada, que permitiu a diminuição da distância topológica em que Marília até então estava inserida. Consequentemente houve a inserção dessa cidade num ambiente de produção e competição global, ou seja, novas dinâmicas e novos papéis foram atribuídos à Marília na divisão territorial do trabalho, devido em grande parte, a estruturação técnica, que permite interações espaciais entre os territórios envolvidos aos circuitos produtivos globalizados.

Quando as fábricas da Nestlé foram transferidas para Marília (no ano de 2002), os operários também receberam propostas para se transferir e continuar como empregado da empresa. Ao todo, aceitaram Marília como o novo lugar de trabalho, 115 trabalhadores, que até então residiam na cidade de São Paulo. A empresa foi responsável pelas despesas do deslocamento. Foram acrescentados 30% do salário corrente e a empresa pagou o aluguel por um ano. Os trabalhadores transferidos de São Paulo tinham experiência, pois já trabalhavam em média vinte anos na Nestlé. Os homens desempenhavam as funções de operadores de máquinas, masseiros, forneiros e as mulheres eram operadoras.

A São Luis do Belenzinho estava saturada, não tinha mais como expandir, em Caçapava produzia-se biscoitos, mas o objetivo da unidade era produzir apenas chocolate. Aqui em Marília a Nestlé viu um grande potencial e assim que adquiriram a Beatrice, compraram uma área que poderia ser destinada à ampliação da fábrica. Existia inclusive um projeto de ampliação, mas o Prefeito Municipal da época não deu atenção necessária à empresa e por isso a ampliação não

ocorreu. Quando sai, fizeram um jantar e mantiveram o nível do meu salário. Por certo período, era convidado a participar das festividades da Unidade, recebia caixinhas de produtos em casa, com o passar do tempo o gerente mudou e esse vínculo diminuiu. Então durante esse período de ligação eu conversava com os diretores e tive a oportunidade de ver o projeto de ampliação, cujo objetivo era instalar em Marília a maior unidade produtiva de biscoitos da América Latina. Só que a Prefeitura não liberava o Projeto, e por isso eles negociaram a Tostines. O capital que seria usado para investir em Marília adquiriu outra Empresa. A Nestlé é uma grande empresa, mas o ruim é a organização do trabalho, o planejamento mental e a execução. É um ambiente muito rígido que não proporciona liberdade de ação. Existe uma programação semanal da produção, emitimos relatórios diariamente e temos, a cada relatório justificar se a produção dentro do planejamento pré- estabelecido, se foi maior ou menor. Então os gerentes ficam doidos porque tem que justificar tudo aquilo que era previsto para semana. Faz mal! É muita pressão! (Sr. Nicolau, antigo funcionário da Airilam/Beatrice Food, desligado da empresa após aquisição da Nestlé S/A. Pesquisa de Campo, 2009).

#### **- A NESTLÉ unidade de MARÍLIA – SP nos dias atuais**

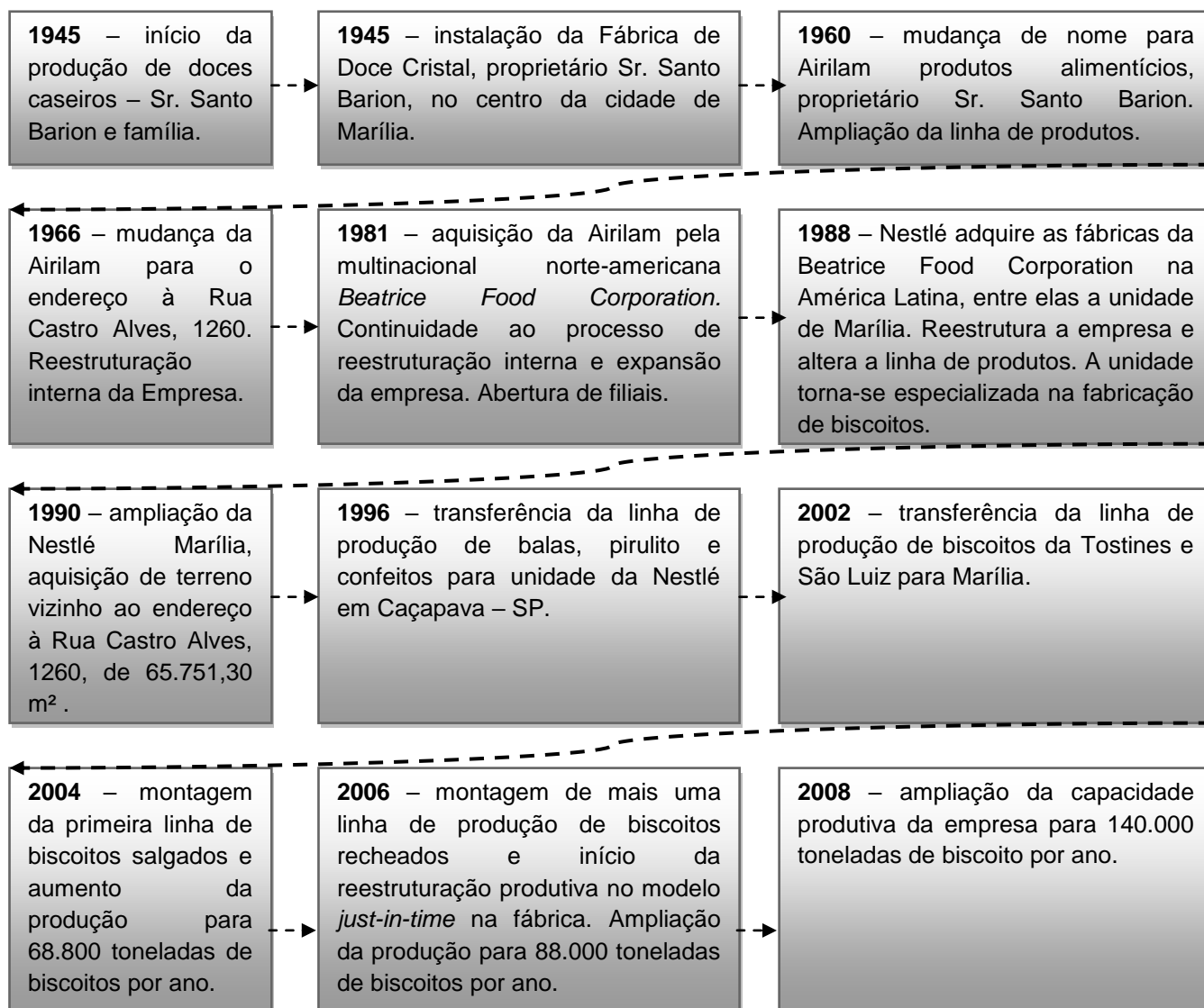
Através das informações do Quadro 18 (p. 354), podemos verificar que a trajetória da empresa Doces Cristal foi de constantes mudanças. Após a venda para empresários de grupos transnacionais, como Beatrice Food Corporation e Nestlé S/A, as reestruturações da produção, do trabalho e das linhas de produtos foram demasiadamente alteradas, além disso, a capacidade produtiva e a inserção no mercado após a aquisição da Nestlé rompeu definitivamente as escalas de produção local e regional.

A Nestlé Marília conta com 1.200 funcionários, do total 60% são homens e 40% mulheres, distribuídos da seguinte forma: 1.153 no setor de produção (incluindo produção, manutenção, segurança do trabalho, qualidade) 30 no setor administrativo; sete no setor de desenvolvimento de novos produtos; e dez no setor de logística. A fábrica possui 11 linhas de produção de biscoitos. Do total, sete funcionam nos três turnos de trabalho e as demais funcionam apenas nos períodos da manhã e tarde.

A estrutura da fábrica é verticalizada e possui três andares. O terceiro andar é composto por uma estufa que armazena a massa dos biscoitos que necessita de fermentação; no segundo andar funcionam as masseiras e no primeiro os fornos. A administração, o restaurante e a sala de jogos localizam-se numa área externa à fábrica.



### QUADRO 18: TRAJETÓRIAS ALIMENTÍCIAS: DE DOCES CRISTAL A NESTLÉ BISCOITOS



ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina. FONTE: BARBOSA, Gilberto Lima, 2008.

De acordo com Barbosa et. all. e informações levantadas durante a pesquisa empírica (2009), a fábrica da Nestlé está organizada em 11 linhas de produção. Cada linha equivale a uma mini-fábrica. Os processos de produção de cada uma delas são respectivamente dosimetria (responsável por formular os ingredientes para todas as linhas); masseira; cilindro; molde; corte; forno; resfriamento; empacotamento; apoio logístico para transporte do produto acabado ao depósito ou carregamento direto nos caminhões.

Quando a Nestlé adquiriu Airilam/Beatrice Food, as máquinas, fornos e equipamentos foram substituídos. Parte foi vendida para descarte “ferro velho” e outra foi adquirida por uma empresa fornecedora de matéria-prima para Nestlé, também localizada em Marília. A fábrica é completamente

informatizada, a cada duas horas os trabalhadores lançam no sistema a situação da produção.

A Nestlé permaneceu instalada na estrutura da Airilam/Beatrice Food, localizada próxima à área central da cidade de Marília e também das principais rodovias, tais como a Transbrasiliana – BR - 153; SP - 333 e SP - 294 – Comandante João Ribeiro de Barros. A localização próxima as rodovias é estratégica, porém por se situar praticamente na área central da cidade e num bairro de funções múltiplas (produção industrial, comércio, serviços e moradia), o acesso à fábrica é um complicador para atividade de carga e descarga.

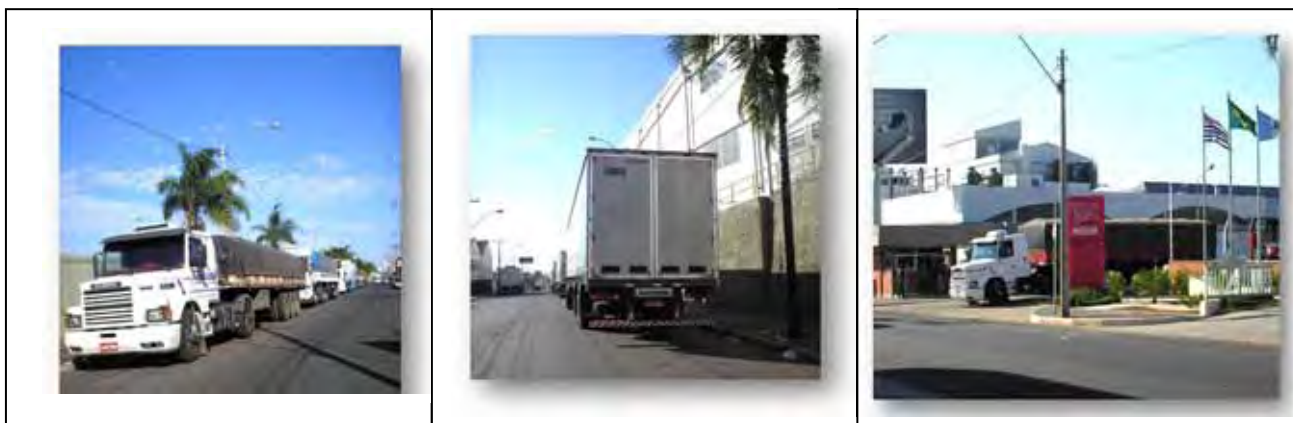
A mobilidade na proximidade da Avenida Castro Alves, onde a fábrica está instalada é dificultada, já que é frequente a entrada e saída de caminhões (Fotos 7,8 e 9 p. 356). Além disso, o fluxo torna-se mais intenso, pois essa avenida permite acesso às principais rodovias e a Zona Norte da cidade, local onde estão instaladas empresas industriais de grande porte, tanto alimentícias como de outros ramos industriais.



**FOTO 7:** Vista aérea da fábrica da Airilam-Beatrice Food. quando da aquisição da Nestlé. In: <http://www.nestle.com.br/site/anestle/historia.aspx>



**FOTO 8:** Vista aérea da fábrica da Nestlé, unidade de Marília – SP. In: Barbosa et al, 2008, p. 66.



**FOTO 9:** Avenida Castro Alves – Fábrica da Nestlé em Marília e fluxos de veículos em torno da unidade produtiva. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. Maio/2008. Pesquisa Direta.

### **- A organização da produção e do trabalho da unidade da NESTLÉ MARÍLIA - SP**

A unidade da Nestlé em Marília tem despertado interesse dos diretores de outras unidades produtivas do Brasil, assim como de outros países, onde a empresa tem fábricas em funcionamento, e de diretores da Suíça, devido aos resultados positivos ligados à gestão da unidade, à organização, ao aumento da produção e conseqüentemente, ao faturamento. A organização da produção e do trabalho na unidade de Marília segue os preceitos da produção flexível e o modelo, em processo de adoção, é o *just-in-time*, típico do modelo japonês de produção. “O início das atividades relacionadas ao lean thinking (just-in-time, pensamento enxuto) da Nestlé Brasil ocorreu em outubro de 2006 na fábrica de Marília com a inauguração do Projeto AGREGA” (BARBOSA et. all, 2008, p. 67).

O projeto, pautado na organização da produção no sistema *just-in-time*, tem como pressuposto a melhoria da qualidade do produto para máxima satisfação do consumidor, para tanto, as normatizações impostas perpassam pela diminuição do tempo da produção, dos custos e desperdícios, do estoque, ainda prevê alto-gestão, melhoria de qualidade e produção contínua. Para tanto, é preciso reduzir os problemas das máquinas e equipamentos e agregar todos os envolvidos num pensamento único que presa pela versatilidade, eficiência e qualidade.

A reestruturação produtiva da Nestlé, unidade de Marília, foi implantada em etapas. No ano de 2006, foi escolhida uma linha para iniciar a produção modelo baseado no *just-in-time*.

A linha escolhida foi a 9, que produz biscoitos recheados (Passatempo Recheado, Negresco e Bono). Esta linha possui dois acondicionamentos, sendo um Portifólio e o outro *Portion Pack* (embalagem dupla de 6 unidades). A escolha da linha ocorreu devido ao fato da mesma apresentar altos índices de retrabalho, varredura e perda de embalagem e tempo alto de *set-up*. Após a implementação na linha 9, o *lean* foi implementado na linha 3 (também voltado a produção de recheados) (BARBOSA et. all, 2008, p. 69).

De acordo com as informações obtidas durante a pesquisa empírica, atualmente, o *just-in-time* foi implantado em todas as linhas de produção da fábrica de Marília. Essa organização foi adotada, devido aos resultados positivos, do ponto de vista dos interesses do Grupo Nestlé. Tais resultados foram:

- Redução do *lead time* de 23 para 17 dias (redução de 30%);
- Aumento de potencial econômico de R\$ 3,6 milhões no período;
- Redução do tempo de *set-up* de 5,8 horas para 1 hora (redução de 82,8%);
- Monitoramento dos indicadores de produção atualizados hora a hora;
- Redução de 40% do retrabalho da linha;
- Redução de 33% de perdas de matéria prima;
- Redução de 27% de perdas com material de embalagem;
- Aumento de 6% da disponibilidade da linha;
- Aumento de 18% da produtividade da mão de obra;
- Aumento do nível de serviço de 3%;
- Redução de 20% no custo de conversão dos produtos;
- Redução de 70% no estoque de caixas de papelão;
- Ganho de espaço no armazém da fábrica (400 m<sup>2</sup>) (BARBOSA et. all, 2008, p. 69, 70).

Na perspectiva dos trabalhadores e empresas prestadoras de serviço, essa organização baseada no sistema de produção flexível, *just-in-time*, é extremamente rigorosa em todos os setores.

A carga de *stress* é grande para todos, desde os funcionários da produção até os prestadores de serviço. O ambiente de cobrança contagia a todos, e todos têm medo de perder o emprego. O medo é constante, todos os dias. O objetivo da Nestlé é conquistar os selos de controle de qualidade, responsabilidade ambiental e do trabalho<sup>162</sup>,

<sup>162</sup>Com o objetivo de somar mais atributos à qualidade de seus produtos, no decorrer deste ano, a empresa iniciou atividades que visam a certificação da empresa pelo sistema ISO nas

mas a preocupação maior é com a qualidade do produto, pois isso representa segurança das vendas e satisfação do cliente. Ouvimos isso todos os dias (Elvio, prestador de serviços da Nestlé Marília. Pesquisa de Campo, 2009).

É um esquema que não dá pra pensar porque não podemos perder tempo. Imagine, antes do sistema, entre a produção de um produto e outro, demorava três horas para limpar as máquinas. Depois que implantou esse jeito rápido, esse tempo caiu de duas, para uma hora e hoje demoramos 50 minutos para limpar as máquinas e produzir outro produto. É tudo muito rápido, o coração acelera. Esses dias os americanos vieram na empresa e gostaram (Sr. Valtônio, trabalhador da Nestlé, morador do Jardim Alimentação I. Pesquisa de Campo, 2009).

De acordo com informações obtidas durante o trabalho de campo, atualmente, o salário de um operário que trabalha no processo produtivo é de R\$ 1.234,20 mensais (recebidos em conta corrente do Banco Santander, agência de Marília). Esse é o maior salário em comparação aos pagos pelas grandes indústrias alimentícias de Marília. Os benefícios oferecidos pela empresa são: cartão alimentação (R\$ 260,00), que pode ser gasto em todos os supermercados da cidade; convênio médico hospitalar e odontológico; farmacêutico; ajuda de custo na aquisição de óculos de grau; botas ortopédicas; materiais escolares no valor de 50% da nota fiscal; auxílio lactante até o primeiro ano de vida do filho; vale transporte; seguro de vida, em caso de acidente no ambiente de trabalho ou no trajeto, considerado o deslocamento casa – trabalho; programa de previdência privada; auxílio natalidade no valor de um salário mínimo; e participação nos lucros e resultados da empresa (PPR). Se o funcionário for estudante, a Nestlé auxilia com bolsa de estudos, se os mesmos forem direcionados para trabalho na empresa.

A unidade de Marília conta com um clube recreativo para os funcionários em atividade e aposentados. Ainda, na fábrica existe uma loja em que os produtos são vendidos a preço de custo aos funcionários ativos e também aposentados.

---

normas ISO 9.001 (Qualidade), ISO 14.001 (Meio Ambiente), ISO 22.000 Segurança dos Alimentos) e OHSAS 18.001 (Segurança e Saúde no Trabalho). Para isso, foi criado o SGI (Sistema de Gerenciamento Integrado), que tem por objetivo criar a integração entre os Sistemas Integrado de Gestão da Qualidade, Segurança dos Alimentos e Meio Ambiente e Segurança (BARBOSA et. all, 2008, p. 88).

A Nestlé de Marília funciona em três turnos de trabalho, todos os dias da semana. São dois turnos diurnos e um noturno. O sistema de trabalho é de seis dias trabalhados e dois dias de descanso, mas em períodos que a produção se intensifica, os trabalhadores descansam apenas um dia e fazem horas-extras, que podem ser remuneradas ou somadas ao banco de horas. Quem decide pelo banco de horas ou remuneração é o próprio trabalhador.

Como podemos constatar, a Nestlé oferece ao trabalhador uma série de serviços relacionados à saúde, à educação e à recreação. Além disso, muitos convênios são firmados entre as grandes empresas industriais alimentícias de grande e médio porte com estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços da cidade de Marília, tais como: farmácias; profissionais de saúde; comércio – supermercados; papelaria; óticas; postos de gasolina; universidades e faculdades; para atender aos trabalhadores. Ao caminhar pela cidade, é possível encontrar placas que anunciam quais empresas são conveniadas, como podemos visualizar na Foto 10.



**FOTO 10:** Convênios entre a indústria alimentícia e estabelecimentos comerciais de Marília - SP. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. Maio/2008. Pesquisa Direta.

Diante disso, podemos afirmar que a indústria alimentícia de Marília dinamiza todos os setores da economia, desde a agricultura, haja vista que a Região Administrativa é a primeira em produção de amendoim do estado de São Paulo, ao próprio ramo industrial alimentício, pois se destaca com os vinte



munícipios do Estado em concentração de estabelecimentos industriais alimentício de consumo final e o segundo em geração de empregos formais. Ainda, na escala intraurbana, a indústria dinamiza tanto os serviços articulados à própria produção, como aqueles de transportes, distribuição e prestadores de serviços à indústria e aos trabalhadores.

Todos os benefícios oferecidos pela empresa não diminuem a tensão vivida pelo trabalhador no ambiente da produção, isso culmina em inúmeros problemas, entre eles os acidentes de trabalho.

A ginástica laboral, ah! Eu não faço todos os dias. A gerente e o pessoal da CIPA fazem reunião direto, mas não adianta nada, porque um descuidinho já tem acidente. Tem muito dedo cortado lá. Todas as normas para boa conduta de trabalho é passada "*hora que for limpar a máquina, para a máquina*". Mas o pessoal tem rapidez né, tem que fazer rápido. Quando vai desenroscar um biscoito faz com a máquina ligada, aí é acidente. A exigência de rapidez é fogo. Imagina de três horas de limpeza diminuiu pra cinquenta minutos, com máquina limpa, tudo organizado. Agora é tudo muito rápido, o cara fica apavorado... (Sra. Fabrícia, trabalhadora da Nestlé, moradora do Bairro Santa Antonietta. Pesquisa de Campo, 2009).

As normas estabelecidas a partir do *just-in-time* devem ser cumpridas rigorosamente, caso contrário, as punições serão aplicadas no dia-a-dia do trabalho. A flexibilidade, exaltada nesse sistema de organização da produção, típica do regime de acumulação flexível originário a partir das empresas automobilísticas japonesas na década de 1970, condiz apenas com as atividades realizadas pelo trabalhador e menos na liberdade de negociação. O que é vigente, na verdade, é a obediência, a não contextualização das normatizações impostas.

### **- O processo produtivo – a fabricação dos biscoitos**

Na fábrica existem onze linhas de biscoitos em funcionamento. Existem as linhas de biscoitos salgados, doces, maisena, recheados e *wafer*. A organização interna da fábrica da Nestlé não segue uma hierarquia rígida. Os trabalhadores possuem funções específicas, que podem ser desempenhadas em várias linhas de produção.

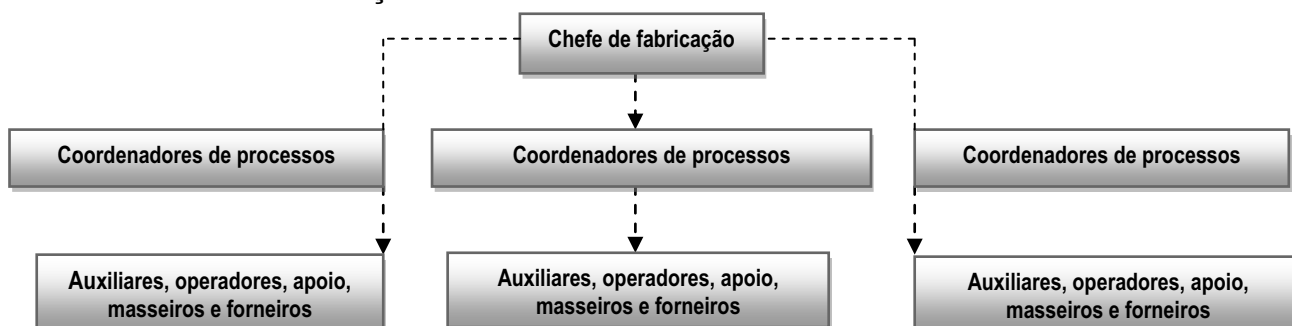
O apoio logístico que dá suporte nas linhas de produção troca uma pessoa de uma linha pra outra. Por exemplo, se uma linha tá faltando uma pessoa, de repente alguém ficou doente, ou alguma gestante tá afastada, alguma coisa assim, tem uma pessoa pra dar suporte. Cada um na sua função sabe trabalhar em todas as linhas de biscoito (Sr. Edinaldo, 26 anos, trabalha na Nestlé há três anos e seis meses, mas desde 1998 é trabalhador das indústrias alimentícias de Marília).

O desenvolvimento do trabalho de maneira flexível é parte integrante do sistema *just-in-time*, em implantação, na fábrica. Tal organização permitiu que fossem eliminados os cargos de encarregados de setores e supervisores. Tal organização, de acordo Benko (1996), está inserida nos moldes da empresa flexível, que tem como um dos pressupostos a eliminação dos cargos, funções rígidas dentro da empresa e a cooperação entre os envolvidos no processo produtivo. Cada funcionário é responsável por si e pode atuar em diversas atividades dentro do setor.

Quando a empresa era da Beatrice, tinha encarregado de setor, na Nestlé esses cargos deixaram de existir. Hoje cada um é responsável pelo seu trabalho, não existe mais chefe. Era ruim porque sempre tinha um cara olhando o seu serviço. Mas a pressão ainda existe, só que a pressão é de cada um (Sr. Valtônio, trabalhador da Nestlé, morador do Jardim Alimentação I. Pesquisa de Campo, 2009).

No Quadro 19, podemos verificar como a fábrica está estruturada do ponto de vista das funções desempenhadas por cada trabalhador e no Quadro 20 (p. 363), é possível entender, com mais detalhes, qual a função de cada trabalhador na fábrica e os requisitos necessários para desempenhar tais funções.

**QUADRO 19: ORGANIZAÇÃO INTERNA DA FÁBRICA DA NESTLÉ UNIDADE DE MARÍLIA - SP**



FONTE: BARBOSA et. all. 2008, p. 76. ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina, FEV, 2011.



Na Nestlé em Marília, as normas para a produção não são elaboradas na unidade produtiva. Semanalmente, o Centro de Distribuição, responsável por processar as vendas dos produtos Nestlé, emite para São Paulo quais são os produtos que devem ser fabricados para suprir a demanda dos clientes. Por sua vez, São Paulo direciona a todas as unidades da Nestlé um planejamento do que deve ser produzido.

Assim, na fábrica, o processo produtivo continua com o responsável do apoio logístico, que repassa as normatizações para o armazém onde ficam estocadas as matérias-primas. O depósito aciona a dosimetria, que é o local onde se prepara todas as químicas para fabricação do biscoito. O responsável pelo setor recebe semanalmente as linhas de biscoitos que serão fabricadas durante a jornada de trabalho.

No planejamento semanal da produção, emitido às sextas-feiras e divulgado através de painéis computadorizados, o trabalhador verifica dia-a-dia quais biscoitos serão fabricados; a quantidade de massa e de creme (se for biscoito recheado); o total de quilos e a quantidade de caixas. Depois de verificar as normas de produção, o trabalhador programa a quantidade exata dos principais ingredientes, tais como essência; sódio; amônio; bicarbonato de sódio; pirofosfato; resina; sabores etc. As quantidades são controladas por máquinas computadorizadas. Os componentes químicos se diferem entre os biscoitos que são produzidos para consumo interno e para os que são exportados. Para cada linha de produção, são preparadas em torno de trinta e cinco químicas por jornada de trabalho.

O setor de dosimetria dispõe de seis balanças digitais em que são pesados todos os ingredientes mencionados. Trabalham nesse setor quatro funcionários fixos (por turno), responsáveis por pesar os ingredientes, e três funcionários volantes, que abastecem os masseiros com os ingredientes pesados na dosimetria.

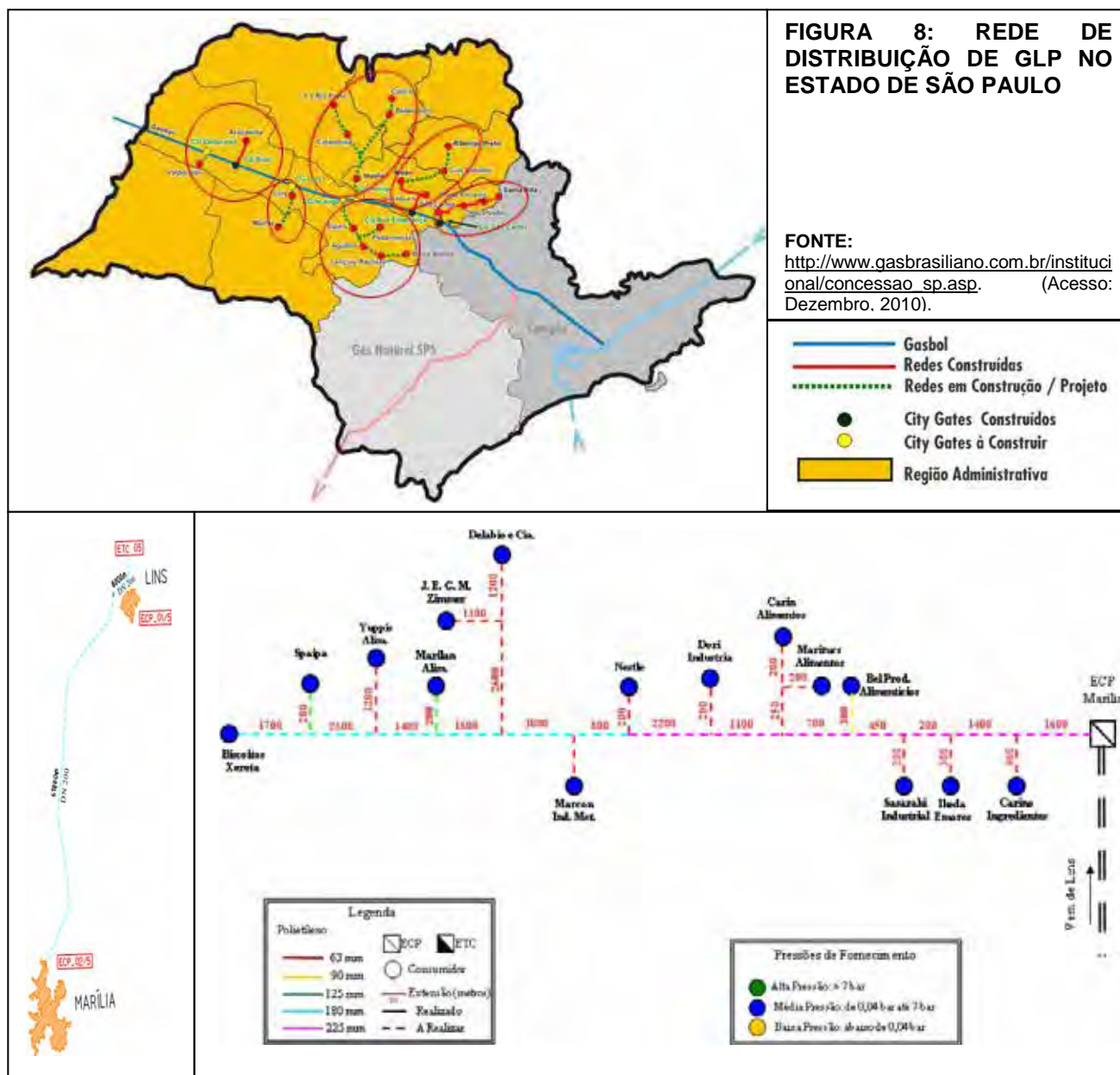
O trabalho é muito rápido, depois que foi incorporado o sistema *lean* a velocidade aumentou. Tem um cara que trabalha comigo que falta bater num peão se marcar. Quer ver quando muda o produto e a notícia demora em chegar. Para trabalhar na dosimetria é preciso ter prática porque tem mais de 1.000 químicas diferentes. Um erro é fatal, pode parar toda linha de produção (Sr. Valtônio, trabalhador da Nestlé, morador do Jardim Alimentação I. Pesquisa de Campo, 2009).

**QUADRO 20: FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS TRABALHADORES DA NESTLÉ – UNIDADE PRODUTIVA DE MARÍLIA - SP**

FUNÇÃO	EXIGÊNCIAS	ATRIBUIÇÕES
Auxiliar de fabricação 1,2,3	Ensino médio completo; conhecimento básico em informática.	Acondicionamento dos produtos em caixas de papelão; verificação da qualidade dos pacotes e o bom estado dos mesmos; operar os comandos da máquina seladora e de impressão; pesar e passar as caixas na seladora; inspecionar a data de validade do produto acabado e efetuar a paletização das mesmas; cortar pacotes em desconformidade; pesar; liberar para o moinho de trabalho e efetuar a limpeza e organização do setor, conforme escala de revezamento; retirar os biscoitos manualmente da esteira e abastecer a máquina de embalagem; retirar os biscoitos defeituosos e colocá-los na esteira para serem ensacados. Em caso de paralisação da máquina de embalagem; os biscoitos são acondicionados em monoblocos plásticos para posteriormente serem embalados.
Operador de máquina de fabricação 1	Ensino médio completo; conhecimento básico em informática	Operar moinho de biscoitos; açúcar e outras matérias-primas; zelar pela limpeza e organização do setor conforme instruções operacionais.
Operador de máquina de fabricação 2	Ensino médio completo; conhecimento básico em informática	Operar máquinas de biscoitos de menor complexidade; zelar pela limpeza e organização do setor conforme instruções operacionais.
Operador de máquina de fabricação 3	Ensino médio completo; conhecimento básico em informática	Operar máquinas de biscoitos de maior complexidade; zelar pela limpeza e organização do setor, conforme instruções operacionais; conhecer o funcionamento do maquinário e variáveis do processo de fabricação.
Fornheiro	Ensino médio completo; conhecimento básico em informática	Responsável pelo processo de assamento do biscoito.
Masseiro	Ensino médio completo; conhecimento básico em informática	Responsável por misturar os ingredientes que irão compor a massa do biscoito.
Apoio de Processo	Ensino médio completo e preferencialmente formação superior, conhecimento intermediário em informática	Controlar o número de pessoas em cada linha de produção, de acordo com as necessidades pré-estabelecidas; monitorar os horários do pessoal de produção; e elaborar escalas de folga.
Coordenador de Processos	Formação superior técnica / Ciência em Engenharias Químicas; Alimentos; Mecânica; Elétrica; Mecatrônica; Biologia; Bioquímica; Agronomia e áreas afins. Inglês avançado e espanhol básico. Preferencialmente experiência em indústria alimentícia e/ou farmacêutica. Disponibilidade de transferência entre unidades.	Em sequência ao seu processo de formação (ex-trainee técnico) deve aprofundar-se no desenvolvimento/acompanhamento dos processos de fabricação; indicadores gerenciais e demais tarefas que lhe forem atribuídas; dentre elas o "start-up" de novas linhas; acompanhamento do início de produção de novos produtos; estudos específicos relacionados ao bom desempenho ideal das linhas de produção tanto nos aspectos qualitativos como quantitativos; treinamento de colaboradores.
Chefe de Fabricação	Formação superior técnica / Ciência em Engenharias Químicas; Alimentos; Mecânica; Elétrica; Mecatrônica; Biologia; Bioquímica; Agronomia e áreas afins. Preferencialmente especialização em Administração; curso de inglês avançado e espanhol intermediário. Experiência na indústria alimentícia e/ou farmacêutica. Experiência nas áreas de fabricação (operação e coordenação); qualidade e desenvolvimento de produtos. Disponibilidade de transferência entre unidades.	Assegurar o desempenho ideal das linhas de produção na fábrica, considerando os colaboradores; qualidade; custo; prazo; ativos e meio ambiente.

Depois de pesados, os ingredientes são encaminhados para o masseiro (profissional responsável por fazer a massa dos biscoitos), que faz a conferência e pesa novamente antes de incorporar à massa. Se algum peso estiver errado, o masseiro anota no relatório para aplicação de advertência. A masseira é uma grande bateadeira elétrica onde os ingredientes são misturados. Cada masseiro faz de três a quatro massas por hora, isso equivale a 2000 quilos de biscoitos produzidos por hora em cada linha. Os primeiros ingredientes utilizados na massa são: farinha; açúcar; sal; leite; e água. Para cada massa são utilizados 350 quilos de farinha. Esses ingredientes ficam armazenados em moinhos, reservatórios e caldeiras, quando necessário, os masseiros, acionam por meio de computadores, a dosagem exata de cada ingrediente, que através de um sistema de tubulação é levado até a masseira para que ocorra uma primeira mistura. Na segunda são adicionados os ingredientes “químicos” selecionados na dosimetria. Essa massa permanece em fermentação por 30 minutos, apenas dois tipos de massas exigem um tempo maior de descanso (dez horas). *“Eles projetam lá no computador a receita, e o masseiro, ele só vai dar o play, por exemplo.”* (Edinardo, 26 anos, trabalha na Nestlé há três anos e seis meses, mas desde 1998 é trabalhador das indústrias alimentícias de Marília).

Vale ressaltar que nas caldeiras fica armazenada água fervida numa temperatura de 60°. Ela libera vapor de água para os recipientes em que ficam armazenados os ingredientes quentes, tais como gorduras; chocolates e cremes. Além disso, a água aquecida é utilizada para higienização das máquinas e equipamentos utilizados no processo produtivo. O gás que sustenta as caldeiras é o gás liquefeito de petróleo (GLP), que chega até a fábrica por meio de uma rede que abastece as principais indústrias alimentícias e de outros ramos, instaladas em Marília, como podemos verificar na Figura 8 (p. 365). A rede que abastece Marília entrou em funcionamento no ano de 2009, foi estruturada a partir de Lins, município distante a 98 Km, que por sua vez está articulado à rede de distribuição do estado de São Paulo.



Em continuidade ao processo produtivo, após o batimento da massa, ela é depositada num carrinho e levada ao cilindro para que possa ser moldada com os desenhos específicos de cada biscoito. Após a moldura, a próxima etapa é o corte do biscoito e que por fim, são depositados nos fornos (o tempo de assamento, o calor, a velocidade da esteira e o resfriamento são controlados pelo sistema computadorizado). O tempo de assamento varia de sete a oito minutos. Todas as etapas são realizadas por máquinas, sem contato manual. O tempo gasto para produção de uma “receita” de biscoitos demora em média 48 minutos (da dosimetria à masseira (30 minutos) e aos demais processos, até o empacotamento).

Depois de frio, o biscoito é empacotado. As mulheres são responsáveis pelo trabalho manual, o próprio empacotamento, e os homens são responsáveis por empilhar as caixas, depositar na empilhadeira e na carreta, e finalmente, transportar. Os biscoitos empacotados são dispostos em caixas e colocados na empilhadeira que por sua vez, deposita as caixas de biscoitos na carreta. Cada caixa de biscoito contém 40 pacotes. Em cada um deles tem um rótulo em que são especificadas a hora, o setor em que o produto foi fabricado e o lote. Esse controle permite identificar o responsável caso seja identificado algum problema com o produto. Além disso, em todas as embalagens são apresentadas as informações nutricionais e o prazo de validade, portanto, a empresa segue as normatizações da ANVISA.

Cada trabalhador pega oito pacotes de biscoito por vez para dispor na caixa. Nossa, se você vê o pessoal pegando, parece uma máquina. Na esteira de empacotamento trabalha cinco pessoas em cada linha. O cara tem que armar a caixa, passar na esteira para que os biscoitos sejam colocados. Em média saem 60 a 70 pacotes de biscoito por minuto, em cada máquina (Sr. Valtônio, trabalhador da Nestlé, morador do Jardim Alimentação I. Pesquisa de Campo, 2009).

Os biscoitos produzidos no turno da noite vão para o depósito da fábrica, para que sejam carregados nos caminhões. O destino da produção de Marília é o centro de armazenamento da Nestlé, localizado em Ribeirão Preto – SP ou o centro de distribuição, localizado em Cordeirópolis.

A atividade de carga e descarga de matéria-prima e produtos acabados acontece nos três turnos de trabalho, por isso, como mencionamos, é constante a presença de caminhões na Avenida Castro Alves, nas proximidades da fábrica da Nestlé.

Durante os dois primeiros turnos, no setor de carga e descarga, trabalham oito funcionários e no terceiro turno, noturno, trabalham apenas três. Todo processo é feito por máquinas, os trabalhadores apenas dirigem as empilhadeiras e acionam os botões para carregar e descarregar os produtos. Os caminhões entram na fábrica pela Avenida Castro Alves e são estacionados nas plataformas em frente ao depósito. Dele, os produtos são carregados até o caminhão.

Os caminhões que trazem matéria-prima para fábrica realizam o mesmo processo, mas os equipamentos utilizados são diferentes, por exemplo, a farinha é transportada em *bags* (sacolas) que têm capacidade de 1.100 quilos cada uma. Em cada caminhão (carreta) são transportadas 20 sacolas. Todas dispõem de quatro alças que são acopladas a um guindaste e levadas até o moinho que armazena farinha. O tempo para descarregar um caminhão com essa capacidade demora em média 20 minutos.

Diferentemente de quando a empresa era controlada pela Beatrice Food Corporation, hoje, todas as máquinas são automatizadas e as principais computadorizadas. Os maquinários e equipamentos utilizados no processo produtivo são importados e o material é inox. A manutenção é feita por funcionários da Nestlé e dependendo do problema, são acionados profissionais de outras fábricas. Normalmente, uma linha funciona a semana inteira e permanece 16 horas em manutenção. Os trabalhadores precisam ter leitura e conhecimento mínimo de informática para se adequar ao processo produtivo.

Hoje é tipo um painel que a gente aperta o botão lá e aí a máquina trabalha quase sozinha. A gente só abastece, o que eu estou hoje é um sossego. Há uns 12 anos, a gente tinha trabalho manual. Desamarrava os sacos de farinha de 50 quilos e jogava dentro da máquina que era mais simples também. O problema é que o sistema hoje é de muita cobrança, exigência, tem muito treinamento. De 1987 a 1988 eu trabalhei na Beatrice né, era um americano que era dono. Aí em 1988 a Nestlé comprou. Quando trabalhei na Beatrice, não tinha tanta rigidez. Não usava tanto uniforme, as vezes camisa, as vezes sem camisa, com guarda-pós, boné, tênis, calça, do jeito que estou aqui, sem luva. Aí em 1988, a Nestlé já comprou, já começou sapato, aquele sapato branco sabe? Calça, até hoje a calça é branca, depende do serviço, mecânico é azul, alguns trabalham com roupa marrom. Agora o guarda pó já é com manga comprida, assim, fechado né. Touca, aquelas touca de redinha no cabelo, usa abafador, fone de ouvido também. Luva, no lugar que tem química, óculos, avental, máscara. Naquela época também o piso era tudo cerâmica né, hoje é tudo vixe... eu não sei falar, é um piso...ele é meio, meio cinza, feito à máquina, sabe? É um piso que eles fazem pra não estragar nunca. Hoje tem ar condicionado, (em parte das linhas também). Trabalhar com alimento tem que ter muita higiene, segurança. Antes de trabalhar tem que passar pelo ritual – lavar as mãos com água e sabão e passar álcool, utilizar todos os equipamentos de proteção e toca. (Sr. Valtônio, trabalhador da Nestlé, morador do Jardim Alimentação I. Pesquisa de Campo, 2009).

### **- As etapas do circuito espacial da produção da NESTLÉ unidade de MARÍLIA - SP**

A fábrica de biscoitos da Nestlé de Marília está submetida às normas da sua sede no Brasil, localizada na cidade de São Paulo, que por sua vez está subordinada à equipe responsável pela América Latina na Suíça, sede geral do grupo empresarial. Em Marília, a gestão, a produção, as compras de matérias-primas destinadas à produção, a contratação de profissionais qualificados e de prestadores de serviços é autorizada pela sede de São Paulo. No entanto, em relação à seleção de mão de obra qualificada, desde 2005, a Nestlé, em parceria com uma empresa de Recursos Humanos (Eventos RH), instalou uma central de cadastro de currículos, denominada Banco de Talentos da **Nestlé Business Shared Services Latin America - Centro de Serviços Compartilhados para a América Latina (NBS Latam)** em Ribeirão Preto-SP. O objetivo é selecionar e contratar profissionais da área administrativa e financeira.

Os pagamentos das empresas prestadoras de serviços tanto do Brasil, como dos demais países da América Latina também são efetuados através da unidade da Nestlé de Ribeirão Preto. Todas as empresas prestadoras de serviços podem controlar os vencimentos através do site da Nestlé Brasil, destinados aos “parceiros da Nestlé”.

A unidade produtiva da Nestlé de Marília deixou de produzir balas e doces e se especializou na produção de biscoitos. Sendo que a linha de balas e confeitos foi transferida para Caçapava, onde se produz também chocolates. No ano de 2007, a Nestlé inaugurou uma fábrica e um centro de distribuição na cidade de Feira de Santana, no estado da Bahia, na qual é responsável pela fabricação de todos os produtos da Nestlé. Essa unidade produz e distribui para as regiões Norte e Nordeste do Brasil. São “mini-fábricas” de chocolates, biscoitos, produtos lácteos, café solúvel com embalagens menores ao convencional.

Os serviços de propaganda e *marketing* da Nestlé no Brasil é desenvolvido pela unidade gestora localizada em São Paulo. As normativas da gestão e o desenvolvimento de produtos são provenientes da Suíça. Todavia,

em São Paulo, existem profissionais que trabalham no desenvolvimento de produtos, porém os mesmos são submetidos a testes e aprovação da matriz.

Como mencionamos, a produção da Nestlé Marília é destinada ao centro de armazenamento em Ribeirão Preto – SP, localizado na Avenida Henri Nestlé, 300, próximo à Rodovia Anhanguera (SP-330) e ao centro de distribuição (CD), localizado em Cordeirópolis – SP, instalado na Rodovia Anhanguera 154, próximo à Rodovia Bandeirantes. Os produtos são transportados pela empresa Ouro Verde, com sede em Curitiba – PR, mas que dispõe de um escritório em Marília - SP. A distribuição, na escala do território brasileiro e também para exportação é realizada a partir do CD, por isso a Nestlé não se encontra entre as empresas exportadoras de Marília relacionadas pela SECEX.



**FOTO 11:** Vista aérea do CD da Nestlé, localizado em Cordeirópolis-SP, na Rodovia Anhanguera, próximo a Rodovia dos Bandeirantes.  
In.: <http://www.nestle.com.br/site/aneagle/historia.aspx>

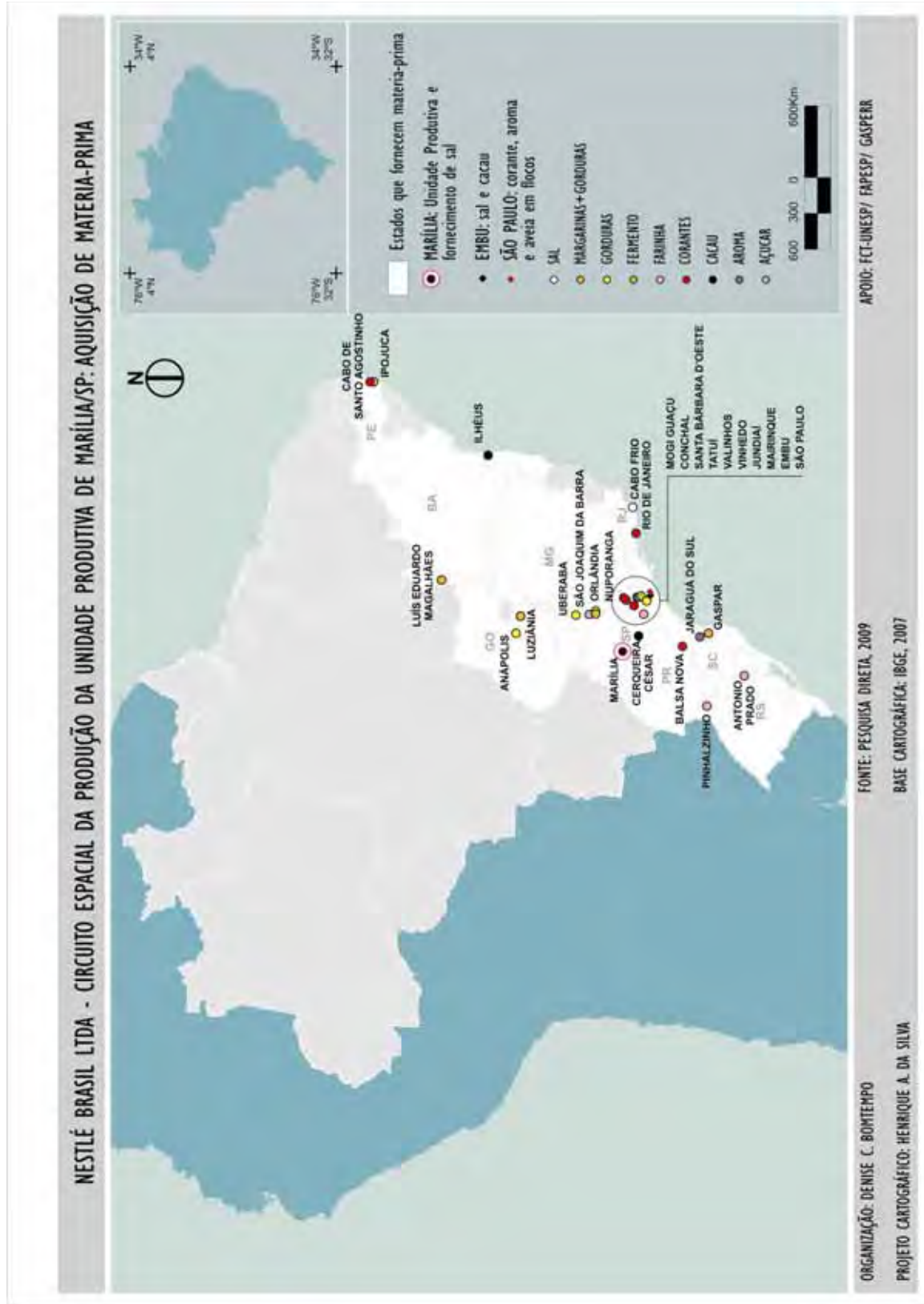
O controle da matéria-prima utilizada para produção de biscoitos é feito a partir da unidade produtiva de Marília, através de relatórios, no entanto, as compras são efetuadas pela unidade gestora em São Paulo. São muitos os produtos utilizados, no entanto, os principais são: farinha de trigo; sal; margarinas; gorduras; cacau; corantes; aromas; aveia em flocos; fermentos; açúcar. Entre as grandes empresas fornecedoras de matéria-prima para Nestlé destacam-se a Cargil, Bunge e Duas Rodas, empresas multinacionais.



Os municípios envolvidos no circuito espacial da produção de biscoitos da Nestlé de Marília, fornecedores de matéria-prima, de acordo com informações do Cartograma 21, são respectivamente: Embu - SP fornece sal e cacau; São Paulo, corantes, aromas e aveia em flocos; Conchal - SP e Calo de Santo Agostinho - PE são fornecedores de corantes; Cabo Frio -RJ, Marília - SP, e Embu - SP fornecem sal; Ipojuca - PE; Luís Eduardo Magalhães - BA; Luiziana - GO; Orlândia - MG; Gaspar - SC; Anápolis - GO; Uberaba - MG; Mairinque - SP são fornecedores de gorduras e margarinas; Jundiaí - SP insere-se no circuito como fornecedor de fermento; já os municípios fornecedores de farinha são Tatuí - SP; Pinhalzinho - SC; Antônio Prado - RS; o cacau é proveniente de Ilhéus - BA e Cerqueira César - SP; por sua vez, Jaraguá do Sul - SC e São Paulo concentram-se as empresas fornecedoras de aromas para Neslté. Por fim, o açúcar utilizado na fabricação dos biscoitos é proveniente de empresa fornecedora de São Joaquim da Barra - SP.

Como podemos constatar, os municípios fornecedores da matéria-prima estão localizados no Nordeste do Brasil e, em grande parte em municípios da região concentrada (Centro Oeste; Sudeste e Sul).

CARTOGRAMA 21:



Vale a pena ressaltar, que em Marília existem empresas industriais subcontratadas pela Nestlé que são responsáveis pelo fornecimento de matérias-primas processadas, é o caso da Carino Ingredientes. A subcontração realizada pelas grandes empresas, *“representa um meio de desenvolver e controlar novas tecnologias diminuindo seus custos graças às vantagens de externalização; pelas PME subcontratadas, as grandes firmas podem também controlar a atividade industrial de uma região”* (FIRKOWSKI & SPOSITO, 2008, p. 45).

A Carino Ingredientes é uma empresa de capital local, de médio porte (do ponto de vista da quantidade de funcionários) que iniciou suas atividades em Marília no ano de 1993. Está instalada numa área própria, possui 250 funcionários e sua estrutura é de 2.000 mil metros quadrados de área construída.

A proprietária da empresa era engenheira da Beatrice Food e, quando a empresa foi vendida para Nestlé, ela permaneceu apenas um curto período como funcionária e depois, junto com os demais profissionais qualificados deixaram o trabalho na fábrica. A proprietária da Carino, que na Nestlé exercia o cargo de engenheira de produção, foi convidada para permanecer na empresa, porém em outra unidade produtiva. O convite não foi aceito, pois seu objetivo era permanecer em Marília. Desde então, fundou a Carino Ingredientes. No início, a empresa era pequena e trabalhavam apenas pessoas ligadas à família e a alguns trabalhadores na linha de produção de doces.

De acordo com informações levantadas durante a pesquisa de campo, depois dos primeiros anos de atuação no mercado de produção de doces, a Carino se reestruturou e passou a trabalhar com matéria-prima processada para indústrias de alimentação. Tal iniciativa se deu primeiro, por Marília ser a principal região produtora de amendoim no estado de São Paulo e por ter indústrias que necessitavam dos produtos que passaram a ser ofertados pela Carino. Desde a reestruturação, a Carino Ingredientes se tornou fornecedora de ingredientes processados para Nestlé unidade de Marília e Caçapava, que atualmente, comporta uma filial da empresa para atender exclusivamente a Nestlé. No momento, a Carino Ingredientes fornece também para unidades da Nestlé de outros países.

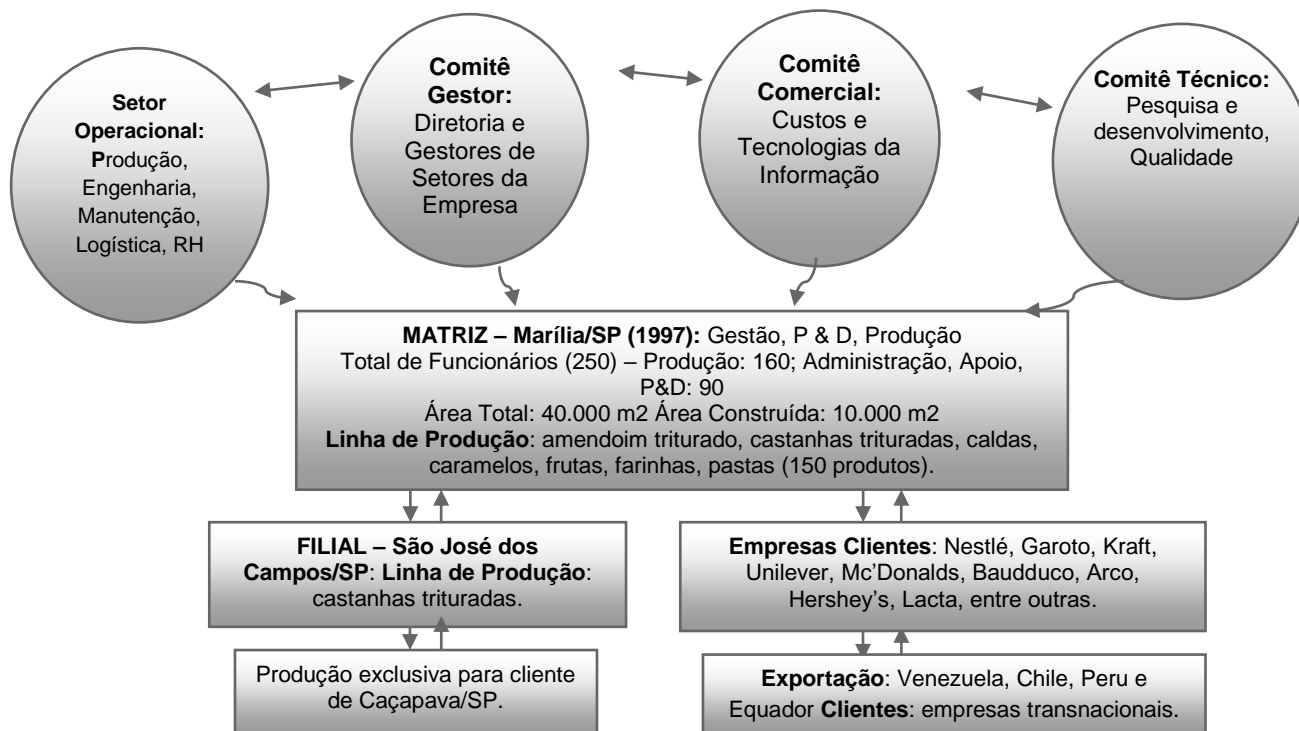
Além da Nestlé, fornece matéria-prima processada para grandes empresas atuantes no território brasileiro, tais como: Kraft Foods; Mc'donalds; Unilever, Arcor, Bauducco, Hershey's, Lacta, entre outras. Além do mercado nacional, exporta também para empresas da Alemanha, Argentina, Chile, Peru, Venezuela e Marrocos.

A Carino oferece ingredientes processados, tais como: castanhas; crocantes; recheios; caldas; geléias; pastas; mix e farinhas. A produção é feita de acordo com as necessidades de cada cliente. Além de fornecedora de ingredientes processados, também realiza desenvolvimento e fabricação de produtos de consumo final com rótulos das empresas.

Os serviços realizados pela empresa são limpeza e seleção de grãos; torrefação; granulação; blanchamento; envase de produtos em *sachets*, bisnagas e bolsas; embalagem conservante sob vácuo ou com atmosfera modificada; granulação de biscoitos, chocolates e *wafers*; drageamento; misturas; fritura; moagem; tratamento com anti-oxidantes; preparo de geléias caldas; preparo de recheios pastosos e cremes; preparo de molhos de salada.

As matérias-primas utilizadas pela Carino são provenientes da Turquia e importadas por uma empresa *Trading* de São Paulo (Avelã, uva passa); municípios próximos à Marília (Tupã, Pompéia - amendoim); (usinas da região de Marília – açúcar); Ceará e Rio Grande do Norte (castanha de caju); Pará (castanha do Pará); Jaraguá do Sul (corantes e aromas); São Paulo e Curitiba são fornecedores de embalagens. Os serviços de tradução de embalagens são realizados na própria empresa; Bauru (fornece uniforme); as máquinas são importadas dos Estados Unidos; Alemanha e Itália e também nacionais, fabricadas em Piracicaba; Limeira; São Paulo e Campinas. A distribuição é feita por transportadoras que ora a Carino contrata, ora são contratadas pelas empresas sucontratantes. Quando os produtos fabricados são para exportação, os *containers* são carregados na Carino e enviados por caminhões para o Porto de Santos - SP. No Quadro 21 (p. 374), poderemos verificar como se organiza a Carino Ingredientes.

**QUADRO 21: ORGANIZAÇÃO DE EMPRESA DE MÉDIO PORTE (CAPITAL LOCAL), FORNECEDORA DE MATÉRIA-PRIMA PROCESSADA PARA NESTLÉ E OUTRAS EMPRESAS**



**FONTE:** site da empresa ([WWW.carino.com.br](http://WWW.carino.com.br)), acesso setembro de 2008) e Pesquisa Direta (março a junho de 2009). **ORG.:** BOMTEMPO, Denise Cristina. FEV, 2010.

Podemos afirmar que a Carino Ingredientes, na verdade, surgiu para atender aos interesses da Nestlé - unidade de Marília e Caçapava. Atualmente, ela continua participando do circuito produtivo da Nestlé, mas também articula com outros grupos empresariais nacionais e transnacionais.

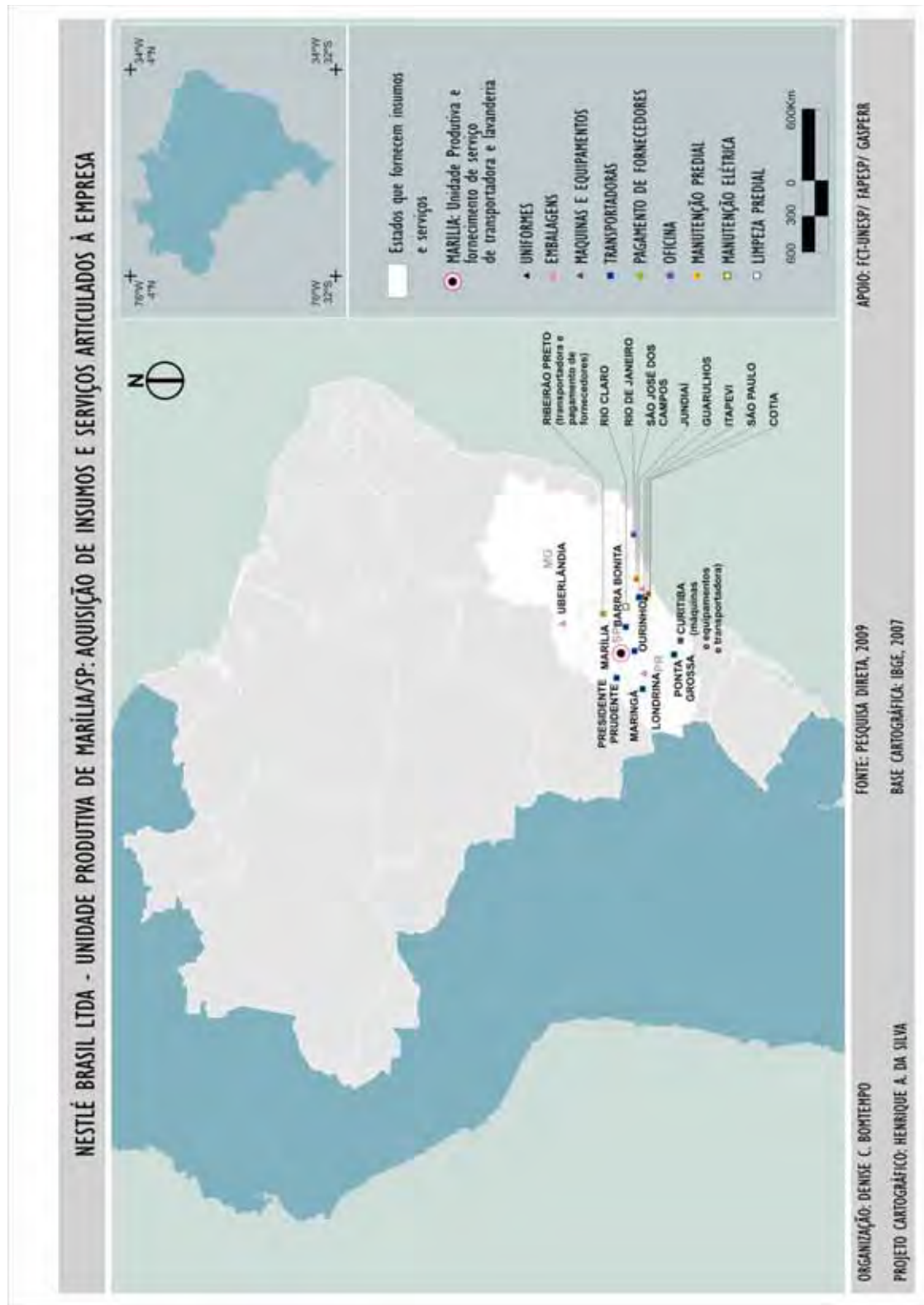
Atrrelado ao circuito espacial da produção da Nestlé de Marília, no que concerne aos insumos e serviços articulados à fabricação de biscoitos, verificamos que as empresas envolvidas no circuito espacial produtivo localizam-se em municípios que, do ponto de vista topográfico, são mais próximos da unidade produtiva de Marília, tais como: Ourinhos - SP, concentra empresa fornecedora de uniformes; Guarulhos - SP; Londrina - PR e Uberlândia - MG concentram empresas fornecedoras de embalagens. As máquinas e equipamentos utilizados no processo produtivo são importadas da Alemanha e da Itália e também fabricadas no Brasil, nos municípios de Londrina - PR; Curitiba - PR e São Paulo - SP.

As transportadoras que prestam serviço à Nestlé de Marília são inúmeras, entre elas destacam-se: Ouro Verde, cuja matriz é Curitiba - PR, mas as negociações são realizadas por meio do escritório localizado em Marília

SP; Sabiá, que também se localiza em Marília - SP; a Transjato, de Pompéia SP; JLA Transportes, de Jundiaí - SP; Transportadora Varp, de Presidente Prudente - SP; Transportadora Rizzo que está instalada em Barra Bonita - SP e Marília - SP; Jaloto Transportes, cuja matriz se é em Marínga - PR, mas as negociações são feitas a partir do escritório em Ourinhos - SP; e por fim, Transportadora Dal Pozo, localizada em Ponta Grossa - PR. Como podemos constatar, Marília concentra quatro escritórios de um total de nove transportadoras que prestam serviços à Nestlé. Nesse caso, a indústria é responsável por fomentar essa atividade na escala intraurbana e regional, já que muitos municípios envolvidos nesse circuito produtivo encontram-se na região administrativa de Marília e em municípios pertencentes a outras regiões administrativas, num raio de 200 Km de distância, como é o caso de Presidente Prudente; Londrina; Maringá; Barra Bonita, entre outros.

O pagamento de fornecedores, como mencionado, é feito pelo centro de processamento da Nestlé de Ribeirão Preto e, os serviços de oficina, manutenção predial, elétrica e limpeza são realizados por empresas localizadas em vários municípios do estado de São Paulo (Marília; Rio Claro; São José dos Campos e Cotia) e de outras localidades, a exemplo de Rio de Janeiro (RJ); Londrina (PR) e Curitiba), como podemos verificar no Cartograma 22.

CARTOGRAMA 22:



A Nestlé atua como uma grande empresa do ramo de alimentos em escala nacional. Os biscoitos produzidos pela unidade produtiva de Marília são vendidos em todos os estados do Brasil. São distribuídos a atacadistas, distribuidoras, redes de hipermercados, supermercados, mercados locais e pequenos estabelecimentos comerciais. Enfim, são inseridos no mercado em inúmeros locais de venda, sejam eles do circuito superior como também inferior da economia urbana.

De acordo com a reportagem da Revista Carta Capital (junho de 2008), a Nestlé é uma empresa que tem como objetivo alcançar todas as classes econômicas. Hoje, o seu foco principal no Brasil são as classes C e D, por isso, lançou uma linha de produtos com menores custos direcionados para essas classes, que atualmente, possuem condições de consumir produtos que até então não estava no alcance, devido à baixa renda econômica.

Além de transferir as unidades produtivas para cidades com maiores vantagens<sup>163</sup>, a estratégia da empresa para conquistar a população de baixa renda é vender os seus produtos fora das gôndolas dos supermercados. Essa nova maneira de inserção mercadológica pode ser verificada na periferia da cidade de São Paulo, mais precisamente nos Bairros da Zona Leste e das cidades médias paulistas, onde as vendedoras circulam nos bairros próximos ao próprio local de moradia, para vender os produtos da Nestlé, e ganham comissão pela venda. A comissão é paga pelo proprietário da linha de comercialização dos carrinhos.

Mais recentemente, dada a diversidade do território brasileiro, a Nestlé inaugurou um “supermercado flutuante”

[...] o barco iniciou suas operações em 1º de julho, saindo do porto de Belém para percorrer 18 municípios que compõem a região da Ilha de Marajó até a cidade de Almeirim, na região do Baixo Amazonas (Barcarena, Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Ponte das Pedras, Muaná, Limoeiro do Ajuru, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Oeiras do Pará, Bagre, Breves, Melgaço, Portel, Gurupá, Porto de Moz, Almeirim e Santarém. Este percurso será feito em torno de 18 dias e a embarcação permanecerá um dia em cada cidade. A estimativa é atender até 800 mil pessoas/mês, ampliando a presença

---

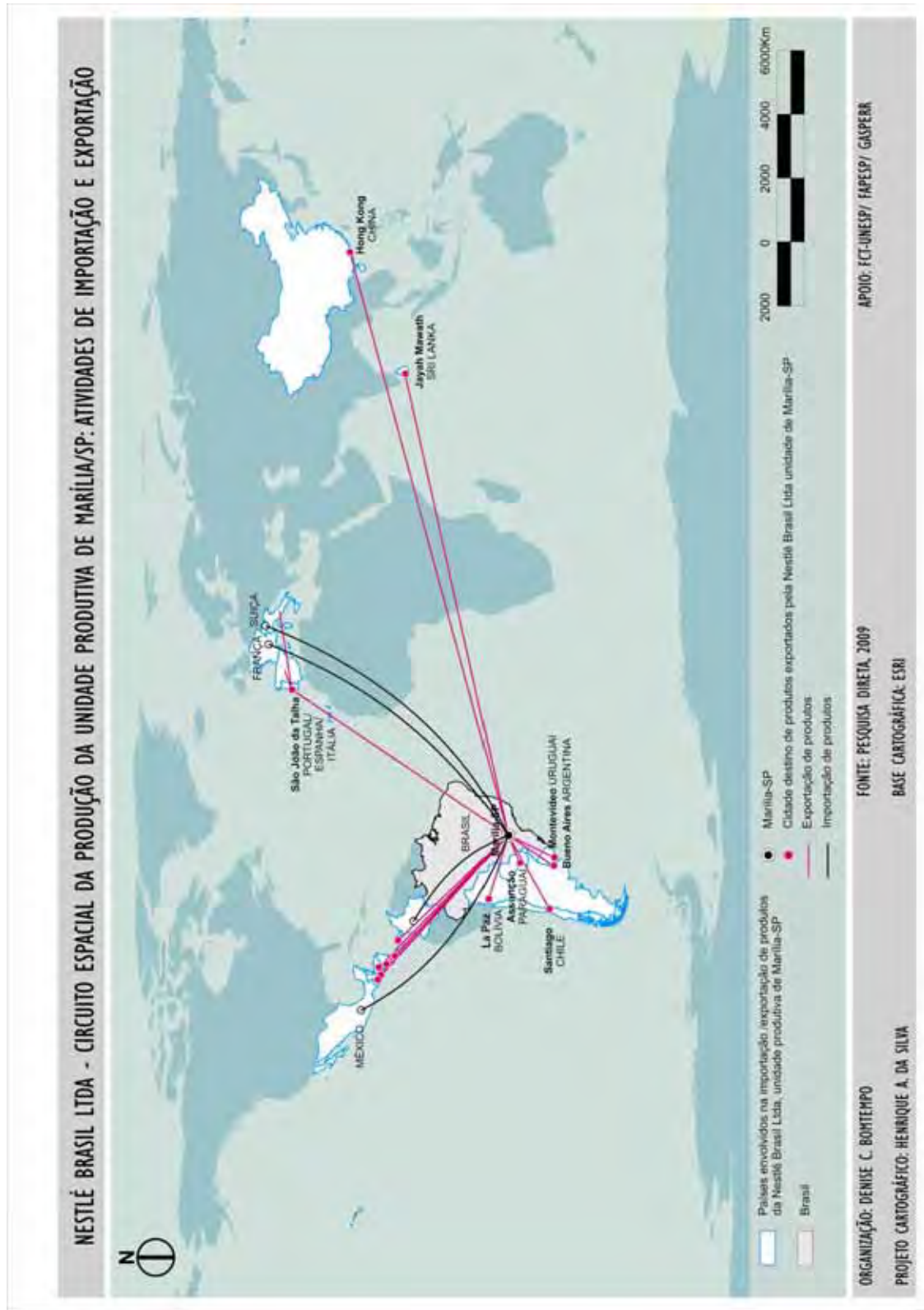
<sup>163</sup>Um exemplo que pode ser dado é a própria instalação na cidade de Marília e mais recentemente na cidade de Feira de Santana na Bahia, “onde foi desenvolvido um leite em pó Ninho em embalagem de sache, mais barato que lata” (REVISTA CARTA CAPITAL, 2008, p.11, 12).



da Nestlé nos lares brasileiros (FONTE: [http://www.nestle.com.br/site/novidades/acontecehome/supermercado\\_flutuante\\_nestle.aspx](http://www.nestle.com.br/site/novidades/acontecehome/supermercado_flutuante_nestle.aspx). Acesso 15/3/2011.

A Nestlé unidade produtiva de Marília – SP, por meio do centro de distribuição de Cordeirópolis, distribui na escala planetária para países do continente americano, entre eles: Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Colômbia, países da América Central, México. No continente europeu os biscoitos frabricados na unidade da Nestlé em Marília são comercializados apenas em Portugal. Na Ásia, são enviados para Sri Lanka e Hong Kong. Vale ressaltar, que a unidade produtiva de Marília recebe matérias-primas para fabricação de biscoitos da França e da Suíça, como podemos verificar no Cartograma 23.

CARTOGRAMA 23:



Na cidade de Marília, durante a realização do trabalho de campo, verificamos que os biscoitos produzidos pela Nestlé são comercializados tanto nos estabelecimentos industriais atrelados ao circuito superior como do circuito inferior da economia urbana, porém com algumas diferenças.

No supermercado de uma rede, que atua em escala nacional, existia uma diversidade considerável dos produtos Nestlé. No entanto, num pequeno estabelecimento industrial de apenas um *chek-out*, encontramos os produtos vendidos apenas em bandejas. De acordo com o depoimento da proprietária do estabelecimento, “*vender o produto embalado em bandejas, fica mais em conta para os clientes que compram no Mercado*” (Proprietária do Mercado Santo Antônio, 25/05/2008). No estabelecimento comercial, característico do circuito inferior da economia urbana, a quantidade de produtos comercializados das micro, pequenas e médias empresas industriais alimentícias de Marília era maior que encontrado no estabelecimento comercial da rede de supermercado nacional, atrelada às atividades do circuito superior da economia urbana, como pode ser constatado na Foto 12 e 13<sup>164</sup>.



Diante do que foi apresentado, concluímos que, as pequenas empresas industriais alimentícias instaladas em Marília – SP não atendem às normatizações impostas pelas agências nacional e internacional de normas

<sup>164</sup> Durante o Trabalho de Campo, adquirimos alguns produtos para organizar uma matriz para aquisição dos dados e informações acerca da empresa e dos produtos, com vistas a entender a configuração ao circuito espacial da produção e os círculos de cooperação do ramo alimentício.

técnicas e de vigilância sanitária, redes de hipermercados e supermercados atuantes no território brasileiro, e por isso, a comercialização de seus produtos fica restrita aos pequenos estabelecimentos industriais e aos doceiros, atividades essas atreladas ao circuito inferior da economia urbana. Por outro lado, hoje, diante da competitividade imposta pelo mercado global, a grande empresa se insere tanto nas atividades ligadas ao circuito superior como inferior da economia urbana, pois o objetivo é superar a concorrência do mercado e alcançar cada vez mais o lucro, seja através de novas maneiras de vender seus produtos e também de contratar a força de trabalho, que é cada vez mais terceirizada<sup>165</sup>.

A partir da configuração do circuito espacial da produção da Nestlé, conseguimos entender como esse grupo empresarial usa o território para extração da mais-valia. Percebemos que cidades com diferentes funções na rede urbana participam de diversas fases do circuito produtivo. As cidades pequenas articuladas com o campo são responsáveis pela matéria-prima não processada, destinada à produção de biscoitos, por sua vez, as cidades médias e de porte médio, estão inseridas no circuito produtivo por abrigar unidades produtivas e serviços; nas grandes cidades, as atividades de maior destaque são aquelas relacionadas à distribuição e armazenamento dos produtos; e a gestão, encontra-se na principal cidade (do ponto de vista econômico) da rede urbana brasileira, São Paulo.

De acordo com Santos & Silveira (2001), a grande empresa, por um lado, impõe suas normas aos lugares envolvidos no circuito produtivo e com isso, contribui para geração de especializações territoriais produtivas. Por outro, a partir do seu poder de comando, interfere nas decisões, nos ritmos e atuações de outros agentes envolvidos na atividade industrial.

Na escala da cidade média, a instalação de fábricas de empresas transnacionais interfere tanto na dinâmica intraurbana, como também na urbana-regional (mediante a aquisição de matérias-primas; realização de serviços e mobilidade da força de trabalho, sobretudo de trabalhadores

---

<sup>165</sup>Como podemos constatar no relatório anual da Nestlé em relação ao número de funcionários indiretos articulados à empresa.

residentes em cidades pequenas). Além disso, permite com que novas funções sejam destinadas a essas cidades, contribuindo assim para ampliação dos papéis na divisão territorial do trabalho.

Em Marília, durante a pesquisa de campo, foi possível verificar, além do que já mencionamos, que a instalação de grandes empresas de capital nacional e transnacional, como a Neslé, altera as relações e os ritmos da atividade industrial até então desenvolvida.

Uma empresa multinacional não tem muitas relações diretas com o lugar onde se instala. Mas, ao mesmo tempo a instalação de uma multinacional em Marília foi interessante, pois criou um estilo diferente, as empresas deixaram de ficar numa mesmice. Vamos analisar. Não chegou nenhuma grande empresa em Marília nos últimos anos, o que houve então? Uma evolução da própria Nestlé, que é comum porque é uma empresa multinacional e a primeira mundial em alimentos. Depois da instalação e ampliação da Nestlé, houve investimentos na Marilan (a principal concorrente); na Dori, que ainda é uma empresa familiar, ainda está na mão do fundador, quer dizer, não do fundador porque ele comprou a indústria, mas daquele que estimulou o crescimento da empresa. A Bel e a Bertin também são empresas familiares, a Jacto está no processo de profissionalização, é uma empresa que cresceu muito, está montando uma filial na Tailândia, está se tornando uma multinacional. É uma empresa que investe muito em treinamento, está em franca expansão. A Sasazaki é líder no setor de esquadilhas metálicas, janelas etc e também é uma empresa familiar, uma grande empresa. A Nestlé e acredito que a Spaipa Coca-Cola contribuíram para a profissionalização das indústrias de Marília. Numa empresa profissionalizada não tem espaço para o sujeito que tem um emprego porque é da família. Então a Nestlé trouxe essa imagem. As outras empresas que estão seguindo agora essa sistemática de profissionalização, para mim, é positiva a iniciativa. Agora, evidentemente, tudo isso é um processo que envolve tecnologia, na medida em que entra tecnologia, a mão de obra sai. Uma coisa é você trabalhar numa linha de empacotamento usando vinte empacotadores colocando biscoito dentro da embalagem, outra coisa é você utilizar a máquina com empacotamento automático. Isto já está ocorrendo nas empresas, então o que se procura hoje? Ter uma mão de obra mais qualificada, maior rendimento e maior produtividade. Por exemplo, ainda hoje vemos empresas colocando pessoas idosas como guardas noturnos, isso é completamente equivocado. Um idoso pode fazer muitos tipos de serviços, mas não esse, mas, ainda esta prática é corrente (Sr. Nicolau, antigo funcionário da Marilan e Airilam/Beatrice Food, desligado da empresa após aquisição da Nestlé S/A. Pesquisa de Campo, 2009).

As grandes empresas industriais alimentícias de consumo final, instaladas em Marília, além de impor o ritmo de trabalho, organização da produção, investimentos, inovação e instigar a concorrência entre as empresas,

permitem, na escala regional, que lugares sejam inseridos no circuito espacial produtivo como fornecedores de matérias-primas e insumos para produção de biscoitos. Além disso, verificamos que os trabalhadores dessas grandes empresas, incluem-se os da Nestlé, atualmente residem em Marília (98,67%) e nas pequenas cidades inseridas na região administrativa de Marília – SP, entre elas Oriente (0,88%); Echaporã (0,29%); Gália (0,14%), como podemos verificar no Cartograma 24 (p. 385).

A indústria localizada na cidade média permite que movimentos intra-regionais pendulares, característicos das metrópoles brasileiras até a década de 1970, sejam dimensionados. Durante a pesquisa de campo, verificamos também que a indústria de Marília, até meados da década de 1990, atraiu trabalhadores das pequenas cidades da região que eram agricultores e por conta da falta de política agrícola para o pequeno agricultor (Bomtempo, 2003), e ao mesmo tempo, a oferta de emprego nas indústrias, favoreceu uma migração do campo para a cidade. Isso explica os motivos pelos quais, hoje, 98,67% dos trabalhadores da Nestlé, sócios do sindicato da alimentação, são moradores da cidade de Marília.

Eu vim com minha família de Lucélia. Eu trabalhava na roça com meus pais e irmão. Aí meu pai veio pra cá. Foi trabalhar como autônomo, como vendedor de pipocas, aí depois ele trabalhou durante uns seis anos na Sassazaki, aí depois teve uma época que a gente voltou pra Tupã, ficamos só três meses lá, aí ele trabalhou num frigorífico. Minha mãe sempre trabalhou no lar, e depois ele voltou, aí foi só como autônomo mesmo. Ele continuou vendendo pipocas até o último dia da vida dele. Primeiro, ele comprava fabricado, depois ele começou a fabricar. A canjica, todas essas coisas aí. Confeccionava doce, a paçoca, o quebra queixo, o manjar, doce de leite, a cocada. Ele tinha um ponto, que chamava (ponto de pipoca), aí ele vendia num carrinho de pipoca, e teve uma vez que ele montou uma frota de quatro carrinhos. E foi assim, até finalizar os dias dele. Aí ele faleceu em 1997. Comecei a trabalhar com 18 anos, foi em 1991. Na verdade, assim, eu comecei a trabalhar com 15, porque era na roça, foram três anos de lavoura. Aí eu entrei em 1991 na Nestlé e tô até hoje (Trabalhadora da Nestlé, moradora do Jardim Alimentação I. Pesquisa de Campo, 2009).

Verificamos também que na década de 1980, além da migração campo – cidade intra-regional, a mão de obra atraída para trabalhar nas indústrias alimentícias de Marília provém de outros estados brasileiros, tais como Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraná e Mato Grosso do Sul.

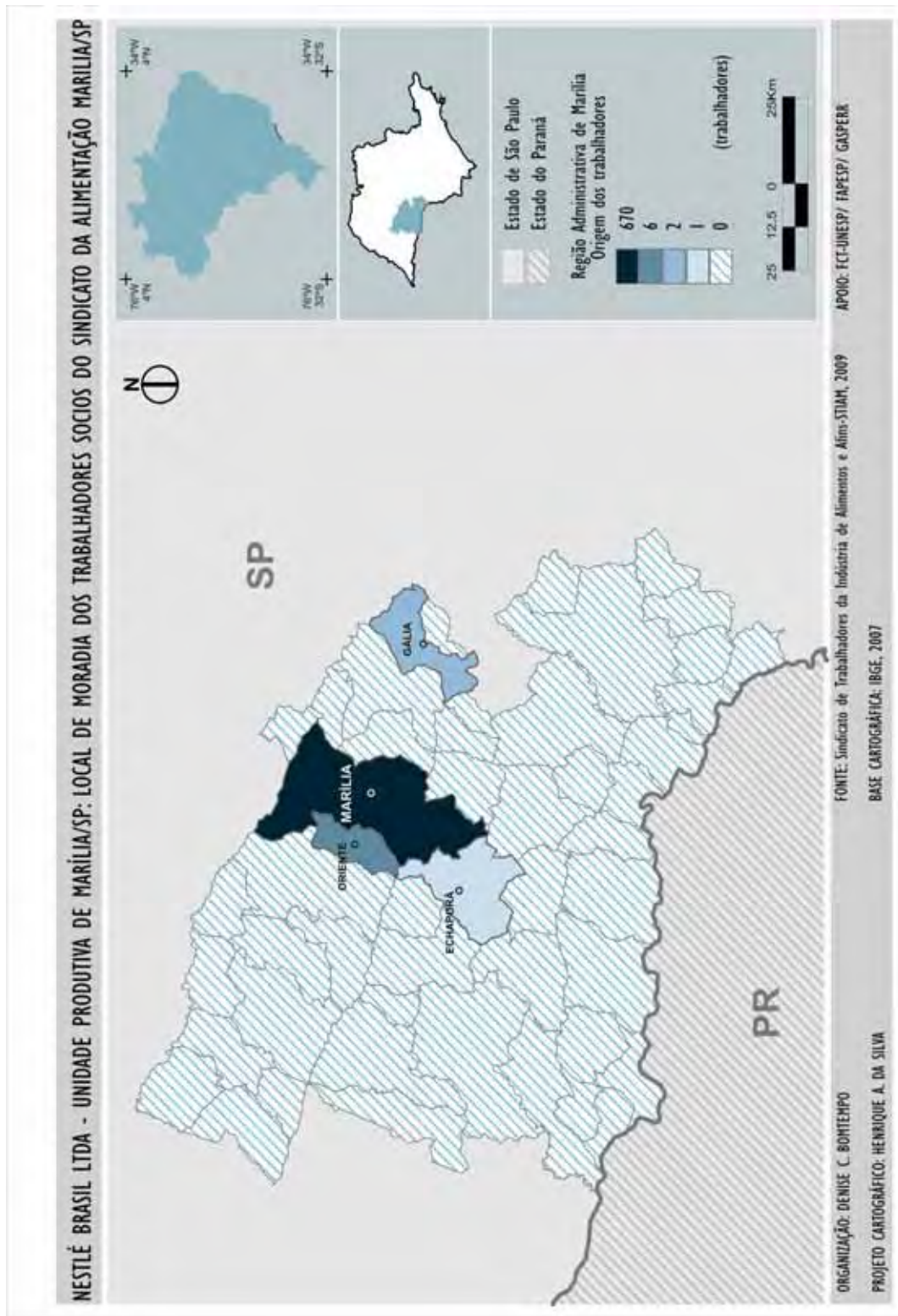
Eu vim para Marília para ter uma vida um pouquinho melhor, todo nordestino tenta né. Uns conseguem, outros não, mas assim... É o que você mais deve ter ouvido falar na vida né, um nordestino que quer ter uma vida melhor em São Paulo, Rio de Janeiro. Mais porque falta de oportunidade lá e chuva né, falta de chuva é fundamental pra essas pessoas tentarem uma vida em outro lugar. Mas não porque não gosta de lá, falta de oportunidade e como o pessoal vem mais da lavoura lá no nordeste, então a chuva é fundamental. Imaginava que seria complicado conseguir as coisas aqui, que seria muito difícil, mas independente da nossa condição de migrante, a sorte também tem um lugar. Acho que cada um tem a vida que consegue... estudar, para adquirir, para tentar. Se eu não pude ter um bom estudo eu não posso ter, querer um bom emprego. É isso que eu já imaginava em São Paulo. Eu adaptei. Só a temperatura que eu achei complicado se adaptar, já foi pior naquela época né, há vinte anos era mais frio, hoje não é tanto. Só demorei pra me adaptar com o frio e com a saudade dos meus parentes queridos que ficaram lá. Alguns vêm para morar, outros vêm para ajudar as famílias de lá e voltar um dia. Eu vim pra Marília porque meu irmão já estava aqui. Eu sei que hoje as pessoas não vêm muito porque lá tá ficando bom. Tem até gente voltando (Trabalhador da indústria alimentícia nascido em Alagoas. Migrou para Marília em 1992 para estudar e hoje, trabalha como operador de máquinas. Pesquisa de Campo, 2009).

Hoje, a indústria alimentícia, além de atrair trabalhadores do chão da fábrica, desperta o interesse também de mão de obra qualificada proveniente de São Paulo e Jundiaí, são engenheiros, administradores, consultores que viajam toda semana para trabalhar em Marília e retornam fim de semana para suas residências. Isso é possível devido à densificação de redes materiais que permitem a circulação da mão de obra, como por exemplo, as redes de transporte aéreo que passaram a atender as cidades médias do interior paulista, como afirmou Camilo (2009).

Eu moro em Jundiaí e durante a semana eu fico num apart hotel em Marília. Fico a semana inteira aqui e final de semana eu vou para lá. Essa é a globalização! Minha esposa tem negócios em Jundiaí e a vinda para Marília hoje é inviável, então eu viajo. Faz três anos que trabalho em Marília, na época recebi propostas de outras empresas, mas achei aqui interessante por se tratar de uma proposta que veio diretamente da diretoria (Engenheiro Químico trabalhador da indústria alimentícia de Marília, entrevistado durante Pesquisa de Campo, 2009).



CARTOGRAMA 24:





#### **4.3.2.2. A configuração do circuito espacial produtivo da MARILAN S/A**

A Marilan S/A foi fundada no ano de 1957, por um empresário de Marília, localizava-se à Rua Liberdade, 176, próximo ao estádio de futebol de Marília conhecido como MAC. O nome da empresa (Indústria de Biscoitos Marilan Ltda) foi escolhido pela população através de um concurso realizado por uma emissora de rádio da cidade.

Quando surgiu, era uma pequena empresa e funcionava como padaria, os biscoitos eram produzidos de maneira quase artesanal, pois muitos processos eram realizados manualmente. A fábrica tinha apenas 600 metros quadrados, os fornos funcionavam com óleo diesel e a capacidade produtiva era de 3 mil quilos de biscoitos por hora.

Os biscoitos eram vendidos em Marília e em cidades pequenas, por meio de doceiros e eram armazenados em latas de 20 quilos.

[...] os doceiros passavam na Marilan, pegavam biscoitos doces e colocavam naqueles carrinhos que abrem na lateral, foi assim que começou, com os doceiros, depois que foi mudando, pois os doceiros não davam condições de fazer o planejamento da produção, isso foi mudando na medida em que foram abrindo os mercados (Sr. Nicolau, trabalhou na Marilan, Airilam e Beatrice Food. Deixou o trabalho nas indústrias alimentícias após venda da Beatrice para Nestlé. Pesquisa de Campo, 2009).

De acordo com as informações obtidas durante o trabalho de campo, foram vários os fatores que levaram as empresas industriais alimentícias de Marília a se consolidar no mercado. Como fatores gerais, podemos atribuir à dinâmica positiva da economia nacional na década de 1950 e 1960. Outro elemento importante, nesse período, foi o crescimento da população vivendo em cidades. O movimento migratório campo-cidade, característico de meados do século XX, imprimiu necessidades de consumo de produtos industrializados à população, tais como automóveis, eletro-domésticos, produtos alimentícios, entre outros.

Outro fator que merece consideração é a situação geográfica de Marília, que contribuiu para o surgimento e expansão das indústrias alimentícias. Por estar distante da metrópole paulistana, as cidades do interior de São Paulo que, num período anterior serviram de sede para o

armazenamento da produção agrícola, em meados do século XX, possuíam a centralidade do ponto de vista das funções econômicas, políticas e sociais na escala da rede urbana regional. Nesse contexto, insere-se Marília que, além de concentrar atividades articuladas à agricultura e ao comércio, desenvolveu atividades industriais para abastecer a escala regional e local dos produtos que não chegavam até o interior paulista.

Nesse período, São Paulo era a principal cidade industrial da rede urbana nacional. Populosa, seus moradores absorviam grande parte da produção de alimentos e de outros produtos industrializados. Esse contexto permitiu o surgimento de empresas industriais com vistas a atender o mercado local e regional, onde os produtos industrializados, fabricados em São Paulo não chegavam. Assim, a ausência de concorrentes, por um lado, e por outro, um amplo mercado, configurado pelo interior paulista, região Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil permitiu que as empresas industriais alimentícias de consumo final de Marília se consolidassem.

Veja bem, se você volta aos anos de 1950 – 1960, não havia concorrência, não somente porque estava distante de São Paulo, pois aqui chegava alguns produto de São Paulo via Matarazzo, mas não havia uma concorrência forte porque São Paulo absorvia a produção, e muito menos tinha concorrência de fora, a própria Nestlé dominava e fazia o que queria no mercado brasileiro. Para se ter uma idéia, os vendedores eram respeitados e temidos, chegavam num estabelecimento e queriam ser atendidos em primeiro lugar, eles tinham produtos que não podiam faltar no mercado, pois era muito consumido, como por exemplo o leite moça, então eles aproveitavam e empurravam outros produtos. Esta situação começou a mudar quando vieram outras empresas multinacionais como a Parmalat, a partir de então o mercado se tornou competitivo, precisou vir a concorrência para quebrar o monopólio da Nestlé, com isso outras empresas se aperfeiçoaram ou se não conseguiram se reestruturar, venderam para outras, como aconteceu com a Airilam (Sr. Nicolau, trabalhou na Marilan, Airilam e Beatrice Food. Deixou o trabalho nas indústrias alimentícias após venda da Beatrice para Nestlé. Pesquisa de Campo, 2009).

Nesse contexto, insere-se a Marilan, que a princípio tinha como mercado os Estados da região Norte e Nordeste do Brasil. Em 1975, a empresa alterou a razão social para Marilan Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. Em 1987, novamente a razão social foi alterada para Marilan S/A Indústria e Comércio.

A Marilan, grande parte do mercado dela era nas regiões Norte e Nordeste. Os produtos, devido a não concorrência, não tinham um controle de qualidade tão sofisticado, mas num certo momento, quando visaram o mercado de São Paulo é que passaram a fabricar produtos de primeira linha com qualidade para competir. Eles trabalhavam apenas com embalagens de meio quilo, a Airilam também, mas esta já produzia de 200 gramas, porque já competia no mercado em São Paulo. Então a Marilan quando passou a produzir bons produtos, visou o mercado de São Paulo, então muita coisa surgiu quase que por acaso. A Airilam abriu filiais nas cidades de Campinas, Rio de Janeiro e Betim, isso possibilitou abrir opções de vendas dos produtos. Com a Marilan foi a mesma coisa, havia distribuidores, sobretudo no Norte e no Nordeste, abrindo assim a possibilidade de comercialização. Mas no começo, no começo mesmo, o objetivo era atender a população local e as cidades vizinhas (Sr. Nicolau trabalhou na Marilan, Airilam e Beatrice Food. Deixou o trabalho nas indústrias alimentícias após venda da Beatrice para Nestlé. Pesquisa de Campo, 2009, grifo nosso).

A Marilan surgiu a partir do investimento de três sócios, mas depois dos primeiros anos de funcionamento, um dos proprietários comprou a parte dos dois sócios e continuou a empresa junto com seus filhos e esposa. Até hoje, o proprietário fundador, Sr. Maximiliano Garla está articulado à empresa, porém não mais como presidente, pois desde 2006, a Marilan, de empresa familiar, abriu o capital e tornou-se uma empresa “sociedade anônima”. A razão social foi alterada e a empresa passou a se chamar Marilan Alimentos S/A. Desde então, a presidência, não é mais ocupada por pessoas da família do fundador. Os membros da família formam um conselho consultivo que está diretamente articulado à presidência. Isso ocorreu devido um grande crescimento da empresa nos últimos vinte anos. *“O senhor Maximiliano ainda acompanha o processo produtivo. Ele chega, coloca o jaleco e os equipamentos necessários e caminha por toda fábrica”* (Funcionária responsável pela empresa que nos recebeu durante Pesquisa de Campo, 2009).



**FOTO 14:** Sede da Marilan Rua Liberdade, 176 (1957).



**FOTO 15:** Av. José de Grande, 518/642 – As margens da rodovia SP-333

## - A organização da produção e do trabalho na empresa e na fábrica

A fábrica funciona todos os dias da semana em três turnos de trabalho que somam 24 horas. São dois turnos diurnos e um noturno. O sistema implantado é o de 6 por 2, ou seja, os funcionários trabalham seis dias e descansam dois por semana. A diretoria, o escritório administrativo e financeiro; os recursos humanos, o desenvolvimento de produtos e outros setores trabalham em jornada de oito horas (das oito as 18 horas) de segunda à sexta-feira. A estrutura organizacional atual da Marilan S/A é composta:

**QUADRO 22: ORGANIZAÇÃO INTERNA DA MARILAN S/A**



FONTE: Pesquisa de Campo, 2009. ORG.: BOMTEMPO, Denise Cristina.

Atualmente, a empresa possui 2.400 funcionários diretos, sendo que, em Marília estão empregados 2.100 trabalhadores (a maioria no processo produtivo) e nas filiais são empregados 300 trabalhadores. A extensão física da fábrica é de 64.000m<sup>2</sup>, encontra-se em funcionamento 44.000m<sup>2</sup>. A média salarial é de R\$ 780,00 (auxiliar de produção). Os trabalhadores recebem cartão alimentação de R\$ 140,00. A empresa oferece convênio de saúde

UNIMED, convênio odontológico e com estabelecimentos comerciais de Marília, tais como farmácias.

O transporte do trabalhador é feito por uma empresa terceirizada de Marília e as prefeituras das cidades circunvizinhas disponibilizam ônibus para transporte dos trabalhadores.



**FOTO 16:** Saída de trabalhadores da Marilan, segundo turno diurno. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. Pesquisa de Campo, 2009.

Os biscoitos fabricados pela Marilan S/A, destinados à exportação, possuem receita específica, pois existem dosagens de cada componente químico do biscoito permitida no mercado internacional, diferente do que é aceito no Brasil. Além disso, os prazos de validade são maiores. No mercado nacional, a única especificidade do biscoito é em relação ao *cream-cracker* que, quando o destino é a região Nordeste, o produto tem que ser mais assado, pois a principal concorrente da Marilan nessa região do Brasil oferece um biscoito com essas características. De acordo com a responsável, “é *uma estratégia para vencer a competição no mercado*”.

Cada trabalhador desempenha uma função dentro de uma linha de produção específica. Caso a linha onde trabalha não esteja em funcionamento, ele é deslocado para outra, mas para desempenhar a mesma função em que ele foi treinado pelo setor de recursos humanos e segurança.

A Marilan, desde que ocorreu o processo de profissionalização, ou seja, deixou de ser uma empresa familiar e abriu o capital para o mercado de

investimentos, iniciou um processo de reestruturação com a renovação de máquinas e equipamentos utilizados no processo produtivo e das funções desempenhadas por cada funcionário. Além disso, realizou uma série de terceirizações, como por exemplo, nos setores de transportes, limpeza e conservação predial e vigilância.

#### **- O processo produtivo – a fabricação dos biscoitos**

O prédio em que hoje a empresa está instalada (processo produtivo e gestão) foi construído na década de 1970. A capacidade produtiva da fábrica é de 305 toneladas de biscoitos por dia; 2.150 toneladas por semana e 9.300 toneladas por mês. No entanto, não se trabalha com a capacidade produtiva máxima. Atualmente, a Marilan S/A fabrica 92 itens, sendo que, em média 48 cumprem às normas para exportação. Todos os produtos são fabricados em Marília e enviados para as filiais que controlam a distribuição dos mesmos na “região” onde está instalada, por meio dos “escritórios auxiliares”. As filiais mantêm relação direta com o escritório central da empresa, localizado em Marília.

O processo produtivo é inteiramente controlado por sistema computadorizado. Existem máquinas automáticas, computadorizadas e alguns processos, como empacotamento, exigem trabalho automatizado e manual. Os setores de produção existentes na fábrica são: “*fabricação, preparação de massas, moldagem, laminação, forno, e o empacotamento, e depois lá na frente (...) o almoxarifado*” (Funcionária responsável pela empresa que nos recebeu durante Pesquisa de Campo, 2009).

A programação da produção é feita semanalmente, no entanto, a cada três dias existe uma revisão que pode alterar ou não o que já havia sido planejado. O controle de matéria-prima é realizado pelo setor de controle de qualidade que por se um sistema computadorizado detecta a entrada e saída de materiais para produção e a necessidade de aquisição. As matérias-primas chegam até a empresa todos os dias. Quando os caminhões que transportam matéria-prima e embalagens chegam até a indústria, são retiradas amostras do

produto para análise laboratorial, apenas depois da autorização do setor responsável pela é que ocorre a descarga.

No caso de matérias-primas, como farinha, açúcar, amido etc, primeiramente, no Ponto Crítico de Controle 1 (PCC 1) são verificadas todas as características, tais como, odores, umidade, cor, textura; depois é feito um peneiramento e análise para detecção de partículas metais (na primeira inspeção são detectadas partículas de 1,5 mm) e não metais, tais como, barbantes, plásticos etc. O investimento para detecção de metais foi realizado pela empresa no ano de 2007.

O depósito de matéria-prima localiza-se externo à fábrica. A torre é o ponto de referência da fábrica, pois é onde a farinha permanece armazenada. A Marilan recebe uma média de seis a oito carretas de farinha por dia, isso corresponde em média 220 toneladas. As matérias-primas, como farinha de trigo, açúcar e gordura, são as principais para fabricação de biscoitos, por isso a inspeção é realizada de maneira rigorosa e em várias etapas.

Após o PCC 1, os “ingredientes” são encaminhados para o PCC 2, onde são inspecionadas por um sistema de contenção de partículas menores que 1,5 mm (PCC 1).

Do lado esquerdo à torre, localiza-se o centro de armazenamento de óleo vegetal e açúcar invertido. Em frente ao depósito de farinha (torre), localizam-se os depósitos de outros componentes do biscoito, como por exemplo, os achocolatados. Existem também, do lado externo da fábrica, três tanques de inox que armazenam lecitina de soja e malte.

O prédio em que a fábrica está instalada é vertical e possui quatro andares. No terceiro andar, funciona o laboratório, onde os técnicos e engenheiros analisam as amostras de matéria-prima e embalagens que chegam até a empresa; os biscoitos fabricados e ainda desenvolvem novos produtos.



**FOTO 17:** Central de armazenamento de farinha de trigo da Marilan. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. Pesquisa de Campo, 2009.



**FOTO 18:** Descarga de matéria-prima na Marilan. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. Pesquisa de Campo, 2009.



**FOTO 19:** Descarga de matéria-prima na Marilan. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. Pesquisa de Campo, 2009.



**FOTO 20:** Depósito de matéria-prima em área externa à fábrica. **BOMTEMPO**, Denise Cristina. Pesquisa de Campo, 2009.

O setor de controle de matéria-prima, articulado ao setor produtivo, libera todas as substâncias para a produção. As principais, utilizadas para fabricação de biscoitos, são armazenadas do lado externo da fábrica, com o uso de um sistema computadorizado, são enviadas, por meio de tubulação, ao setor responsável pelo início do processo de produção.

Além das principais matérias-primas, que são liberadas pelo sistema de tubulação, como mencionado, “*existe lá uma sala central, em que se faz o controle de todas as receitas de biscoitos. Os funcionários desse setor pesam todas as matérias-primas utilizadas no processo produtivo em todos os turnos de trabalho e encaminha o material para os misturadores*” (Funcionária responsável pela empresa que nos recebeu durante Pesquisa de Campo, 2009).



No segundo andar, funciona o setor de masseiras, onde os “ingredientes” são misturados. Cada masseira comporta até 800 kg de massas e, por hora tem capacidade de bater até seis massas (pode variar de acordo com o biscoito). Vale ressaltar, que todos os processos para fabricação dos biscoitos são iguais, o que mudam são alguns procedimentos dependendo do tipo do produto. Os ingredientes do biscoito são identificados por lote, caso apresente alguma irregularidade é possível detectar imediatamente a origem do problema.

A massa chega aos recipientes e por um sistema computadorizado, o trabalhador controla o tempo de batimento da massa e acopla as masseiras aos tubos por onde chegam os “ingredientes”. Depois da massa batida, a próxima etapa é o molde e corte dos biscoitos. Tais processos são realizados com a utilização de máquinas computadorizadas, importadas da Itália. Após o molde e o corte, os biscoitos são direcionados aos fornos que têm extensão de dez metros e localizam-se no primeiro andar da fábrica. Na fábrica existem quinze fornos. Os trabalhadores apenas controlam o processo produtivo mediante comandos de tempo de assamento, de acordo com a espessura da massa. Após o assamento, a próxima etapa da fabricação é o resfriamento.

Depois de resfriado, o biscoito é encaminhado ao setor de empacotamento, onde o que predomina é o trabalho feminino. Nesse setor é realizado o PCC 3, antes do empacotamento final. Em cada linha de produção tem um controle de qualidade, bebedouro de água, copos, papel e álcool para higienizar as mãos.

O biscoito, se por ventura, durante o processo produtivo entrar em contato com o chão, é retirado, moído e vendido para uma empresa de ração animal. O que não entra em contato com o chão é triturado e novamente retorna para o processo produtivo.

Na fábrica existe um painel que apresenta um resumo da produção, ou seja, informações acerca das máquinas que estão em funcionamento, quais as linhas de biscoitos que estão sendo feitas, a etapa de cada linha e o tempo restante para finalizar a produção do turno de trabalho. Existe ao longo de toda fábrica placas de advertência para uso dos equipamentos de proteção e procedimentos corretos a serem seguidos caso ocorra incêndio ou algum outro

problema.

Antes de iniciar a jornada de trabalho, o funcionário realiza a higienização. A fábrica conta ainda com uma área de vivência com sala de leitura, sala de TV, computadores ligados à internet, livros, jornais e revistas, ainda mesas de jogos. Normalmente, durante as refeições (uma hora) o trabalhador usufrui desse ambiente. A manutenção das máquinas é realizada na fábrica, e quando necessário, a empresa fabricante realiza os serviços.

Na fábrica, as funções desempenhadas por cada funcionário é rígida, ou seja, cada empregado só desempenha a função em que foi treinado, o que algumas vezes acontece, é que ele pode ser dirigido à outra linha de produção, no entanto, a função permanece a mesma. Existem os cargos de auxiliares de produção; operadores de máquina; um chamado “menina da área”; o encarregado e o supervisor. Além dessas funções, existem os trabalhadores da equipe de manutenção de máquinas e limpeza.

A empresa tem como meta inovar no que concerne ao desenvolvimento de novos produtos, adoção de máquinas, equipamentos e organização do trabalho. Por isso, de acordo com informações obtidas durante a pesquisa de campo, a empresa lançou um projeto chamado “Marilan 2012”, que tem como perspectiva a adoção, assim como a Nestlé unidade de Marília, de princípios flexíveis.

O comando deles tem de ser perfeito. Tipo assim ó, a manutenção, o lugar onde ficam os mecânicos a manutenção tem de ser tudo organizado ferramenta por ferramenta tem que ta tudo organizado, não pode ta nada jogado, nada de bagunça. Tem que ser tudo ali, porque vai evitar um monte de coisas, vai evitar acidente, vai evitar insetos, vai evitar tudo, você entendeu? É a organização em si. O controle do forno, não é feito mais por papel, é eletrônico (Amanda, trabalhadora da Marilan, há nove anos, entrevistada durante Pesquisa de Campo, 2009).

O projeto visa à reorganização de todos os setores da fábrica, implementação de metas de trabalho, eliminação dos desperdícios de matéria-prima e de tempo. As palavras adotadas no projeto são: seleção, ordenação, limpeza, padronização e disciplina.

Esse novo plano gera muito *stress*. Nós desempenhamos bem as funções, mas os grandões mudam as regras a todo tempo. Por

exemplo, antes demorava trinta minutos para limpar o forno com o ar, hoje não pode mais. Para limpar o forno da maisena demora duas horas e meia do novo jeito. Eles querem reduzir esse tempo, mas é difícil. Tem supervisor que faz vista grossa e deixa a gente usar o ar escondido. Eles têm dó do pessoal da limpeza, outros não deixam. É muita pegação no pé, sempre têm muitas regras a cumprir. Eles estão fazendo reuniões para entender por que os funcionários estão pedindo as contas. São em média 300 trezentos funcionários querendo sair. Fica um ponto de interrogação. O *stress* é grande... Agora ainda tenho que estudar porque a empresa exige o colegial. As máquinas são importadas e quando quebram demoram pra arrumar, por isso a limpeza tem que ser na vassoura que apresenta menores riscos. Eles não fazem nada pra ajudar o pessoal da limpeza, só dificultam nosso trabalho e exigem rapidez. Eu peguei 34 dias de férias, volto dia 18 de maio, mas fico tremendo só de pensar em voltar (Silvia, trabalhadora da Marilan há sete anos, entrevistada durante Pesquisa de Campo).

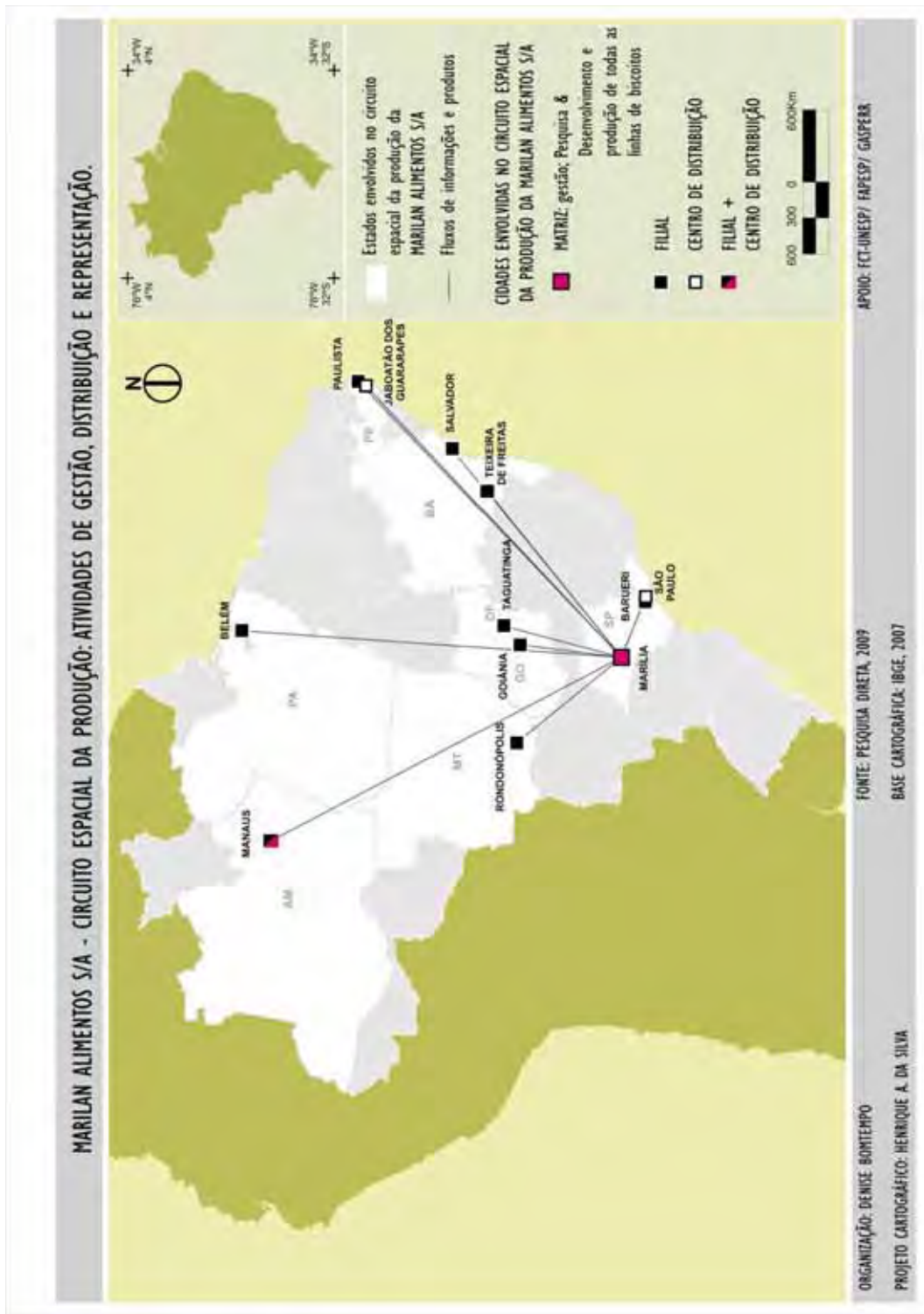
#### **- As etapas do circuito espacial da produção da MARILAN S/A**

Os processos envolvidos, no circuito espacial da produção da Marilan S/A, articulam múltiplas escalas. A cidade de Marília, nesse caso, pode ser considerada, na divisão territorial do trabalho, como uma cidade que concentra e centraliza o capital de uma grande empresa que do ponto de vista do volume das vendas, encontra-se entre as cinco maiores do Brasil, concorrente direta da transnacional Nestlé.

A Marilan S/A participa das normas que regulam o setor alimentício na escala nacional. Ela compõe, por exemplo, da Associação Brasileira das Indústrias Alimentícias (ABIA), principal instituição que integra os empresários do ramo alimentício de consumo final com o poder público federal. As normatizações, relacionadas às atividades financeiras, pesquisa e desenvolvimento, distribuição, controle da matéria-prima, gestão de pessoas, propaganda, *marketing* e produção, garantem, assim como a centralização do capital da Marilan S/A, à Marília uma posição de “nó” na divisão territorial do trabalho da indústria alimentícia de consumo final. Esta cidade não é apenas um “ponto”, como acontece no caso da Nestlé (que possui uma unidade produtiva instalada na cidade), mas é o lugar onde as normatizações relacionadas ao ramo alimentício de consumo final também são elaboradas e difundidas entre os agentes articulados à atividade industrial em apreço.

A partir de sua sede localizada em Marília – SP (Cartograma 25, p. 398), a Marilan S/A, controla os escritórios regionais da empresa, chamados de filiais e os centros de distribuição. Esses se localizam na cidade de São Paulo – SP, Jaboatão dos Guararapes – PE e uma unidade que funciona como centro de distribuição e filial em Manaus. Nas cidades de Barueri – SP; Rondonópolis – MT; Goiânia – GO; Taquatinga – GO; Teixeira de Freitas – BA; Salvador – BA; Paulista – PE; e Belém – PA, a Marilan possui escritórios filiais que controlam a distribuição dos biscoitos produzidos pela empresa. Já para o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo é realizada a partir da sede da empresa em Marília.

CARTOGRAMA 25:



A matéria-prima utilizada pela Marilan S/A no processo produtivo é bastante diversificada, conseguimos, durante o trabalho de campo, informações das principais, empregadas na produção de biscoitos.

A água utilizada pela Marilan S/A é captada de dois poços artesianos próprios da empresa e também de reservatórios da rede municipal de abastecimento. A empresa também possui geradores de energia (mantêm as luzes e as esteiras em funcionamento) que são acionados caso ocorra algum problema na rede abastecedora. Os fornos funcionam a gás e apenas dois são elétricos. Na fábrica, no momento da pesquisa, havia uma linha de produção que operava com o gás proveniente do gasoduto recém instalado.

A matéria-prima e os serviços articulados ao circuito espacial da produção da Marilan S/A ultrapassam a escala local e regional da cidade de Marília (sede e unidade produtiva da empresa).

Como mencionado, os serviços de transporte de biscoitos são realizados por caminhoneiros de Marília, que até 2005 eram trabalhadores da Marilan S/A, mas que a partir desse ano tornaram-se autônomos, prestadores de serviços à empresa. Os caminhoneiros tiveram que adaptar os veículos de acordo com as normas da empresa, entre elas, a instalação de baús fechados para transporte das mercadorias, limpeza do veículo a cada viagem e utilização de vestimentas adequadas durante os dias de trabalho.

Os biscoitos são transportados até as distribuidoras da empresa e também são entregues diretamente aos clientes, no caso, atacadistas, redes de hipermercados, supermercados, mercados, padarias, bares, restaurantes, enfim, os biscoitos fabricados pela Marilan S/A são distribuídos tanto em estabelecimentos atrelados ao circuito superior da economia, como aqueles articulados ao circuito inferior. Quanto ao transporte para exportação, os *containers* são enviados até o centro de distribuição da Marilan S/A instalado na cidade de São Paulo, carregados e direcionados ao porto de Santos.

Na unidade produtiva industrial em Marília, os trabalhadores realizam suas refeições no restaurante interno. A empresa que administra o restaurante é terceirizada, e sua matriz encontra-se em Campinas – SP.

Existem muitas transportadoras articuladas ao transporte de matérias-primas envolvidas no circuito espacial produtivo da Marilan S/A, muitas vezes,

esse serviço é difícil de ser dimensionado, pois é de responsabilidade da empresa fornecedora. Todavia, durante o trabalho de campo, verificamos que uma das transportadoras mais atuantes é de uma empresa que tem sua sede localizada em Maringá – PR.

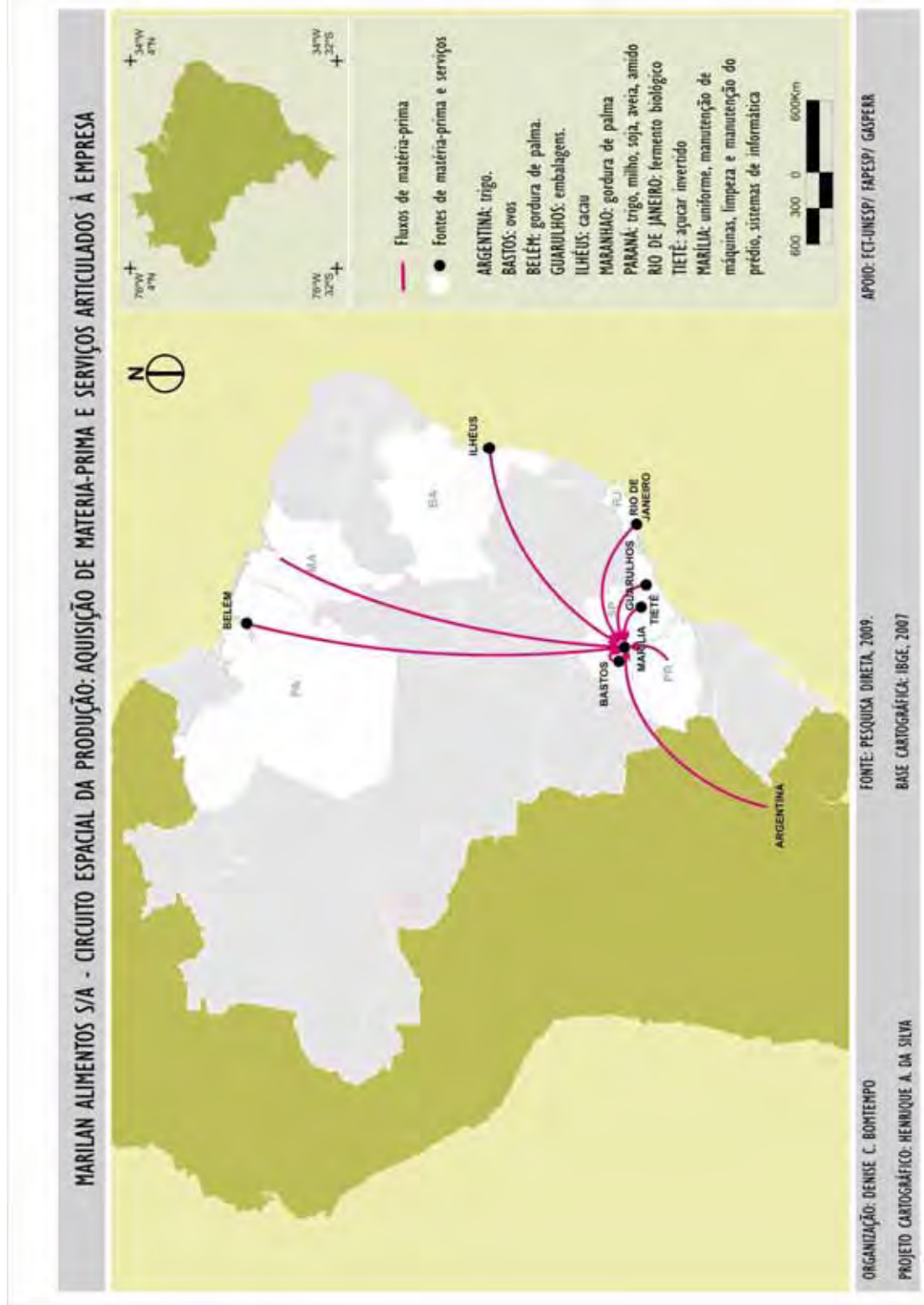
As máquinas utilizadas para armazenamento e produção dos biscoitos são nacionais e importadas. Entre as nacionais destacam-se aquelas produzidas em Tatuí – SP, em Marília – SP (carrinhos de inox utilizados para transporte interno de biscoitos), Curitiba – PR (fornecedora de fornos, masseira, laminadeiras, empacotadeiras, entre outras. A filial da empresa no Brasil localiza-se em Curitiba - PR, mas a sede localiza-se em Vienna – Áustria, São Paulo – SP, Pirajuí – SP (cuja empresa surgiu em Neustad/Wied na Alemanha em 1950, em 1976 instalou uma unidade produtiva em Pirajuí – SP e no ano de 1981, mudou a sede da empresa junto a essa unidade produtiva). Entre as máquinas importadas, destacam-se as produzidas em Colognola ai Colli – Z.I. Verona, na Itália. Essas máquinas foram adquiridas em 2001, quando iniciou o processo de mudança da diretoria da empresa.

De acordo com as informações do Cartograma 26 (p. 401), verificamos que as empresas fornecedoras de matérias-primas para a Marilan S/A, localizam-se, sobretudo, nos municípios do estado de São Paulo são eles: Bastos, localizado na região administrativa de Marília, onde se encontram as empresas fornecedoras de ovos, Guarulhos (embalagens), Tietê (açúcar invertido) e o açúcar é proveniente de usinas da Região Administrativa de Marília. Na cidade de Marília, existem empresas fornecedoras de uniformes, que realizam manutenção de máquinas e equipamentos, limpeza, manutenção predial e sistema de informática.

A matéria-prima também é proveniente dos seguintes estados: Paraná (farinha de trigo, farelo de trigo, amido, aveia, fermento, soja); Pará (Belém) gordura de palma; do Maranhão (gordura de Palma); do Rio Grande do Norte (sal); da Bahia (Ilhéus) cacau; do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) fermento biológico.

Além dos estados brasileiros, a Argentina também possui empresas fornecedoras de matérias-primas (farinha de trigo) à Marilan, como podemos verificar no Cartograma 26.

CARTOGRAMA 26:

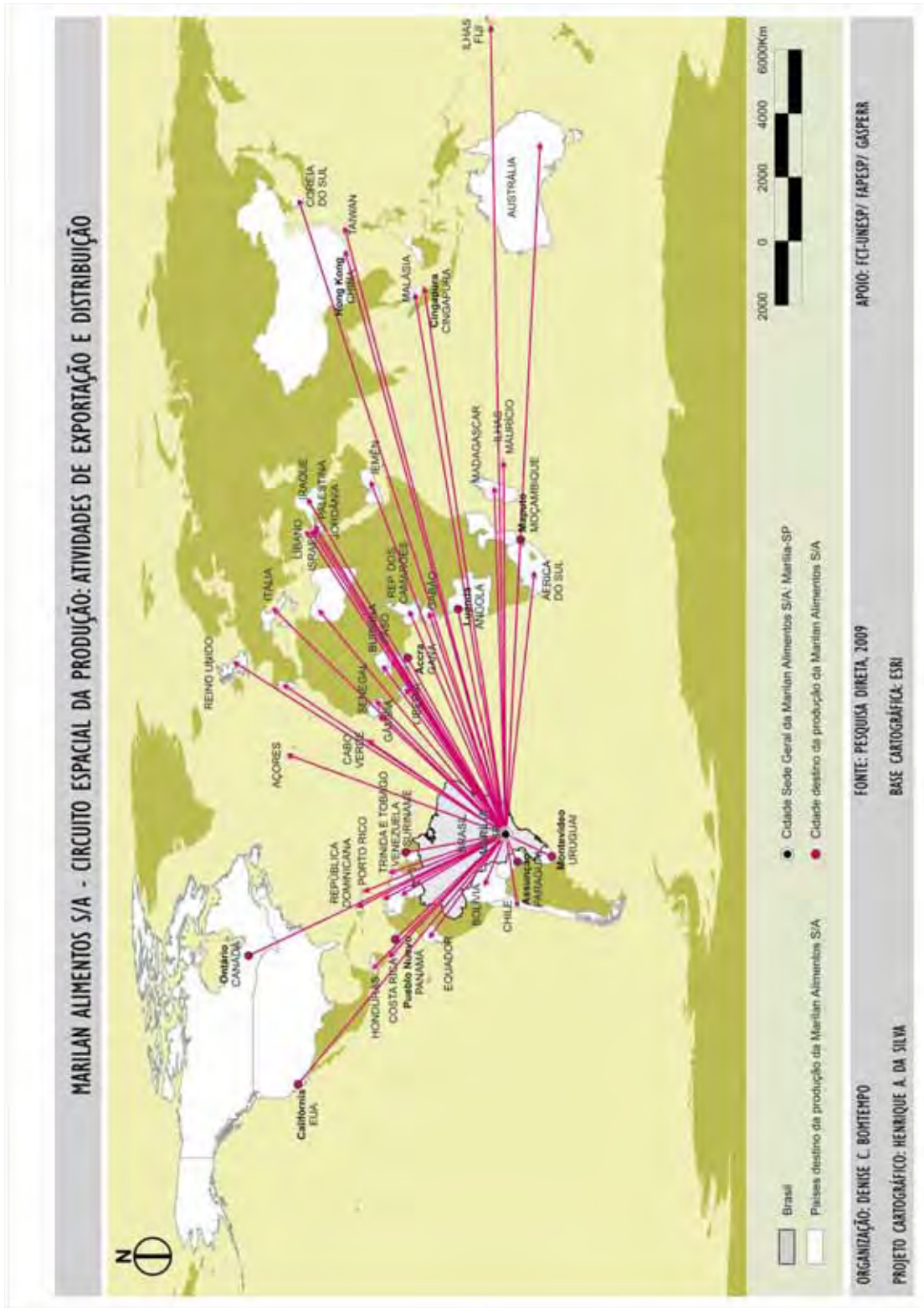




A distribuição dos biscoitos da Marilan S/A ocorre em todos os estados do Brasil e, de acordo com informações obtidas durante a pesquisa de campo e sistematizadas no Cartograma 27 (p. 403), a empresa exporta para mais de 50 países. Entre eles, destacam-se os localizados na América do Sul (Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Trinidad e Tobago, Venezuela); na América Central (Porto Rico, República Dominicana, Panamá, Costa Rica, Honduras; na América do Norte (México, Estados Unidos e Canadá); nos países do continente africano (Açores, Cabo Verde, Gâmbia, Senegal, Libéria, Gana, Angola, África do Sul, Moçambique, Madagascar, Ilhas Maurício, Gabão, República dos Camarões, Burkina, Paso Líbia; nos países do continente europeu (Portugal, Itália e Reino Unido); no Oriente Médio e Ásia (Líbano, Israel, Iraque, Palestina Jordânia, Iêmen Cingapura, Malásia, China, Coreia do Sul), e na Oceania (Austrália e Ilhas Fiji).

Vale ressaltar que nas cidades de Montevideu (Uruguai), Assunção (Paraguai), Caracas (Venezuela), Pueblo Nuevo (Panamá), Califórnia (Estados Unidos), Ontário (Canadá), Accra (Gana), Luanda (Angola) e Maputo (Moçambique), a Marilan S/A possui um centro de distribuição dos produtos fabricados pela empresa que são geridos a partir da matriz da empresa localizada em Marília – SP.

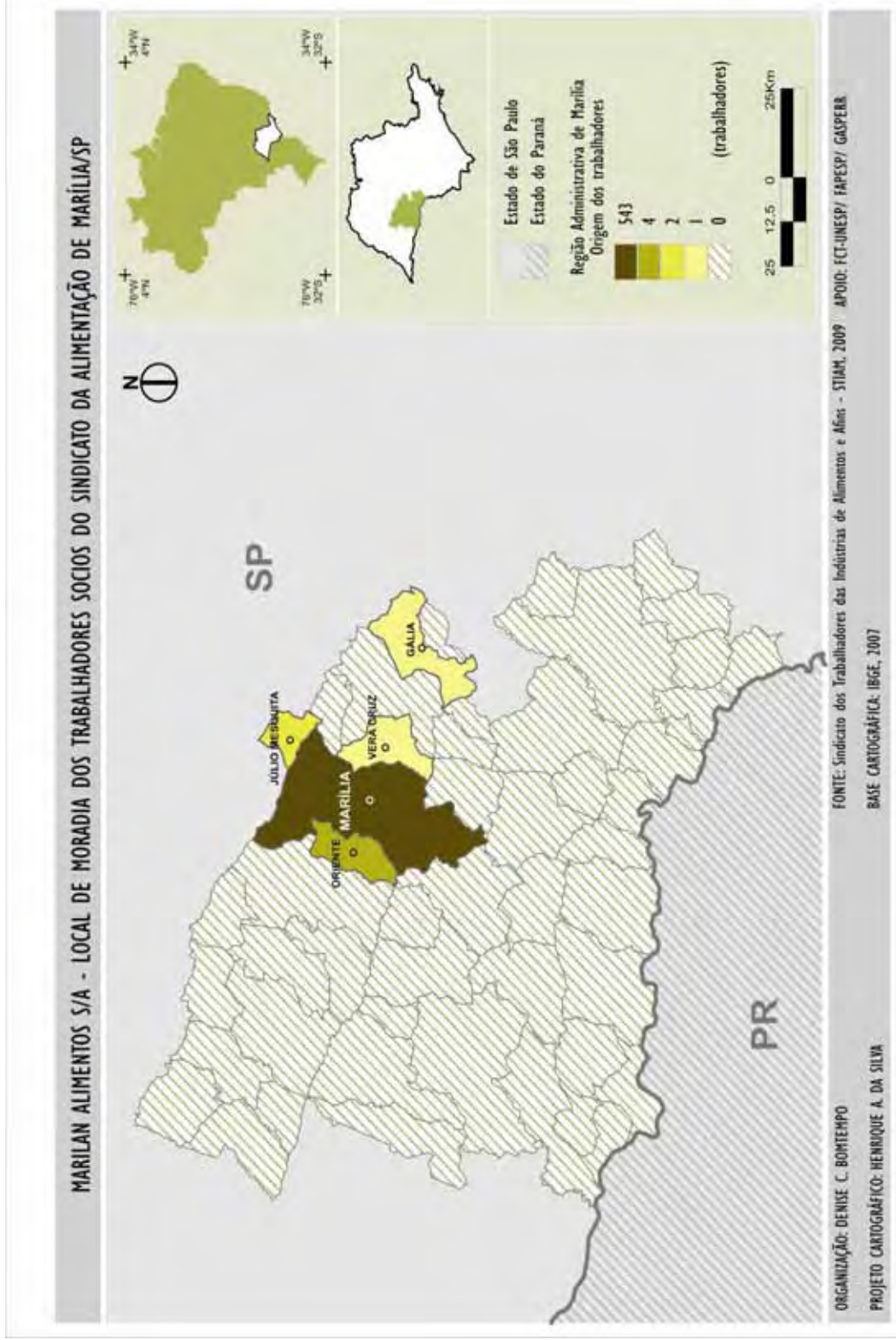
CARTOGRAMA 27:



A Marilan S/A, por meio de sua sede em Marília, controla todos os processos relacionados ao circuito espacial da produção de biscoitos. Isso é possível devido à estruturação de redes materiais e imateriais de transportes e de informações que permitem com que os fluxos relacionados à gestão, à produção, à distribuição e ao consumo sejam controlados de acordo com os interesses da empresa. Ainda, vale a pena mencionar que a gestão e regulação da empresa são realizadas na escala da cidade. Marília como uma cidade média, além da função de intermediação, por centralizar grandes empresas, realiza também atividades de gestão, pesquisa e desenvolvimento e contribui para tomada de decisões no ramo em que atua. Além dessas funções, também dinamiza, tanto a escala intraurbana como a regional, a mobilidade da força de trabalho, pois atrai trabalhadores das cidades pequenas. Entre os trabalhadores sócios do sindicato da alimentação de Marília, 98,72% residem na cidade de Marília, 0,72% mora na cidade de Oriente, 0,36%, em Júlio Mesquita e 0,18% na cidade de Gália e Vera Cruz, como podemos verificar no Cartograma 28.

Através da análise do circuito espacial da produção da Marilan S/A, foi possível além de compreender a função, o tipo e a densidade das articulações existentes a partir da indústria, conseguimos verificar também que os processos de reestruturação produtiva se fazem presentes na empresa, que surgiu a partir da iniciativa de investimentos locais, porém, não da mesma maneira em que ocorre na unidade produtiva de biscoitos da Nestlé, instalada em Marília. Na Marilan S/A ainda existem funções rígidas e hierarquias de cargos dentro da empresa, sobretudo no processo produtivo. A reestruturação produtiva nessa empresa encontra-se de maneira mais intensa na substituição do trabalho manual por máquinas computadorizadas no processo produtivo. Não podemos, diante desse contexto, afirmar que os sistemas de produção das empresas alimentícias de Marília S/A acontecem dentro de uma estrutura de produção flexível, pelo contrário, apenas alguns processos se enquadram nessa estrutura.

CARTOGRAMA 28:



#### **4.3.2.3. A configuração do circuito espacial produtivo da DORI ALIMENTOS LTDA**

**- A organização da empresa: atividades de gestão, beneficiamento de matéria-prima, produção, distribuição e representação no território brasileiro e na escala planetária**

A Dori Alimentos Ltda, empresa do ramo alimentício originária de capital local, iniciou suas atividades no ano de 1967, sob a responsabilidade da Senhora Doraci dos Santos Spila, que fabricava pipoca doce com a marca Guri. No ano de 1970, a Empresa foi registrada na Junta Comercial do estado de São Paulo e no ano de 1976, deixou de funcionar na casa da proprietária e transferiu-se para um barracão de 500 metros quadrados.

Em 1982, a empresa adquiriu um sócio que não era da família. Com ele, os investimentos aumentaram, assim como a produção. No entanto, foi a partir de 1986, com a inserção de mais um sócio na empresa é que as mudanças tornaram-se mais efetivas. Trata-se do Sr. João Baptista Barion, que depois de poucos anos na Dori, adquire, no ano de 1988, 100% da empresa da Sra. Doraci. Desde então, as mudanças tornaram-se substanciais, do ponto de vista dos investimentos, da aquisição de máquinas, equipamentos, inovações de processos e produtos, ampliação da produção, distribuição, entre outros.

A família do Sr. João Barion é tradicional no ramo industrial alimentício, o seu pai, na década de 1940 foi fundador da Fábrica de Doces Cristal, que depois se tornou Airilam Beatrice Food Incorporation e, na década de 1980 foi adquirida pela Nestlé, em funcionamento até hoje em Marília – SP.

Depois de vender a Airilam, os membros da família Barion, entre eles o Sr. João, que era um dos donos da empresa, assinaram um contrato de que não poderiam investir numa empresa em que a fabricação fosse de biscoitos. Diante do contexto, investiram em atividades ligadas à agropecuária e numa empresa de transportes, no entanto, o interesse maior era o ramo alimentício, diante disso, entraram em contato com a proprietária de uma fábrica de doces, a Sra. Doraci e decidiram se tornar sócios da empresa, voltando assim às origens da atividade industrial iniciada pelo pai. Logo após aquisição de parte

da fábrica de doces da Sra. Doraci, o Sr. Barion, preocupado em inserir os filhos no ramo industrial alimentício, e dar continuidade ao seu trabalho, adquire por completo a empresa no ano de 1988. Desde então, os investimentos na empresa se ampliaram.

A Dori agora em maio ela faz 41 anos. Ela foi fundada por uma senhora que se chamava Doraci (Cila), se chama ainda. Ela fabricava pipoca e doces artesanais, na casa dela, e quando foi há 20 anos ela vendeu a empresa, era uma empresa pequena, com 150 empregados mais ou menos, ela vendeu uma parte pro Sr. João Barion e depois vendeu a empresa inteira. Depois de um ano que comprou a Dori, ele adquiriu a fábrica de balas Ouro Verde em Rolândia no Paraná, que fabrica pirulitos e balas e incorporou à Dori. Então a gente considera aqui mesmo como o mentor da Dori o senhor João Barion, que é o atual presidente. Porque pra você ter uma noção quando ele comprou a empresa tinha em torno de 150 empregados na Dori e 70 lá em Rolândia. Então o máximo de uns 200 empregados. Hoje nós temos quase 2200. Então a empresa cresceu muito, nos primeiros 20 anos ela chegou a 150 empregados, nos segundo 20 anos ela chegou em 2200. Pra você ter noção de como ela teve um crescimento maior depois (Responsável pelo setor de Recursos Humanos da Empresa. Pesquisa de Campo, 2009).

Após a aquisição completa da Dori pela família do Sr. João Barion, no ano de 1988, os investimentos que haviam começado no ano de 1986, ampliaram-se. Primeiramente, a empresa se especializou na produção de confeitos de amendoim doce e salgado, gomas, balas, pirulitos e confeitos de chocolate.

A matriz da empresa e a unidade produtiva de Marília – SP estão instaladas à Avenida República, 5159/85 no Distrito Industrial Santo Barion. A área da unidade gestora e da fábrica é de 26.400 m<sup>2</sup>, sendo 23.000 m<sup>2</sup> de área construída. O total de funcionários, no ano de 2009 (durante trabalho de campo), era de 1129, sendo que na fábrica eram empregados 653, nos setores de apoio, 186, no administrativo, 89 e no setor comercial, 201. As linhas de produção existentes na unidade de Marília são confeitos de amendoim e chocolate, chocolate granulado e pastilhas, balas e gomas de amido. Ainda, na matriz estão centralizadas as atividades de pesquisa e desenvolvimento, gestão, propaganda & *marketing*, comercial, exportação e recursos humanos.

O presidente da empresa é o Sr. João Barion, no entanto, são seus quatro filhos que assumiram a diretoria da empresa.



Hoje o diretor financeiro tem 6% da empresa, o diretor comercial tem 6%, e depois os outros que são da família Barion tem 22% cada um. São os filhos, o Presidente não tem nada. O Sr. João tem seis filhos, mas apenas quatro atuam na empresa. Eles fazem parte da direção da empresa. Começaram a trabalhar na Dori há 17 anos em cargos de auxiliar e alguns já começaram em cargos de liderança, mas agora todos são diretores (Responsável pelo setor de Recursos Humanos da Empresa. Pesquisa de Campo, 2009).

Depois de definida a especialização produtiva da empresa (confeitos de amendoim e chocolate, balas, gomas, pirulitos e granulados) o objetivo era se tornar uma empresa verticalizada, se não total, mas parcialmente, pelo menos no que concerne na produção dos confeitos de amendoim. Desde 1986, a Dori possui, na cidade de Marília, no Distrito Industrial do Jardim Santa Antonietta, uma cerealista que realiza as atividades de beneficiamento e armazenamento do amendoim.

Atualmente, a Dori, via cerealista, possui área de 42.000 m<sup>2</sup>, sendo 8.300 m<sup>2</sup> de área construída. Conta com 135 funcionários, três trabalham no setor administrativo, 20 no setor de apoio e 111, no beneficiamento do amendoim. A Cerealista Dori atua em parceria com produtores rurais e outras cerealistas de Marília e municípios próximos, para garantir o fornecimento do amendoim, uma das principais matérias-primas utilizadas pela empresa.



**FIGURA 9:** Unidades da Dori Alimentos Ltda. **FONTE:** www.dori.br

No ano de 2008, a Dori teve oito fornecedores de amendoim com casca e seis fornecedores de amendoim descascado. A área plantada nos municípios da Região Administrativa de Marília para atender a empresa, no ano de 2008, foi de 509 alqueires paulista, o que equivale a 1261 hectares. A Dori garante aos fornecedores as sementes para o plantio, assistência técnica, compra total da safra e laboratórios para realização de análises para comprovação da qualidade do amendoim (as análises são realizadas na própria cerealista e em laboratórios terceirizados).

De acordo com a responsável pela empresa, em entrevistada durante a pesquisa de campo, 2009, todos os fornecedores de amendoim da Dori são certificados com o selo “Pró-Amendoim” da ABICAB, ou seja, recebem um documento da empresa que atesta que o amendoim é livre da aflotoxina. Essa é uma norma a ser cumprida pelas empresas que realizam exportação.

Em continuidade aos investimentos da empresa, no ano de 1989, a Dori Alimentos Ltda adquiriu uma empresa de balas, chamada “Balas Ouro Verde” na cidade de Rolândia, no Paraná. Atualmente, a área total da unidade de Rolândia é de 46.000 m<sup>2</sup> e a fábrica conta com 14.000 m<sup>2</sup> de área construída. Trabalham, em Rolândia, 870 funcionários, sendo 668 no processo produtivo e 169 em setores de apoio e 33 no setor administrativo. Essa unidade é responsável pela produção de balas duras, mastigáveis, recheadas, chicle e pirulitos (duros, recheados e mastigáveis). Os produtos, fabricados em Rolândia, destinados à exportação saem da unidade em direção ao Porto de Santos. Todavia, os que atendem ao mercado interno são enviados ao Centro de Distribuição da Dori, localizado na cidade de Marília – SP.

O Centro de Distribuição (CD) da Dori em Marília foi inaugurado no ano de 2003. A produção da unidade de Marília – SP e Rolândia – PR é enviada ao CD, que se localiza no distrito industrial do Jardim Santa Antonietta. A área total é de 111.000 m<sup>2</sup> e a área construída é de apenas 9.500 m<sup>2</sup>. No CD são empregados 52 funcionários, sendo 42 que atuam no setor de logística e 10 no setor administrativo. O CD de Marília é responsável por controlar a produção das duas fábricas e por distribuir os produtos por todo território brasileiro. As vendas para o mercado externo são controladas pelo setor de exportação (criado em 1995), localizado na unidade gestora da empresa em Marília. Ainda



o CD é encarregado por enviar mercadorias ao CD filial de Fortaleza – CE, fundado em 2001, antes mesmo do CD de Marília.

A filial de distribuição da Dori em Fortaleza localiza-se à Rua João Crispim, as margens da Rodovia Federal BR-116, entre os Km 12 e 13. O galpão possui 540 m<sup>2</sup>. De acordo com o gerente da Dori Alimentos LTDA de Fortaleza - CE, a central de distribuição entrou em funcionamento no ano de 2001. Possui cinco funcionários (gerente; encarregado de limpeza e carga/descarga; responsável por recebimento e expedição de produtos e dois vendedores). Além dos funcionários diretos, a empresa possui um estagiário e um vendedor terceirizado.

O CD da Dori filial de Fortaleza – CE iniciou suas atividades, distribuindo 25 toneladas de produtos por mês, atualmente esse número é de 150 toneladas de produtos/mês distribuído no estado do Ceará. Os vendedores são distribuídos em três regiões desse Estado (Quixeramobim, Sobral e Região Metropolitana de Fortaleza). Eles realizam suas vendas, e por micro-computadores (palms) repassam os pedidos para o CD de Fortaleza, que por sua vez, envia os pedidos para o CD Central, em Marília – SP, por via de um sistema computacional desenvolvido especificamente para a empresa. “*Não, hoje é tudo informatizado. Tem todo o sistema, não existe mais pedido no papel, é tudo informatizado*” (Responsável pelo setor de Recursos Humanos da Empresa. Pesquisa de Campo, 2009). Os clientes do estado do Ceará recebem os produtos até cinco dias após o processamento dos pedidos.

O transporte dos produtos de Marília até Fortaleza é feito pela Rodovia BR-116. De acordo com o gerente, os funcionários e vendedores da Dori assistem a palestras que são proferidas por ele, que constantemente viaja para Marília, a fim de participar de cursos e reuniões na matriz da Empresa.

De acordo com o responsável, a instalação da filial de distribuição em Fortaleza ocorreu por vários motivos. Primeiro, por se tratar de uma região (Nordeste) que tem ampliado o nível do consumo nos últimos anos e, segundo, para diminuir os custos, pois a carga tributária do estado do Ceará é menor e por isso, as despesas com o deslocamento da mercadoria são reduzidas.

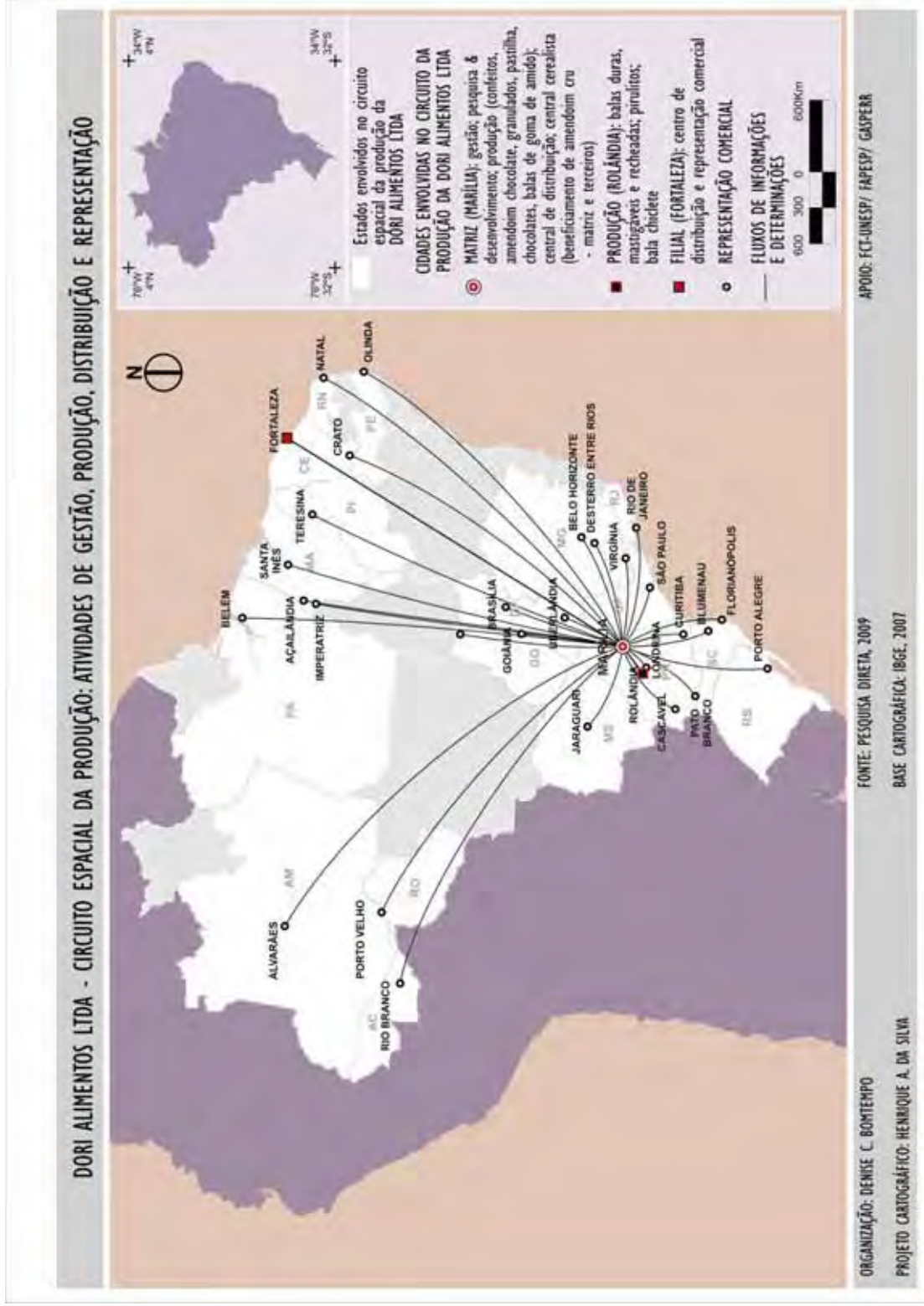
	
<p><b>FOTO 21:</b> CD DORI - Filial de Fortaleza – CE. <b>BOMTEMPO</b>, Denise Cristina. Pesquisa de Campo, 2008.</p>	<p><b>FOTO 22:</b> Gerente e Funcionárias do CD DORI - Filial de Fortaleza – CE. <b>BOMTEMPO</b>, Denise Cristina. Pesquisa de Campo, 2008.</p>
	
<p><b>FOTO 23:</b> CD DORI - Filial de Fortaleza – CE - produtos armazenados. <b>BOMTEMPO</b>, Denise Cristina. Pesquisa de Campo, 2008.</p>	<p><b>FOTO 24:</b> CD DORI - Filial de Fortaleza – CE - produtos armazenados. <b>BOMTEMPO</b>, Denise Cristina. Pesquisa de Campo, 2008.</p>

Além do CD Fortaleza – CE, a Dori possui centros de representação comercial distribuídos nas cinco regiões brasileiras, são elas: Norte (Acre, Amazonas, Pará e Rondônia); Nordeste (Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte – o gerente do CD Fortaleza é responsável pela representação de toda região Nordeste); Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais – (BH e interior), Rio de Janeiro, São Paulo (São Paulo e interior)); Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul) e Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Hoje as entregas da Dori foram otimizadas, em anos anteriores, nosso cliente ficava até 15 dias para receber mercadorias, hoje, no máximo quatro dias recebe. Por quê? Primeiro, pelo sistema informatizado de passar os pedidos, depois, os CDs ajudam bastante, porque têm todos os produtos lá. Nós apenas programamos a produção dia-a-dia com metas a cumprir. Aí é produzido, vai pro centro de distribuição. O pessoal de vendas com o de logística é que acessa a entrega. Nos locais que a gente mais demora a entregar, que tinha mais demora é, por exemplo, no Nordeste. Aí nós temos uma unidade, um depósito lá e as mercadorias são entregues de maneira mais rápida. Esse é o diferencial da empresa (Responsável pelo setor de R. H. da Empresa. Pesquisa de Campo, 2009).

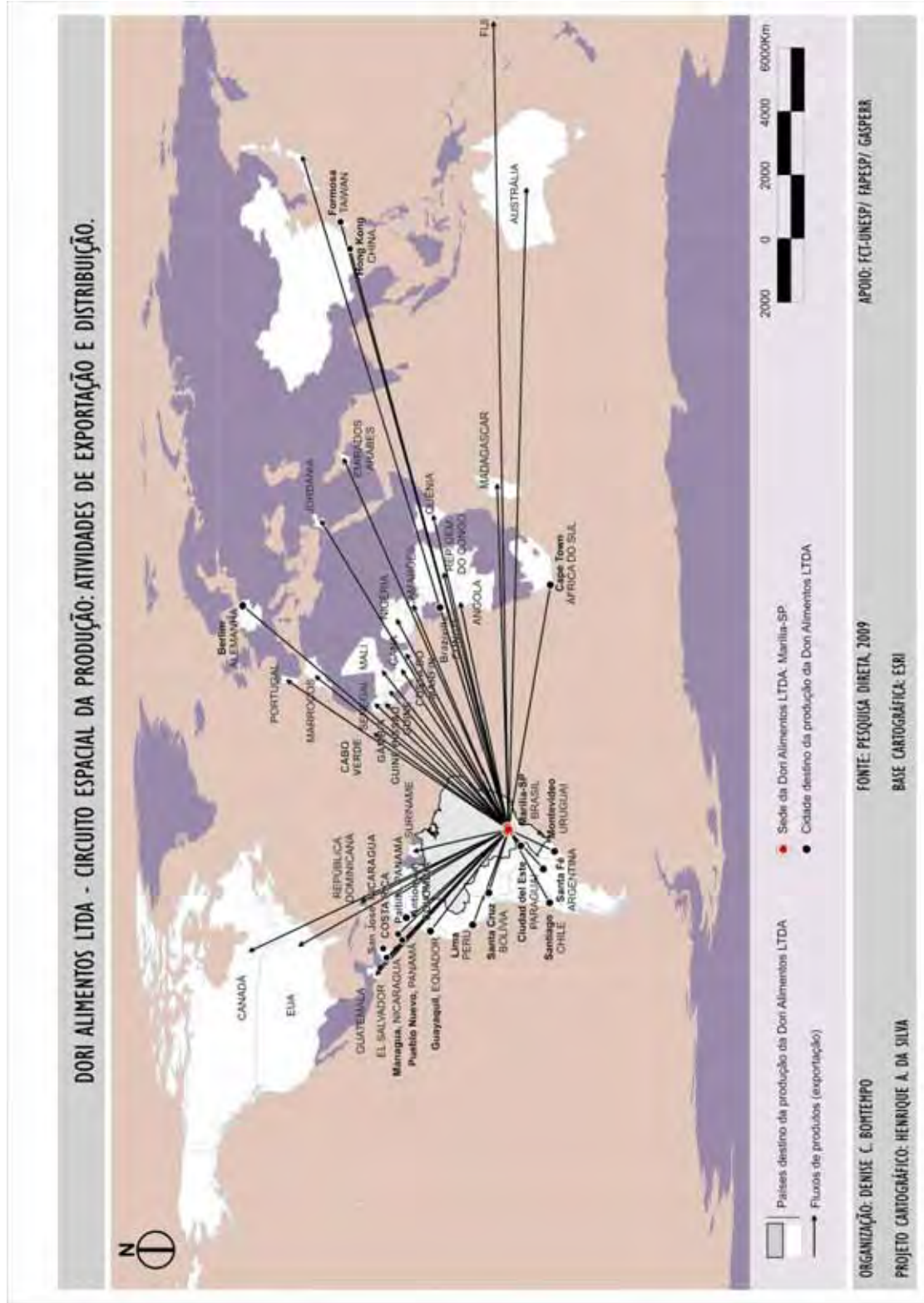
No Cartograma 29, podemos verificar como a empresa usa o território para realização de atividades relacionadas à gestão, produção, distribuição e representação.

CARTOGRAMA 29:



Na escala planetária, verificamos que as relações comerciais realizadas pela Dori, ocorrem, sobretudo, entre os países do continente americano, africano e asiático. A empresa possui representantes de distribuição no continente africano (nos países: Angola, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gana, Gâmbia, África do Sul, Guiné, Guiné Bissal, Quênia, Mali, Madagascar, República Democrática do Congo, Senegal e Serra Leoa); no continente europeu (nos países: Portugal e Alemanha); na Oceania (Austrália, Formosa e Ihas Fiji); no continente americano (nos países: Argentina, Colômbia, Canadá, Costa Rica, Chile, El Salvador, Estados Unidos, Haiti, Porto Rico, Uruguai e Venezuela); ainda na Ásia e Oriente Médio (nos países Emirados Árabes, Hong Kong, Israel, Japão e Jordânia), como podemos verificar no Cartograma 30.

CARTOGRAMA 30:



Como mencionado, a Dori iniciou as exportações no ano de 1995. Atualmente, 25% do total da produção são exportados. O principal comprador dos produtos da Dori no exterior é a rede americana Wal Mart. Os produtos são destinados para abatecer as lojas da rede localizadas nos Estados Unidos e nos países europeus. O Wal Mart realiza contrato de distribuição com a Dori anualmente, para tanto, os representantes da rede realizam auditorias que perpassam pela análise da produção, das instalações físicas da empresa, condições de trabalho, aquisição de matéria-prima, controle de qualidade, tecnologia adotada, entre outras. A Dori, portanto, é uma empresa que produz de acordo com as determinações do cliente. Para tanto, investe constantemente em tecnologia no processo produtivo e no desenvolvimento de novos produtos.

Na escala do território brasileiro, a Dori vende seus produtos a empresas articuladas tanto ao circuito superior da economia urbana, tais como atacadistas, distribuidoras, redes de hipermercados, supermercados e pequenos estabelecimentos comerciais, como também empresas vinculadas ao circuito inferior da economia urbana, como pequenos mercados, padarias, lojas de R\$1,99 etc.

O fluxo de informações e determinações é feito por meio de um sistema intranet, elaborado especificamente para Dori. Todos os funcionários que ocupam posições estratégicas na empresa, como os diretores, supervisores e encarregados, possuem acesso ao sistema, na área em que é responsável. Existe uma articulação entre os setores da empresa e isso é possível devido às reuniões periódicas e também ao sistema informacional que permite com que os lugares relacionados ao circuito espacial produtivo da Dori, por um lado, informe as necessidades vinculadas à atividade desenvolvida e por outro, receba as normatizações (da Sede) a serem cumpridas.

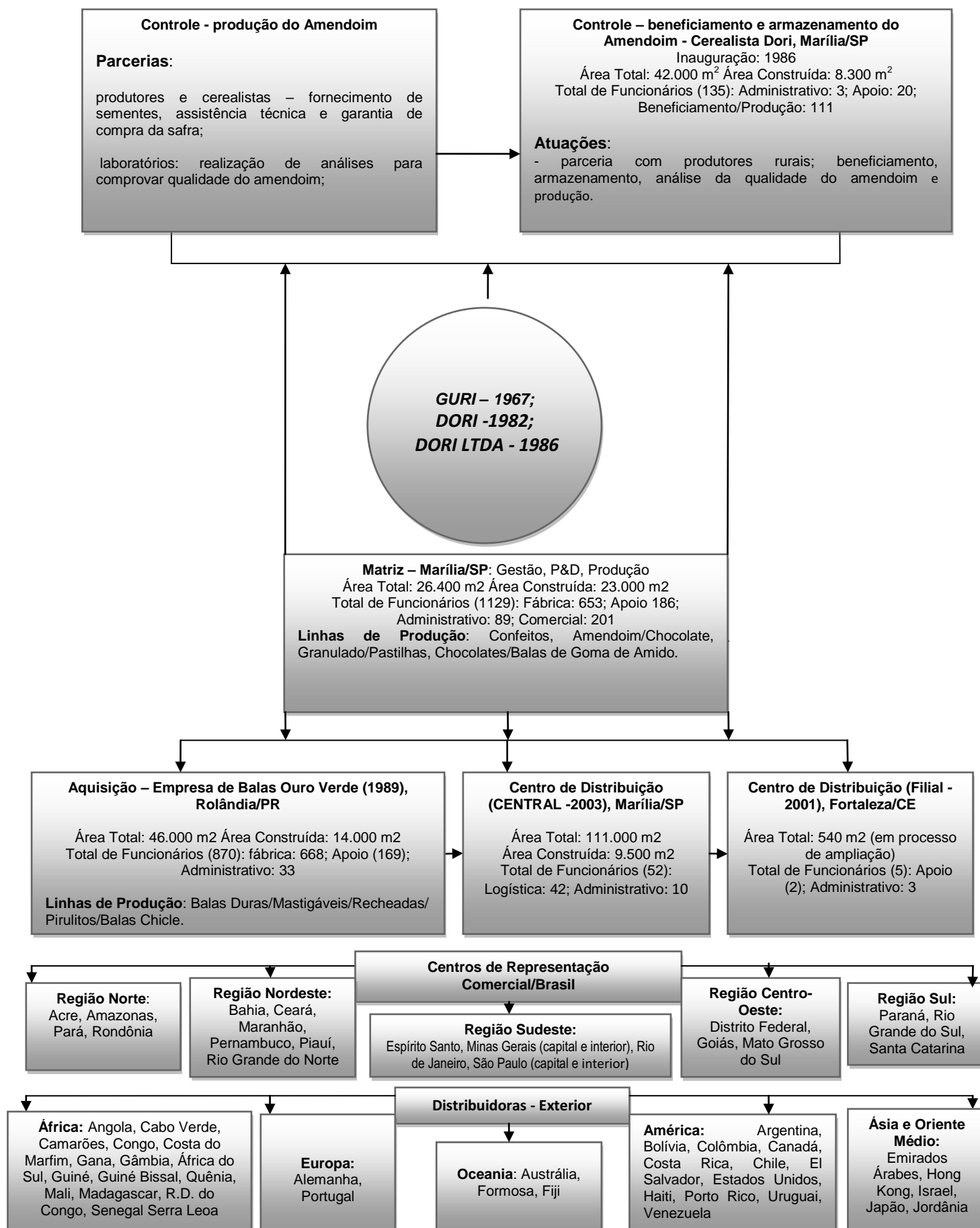
Essa integração entre os setores da empresa, sobretudo entre o departamento de planejamento e programação de controle de produção, de vendas e o produtivo permite uma produção puxada, empurrada. Ou seja, nós fabricamos pra depois vender. Mas se não tiver uma interação muito forte entre as vendas, a gente corre os estoques. Que hoje não se trabalha com estoque, você tem mínimo, para suportar no máximo uma semana. Apesar de que existem exceções, porque têm produtos nossos que apesar de toda a tecnologia ainda gasta três dias pra ser feito (Responsável pelo setor de Recursos Humanos da Empresa. Pesquisa de Campo, 2009).



A programação da produção da Dori é feita diariamente. Os encarregados recebem do setor de planejamento uma planilha com as metas a serem alcançadas durante a jornada de trabalho. As mesmas são direcionadas a todos os funcionários das linhas de produção.

Antes de dar continuidade à discussão sobre a organização da produção e do trabalho na fábrica, vejamos no Quadro 23 (p. 387), a organização da empresa; a configuração do circuito espacial da produção que relaciona os lugares de gestão, produção e distribuição e; as novas atividades desenvolvidas nas cidades médias com perfil industrial, tais como gestão e pesquisa e desenvolvimento.

**QUADRO 23: DORI ALIMENTOS LTDA: ORGANIZAÇÃO INTERNA, CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO E RELAÇÕES DE MULTIESCALARIDADE**





## **- A organização da produção e do trabalho na fábrica**

A Dori, desde que foi adquirida pelo atual presidente, investe em aquisição de máquinas e equipamentos.

No final de cada ano, a diretoria e o comitê gestor define o percentual do que vai ser investido em tecnologia e na capacitação de pessoal. Por exemplo, nós temos máquinas hoje que são todas computadorizadas, então nós precisamos ministrar curso de informática, preciso exigir escolaridade (Responsável pelo setor de Recursos Humanos da Empresa. Pesquisa de Campo, 2009).

De acordo com informações obtidas durante a pesquisa de campo, as máquinas utilizadas no processo produtivo são fabricadas no Brasil (São Paulo e Paraná) e importadas (a maioria) de países como Alemanha, Itália, Estados Unidos, no entanto, a empresa que mais fornece máquinas para Dori é alemã. A manutenção das máquinas e equipamentos é feita internamente, porém, se for preciso, os representantes da empresa no Brasil são acionados para prestar serviço.

A Dori Alimentos Ltda é organizada em vários comitês, sendo que, o responsável pelas normatizações da empresa é formado pelo presidente e diretores, é o chamado de Comitê de Planejamento Estratégico. A segunda modalidade de comitê é composta por diretores e gerentes. E a terceira modalidade é composta por trabalhadores que desempenham diversas funções na empresa e, portanto, possuem formações variadas. Os investimentos são definidos pelo comitê formado pelo presidente e diretores. Em relação à pesquisa e desenvolvimento os grupos envolvidos são o de planejamento estratégico e da gerência. São definidos pelo gestor, por exemplo, os investimentos em inovações nos processos de fabricação, organização da empresa, desenvolvimento de novos produtos, entre outros. No que concerne ao desenvolvimento de novos produtos, a empresa dispõe de profissionais da área de desenvolvimento e analistas de *marketing*, de mercados e produtos.

Têm uns produtos que têm um ciclo de vida longa. O amendoim japonês, ele existe desde quando a gente existe e tá aí e é um dos produtos que mais vendem. E têm alguns produtos que ele tem um ciclo de vida menor. Agora, como a empresa opta por criar esses produtos? Tem o pessoal de *marketing* que faz pesquisa no mercado

pra ver o que tá aparecendo, o que estão querendo, e internamente tem um pessoal que faz as pesquisas de desenvolvimento de produtos. Então tem pessoal em pesquisa de desenvolvimento pra área de marketing, pra verificar necessidade do cliente, e tem o pessoal interno, pra desenvolver o produto, pra verificar quais são os equipamentos necessários, matéria prima. Aí entra a gente do RH pra ver a questão das pessoas, e assim por diante. O pessoal de marketing que faz. Aí eles fazem assim, tentam verificar pesquisa de consumidor, quais são os consumidores potenciais que têm os produtos que saem. Tudo isso é discutido, nós temos um planejamento estratégico no qual faz parte toda a diretoria e gerentes de primeira linha. E a gente define quais são as metas de 1 ano, 2 anos, sempre dentro dessas metas tá a questão de lançamento de produtos. E o pessoal de *marketing* tem a incumbência de estar fazendo essas pesquisas e trazer isso. Às vezes vamos numa feira internacional e descobre algum produto que pode trazer pro Brasil. É um trabalho de bastante pesquisa (Responsável pelo setor de Recursos Humanos da Empresa. Pesquisa de Campo, 2009).

A Dori, unidade produtiva de Marília, é dividida em setores de acordo com a linha de produto fabricada, tais como confeitos de amendoim (salgado e doce), confeitos de chocolate, gomas, balas, granulados. Os setores são alimentados por intermediários e subsetores. Na fábrica ainda existe o empacotamento, setor de armazenamento de produtos, expedição e carga e descarga.

Cada seção corresponde a uma mini-fábrica em que são realizados todos os processos de fabricação e direcionado ao setor de empacotamento. Esse último, dividido em três partes, é muito importante, pois ele registra as normatizações exigidas pelos órgãos de fiscalização e controle alimentar.

Então nós temos todo um processo de rastreabilidade, se você comprar um produto e tiver algum problema e você nos informar data do número do lote, data de fabricação, a gente consegue rastrear aonde ele foi produzido, quem fabricou, até a matéria-prima. Todas essas informações são disponibilizadas no setor de empacotamento. Nós conseguimos também verificar a matéria-prima, por exemplo, se uma matéria prima nossa deu algum problema a gente consegue rastrear até o cliente, não até o consumidor. A gente consegue saber em qual supermercado o produto está sendo vendido, a gente consegue saber em que depósito está. Agora pro consumidor, aí já é difícil. Digamos que o amendoim tenha algum problema, a gente consegue chegar até em quem plantou o amendoim. Se o açúcar apresentar problemas, a gente consegue chegar até o fornecedor dele, porque é o restante da cadeia dele. (Responsável pelo setor de Recursos Humanos da Empresa. Pesquisa de Campo, 2009).

Na unidade produtiva da Dori de Marília – SP, os turnos de trabalho são dois, das 6h às 14h e das 14:35 às 23h horas. Aos sábados, a fábrica funciona

apenas quatro horas, durante a jornada o horário para as refeições é de 32 minutos. Os setores da fábrica são liberados um a um para almoço ou jantar.

A remuneração do trabalhador da fábrica é: de R\$ 750,00 para os auxiliares de produção e R\$ 930,00 para os operadores de máquinas. Os trabalhadores são inseridos no programa de participação de lucros, o equivalente a um 14º salário por ano. A empresa oferece vale transporte, plano de saúde (médico e odontológico) e cesta básica (comprada em rede de supermercado de Marília) e tem articulação com as instituições locais ligadas à atividade industrial e foi uma das empresas fundadoras da ADIMA. Na escala estadual e nacional é integrante da ABIA e ABICAB.

A Dori possui uma política de contratação de estagiários apenas para desempenhar funções na área em que está se qualificando. Por outro lado, também incentiva o trabalhador a buscar qualificação e concede bolsas de estudo para aqueles que queiram fazer curso técnico ou superior.

As funções desempenhadas na fábrica seguem um esquema de organização rígido, ou seja, existem supervisores de produção, encarregados gerais, encarregados de setor, operadores de máquina e auxiliares de produção. De acordo com os trabalhadores, essa hierarquia dificulta o trabalho, pois são supervisionados a todo tempo.

Na área que eu trabalho o supervisor é chato, mas o encarregado é tranquilo. Todos os dias vêm um tubo de ordens, todos os dias! Temos que cumprir as metas e o trabalho é pesado, dói o braço. Tem um monte de gente com burcete de tanto carregar peso de maneira rápida. Não é tudo aquilo que você vê no jornalzinho né! Não tô criticando, mas não é o que acontece né. É bem longe daquilo que é anunciado, que os jornais lá, pelo menos no meu ponto de vista. Têm coisas que poderiam ser melhoradas lá dentro que não é. Por exemplo, minha mulher sofreu um acidente, ela caiu de bicicleta e machucou tudinho aqui, a boca, ralou tudo. E aí o que aconteceu? Precisei levar ela no médico. Tive que levar assim foi de resgate, mas precisava ta acompanhando. E assim eu faltei naquele dia, não tinha como ir. E eu fui pedir pra que não me descontassem pelo menos o domingo, porque se você falta um dia, você perde o dia e o domingo. E eles não veem esse lado, então vem tudo descontado. Você vai questionar lá, mas não adianta em nada. Então são pequenas coisinhas que se vê dava pra firma colaborar, foi uma questão de saúde, eu levei o atestado dos horários que eu tava acompanhando ela, mas não teve conversa, não teve jeito. Então querendo ou não se hoje você perde um dia de trabalho, vem descontado, R\$30,00s do seu pagamento. Além disso, a hora do almoço é só 32 minutos, já pedimos para o sindicato negociar isso e nada. Você vai perder aí uns cinco minutos a sete de fila. Depois vai ao banheiro e volta pra rotina. Tem dia que eu nem como direito porque você trabalha com

uns canos pesados, é difícil. Então eu como mais salada, comida leve, eu deixo mais pra jantar em casa. Lá é mais salada mesmo, umas folhas. Porque você encher a barriga e ficar andando pra lá e pra cá trabalhando nas maquinas é muito ruim. As exigências são muitas, mas não melhora muita coisa pra nós. Não sei como é o processo de conquistamento desses ISO, as mudanças lá dentro pra funcionamento dos funcionários são poucas. Porque eu vejo assim, hoje um salário de operador lá na DORI são R\$900, R\$913. Eu graças a Deus ainda tenho minha mulher que trabalha, agora eu me imagino trabalhando sozinho, ganhando esse salário ai, eu tô perdido! Se eu ganhar 913 sozinho, e tem muita gente que sobrevive disso paga aluguel, eu não dá, não dá mesmo. É um salário muito baixo, pra quem tem filho, pagar água, luz, telefone, pagar aluguel. E se um dia minha mulher perde o emprego eu tô ralado. Aí que eu vou ter que virar ... se ainda pagasse aluguel teria que voltar a morar na favela (Rodolfo, trabalhador da Dori. Pesquisa de Campo, 2009).

### **- As etapas do circuito espacial produtivo da DORI ALIMENTOS LTDA**

O Dori Alimentos LTDA, assim como as médias e grandes empresas alimentícias de consumo final investigadas, articula os lugares envolvidos no circuito espacial produtivo de maneira inter e multiescalar.

Na escala local, além das atividades realizadas diretamente pela empresa, percebemos que a prática industrial permite com que outros setores da economia sejam dinamizados, tais como o de serviços. As funções realizadas por empresas terceirizadas na Dori são respectivamente: limpeza e conservação predial (restaurante e área administrativa). A prestadora de serviços é de Marília, assim como a de vigilância, o restaurante (empresa de Campinas – SP) e transporte de mercadorias (os motoristas são autônomos e residem em Marília - SP), assessoria jurídica e contábil (realizada por profissionais da própria Dori e por empresas terceirizadas de Marília). Além dessas atividades gerais, existem as pontuais, como desenvolvimento de sistemas de informação, cursos de informática ministrados para os funcionários, entre outros. Esses serviços são contratados de acordo com a necessidade. Normalmente, são contratados profissionais autônomos e empresas de Marília.

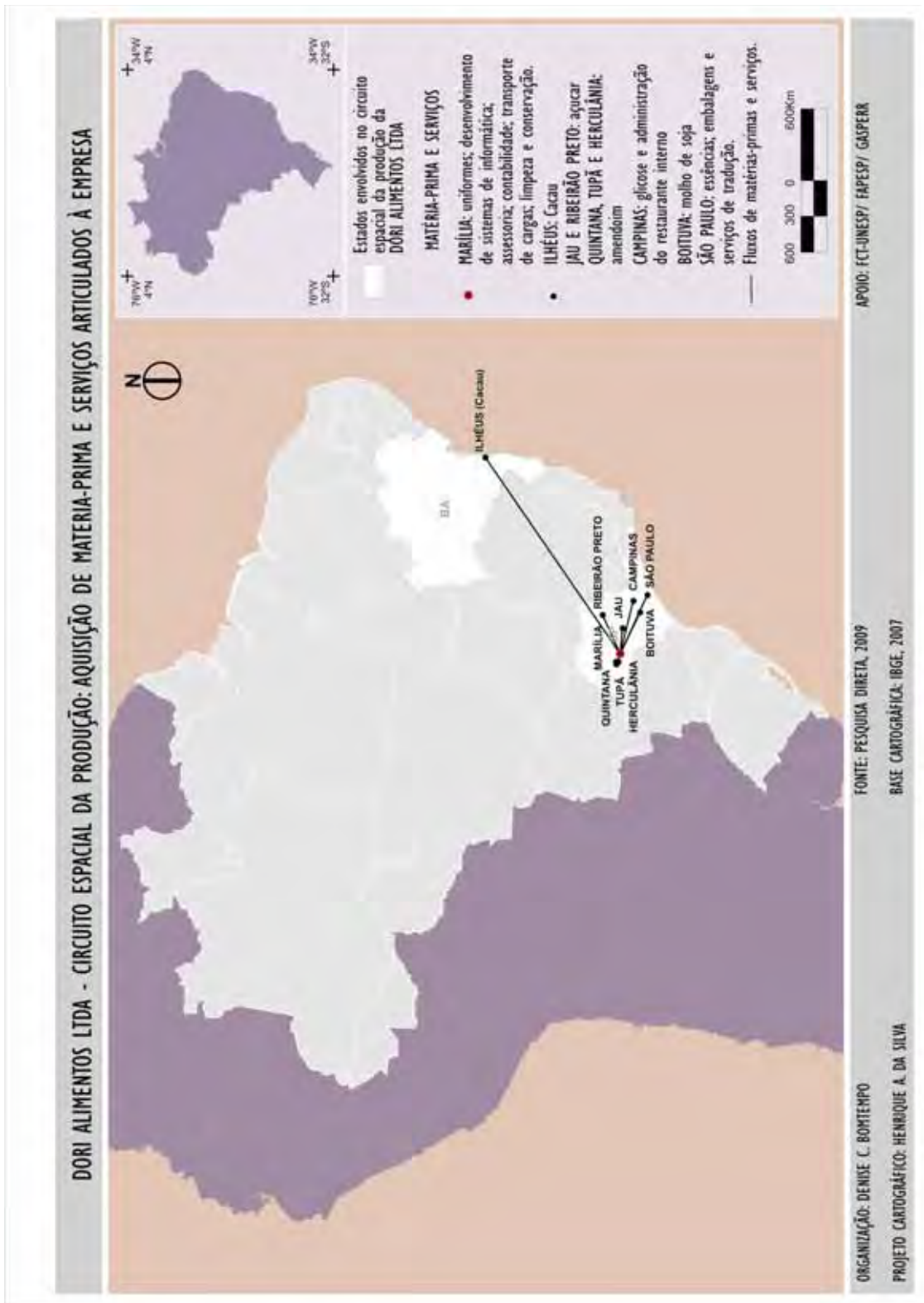
Os uniformes utilizados pelos funcionários da Dori são fornecidos por empresas de Marília e, a energia utilizada pela empresa é proveniente de gerador próprio e o gás que abastece às máquinas em parte, provém da rede de gás instalada recentemente.

Ainda em relação aos uniformes, verificamos que todas as empresas alimentícias de consumo final investigadas durante a pesquisa de campo, são abastecidas por empresas de Marília e de municípios localizados na sua região administrativa, como Ourinhos e Bauru. Esse fato nos leva a afirmar que, além de dinamizar o setor de serviços e agrícola, a atividade industrial do ramo alimentício permite com que outros ramos industriais sejam dinamizados, o de confecções é um deles, pois como verificamos, existem várias empresas fornecedoras de uniformes para o ramo alimentício instalado em Marília. Isso justifica as informações da Secretaria da Indústria e Comércio de Marília, de que esse ramo industrial é um dos mais expressivos em arrecadação e contratação de funcionários, juntamente com o alimentício, de bebidas, metal-mecânico e plásticos.

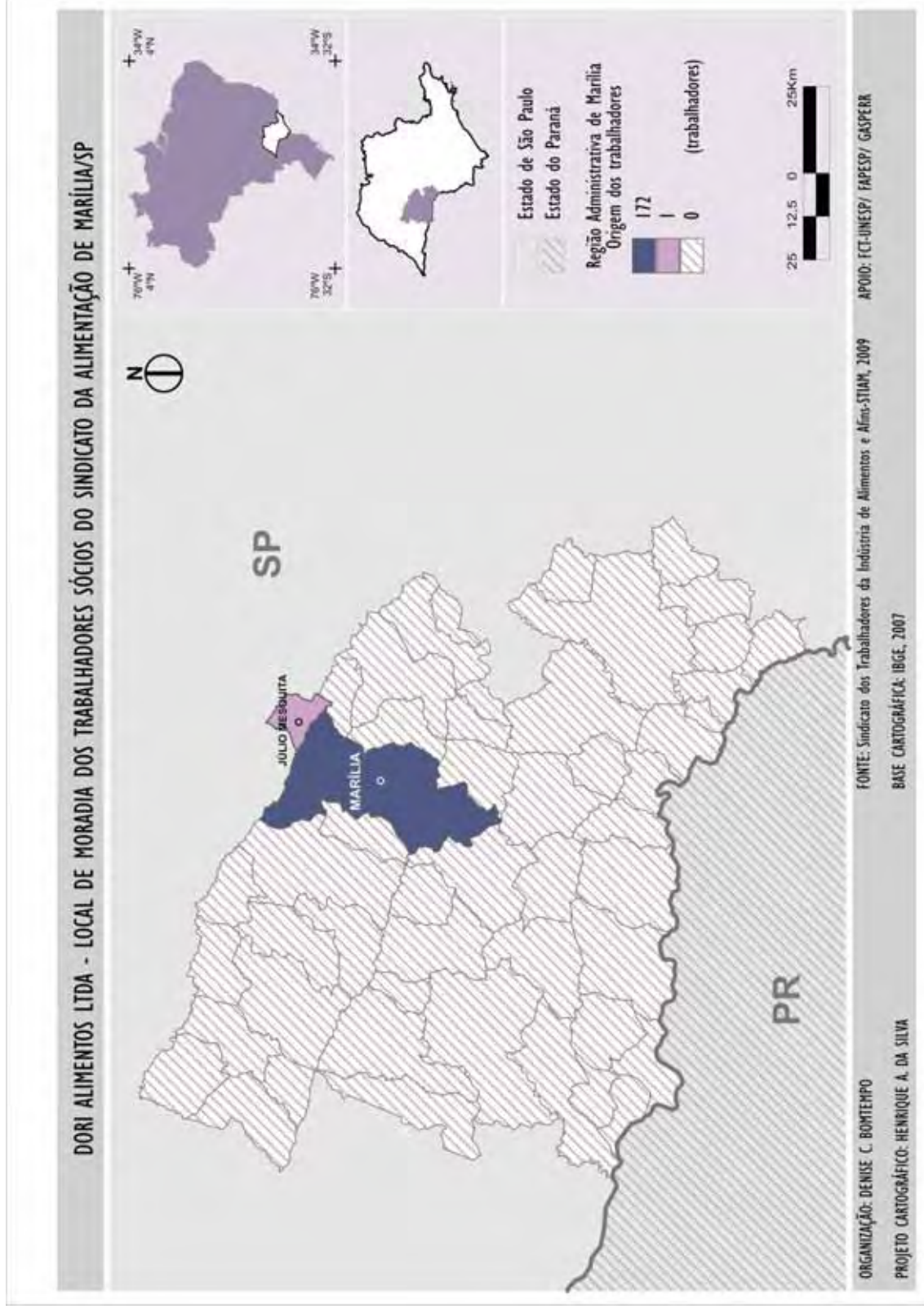
A Dori Alimentos Ltda, como podemos visualizar no Cartograma 31 (p. 423), adquire majoritariamente, matéria-prima de fornecedores do estado de São Paulo, localizados na região administrativa de Marília, como Quintana, Tupã, Herculândia (amendoim), e em municípios de outras regiões administrativas do Estado, tais como Jaú e Ribeirão Preto (açúcar), Campinas (glicose a administração de restaurante interno), Boituva (empresa fornecedora de molho de soja), São Paulo (que participa do circuito espacial produtivo da Dori como fornecedoras de essências, embalagens e serviços de tradução). De acordo com as informações obtidas, somente um município localizado fora do estado de São Paulo pertence ao circuito espacial da produção da Dori como fornecedor de matéria-prima (Ilhéus – cacau).

No que concerne ao local de moradia dos trabalhadores da Dori, verificamos durante o trabalho de campo que residem em Marília e municípios circunvizinhos, todavia, como podemos verificar no Cartograma 32 (p. 424), dos empregados sócios do sindicato da alimentação de Marília que trabalham na Dori, apenas 0,58% do total moram em Júlio Mesquita e 99,42% residem em Marília. Entre os critérios da empresa para contratação de trabalhadores, sobretudo, na fábrica, destaca-se residir em Marília, ainda em bairros próximo à fábrica. Um dos motivos é a diminuição dos custos com o transporte de funcionários.

CARTOGRAMA 31:



CARTOGRAMA 32:



Vimos que a Dori Alimentos Ltda, através de sua matriz localizada em Marília articula inúmeros lugares envolvidos no circuito espacial produtivo da empresa. As normatizações são elaboradas e controladas na matriz em Marília e enviadas, por meio de rede informacional aos lugares que configuram esse circuito produtivo. Vale ressaltar, que nesse contexto, assim como acontece com a Marilan S/A, Marília, na divisão territorial do trabalho centraliza o capital gerado pela atividade industrial do ramo alimentício e realiza práticas de comando.

As atividades de representação e distribuição não estão localizadas em pequenas cidades, mas em metrópoles, como Fortaleza – CE, Belo Horizonte – MG, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP, Curitiba – PR, Porto Alegre – RS, entre outras. Portanto, a relação que a cidade média, no período da globalização, possui na divisão territorial do trabalho e na rede urbana em que está inserida e mantém relação é majoritariamente seu papel de intermediação. No entanto, essa intermediação não é apenas com os locais próximos do ponto de vista topográfico, pelo contrário, a proximidade é sentida a partir da configuração de redes topológicas que articulam e aproximam os lugares de acordo com as atividades econômicas desenvolvidas.

Além das funções de intermediação, percebemos que por ser sede de grandes empresas, as atividades de comando atreladas a esse ramo industrial são realizadas também na escala da cidade média, não somente nas ligadas ao circuito produtivo, mas como verificamos, essas empresas estão articuladas ao poder público em todas as escalas.

Isso de fato, define as novas escalas que determinam o uso do território no período da globalização, pois as metrópoles mencionadas, a partir das atividades comerciais e distribuição participam do circuito espacial produtivo da Dori como pontos. Por sua vez, a cidade de Marília, onde se localiza a sede da empresa é que determina o uso do território conforme seus interesses, enfim, de acordo com a possibilidade de ampliar sua margem de lucro no mercado de competição global.

Para tanto, possui uma política estratégica, investe em desenvolvimento tecnológico, de novos produtos e processos, aquisição de máquinas e equipamentos, e concorre na escala planetária com empresas do



mesmo segmento para fornecer seus produtos a grandes redes de supermercados, como Wal Mart, por exemplo.

É inegável que a Dori é uma das mais significativas empresas do segmento industrial em que atua. No entanto, verificamos que existem problemas no que concerne ao tratamento que a empresa disponibiliza aos seus funcionários, sobretudo, àqueles envolvidos no processo produtivo.

A tentativa incansável de se reestruturar para cumprir às normas impostas pelo mercado de competição global influi nas políticas elaboradas pela empresa, no que concerne ao rigor e à velocidade da produção. Isso culmina como verificamos a partir de entrevistas com trabalhadores, em problemas relacionados às doenças causadas pelo trabalho rápido e repetitivo, ao *stress* para vencer as metas da produção e às determinações impostas por todos os setores hierárquicos da empresa. Além disso, constatamos uma insatisfação generalizada no que tange aos baixos salários, ao reduzido tempo para realizar as refeições e à falta de operacionalidade do sindicato da alimentação junto às reivindicações dos trabalhadores.

Esse contexto, não só a partir da Dori, mas de todas as empresas investigadas durante a realização deste trabalho, permite-nos afirmar que é preciso, por meio de todas as instituições envolvidas na atividade industrial alimentícia de Marília, que haja uma discussão relacionada às condições de trabalho nas empresas industriais alimentícias, sobretudo no “chão da fábrica”. Só assim, no nosso entendimento, é que o desenvolvimento, tão explorado nos discursos das instituições e dos empresários envolvidos no ramo alimentício, pode se tornar parte da realidade da população local. Caso contrário, a proximidade entre os agentes continuará sendo um exemplo empírico das mazelas provocadas pela globalização realizada a partir das verticalidades, ou seja, o uso do território, bem como sua normatização regida pelos interesses dos grupos que tem o domínio do capital, e menos pelos agentes que atuam nas horizontalidades, esses hoje, em Marília, apenas sentem o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e as imposições do tempo rápido, seja no espaço de trabalho, seja no local de moradia e na circulação pela cidade.

A regulação da empresa relacionada ao tempo, à velocidade e às privações são sentidas além da fábrica, ou seja, no dia-a-dia do trabalhador, como podemos verificar nos depoimentos dos entrevistados.

Eu trabalhava na fábrica de chocolates e fui mandado embora, peguei o acerto. Eu pagava aluguel, R\$ 250,00 de aluguel. Depois que fui mandado embora pensei, se eu ficar parado pagando aluguel eu não consigo construir nunca. Aí o que eu tive que fazer? Fiquei morando três meses na favela. Fui morar na favela três meses, pagando R\$ 20,00 num barraco lá, pra poder começar a construir aqui. Porque aí já me livrou quase R\$ 700,00 de aluguel. Aí foi onde eu peguei, fiz aqui e vim pra cá. Eu não desejo pro meu pior inimigo morar na favela, lá é muito ruim. Primeiro, porque você não tem, como posso dizer, privacidade nenhuma, vida aberta. O que mais, lá é muito ruim, não tem mais, não tem nem explicação morar numa favela. Ali eu passei um bocado naquela favela... Vi gente morrer naquela favela é muito horrível. Não é vida não viu. É aqui embaixo, descendo mais pra baixo. Lá você ergueu cerco com madeira é seu. Aí achei um cara lá que diz que tinha esse barraco, fui atrás da pessoa e ele disse, o amigo, pode usar aí R\$ 20,00 por mês pra mim tá bom. Aí eu peguei e conversei com essa pessoa e fiquei lá por três meses. Era madeira. Pedaco de madeira, pedaco de tijolo. Era um cômodo e um banheiro. Nos quatro cantos de Marília você vai achar favela. Zona norte, Zona sul os quatro cantos. Os três meses que eu passei naquela favela eu não desejo pra ninguém. E se a pessoa te vê, porque lá e assim tem a favela e tem o nome da rua tal, tem numeração né, e assim geralmente você tem os números das ruas, por exemplo, no MDA ali é Pedro Hebreu Filho, e assim se você chega num comércio e fala Pedro Hebreu Filho, ele já sabe mora na favela. O povo já sabe já é Pedro Hebreu Filho é Salvador Salgueiro, que é uma favela que fica lá na vila nova se eu não me engano. Então as pessoas já começam a discriminar um pouco só de falar o seu endereço, é difícil é sofrido. Se o entregador vai entregar uma carta uma alguma coisa já fala vixe, mas na verdade têm muitas pessoas de bem que trabalham, levantam cedo, que não tão ali porque quer. Tem muitos trabalhadores da indústria que moram lá... (Rodolfo, trabalhador da Dori entrevistado durante Pesquisa de Campo, 2009).

Sabe, durante a entrevista a psicóloga fala “a partir de hoje você aceitou o compromisso com a Nestlé, você tem que ter comprometimento com a Nestlé, entendeu?” Lá é assim, já fala, lá já tem todo assim, tem que ter comprometimento, tem que ter comprometimento com a Nestlé, ou seja tem que trabalhar muito. Porque ali é uma multinacional, não tem esse negócio de horário, essas coisas. Eles trabalham muito com a visão dos outro país, entendeu? Na Nestlé ganha melhor, tem mais benefício. Todo mundo quer ter um plano de saúde bom. Mas a gente tem que ter o lazer, quer ter um dia com a família. A maioria das pessoas não tem isso lá. Vive mais lá dentro do que com sua família. Isso causa desentendimentos, doença... (Sra. Rosália, entrevistada durante Pesquisa de Campo, 2009. Tabalhou na Dori e atualmente trabalha na Nestlé).



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

**A CIDADE MÉDIA COMO ESCALA DE ANÁLISE DA ATIVIDADE INDUSTRIAL**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

### A CIDADE MÉDIA COMO ESCALA DE ANÁLISE DA ATIVIDADE INDUSTRIAL

Chegar às considerações finais de um trabalho acadêmico não significa sua finalização, pelo contrário, nossa perspectiva é que o tema abordado suscite novas pesquisas com vistas a entender as mudanças em curso no território brasileiro.

De acordo com Beltrão Sposito (2006), *“do ponto de vista do encaminhamento da pesquisa, aqui entendida em seu sentido mais amplo – diálogo entre o teórico e o empírico – a definição do objeto requer, ao mesmo tempo, a clara delimitação de um recorte territorial e um recorte temporal”* (p. 144). No entanto, essa delimitação é apenas o *“ponto de partida”* para consecução do trabalho, pois o caminhar deve ser contextualizado e articulado de maneira inter e multiescalar temporal e espacialmente. *“É a articulação entre períodos, adequadamente recortada, que nos permite reconhecer tempos que sejam relevantes, do ponto de vista histórico e, portanto, teórico para a análise do período escolhido para o estudo”* (BELTRÃO SPOSITO, 2006, p. 147).

A elaboração inicial da nossa proposta de tese foi motivada pelo interesse de entender, se a atividade industrial desenvolvida nas cidades médias do estado de São Paulo, sobretudo, daquelas localizadas, do ponto de vista topográfico, em regiões administrativas distantes da metrópole paulistana, era proveniente do processo de desconcentração industrial da década de 1970.

Ao longo do percurso, verificamos que a industrialização paulista é diversa temporal e espacialmente, e, portanto, não podemos explicá-la somente a partir de um momento histórico e de um recorte espacial. Diante de tal constatação, feita a partir de leituras, levantamento de dados, informações e pesquisa empírica, prosseguimos nossa investigação.

Diante da escolha pelo tema de estudo, sabíamos que estava exposto um desafio teórico-metodológico, pois, primeiro, verificamos que grande parte das explicações acadêmicas, a respeito das dinâmicas territoriais atreladas à indústria são elaboradas a partir de um contexto metropolitano. Segundo, os

estudos de Geografia Industrial não têm priorizado uma análise qualitativa da realidade, pois o que comparece, em muitos trabalhos analisados, é a preocupação em localizar de maneira pontual as variáveis que envolvem a atividade industrial, tais como, número de estabelecimentos, emprego formal, arrecadação de impostos etc, e por elas são elaboradas respostas que não condizem com as dinâmicas do território no período atual.

Para nós, essas variáveis representam apenas parte do caminho que percorremos ao longo deste trabalho. Em nosso entendimento, localizar implica em não apenas pontuar, mas sim, entender o conteúdo a partir de um contexto espaço – temporal e isso, na nossa concepção, só se concretiza no movimento entre o teórico e o empírico. Foi com esta perspectiva que elaboramos nosso estudo.

Não contestamos a afirmação de que a metrópole paulistana alargou sua função como metrópole nacional por centralizar e concentrar a indústria brasileira nos diversos “*meios técnicos*”. No entanto, não podemos, hoje, explicar a atividade industrial desenvolvida em cidades médias e pequenas, apenas tendo como referência o processo de desconcentração industrial da metrópole paulistana.

Para nós, um trabalho de Geografia Industrial, com o objetivo de entender as dinâmicas territoriais, deve priorizar a formação socioespacial e a situação geográfica. Além disso, deve-se compreender quem são os agentes e as instituições que normatizam a atividade industrial, as redes técnicas materiais e imateriais, de proximidade geográfica e organizacional constituídas, bem como, a origem do capital. Por fim, vale a pena ressaltar, que priorizamos a realização de estudos que versam sobre as interações espaciais e a configuração dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação de cada ramo produtivo.

Hoje, no meio técnico-científico-informacional, a estrutura organizacional da empresa industrial se faz em rede. Devido ao desenvolvimento técnico e científico, foi possível dispersar de maneira articulada os espaços de gestão, pesquisa e desenvolvimento, produção e distribuição. Tal configuração alterou a função que os lugares, até então, desempenhavam na divisão territorial do trabalho.

De acordo com Santos & Silveira (2001),

[...] a divisão territorial do trabalho envolve, de um lado, a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais. Estes têm um papel fundamental na repartição do trabalho vivo. Por essa razão a redistribuição do processo social não é indiferente às formas herdadas, e o processo de reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria de formação socioespacial (M. Santos, 1977). A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições (p. 20, 21).

As atividades industriais, desenvolvidas nas cidades médias do interior, têm sua origem anterior à configuração do meio *técnico-científico-informacional* (década de 1970). A indústria originada *no meio técnico* tinha como prerrogativa atender a demanda da população local e regional. Tal fato condiz com o próprio papel que as cidades médias desempenhavam na divisão territorial do trabalho até meados do século XX.

As cidades médias estavam, em etapas pretéritas do desenvolvimento do capitalismo, inseridas em redes urbanas hierarquicamente organizadas. Assim, as articulações espaciais que definiam seus papéis eram pensadas em relação às cidades grandes e à metrópole principal, num movimento a montante, e em relação às cidades pequenas, num movimento a jusante. No que se refere à definição das articulações temporais, o que se exigia do pesquisador era a recuperação das determinações que instituíam a cidade em estudo no âmbito da rede urbana hierarquicamente organizada (BELTRÃO SPOSITO, 2006, p. 147).

Atualmente, devido ao desenvolvimento de sistemas técnicos e informacionais e à emergência da economia mundializada, as relações entre os lugares inseridos na lógica produtiva se tornou mais complexo. Além disso, as relações e os fluxos não se fazem de uma maneira rígida, mas é possível verificar que atividades, até então restritas aos espaços metropolitanos, são hoje, desenvolvidas em cidades com papéis intermediários na rede urbana, em espaços urbanos não metropolitanos.

A reestruturação produtiva, fruto do sistema de produção flexível adotado, primeiramente, pelas empresas industriais automobilísticas, e que dia após dia interferiu não apenas no espaço de produção, mas no espaço da vida,

[...] exige a redefinição dos papéis das cidades médias, promovendo oportunidades econômicas para essas cidades de desempenharem papéis industriais ou comerciais e de serviços que estiveram, durante grande parte dos séculos XIX e XX, restritos às metrópoles e cidades grandes, e, simultaneamente, têm trazido para essas cidades, tanto como para outras, maior instabilidade no que se refere à definição de seus papéis na divisão econômica do trabalho, que pressupõe uma divisão territorial do trabalho (BELTRÃO SPOSITO, 2006, p. 148).

Com o findar desta tese, podemos afirmar que o interior do estado de São Paulo é múltiplo, e múltipla também é a atividade industrial desenvolvida nas cidades inseridas neste recorte espacial.

Verificamos que a atividade industrial, praticada na cidade de Marília, distante do ponto de vista do terreno da metrópole paulistana, mas articulada e próxima a essa aglomeração urbana a partir de redes materiais e imateriais constituídas entre os agentes que participam do circuito produtivo do ramo alimentício de consumo final estudado, tem um forte componente local e sua origem não tem como fator primordial o processo de desconcentração industrial, embora seja alcançada por ele.

Ainda, vale a pena enfatizar que Marília, diferentemente das cidades médias localizadas a “150 km da metrópole paulistana”, a princípio não era atrativa para transferência de unidades produtivas. Essa distância métrica, num primeiro momento, parecia ser um fator negativo no que concerne ao desenvolvimento de atividades industriais nesta cidade; todavia, em médio prazo, o fator distância topográfica teve uma conotação menor diante da constituição de redes técnicas materiais e imateriais que articularam e aproximaram topologicamente Marília de maneira multiescalar aos agentes envolvidos no circuito espacial produtivo alimentício de consumo final.

Como afirmamos, a atividade industrial de Marília teve origem anterior ao processo de desconcentração industrial e reestruturação produtiva da década de 1970, todavia, a partir deste contexto, verificamos dinâmicas múltiplas nesta cidade, por um lado, houve a consolidação de indústrias locais no mercado de competição global, e, ao mesmo tempo, atração de grupos industriais de capital transnacional e nacional. Tal contexto permitiu com que as interações espaciais, conformadas por meio de relações estabelecidas entre os agentes e os lugares envolvidos em diferentes fases do circuito produtivo por

nós estudado, fossem configuradas também a partir da escala desta cidade, ampliando assim seus papéis na divisão territorial do trabalho e na rede urbana em que está inserida e mantém relações.

A indústria de alimentos de Marília teve sua origem na década de 1940. As primeiras empresas industriais surgiram a partir dos investimentos de empresários locais que tinham acumulado excedente na agricultura. A produção era destinada à população de Marília e de municípios vizinhos e não se tinha capacidade produtiva e logística para ampliá-la. Portanto, a indústria, assim como, a cidade média cumpria o papel de intermediação entre as cidades pequenas, por centralizar as atividades produtivas e de serviços, e as cidades grandes, que no circuito produtivo industrial, eram fornecedoras de matérias-primas processadas, máquinas e equipamentos articulados ao processo produtivo.

A situação geográfica da aglomeração urbana, assim como a ação dos agentes locais, foram fatores que contribuíram para expansão da indústria de alimentos de consumo final de Marília. Como mencionamos a princípio, a produção era distribuída apenas na escala local e regional, no entanto, ao longo dos anos, os empresários reinvestiram o capital acumulado na expansão da capacidade produtiva da indústria, por meio da compra de máquinas, equipamentos e da ampliação do espaço físico da fábrica. Tal iniciativa permitiu que o raio de distribuição dos produtos fosse estendido. Por uma estratégia de mercado, como verificamos ao longo da pesquisa, não se priorizou a distribuição em partes mais distantes do estado de São Paulo, principalmente na metrópole paulistana.

Assim, os produtos alimentícios de consumo final produzidos nas empresas industriais de Marília foram destinados, num primeiro momento, para atender às necessidades da população local e regional, mas devido aos investimentos, a escala de distribuição se ampliou, especialmente para as regiões, que até a década de 1960, eram dependentes da importação de produtos industrializados. Entre essas localidades, estão os Estados que compõem a região Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil.

A distância de Marília, do ponto de vista topográfico, da metrópole paulistana, atrelada à ação dos agentes e a especialização da produtiva de



alimentos de consumo final, são fatores que contribuem para explicar a origem da indústria alimentícia nesta cidade que tem funções intermediárias na rede urbana, anteriores à desconcentração industrial. A aglomeração urbana, ao longo do tempo, permitiu com que interações espaciais fossem geradas sem que a metrópole tivesse um papel normatizador na atividade industrial. As normatizações, no que concerne à localização das empresas no espaço intraurbano, aos incentivos fiscais, à especialização da produção, à política de preços e, ao raio de distribuição, entre outras, eram determinadas pelos agentes locais públicos e privados envolvidos na rede que organizava a atividade industrial desse ramo. Além disso, o capital permanecia centralizado e concentrado em Marília, tal fato, atrelado a diminuição das distâncias, por meio da constituição de redes técnicas materiais e imateriais, permitiu que os investimentos nesse ramo produtivo industrial fossem constantes, culminando, em médio prazo, na consolidação de empresas locais ao ponto de atrair empresas de capital transnacional e nacional, instaladas até então nas metrópoles, para Marília.

Tal contexto, complexificou o papel desempenhado por Marília na divisão territorial do trabalho ao longo do tempo. Até a década de 1980, como foi possível verificar durante a pesquisa, o perfil das indústrias alimentícias de consumo final instaladas nesta cidade era, majoritariamente, de capital local, e do ponto de vista do porte em relação ao número de funcionários eram pequenas, médias e grandes empresas industriais. As grandes empresas industriais, nesse período, já competiam no mercado com àquelas de capital nacional e transnacional, instaladas na metrópole paulistana.

Assim, na década de 1980, devido ao desenvolvimento de redes técnicas materiais e imateriais as atividades de gestão, produção, distribuição e consumo puderam se dispersar pelo território. Nesse contexto, cidades que tinham atividades industriais consolidadas, em períodos, anteriores tornaram-se atrativas para a expansão das empresas por diferentes cidades no território, entre elas Marília.

Foi a partir da década de 1980, que empresas de capital nacional e transnacional, atraídas pela possibilidade de expansão se transferiram para

Marília, seja por meio da instalação de uma unidade produtiva do grupo ou da aquisição de empresas, que até então eram de capital local.

Entre os fatores elencados pelos empresários investigados, durante a pesquisa de campo, que levaram a empresas industriais de capital externo a se instalar em Marília, destacam-se: a existência de uma rede organizada de agentes que dão suporte à indústria alimentícia; a proximidade com a matéria-prima (o amendoim); existência de mão de obra e serviços qualificados; incentivos do poder público (doação de terrenos e diminuição da carga de impostos) e; boa localização no estado de São Paulo (articulação entre os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais).

Hoje, o território industrial de Marília é múltiplo. Verificamos que existe uma rede de agentes, tais como, representantes dos empresários, dos trabalhadores, do poder público municipal, estadual e federal que trabalham para atender às demandas do ramo industrial alimentício. Entre elas, está a formação de mão de obra qualificada e a articulação entre empresas fornecedoras de serviços e matérias-primas, localizadas tanto em Marília como em outras cidades da rede urbana regional, nacional e também em outros países.

Essa organização dos agentes envolvidos no ramo industrial alimentício de consumo final de Marília, embora não apareça no discurso das instituições, favorece principalmente os empresários das grandes e médias indústrias alimentícias. De acordo com os empresários entrevistados, donos de micro e pequenas empresas industriais, as atividades realizadas por essas instituições não contribuem para melhorar o dia-a-dia na empresa, pelo contrário, existem cobranças, mas o suporte financeiro, tão necessário para realização de investimentos ainda são precários. Assim, as pequenas e micro empresas de consumo final, instaladas em Marília, cumprem o papel de produzir para atender à demanda da escala local e regional, e ainda, a distribuição dos produtos ocorre em estabelecimentos articulados, sobretudo, ao circuito inferior da economia urbana.

Por sua vez, as médias e grandes empresas de capital local, nacional e transnacional, não só utilizam como também normatizam as ações das instituições articuladas ao ramo alimentício de consumo final. A grande

empresa industrial é um agente que interfere tanto no setor produtivo como nas ações do poder público local, estadual e nacional, portanto, usa, normatiza e regula o território de acordo com seus interesses.

As grandes e médias empresas industriais do ramo alimentício de consumo final instaladas em Marília, como mencionamos, são de capital local, nacional e transnacional. As empresas de capital local originaram-se anteriormente à desconcentração industrial da década de 1970, todavia, somente a partir da década de 1980, que elas passaram a integrar circuitos produtivos complexos, ou seja, articulado a múltiplas escalas.

As grandes e médias empresas indústrias de capital nacional e transnacional instalaram-se na cidade de Marília em fins da década de 1980. Essas, estruturadas em rede, haviam adotado dimensões da reestruturação produtiva (inovação de produtos e processos, investimento em pesquisa e desenvolvimento, terceirização de atividades e serviços, mudança na organização do processo produtivo e do trabalho, entre outros), com o objetivo de superar a concorrência do mercado nacional e global.

Essas empresas, de certo modo, intensificaram a concorrência entre as empresas do mesmo ramo industrial aglomerado em Marília. As empresas locais, para continuar no mercado, também se reestruturaram e intensificaram os investimentos no ramo alimentício de consumo final.

Hoje, de maneira geral, verificamos que há um crescimento da indústria alimentícia de consumo final no Brasil e, isso é decorrência da própria consolidação da “sociedade urbana”, que na velocidade do mercado, interfere e impõe aos sujeitos um ritmo de vida fluido e de consumo descartável, típico do período atual.

Verificamos que, apesar de crises conjunturais e estruturais como a vivenciada em 2008, as indústrias alimentícias de consumo final investigadas não diminuíram os investimentos e não sofreram redução dos lucros, pelo contrário, a situação foi favorável para sua ampliação. As empresas industriais, para continuar a competir no mercado, adotaram dimensões da reestruturação produtiva, no entanto, não podemos afirmar que todas as empresas investigadas funcionam nos moldes da produção flexível, mas que essa é uma tendência, particularmente entre aquelas de grande e médio porte.

Como constatamos, as grandes e médias empresas industriais alimentícias de consumo final, localizadas em Marília, entrelaçam inúmeros lugares relacionados ao circuito espacial da produção de alimentos de consumo final, enquanto a configuração dos circuitos espaciais da produção das micro e pequenas empresas industriais desse ramo produtivo articula-se, de maneira mais intensa, com as escalas local e regional.

Outro elemento referente à distribuição das grandes e médias empresas industriais alimentícias de Marília, é que elas distribuem seus produtos tanto em empresas associadas ao circuito inferior como superior da economia urbana, pois cumprem todas as normatizações relacionadas à produção de alimentos pelas agências reguladoras. No entanto, as estratégias de venda se diferenciam de acordo com o padrão do estabelecimento.

Reconhecemos que existem outros elementos que devem ser considerados para afirmar que Marília, como uma cidade média, no período atual, tem seus papéis ampliados na rede urbana<sup>166</sup>. Neste trabalho, priorizamos a atividade industrial do ramo alimentício de consumo final para reforçarmos as discussões, pois este é o que mais se destaca em relação às dinâmicas relacionadas à economia urbana na escala da cidade e da região.

Assim, gostaríamos de salientar que mediante o “mapeamento” do circuito espacial produtivo das indústrias alimentícias de consumo final instaladas em Marília, conseguimos, de fato, entender o real conteúdo industrial dessa cidade média no período da globalização. Constatamos que as micro e pequenas empresas contribuem para que a cidade continue seu papel de intermediação nas escalas local e regional. Em contrapartida, as grandes e médias empresas industriais, que adotaram dimensões da reestruturação produtiva, permitiram que essa cidade tivesse uma ampliação de seus papéis na rede urbana, bem como na divisão territorial do trabalho.

Marília, por ser sede de grandes empresas, centraliza o capital do ramo produtivo industrial alimentício de consumo final e desempenha papéis de gestão, pesquisa e desenvolvimento, distribuição e produção. Ela, ainda, contribui para a elaboração de normas junto às instituições articuladas

---

<sup>166</sup>Enfatizamos, sobretudo as discussões e os trabalhos produzidos pelos pesquisadores da ReCiMe, já referenciado nesta tese.

diretamente ao ramo alimentício e ao poder público. Assim, podemos concluir que na divisão territorial do trabalho, Marília, por concentrar unidades produtivas de grupos empresariais de capital nacional e transnacional, pode ser considerada um ponto que contribui para a configuração do círculo de reprodução do capital, mas também pode ser caracterizada como um nó, pois centraliza o próprio capital por sediar grandes empresas.

De acordo com Melazzo (2006), a entrada das cidades médias em

circuitos econômicos “modernos” (no sentido de diferentes dos anteriores), fazendo-as cumprir papéis de articulação dos entornos regionais (seja como centros urbanos isolados ou como aglomerações urbanas) e destes com as metrópoles, produziu espaços urbanos e cidades extremamente bem posicionados em relação ao conjunto da rede urbana brasileira e paulista. (2006, p. 209)

No entanto, ainda de acordo com o autor, nas cidades médias em que a atividade industrial é desenvolvida, tornam-se evidente as contradições no espaço urbano, sobretudo, quando analisamos as condições de trabalho no espaço produtivo e, além dele, no espaço de reprodução da força de trabalho, no espaço vivido e nas relações cotidianas.

Enfim, reiteramos, assim como outros autores citados ao longo deste trabalho, que:

- o estado de São Paulo possui um interior múltiplo e diverso, temporal e espacialmente, por isso sua industrialização não pode ser explicada apenas a partir de um momento histórico e de um recorte espacial, a saber, a desconcentração industrial vivenciada a partir da metrópole paulistana na década de 1970;
- é preciso, se o objetivo é entender as dinâmicas do território pela via da indústria, realizar a análise, a partir formação socioespacial, do ramo industrial, dos agentes envolvidos e das interações espaciais resultantes das atividades atreladas ao circuito produtivo estudado. Esses elementos permitem entender, entre outras, as horizontalidades e verticalidades que permeiam as normatizações do território ao longo do tempo;
- ainda, enfatizamos que a consecução de um trabalho de Geografia Industrial, que prioriza a análise a partir do ramo produtivo para entender o conteúdo do

território, deve investigar como se configuram os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação. A partir daí, conseguimos compreender se o papel que os lugares desempenham na divisão territorial do trabalho foram ampliados ou não.

Assim, concluímos que no caso de Marília, a aglomeração urbana forneceu condições gerais favoráveis para o desenvolvimento de um ramo industrial e que, ao longo do tempo, essa atividade contribuiu para o surgimento de uma especialização produtiva territorial do ramo industrial alimentício de consumo final, bem como a ampliação das funções desempenhadas por essa cidade na divisão territorial do trabalho e na rede urbana em que está inserida e mantém relações.

Fazer uma leitura da especialização territorial produtiva do ramo alimentício de consumo final desenvolvido em Marília permitiu, entre outras assertivas, afirmar que é preciso, no período da globalização, entender o conteúdo do território a partir das atividades econômicas industriais desenvolvidas também na escala das cidades médias e pequenas, pois elas denotam os processos e as dinâmicas em curso.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

AGLIETTA, Michel. *Regulación y crisis del capitalismo*. Madrid, España: Siglo Veintuno de España Editores S.A., 1979.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno e SENA FILHO, Nelson. *A morfologia das cidades médias*. Goiânia: Ed. Viena, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho, reestruturação produtiva e os desafios do sindicalismo e dos movimentos sociais no Brasil. In: FERNANDES, Edésio e VALENÇA, Márcio Moraes. *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva. Ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina: Práxis, 2007. 2ª. Edição.

AYDALOT, Philippe. *Dynamique Spatiale et développement inégal*. Paris: E. Econômica, 1980.

ARROYO, María Mônica. *Território Nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XXI*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP. São Paulo: FFLCH, 2001.

\_\_\_\_\_. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. SPOSITO, Eliseu Savério. *Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, p. 71 – 85, 2006.

\_\_\_\_\_. Novos paradigmas: a economia invisível dos pequenos. In: *Le monde diplomatique*. Edição Brasileira, Ano II, no. 15. Out., 2008. (p. 30 a 31).

AZAÏS, Christian. Temps et travail. Une lecture de la dynamique territoriale. In: *XXXVI Colloque de L'Association de Science Régionale de Langue Française*. Crans Montana (Suisse), 6 – 9 Sptembre, 2000.

BARBOSA, Lima Gilberto; SAITO, Leonardo Murata; PEREIRA, Ronaldo Rodrigues. *A gestão de qualidade do sistema lean-thinking de produção: um estudo de caso da Nestlé S.A.* Marília/SP: Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha. Monografia de Bacharelado em Administração de Empresas, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. *La société de consommation*. Paris: Folio Essais, 1970.

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. Reestruturação da cidade. In: Melo, Jayro Gonçalves. *Região, Cidade e Poder*. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 1996.

\_\_\_\_\_. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas urbanas. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F., SEABRA, O. C. L. *O espaço no fim de século*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83 – 99.

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). *Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, FCT, 2001. P. 609 – 643.

\_\_\_\_\_. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades*. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. A divisão territorial do trabalho e as cidades médias no Estado de São Paulo. In: *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente, SP: AGB, 2004b. p. 169 – 180.

\_\_\_\_\_. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. In: *Revista Cidades*. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, vol.3, no. 5, p.143 – 157, 2006.

\_\_\_\_\_. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro; MAIA, Doralice Sátyro; GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. La géographie économique: um siècle d'histoire. In: *Annales de Géographie. Les espaces économiques de la géographie*. Paris: Armand Colin, 117e. année, no. 664, nov-déc., 2008.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

BOMTEMPO, Denise Cristina. *Os sonhos da migração: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Álvares Machado – SP*. Presidente Prudente: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2003 (Dissertação de Mestrado em Ciências: Geografia Humana).

BORN, Claudia. Gênero, trajetórias de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. In: *Sociologias*. Porto Alegre, 2001, 3(5): 240-265.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. São Paulo: Jorge Zahar Editor s/d.



BOYER, Robert. *La Théorie de la Régulation: une analyse critique*. Paris: La Decouverte, 1986.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

CAMAGNI, Roberto. Organisation économique et réseaux de villes. In: SALLEZ, Allain (Dir.) *Les villes, lieux d'Europe*. Paris, DATAR, Éditours de l'Aube, 1993, p.107-28. (tradução Mara L. F. H. Bernardelli).

\_\_\_\_\_. *Economía Urbana*. Barcelona: Antonio Bosch, 2005.

CAMILO, Ana Paula. Configuração territorial do transporte aéreo paulista: novas territorialidades e desenvolvimento regional. In: *Boletim Goiãno de Geografia*. Goiânia, v. 29, n. 2, p. 157 – 170, jul./dez, 2009.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930 – 1970)*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 3ª. Edição.

\_\_\_\_\_. *Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970 – 2005)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. O café e a industrialização da cidade de São Paulo. In: *Revista de História*, no. 42. São Paulo, 1960. P. 471 – 475.

CARLSSON, Bo & STANKIEWICZ, Rikard. On the nature, function and compositior of technological systems. In: *Journal of Evolutionary Economics*, vol. 1, no. 2, pp. 93 – 118.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (tradução Roneide Venâncio Majer. 6ª. Edição.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 8ª. Edição.

CATÃO, Rafael; REOLON, Cleverson Alexsander e MIYAZAKI, Vitor Koiti. Interações espaciais: reflexões temáticas. In: *Revista On-line Caminhos de Geografia*. Uberlândia v. 11, n. 35 Set/2010 p. 231 - 239 <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. In: *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, vol. 11, no. 1 (18), p. 1 – 44, jan./jun., 2002.

CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; Lévy, Dominique e WALLERSTEIN, Immanuel. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

CHRISTALLER, Walter. *Os lugares centrais na Alemanha do Sul. Uma pesquisa de geografia econômica acerca da regularidade da distribuição e do desenvolvimento das localidades com funções urbanas*. São Paulo, 1981 (tradução, versão preliminar de Mário Antônio Eufrásio).

CICERO, Elaine Cristina. *Uma análise da indústria de calçados de Birigui no contexto da flexibilização produtiva*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2007 (Monografia de Bacharelado em Geografia).

CIPOLLA, Francisco Paulo. A inovação na Teoria de Marx. In: PELAEZ, Victor et al. *Economia da inovação tecnológica*. São Paulo: Hucitec, Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação e Espaço: uma nota. In: *Revista Brasileira de Geografia*, 53, 1991.

\_\_\_\_\_. Os centros da gestão do território: uma nota. In: *Revista Território*, 1 (1), 1996.

\_\_\_\_\_. CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações geográficas*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

\_\_\_\_\_. Redes Geográficas: cinco pontos para discussão. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida e SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. *Novos estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

\_\_\_\_\_. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 3ª. Edição.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23 – 67.

COSTA, Wanderley Messias da. *O processo contemporâneo de industrialização. Um estudo sobre a expansão da produção industrial em território paulista*. São Paulo: FFLCH/USP, 1982 (dissertação).

DALL'AQUA, Clarisse Torrens Borges. *Competitividade e Participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local*. São Paulo: Annablume, 2003.

DAVIDOVICH, Fany. Brasil metropolitano e Brasil urbano não metropolitano – algumas questões. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, V. 53, No.2, p. 127 -134, abril – junho, 1991.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: EDUSP, 1971.

DINIZ, Clélio Campolina. Repensando la cuestión regional brasileña: tendencias, desafíos y caminos. *Revista Eure* (Vol. XXIX, Nº 88), pp. 29-53, Santiago de Chile, diciembre 2003.

DINIZ, Clélio Campolina & GONÇALVES. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina & LEMOS, Borges Mauro. *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ELIAS, Denise de Souza. *Agricultura e Globalização*. São Paulo: EDUSP, 2003.

\_\_\_\_\_. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008 (original escrito em 1845).

FERNANDES, Ana Cristina e NEGREIROS, Rovena. Desenvolvimento Econômico, Divisão do Trabalho e mudanças na rede urbana brasileira: do Desenvolvimentismo ao Plano Real. In: FERNANDES, Edesio e VALENÇA, Márcio Moraes. *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FERREIRA, Willian Pereira. *A cadeia produtiva do amendoim na região de Marília/SP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2007.

FISCHER, André. *Industrie et espace géographique*. Paris: Masson, 1994.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini. Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil. In: *Revista da ANPEGE*, Ano 2, n.2, Fortaleza-CE, 2005.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas & SPOSITO, Eliseu Savério. *Indústria, ordenamento do território e transportes. A contribuição de André Fischer*. São Paulo: Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

Fix, Mariana. *São Paulo cidade global. Fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FRANCESCONI, Léa. *A mão-de-obra ocupada na atividade industrial de São José dos Campos: movimentos migratórios pendulares*. São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 1978.

FONTENELLE, Isleide. *O nome da marca. MacDonal'd's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo, 2006.

FUMEY, Gilles. *Géopolitique de l'Alimentation*. Paris: Sciences Humaines Éditions, 2008.

\_\_\_\_\_. *Manger local, manger global. L'alimentation géographique*. Paris: CNRS Éditions, 2010.

GILLY, Jean-Pierre & TORRE, André. *Dynamiques de proximité*. Paris: L'Harmattan, 2000.

GOLDENSTEIN, Léa & SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. In: *Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP*, São Paulo: USP, 1982 n. 1, p. 21-48.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. *O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do Oeste Paulista: Araçatuba, Birigui, Marília Presidente Prudente e São José do Rio Preto*. São Paulo: FFLCH. Tese de Doutorado em Geografia Humana, 2007.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1997.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRIMM, Flávia Christina Andrade. *Uso do território e coexistências de empresas de refrigerantes no Brasil*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP. São Paulo: FFLCH, 2002.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2006. 15ª. Edição.

HASS, Sandrine & VIGNERON, Emmanuel. *Les Villes moyennes et la santé*. Paris: La documentation française, 2008.

KATZ, Claudio; BRAGA, Rui; COGGIOLA. *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.

KRUGMAN, Paul. Increasing Returns and Economic Geography. In: *The Journal of Political Economy*, Vol. 99, No. 3. (Jun., 1991), pp. 483-499 (<http://links.jstor.org/sici?sici=0022-3808%28199106%2999%3A3%3C483%3AIRAEG%3E2.0.CO%3B2-6>)

LABORDE-DEBUCQUET, David et BOUET, Antoine. L'autosuffisance alimentaire n'est pas un rempart contre la crise. In: *Revue Problèmes Économiques*. Paris: La documentation française. Mercredi 3 février, 2010 (bimensuel, no. 2988).

LAMARLIÈRE, Isabelle Géneau de. Une relecture des travaux d' Alfred Weber sur la localisation. À l'articulation de l'économique et du socioculturel. In: *Annales de Géographie. Les espaces économiques de la géographie*. Paris: Armand Colin, 117e. année, no. 664, nov-déc., 2008.

LARA, Paulo de Corrêa. Marília: sua terra, sua gente. Marília: Ed. Iguatemy de Comunicações Ltda, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana na sociedade moderna*. São Paulo: Ática, 1991.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, n.38, 1994, p.54-61.

\_\_\_\_\_. Reestruturação. Uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. In: *VI Encontro de Geógrafos da América Latina*. Buenos Aires, 1998.

\_\_\_\_\_. Mudanças na metrópole de São Paulo e as transformações industriais. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: GASPERR/UNESP, 1999. p. 115 - 136.

\_\_\_\_\_. O processo de metropolização do espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In: SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). *Globalização e estrutura urbana*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Reestruturação Urbano-Industrial no Estado de São Paulo: a região na metrópole desconcentrada. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2006. Quinta Edição.

\_\_\_\_\_. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. In: *Revista de Geografia Norte Grande*, 2008, no. 39, p. 7 - 20 ([http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-34022008000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022008000100002&lng=pt&nrm=iso))

LIMA, Luiz Cruz. Tecnopólo: uma forma de produzir na modernidade atual. In: *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB, julho-dezembro de 1991, p. 19-40, no. 9.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre industrialização brasileira e latino-americana. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio; BECKER, Bertha K.; DAVIDOVICH, Fany R. e GEIGER, Pedro P. *Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. *A globalização e a indústria alimentar: um estudo a partir das grandes empresas*. Marília – UNESP - Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Documento Setorial: Indústria de Alimentos e Bebidas*. In: Projeto PIB - Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil. Instituto de Economia da UFRJ e Instituto de Economia da UNICAMP, Agosto, 2009 (<http://www.projetopib.org>).

Marx, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1985.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARKUSEN, Ann. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, Clélio Campolina & LEMOS, Borges Mauro. *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MATUSHIMA, Marcos Kazuo. *Especialização Produtiva e aglomeração industrial: uma análise da indústria de confecções de Ibitinga – SP*. Rio Claro: [s.n.], 2005 (Tese de Doutorado em Geografia).

MARTINS, José de Souza. *Conde de Matarazzo: o empresário e a empresa*. São Paulo: Hucitec, 1976.

MELAZZO, Everaldo Santos. *Padrões de desigualdades em cidades paulistas de médio porte. A agenda de políticas públicas em disputa*. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2006 (Tese de Doutorado).

MÉNDEZ, Ricardo, CARAVACA, Inmaculada. *Organización industrial y territorio*. Madrid: Síntesis, 1996.

MÉNDEZ, Ricardo. *Geografía Económica. La lógica espacial del capitalismo global*. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 1997/2008.

\_\_\_\_\_. Del distrito industrial al desarrollo territorial: estrategias de innovación em ciudades intermédias. In: *Projecto “Desarrollo territorial, redes institucionales y procesos de innovación socioeconómica en Castilla-la-Mancha. Ministerio de Educación y Ciencia. Plan Nacional de I+D+i 2000-2003*. Espanha, 2003.

MONTENEGRO, MARINA REGITZ. *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização*. São Paulo: FFLCH/USP, 2006. (Dissertação de Mestrado).

MOREIRA, Adriano. *Investimentos na indústria de alimentos e bebidas e mudança na divisão territorial do trabalho no Estado de São Paulo*. Presidente Prudente: Monografia de Bacharelado em Geografia, FCT/UNESP, 2010.

MOURIAUX, Vicent. Alimentation et mondialization. In: *La Mondialisation*. Paris: Edutemps, 2006.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. *A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília*. Presidente Prudente: PPGG/FCT/UNESP (dissertação de Mestrado), 1994.

\_\_\_\_\_. *Reestruturação Produtiva da indústria e desenvolvimento regional: a região de Marília*. São Paulo: FFLCH/USP – Tese de Doutorado em Geografia Humana, 2002.

NEGRI, Barjas et. all. *A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo*. Campinas: FECANP, abril, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de et All. Crise e concentração: quem é quem na indústria de São Paulo. In: *Novos Estudos Cebrap*, No. 39. São Paulo, 1994, p. 149 – 171.

OLIVEIRA, Floriano J. Godinho. Reestruturação produtiva e localizações industriais: mobilidade espacial e novos usos do território. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. 20 a 26 de Março de 2005 – Universidade de São Paulo.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PECQUEUR, Bernard & ZIMMERMANN, Jean Benoît. Fundamentos de uma economia da proximidade. In: DINIZ, Clélio Campolina & LEMOS, Borges Mauro. *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PELINSKI, Augusta RAHMEIER, Daliane da Silva, SHIKIDA, Pery Francisco Assis. A dinâmica de uma pequena propriedade dentro de uma análise de filière. In: *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 7, n. 3, p. 271-281, 2005.

PEREIRA Jr., Edilson Alves. *Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE)*. Fortaleza: Eduece, 2005.

PEREIRA Jr., Edilson Alves. *Território, Industrialização e Reestruturação Produtiva: algumas abordagens sobre o exemplo do Ceará*. PPGG/UNESP/Presidente Prudente: Presidente Prudente, Setembro, 2010 (Relatório de Qualificação de Doutorado em Geografia).

PEREIRA, Fabiano Maia & LEMOS, Mauro Borges. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. In: *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*. PPE, v. 33, n.1, Abril, 2003. (p. 127 – 165).

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX – São Paulo transforma-se em metrópole industrial. In: *Revista de História*. Ano VI, no. 21 e 22, 1955, p. 127 – 170.

PINHEIRO, Sebastião. *A máfia dos alimentos no Brasil*. Publicação realizada com doações e recursos próprios, 2005.

PIRES, Elson Luciano Silva. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPOSITO, Eliseu Savério. *Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

POSSAS, Mario Luiz. *Concorrência, inovação e complexos industriais: algumas questões conceituais*. Campinas: UNICAMP/IE, 1992.

POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologias da Alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. (Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Sivia Rial; Jaimir Conte). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

KAGEYAMA, Ângela (org.) *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais*. Campinas: S/N, 1987.

REIS, Nestor. Goulart. *Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

*Revista Carta Capital* – “O lucro vem de baixo”. 11 de Junho de 2008, Ano XIV, no. 499.

ROBIN, Marie-Monique. *Le monde selon MONSANTO. De la dioxine aux OGM, une multinationale que vous veut du bien*. Paris: La Découverte, 2008.

RODRIGUES, Andréia Marize. *Cluster e competitividade: um estudo da concentração de micro e pequenas empresas de alimentos no município de Marília*. São Carlos: USP - Tese de Doutorado em Engenharia Mecânica, 2003.

SAMPAIO, Silvia Selingardi. Evolução e perspectivas da geografia industrial no Brasil. In: *Revista de Geografia da UNESP*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998 (7:51 – 63).

SANCHES, Márcio Antonio Rodrigues. *Cooperação e competição na indústria de alimentos de amendoim de Marília – SP*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, José L. *El eje Irún-Aveiro. Geografía de um eje de desarrollo*. Salamanca: Caja Duero, 1998.

SANFELIU, Carmen Bellet. Del concepto ciudad media AL de ciudad intermédia em los tiempos de la globalización. In: SANFELIU, Carmen Bellet & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Las ciudades medias o intermedias em um mundo globalizado*. Lleida: Universitat de Lleida e Unesco, p. 21 – 40, 2009.



SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: *Boletim Paulista de Geografia*, no. 54, junho de 1977. São Paulo: AGB, 1977.

\_\_\_\_\_. Circuitos espaciais da Produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia A. de (Org.). *A construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

\_\_\_\_\_. *Metrópole Corporativa e Fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999. 3ª. Edição.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: *Revista Território, Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia: Niterói/RJ, 2002.

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. *Economia Espacial*. São Paulo: EDUSP, 1979/2003.

\_\_\_\_\_. *O espaço dividido*. São Paulo: EDUSP, 1979/2004. 2ª. Edição.

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2005. 5ª. Edição.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006. 5ª. edição.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: EDUSP, 2008. 6ª. Edição.

\_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo: Edusp, 2008b. 5ª. Edição.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura da. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEABRA, Odette et all. *Território e Sociedade – entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SELINGARDI-SAMPAIO, Silvia. *Indústria e território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950-2005*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, trabalho, Cidades Médias. In: *GeoUERJ – Revista do Departamento de Geografia*. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, 2002.

\_\_\_\_\_. Metrópolis brasileiras: uma análise de los circuitos de la economia urbana. In: *Revista Eure*. Santiago de Chile, V. XXXIII, No. 100, p. 149 – 164. Diciembre, 2007.

\_\_\_\_\_. De la Geografía de la Existência a los circuitos de la Economia Urbana. In: MENDONZA, Cristóbal (Coord). *Tras las huellas de Milton Santos: una mirada latinoamericana a la geografía humana contempor nea*. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: UAM-Iztapalata. Division de Ciencias Sociales y Humanidades, 2008.

SOBARZO, Óscar. La contribución de Milton Santos em la construcción de um concepto de ciudad média (p.70 – 83). In: MENDONZA, Cristóbal (Coord). *Tras las huellas de Milton Santos: una mirada latinoamericana a la geografía humana contempor nea*. Rub  (Barcelona): Anthropos Editorial; México: UAM-Iztapalata. Division de Ciencias Sociales y Humanidades, 2008.

\_\_\_\_\_. As cidades médias e a urbaniza o contempor nea. In: *Revista Cidades*. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 5, no. 8, p. 277-292, 2008b.

\_\_\_\_\_. Reflex es sobre a cidade e o urbano: o atual como produto do processo de constru o da Geografia Urbana. In: *Revista Cidades*. Presidente Prudente: Grupos de Estudos Urbanos. Editora Expressão Popular, vol. 6, no. 10, julho a dezembro de 2009.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Maria Ad lia. A política de desconcentra o e descentraliza o industrial do Estado de São Paulo. In: *Cadernos da UnB: Organiza o Regional do Brasil*. Brasília: Editora da Unversidade de Brasília, 1978.

SMOLKA, Martim Oscar. Estrutura o intra-urbana e desenvolvimento industrial capitalista: fragmentos históricos   guisa de constru o de um modelo histórico. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano 1, no. 1, jan./abril, 1986, p. 67 – 99.

SPOSITO, Eliseu Savério. Fluxos e localiza o industrial. In: MELO, Jayro Gonçalves (Org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente: GASPERR, 1996.

\_\_\_\_\_. Dinâmica Econ mica, fluxos e eixos de desenvolvimento. Avalia o da constru o de uma temática. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Produ o do espaço e redefini es regionais*. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GasPERR, 2005.

\_\_\_\_\_. Primeiro Relatório da FAPESP - Projeto Temático: O novo Mapa da Indústria no início do século XXI. Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no Estado de São Paulo. Presidente Prudente, abril de 2007.

\_\_\_\_\_. Eixos de desenvolvimento em São Paulo. In: *Primeiro Relatório do Projeto Temático: O novo Mapa da Indústria no início do século XXI. Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no Estado de São Paulo*. Presidente Prudente, abril de 2007a. Financiamento: FAPESP.

\_\_\_\_\_. Cidades Médias e eixos de desenvolvimento no Estado de São Paulo: metodologia de abordagem. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ett. al.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no Estado de São Paulo. In: IX *Colóquio Internacional de Geocrítica - Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 28 de maio a 1 de junho de 2007c.

SPOSITO, Eliseu Savério & MATUSHIMA, Marcos Kazuo. A dinâmica econômica no Estado de São Paulo: do paradigma de área ao paradigma do eixo de desenvolvimento. In: SILVA, João Márcio Palheta da & SILVEIRA, Márcio Rogério (Orgs.). *Geografia Econômica do Brasil – temas regionais*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. *The theory of economic development*. Cambridge, Harvard University. 1961.

SUSIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed.: Unicamp, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. A herança schumpeteriana. In: PELAEZ, Victor & SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). *Economia da inovação tecnológica*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006, p. 112 – 134.

TAVARES, Maria Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoires*. Paris: PUF, 1996.

\_\_\_\_\_. *Le nouveau monde industriel*. Paris: Gallimard, 2000.

\_\_\_\_\_. Le nouveau monde de la production. In: *Revue Problèmes Économiques*. Paris: La documentation française, 2010 (mercredi 3 février, bimensuel no. 2988).

VIEGAS, Cláudia Assunção dos Santos. *Fusões e Aquisições nas indústrias de alimentos e bebidas do Brasil: uma análise do efeito dos preços no consumidor*. Universidade de São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2006 (Tese de Doutorado em Economia).

## SITE DE EMPRESAS E INSTITUIÇÕES:

Agência Nacional de Vigilância Sanitária: <http://www.anvisa.gov.br/alimentos>.

Anuário da Associação Brasileira de Indústrias de Alimentos, 2009, 2010.

Associação das Indústrias de Alimentos de Marília: <http://www.foods-adima.com.br>.

Edital da ReCiMe do Edital do CNPq 07/2006, disponível em:  
([http://memoria.cnpq.br/servicos/editais/ct/2006/edital\\_0072006.htm](http://memoria.cnpq.br/servicos/editais/ct/2006/edital_0072006.htm))

Feira de Alimentos de Marília: <http://www.feiraliment.com.br/> Acesso 10/02/2001.  
<http://www.abicab.org.br> (Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados).

Fundação Seade - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

Fundação Seade [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br) - Perfil Municipal da Fundação SEADE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/notas.php>).

Ministério do Trabalho e Emprego: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) – Bases da RAIS – On line.

### **Plano Diretor de Marília (documento em CD-ROOM).**

Revista Super Varejo. “As cinco mais”. Associação Paulista de Supermercado - APAS: Agosto de 2005 (<http://www.portalapas.org.br>).

[http://intranet.seade.gov.br/projetos/fiesp/rais\\_ind/index.php?page=varinfpop&var=1716](http://intranet.seade.gov.br/projetos/fiesp/rais_ind/index.php?page=varinfpop&var=1716). Acesso: outubro, 2009.

<http://www.brasilalimentos.com.br/neg%C3%B3cios/2009/jbs-friboi-e-bertin-anunciam-fus%C3%A3o>. Acesso 19/1/2011.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u568000.shtml>. Acesso 19/2/2011.

<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,setor-de-alimentos-lidera-fusoes-e-aquisicoes-este-ano,436186,0.htm> (16 de setembro de 2009, 20h 36 minutos, acesso 18/1/2011).

(<http://www.radiobiobio.cl/2011/01/04/isp-confirma-alta-presencia-de-pesticidas-en-colados-nestle/> - publicado em 4 de janeiro de 2011).

<http://www.seade.gov.br/produtos/piesp>. Acesso 16/1/2009.

[www.maps.google.com](http://www.maps.google.com).

<http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtos/amendoim.asp>./<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/anvisa/anvisa/conteudo+destaque/anvisa+inspeccionarias+de+amendoim> Acesso: 10/02/2011.

<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>.

[http://www.cati.sp.gov.br/new/edr.php?cod\\_edr=24](http://www.cati.sp.gov.br/new/edr.php?cod_edr=24).

<http://www.bancodopovo.sp.gov.br/> acesso 11/02/2011.

<http://www.fundanet.br/ciem/faq.asp>.

[http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=var\\_list&busca=Valor%20Adicionado%20Fiscal%20-%20S%E9rie%20](http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=var_list&busca=Valor%20Adicionado%20Fiscal%20-%20S%E9rie%20). Acesso: Outubro, 2009.

[www.secex.gov.br](http://www.secex.gov.br)

<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/> 3/12/2010, grifo nosso).

<http://www.feiraliment.com.br/> Acesso 10/02/2001

<http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtos/amendoim.asp>. /<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/anvisa/anvisa/conteudo+destaque/anvisa+inspecciona+industrias+de+amendoim> Acesso: 10/02/2011.

[http://www.cati.sp.gov.br/new/edr.php?cod\\_edr=24](http://www.cati.sp.gov.br/new/edr.php?cod_edr=24) (acesso 11/2/2011).

Bel Chocolates - <http://www.bel.com.br/>

Bioagri Análises de Alimentos Ltda - <http://www.bioagrialimentos.com.br/>

Blink Systems Assessoria e Informática Ltda - <http://www.blink.com.br/>.

Bonquié Alimentos Ltda – <http://bonquie.com.br/>.

Brasilar Produtos Alimentícios Ltda - <http://www.brasilar.net/>.

Carin Alimentos Ltda - <http://www.carinalimentos.com.br/>.

Carino Ingredientes Ltda - <http://www.carino.com.br/>

Casagrande & De Marco Alimentos Ltda. (DiCasa) - <http://www.casagrande.dicasa.com.br/>.

Cartonagem e Litografia Anapolina Ltda - <http://www.cartonagem.com/fornecedores.htm>.

Church's Import Export Inc. - <http://www.churchsinternational.com/>.

Coc Festa - Balas de Coco Sabores - <http://www.cocfesta.com.br/>.

Coopemar - Coop. Cafeicultores de Marília - <http://www.coopemar.com.br/>.

Danilla Foods Brasil Ltda - <http://www.danillafoods.com.br/>.

Docitos Alimentos Ltda - <http://www.docitosalimentos.com.br/>

Dona Kota - Ind. e Com. Prod. Alimentícios Ltda - <http://www.donakota.com.br/>

Dori Alimentos - [www.dori.com.br](http://www.dori.com.br).

Dori Alimentos – Balanço Social 2007 e Catálogo de Produtos, Dez./ 2008.

Grupo Bertin de Alimentos - <http://www.bertin.com.br/>

Fispal - Feiras e Produtos Comerciais Ltda - <http://www.fispal.com/>.

Hércules - Laticínios Herculândia Ltda – <http://www.produtoshercules.com.br/>.

Intercoffee Comércio e Indústria Ltda - <http://www.intercoffee.com.br/>.

Irmãos Maruyama Ltda - [jojimaruyama@uol.com.br](mailto:jojimaruyama@uol.com.br).

Kiuti Alimentos Ltda - <http://www.kiuti.com.br/>.

Lanchero Alimentos Ltda - <http://www.lanchero.com.br/>.

Marilan Alimentos S/A - <http://www.marilan.com/>.

Maritucs Alimentos Ltda - <http://www.kuky.com.br/>.

Mateer Chocolates - <http://www.mateer.com.br/>.

Nestlé Brasil Ltda - <http://www.nestle.com.br/>; [www.nestle.com](http://www.nestle.com).; <http://www.nestle.com.br/site/aneagle/historia.aspx>. Relatório Anual 2010 (: [http://www.nestle.com/Common/NestleDocuments/Documents/Library/Documents/Annual\\_Reports/2010-Annual-Report-EN.pdf](http://www.nestle.com/Common/NestleDocuments/Documents/Library/Documents/Annual_Reports/2010-Annual-Report-EN.pdf), p. 43 (acesso 16/3/2011). [http://www.nestle.com.br/site/novidades/acontecehome/supermercado\\_flutuante\\_nestle.aspx](http://www.nestle.com.br/site/novidades/acontecehome/supermercado_flutuante_nestle.aspx). Acesso 15/3/2011.

Nova América S.A. – Alimentos - <http://www.novamerica.com.br/>

RadiumSystems.Com - <http://www.radiumsystems.com.br/>.

RR Resistências - <http://www.rrresistencias.com.br/>.

Spaipa S/A. Ind. Brasileira de Bebidas (Coca-Cola) - <http://www.spaipa.com.br/>.

UNIMAR - Universidade de Marília - <http://www.unimar.br/>.

UNIVEM - Centro Universitário Eurípides de Marília - <http://www.fundanet.com.br/>.

Yoki Alimentos S.A. - <http://www.yoki.com.br/>.